**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

RAMEZ PHILIPPE MAALOUF

**GEOESTRATÉGIAS EM CONFRONTO
NO LÍBANO EM GUERRA (1975-90)
(Versão Corrigida)**

**São Paulo
2011**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

GEOESTRATÉGIAS EM CONFRONTO NO LÍBANO EM GUERRA (1975-90)

RAMEZ PHILIPPE MAALOUF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana. (Versão Corrigida)

Orientador: Professor Doutor José William Vesentini

**São Paulo
2011**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Maalouf, Ramez Philippe

Geoestratégias em confronto no Líbano em guerra (1975-90). Ramez Philippe Maalouf; orientador José William Vesentini – São Paulo, 2011.

321 f.: il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

1. Geopolítica. 2. Guerra Civil (1975-90) – Líbano. 3. Oriente Médio – História. 4. Conflitos internacionais – Oriente Médio. I. Título. II. Vesentini, José William

Nome: MAALOUF, Ramez Philippe.

Título: **Geoestratégias em confronto no Líbano em guerra (1975-90).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana. (Versão corrigida).

Aprovado em: 12/09/2011

Banca Examinadora

Prof. Dr. José William Vesentini

Instituição: FFLCH – USP

Julgamento: Aprovado

Assinatura: _____

Prof. Dr. André Roberto Martin

Instituição: FFLC – USP

Julgamento: Aprovado

Assinatura: _____

Prof. Dr. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto

Instituição: UFF

Julgamento: Aprovado

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Ao Altíssimo, Absoluto, Todo-Poderoso, Criador do Céu e da Terra.

Em memória de meus avós, Sleiman, Nazle, José e Raulinda.

Aos meus pais, Philippe e Dulcinéa.

Ao meu irmão Ricardo.

E aos que lutaram e lutam pela libertação do mundo árabe.

AGRADECIMENTOS

Ao Altíssimo, Absoluto, Todo-Poderoso, Criador do Céu e da Terra.

Ao meu orientador professor Dr. José William Vesentini, pela confiança em mim depositada, pela atenção, pelas sugestões e críticas e, sobretudo, pela paciência. Estas palavras não dão a dimensão de minha gratidão.

Ao professor Dr. André Roberto Martin, pelas sugestões e críticas ao desenvolvimento da pesquisa na Banca de Qualificação e pelas conversas sobre geopolítica.

Ao professor Dr. Manoel de Sousa Fernandes, pelas sugestões e críticas durante a Banca de Qualificação.

Ao professor Dr. Leonel Itaussu Almeida Mello, pelas conversas, sempre instigantes, sobre a geopolítica do Oriente Médio.

Ao professor Dr. Inacio Meneche Nigri, pelas sugestões e críticas, ao longo de 17 anos de conversas, indispensáveis para o desenvolvimento de minha dissertação.

Ao professor Dr. Orlando de Barros, pelo privilégio da convivência acadêmica e intelectual, pela atenção e paciência, pela amizade, pela orientação para a escrita do meu projeto de pesquisa, pelas aulas-conversas sobre a História do Brasil e do mundo.

Ao professor Dr. Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira, pela atenção e paciência, pela amizade, pela orientação para a escrita de meu projeto de pesquisa.

Ao professor Dr. Celso Thompson, pelas sugestões e críticas para a escrita do meu projeto de pesquisa.

À professora Dra. Muna Omran, pela amizade, pelo permanente incentivo para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao professor Dr. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, pelas sugestões de leitura para a escrita desta dissertação.

Ao professor Dr. Fernando Roberto Almeida, pela amizade, pelas observações sempre lúcidas e pelas oportunidades que sempre me ofereceu.

Ao amigo Marcos Favaro Martins, pelo privilégio de ter desfrutado da sua amizade, sempre agradável e instigante nas discussões sobre geopolítica, cinema e música.

Ao amigo Danilo Rogério de Sousa, pelo incentivo, pelos livros, pela disponibilidade em ajudar.

Ao amigo Marcos Mesquita, pelos livros e fontes de pesquisa.

Ao amigo Paulo Nunes, nosso livreiro e poeta, pela ajuda e solidariedade em minha estadia em São Paulo.

Ao amigo Vitor Pieri, pela ajuda e solidariedade em minha estadia em São Paulo.

Aos membros das Comunidades do Orkut *Síria, Lebanon, Libertem a Palestina e Palestina Livre*: Stephan Houat, Sérgio Stephano, Tammam Daaboul, Fuad Achcar, Luís Cela Dimas, Marcelo Constantino, Mônica Dib, Dr. Andrew Patrick Traumman, Hummam al-Hamza, entre outros, com os quais travei discussões, muitas delas acaloradas, e com os quais aprendi sobre a História do mundo árabe, trazendo novos enfoques e abordagens sobre os conflitos do Oriente Médio.

Ao professor e sempre mestre Luiz Edmundo Tavares, pelas aulas sobre a geopolítica do Brasil colonial na UERJ, que me ajudaram a compreender melhor o mundo árabe, e pela amizade.

Ao professor Dr. Eli Penha, por ter me introduzido às teorias geopolíticas nas aulas da Especialização em HRI, na UERJ.

Ao amigo Paul Sutermeister, pela convivência agradável e intelectualmente instigante.

A Clenes Louzeiro, pelo inestimável apoio no Laboratório de Geografia Política/DG/USP.

Ao Colégio São Vicente de Paulo – Cosme Velho – RJ, por ter me permitido a consulta à *internet* na coleta das fontes para pesquisa, impressão de teses, dissertações e outros arquivos, durante os 8 anos e 10 meses de trabalho, como inspetor de disciplina e auxiliar de biblioteca. Consultas indispensáveis ao desenvolvimeto de minha pesquisa.

A todos os funcionários da secretaria do PPGH: José Firmino, Jurema R. Navarro, Rosangela Garcez, Ana Lúcia Pereira e Maria Aparecida Brambila, pela gentileza no apoio para solucionar as questões burocráticas.

Ao CAPES, pela bolsa de pesquisa, sem a qual a dissertação jamais poderia ter sido escrita.

Aos gentis funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes e do CRUSP, por todo apoio material para desenvolvimento desta esta pesquisa.

Ao COSEAS, pela moradia.

Aos meus amigos do CRUSP e da Geografia e História – USP, Claudius Roberto, José Ailton Dutra, Felipe Machado, Eduardo Votta, Rafael Regiani, Martinho Milani, Carlos Rizzi, Erivaldo, pela agradável convivência, pelas discussões sobre geopolítica, filosofia e pelas piadas.

Aos amigos da pós-graduação em História e Geografia, Christian Karam, Gilberto Rodrigues Jr., Renatho Costa, pelas lúcidas observações sobre o mundo árabe, que serviram de fonte para minhas pesquisas.

À professora Dra. Safa Jubran do Departamento de Letras – Árabe, pela disposição em me ajudar relatando sua história de vida no Líbano, fonte indispensável para o entnedimento daquela complexa realidade.

À Dra. Roberta Aragoni Vicenzi, pela ajuda em disponibilizar sua dissertação de mestrado.

À M. Sc. Ana Cristina Garcia, pela amizade e pelo permanente incentivo para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao amigo Tito Lívio Barcellos, pelo auxílio na confecção dos mapas.

Ao meu pai, Philippe, meu primeiro mestre de geopolítica, à minha mãe Dulcinéia, e ao meu irmão, Ricardo. Eles são o meu norte, o meu sul, o meu leste e o meu oeste. Sem eles, nada sou.

RESUMO

MAALOUF, Ramez Philippe. **Geoestratégias em confronto no Líbano em guerra (1975-90)**. 2011. 320 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

O presente estudo tem por objetivo caracterizar as Guerras do Líbano (1975-90) como resultantes do processo de desintegração do Império Otomano no quadro definido pela aceleração histórica de acordo com Yves Lacoste. Ela evidencia o processo/projeto balcanizador, ou seja, de divisão territorial em base étnica, do Líbano e do Oriente Médio iniciado com o expansionismo europeu a partir do séc. XIX e a continuidade dada a tal processo pelas modernas geoestratégias israelenses, as quais, com suas rupturas, logram imprimir *moto próprio* à sua operação na Região. Desta forma, traçamos um painel histórico da evolução do Líbano dentro do quadro de tensões geopolíticas regionais e internacionais, como a queda do Império Otomano, a fundação de Israel e os movimentos nacionalistas árabe e judeu, os refugiados palestinos e as crises no Golfo Árabe-Pérsico (as Guerras do Iraque de 1980 e 1991), que se constituíram em fatores de instabilidade para o território libanês. Assim, as Guerras do Líbano (1975-90) permitiram que o território libanês passasse a servir como campo de batalha para as guerras do Oriente Médio, nas quais se insere as invasões israelenses do Líbano, em 1978 e em 1982, com seus intentos balcanizadores.

Palavras-chaves: balcanização – geoestratégias israelenses – Israel – Líbano – Oriente Médio.

ABSTRACT

MAALOUF, Ramez Philippe. **Geostrategic confrontation in the war in Lebanon (1975-90)**. 2011. 320 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

This study aims to characterize the Lebanon War (1975-90) as a result of the process of disintegration of the Ottoman Empire in the framework defined by historical acceleration according to Yves Lacoste. It shows the process / project balkanizing, i.e., territorial division based on ethnic, Lebanon and the Middle East started with the European expansion from the Nineteenth century and continuity to this process given by modern geo-strategic Israelis, which, with its ruptures, manage to print their own *motto* accord to its operation in the region. Thus, we draw a historical overview of developments in Lebanon within the framework of regional and international geopolitical tensions, as the fall of the Ottoman Empire, the founding of Israel and the Arab and Jewish nationalist movements, Palestinian refugees and the crisis in the Gulf Arab Persian (Iraq wars of 1980 and 1991) that formed factors of instability for the Lebanese territory. Thus, the Lebanon War (1975-90) allowed the Lebanese territory passed serve as the battleground for wars in the Middle East, which falls in the Israeli invasions of Lebanon in 1978 and 1982, with its attempts balkanizing.

Keywords: Balkanization – Israeli geo-strategics – Israel – Lebanon – Middle East

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Império Otomano (séc. XVII)	48
Mapa 2 – Oriente Médio – divisão política (2009)	56
Mapa 3 – <i>Khedivato</i> (Vice-Reino) de Mohammed Ali (1805-82)	72
Mapa 4 – Duplo <i>Caimacamiyat</i> (1842-60).....	80
Mapa 5 – <i>Mutassarrafyat</i> do Monte Líbano.....	84
Mapa 6 – Territórios levantinos do Império Otomano (1887)	96
Mapa 7 – Acordo Sykes-Picot-Sazonov (1916)	124
Mapa 8 – Reino Árabe da Síria (1920).....	133
Mapa 9 – Mandato francês na Síria (1920-46)	135
Mapa 10 – Mandato Britânico sobre a Palestina	137
Mapa 11 - Balcanização da Palestina e a fundação e expansão de Israel (1947-49).....	165
Mapa 12 – Distâncias entre as cidades israelenses e as linhas de cessar-fogo de 1949.	195
Mapa 13 – Expansão territorial de Israel pós-1967 e o OP	200
Mapa 14 – Israel e as linhas de cessar-fogo depois da Guerra dos Seis Dias (1967).....	201
Mapa 15 – ‘Pequeno’ e do Grande Líbano – <i>Mutassarrafyat</i> e o Grande Líbano.	217
Mapa 16 - Divisão administrativa do Líbano (2011)	223
Mapa 17 – Beirute, anos 1970 – Cidade do medo e da morte, dividida com sangue entre ‘cristãos’ (leste) e ‘muçulmanos’ (oeste).....	249
Mapa 18 – Líbano balcanizado – Efetiva divisão territorial do Líbano a partir de 1978.	260
Mapa 19 – Invasão israelense do Líbano em 6 de junho de 1982: os ‘três eixos’	270
Mapa 20 – Projeto de balcanização do Oriente Médio de Oded Yinon	277
Mapa 21 – Oded Yinon – Plano de Balcanização do Líbano	279
Mapa 22 – Relevo do Líbano e as Montanhas do Chouf	281
Mapa 23 – Norte de Israel – Sul do Líbano balcanizado – ‘Zona de Segurança’	283
Mapa 24 – Israel e a ‘zona de segurança’ no sul do Líbano (1982-2000).....	284

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População do emirado do Monte Líbano.....	59
Tabela 2 – Proporção de cristãos e muçulmanos no emirado do Líbano	60
Tabela 3 – Proporção das comunidades confessionais do Líbano	60
Tabela 4 – Divisão regional sob o mandato francês.....	134
Tabela 5 – Proposta da divisão / balcanização da Palestina	150
Tabela 6 – Mudanças demográficas na Palestina e na Jordânia após a Guerra dos Seis Dias (1967) - População palestina.	197
Tabela 7 – Tabela do Expansionismo Territorial Israelense (1922-2009) – Superfície cambiante de Israel (Anexações) em Km ²	198
Tabela 8 –Líbano - Censo de 1932.....	222

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGONU – Assembléia Geral da ONU
CIA – Agência Central de Inteligência
EAL – Exército Árabe do Líbano
ELL – Exército do Líbano Livre (1978-82)
ELP – Exército de Libertação da Palestina
ESL – Exército do Sul do Líbano
EUA – Estados Unidos da América
FDI – Forças de Defesa de Israel – (Exército israelense – Tzahal)
FDLP – Frente Democrática para a Libertação da Palestina
FINUL – Forças Interinas das Nações Unidas para o Líbano
FL – Forças Libanesas – Frente Libanesa
FMNP – Força Multinacional de Paz
FPLP – Frente Popular para a Libertação da Palestina
FPLP – CG – Frente Popular para a Libertação da Palestina – Comando Geral
LEA – Liga dos Estados Árabes
MNL – Movimento Nacional Libanês
OAC – Organização de Ação Comunista
OLP – Organização para a Libertação da Palestina
OM – Oriente Médio
ONU – Organização das Nações Unidas
OP – Oriente Próximo
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCL – Partido Comunista Libanês
PPS – Partido Popular Sírio
PSP – Partido Socialista Progressista
PSNS – Partido Sírio Nacional Socialista
QG – Quartel-General
RAU – República Árabe Unida
Tzahal – Tzavah Haganah Le Israel – (em hebraico, Forças de Defesa de Israel – FDI).
UE – União Européia
UNIFIL – United Nations Interim Forces in Lebanon – (FINUL)
UNRWA – United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East
– Agência das Nações Unidas de Socorro e Obras Públicas para os Refugiados da Palestina no Oriente Médio
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – (União Soviética)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	13
Escolhas	16
Problema	34
Objetos	36
Fontes	37
Escala	38
Líbano: uma introdução aos aspectos geográficos	39
CAPÍTULO I – IDEOLOGIAS EM CONFRONTO	44
CAPÍTULO II – GEOESTRATÉGIAS EM CONFRONTO	99
CAPÍTULO III – O MUNDO ÁRABE PÓS-II GUERRA MUNDIAL (1945-90)	168
A Geopolítica dos EUA pós-II GM (1945-90)	171
A Geopolítica da URSS pós-II GM (1945-90)	178
O mundo árabe pós-II GM (1945-90)	182
CAPÍTULO IV – GUERRAS DO LÍBANO	217
CONSIDERAÇÕES FINAIS	293
ANEXO	307
Origens das principais comunidades religiosas do Líbano.	307
BIBLIOGRAFIA	309

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação está estruturada em cinco partes. Na primeira, a introdução, refere-se à discussão teórico-metodológica que embasa a pesquisa. Nela também fazemos uma introdução à geografia do Líbano.

Na segunda parte, discutimos como a desagregação do Império Otomano, ao longo do séc. XIX – sob pressão das disputas entre Inglaterra, França e Rússia –, e a penetração capitalista no Levante possibilitaram a formação dos nacionalismos árabes e judeu, imediatamente confrontados e aliados naqueles territórios.

Na terceira parte, passamos a analisar as concepções geoestratégias derivadas dos nacionalismos confrontantes, árabe e judeu, contextualizando-as no período entre as duas guerras mundiais (1914-45). Concepções, estas, influenciadas pelo confronto entre as potências européias (Inglaterra, França, Alemanha e Rússia/URSS) e os EUA. Destas geoestratégias em conflito, emergem os Estados nacionais árabes e judeu, resultantes da fragmentação do mundo árabe.

Na quarta parte, fazemos uma análise da fragmentação do mundo árabe como resultado das divergentes geoestratégias dos Estados nacionais árabes, divisão aprofundada e potencializada pela Guerra Fria (1945-90), entre EUA e URSS, e pelo surgimento de Israel.

Finalmente, na quinta e última parte, analisamos a formação do Estado libanês e as Guerras do Líbano (1975-90), como também resultantes das geoestratégias confrontantes das potências regionais (especialmente Síria, Israel, Egito, Arábia Saudita e Iraque) e das potências internacionais, EUA e URSS, no bojo da Guerra Fria.

INTRODUÇÃO

O historiador francês François Furet alertou, nas primeiras linhas do livro *Pensando a Revolução Francesa* (1991), que os pesquisadores eram convidados a apresentarem suas credenciais ao estudarem o referido assunto. Republicano ou monarquista? Direitista ou esquerdista? Conservador/Reacionário ou revolucionário? O pesquisador, além do diploma, tinha que declarar suas cores. No entanto, a mesma exigência é olvidada quando se investiga, por exemplo, os Reinos Merovíngio e Carolíngio, ambos fundados na Idade Média (segundo a divisão temporal historiográfica tradicional europeia). Diz o historiador francês (1991: 15):

O historiador que estuda os reis merovíngios ou a Guerra dos Cem Anos não se vê obrigado a apresentar, a todo momento, seu diploma de pesquisador. Tanto a sociedade quanto seu círculo profissional atribuem-lhe, por menor que tenha sido seu aprendizado técnico, as virtudes da paciência e da objetividade. A discussão dos resultados mobiliza apenas os eruditos e a erudição.

No caso de um historiador da Revolução Francesa devem ser exibidos outros títulos além da competência. Ele tem que anunciar as suas cores. É preciso, em primeiro lugar, que ele esclareça de onde fala, o que pensa, o que busca; e o que ele escreve sobre a Revolução possui um sentido anterior a seu próprio trabalho: é a sua *opinião* (...), essa forma de julgamento nunca requisitada quando se trata dos merovíngios, mas que se torna indispensável no caso de 1789 ou 1793. Basta que essa opinião seja dada, e tudo já está dito: ei-lo monarquista, liberal ou jacobino (...). Através desta senha, sua história adquire uma significação, um lugar, um título de legitimidade. [Grifo do autor]

A necessidade do pesquisador de apresentar credenciais, além da titulação acadêmica, reconhecida no que se refere aos estudos da Revolução Francesa, conforme visto acima, se torna quase uma obrigação e, por que não dizermos, uma verdadeira obsessão daqueles que estudam as guerras do OM. Comumente, nos meios de comunicação em massa, atribui-se epítetos de ‘pró(anti)-israelense’ ou ‘pró(anti)-ocidental’ ou ‘pró(anti)-imperialista’ ou ‘pró(anti)-americano’ ou ‘pró(anti)-árabe’ ou ‘pró(anti)-Síria’ aos que escrevem ou pesquisam sobre o tema, uma nomenclatura que é muito mais apropriada para torcidas organizadas num jogo de futebol do que para qualificar os trabalhos sobre o tema.

Na academia, esta necessidade de apresentar credenciais quando se estudam as guerras do OM é ainda mais presente e nem sempre sutil. Como uma espécie de ‘selo de garantia’, as obras (teses, dissertações, artigos, livros, entre outros escritos) ganham um ‘certificado’ de ‘imparcialidade’. Ser qualificado como ‘imparcial’ é uma espécie de licença para muitos escritos que nem sempre primam pela objetividade.

Há algumas ‘inovações’ na nomenclatura. Este é o exemplo do livro do historiador brasileiro Márcio Scalécio (2003), *Oriente Médio: Uma Análise Reveladora Sobre Dois Povos Condenados a Conviver*¹, que ganha em sua ‘orelha’ o ‘passaporte’ de obra ‘independente’ para aceitação entre os leitores através da apresentação do historiador Antônio Edmilson Martins Rodrigues:

Márcio Scalécio percorre a história completa e complexa dos conflitos entre árabes e israelenses no século XIX. (...) Situando-o no contexto das Relações Internacionais (...).

(...) O livro é corajoso e independente [sic] na medida em que não escamoteia nada, o que é preciso ser dito é dito, dá conta de todos os elementos que agem sobre o conflito, equilibrando as histórias internas com os conflitos externos, além de registrar criticamente as formas de interpretação que circulam, dando a oportunidade de confronto e indicando um conjunto de possibilidades para a interpretação das tensões no OM.

(...) este livro é uma grande lição de coragem na qual transparecem a tolerância e o empenho do professor. (RODRIGUES in SCALÉRCIO, 2003: orelhas).

Poucas páginas depois, Scalécio parece contradizer a apresentação de Rodrigues. Diz ele, ao comentar o Massacre de Hama, no inverno de 1982, no qual o governo militar da Síria esmagou com ferocidade um levante popular e islâmico sunita na cidade que deu nome à atrocidade, assassinando mais de 10 mil pessoas:

Hoje a “praga” do “politicamente correto” tenta nos impedir de dizer algumas coisas, de fazer importantes considerações. Em face do politicamente correto, podemos nos tornar covardes, omissos e hipócritas. E, pior ainda, podemos ser compelidos a assumir a condição de lamentáveis intelectuais simplórios. Nenhum distanciamento acadêmico proposto pela antropologia cultural nos impedirá de afirmar que no Oriente grassam governos que se comprazem em eliminar maciçamente parcelas de seus próprios povos ou de etnias consideradas inimigas do regime. Hafez el-Assad, em Hama, Saddam Hussein, eliminando xiitas e curdos, os turcos eliminando curdos e armênios e por aí vai. Enunciar uma lista completa seria tedioso. O Massacre de Hama não provocou grandes rumores nem calorosos protestos. Foi engolido pela confusão no Líbano vizinho. O Direito Humanitário e o Direito Penal Internacional ainda têm uma longa trilha a percorrer. (SCALÉRCIO, 2003: 238).

Talvez interpretações antropológicas realmente possam não impedir afirmações como esta, mas, certamente, uma análise reveladora (para fazermos jus ao título do livro) da História desacreditará os escritos destacados e o seu autor. Ações repressoras contra levantes populares não são e jamais foram privilégios de Estados ‘orientais’². Os países árabes acima mencionados perpetraram estas atrocidades na década de 1980, porém cabe citar que inúmeros Estados ‘ocidentais’, ao longo dos séculos, já empreenderam este tipo de ação

¹ O título que ignora a convivência multimilenar entre árabes e judeus, que jamais foi considerada uma condenação por estes povos.

² Scalécio não conceitua o que entende por Ocidente e Oriente. São categorias geográficas ou culturais? Talvez esta indefinição demonstre o quanto é reveladora sua análise sobre árabes e judeus e o empenho do professor.

contra sua própria população. Para citarmos alguns casos: a ditadura da Junta Militar da Argentina, entre 1976 e 1983; a Cabanagem no Brasil, na década de 1830; a Guerra Civil dos EUA (1861-65); as centenas de milhares de alemães – isso sem falarmos nos milhões de judeus, anteriormente também adaptados e em geral considerados parte da população germânica ou polonesa – mortos na repressão da ditadura nazista na Alemanha (1933-45); as Revoluções Inglesas (1640-80); entre outros, são alguns dos exemplos ignorados no livro do professor Scalécio que, ao invés de chamar atenção à violência constantemente empregada pela maioria dos Estados contra populações civis indefesas, estigmatiza a agressão como sendo uma característica intrínseca dos povos ‘orientais’. Seria, portanto, este o excelente exemplo de ‘independência’ e ‘coragem’ tão exaltado pelo professor Edmilson Rodrigues?

Voltemos, no entanto, ao termo muito usual na imprensa e até mesmo nas Ciências Sociais, quando se pretende qualificar um determinado estudo sobre os conflitos médio-orientais: *imparcial*, entendido como indivisível ou que não toma parte.

Para o sociólogo alemão Max Weber (apud GIDDENS, 1999: 197), em sua obra do início do séc. XX, *Metodologia das Ciências Sociais*, o uso do termo *imparcial* carece de qualificação nas Ciências Sociais. Ele afirma que, sendo infinita a complexidade da realidade empírica, cabe ao homem criar modelos abstratos e sintéticos de análise. Desta forma, não é possível haver uma descrição científica completa da realidade (WEBER apud GIDDENS, 1999: 197). Assim, estes modelos são parciais, uma vez que iluminam apenas uma parcela da realidade, pois, como nos afirma o sociólogo britânico Anthony Giddens (1999: 197),

(...) a realidade consiste numa profusão infinitamente divisível. Ainda que nos concentremos num único elemento dessa realidade, verificaremos que esse elemento partilha dessa infinidade. Toda a forma de análise científica, todo o corpo de conhecimentos científicos, pertença ele ao domínio das ciências naturais ou sociais, implica uma *seleção* operada a partir da infinidade da realidade. [grifo do autor]

Sendo assim, toda teoria é parcial nas Ciências Sociais, uma vez que requer a seleção dos ‘problemas de interesse’ orientada (conscientemente ou não) pelos critérios de valor do pesquisador. Portanto, quando se afirma que uma obra é ‘imparcial’ na análise de um determinado tema, trata-se de uma crítica inócua e que desqualifica quem a faz.

Nas ciências exatas, a ‘imparcialidade/neutralidade/independência’ do observador/investigador/pesquisador também passou a ser questionável, a partir do início do séc. XX, quando se formulou o *Princípio da Incerteza de Heisenberg*. Segundo o físico Henrique Fleming (2003), no processo de medida na Mecânica Quântica, não é possível conhecer com precisão absoluta a posição ou o momento do elétron, isto acontece porque para medir um destes valores, as medidas são afetadas. Quanto mais exata a medida, mais intenso

será o efeito sobre o elétron. Assim, a simples observação de um fenômeno altera o próprio fenômeno, o que compromete a suposta neutralidade do observador.

Deste modo, acreditamos que o único critério possível e passível de exigência numa teoria é a objetividade, uma vez que a consistência de uma determinada teoria é medida pela capacidade de abrangência para explicar um determinado fenômeno. Ressalta-se, no entanto, que a objetividade absoluta inexistente, uma vez que a subjetividade está presente desde o momento da escolha pelo pesquisador do tema e da(s) linha(s) de análise(s) teórica(s) empregada(s). Referimos aqui como objetividade, a ser buscada em nossa pesquisa, não à ideia de ‘meio termo’, pois, como nos adverte Weber, segundo Giddens (1999: 196), “o meio termo não é mais verdadeiro que os ideais extremistas de esquerda ou de direita”; mas, sim, saber compreender que os ideais não devem ser banidos da discussão científica. Além disto, o cientista social deve ter consciência clara de seus próprios ideais. Respeitando essa obrigação, não precisará abstrair esses valores pessoais do seu trabalho, pois a indiferença moral não tem relação com objetividade (GIDDENS, 1999: 196).

Concluimos então que a seleção e identificação dos problemas relevantes numa análise são feitas de forma subjetiva. Entretanto, isto não implica em que uma análise causal objetiva não seja passível de ser feita, pois a objetividade de uma análise é válida quando a explicação causal pode ser comprovada por outras pessoas e não por apenas uma única pessoa (GIDDENS, 1999: 200).

Escolhas

Ao tratarmos do aporte teórico desta pesquisa, reconhecemos, como Giddens nos afirma sobre as considerações de Max Weber a respeito do Método das Ciências Sociais, que as suposições de valor determinam tanto a escolha dos problemas a investigar como o grau de penetração na rede intrincada de causalidade que o investigador considere necessário (GIDDENS, 1999: 200). Cientes disto, daremos início aos problemas teórico-metodológicos e às escolhas feitas.

Nos estudos sobre os conflitos do OM e, neles inseridos, as guerras árabe-israelenses, tradicionalmente dois enfoques se sobressaem de imediato e disputando uma prevalência entre si: o olhar europeu (e posteriormente americano), cuja civilização foi influenciada pelos povos do OM (como árabes, turcos, fenícios, iranianos, egípcios, mesopotâmicos, entre outros) ao longo de milênios; o olhar dos povos do OM, que também sofreu a influência europeia (e,

mais tarde, americana), principalmente a partir da intensificação da penetração europeia e capitalista nos séculos XVIII e XIX (NIGRI, 2003: 25).

A apreensão do OM pelos europeus, a partir de fins do século XVIII, se deu através dos estudos empreendidos, durante a história regional mais recente, pelos orientalistas, eruditos metodologicamente fundamentados e formados pela cultura dominadora europeia. Suas pesquisas deram uma significação e um conformismo de época, criando estereótipos dos povos autóctones nos diversos estudos de língua, literatura e etnografia, que ressaltavam a imagem ‘primitiva’ e ‘tribal’ dos povos do OM e de outros povos do mundo submetidos aos mesmos estudos (NIGRI, 2003: 25).

Com o surgimento dos movimentos de independência contemporâneos no OM, cujas pesquisas pertenciam ao campo da política, alguns orientalistas passam a agir como agentes dos serviços de informações de seus próprios países, em desprezo a uma suposta imparcialidade/neutralidade científica.

Somente após a Primeira Guerra Mundial (I GM, 1914-18) decaiu o monopólio dos primeiros orientalistas, com o surgimento de estudos e pesquisas contemporâneos que romperam com este quadro e que projetaram os centros europeus na produção acadêmica mais objetiva, interdisciplinar e politicamente engajada no contencioso árabe-judeu (NIGRI, 2003: 25-6).

Novas interpretações sobre as guerras árabe-israelenses dentro da nova historiografia israelense têm, desde os fins da década de 1970, ressaltado a violência dos contendores e especialmente, a expulsão e o êxodo sofrido pelos palestinos a partir da Guerra de Independência de Israel, entre 1947-49, e a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Dentre os novos historiadores, chamados *revisionistas*, destacam-se Tom Segev, Benny Morris, Ilan Pappé, Avi Shlaim e Simha Flapan. Trabalhando sem estarem articulados entre si, cada um deles chegou às mesmas conclusões básicas após analisar os documentos: a historiografia oficial israelense estava cheia de mitos, incorreções, distorções e omissões em pontos cruciais. Eles ressaltaram as alianças entre árabes e israelenses, a despeito dos discursos nacionalistas de ambos os contendores, contra os palestinos. De fato, o embate ideológico perpassa os campos em luta através das fontes de pesquisa, não se omitindo os obstáculos interpostos pelos governos precavidos pela possível espionagem numa região³ conflagrada, como a do OM,

³ Seguimos aqui, nesta dissertação, a conceituação do geógrafo brasileiro Roberto Lobato Corrêa (2003: 45-46): “A região pode ser vista como resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas. Estes dois aspectos vão traduzir-se tanto em paisagem como em uma problemática, ambas específicas de cada região, problemática que tem como pano de fundo a natureza específica dos embates que se estabelecem entre as

onde a produção do conhecimento representa, geralmente, a suspeição recíproca entre os representantes institucionais e os pesquisadores *outsiders* (NIGRI, 2003: 30).

Por outro lado, as profusas contribuições das novas historiografias israelense e árabe (Marius Deeb, Albert Hourani, Fayez Sayegh, Elias Sanbar, Rachid Khalid, Samir Kassir, entre outros) e nos demais países, principalmente, a partir de 1967, propiciaram o distanciamento do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo, enriquecendo, assim, o conhecimento acadêmico, enquanto o conflito árabe-israelense persiste no impasse (NIGRI, 2003: 34).

A principal questão metodológica do contencioso libanês permanece: como abordar a intrincada e complexa Guerra Civil Libanesa (1975-90), com suas alianças fugazes e paradoxais dos grupos em luta, que não corresponderam aos marcos ideológicos, étnicos, confessionais e nem de classes, não esquecendo as intervenções de potências regionais e internacionais?

O historiador brasileiro André Gattaz (2005) caracteriza, em seu livro *Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes*, o longo conflito libanês como *multifacetado*, ressaltando as questões políticas, sociais e econômicas que deram origem a grandes deslocamentos populacionais no País dos Cedros, ocultas sob o véu das confissões, através da aplicação de técnicas da História Oral.

A historiadora espanhola Ana Maria García Campello (2005), em sua tese de doutorado *Historias del Líbano: la invención de un Estado*, também denuncia a transmutação de conflitos sociais em guerras confessionais, dando grande destaque ao caráter multifacetado do contencioso, ambos já mencionados por Gattaz, através do paroxismo (e fugacidade) das alianças formadas na primeira fase do longo conflito, tais como: i) a intervenção da Síria, cujo governo é denominado ‘esquerdista’, ‘radical’, ‘progressista’, ‘socialista’ e ‘pró-soviético’, no Líbano em favor da extrema-direita cristã, na primavera de 1976, com apoio de países conservadores como Arábia Saudita, EUA e Israel, com o objetivo de esmagar a Resistência palestina e os esquerdistas libaneses; ii) O apelo de Kamal Jumblat, líder do MNL, frente dita progressista, ao presidente francês direitista, Giscard D’Estaing, e à LEA, em 1976; iii) a denúncia de direitistas libaneses, como Reymond Édde e Camillie Chamoun, contra o suposto

elites regionais e o capital externo à região e dos conflitos entre as diferentes classes que compõem a região. Os conflitos oriundos dos embates entre os interesses internos e externos, podem gerar uma desintegração da região, que se exprimirá em sua paisagem. Tendo isto em vista, pode-se dizer que a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos”.

complô americano forjado por Henry Kissinger, Secretário de Estado de Gerald Ford, para entregar o controle do Líbano aos sírios, palestinos e israelenses, em 1975.

O historiador e economista libanês Georges Corm, em prolixa produção acadêmica, destrincha as guerras árabe-israelenses dentro de uma perspectiva realista, influenciado pelo materialismo histórico, explicitando as alianças árabe-judias, em contraste com os discursos nacionalistas dos contendores, realçando, desse modo, a interdisciplinaridade e dando especial destaque aos aspectos geopolíticos.

Devemos destacar ainda as leituras de autores como Thomas L. Friedman (1991) e Bernard Lewis (1990 e 1996), cujas análises legitimam a hegemonia americana ao atribuírem as origens das guerras do OM ao *ódio tribal* e ao *atraso das mentalidades dos árabes e muçulmanos*, cabendo ao Ocidente a missão de ‘salvá-los’. Lewis é um dos ideólogos do “choque de civilizações”, em que preconiza a guerra aos muçulmanos devida à total incompatibilidade entre o Islã e os valores liberais e civilizados do mundo ocidental.

A tarefa de destrinchar o labirinto do litígio libanês, a nosso ver, pode ser melhor apreendida com um enfoque pluridisciplinar, em diálogo sem preconceitos com autores e obras de concepções metodologias variadas, mas igualmente pertinentes para o entendimento da realidade.

A pluridisciplinaridade é também uma herança historiográfica da *École des Annales* e da História das Relações Internacionais. Ambas as escolas são de origem francesa, fundadas entre as décadas de 1930 e 1950, e desenvolveram paralelamente uma metodologia que rompia com a ‘sacralidade’ dos documentos oficiais, da história sustentada no fato político, na personalidade do príncipe e na excessiva valorização do factual em detrimento da análise, legado da historiografia positivista. Estas escolas francesas preconizam a interdisciplinaridade, a abertura à contribuição das demais ciências sociais, tais como economia, sociologia, geografia, psicologia, etnologia, demografia, geopolítica, assim como o uso das técnicas de história oral e análise do discurso (SARAIVA, 2001: 21-22; VIEIRA, 2004: 6-9).

No processo de pesquisa sobre o litígio árabe-israelense, especificamente sobre a Guerra Civil Libanesa e nela a inserção das estratégias israelenses consubstanciadas nas invasões de 1978 e 1982, e tendo em vista a complexidade e o caráter multifacetado do contencioso marcado pela territorialidade e confessionalidade, deparamo-nos com alguns problemas metodológicos (NIGRI, 2003: 17), tais como a objetividade das fontes bibliográficas que veiculam as posições dos campos em litígio – onde será preciso o cotejamento das análises dos discursos ideológicos com sua práxis, contribuindo para a

reabilitação da veracidade e também para o avanço dos estudos a serem empreendidos. Uma segunda questão metodológica requer a abrangência pluridisciplinar das guerras árabe-israelenses, onde constatamos a questão estratégica não devidamente explicitada, seja pela sua diluição, seja pelo seu isolamento das demais contribuições disciplinares, apreendidas de forma estanque. Segundo o geógrafo francês Yves Lacoste (2001: 259), “uma situação geopolítica não é determinada (...), por tal dado da geografia física (...), ela resulta da combinação de fatores bem mais numerosos, demográficos, econômicos, culturais, políticos, cada qual deles deve ser visto na sua configuração espacial particular”. É neste ponto que os esforços conjugados da Geografia e da História, por meio da contribuição das demais disciplinas, norteiam e buscam o sentido para a temática, fornecendo uma apreensão mais abrangente dos conflitos a serem pesquisados (NIGRI, 2003: 17). As disciplinas, requeridas em nossos estudos, apresentam, entretanto, alcances e limites dada a complexidade histórica e geográfica político-cultural da Região. Vejamos algumas delas.

A Geografia Regional era entendida como ‘geografia por excelência’, escola advinda de Vidal de la Blache, baseada sobre a adaptação das sociedades ao meio natural, mas que expulsou para fora dos limites da reflexão geográfica o homem nas relações sociais, especialmente nas relações de poder. Da mesma forma, o procedimento de apreensão de uma só forma de divisão do espaço, sem destacar as características espaciais dos diferentes fenômenos econômicos, sociais e políticos, nos impede de colocar os problemas da espacialidade diferencial (LACOSTE, 2001: 60-64). Tampouco nos parece suficiente para sua aplicação no contexto das guerras árabe-israelenses, pois nos impede de absorver inúmeras variáveis presentes no confronto entre os combatentes no terreno em questão, na guerra e na paz (NIGRI, 2003: 26). Por outro lado, não apreende a heterogeneidade dos modos de adaptação das sociedades ao meio natural, não cobrindo as áreas desérticas do OP e os países do *Maghreb* (Norte da África) (NIGRI, 2003: 26). Não podemos esquecer as contribuições do pensador árabe Ibn Khaldun, que, sete séculos atrás, complexificou o mundo rural para além do nomadismo, vendo o urbano apenas parcialmente ligado ao rural (NIGRI, 2003: 27).

No que concerne à economia, o conceito de ‘modo de produção’, elaborado por Karl Marx, a partir da Europa Ocidental, da segunda metade do século XIX, não pode ser ‘implantado’ no OM sem um necessário conhecimento em primeira mão da Região. Da mesma forma, o conceito de *modo de produção asiático* apresenta limites de alcance ainda maiores do que a categoria anterior. Ele até pode ser aplicável ao Egito, no vale do Nilo (NIGRI, 2003: 27), que é uma região da África e não da Ásia (haveria, desta forma, um ‘modo de produção africano’?), mas não extensivo aos países secos como Iraque e outros da

Península Árábica. Acreditamos, assim, que este problemático conceito marxista mais dificulta o entendimento das economias médio e próximo-orientais do que esclarece, de modo que não encontramos pertinência em sua aplicação nas análises das sociedades árabes, persas-iranianas e turcas.

O enfoque econômico nos permite, contudo, a observação localizada e a fiabilidade dos dados estatísticos, na captação do concreto, e revitaliza a articulação convergente sobre a periodização dada, dos fatores externos regionais (OM) e locais (OP). É preciso ressaltar que o econômico não dá conta do político nele interveniente (NIGRI, 2003: 27). No litígio libanês, a invasão síria, na primavera de 1976, em favor da direita libanesa, objetivando neutralizar a OLP, exemplifica a limitação da primazia do econômico.

O enfoque demográfico é um importante dado de análise uma vez que estuda os deslocamentos de grupos humanos através dos espaços geopolíticos dados, pois sua análise quantitativa qualifica a ação humana, objeto e sujeito da história a ser estudada, permitindo-nos apreender a importância das ondas migratórias internas e internacionais, “de seu crescimento ou diminuição e da densidade resultante do grau de inserção (desses grupos) nas estratégias e conflitos; do seu grau de *determinância* sobre a preservação e/ou mudança do *status quo* na periodização dada” (NIGRI, 2003: 27). Seu estudo é de fundamental importância na apreciação do litígio libanês, uma vez que testemunhamos, no seu longo conflito, atos de limpeza étnica perpetrados com fins políticos para a criação de áreas étnico-confessionais homogêneas visando a efetiva divisão do país, o que favoreceu as estratégias balcanizadoras israelenses.

No aspecto sociológico, o estudo das formações sociais, distintamente estratificadas e fragmentadas tanto pela adesão ou não às políticas estratégicas do bloco hegemônico no poder, no que referimos à *geopolitização* do social (NIGRI, 2003: 27), quanto pela inserção destas formações subordinadas ou não à lógica capitalista. Neste aspecto os estudos do economista e historiador libanês Georges Corm (2006), em sua obra *El Líbano Contemporáneo*, adquirem importância para as análises sócio-econômicas das comunidades confessionais libanesas, da mesma forma que a tese de doutoramento da historiadora espanhola, Ana Maria Campello (2005), *Historias del Líbano: la invención de un Estado*. Acresce ainda a discussão, presente no meio acadêmico, sobre compatibilidade entre uma economia capitalista e o Islã.

A etnologia (que entre os séculos XVIII e princípios do século XX teve como principal função servir de discurso legitimador da superioridade europeia em sua ‘missão civilizadora’) é requerida para reabilitar o papel central dos protagonistas regionais, especificamente as

comunidades libanesas e as sociedades israelense e síria. Quanto a esta última, os estudos do antropólogo brasileiro Paulo Hilu Pinto (2010) explicitam a multiplicidade de identidades das diversas comunidades árabes e curdas. As fragmentações destas sociedades também devem ser entendidas como resultantes da superposição de relações de produção não-capitalistas e capitalistas, onde se confrontam *arcaísmos* e a modernidade (NIGRI, 2003: 27), decorrente das intervenções europeias na região, a partir do fim do século XVIII ao período mandatário (1920-1947).

A cartografia nos fornece (e contribui para) a percepção da localização dos espaços geopolíticos da continuidade e atuação dos agentes históricos israelenses, árabes, palestinos, cristãos e muçulmanos envolvidos nas diferentes fases da Guerra Civil. A consulta a mapotecas, muitas delas já disponíveis na internet, com ricos detalhes, é um recurso indispensável para a melhor compreensão e apreensão do litígio árabe-israelense. A localização espacial tem por finalidade qualificar a conjuntura regional e internacional na dada periodização, para que em torno dela seja possível estabelecer as correlações com o tema central (NIGRI, 2003: 30). É neste sentido que observamos o Líbano servir, principalmente a partir do fim da Guerra do Yom Kippur (1973), como palco em miniatura das guerras do OM (CORM, 2005 A).

Um outro aspecto da contextualização da interdisciplinaridade requerida é a *aceleração histórica*, pois, segundo Yves Lacoste, a rapidez das transformações sociais, econômicas, políticas, demográficas e tecnocientíficas em um curtíssimo lapso de tempo exacerba as contradições existentes nestes processos de tal forma que uma apreciação destas mudanças se torna uma tarefa difícil de ser realizada, pela falta de se dispor de um ‘recuo’ suficiente. Por isto, o geógrafo francês entende que a análise das diferenciações espaciais pode fornecer informações de modo mais rápido que a análise histórica na observação das lutas em curso. A análise geográfica é um saber estratégico em razão da rapidez dos movimentos em escala planetária. Grandes potências podem intervir sobre qualquer ponto do globo. Da mesma forma, conflitos locais e regionais podem se articular rapidamente com correlação de forças planetárias (LACOSTE, 1976: 175-6).

Estas proposições são válidas no que se refere à Guerra Civil Libanesa e às intervenções israelenses e sírias. O ex-chefe dos serviços de inteligência militar israelense, já citado anteriormente, Yehoshafat Harkabi, afirmou, quando da adoção da nova doutrina estratégica da OTAN, em 1984, que com os aperfeiçoamentos tecnológicos era possível detectar o avanço de um exército árabe através dos meios de informações (NIGRI, 2003: 33), o que de fato já havia ocorrido na Batalha do Beka’a, no início da invasão israelense no verão

de 1982, quando a aviação síria foi severamente atacada, assim como seu sistema de defesa de mísseis antiaéreos, pela força aérea israelense com a ajuda de modernos equipamentos eletrônicos oriundos dos EUA. O conceito de *aceleração histórica* do geógrafo francês é ainda mais pertinente no que se refere à efemeridade e ao paroxismo que caracterizaram singularmente as alianças forjadas entre as diversas milícias libanesas em guerra no País dos Cedros, pois elas não obedeciam a nenhuma coerência ideológica, étnica, confessional ou mesmo nacional, a não ser à lógica da luta pelo poder.

A questão da aplicação da interdisciplinaridade em situações geopolíticas extremamente complexas persiste, pois a Guerra Civil Libanesa e as invasões israelenses não se reduzem a um conflito árabe-israelense, conforme já visto antes. O contencioso palestino-israelense se alastrou de tal forma pela Região que exacerbou as rivalidades nacionais, étnicas, confessionais e sociais dos sistemas de poder do OP.

Parte da resposta foi dada acima, através do enfoque multidisciplinar, porém os paroxismos se evidenciam. Os EUA, superpotência hegemônica na Região, que financiam e armam o ‘Estado judeu’, não conseguem impor limites ao expansionismo israelense, como Oded Yinon explicitou ao reivindicar a autonomia de ação de Israel frente aos seus virtuais patrocinadores, o que foi reiterado na invasão do Líbano em 1982. Por outro lado, o curto apoio soviético aos sírios em 1983, assim como as manifestações populares em Israel em favor da retirada do Líbano, impugnaram, sem estarem articulados, o expansionismo israelense (NIGRI, 2003). Neste sentido, observamos o necessário equilíbrio no modo de abordagem da correlação dos níveis internacionais e regionais.

No contexto do OP destaca-se o contraste da complexidade geopolítica das ações político-militares dos contendores frente à exigüidade do espaço geográfico em disputa, que é pobre de recursos (Palestina/Israel e o Líbano). Além disto, já ressaltadas por diversos historiadores árabes, brasileiros e europeus, como assinalados por Corm (2006), Gattaz (2003), Rizk (1992) e pelo jornalista Thomas L. Friedman (1991), entre outros especialistas, evidenciam-se as paradoxais alianças:

- i) Povos e comunidades confessionais antigas vivendo em Estados de formação recente.
- ii) A aliança (tática e tácita) sírio-israelense forjada nos Acordos das Linhas Vermelhas contra palestinos e libaneses em 1976.

- iii) A aliança entre segmentos das comunidades cristãs (maronitas direitistas) e judias (sionistas), multisseculares inimigos, durante a Guerra Civil libanesa.
- iv) A aliança (tática e tácita) entre sírios, palestinos pró-Damasco e Israel na guerra contra a OLP em Trípoli em 1983.
- v) A aliança simultânea entre o Amal (grupo majoritariamente xiita), Síria e Israel contra os palestinos durante a Guerra dos Campos (1985-88).
- vi) As guerras intracomunitárias: xiitas (Amal x *Hizbollah*, 1987-90); palestinas (al-Sayka x OLP, 1976; ELP x OLP, 1983-88); maronitas (Falanges-Gemayel x Marada-Frangieh, 1978; Falanges-Gemayel x Tigres-Chamoun, 1980; Geagea x Hobeicka, 1986) e druzas (Guerra das Montanhas, 1982-83, soldados druzo-israelenses deram cobertura aos falangistas maronitas x druzo-libaneses).
- vii) A aliança entre as FL (autoras do primeiro massacre de Sabra e Chatila, em 1982) e a OLP contra o Amal durante a Guerra dos Campos, entre 1986 e 1987.
- viii) As estratégias balcanizadoras israelenses exacerbando e exortando as identidades nacionais das etnias e confissões no mundo árabe, enquanto interna e externamente impede a formação do nacionalismo palestino.

Uma tentativa de apreender estes paroxismos exige a análise de algumas categorias-chave, cujos significados inconclusos, devido à falta de consenso definitivo, nos apontam para uma compreensão maior do tema a ser estudado, na medida em que as pesquisas teóricas e o trabalho no campo o permitam. As categorias-chaves são: *nação*, *etnia*, *confissão*, *Estado(-nação)*, *território*, *limites* e *fronteiras*. Entendê-las sem esgotar tal debate é uma das propostas desta pesquisa a ser empreendida, requalificando-as, conceitual e historicamente, no contexto espaço-temporal do OP de fins de século XX, especificamente na Guerra Civil Libanesa (1975-90). O estudo destes termos relativiza a atribuição aos israelenses como única e principal força propulsora dos conflitos na Região e no Líbano, ressaltando, entretanto, que é impossível ignorá-la (NIGRI, 2009: 17).

O conceito secularizado de *nação* e sua práxis foram transferidos por meio da penetração franco-britânica para a costa levantina, sob o domínio otomano, no séc. XIX, e também pela emigração de judeus *askhenazis* da Europa Central e Rússia para a Palestina, no mesmo período. Uma conceituação ocidental de *nação*, mesmo sem unanimidade, é

necessária. *Nação* é formada pela ideia de uma comunidade imaginária onde a territorialidade, a soberania propriamente dita, o passado histórico-cultural e a língua comum transcendem supostamente as diferenças sociais internas, mas que dificilmente equacionam estes dilemas (disparidades sociais), além de não evitarem a ressurgência de antigas questões identitárias de outras formações minoritárias (seculares ou religiosas) (NIGRI, 2003: 4). Estes elementos emergiram durante a penetração capitalista nos impérios do centro e leste-europeus, na segunda metade do século XIX e na penetração colonial na China, no mesmo período (NIGRI, 2003: 4). Ao chegar ao contexto levantino, na mesma época, a categoria europeia se embate com a ideia de *Umma* (comunidade dos crentes), já consagrada pelos muçulmanos, mas foi acolhida pelos árabes cristãos, que no movimento cultural da *Nahda* (Renascença) irradiaram as novas ideias e práxis pela região, onde se atribuiu à língua árabe o fator integrador que transcendesse não só as diferenças sociais, mas também a divisão confessional entre árabes cristãos e muçulmanos, que emergiu das guerras civis e massacres entre 1840 e 1860 no OP. A *Nahda*, porém, se dividiria em tendências francófilas, anglófilas, germanófilas e russófilas (ZEGHIDOUR, 1982: 35-44). Por outro lado, o mesmo termo europeu se embate com o nacionalismo judeu sionista, que mesmo secularizado remete a um discurso milenarista e à práxis laicizada de seus membros que amalgamam cidadãos oriundos das áreas mais diversas do mundo, especialmente os askhenazis, de língua *yidiche*. Nacionalismos judeu, árabe e ocidental secularizados confrontam-se com a (pretensa) coesão da *Umma* (comunidade islâmica). Conceitos e práxis nacionalistas serão requalificadas nas pesquisas a serem empreendidas no contexto espaço-temporal já mencionado.

Etnia, segundo Norberto Bobbio (1983: 449-50), é um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e território, sendo mister distingui-la de Nação, pois há etnias que se acham divididas em vários Estados. Porém, não existem Estados cujos territórios coincidam com os de um grupo étnico. No que se refere ao OP, onde as guerras árabe-israelenses são percebidas como nacionais e/ou religiosas, conceito e realidade de uma dada etnia articulam-se com tais aspectos (NIGRI, 2003: 5). No entanto, algumas etnias assumem o caráter ‘nacionalitário’ e desafiam o discurso identitário nacional dos projetos de Estados nacionais (NIGRI, 2003: 29). São numerosas as etnias dentro do mundo árabe-cristão-islâmico (curdos, turcomenos, circassianos, entre outros). Em Israel, a comunidade árabe drusa foi ‘etnificada’, o mesmo não ocorreu nos países árabes. O historiador François Massoulié (1996: 135) nos adverte sobre como a marginalização política dos druzos (e sua classe de proprietários) no Pacto de 1943 os colocará à frente das guerras civis libanesas do século XX. Por outro lado, não seria lícito

atribuir o termo *etnia* às formações comunitárias judias orientais, oriundas de um multissecular contato, interação e simbiose com o mundo muçulmano, cujas heranças culturais e linguísticas se diferenciam entre si no tempo e espaço, antes da fundação de Israel? A mesma pergunta não poderia ser endereçada aos judeus *askhenazis*? De acordo com o antropólogo Paulo Hilu Pinto (2011), o conceito de *etnia* é móvel e construída e não reflete uma unidade cultural, ela funciona através de fronteira e reifica traços culturais. Estas lacunas de conceitualização serão alvos de um discernimento mais acurado em nossas análises.

Conceito e práxis de confessionalismo serão compreendidos como desafiadores dos discursos homogeneizadores, nacionalistas e seculares, árabes e judaicos, a exemplo da guerra, na Síria, entre o regime ditatorial e alauíta de Hafez el-Assad e extremistas islâmicos sunitas, que culminou no massacre de Hama, em 1982. Segundo Georges Corm, no Líbano, o confessionalismo foi elevado à categoria de regime político, permanecendo por diversas formas, desde 1842, onde cada comunidade religiosa se transmutou em órgão político e, como consequência, em cliente de uma potência regional ou internacional, produzindo nacionalismos libaneses muito diferentes e incompatíveis entre si (CORM, 2005 B). Por outro lado, a aliança entre direitistas maronitas (divididos em três clãs: Gemayel, Frangieh e Chamoun) – cujo predomínio político foi contestado ao longo da Guerra Civil Libanesa (1975-90) – e Israel é um exemplo que subentende o necessário aprofundamento da questão em nossos estudos.

O conceito de Estado, especificamente de Estado-nação, é de fundamental importância em nossas análises, porém não apresenta um consenso nas Ciências Humanas. Para Benedict Anderson o Estado-nação é uma invenção do séc. XIX (PINTO: 2011). Segundo Arrighi (2007), a ideia de que o Estado-nação surgiu na Europa, nos estertores do Medievo, nos sécs. XV e XVI, é falsa, pois ele aponta que na Ásia já existiam Estados-nação: Japão, Coreia e China, entre outros. No entanto, para o escopo deste trabalho não iremos, neste primeiro momento, discutir as diversas concepções de Estado-nação, que muitos chamam de Estados nacionais. Ressaltamos, no entanto, que os Estados fundados no OM, ao longo dos séculos XIX e XX, tiveram como modelo os Estados nacionais europeus, uma vez que o expansionismo europeu, neste lapso de tempo, conquistou e dominou grande parte dos vastos territórios do Império Otomano, este sendo um Estado plurinacional cujos efeitos da desagregação se fazem sentir até os dias atuais. Os Estados nacionais ou Estados-nação (aqui estes termos serão tomados como sinônimos) europeus têm origem mais remota no processo de centralização monárquica iniciado nos sécs. XV e XVI, quando o sistema feudal foi incapaz de responder satisfatoriamente à transição de um poder capitalista disperso para um

concentrado. Este poder concentrado foi resultado do renascimento comercial, cujas principais redes de comércio foram monopolizadas por pequenos grupos de grandes comerciantes associados, por sua vez, a uma rede de interesses, formados também por atacadistas, corretores, cambistas e, principalmente, banqueiros ligados ao Estado ainda monárquico-feudal, de onde arrancavam privilégios através de uma série de instrumentos jurídicos que garantiam seus monopólios, extraíam seus lucros, subvertendo a ‘tesoura’ da oferta e da procura – o mercado. Em nenhum outro lugar do mundo se deu esta relação privilegiada (a fusão capital-Estado) a não ser na Europa, caracterizada pela ausência de um império mundial (ARRIGHI, 1995: 13). Esta fusão erodiu as estruturas do feudalismo, provocando revoltas camponesas, depressões econômicas e disputas pelo controle das rotas comerciais e territórios envolvendo os principais Estados europeus, elementos que serviram como base para o fortalecimento do poder na figura do rei (*primus inter paris*).

A resultante desta competição por rotas comerciais e territórios foi a emergência dos Estados centralizados modernos, fundamentada no monopólio da força e da tributação. Sua primeira configuração a partir do século XVI era ainda feudal, permanecendo os traços territorialistas de governança, com a centralização política na figura do rei.

Os Estados centralizados e unificados, durante a transição do sistema feudal para o capitalismo, assentavam-se numa sociedade de estamentos com privilégios jurídicos. No aspecto político-econômico, o mercantilismo era promovido para o fomento do desenvolvimento nacional. Segundo Arrighi (1995), pode-se mesmo afirmar que o mercantilismo concorreu para a centralização e unificação das monarquias nacionais, na medida em que pressupunha a integração territorial destas governanças. Estas mudanças emanavam da desestruturação do sistema de governo medieval. A busca por novas terras por meio da expansão ultramarina, por sua vez, era uma tentativa da economia mercantil para superar os gargalos impostos pelo feudalismo em crise.

Neste contexto, surgem as primeiras teorizações para legitimar as novas estruturas estatais que emergiram na Europa Centro-Occidental nos estertores do Medievo. O pensador inglês Thomas Hobbes ([1651] 1983), no séc. XVII, afirmava que o Estado é decorrente da necessidade dos homens escaparem do ‘estado da natureza’, onde ‘o homem é o lobo do homem’. Assim, pelo medo da morte, buscando segurança em relação aos demais, os homens elegem o Estado como uma terceira pessoa, que emerge acima de todos para fazer vigorar a paz e a ordem. Assim, os homens optam por transferir a esta terceira pessoa (o Estado encarnado na figura do rei) o direito à força para se proteger da ameaça de ataque dos demais.

No século seguinte, o pensador suíço Rousseau (RODRIGUES JR., 2010: 77) afirma que o Estado é resultado da necessidade dos homens protegerem suas propriedades privadas (bens, terras). Para ele, o ‘estado de sociedade’ é o momento em que não há propriedade privada, somente quando esta surge cria-se um problema de segurança para o homem, que precisa proteger seus bens e a si mesmo do ataque dos demais. Assim, os homens se associam através de um pacto social para formar o Estado, que só existe enquanto houver a ‘vontade geral’ dos homens em abrirem mão do direito à força em nome da proteção da coletividade e da propriedade.

A partir do final do séc. XVIII, em decorrência das Guerras dos Trinta Anos (1618-48) e do Tratado de Westfália (1648), quando se estabelece o princípio da soberania dos Estados, das Revoluções Inglesas do séc. XVII, assim como as transformações engendradas pelas Revoluções Industrial (na Inglaterra) e Francesa, uma nova forma de organização estatal centralizada surge na Europa Centro-Occidental, o Estado-nação, que implica na relação entre nação, território e soberania. Segundo o geógrafo Milton Santos (1986: 189),

Estado-nação é essencialmente formado de três elementos: o território; um povo; a soberania. A utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são regulados pelo princípio da soberania.

A concepção de soberania foi estabelecida pelo Tratado de Westfália (1648), que encerrou as guerras religiosas dos Trinta Anos (1618-48), na Europa. Ela implica na ideia de que a autoridade do príncipe está circunscrita apenas dentro dos limites territoriais onde vivem os seus súditos.

Este conceito de Estado-nação, baseado na relação entre nação, território e soberania, está presente nas concepções do geógrafo e biólogo alemão Friedrich Ratzel. Já em fins do séc. XIX, no processo de unificação alemã, Ratzel ([1895] 1983) afirma que, sob a influência das concepções vulgares do evolucionismo de Darwin e Spencer, o Estado é um ‘organismo vivo’, que expande e encolhe e, por isso, ele é inconcebível sem territórios e sem fronteiras (RATZEL, [1895] 1983). Ainda de acordo com o geógrafo alemão, os Estados lutam pela sobrevivência, daí, por isso, o território (e a sua expansão) ser o elemento fundamental para a vitória nesta competição. Os limites desta expansão são determinados pela relação da sociedade com seu território, pois ainda que o território possa criar obstáculos ao desenvolvimento pleno de um Estado, caberá à sociedade usar bem suas potencialidades para romper esta barreira. Assim, podemos deduzir das concepções *ratzelianas* de Estado a relação entre território e poder.

No que se refere ao OM contemporâneo, especificamente o Crescente Fértil, os Estados-nacionais foram resultantes da implosão do Império Otomano e do domínio europeu subsequente, a partir do início do séc. XX. No entanto, as fronteiras das estruturas estatais recém-formadas e desenhadas pelos europeus entraram em choque de legitimidade com antigas formações sociais ali existentes, dando origem a inúmeras crises até os dias atuais. A pergunta que se faz é para quais nações foram fundados os Estados-nacionais do Levante? O discurso do nacionalismo árabe, fomentado no movimento sociocultural da *Nahda* (renascimento em árabe) do séc. XIX, foi usado pelos britânicos para angariar apoio e, assim, desafiar o poder otomano (e, ‘por tabela’, alemão) na guerra euroasiática de 1914-18. Este discurso, no entanto, foi invalidado, mediante os Acordos anglo-franco-russo de Sykes-Picot-Sazonov (1916), uma vez que estas novas estruturas político-sócio-territoriais (através do sistema de mandatos) foram forjadas para ressaltar (ou aprofundar) a ausência de unidade da nação árabe dentro da lógica ‘dividir para reinar’. Desta forma, minorias étnicas e confessionais, com existência multissecular no seio dos povos árabes e do mundo muçulmano, foram instadas a participar na construção destes Estados, fornecendo-lhes a legitimidade e o apoio ausentes até então, sem, contudo, que fossem eliminadas as desigualdades sociais internas ou mesmo eludida a ressurgência de antigas questões identitárias de outras formações minoritárias ou mesmo majoritárias, seculares ou religiosas. Um bom exemplo, neste caso, é a Síria, cuja ditadura implantada em 1970 é um regime controlado por militares da minoria muçulmana alauíta, que foi contestado pelo levante muçulmano sunita, confissão majoritária do país, na cidade de Hama, em 1982, e brutalmente reprimido pelo governo militar. Em contraste a esta situação descrita, encontramos povos que permanecem sem Estado, como os árabes palestinos e os curdos.

Segundo os historiadores Inacio Nigri (2005), Avi Shlaim (2004) e Benny Morris (2001), a fundação e a expansão territorial do Estado de Israel (‘Estado judeu’), durante a Guerra de 1947-49, ocorreram em conluio com Estados árabes (acresce também os segmentos da sociedade árabe que apoiaram, tacitamente, o projeto sionista, sendo este o caso dos druzos, por exemplo, como veremos no CAPÍTULO II), tais como Egito, Transjordânia, Síria e Líbano, em detrimento do Estado prometido aos árabes palestinos. A aliança árabe-judaico-sionista na fundação de Israel (o que contesta a historiografia tradicional sobre a suposta oposição abissal entre árabes e judeus) nos exige uma reflexão sobre o conceito de Estado e sua dinâmica no OM, dentro das concepções *ratzelianas*.

Os Acordos russo-franco-britânico de Sykes-Picot-Sazonov e o sistema mandatário franco-britânico impuseram a formação de entidades nacionais-estatais no Crescente Fértil,

afrontando a suposta unidade da *Umma* e da ‘Nação Árabe’, nas duas primeiras décadas do séc. XX. Estas entidades foram aceitas, ainda que sofressem contestações por expressivos segmentos da sociedade árabe e, uma vez instalados, estes Estados são regidos pela lógica da expansão de poder (*raison d'État*), e, por isso, de territórios. A existência destes Estados árabes no Levante nega o nacionalismo árabe (ou pelo menos o pan-arabismo⁴) e abre o caminho para a fundação e a expansão de Israel, ainda que este conteste o pluralismo das formações sociais árabes. Isto explica em grande parte porque os árabes se aliam a e ao mesmo tempo combatem Israel.

Entretanto, a expansão de Israel na guerra contra os países árabes nos remete a determinados conceitos básicos da Geografia, já aludidos por Ratzel: território, fronteiras e limites.

Território é um dos conceitos mais caros à Geografia Política, embora haja inúmeras concepções do termo. Como já visto antes, para Ratzel o território é sempre uma parcela do espaço geográfico apropriada por uma comunidade (preferencialmente organizada sob a forma de Estado), possui fronteiras e é peça fundamental para a constituição e posterior evolução do Estado (SILVA, 2003: 27), pois, segundo a concepção do geógrafo Claude Raffestin (1993), nele se encontram população e recursos, tornando-se, portanto, um elemento para o exercício do poder (RODRIGUES JR., 2010: 84). O geógrafo brasileiro Milton Santos (1996: 16) afirma que território são formas e não é um conceito em si mesmo, e por isto é o uso do território que faz dele objeto de análise social, pois território usado são objetos e ações, sinônimos de espaço humano, espaço habitado. Para Raffestin não há território que não seja usado. O geógrafo francês nos adverte, contudo, para a distinção entre espaço e território e, indo mais além, ressalta que as relações entre os diversos atores que atuam no território são assimétricas:

(...) Espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta e abstratamente (...), o ator “territorializa” o espaço. (...) O território, nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) O território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993: 143-44).

Para efeitos desta pesquisa, o termo território será entendido como resultante de seu uso e, por isso, das relações de poder que atuam sobre ele. Ele também pode ser definido

⁴ O pan-arabismo é uma das vertentes do nacionalismo árabe que prega a unificação de todos os povos árabes num único Estado.

pelos seus limites e fronteiras que mudam conforme relações de poder entre atores principalmente estatais, como podemos constatar na expansão de fronteiras (e dos territórios) do Estado destinado pela ONU aos judeus sobre os territórios que formariam o Estado palestino. Assim, podemos depreender, ainda dentro das concepções de Raffestin (1993: 223), que território também é recurso.

A partir das concepções *raffestinianas* de território, perguntamos se o expansionismo israelense sobre os territórios palestinos não seriam um meio para obtenção de recursos hídricos da Cisjordânia, como afirma o geógrafo Gilberto Rodrigues Jr. (2010), ou de reservas de hidrocarbonetos ao longo das costas da Faixa de Gaza, e até mesmo do Líbano e da Síria, como nos aponta a empresa texana de energia Nobel Company (2010). Também este expansionismo territorial não seria uma forma para aquisição de solos para assentamentos humanos, para construção de cidades e fixação de comunidades rurais? Afinal, para Ratzel (1983), não existe Estado sem território, sem fronteira e, muito menos ainda, sem solo.

A formação dos Estados centralizados na Europa, entre os séculos XIV e XIX, nos induz aos conceitos de limites e fronteiras territoriais para o exercício da soberania pelos seus governos. É preciso, no entanto, fazermos distinção entre os dois termos. O geógrafo André Martin (1992: 47) afirma que a fronteira ocupa uma faixa constituindo uma zona, muitas vezes bastante povoada, enquanto que limite é reconhecido como *linha* não podendo ser habitada. Segundo a geógrafa Lia Osório Machado (1998), fronteira é um conceito que adquiriu historicamente forte conotação política. Seu sentido não era o de *fim*, mas do começo do Estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir. Limite designa, de acordo com a geógrafa brasileira, o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Desta forma, acresce Machado (1998), a fronteira está orientada ‘para fora’ (forças centrífugas) e pode ser uma ameaça pela possibilidade de desenvolver interesses distintos aos do governo central, enquanto que os limites estão voltados ‘para dentro’ (forças centrípetas). Assim, temendo um reducionismo grosseiro, podemos entender que fronteira é expansão e limite é coerção. A geógrafa conclui que o limite não está associado à presença de habitantes, pois é uma abstração generalizada em lei nacional e sujeita às leis internacionais e longe dos interesses das populações de fronteira (MACHADO, 1998). Em decorrência disto, os Estados têm bastante preocupação com suas fronteiras, pois elas também podem ser fatores de integração, uma vez constituídas como zonas de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas (MACHADO, 1998). Por outro lado, o limite pode ser um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas,

além de permanecer como obstáculo fixo, sem se importar com a presença de fatores comuns, físico-geográficos ou culturais (MACHADO, 1998). Logo, a fronteira une e o limite separa.

Neste aspecto, a fragmentação dos territórios árabes no Levante pelas potências europeias, apoiadas por expressivos segmentos das sociedades árabes, ocasionou a formação de inúmeros Estados, muito povoados, com escassos recursos hídricos, vitais estes para a sobrevivência do ser humano, numa pequena região habitável. Temos, neste ponto, um novo paradoxo com graves desdobramentos, como as inúmeras tentativas israelenses de expandir seus limites até as margens do Rio Litani, no sul do Líbano, bem como a ocupação militar da Cisjordânia. O sul do Litani e as duas margens do Rio Jordão são as ‘fronteiras certas’ (na verdade, o acerto de limites é apresentado popularmente como fronteiras), dizia Ben-Gurion, líder sionista (apud NIGRI, 2003: 14).

(...) margem meridional do rio Litani, das fontes do Jordão e da região do Hauran desde El-Auja até Damasco... para a Alta-Galileia e... e para Todo o País. Os rios mais importantes de Eretz Yisrael são: o Jordão, o Litani e o Yarmuk. (...) O país necessita dessa água.

Do mesmo modo, as tentativas do que vulgarmente se chama de ‘acerto de fronteiras’ (na verdade, acerto de limites) estão presentes no expansionismo de Estados árabes, como no caso do Iraque que invadiu o Kuweit em 1990, alegando que o pequeno emirado árabe não passava de uma província iraquiana. Constatamos, desta forma, a existência de um ‘excesso de Estados’ e, por consequência, um ‘excesso de fronteiras/limites’ para poucos territórios, mais um paradoxo a ser destrinchado em nossas análises sobre os conflitos do OM.

Por fim, verificamos o contraste entre a abundante produção historiográfica árabe e israelense nas últimas três décadas e as raras publicações aqui no Brasil. Nota-se que em nosso país, a partir da década de 2000, tem crescido o número de pesquisas, mediante dissertações e teses, sobre as inúmeras questões (políticas, históricas, econômicas, culturais, geoestratégicas, geopolíticas, entre outras) do OM, apesar dos esforços metodológicos de pesquisadores brasileiros na compreensão dos conflitos na região, tendo ainda algumas dessas obras repetido velhos chavões europeus sobre árabes e judeus, conforme já observamos no início deste capítulo. Entretanto, destacamos pela quantidade e qualidade nos estudos sobre a conflagrada região, as dissertações e teses dos diversos programas de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) e do Núcleo de Estudos sobre o OM da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a coordenação do antropólogo Paulo Hilu Pinto, cujas produções acadêmicas refutam velhas teses orientalistas.

É preciso assinalar que a Região, alvo de nossas pesquisas, é uma das mais conturbadas do globo, sendo palco permanente de conflitos bélicos de baixa, média e alta intensidades até os dias atuais, e que tais fatores oferecem precárias condições de pesquisas *in loco* para os que desejam aprofundar suas análises.

A Guerra Civil Libanesa (1975-90) e a invasão israelense de 1982, entendida como a concretização das estratégias israelenses balcanizadoras, assim como seus alcances e limites, constituem objeto da pesquisa a ser realizada, enquanto o conflito entre árabes e israelenses persiste.

Desta forma, a geopolítica, a geoestratégia e a estratégia serão requeridas numa perspectiva pluridisciplinar, com a necessária perspectiva histórica, para o estudo das categorias aqui referenciadas.

Tradicionalmente, porém, há confusão entre os conceitos de geopolítica, geoestratégia e estratégia. É necessário, portanto, fazermos uma distinção entre os termos. Primeiramente, o conceito de *geopolítica* é relativo à relação entre espaço e poder, decorrente da constatação de que nenhum Estado pode desconhecer sua geografia na elaboração de suas políticas interna e externa, tendo em vista sua projeção como potência regional ou mundial. A relação ‘espaço e poder’ ganhou uma interpretação ainda mais ‘radical’ através do postulado ‘espaço é poder’, implícita na obra de Friedrich Ratzel, dando partida à sistematização do pensamento geopolítico no Ocidente, em fins do século do séc. XIX. Para Ratzel, as relações entre espaço e poder são relações sóciopolíticas, expressadas empiricamente sob várias formas e tipos, desde as sociedades comunais e primitivas até a complexa forma de Estado soberano (PENHA, 2007: 134). Assim sendo, *geopolítica* trata de problemas tais como o traçado de fronteiras, formação de novos Estados, conflitos étnicos/territoriais, expansionismo e equilíbrio de forças no cenário internacional, ou seja, o termo pode ser entendido como correlação de forças no plano espacial, com ênfase na escala mundial (VESENTINI, 2004: 10-11).

O termo *estratégia*, por sua vez, está relacionado à gestão da guerra e à segurança pública (VESENTINI, 2004: 10), tendo uma dimensão não espacial (o comando de uma tropa, tecnologia dos armamentos, p. ex.) e uma dimensão espacial (o deslocamento de tropas, corte de comunicações, cercar um local, p. ex.). É no aspecto espacial da estratégia que se denomina a *geoestratégia* (VESENTINI, 2004: 10). Entretanto, o geógrafo brasileiro Eli Penha (2007: 137) nos adverte que a *estratégia* se desenvolve obrigatoriamente no espaço, o que nos leva a uma possível tautologia na conceituação do termo *geoestratégia*, embora esta

ocupe o primeiro lugar na disputa com a técnica na hierarquia dos fatores que influenciam a estratégia, antes e depois de um confronto bélico.

No contexto da Guerra Civil no Líbano (1975-90), e nela inserida as invasões síria (1976) e israelenses (1978 e 1982), a doutrina de segurança israelense face ao mundo árabe-islâmico é assentada nas bases práticas expressadas pelos desdobramentos entre objetivos militares, geográficos e políticos da fórmula *clausewitziana* “guerra como continuação da política”, elaboradas pelos governos e chefias de Estados-maiores (NIGRI, 2003: 9). Outras estratégias são elevadas ao nível de valor supremo nos Estados árabes, assim como nos movimentos socioconfessionais, étnicos e nacionais em níveis diferenciados, elaborando seus objetivos face aos demais segmentos estatais hegemônicos ou não (NIGRI, 2003: 9-11).

Problema

O problema que nos propomos discutir aqui, entendendo que esta pesquisa estará longe de esgotá-lo, concerne aos planos de balcanização⁵ do OM com vistas a promover a hegemonia de Israel na Região. Concebido como um Estado baseado na exclusividade comunitária, *Eretz Yisrael* (Terra de Israel em hebraico), como é denominado pelos ideólogos do nacionalismo judeu sionista fundado sobre a Palestina, confronta-se com a sobrevivência milenar do pluralismo confessional e étnico no Sudoeste da Ásia e Nordeste da África (especialmente os cristãos ortodoxos, muçulmanos sunitas, xiitas, alauítas e druzos), constituindo-se num fator de desestabilização para estas regiões, pois, como afirma o historiador e economista Georges Corm (2005 B), “(...) na Palestina, Síria, Líbano e Egito, as diversas comunidades religiosas vivem entrelaçadas entre si, inclusive os judeus. Um Estado exclusivamente judeu criado neste meio multifacetado só poderia chocar-se com uma feroz resistência”.

Exacerbar as divisões internas dos Estados árabes para fragmentá-los em pequenos territórios étnico-confessionais é o meio pelo qual o ‘Estado judeu’ pretende justificar sua presença no Levante (CORM, 2006 B). No caso do Líbano, objeto de nosso estudo, que apresenta expressivo peso demográfico dos cristãos, lideranças sionistas, tais como Ben-

⁵ Referimo-nos aqui pela primeira vez ao termo *balcanização*, que pode ser entendido como a divisão de um território em bases étnico-confessionais, como define Nigri (2003), ou como propõem Bobbio, Matteucci e Pasquino (1983: 105), “uma expressão política que significa a divisão de uma entidade continental, subcontinental ou regional em unidades politicamente separadas ou hostis entre si”. Consideramos, aqui, que ambas conceituações são complementares e, por isso mesmo, válidas para nosso propósito de análise.

Gurion, vislumbraram a possibilidade de fazer emergir no País dos Cedros um Estado cristão maronita aliado de Israel e, assim, legitimar sua existência no OM, majoritariamente islâmico.

Estes planos não são uma teoria da conspiração, como querem fazer acreditar alguns. Como já observado anteriormente em Ratzel, todo Estado busca expandir seu poder, e, por isso mesmo, seu território com vistas a aumentar seus recursos. No caso de Israel, o expansionismo territorial não é uma mera expansão de seu poder, mas sim uma necessidade para aquisição de recursos tais como: solo (para o assentamento dos ‘colonos’, muito dos quais imigrantes da ex-URSS), água (vital para os humanos e escassa na região), mas também para expulsar a população árabe palestina (que vive na região há dois milênios), que disputa o consumo destes recursos e contesta a legitimidade do Estado dito judeu. O que nos importa neste momento é a simbiose entre os intentos expansionistas israelenses e os atores árabes que, em busca de maximização de seus interesses privados e de poder, possibilitaram a invasão das tropas israelenses no Líbano no verão de 1982. Estes atores árabes tiveram um importante papel na eclosão do conflito libanês, pois permitiram transformar o pequeno País dos Cedros num laboratório de experiências políticas para as geoestratégias de Israel.

A guerra civil libanesa (1975-90) eclodiu, entre outros motivos, em decorrência da contestação do Pacto não-escrito confessional (1943) que estabelecia uma divisão comunitária do poder em base confessional, assegurando uma supremacia da comunidade cristão-maronita no Líbano. O crescimento da população muçulmana libanesa e a chegada dos refugiados palestinos (majoritariamente muçulmanos, ainda que secularizados) decorrentes das derrotas árabes frente a Israel pressionaram em favor de mudanças na redistribuição de poder, o que a direita cristão-maronita se negou a fazer, procurando aliança com os EUA e Israel. Em 1976, a Síria interveio em favor da direita cristão-maronita, impedindo que esta fosse derrotada pela coalizão ‘progressista’-palestina. Mas em 1978, em decorrência da paz entre Israel e Egito, mudou de lado em favor das forças de ‘esquerda’, dos palestinos e muçulmanos. O início da Guerra Civil foi marcado pela rotina dos massacres sectários, que deram uma falsa impressão de uma guerra de cristãos contra muçulmanos (e vice-versa). Estes massacres de caráter sectário foram promovendo a ‘purificação’ de bairros e cidades, criando territórios étnico-confessionais homogêneos. Assim, abriu-se oportunidade para as intervenções militares israelenses em 1978 e, principalmente, em 1982 para mudar o quadro político do pequeno Estado árabe e consolidar a efetiva divisão territorial promovida pelas milícias libanesas. Teria o conflito libanês servido como laboratório à impulsão geoestratégica expansionista do Estado hebreu? Na primeira invasão (1978), chamada *Operação Litani*, numa alusão ao rio Litani, revelava o objetivo do país hebreu de alcançar as margens do mais importante rio

libanês, sob a escusa de criar uma região livre da presença de guerrilheiros palestinos, que usavam o sul do Líbano como rampa para ataques ao território israelense. A ofensiva militar obteve apoio de milícias libanesas cristãs direitistas, contrárias à presença palestina e síria no território libanês. Como estas tropas ‘estrangeiras’ não se retiraram, os laços entre direitistas cristãos e Israel se estreitaram a ponto de, no início da década de 1980, o ministro da Defesa general Ariel Sharon planejar invadir o pequeno vizinho do norte para impor um presidente cristão aliado aos sionistas e destruir a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). O plano foi concretizado com a invasão de 1982, que se revelou mais destrutiva e mortífera que a de 1978. A capital e o sul do Líbano foram arrasados por bombardeios de saturação por mar, ar e terra. Mais uma vez milícias cristãs direitistas apoiaram a ofensiva militar de Israel, aliança que alcançou seu ponto máximo no massacre de milhares de refugiados palestinos e libaneses nos campos de Sabra e Chatila, o que provocou clamor internacional. As atrocidades perpetradas em Beirute somadas ao surgimento de uma resistência à invasão forçaram o recuo israelense. Esta retirada, que mal escamoteia a derrota militar, foi acelerada com a eclosão da revolta palestina na Faixa de Gaza e na Cisjordânia contra a ocupação militar israelense, em 1987. No entanto, pergunta-se, ela implicaria numa reversão, ainda que provisória, da impulsão geoestratégica aos limites do OM? A resposta exige, portanto, a sistematização do pensamento e da práxis geoestratégica de Israel no que se refere às relações sociopolíticas, marcadas pelas alianças e dissensões entre cada segmento da sociedade civil e seu bloco dirigente hegemônico.

Objetos

Os planos de balcanização do OM elaborados pelo ex-diplomata e jornalista israelense Oded Yinon, um crítico dos Acordos de Paz de Camp David (1978-9), entre Egito e Israel, são nossos objetos de estudo primordiais. Acreditamos que eles dão sequência a planos de fragmentação do mundo árabe elaborados no passado (séc. XIX e primeira metade do séc. XX), a saber: por Ben-Gurion, general Yigal Allon e pelas potências europeias, Inglaterra, França, a Rússia czarista e Áustria-Hungria, no bojo do processo denominado como imperialismo, a partir da segunda metade do século XIX, para citarmos alguns exemplos. A pergunta central que fazemos nesta pesquisa é: a invasão israelense do Líbano em 1982 tinha por objetivo a fragmentação do País dos Cedros em mini-Estados-tampões, de forma a favorecer a hegemonia de Israel sobre o todo OM? Não sabemos se nesta pesquisa haverá elementos para responder a outra questão, que poderá ser objeto de outra pesquisa: este

projeto/processo está em curso nos dias atuais, início do século XXI, com a segunda invasão anglo-americana do Iraque, em 2003, apoiada pelo Irã?

Fontes

Primeiramente, enumeramos algumas das fontes primárias para o desenvolvimento da pesquisa as quais se encontram na casa do pesquisador. São elas: o documentário disponível na internet, sobre a Guerra Civil Libanesa, *War of Lebanon* (*Harb Lubnan* em árabe, *Guerra do Líbano* em português), produzido pela rede de TV do Catar, Al-Jazeera, em 15 episódios, trazendo entrevistas com os principais personagens do longo conflito, tais como Elie Hobeicka, Karim Pakradouni, Bachir Gemayel, Menachem Begin, Morris Drapper (ex-embaixador americano), Georges Hawi (ex-líder do PCL), Walid Jumblat, Elias Atallah (ex-líder da OAC), entre outros, que oferece uma visão objetiva, complexa e multifacetada do conflito, sem esconder os sombrios episódios do contencioso. Apresentamos ainda, com especiais destaques, o artigo de Oded Yinon, *A strategy for Israel in the nineteen eighties*, o *The Middle East military balance – 1983*, da Universidade de Tel Aviv, úteis para a análise das estratégias israelenses. Ainda como fontes foram usadas as contribuições historiográficas já clássicas: de Georges Corm, talvez o maior especialista sobre o litígio libanês e sua prolixa obra, onde destacamos *Le Proche-Orient éclaté (1956-2007)*. Foi de grande valia a mais rica cobertura factual e detalhada em língua portuguesa realizada pelas edições do *Almanaque Abril* ao longo da década de 1980 sobre a Guerra Civil, cuja cronologia do conflito facilitou a assimilação das intrincadas, complexas e fugazes alianças forjadas entre os grupos em combate.

A pesquisa foi realizada em arquivos de instituições como os Arquivos do Itamaraty, da Biblioteca Nacional, Ministério da Fazenda, do Centro Cultural do Banco do Brasil, Consulado do Líbano e na biblioteca do Maison de France, bibliotecas da PUC, UFRJ, UFF, UERJ, USP, UNICAMP e Pública do Estado do Rio de Janeiro, por também disporem de fontes primárias. Outras instituições foram (e ainda poderão ser) incluídas de acordo com a disponibilidade e adequação das fontes aos propósitos de pesquisa.

No que concerne à documentação disponível na internet, o material é farto e a consulta é indispensável aos sítios oficiais da ONU, da LEA, dos governos do Líbano (presidência da República, Ministério da Defesa e do Interior), Israel (serviços secretos, Ministério da Defesa, dos Negócios Externos), EUA (CIA, presidência da República, Ministério da Defesa). Foram consultados os sítios oficiais dos partidos políticos libaneses, que em sua grande maioria

serviram como milícias armadas durante a guerra civil, tais como as Forças Libanesas, o Amal, o do PCL, além do ESL; também o CEDARLAND, que oferece uma das mais ricas reconstituições factuais da Guerra Civil Libanesa e da História do Líbano. Há ainda o sítio Youtube, onde estão inúmeros discursos de Bachir Gemayel entre outros líderes árabes e israelenses, além das reportagens (e imagens) televisionadas da invasão, cerco e bombardeio a Beirute. Pela internet foi possível consultar a mapotecas, com riqueza de detalhes, os quais também serão pesquisados para o melhor entendimento do desenvolvimento bélico do conflito. A internet constitui uma das mais ricas fontes de dados para o pesquisador.

Nos documentos escritos foram indispensáveis as consultas e pesquisas à biografia oficial do ex-presidente sírio, Hafez el-Assad, *Hafez el-Assad: o percurso de um combatente*.

Não menos importante, a consulta às mídias impressas, tais como jornais (Folha de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e o Estado de São Paulo) e revistas semanais brasileiras, como VEJA, ISTO É, e americanas, como TIME e NEWSWEEK.

A análise das fontes referenciadas está centrada em torno das hipóteses levantadas, pois a farta bibliografia disponível em bibliotecas e na internet poderão tornar contraproducentes o esforço interdisciplinar do entendimento do conflito.

Escala

O geógrafo argelino-francês Yves Lacoste (2001: 87) chama atenção para o fato de que a distinção entre grande e pequena escala é ambígua. Segundo o geógrafo, uma carta de 1/200.000 pode ser classificada entre as cartas de grande escala se comparada a uma de 1/10.000.000, porém a mesma carta de 1/200.000 pode ser considerada de pequena escala em relação a uma de 1/20.000. Adverte ainda que a escolha de escalas diferentes não implica em diferentes espaços de conceituação (LACOSTE, 2001: 87). Assim, mapas da França de 1/10.000.000 e de 1/1.000.000, apesar da diferença de escalas, tratam do mesmo território francês. Ele prossegue afirmando que a pluralidade dos espaços de conceituação é resultado da vontade de apreender os espaços de tamanhos diferentes, na realidade. De acordo com Lacoste (2001: 88), é preciso classificar diferentes categorias de conjuntos espaciais em função de suas diferenças de tamanho reais e não em função das escalas de representação.

Desta forma, baseamos nossa pesquisa, conforme sugerido por Lacoste, em diferentes níveis de análise, articulados entre si, que correspondem a três ordens de grandeza de conjuntos espaciais, interseccionados:

- Terceira: Líbano, local das guerras das milícias;
- Segunda: compreende o Líbano no mundo árabe (com destaque para Síria, Arábia Saudita, Egito, Jordânia, Iraque, entre outros, incluindo Israel, com sua composição demográfica binacional, árabe-judia) e no OM (mundo árabe, Império Otomano, Turquia, incluindo Irã).
- Primeira: OM, Inglaterra, Império Austro-Húngaro, a Rússia czarista, Prússia, França, EUA, Alemanha, URSS. A Guerra Civil Libanesa (1975-90) ocorreu durante a vigência da Guerra Fria entre os EUA e a URSS (1945-91).

A articulação de diferentes níveis de análise se impõe pela constatação, ao longo da pesquisa, de que fatores de primeira ordem de grandeza espacial (as superpotências militares e econômicas do Pós-II Guerra Mundial, os EUA e a extinta URSS) manipularam, mas também foram manipulados pelos de terceira ordem (os ‘senhores da guerra’, líderes das milícias do Líbano). Assim, acreditamos que trazer à tona estes atores locais e, através das análises das geoestratégias israelenses, torna o OM um renovado objeto de reflexão.

Líbano: uma introdução aos aspectos geográficos

Antes de adentrarmos na análise dos conflitos libaneses, na segunda metade do século XX, e as invasões síria e israelense do pequeno País dos Cedros, faremos uma apresentação, bastante resumida, de alguns aspectos da geografia do Líbano, cujo território serviu (e ainda serve) de campo de batalha para guerras locais, regionais e internacionais.

Ao se falar da geografia do Líbano, também chamado de País dos Cedros, devemos levar em conta, dada a posição geoestratégica do país, que a imprecisão dos números e dados estatísticos tem um importante papel na concertação (geo)política do país. Nas análises empreendidas nesta pesquisa, constatamos como a justaposição de antigas (*vilayets*, *caimacamiat*, *Mutassarrafyat* e *cazas*) e novas formas de gestão territorial (sistema mandatário, Estado-nação) forneceram as bases de instabilidade política no Líbano e no OM, situação que se degradou com o advento do movimento nacional judeu-sionista e a fundação de Israel na Palestina, o que resultou na expulsão dos árabes palestinos do país entre 1947 e 1949. Feita esta ressalva, passaremos à caracterização geográfica do País dos Cedros.

A República Libanesa foi fundada em 1943 e é um pequeno Estado situado no Sudoeste da Ásia, na costa oriental do Mar Mediterrâneo. As contradições da formação do Estado libanês se manifestam na própria indefinição dos dados sobre a área e a população de

seu território. Há vários dados sobre a superfície do país: 10.250 km², segundo o Ministério da Agricultura e o Conselho Nacional de Pesquisa Científica do Líbano (CNRS – Liban) (VERDEIL, FAOUR e VELUT, 2007:32), o que contradiz o *slogan* político do presidente eleito e assassinado em 1982, Bachir Gemayel, que proclamava a soberania dos libaneses (sem os sírios e palestinos) sobre os ‘10.452 km²’ (VERDEIL, FAOUR e VELUT, 2007:32). Para o World Fact Book, da CIA (2009), são 10.400 km² a área total do país. Em termos de comparação, a superfície do país é equivalente a metade da área do estado brasileiro de Sergipe (21.910 km²).

No que se refere à população, é preciso ressaltar que a questão demográfica é um tema extremamente delicado para os libaneses. A população do país oscila entre 3,7 e 4 milhões de pessoas, segundo estimativas da Universidade de Saint Joseph e da Administração Central de Estatísticas do Líbano (VERDEIL, FAOUR e VELUT, 2007: 66). Este número coloca o país dos cedros entre os menos populosos do mundo árabe, porém, devido à sua pequena superfície, o território libanês é um dos mais densamente povoados entre os países árabes (cerca de 360 hab/km²). O último censo demográfico ocorreu em 1932, quando o país ainda se encontrava sob o mandato francês, e serviu de base para a divisão de poder em termos confessionais na independência do Líbano em 1943, quando foi estabelecido um Pacto Nacional verbal. O acordo tácito reconheceu 18 comunidades religiosas, sendo as principais: i) os cristãos: maronitas, greco-ortodoxos, greco-melquitas e armênios (ortodoxos e católicos); ii) os muçulmanos: sunitas, xiitas (ismaelitas e duodecimais), alauítas e druzos; iii) os judeus. Apesar da grande diversidade religiosa, no que se refere às origens étnicas, o Líbano é majoritariamente árabe, tendo apenas a presença de duas etnias não-árabes, os armênios (cristãos) e curdos (majoritariamente sunitas), cujas populações somam menos de 5% do total de habitantes, de acordo com as estimativas (CIA, 2009). Cerca de 87% da população vive nas cidades (CIA, 2009). As cidades mais populosas são a capital do país, Beirute, e Trípoli. A capital e a sua região metropolitana, compreendendo as cidades de Jounieh, Bikfaya, Broumana-Beit Méry, Aley e Damour, concentram cerca de 39% da população do país (VERDEIL, FAOUR e VELUT, 2007: 79). Em seguida, Trípoli e sua periferia são habitados por 350 mil pessoas (VERDEIL, FAOUR e VELUT, 2007: 79). Estima-se a população de Saída (Sidon), Zahleh e Tyr (Tiro) em cerca de 100 mil pessoas cada uma destas cidades.

A ausência de estimativas confiáveis decorre do fato de que as comunidades reconhecidas oficialmente não conseguem chegar a um acordo sobre os termos para um novo censo, pois temem que isto possa comprometer a divisão confessional do poder, por afetar

comunidades que apresentaram uma redução demográfica nas últimas décadas por vários motivos (guerras e crises econômicas) que incentivaram a emigração.

Estas estatísticas pouco confiáveis não impedem de aferir o alto índice de alfabetização da população, cerca de 87 % dos libaneses (CIA, 2009), um dos mais altos do mundo árabe. As línguas mais faladas são o árabe (oficial), seguido do francês (língua oficial do mandato), assim como o inglês. Os libaneses armênios são políglotas, falam o armênio, o árabe, sendo também educados em francês. Não podemos deixar de destacar a língua portuguesa, cada vez mais falada pelos que migraram para o Brasil e que retornaram, junto com suas famílias, para o país de origem.

Quanto ao relevo, o Líbano apresenta uma planície costeira e duas cadeias de montanhas: Líbano e Anti-Líbano, que são separadas pelo Vale do Beka'a, cujas terras férteis favorecem a agricultura.

As famosas Montanhas do Líbano localizam-se a 30 km da costa, estendendo-se por 170 km. Nelas, cujo branco da neve eterna dá o nome ao país, se situam os cedros, árvore símbolo nacional, e onde também encontramos o ponto mais alto do território libanês, o pico *Qornet as-Sawda*, que se eleva a 3.088 m. de altitude. Trata-se de uma região muito povoada, que serviu de base territorial ao antigo emirado libanês (séc. XI a 1840). A cadeia do Anti-Líbano, por sua vez, se estende por 120 km e separa o território libanês da Síria. Esta cadeia montanhosa é composta por dois maciços: ao norte, *Jabal Qalamoun*; e ao sul, *Jabal al-Sheikh* (também conhecido como Monte Hermon), o ponto culminante, com 2.814 m. de altitude (OSMAN: 2005). O Monte Hermon é ponto de convergência (e de disputa) dos limites de três Estados: Líbano, Síria e Israel, e sua importância estratégica é ainda acrescida por nele se encontrar as nascentes do Rio Jordão, um dos raros rios perenes na região e zona de litígio entre quatro entidades políticas: Israel, Síria, Jordânia e a Autoridade Nacional Palestina. Desde a Guerra de 1967 (a dos Seis Dias), quando os israelenses atacaram sírios, jordanianos e egípcios, o referido monte está sob a ocupação militar de Israel.

No que se refere à toponímia, as Montanhas do Líbano recebem as seguintes denominações: o norte de cadeia é chamado de Monte Líbano (*Jabal Lubnan*) ou Montanha do Líbano; o centro-sul, de Montanhas do Chouf (palco de massacres em 1977 e em 1983); Ao sul do país, ainda encontramos o Monte Amil (*Jabal Amil*), que se eleva ao norte da Galileia. O relevo montanhoso favorece a presença de um recurso muito escasso no OM: a água. Por isto, alguns dos poucos rios perenes da Região estão localizados no Líbano. São eles: Awali, Litani, Orontes (que deságua na Síria) e Nahr el-Kalb (em árabe 'rio do Cachorro').

Entre as duas cadeias de montanhas, encontramos o Vale do Beka'a (*Bicaq*), uma extensa planície de 125 km de extensão, com altitudes de mais de 1.000 m. de altitude, com larguras de 8 km ao sul; e 20 km ao norte. Neste vale se localizam os rios Litani e Orontes que, juntos aos seus afluentes, fazem da região uma área fértil e cujas plantações abastecem o país.

O clima do Líbano é mediterrâneo, ou seja, invernos úmidos e verões quentes e secos. As montanhas do Líbano possibilitam nevascas nos invernos.

Quanto à localização e posição geográficas, o Líbano faz fronteira a oeste com o Mar Mediterrâneo, a norte e leste com a Síria e ao sul com Israel. Dos 454 km de fronteiras terrestres, 375 km são com a Síria e 79 km com Israel (CIA, 2009). As fronteiras marítimas somam cerca de 225 km (CIA, 2009).

O Líbano é dividido administrativamente em 7 governadorias (*mohafazat*, no singular, *mohafazah*, no plural), além da capital, Beirute: Líbano-Norte, Monte Líbano, Líbano-Sul, Beka'a, acrescidos pelas novas governadorias de Akkar, Nabatieh e Baalbeck-Hermel. A criação destas novas administrações tem por objetivo tornar mais acessíveis os serviços públicos a populações que tradicionalmente eram esquecidas pelo poder central e suas representações regionais. Elas também visavam satisfazer à lógica da divisão confessional do poder. O *mohafazat* de Baalbeck-Hermel, por exemplo, corresponde a uma região majoritariamente xiita, mas cuja antiga capital, Zahle, é cristã. Desta forma, as divisões administrativas tornam-se um instrumento de reconhecimento e de valorização de grupos sociais locais, grandes famílias e comunidades confessionais, assim como um canal de redistribuição de favores (VERDEIL, FAOUR e VELUT, 2007: 24).

Historicamente, as Montanhas do Líbano serviram de abrigo a inúmeras heterodoxias cristãs (maronitas) e muçulmanas (xiitas, alauítas e druzos) contra as perseguições empreendidas pelos impérios muçulmanos defensores da ortodoxia sunita (Abássida, Ayoubida, Mameluco e Otomano). Nestas montanhas, estabeleceram uma economia do tipo feudal tributário, baseada na produção de seda, com pequenas propriedades, após as invasões mamelucas (1250-1516). Os xiitas eram (e ainda são) predominantes no sul do atual Líbano (*Jabal Amil*, Monte Amil), majoritariamente camponeses. Entretanto, os grandes proprietários de terras libaneses eram predominantemente xiitas, sendo seguidos pelos druzos e pelos maronitas. Os cristãos greco-ortodoxos (e, após o séc. XVIII, os greco-melquitas) e os muçulmanos sunitas habitavam (e ainda habitam) predominantemente as principais cidades costeiras (Beirute, Sidon e Trípoli), destacando-se nas atividades comercial e financeira. É preciso ressaltar que greco-ortodoxos e sunitas se aliaram contra os invasores cruzados

europeus, expulsando-os do Levante em 1291. Após a ocupação do Império Otomano, em 1516, sunitas e ortodoxos ganharam postos na administração do sultanato, e pouco se identificavam com os habitantes das montanhas. A esses laços multisseculares entre as ortodoxias cristã e muçulmana, especialmente entre as classes proprietárias urbanas, a historiadora espanhola Ana Maria Campelo (2005) denominou de *transortodoxia*. No Vale do Beka'a, xiitas e maronitas eram majoritariamente camponeses, enquanto que sunitas, ortodoxos e melquitas viviam nas cidades (Zahle e Ba'albeck). O processo de urbanização foi aprofundado com a penetração europeia no séc. XIX, que favoreceu o capitalismo na região, através de indústrias, casas comerciais, bancos, escolas, hospitais, universidades, entre outras instituições. A partir século XIX, inicia-se a migração dos maronitas para as cidades costeiras. A migração xiita do Monte Líbano e do Monte Amil para as cidades, especialmente para Beirute, se inicia no começo do século XX, porém ela se acentua com a chegada dos refugiados palestinos, a partir das guerras árabe-israelenses, em decorrência dos ataques israelenses para neutralizar a ação militar da resistência palestina na fronteira líbano-israelense, a partir do final dos anos 1960. Com os ataques do vizinho do sul, os xiitas vão habitar até mesmo os campos de refugiados palestinos, instalados nos espaços urbanos, onde vivem em precárias condições. Esta urbanização acelerada das populações rurais que migraram das montanhas e do sul do país causou estranhamentos e choques com os habitantes das cidades, em decorrência de fatores econômicos, sociais e políticos. Estes choques campo/cidade, ortodoxia/heterodoxia religiosa, feudalismo/capitalismo foram um importante elemento para a eclosão do longo conflito libanês na segunda metade do século XX, como veremos adiante.

A economia libanesa é baseada numa tradição liberal de 'livre mercado', apresentando pouca ingerência estatal e poucas restrições aos investimentos estrangeiros. O setor de serviços tem o predomínio na economia do país até os dias de hoje, onde a rede bancária e o turismo se destacam. No período de maior estabilidade política de sua conturbada história, entre as décadas de 1950 e 1960, o Líbano converteu-se no principal centro financeiro do mundo árabe, posição abalada pelo conflito eclodido em 1975 e extinta em definitivo com a invasão israelense de 1982. O período da Guerra Civil (1975-90) foi marcado pelo colapso da economia, que foi se recuperando com o processo de reconstrução iniciado pelo então primeiro-ministro e banqueiro Rafic Hariri (1992-2000; 2001-2004), assassinado em fevereiro de 2005. A recuperação econômica, através do retorno dos bancos e do turismo, foi duramente golpeada pelo ataque israelense de 2006.

CAPÍTULO I – IDEOLOGIAS EM CONFRONTO

A história moderna das intervenções europeias no Levante tem origem na invasão e ocupação da marinha russa de Beirute, entre 1772 e 1774, e a invasão e ocupação militar francesa, sob a liderança do general corso Napoleão Bonaparte, do Egito e da Palestina, entre 1798 e 1801. A historiografia tradicional atribui à invasão napoleônica o início do processo de modernização da região atualmente chamada de OM. Trata-se de uma mistificação como veremos mais adiante. No entanto, estas intervenções revelaram e denunciaram o enfraquecimento do Império Otomano, um século após o fracasso da grande ofensiva deste Estado pelo controle do Leste Europeu, mediante o cerco a Viena, capital do Império Habsburgo Austro-Húngaro, cristão católico romano.

Os ataques europeus aos otomanos tiveram motivações geopolíticas e geoestratégicas a partir de fins do século XVIII. Este período é marcado pelo início de uma nova etapa do expansionismo das potências europeias, decorrentes de novas formas de acumulação capitalista (a Revolução Industrial na Inglaterra) e do impulso territorialista feudal tardio (caso da Rússia *czarista* sob Pedro ‘o Grande’ e Catarina II) no Velho Continente.

A nova forma de acumulação capitalista foi constituída pelo surgimento de uma série de transformações tecnológicas que permitiram uma *autonomização* da produção econômica, livrando-a das limitações impostas pela natureza, mediante a substituição da energia física pela mecânica. Este processo surgiu inicialmente nas indústrias algodoeiras (criadas pelo comércio colonial) da Inglaterra, a partir da segunda metade do séc. XVIII (HOBBSAWM, 1981: 50) e permitiu uma acumulação de capital sem precedentes a seus investidores. Com a indústria moderna, os limites da reprodução do capital eram dados pelo próprio capital e não mais dependiam de condições extraeconômicas. Assim, a Revolução Industrial potencializou e consolidou a expansão do Capitalismo como um sistema mundial de poder sem rivais em todo planeta.

O processo industrial (e a sua expansão) requiritava, no entanto, dois elementos fundamentais: mercados consumidores e matérias-primas baratas e abundantes. No caso pioneiro da Inglaterra, não se encontravam nenhum destes elementos de forma satisfatória. O mercado consumidor inglês, apesar de útil, por aceitar a substituição da lã pelo algodão, era pequeno e a fonte das matérias-primas estava localizada na Ásia. Dessa forma, a expansão do processo industrial britânico dependia das conquistas ultramar. Não tardaria os ingleses

entrarem em choque com outras potências europeias, especialmente com os velhos rivais, os franceses, com os quais lutavam pela hegemonia europeia e mundial.

Neste conflito, a França estava em defasagem em relação à Inglaterra no decorrer do processo de industrialização, dentro de uma lógica capitalista, uma vez que perdera o acesso às Índias e ainda sofria da desorganização econômica e política causada pela Revolução (1789-99), que derrubara a monarquia absolutista e a ordem feudal. As guerras franco-britânicas tinham, além de objetivos políticos, o intuito de expandir seus mercados e obterem matérias-primas para acelerarem seus processos de industrialização, sendo por isso as consequências das guerras entre os dois países sentidas em todo mundo. O mais importante destes conflitos foi a Guerra dos Sete Anos, entre 1756 e 1763, pelas possessões nas Américas e na Ásia, que terminou com a derrota da França e a vitória da Inglaterra. O Tratado de Paris (1763) cessou oficialmente as hostilidades e obrigou Paris a ceder o Canadá e a Índia a Londres, ficando a Inglaterra em situação bastante vantajosa, pois sua aquisição da Ásia garantiu-lhe, ao mesmo tempo, um grande mercado consumidor (o indiano) e a extração de matérias-primas, importantes fatores para impulsionar suas indústrias.

Ainda como consequência da implementação do Tratado de Paris, que alterou a conformação geopolítica da Ásia, os franceses apoiaram a independência dos EUA frente aos britânicos, em 1776. Além disto, Portugal, tradicional aliado dos britânicos, para se defender de uma possível intervenção destes na sua principal colônia, transferiu a capital do Vice-Reino do Brasil da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro, o principal porto do Atlântico Sul, caminho marítimo obrigatório para a Ásia⁶.

Não foi apenas o Rio de Janeiro que voltou a ter importância geopolítica para o domínio da Ásia. Com o domínio de sua principal colônia ultramarina, a Índia, os ingleses precisavam controlar as rotas terrestres e marítimas que ligassem sua principal colônia asiática aos mercados europeus e, claro, à sua metrópole. Estas rotas atravessavam os territórios do chamado Levante (*Mashreq* em árabe) que eram dominados pelo Império Otomano. Para sua defesa, a Inglaterra detinha o controle sobre o rochedo de Gibraltar e uma base naval na ilha de Malta, ambos no Mar Mediterrâneo. Portanto, o controle das ligações

⁶ Sobre a importância geoestratégica do Rio de Janeiro, especificamente de seu porto, no Atlântico Sul como rota marítima para o Oriente entre os sécs. XVI e XIX, ver ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000; CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no Rio da Prata (1580 – 1640)**. Belo Horizonte: São Paulo/ Ed. Itatiaia: Edusp, 1984; TAVARES, Luiz Edmundo. O porto do Rio de Janeiro: reflexões sobre sua influência no Prata no século XVII. In: LEMOS, Maria Tereza Toríbio Brittes (Org.). **AMÉRICA LATINA**, 1., 1994. Rio de Janeiro. **Congresso América 92**. Rio de Janeiro: UERJ, 1994; FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840**. 4ª ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

entre o Oriente e a Europa implicava no controle/domínio sobre o Estado otomano. Neste sentido, cabiam aos britânicos os postos-chave destas rotas comerciais, devido ao controle do eixo Mediterrâneo-Vermelho, aumentando a importância da região médio-oriental como um todo. Romper a linha de tráfego deste eixo era um imperativo estratégico francês para debilitar a hegemonia inglesa.

As comunicações Oriente-Occidente não foram, porém, os únicos fatores a aumentarem a importância geopolítica dos territórios otomanos. A Rússia *czarista* havia iniciado ainda um tímido processo de industrialização, ainda dentro dos marcos do feudalismo, e sua população não parava de crescer, chegando a 45 milhões de pessoas em 1812 (ATLAS DA HISTÓRIA UNIVERSAL, 1995: 207), o que aumentou a demanda por terras. Sua expansão para o Occidente era barrada pelas potências centrais europeias, Polônia, Áustria, Prússia, Suécia e Lituânia, e por isso a saída geopolítica encontrada pelo regime *czarista* foi a expansão para o Leste. A conquista do Oriente não era suficiente para romper o isolamento da Rússia, já que o norte era banhado pelo Oceano Ártico, quase eternamente congelado, e os territórios do leste, que também eram gelados e inóspitos na maior parte do ano. Diante disso, a saída mais favorável era uma expansão para os ‘mares quentes’ ao sul: os Mares Negro e Egeu, Golfo Árabe-Pérsico e o Oceano Índico. Isto significava que toda a região compreendida entre a Anatólia e a Índia, incluindo o Irã/Pérsia, era uma área estratégica para os interesses de Petrogrado⁷, porém esta massa terrestre estava sob o domínio dos Impérios Otomano e Persa/Iraniano e inglês, este último governando a Índia. A Ásia Central se convertera, a esta altura, ainda em meados do séc. XVIII, numa zona de confrontação entre britânicos e russos. O *czar* (imperador) Pedro ‘o Grande’ continuou as conquistas do Leste, mas seus sucessores iniciaram a expansão para o Mar Negro. Catarina II travou duas guerras contra os otomanos, a primeira entre 1768 e 1774, e a segunda entre 1787 e 1792. No primeiro confronto, ela se valeu do apoio de inimigos internos do sultanato, como foi o caso dos mamelucos, que governavam o Egito desde o século XIII e se revoltaram contra os seus suseranos em Istambul. A revolta acabou se espalhando pelo Levante fazendo com que a frota russa, no Mar Mediterrâneo, apoiasse os rebeldes. Assim, os russos bombardearam, invadiram e ocuparam Beirute por dois anos, entre 1772 e 1774. Neste último ano, Rússia e o Império Otomano assinaram o Tratado de Küçük Kaynaka, que estipulou, entre outras coisas, o direito de Moscou proteger os cristãos greco-ortodoxos dos territórios otomanos, cláusula que acendia a

⁷ Moscou não era capital da Rússia desde o séc. XVIII, quando Pedro o Grande transferiu a capital para a recém construída Petrogrado, atual São Petersburgo (denominação germânica adota pela Federação Russa depois de 1991). Em 1922, com a fundação da URSS, a capital foi novamente transferida para Moscou.

centelha de novas guerras. A partir de então, o colapso total do sultanato já era uma possibilidade real e concreta e este passou a ser denominado pelos *czares* russos de ‘o homem doente da Europa’.

Quem era, então, ‘o homem doente da Europa’? O Império Otomano teve longa duração, tendo existido entre 1281 e 1924. As origens do Império remontam ao séc. XIII em decorrência da implosão do Califado Abássida (750-1256), o último grande império islâmico fundado pelos árabes. O colapso do Califado se deveu, sobretudo, à arrecadação irregular dos impostos e às invasões mongólicas. Seu estilhaçamento favorecera a formação de inúmeros Estados muçulmanos efêmeros na Síria, Mesopotâmia, *Maghreb*, Egito, Península Ibérica e na Anatólia, onde o Império Bizantino soçobrava. Em 1453, Constantinopla, capital bizantina, caiu frente aos seus conquistadores otomanos, passando a ser denominada de Istambul (nome turco). Era o início do Império Otomano que, em seu apogeu, no reinado de Solimão ‘o Magnífico’ (início do século XVI), era habitado por cerca de 14 milhões de pessoas, enquanto, na mesma época, a Espanha tinha 5 milhões de pessoas e a Inglaterra, 2,5 milhões de habitantes (ATLAS HISTÓRICO, 1995: 190). As conquistas do séc. XVII levaram o Império a ter uma superfície de 5.600.000 km². Neste período em que as tropas otomanas alcançaram e cercaram Viena, sem conquistá-la, os domínios do sultão compreendiam os seguintes territórios espalhados em três continentes (Europa, Ásia e África): Hungria, Transilvânia, Moldávia, a totalidade da Península Balcânica (Sérvia, Montenegro, Dalmácia, Bulgária, Valáquia, Grécia, Trácia), Penínsulas da Criméia e da Anatólia, Geórgia, Ucrânia, Armênia, Ilhas de Creta e Chipre, Síria histórica (incluindo Palestina e as Montanhas do Líbano), Mesopotâmia, Cilícia, Hedjaz, Egito, Trípoli (atual Líbia), Tunísia e Argélia, de forma que o território imperial era cercado pelos Mares Vermelho, Mediterrâneo, Egeu, Mármara e Negro, além do Golfo Árabe-Pérsico. Esta configuração geográfica o tornava vulnerável a um poder marítimo ofensivo, o que de fato ocorrera na fase terminal do sultanato.

Mapa 1 –Império Otomano (séc. XVII)

A sustentação de todo este poderio do Império Otomano por um longo período só foi possível mediante soluções administrativas bastante avançadas para a época se compararmos com os padrões europeus.

O Império Otomano, também denominado de *Sublime Porta*⁸ ou simplesmente *Porta*, ao contrário dos demais Estados islâmicos, adotou o árabe como alfabeto, mas não como língua administrativa; o otomano era a língua oficial, uma mistura de 40% turco, 40% árabe e 20% persa (PINTO A, 2010: 22). Porém, de acordo com o antropólogo Paulo Hilu Pinto (2010: 22), a língua otomana era artificial e de uso quase exclusivamente burocrático em Istambul, sem ‘falantes nativos’ e por isso, os arabófonos não estavam em desvantagem em relação aos falantes do turco, curdo, armênio ou grego – algumas das principais línguas do sultanato – na concorrência por postos no governo e de prestígio.

O soberano otomano vivia recluso em Istambul, de onde surgiria uma poderosa burocracia. Entretanto, a centralização política não foi excessiva. Desde que pagassem os impostos ao sultão, o poder central pouco ou nada intervinha nos negócios locais. Assim Paulo Hilu Pinto (2010 A: 22-23) caracteriza a administração otomana:

O Império Otomano era um “império fiscal”, ou seja, a relação entre o centro administrativo e as províncias dava-se pelo recolhimento de impostos que essas deviam à corte e pela proteção militar recebida da mesma. A relação se replicava nas províncias, onde as capitais provinciais como Damasco, Alepo, Beirute, Trípoli, Jerusalém ou Cairo concentravam os impostos pagos pelos produtores rurais e albergavam as guarnições militares usadas para proteger as rotas comerciais e evitar incursões de nômades contra as áreas agrícolas.

Tal descentralização permitia que dinastias regionais, anteriores à expansão otomana, subsistissem à sombra da Sublime Porta, tais como os Ma'anis nas Montanhas do Líbano e os mamelucos no Egito. Do ponto de vista político-administrativo, o Império Otomano era dividido em governos-gerais (*Vilayets*), que se subdividiam em governos (*Sanjacks*) e municípios (*Cazas*), governados respectivamente pelos *wali* (que recebia o título honorífico de *paxá*), *caimacã* e *mudir*. Analogamente, os *vilayets*, *sanjacks* e as *cazas* correspondem às Regiões, Províncias e Municípios. Porém, sendo um Estado do tipo antigo, conviviam nele distintas formas de soberania, apresentando uma grande diversidade étnica e mesmo confessional, com sua legitimidade assentada na defesa da ortodoxia da fé islâmica (privilegiando os muçulmanos sunitas) e da comunidade de crentes (a *Umma*) (MASSOULIÉ, 1996: 13). No entanto, a liberdade de culto foi tolerada desde que os não-muçulmanos não praticassem o proselitismo, uma exigência comum na maioria dos Estados islâmicos. Desta forma, os patriarcas cristãos (maronitas, greco-ortodoxos, greco-melquitas, armênios, assírio-

⁸ Segundo os historiadores israelenses Baruch Kimmerling e Joel S. Migdal (1998: 333), Sublime Porta (ou Porta) refere-se ao centro das autoridades otomanas, o palácio do qual o sultão governava. O termo veio das numerosas pontes ou portas que levavam ao palácio, as quais são referidas em turco como “as grandes pontes”. De acordo com Paulo Hilu Pinto (2011), a Sublime Porta era porta de recepção dos embaixadores no palácio do sultão.

caldeus, coptas, entre outros) e rabinos judeus foram investidos pelo Império de amplos direitos jurídicos em suas respectivas comunidades não-territoriais (MASSOULIÉ, 1996: 12), da mesma forma que os religiosos muçulmanos (sunitas, xiitas e druzos), que eram encarregados de aplicarem a lei islâmica, a *shari'a*. Era o respeito à *shari'a* e a defesa da ortodoxia sunita que legitimavam o poder do sultão (MASSOULIÉ, 1996: 13). Não havia ideia de *nacionalidade* (dentro de uma concepção europeia do termo), seja de origem étnica, linguística ou religiosa. Sendo, portanto, uma ideologia estranha ao Império. As minorias (pois os muçulmanos sunitas eram a esmagadora maioria) foram, portanto, protegidas (através do estatuto da *dhimmi*) pela estrutura estatal otomana na instituição denominada de *millet*, que transformou as comunidades religiosas em estruturas administrativas centralizadas em Istambul (PINTO, 2010: 26).

O antropólogo Paulo Hilu Pinto (2010 A: 25-26) adverte que a desigualdade consagrada pela condição de *dhimmi* (protegido) não era de todo uma desvantagem. Segundo ele,

O Império Otomano seguia o modelo tradicional das sociedades muçulmanas de integração de membros de outras religiões reveladas. Cristãos, judeus e zoroastras eram considerados como “Povos do Livro” (*Ahl al-Khitab*), ou seja, como possuidores de religiões reveladas que os inscreveram na história profética culminada com a revelação do próprio islã. Como participantes da verdade revelada, os adeptos dessas religiões podiam viver nas sociedades governadas por muçulmanos com o status de *dhimmi* (protegidos). Os *dhimmis* tinham liberdade de culto, o direito de serem julgados por tribunais que aplicavam o código legal de sua tradição religiosa e recebiam proteção militar do Estado. Em troca eles tinham que pagar uma taxa de capitação chamada de *jizya*, da qual os muçulmanos estavam isentos.

As restrições impostas aos *dhimmis*, com relação à vestimenta (proibição do uso de turbante) e locomoção (não podiam montar a cavalo), por exemplo, foram raramente aplicadas, a não ser em períodos de crise com o fim de restabelecer a ordem moral da sociedade muçulmana (PINTO, 2010 A: 25-26). Além disto, a plena igualdade dos *protegidos* com os muçulmanos obrigaria os não-muçulmanos a prestarem o serviço militar, num momento em que os otomanos estavam envolvidos em inúmeros conflitos na Península Balcânica.

As minorias cristãs abriram, no entanto, um flanco para a penetração europeia nos domínios da Sublime Porta. Durante a guerra contra os austríacos em 1536, os otomanos cederam à França – também inimiga dos Habsburgos hispano-austríacos – a proteção dos cristãos residentes no Levante que reconheciam o Papa (armênios católicos, maronitas e latinos), as chamadas Capitulações. Mas não foram apenas estes cristãos que receberam

privilégios de potências estrangeiras. Os cristãos greco-ortodoxos eram protegidos pelos *czares* da Rússia (como visto anteriormente) e viviam nas cidades, atuando nos setores financeiro e comercial, em simbiose com os interesses dos muçulmanos sunitas (que incorporavam a alta burguesia comercial e as novas classes médias da burocracia estatal), com os quais selavam uma convivência multissecular.

Assim, mediante os contatos privilegiados com os europeus, os cristãos, pouco a pouco, passaram a ter uma grande proeminência econômica, o que fez surgir um forte ressentimento entre os muçulmanos. Muitos cristãos receberam até mesmo cidadania de seus ‘protetores’ europeus, em decorrência destes contatos, passando com isto os muçulmanos a percebê-los como ‘agentes do imperialismo’. As pressões fiscais do sultanato, em virtude do endividamento crescente do Estado com as potências europeias, e as disputas por terras foram alguns dos fatores que contribuíram para a eclosão de conflitos entre druzos e cristãos maronitas nas Montanhas do Líbano, como os ocorridos em 1841, 1845, 1850, 1858 e em 1860 (PINTO, 2010 A: 28), sendo este último o mais grave de todos.

Na primeira metade do séc. XIX, no Império Otomano, os cristãos tinham maior proeminência sociopolítico e econômica na Síria⁹, principalmente nas Montanhas do Líbano, onde haviam estabelecido um emirado em associação com os druzos, de base feudal tributária, desde as invasões mamelucas, ainda no séc. XIII. Este emirado nas Montanhas do Líbano era praticamente autônomo e a partir de 1790 passou a ser governado por Bachir Chehab II (1790-1840), um muçulmano sunita que se converteu ao cristianismo maronita, uma boa prova do prestígio alcançado pelas comunidades cristãs. Chehab II apoiaria a campanha expansionista do *paxá* do Egito, Mohammed Ali, e de seu filho Ibrahim para dominar a Síria (1832-40), que foi derrotada por uma coalizão formada pela Inglaterra, Rússia, Prússia, Áustria e a Sublime Porta, em 1840, marcando o fim do emirado.

Do ponto de vista administrativo, o emirado do Monte Líbano estava, no entanto, subordinado ao *vilayet* de Sidon, que foi fundado em 1660, como resposta dos sultões à tentativa de independência do Monte Líbano feita por um outro emir, o lendário Fakhr al-Din Ma’ani II (1598-1635)¹⁰, que unificou toda a Síria numa campanha militar apoiada pela

⁹ O termo Síria é aqui entendido, neste primeiro momento, como a área geográfica conhecida como *Bilad al-Cham* (terras do sol em árabe) ou *Suriya*. Geógrafos árabes usavam este termo desde a Idade Média para denominar o território que compreende hoje o sudoeste da Turquia (Cilícia), Síria, Líbano, Palestina/Israel e Jordânia. Até mesmo subdivisões regionais que tinham uma identidade geográfica, histórica e cultural própria, como a Palestina (Filistin) ou o Monte Líbano (Jabal Lubnan) eram também identificadas como partes integrantes da Síria, que, mesmo não possuindo uma unidade administrativa, era o termo usado para denominar as províncias nele existentes (PINTO, 2010 A: 21).

¹⁰ A figura de Fakhr al-Din Ma’ani II é mitológica entre libaneses e demais árabes (especialmente os sírios). É considerado por muitos como o precursor dos nacionalismos libanês, sírio e até mesmo árabe, devido à sua

Toscana dos Médicis. Até então (1660), o Monte Líbano dependia do *vilayet* de Damasco (também chamado de *vilayet* da Síria), assim como os cristãos greco-ortodoxos assentados no norte da montanha libanesa dependiam do *vilayet* de Trípoli, que incluía o *sanjack* da Lataquia, cujas montanhas sobre o mar serviam de abrigo aos muçulmanos alauitas (considerados por ultra-ortodoxos sunitas como não-muçulmanos). Os *sanjacks* de Homs e Hama (hoje cidades da atual Síria) estavam subordinados também ao *wali* de Trípoli. O *vilayet* de Sidon também compreendia o norte do atual Estado de Israel, incluindo os *sanjacks* do Acre (*Akka*) e de Nablus. O *sanjack* de Al-Qods (Jerusalém para os cristãos ocidentais) dependia do *wali* de Damasco até que em 1887 foi diretamente subordinado ao sultão, ganhando a condição de *mutassarrafiyat* (província autônoma). O território da atual Jordânia era dividido pelos *sanjacks* de Hauran e de Ma'an, também subordinados ao *wali* de Damasco, enquanto que a atual costa libanesa era chamada de 'Terras do Estado' (CAMPELLO, 2005: 22) pelo fato de as comunidades que a habitam, a sunita e a greco-ortodoxa, estarem subordinadas diretamente aos *walis* de Sidon e Trípoli. Por fim, o leste da montanha libanesa, o Vale do Beka'a, onde viviam muçulmanos sunitas e xiitas e os cristãos greco-melquitas (os únicos conhecidos no Líbano como católicos), era também dependente do *vilayet* de Damasco. Estas configurações político-geográfico-administrativas exerceriam sobre as populações locais uma forte influência que se fez sentir no momento da construção dos Estados nacionais árabes no Levante.

Como visto, as comunidades religiosas existentes, denominadas de *nações* pelo governo otomano, não sofreram qualquer processo de uniformização nem em suas religiões nem em suas línguas ou mesmo em suas leis ao longo de quase seis séculos de existência do sultanato. Para a historiadora espanhola Ana Maria Campello (2005: 22), o Império Otomano era "um Estado federal de nações, micro-Estados, que realizaram um pacto, um *foedus*¹¹ para formar o Grande Leviatã". Normalmente, na Europa e nas Américas, o Estado federal nos remete à ideia de uma organização política composta por 'nações' com limites geográficos determinados, cujos poderes regionais têm autonomia para a administração da jurisdição territorial. Ainda de acordo com a historiadora espanhola (2005: 22), no caso otomano as 'nações', ou seja, as comunidades religiosas, tinham uma organização interna semelhante a um estado, porém não estavam assentadas numa zona determinada, mas sim espalhadas sobre

campanha militar que unificou a Síria histórica em desafio aberto aos otomanos. Ele é considerado o 'pai' da pátria libanesa pelo fato de seu governo ter sido marcado pela harmoniosa integração de cristãos maronitas e druzos, numa autêntica laicização da política daquela região. E, claro, o espectro de sua obra é a inspiração para as teses em favor da Grande Síria no séc. XX, e quem sabe, no presente século. Não se conhece corretamente até os dias de hoje a verdadeira religião professada por Fakhr al-Din II: maronita, druzo ou sunita?

¹¹ Como esclarece Campello (2005: 22), o termo federal provém do latim *foedus*, pacto, aliança.

todo o território do Império. Desta forma, o membro de uma comunidade era subordinado às leis de sua comunidade e jamais às leis da maioria dos habitantes ou da comunidade numericamente majoritária de um território. Isto calou tão profundamente nos povos do Levante que o atual Líbano¹² apresenta divisão de poder em bases confessionais não-territoriais. Assim, concluindo, o caráter plurinacional do Estado otomano, que ofereceu a estabilidade e a legitimidade da Sublime Porta ao longo de seis séculos, passaria a ser transformado pelos europeus em alvo para a desestabilização do mesmo.

Apesar do ataque, invasão e ocupação da marinha russa de Beirute, entre 1772 e 1774, é com o ataque, invasão e ocupação francesa, liderada pelo general corso Napoleão Bonaparte, contra o Egito e a Palestina, entre 1798 e 1801, que se inicia o ciclo das intervenções europeias no OM, que, a julgar pelos acontecimentos no Iraque e no Afeganistão no início deste séc. XXI, demonstra que seu fim está longe de chegar. É preciso ressaltar que o conflito entre russos e otomanos era fronteiriço, mas o ataque francês foi dirigido a um país com o qual não compartilhava fronteiras e com quem não tivera qualquer hostilidade. Em verdade, os territórios árabes, muitos dos quais estavam ainda sob a soberania otomana, se converteram numa zona de confrontação entre Inglaterra, Rússia czarista e a então França revolucionária, uma zona-tampão.

O general corso dos franceses Napoleão Bonaparte desembarcou com suas tropas no Egito no verão de 1798, ainda no bojo da Revolução Francesa (1789-99), parteira do moderno Estado nacional francês, mal podendo imaginar que sua ofensiva favoreceria a fundação de outro Estado nacional moderno, o Egito. Os objetivos franceses eram geoestratégicos: cortar as linhas de comunicação entre a Grã-Bretanha, a Índia e o Extremo Oriente (China) e estabelecer uma base francesa no Mediterrâneo Oriental. Os britânicos já haviam estabelecido um tratado de trânsito com os egípcios, em 1770, onde se estabelecia o envio de mercadorias ao Suez, de onde seriam repassadas para o Mar Mediterrâneo e, de lá, reembarcadas para a Inglaterra. De acordo com o historiador Rolf Reichert (1972: 196):

Não eram, pois, o Egito e a Palestina como partes do litoral mediterrâneo que atraíam os futuros conquistadores, mas esses dois países na qualidade de pontes entre as grandes possessões coloniais.

¹² No Líbano a divisão do poder em base confessional não territorial ainda prevalece até os dias atuais. Georges Corm alinha o país de Mini-Império Otomano. Entretanto, o Iraque, pós-invasão anglo-americana de 2003, apoiada taticamente pelo Irã, apresenta também uma divisão de poder em bases confessionais num pacto não-escrito estabelecido entre as forças de ocupação e seus aliados iraquianos, a saber: milícias xiitas sectárias e milícias curdas anti-árabes, sem, no entanto, alterar a base territorial do poder. Na atual divisão política, o presidente da República deve ser um iraquiano curdo, o primeiro-ministro deve ser um iraquiano árabe xiita e o vice-primeiro-ministro um iraquiano árabe sunita (uma vez que os curdos são majoritariamente seguidores do sunismo, o que explica o fato de que no Líbano esta etnia é incluída nas comunidades sunitas).

Em 2 de julho de 1798, o jovem general Napoleão Bonaparte, com sua frota de 232 navios franceses, desembarcava em Alexandria, com a intenção de estabelecer uma base francesa no Egito (REICHERT, 1972: 197-98). Era o início da irreversível derrocada do Império Otomano. Napoleão venceu facilmente o exército mameluco, porém, menos de um mês depois, o almirante Nelson e sua esquadra inglesa realizaram um ataque fulminante à frota francesa, que foi arrasada no ancoradouro em Abou Qir. Sem poder retornar ao Cairo e sem abastecimentos, o general dos franceses pôs-se em marcha em direção Norte. Em janeiro de 1799, ingleses, russos e otomanos entraram em acordo para expulsarem Napoleão do Levante (KIRK, 1975: 99). O general corso dirigiu-se à Palestina, onde sitiou Akka durante setenta dias. A resistência do *paxá* de Akka Ahmed al-Jazzar ('O Açougueiro' em árabe) obrigou os franceses a buscarem apoio com o emir libanês¹³ Bachir Chehab II, prometendo a independência do Monte Líbano em caso de vitória. O emir permitiu secretamente abastecer de víveres as tropas francesas, mas não lhes oferecera ajuda militar e muito menos enviou soldados libaneses em apoio aos otomanos (NANTET, 1964: 117-18). Acossados pelo tifo e a peste, as tropas napoleônicas foram obrigadas a levantar o sítio e retirar-se para o Egito.

A derrota francesa, entretanto, não representava o fim dos tormentos daqueles povos levantinos. Outros impérios aguçariam ainda mais suas ambições sobre a região estratégica. Os russos desejavam uma saída aos chamados 'mares quentes' – Egeu e Mediterrâneo – obstruídos pela presença otomana sobre os Estreitos de Bósforo e Dardanelos. A Inglaterra mais uma vez saiu em defesa dos otomanos, firmando o Tratado de Charnak, em 1809, o que impediu a navegação de qualquer navio estrangeiro nos dois referidos estreitos. Com isto, os russos permaneceriam confinados ao Mar Negro. Os britânicos asseguravam, assim, o domínio sobre o Mar Mediterrâneo, pois possuíam também bases em Gibraltar e na Ilha de Malta (REICHERT, 1972: 198).

A diplomacia francesa também foi desastrosa e facilitou muito o trabalho dos ingleses. Enquanto atacava o Egito e a Palestina, Napoleão primeiramente tentou acordos com o sultão do Omã, que dominava as duas margens do Estreito de Ormuz – controlando, assim, a entrada e a saída do Golfo Árabe-Pérsico –, mas o soberano omani preferiu fazer acordos com a Inglaterra (East India Co.). Nos *vilayets* de Bagdá e de Basra, os franceses fracassaram igualmente em persuadirem os *paxás* então no poder a firmarem acordos de comércio com a França. Por último, os franceses, em virtude das vitórias na Europa (1805-6), firmaram um

¹³ Libanês aqui se refere apenas aos habitantes do Monte Líbano e não aos habitantes do território que hoje compreende o Líbano, fundado somente em 1920.

tratado com o Irã, que mantinha relações hostis com a Rússia, desde quando os *czares* conquistaram o Cáucaso no séc. XVIII. Porém a aliança foi rompida quando Napoleão assinou o Tratado de Tilsit com os russos, em 1807. Não tardou, portanto, a aproximação do Xá (imperador) do Irã com a Grã-Bretanha. Como último golpe às pretensões francesas sobre o OM, durante o período napoleônico (1798-1815) os britânicos conquistaram as Ilhas Maurício, no Oceano Índico, próximo à costa africana, assegurando, assim, a hegemonia inglesa sobre toda a rota para as Índias.

Todas as investidas (violentas ou não) das potências europeias – Inglaterra, França Napoleônica e Rússia *czarista* – para controlar e dominar as rotas para a Índia passaram a ser chamadas de o *Grande Jogo*. Entendemos, desta forma, de acordo com historiadores como David Fromkin (2008: 16), que a emergência do OM moderno é decorrente, sobretudo, da culminância do *Grande Jogo* no séc. XIX, tendo a Rússia e, posteriormente, a URSS (se entendermos o Estado soviético como a máxima extensão territorial do Império Russo) um dos papéis protagonistas nesta história. Lembrando ainda que, no séc. XX, os EUA deram continuidade à geoestratégia britânica de contenção da Rússia/URSS durante a chamada Guerra Fria (1945-90), na qual a invasão israelense do Líbano de 1982 está inserida. Desse modo, dentro desta concepção, baseada em Fromkin (2008: 16), o conceito de OM¹⁴ não se restringiria ao entorno do Golfo Árabe-Pérsico (Irã, Iraque, Arábia Saudita, Omã, Emirados Árabes Unidos, Catar, Bahrein, Yêmen e Kuwait, incluindo Síria, Líbano, Israel/Palestina e Jordânia), ele englobaria também o Afeganistão (não inclui o Paquistão) e todas as ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central (Uzbequistão, Cazaquistão, Tadjquistão, Quirguistão e o Turcomenistão ou Turcomênia). Aqui, optamos neste primeiro momento, compreenderemos OM¹⁵ como um conjunto geopolítico abrangendo as seguintes regiões e os atuais Estados: o Vale do Nilo (Egito e Sudão), o chifre da África (Eritréia, Djibuti, Somália, Etiópia), o Crescente Fértil (Síria, Líbano, Palestina/Israel, Jordânia, Iraque e Kuwait), a Península Arábica (Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Catar e Bahrein) e o Irã,

¹⁴ Este conceito coincide parcialmente com as formulações geoestratégicas de Zbigniew Brzezinski (1997: 30-55) sobre o “Arco Crítico” do *Grande Tabuleiro de Xadrez*, que inclui ainda a Turquia, o Cáucaso (Armênia, Geórgia, Azerbaijão), o Egito, o Sudão e o chifre da África (Eritréia e Etiópia, Djibuti e Somália). E, para aqueles que acreditam que o *Grande Jogo* ainda não terminou, temos a introdução do conceito de Grande OM pelo então presidente americano George W. Bush na geoestratégia americana de “Guerra ao Terror” (MEYSSAN, 2005). De acordo com as concepções do ex-presidente, Grande OM é uma região com fronteiras indefinidas, que engloba Egito, Sudão, o chifre da África (Eritréia, Etiópia, Djibuti, Somália), Síria, Israel/Palestina, Jordânia, Líbano, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Catar, Irã, Afeganistão e Paquistão podendo incluir ou não o *Meghreb* (Marrocos, Argélia, Tubísia e Líbia).

¹⁵ Fazemos distinção, assim, com o conceito de OP, sendo este circunscrito apenas ao Crescente Fértil, acima referido, acrescido do Egito e da Península Arábica.

podendo ainda ser acrescentado o Chipre, a Turquia e mesmo o Afeganistão e o Paquistão. Posteriormente outras configurações de OM poderão ser usadas.

Mapa 2 – Oriente Médio – divisão política (2009)

A presença europeia, no entanto, cada vez mais constante no OM, a partir do século XIX, também expôs com crueza as contradições das sociedades levantinas sob o domínio otomano, exacerbando seus conflitos internos e deles tirando proveito próprio. Com as invasões europeias, as sociedades levantinas, com a presença de propriedades fundiárias comunais (a *mesh'a'*) e estruturas antigas de produção e de organização social, foram expostas abruptamente ao capitalismo e ao seu sistema de poder mundial. A lógica capitalista de produção, consumo e acumulação, trazida pelos europeus, erodiu os alicerces culturais, econômicos, políticos e mesmo éticos destas antigas sociedades. Um dos efeitos desta penetração do capitalismo no Império Otomano foi a introdução da propriedade privada e o consequente aumento de impostos, gerando especulação de terras e inquietações sociais, muitas das quais explodiram em revoltas e massacres.

Neste quadro de tensão crescente, os chefes locais e regionais no Mediterrâneo Oriental perceberam a oportunidade de se livrarem do débil poder otomano, senão nominalmente, pelo menos de fato. Foi neste momento que emergiram três líderes regionais importantes, em meio a disputas pela hegemonia do Levante: o *paxá* do Egito Mohammed (Mehmet) Ali e Ibrahim Paxá, filho de Mehmet, e o emir libanês Bachir Chehab II.

O militar albanês Mohammed Ali (1769-1849) certamente foi o mais proeminente de todos os líderes reformadores que surgiram em consequência da crise do Império Otomano, em decorrência, mas não exclusivamente, das invasões europeias¹⁶. Mehmet foi um militar de origem albanesa enviado para o Egito, junto às forças otomanas, para expulsar as tropas francesas de Napoleão. Chegando ao seu destino, Ali demonstrou ser um hábil político, além de militar, e arregimentou apoio popular e dos *ulemás* para se fazer *Paxá* do Egito (1804-49), o que conseguiu, recebendo ainda o governo-geral do Hedjaz (litoral da Península Arábica), tendo iniciado uma dinastia que governaria o País do Nilo até 1952 (REICHERT, 1972: 199). No entanto, foi ao subir ao poder que Ali demonstrou ser um político que entendia as necessidades de mudanças daquela estrutura social para responder aos novos desafios externos e internos. Ele deu início às reformas para modernizar o *vilayet* egípcio: trouxe inúmeros cientistas e técnicos franceses, introduziu o cultivo do algodão em grande escala, fundou escolas de medicina e engenharia, estabeleceu indústrias e, em 1811, exterminou o exército mameluco (uma espécie de casta militar de ex-escravos turcos e circassianos que

¹⁶ Como bem salienta o historiador brasileiro Inacio Meneche Nigri (2005: 26), a administração corrupta, governantes incompetentes, corpos de elite das tropas transformados em casta hereditária e recursos financeiros exauridos após as rapinas da conquista foram outros elementos importantes para a crise do Estado otomano e certamente contribuíram para a incapacidade de defesa destas invasões.

governou o Egito de 1250 a 1516, quando foram derrotados pelos otomanos, retornando ao poder no país a partir do séc. XVII, sob a autoridade da Porta). Mehmet Ali demonstrou ter ambições maiores (derrubar o sultão?), acabou conquistando, sob ordens do sultão, o Hedjaz (no litoral vermelho da Arábia, onde se situavam as duas cidades santas do Islã, Meca e Medina), em 1812, e o Sudão, em 1819, e encontrou em seu filho, Ibrahim Paxá, e no emir das Montanhas do Líbano, Bachir Chehab II, a parceria político-militar para sua empreitada de conquistar um verdadeiro império do Nilo ao Taurus. Não se pode deixar de afirmar que a França estava por detrás desta articulação egípcio-libanesa, desejosa de reaver suas posições naquela estratégica região, perdidas por Napoleão, e tomar o controle sobre a rota para a Índia.

Após a morte de Ahmed al-Jazzar, *paxá* de Akka, em 1804, cuja autocracia era odiada por muitos, o emir libanês Bachir Chehab II (subordinado ao *paxá* do Acre) se viu livre para a expansão de seu poder, porém sua conversão ao cristianismo maronita (apostasia) desagradou a comunidade drusa, sob a liderança do clã Jumblat, até então aliado, o que deu início à deterioração das relações druzo-marunitas, de gravíssimas consequências posteriores. Ele também apoiou o esmagamento de uma revolta *wahhabita*¹⁷ eclodida no Nedj em 1811, que se alastrou pela Síria e Mesopotâmia e foi derrotada pelas tropas de Mehmet Ali, sob ordens de Istambul, em 1818. O emir dera início também a inúmeras reformas no Monte Líbano, visando obter, com isto, uma maior autonomia frente aos otomanos, isto é, um melhor controle fiscal. Neste período, a economia libanesa era baseada no cultivo da seda e os produtos eram exportados através do porto de Beirute, o único ponto de contato entre a Montanha e o mar. No bojo das reformas, Bachir fez uma campanha contra os grandes

¹⁷ *Wahhabita* é o adepto do *Wahhabismo*, doutrina islâmica sunita ultra-ortodoxa surgida a partir da pregação de Mohammed Ibn ‘Abd al-Wahhab, na Arábia central (Nedj), região que jamais foi dominada por qualquer império, na primeira metade do século XVIII. Esta doutrina tinha uma concepção extremista de monoteísmo (*tawhid*), condenando qualquer forma de idolatria ou misticismo, condenando o culto a santos, imãs e até mesmo ao Profeta Mohammed (sua tumba em Medina foi destruída por um ataque *wahhabita* em 1804), nutrindo ódio visceral aos muçulmanos xiitas (atacaram Karbala em 1801, uma das cidades sagradas do xiismo, situada no atual Iraque), ações que provocaram clamor no Império Otomano (AL-RASHEED, 2002: 22). Os *wahhabitas* também pregavam uma interpretação literal do Corão, o livro sagrado do Islã, e negavam a identidade muçulmana aos que não seguiam a sua ortodoxia e isto, por si só, já os colocava em choque com o sultanato. A doutrina causava mais repulsa que adesão, mas ‘Abd al-Wahhab conseguiu apoio do chefe do clã Saudita, Mohammed Ibn Sa’ud. Juntos promoveram uma expansão territorial em nome da *jihād* (*esforço* em árabe, mas, neste contexto, o significado é guerra santa) contra os *infiéis* e estabeleceram um emirado no Nedj que se estendia até o atual Iraque em 1744 (PINTO, 2010 B: 133-34). A expansão para a Mesopotâmia e a conquista de Meca e Medina fizeram a coalizão *wahhabita*-saudita receber apoio da Inglaterra (a partir de 1812), com o objetivo de minar a influência otomana na Península Arábica para assegurar o domínio sobre o porto de Áden (Iêmen) e, assim, ter o controle sobre o Estreito de Bab el-Mandeb (CAMPELLO, 2005: 129). Este emirado foi destruído em 1818 por uma expedição militar egípcia, sob ordens da Sublime Porta. Devemos ressaltar ainda que o referido movimento islâmico arabista, dirigido originalmente contra os otomanos, é considerado como precursor do nacionalismo árabe por historiadores como George Antonius, tido como primeiro historiador do nacionalismo árabe, e Bassam Tibi (VICENZI, 2006: 68-69).

senhores de terras druzos. Com exceção do clã druzo dos Jumblat, todos os demais clãs druzos foram atingidos. Há quem argumente que o objetivo desta *limpeza feudal*¹⁸ era aumentar o poder dos cristãos maronitas, comunidade da qual o emir era integrante. Ainda assim, há argumentos no sentido contrário. Nos distritos cristãos maronitas, apesar da prosperidade econômica do comércio da seda, principalmente com os europeus, apresentavam-se constantes lutas internas entre servos, o clero e os senhores de terras maronitas, de modo que as lideranças comunitárias maronitas eram mais fáceis de serem manipuladas politicamente, o que explicaria em parte por que Chehab II preferiu atacar os senhores feudais druzos: estes eram mais coesos, sem a presença das mesmas fissuras políticas. Outra medida que reforça a argumentação de que o emir não favorecia os maronitas foi a adoção da jurisprudência muçulmana nos distritos cristãos, diminuindo a autonomia do direito maronita. Além disto, o clã druzo dos Jumblat, chefiados por Bachir Jumblat foi o mais favorecido pelas reformas do emir libanês e foi, por isto, um forte aliado deste.

Entre 1821 e 1822, a população do Monte Líbano somava cerca de 560 mil pessoas, das quais aproximadamente 52% da população eram cristãos, 47% de muçulmanos, enquanto os judeus chegavam a cerca de 1% dos habitantes. Em termos absolutos, observemos a tabela e os gráficos abaixo:

Tabela 1 – População do emirado do Monte Líbano

População do emirado do Monte Líbano (1821-22)	
<i>Comunidades confessionais</i>	<i>População</i>
Cristãos Maronitas	175.702
Cristãos Greco-Ortodoxos	68.416
Cristãos Greco-Melquitas	38.559
Cristãos Protestantes	3.730
Muçulmanos Sunitas	121.952
Muçulmanos Xiitas	103.068
Druzos	39.481
Judeus	6.000
Total	556.908

Fonte: Nantet (1964: 116)

¹⁸ Mais uma vez aqui o termo feudal se refere à ideia de federação, pois não havia feudalismo no sentido europeu do termo, a que marxistas chamam de modo de produção feudal. Havia apenas servidão ao Império Otomano (CAMPELLO, 2005: 125).

Tabela 2 – Proporção de cristãos e muçulmanos no emirado do Líbano

Tabela 3 – Proporção das comunidades confessionais do Líbano

Os dados, entretanto, são imprecisos, pois não mencionam a presença de cristãos gregorianos, armênios católicos, jacobitas, sírios católicos, caldeus e latinos (estes denominados na Europa e nas Américas de *católicos romanos* e descendentes dos cruzados que invadiram o Levante no séc. XI). Entre estes católicos romanos também havia os convertidos pelas missões franciscanas enviadas para a região desde o séc. XVII (PINTO: 2011). O censo também não dá indicação alguma da presença dos judeus, embora o historiador libanês Jacques Nantet (1964: 116) estime que sua população oscilava entre 5 a 6

mil pessoas. É preciso lembrar que os judeus adquiriram do Império Otomano estatuto de comunidade em 1490. A grande proporção de cristãos no Monte Líbano naquela época deve-se, sobretudo, a dois fatores: a prosperidade do comércio de seda com a Europa e, também, o acolhimento dos cristãos (especialmente os greco-melquitas, denominados pelos libaneses de *católicos*) perseguidos pelos *wahhabitas* na Arábia e na Mesopotâmia. Entretanto é possível crer também que, apesar de a conversão de muçulmanos ao cristianismo ser considerada quase um crime (*apostasia*), estes casos tenham existido numa frequência nada desprezível, como a conversão de Chehab II nos indica, o que demonstra como a política libanesa (e certamente de toda a Síria) estava laicizada. Isto refuta também a tese da suposta opressão dos cristãos pelos muçulmanos no Império Otomano, que é levantada frequentemente pelas narrativas dos imigrantes libaneses cristãos no Brasil como motivo da migração¹⁹. A grande proporção de cristãos foi vista sem problemas pelas comunidades muçulmanas e druzas. Muitos cristãos maronitas foram trabalhar e morar nos distritos druzos do Monte Líbano, sem enfrentarem qualquer tipo de resistência, nem mesmo da parte dos latifundiários druzos. As intervenções egípcias e europeias e a introdução do capitalismo, articulados com as políticas locais, no entanto, viriam a mudar este quadro por desestruturarem a sociedade feudal da região montanhosa e, por que não dizer, de toda a Síria.

Bachir Chehab II ganhou relativa autonomia com a morte do bósnio al-Jazzar, *paxá* do Acre, em 1804, e iniciou um processo de ‘limpeza feudal’ contra latifundiários druzos no Monte Líbano, mas sua política seria embotada pelas permanentes disputas entre os *paxás* do Acre, Abdallah (filho do *paxá* de Trípoli), e de Damasco, Mohammed Darwich. Na guerra entre os dois líderes, entre 1821 e 1822, o emir libanês tomou partido de Abdallah, que derrotou Darwich, mas o Império interveio em favor do *paxá* de Damasco. Sem querer fazer a paz com Darwich, Chehab II partiu para o exílio no Egito, onde entra em contato com Mohammed Ali, que ficou impressionado pela habilidade política e militar de seu ilustre refugiado. Antes de partir para o exílio, Bachir confia o cargo para seu irmão, Abbas Chehab, que servia como *testa-de-ferro* de Bachir Jumblat, agora inimigo não declarado de Chehab II. Entretanto, no Egito, Ali negociou com os otomanos o retorno e a reabilitação do emir libanês. O *paxá* do Egito mal esconde o intento de conquistar toda a Síria (e não apenas o *vilayet* da Síria) e vê no líder libanês o aliado certo para sua empreitada. Assim, em 1823, Bachir retorna ao Monte Líbano e reassume as suas prerrogativas. O emir recobra a fidelidade

¹⁹ Sobre a desmistificação das teses de perseguições religiosas sofridas pelos cristãos e da crise econômica do Império Otomano como motivos para a imigração dos sírio-libaneses para as Américas, especialmente para o Brasil, ver o excelente trabalho do antropólogo Paulo Hilu da Rocha Pinto (2010 A), *Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural*.

de Jumblat, acusando-o de traição e impondo-lhe uma pesada tributação, mas este, aliado a Abbas, reúne os druzos e ataca Bachir, no final de 1824. Apesar desse fato, o emir libanês recebeu apoios externos de grande monta dos governadores de Trípoli, do Acre, de Damasco e, principalmente, do Egito. A Porta não deixa de ver com suspeita a aproximação entre o emir e o Egito, pede moderação ao líder libanês, mas aceita apóia-lo. O *xequê* druzo foi derrotado, executado e seu corpo foi esquartejado no Acre e seus bens (móveis e imóveis) foram confiscados (NANTET, 1964: 126). É a primeira aliança entre o Egito e o Monte Líbano, em insubordinação ao sultão otomano. Estes dois fatos selam o destino do emir e do emirado autônomo da montanha.

Os acontecimentos no Monte do Líbano, no entanto, demonstraram a crescente importância geopolítica da pequena região para os planos de Ali de conquistar a Síria (*Bilad al-Cham* e não a província). O Monte Líbano é a *chave* para a Síria, (Teria W. Bush tido o mesmo entendimento para apoiar a invasão israelense do Líbano em 2006 para, assim, dissuadir a Síria de sua aliança com o Irã?). Sem apresentar quaisquer recursos econômicos, é a sua posição geográfica que garante o acesso ao interior da Síria e da Ásia otomana como um todo (CAMPELLO, 2005: 128). Ao mesmo tempo, a eclosão deste conflito druzo-maronita forneceu evidências de que o Império Otomano não tinha o efetivo controle de suas províncias, sempre dependendo dos caprichos dos líderes locais. Os europeus não tardaram a entender *estas* mensagens do *paxá* do Egito e do ‘homem doente da Europa’.

O apetite dos europeus estava apenas aumentando, conscientes que estavam da decadência da Sublime Porta, tentando aumentar sua influência na região. Uma violenta sedição grega, instigada pelos russos (cristãos ortodoxos, assim como os gregos) contra a Porta, em 1820, resultou no massacre de centenas de muçulmanos e abriu a oportunidade tão esperada não apenas pelos europeus (principalmente russos, ingleses e franceses), mas, sobretudo, pelos egípcios, sob a liderança de Mehmet Ali, para porem em prática suas geoestratégias para o enfraquecimento do Império Otomano, mas ainda não a sua destruição completa e total (‘obra’ a ser realizada somente a partir do séc. XX). A Sublime Porta reagiu, mas os gregos continuaram a derrotar as guarnições imperiais. O sultão, então, sentiu-se obrigado a apelar para a ajuda do poderoso líder militar e político do Egito, Mehmet Ali, que continuava sendo formalmente um vassalo do Império. O *paxá* albanês dos egípcios aceitou condicionalmente, exigindo que a Porta o nomeasse governador do *vilayet* da Moréia e de toda a Síria (*Bilad al-Cham*, da Palestina aos Montes Taurus, o limite setentrional e ‘natural’ da Síria) como recompensa pela ajuda. Em 1824, tropas egípcio-otomanas foram despachadas por terra e mar, lideradas pelo filho de Mohammed Ali, Ibrahim Paxá, para a Grécia (neste

momento, restrita à Península do Peloponeso). Rápida e violentamente, a coalizão egípcio-otomana destruiu a rebelião grega. A carnificina da repressão deu o pretexto esperado pelos europeus para darem os primeiros passos para o desmembramento do sultanato, que se completaria em 1918. Rússia, França (que jamais deixou de apoiar os projetos geopolíticos de Mohammed Ali) e Inglaterra (sempre desconfiada das intenções de seus rivais continentais citados anteriormente) se uniram não para garantirem a soberania de um povo supostamente oprimido, mas sim para que seus interesses geopolíticos (isto é, o controle das rotas para Índia) não fossem postos em xeque por um líder local extremamente ambicioso, como o *paxá* do Egito. Sem prévia declaração de guerra a aliança tripartite destruiu a frota egípcio-otomana em Navarino (1827). Vitória garantida, a aliança impôs ao sultão Mahmud II as condições para a retirada de suas tropas: a retirada das tropas egípcias, lideradas por Ibrahim Paxá, e o reconhecimento da independência do Reino da Grécia (o que ocorre em 1830), com um príncipe alemão como soberano (REICHERT, 1972: 200). Este não seria o último golpe contra o soberano otomano, pois a França desembarcaria suas tropas na Argel (no que hoje é a Argélia), norte da África, em 1830, ocupando o país, nominalmente sob a suserania da Sublime Porta²⁰. Antes da conquista da Argélia, em 1829, os franceses não pararam de instigar o expansionismo de Mehmet Ali, sugerindo-lhe a conquista do Norte da África, mas este foi advertido pela Inglaterra de tais desígnios (KIRK, 1975: 104).

Com estas perdas territoriais, ficou visível a incapacidade do sultão Mahmud II de cumprir a promessa de ceder o *vilayet* de Moréia e a *Bilad al-Cham* (que abrange os atuais Líbano e Palestina) ao *paxá* do Egito. Este, por sua vez, decidiu tomar com suas próprias mãos, com o discreto apoio francês, o que lhe fora prometido pelo sultão (REICHERT, 1972: 198-201).

Mehmet Ali deu ao seu filho, o experiente militar Ibrahim Ali Paxá, a incumbência de conquistar a Síria. Um novo sítio levou à queda do Acre (Akka) em 1831, quando a população

²⁰ A bem da verdade, o ataque francês a Argel, em 1830, não foi um ato político-militar planejado como peça de uma geoestratégia definida. Pelo contrário, foi resultado de um incidente diplomático entre o *dey* (chefe supremo da regência, superior hierárquico dos *beys* e eleito pelos corsários e pelas tropas janízeras) de Argel, subordinado ao Império Otomano, que esbofeteou o cônsul francês durante uma cobrança de dívidas contraídas pela França, ato considerado ofensivo pelo impopular rei Carlos X. Este, precisando de um feito de armas, ordenou o desembarque de tropas em Argel. No entanto, o rei francês foi destronado e os franceses não tinham qualquer estratégia de dominação e exploração daquele território norte-africano ocupado. Foi preciso esperar até por volta da década de 1880 para que se começasse a desenvolver a exploração de uma atividade econômica, a produção de vinhos, que não tardou a dar prejuízo, uma vez que o sul da França retornou à sua produtividade e qualidade habituais após a erradicação das pragas que quebraram inúmeras safras de suas vinícolas, superando a produção da colônia. A conquista da Argélia contesta a tese de que o expansionismo territorial europeu (ora denominado de *colonialismo*, ora de *imperialismo*) foi motivado por razões que eram exclusivamente econômicas, subordinadas a uma lógica capitalista (LACOSTE, 2006: 234).

palestina não esboçou reação alguma aos egípcios. Na verdade, palestinos e libaneses²¹ abraçaram causa comum em apoio aos egípcios, pois o emir libanês, Bachir Chehab II, que era um declarado aliado do líder dos egípcios na luta contra a opressão (principalmente fiscal) otomana. A resistência otomana foi tão fraca que Ibrahim conquistou toda a Síria, penetrando na Anatólia e chegando a menos de 200 km de Istambul, quando ingleses e franceses se uniram para impedir o colapso otomano frente não aos egípcios, como se poderia especular a princípio, mas aos russos, que já haviam enviado uma frota para ‘proteger’ o sultão em Istambul (KIRK, 1975: 105). Se o líder egípcio ganhasse a guerra, a Sublime Porta entraria em colapso, o que não era do interesse naquele instante nem dos britânicos e nem dos franceses; caso contrário, se fosse derrotado, os russos levariam a recompensa por terem apoiado o sultão vitorioso. Assim, Inglaterra e França se uniram e forçaram a adesão da Rússia para obrigar Mehmet Ali a desistir de suas pretensões sobre a Anatólia, firmando o Tratado de Kütahya, em 1833, onde foi assegurada a administração da Síria para seu filho, Ibrahim, a partir do Cairo. O líder dos egípcios foi formalmente obrigado a reconhecer também sua condição de vassalo do sultão otomano, além de pagar uma taxa anual de 200 mil libras ao seu suserano (NIGRI, 2005: 28-30). Mas nem tudo estava perdido para ‘o último dos faraós’ e Mohammed Ali passou a governar os territórios do Sudão, do Hedjaz (controlando as cidades santas de Meca e Medina e as peregrinações altamente rentáveis para o comércio) e a Síria, além do Egito, base de um império onde habitavam predominantemente povos de língua e cultura árabes.

É preciso ressaltar que os planos de Ali e Ibrahim visavam não exatamente a construção de um Estado árabe centralizado e unificado – esta tem sido uma mistificação criada por muitos nacionalistas árabes, a partir da segunda metade do séc. XIX –, mas sim a constituição de um Vice-Reinado sob o domínio estritamente nominal da Sublime Porta. Neste sentido, as reformas de Bachir Chehab II²² introduzidas nas Montanhas do Líbano facilitaram e muito o projeto de Ibrahim, agora senhor absoluto da Síria. Primeiramente, com a conquista do Acre, em 1831, fez os cristãos maronitas ocuparem o litoral, Beirute, Sidon e Trípoli, o que não ocorria desde as Cruzadas (sécs. XI-XIII). Bachir decretou a igualdade de

²¹ Mais uma vez é oportuno lembrar que, neste momento, referimo-nos com o termo *palestinos* aos habitantes dos *sanjacks* de Nablus, Acre e Jerusalém e Ma'an, a ‘Síria meridional’, e com o termo *libaneses* exclusivamente aos habitantes do emirado do Monte Líbano. Não havia *nação libanesa* (ou pelo menos a ideia de nação libanesa), tal com conhecemos nos dias atuais, e muito menos *nação palestina* (ou uma ideia de nação palestina) naquela época. Somente após o último quartel do século XIX poderemos nos referir a uma nação palestina por motivos que serão analisados posteriormente. Quanto aos libaneses, é mais apropriado falarmos de nação libanesa (se é que ela existe) após a independência do Líbano, em 1943, com o estabelecimento do Pacto nacional de 1943.

²² É preciso ressaltar que o emir libanês era um vassalo do *paxá* do Egito

culto e de religião e Ali isentou os cristãos de prestarem serviço militar (no Egito esta obrigação permanecia para os cristãos). Os cristãos também foram autorizados a comerciar nas mesmas condições dos muçulmanos. Também foram criados incentivos para o desenvolvimento de indústrias, especialmente a algodoeira, na Síria, além de terem reformado o porto de Sidon. Os senhores do Egito e da Síria, apesar de não criarem qualquer obstáculo aos negócios com franceses e ingleses, obrigaram os cônsules destas nacionalidades a seguirem as leis do país. Por último, Mehmet Ali autorizou os cristãos a montar a cavalo e usar o turbante branco, vestimenta exclusiva dos muçulmanos (CAMPELLO, 2005: 128-29). Apesar do êxito de muitas destas reformas, que aprofundaram a penetração capitalista em toda a Síria, Bachir II não era mais que um subordinado de Mehmet Ali e seu filho, Ibrahim Paxá. Isto significava que parte da riqueza produzida pelos libaneses e palestinos seria destinada ao Egito.

Podemos perguntar, então, se a política dos governadores do Egito, da Síria e do emir do Monte Líbano era visivelmente pró-cristã. A resposta é *não*, nem todos os cristãos recebiam os mesmos privilégios. A milenar cizânia entre cristãos greco-ortodoxos e os seguidores da autoridade do Papa, em Roma, não só permanecia, como se aprofundava (esta situação se deteriorou ainda mais com a presença cada vez maior de cristãos protestantes, patrocinados por missões religiosas apoiadas pela Inglaterra, Prússia e, inclusive, EUA). Ali, Ibrahim e Chehab favoreciam os cristãos que seguiam o Papa (latinos, greco-melquitas e, sobretudo, os maronitas). Assim, colégios jesuítas foram abertos, enquanto maronitas e melquitas refugiados das perseguições dos *wahhabitas* na Arábia e na Mesopotâmia foram estabelecidos na Síria (ao mesmo tempo em que os muçulmanos xiitas foram assentados na Alta Galileia e no Vale do Beka'a e propriedades dos druzos foram confiscadas e repartidas entre os adversários) (CAMPELLO, 2005: 130). Todas estas medidas geraram uma postura de arrogância por parte de muitos cristãos frente aos muçulmanos. Estas dissensões internas na Síria geradas, sobretudo, pela desestruturação do feudalismo tributário passariam a servir como pretextos para ingerências europeias no país.

No sentido oposto, Mehmet Ali, Ibrahim Paxá e Bachir Chehab II viam a disputa entre as potências europeias pela hegemonia no Levante como um meio para implementar a execução do projeto de construção de um Estado centralizado. Diferentemente do apregoado em determinadas literaturas, estes líderes não eram 'pobres vítimas do imperialismo'. Pelo contrário, se as potências europeias acirravam as dissensões internas do Império Otomano para tirar benefícios político-econômicos e estratégicos, era verdade também que os líderes locais sabiam manipular as ambições e as disputas dos europeus em favor de seus interesses

próprios. Por exemplo, mesmo com apoio francês, Mehmet Ali jamais foi hostil aos ingleses; pelo contrário, ele os encorajou a desenvolverem, mais uma vez, a rota Mediterrâneo-Vermelho para a Índia, usando os primeiros barcos a vapor de roda, que reduziram a viagem de Londres a Bombaim de quatro meses para seis semanas (KIRK, 1975: 107). Ao mesmo tempo, o então líder dos egípcios e sírios recebia a influência educacional francesa, através da inauguração, no Egito, a partir de 1836, de mais de 50 escolas primárias e secundárias, tendo os franceses o cuidado de traduzir para o árabe os livros didáticos (KIRK, 1975: 104).

Ainda no curso das reformas político-sócio-institucionais do Egito e da Síria, foram abertos hospitais e orfanatos, também associados às missões religiosas, patrocinadas pelas potências europeias que, juntos às empresas ali instaladas, iniciaram um processo de modernização gerando a formação de uma massa crítica tanto no aspecto cultural, com o movimento chamado *Nahda* (renascimento em árabe), como também político, como os primeiros movimentos nacionalistas contestadores da ordem otomana.

O esforço de modernização do *paxá* egípcio tinha, no entanto, o objetivo de criar um Estado centralizado. Ele não buscava a permanência de um Estado federal, do tipo otomano (ao qual estava subordinado nominalmente), mas, sim, unificado, semelhante aos Estados europeus centro-ocidentais, com o monopólio fiscal e da força, o que ia de encontro à antiga e tradicional descentralização da Porta, que delegava aos líderes locais a cobrança de impostos (e a remessa para a Sublime Porta) e até mesmo a aplicação da lei. O sultão, soberano de um Império tão heterogêneo, não intervinha nos assuntos internos de suas províncias para não provocar hostilidades dos líderes locais e, assim, a desagregação de seus domínios. Este acordo não declarado entre o sultão e os senhores feudais fez a Sublime Porta sobreviver durante mais de cinco séculos sem grandes sobressaltos. A política centralizadora de Mohammed Ali encontraria, entretanto, uma resistência interna maior do que externa. Em 1834, ao tentar impor o monopólio da força, mediante a conscrição militar, o desarmamento geral e, principalmente, a cobrança regular de impostos (considerados altos demais tanto pelos camponeses quanto pelos proprietários de terras), abriu caminho para uma rebelião com graves consequências em toda a Síria. Esta crise foi agravada por outros acontecimentos, quase simultâneos, internos e externos. Primeiro, internamente, o Bachir Chehab II, emir do Monte Líbano, proclamou-se publicamente cristão maronita, causando choque entre os muçulmanos, um ato aparentemente religioso com fortes conotações políticas. De acordo com a historiadora Ana Maria Campello (2005: 130),

O maior erro que comete Bachir II em 1834 não foi, entretanto, o apoio a um rebelde do califado, mas sim o de proclamar abertamente sua conversão ao cristianismo

maronita. Não apenas ele se converte, mas traz consigo sua mulher e batiza seus filhos. É a maior iniquidade que um muçulmano pode cometer. A conversão de um muçulmano a outra religião supõe a *expulsão destes da Umma* [no Islã, a heresia é deslealdade e a apostasia, traição]. Este erro não cometeram os emires anteriores, embora ainda cristãos, não fizeram manifestação pública dele. (grifo da autora, tradução nossa)

O segundo acontecimento foi externo; a Rússia *czarista* assinara com o sultão, em 1833, o Tratado Unkiar Skelessi, com o objetivo oficial de ‘frear’ a expansão do *paxá* do Egito²³.

Estas políticas reformistas acrescidas destes fatores desestabilizadores interno e externo provocaram descontentamento geral, causando graves distúrbios sociais. Um verdadeiro levante popular se espalhou sobre toda a Síria.

No Monte Líbano, druzos, alauitas e xiitas, tradicionalmente desprezados pelos sunitas (os ‘ortodoxos islâmicos’) e sobre os quais recaiu grande carga dos aumentos de impostos e a conscrição militar²⁴, eram os principais opositores dos decretos do *paxá* egípcio. Em pouco tempo, as hostilidades se tornaram confrontos abertos e o caráter eminentemente político-fiscal do conflito se transmutava em guerra confessional. Os muçulmanos estavam experimentando importantes mudanças de privilégios, pois “em pouco tempo veem como seus chefes são assassinados, suas propriedades são confiscadas e dadas em feudo aos chefes maronitas e se autoriza a instalação de missioneiros franceses por toda a Montanha” (CAMPELLO, 2005: 130), sendo este então o primeiro grande enfrentamento entre cristãos maronitas e druzos²⁵, o primeiro entre as comunidades, e a primeira guerra civil libanesa, ainda que em pequena escala. A intervenção estrangeira não tardaria. Enquanto os franceses apoiavam o emir libanês, o *paxá* dos egípcios e os cristãos maronitas, os britânicos apoiaram discretamente os druzos, ao mesmo tempo em que tentaram cooptar o então patriarca maronita, Youssef Hubayich, contra os egípcios, mas sem sucesso. É interessante notar que, se no Monte Líbano os enfrentamentos ganharam contornos confessionais, na Palestina, ou seja, nos *sanjacks* de Nablus, Acre e Jerusalém (al-Qods) as revoltas mantiveram a

²³ Certamente os russos não estavam propriamente preocupados com a sorte do sultão, mas sim em conquistar a tão almejada saída para o Mar Mediterrâneo.

²⁴ A escalada militar empreendida pelo *paxá* do Egito Mohammed Ali se fazia sentir sobre toda a Síria, na qual se incluía o Monte Líbano e a Palestina. Nas montanhas libanesas, os druzos, xiitas e alauitas suportaram maior carga fiscal e isto, de certa forma, estava subscrito no aparato legal otomano, pois os cristãos pagavam, como *dhimmi*, uma taxa fixa ao Império. Além disto, o status *dhimma* proibia os cristãos de servirem ao exército. Se isto explica a fúria destas três comunidades heterodoxas do Islã, ao mesmo tempo desmistifica a tese (muito difundida, por sinal) de que os cristãos sofriam opressão e repressão dentro do Império Otomano em seus estertores (CAMPELLO, 2005: 131).

²⁵ A última guerra foi em 1983 e ocasionou o massacre e a expulsão dos cristãos das Montanhas do Chouf, que retornaram aos poucos à região a partir da década de 1990, após o fim da Guerra Civil. Há, no entanto, quem afirme que, apesar de todas estas evidências, não existem guerras civis no Líbano.

conotação estritamente político-sócio-econômica, mesmo havendo importantes minorias beduínas, druzas, cristãs e judias²⁶. Surpreendente também foi, naquele país, a unidade entre as diversas famílias de notáveis (grandes comerciantes e proprietários de terras) e a supressão momentânea da secular rivalidade entre árabes beduínos e árabes palestinos na luta contra as reformas imposta pelo Egito. Há quem afirme que a união de todos os palestinos contra as novas políticas egípcias foi o nascimento do nacionalismo palestino, porém o historiador israelense Ilan Pappé (2007: 48) acredita que a revolta significou de fato o desejo de voltar a ser otomano mais do que de ser independente.

A repressão foi, no entanto, brutal em toda a Síria. Nas montanhas libanesas, Bachir Chehab II enviou uma tropa composta por maronitas, armados pelos egípcios, para esmagar a revolta druza e xiita, já tendo a adesão de beduínos. Membros revoltosos destas comunidades confessionais foram perseguidos até o Houran (Monte Druzo, no sudoeste da atual República Árabe da Síria) aonde foram massacrados pelos maronitas reforçados com mais de 10 mil soldados egípcios (ÉDDE, 2001: 93). Na Palestina, a crueldade não foi menor, segundo Kimmerling e Migdal (1998: 10):

Em 4 de julho de 1834, ele [Ibrahim Paxá] dirigiu uma expedição militar até o coração das forças rebeldes lideradas por Qasim na região de Nablus. Os soldados egípcios reduziram 16 vilas às cinzas em seu caminho, inclusive aquelas dominadas pelas grandes lideranças rebeldes. Após a sangrenta batalha, os egípcios derrotaram os camponeses, decapitando publicamente seus líderes. (...) A vitória egípcia foi completada e incluiu o arrasamento da cidade [de Hebron], o estupro de mulheres, assassinatos em massa e a conscrição dos homens, o fornecimento de 120 adolescentes para os oficiais egípcios para fazerem o que eles queriam. (tradução nossa).

Há fortes suspeitas de que a Sublime Porta, que não estava indiferente aos progressos materiais alcançados pelo líder dos egípcios sobre a Síria, estimulava entre os montanhese libaneses o ódio e a revolta contra a conscrição militar para os exércitos de Chehab II e de Ibrahim, que seguiam os projetos expansionista-modernizadores líbano-egípcios (NIGRI, 2005: 29).

Os planos expansionistas de Mehmet Ali e Bachir Chehab II eram também vistos com extrema desconfiança pela Inglaterra. Os britânicos entendiam que estes planos eram uma ameaça real à sua hegemonia no eixo Mediterrâneo-Vermelho, vital rota para a Índia, e viam nisto prováveis ingerências tanto dos russos, contra os quais lutavam no Afeganistão, quanto

²⁶ A população palestina é uma das mais homogêneas do mundo árabe e, sobretudo, islâmico. No início do séc. XIX, cerca de 90% dos habitantes eram muçulmanos (não há até hoje registros de muçulmanos xiitas na Palestina), cerca de 7% eram cristãos e, por fim, os judeus formam cerca de 2,33% dos habitantes (NIGRI, 2005: 23). Os druzos da Palestina não se consideram palestinos, assim como os beduínos (esmagadoramente muçulmanos sunitas).

dos franceses com o Paxá egípcio. De fato, algumas suspeitas inglesas se confirmaram, Mehmet Ali enviou tropas ao Iêmen em 1839 e a Inglaterra, que havia conquistado o estratégico e decadente porto de Áden sobre o Estreito de Bab el-Mandeb, entre o Oceano Índico e o Mar Vermelho, ameaçou os egípcios de que, caso atacassem o porto, o ato seria considerado uma agressão a uma possessão britânica (KIRK, 1975: 107).

Face às ingerências europeias no Levante (a invasão e ocupação francesa da Argélia, a independência da Grécia, a ocupação inglesa do porto de Áden), ao expansionismo egípcio sob a égide de reformas modernizadoras e capitalistas e à crise econômica, ao longo da década de 1830, o sultão Abdul Mejid I (1839-61) se viu compelido a também buscar, através de um decreto, reformar o aparelho estatal otomano, modernizando-o à semelhança dos Estados europeus e do Egito, sob o domínio dos Ali. As reformas institucionais, denominadas de *Tanzimat* (Reorganização), visavam, sobretudo, restabelecer e restaurar as bases morais e legais do Império, ameaçado pelas potências europeias, centralizando o poder nas mãos do soberano otomano. Embora mantivessem a *shari'a* (a Lei canônica do Islã), estas reformas estabeleceriam na prática a igualdade entre os súditos, sem distinção de credo religioso, pois os adeptos de todas as religiões seriam igualmente membros da comunidade política (HOURANI, 2005: 67). Segundo o historiador anglo-libanês Albert Hourani (2005:66-67), o decreto introduzia

(...) a abolição das concessões de cobrança de impostos, os gastos fixos e limitados com o Exército e a Marinha, a conscrição regular, a justiça pública e regular, as garantias do direito de propriedade e contra o confisco arbitrário, o pagamento regular de funcionários e leis rigorosas contra a corrupção. (...) O decreto teria de ser comunicado aos embaixadores de Potências amigas, para que fossem testemunhas da outorga destas instituições.

Como visto, o *tanzimat* provocaria um profundo impacto geopolítico, que se faz sentir até os dias atuais em todo o mundo árabe²⁷. A Reorganização implementada pelo decadente Império Otomano permitiu, por um lado, um processo de urbanização acelerado no mundo árabe, além de um impulso demográfico; por outro lado, a corrupção se generalizou, corroendo o edifício imperial e criando muitas insatisfações entre as elites dirigentes, o que foi notado pelas potências europeias que viam mais oportunidades para subordinar o sultanato aos seus interesses capitalistas. As medidas reformistas encontraram, no entanto, forte resistência.

²⁷ Uma das consequências não-planejadas do *tanzimat* foi sem dúvida alguma o nascimento dos primeiros movimentos nacionalistas árabes na Síria (incluindo o Monte Líbano e a Palestina), assunto que será analisado mais adiante.

A concentração de poderes nas mãos do sultão era uma forma para combater a insubordinação dos líderes locais, principalmente dos *paxás* do Egito e da Síria. De imediato, Abdul Mejid I despachou uma frota, apoiada pelas marinhas inglesa e austríaca²⁸, até Beirute. Em resposta, Ibrahim Paxá e Bachir Chahab II elevaram os impostos e recrutaram para seus exércitos até mesmo os cristãos, atos que se vieram a se configurar em gravíssimos erros políticos. De um lado, o aumento dos impostos colocou em fúria os líderes druzos, insatisfeitos com a proeminência econômica cada vez maior dos cristãos, e, por outro lado, as comunidades cristãs não estavam dispostas a abrirem mão dos privilégios conquistados (uma baixíssima carga tributária e a isenção de recrutamento). A desigualdade favorecia os cristãos frente aos muçulmanos, conforme visto antes. Desta forma, forjou-se uma aliança entre cristãos maronitas, greco-melquitas e druzos, que fez eclodir uma revolta contra os impostos e a conscrição nas montanhas em 27 de maio de 1839 (CAMPELLO, 2005: 132). Duas semanas depois, em 7 de junho de 1839, o sultão aproveita a revolta libanesa para declarar a traição de Mohammed Ali ao Império, assim como lançar seus exércitos contra os egípcios. É o início da chamada Segunda Guerra Síria (1839-40)²⁹. Treinadas pelos franceses, as tropas egípcias infligem uma humilhante derrota aos otomanos, cuja esquadra é aprisionada em Alexandria. A partir deste ponto a guerra se internacionaliza. A Inglaterra, em disputa com a Rússia pelo controle do Afeganistão, entende a vitória de Mehmet Ali como uma vitória da França sobre os otomanos. A destruição do Império naquele momento favoreceria, dentro da concepção britânica de contenção de qualquer coalizão de potências europeias terrestres, a hegemonia francesa e russa naquela região ou mesmo a formação de um condomínio russo-francês sobre os territórios otomanos, cortando as comunicações entre a Índia (a ‘Jóia da Coroa do Império’) e a Grã-Bretanha. Era preciso, portanto, impedir que a ofensiva egípcia continuasse. Os franceses estavam, no entanto, conscientes da reação britânica e procuraram ser cautelosos, tentando assim reduzir os resultados da vitória de Ali (NANTET, 1964: 135).

Ao mesmo tempo em que se forjam as geoestratégias europeias sobre os territórios otomanos, nas Montanhas do Líbano, no início de 1840, o baixo clero de todas as comunidades cristãs se une e propaga a resistência a quem se juntam também xiitas e druzos. Há de se notar a exclusão quase total dos senhores de terras. Estes são capitaneados por

²⁸ O Império Austríaco (posteriormente denominado de Império Austro-Húngaro) era dominado pela dinastia dos Habsburgos, cuja legitimidade se baseava na defesa intransigente do cristianismo católico romano. Portanto, a política externa da Áustria dos Habsburgos era, em último caso, a política externa dos Estados Pontifícios, sob o domínio do Papa de Roma. Assim, a intervenção austríaca na Síria, durante o séc. XIX, deve ser entendida como a intervenção do Papa nos assuntos árabes-otomanos. Para maiores esclarecimentos, ver CAMPELLO (2005).

²⁹ A Primeira Guerra Síria (1832-33) refere-se à expansão egípcia, empreendida por Mehmet Ali e seu filho Ibrahim Paxá sobre a Síria.

Bachir II e se aliam a Mohammed Ali. A aliança é aparentemente paradoxal, pois os revoltosos são arrendatários nos latifúndios dos emires e xeques maronitas, druzos e xiitas. O alto clero maronita condena a insurgência.

Apesar da aparente unidade, a revolta libanesa foi insuficiente para derrotar os bem treinados (pelos franceses) exércitos egípcios. Sucessivas derrotas da insurgência libanesa ao longo de 1840 fizeram alertar os britânicos para impedir a articulação de uma coalizão russo-francesa contra os otomanos, e, por tabela, os interesses da Grã-Bretanha. Assim, em Londres, a 15 de julho de 1840, Inglaterra, Rússia, Áustria e Prússia firmaram um Tratado secreto para colocar um fim ao poder francês aliado aos egípcios em apoio ao Império Otomano. As quatro potências reconheciam, no entanto, o poder hereditário de Mehmet Ali sobre o Egito, o Sudão e o Acre, em troca da exigência da retirada egípcia da Síria. A exigência foi solenemente ignorada pelo líder albanês dos egípcios. Em consequência disso, uma frota austro-anglo-otomana bloqueou os portos de Beirute e Acre, em agosto do mesmo ano. Os ingleses desembarcaram no porto de Jounieh, ao norte de Beirute, oferecendo armas aos revoltosos, atijando ainda mais violência nas montanhas libanesas entre as comunidades druzas e maronitas. Entre 11 e 14 de setembro de 1840, as tropas austro-anglo-otomanas bombardearam intensamente Beirute por terra e mar. Em vista da derrota, o emir libanês passou para o lado otomano, enquanto Mehmet Ali e seu filho Ibrahim Paxá foram finalmente derrotados, mas a Inglaterra evitou uma humilhação total para não permitir uma vingança dos franceses (estes, por sinal, se recusaram a enfrentar diretamente a coalizão liderada pelos britânicos). Desta forma, o líder albanês dos egípcios, mesmo derrotado, continuou sendo reconhecido como *paxá* do Egito e do Sudão, recebendo o título de *khediva* (Vice-Rei). A esta altura, a agitação social no Monte Líbano o colocava próximo de uma guerra civil, instilada pela Inglaterra, sobretudo porque, como Estado anglicano, ordena (à Porta) a destituição de Bachir Chehab II como emir da Montanha, para assim anular a influência francesa na Síria (ÉDDE, 2001: 98).

Mapa 3 – *Khedivato* (Vice-Reino) de Mohammed Ali (1805-82)

O EGITO DE MUHAMMAD ALI (1878 - 1882)

A partir de 1840, portanto, as políticas da Síria e do Egito se internacionalizam, as ingerências europeias se intensificam sem disfarces, assim como aprofunda-se a introdução do capitalismo naquelas regiões produtoras de seda, tabaco e algodão, onde a economia ainda era regida por propriedades fundiárias comunais (*mesh'a'*) e se desconhecia a propriedade privada da terra, tal como existente na Europa Centro-Occidental, pois, no Império Otomano, na primeira metade do séc. XIX, o sultão era o dono das terras. Como visto antes, as relações capitalistas pressionam o aumento dos impostos, o que abre caminho para confrontações social-político-econômicas na Síria, onde o Monte Líbano servirá de palco às guerras sócio-político-econômicas, que, não raro, ganham contornos clânico-confessionais.

Com a derrota das tropas egípcias, Bachir II foi destituído e exilado em Malta e, em seu lugar, a Sublime Porta, apoiada pela Inglaterra, nomeou seu sobrinho, Bachir Qassim Chehab, como Bachir III, novo emir libanês, a 3 de setembro de 1840. Os otomanos não

estavam mais dispostos a tolerarem um governo autônomo nas montanhas e colocam o Monte Líbano sob seu direto controle. Entretanto, as guerras contra Mehmet Ali, Ibrahim Paxá e Bachir II demonstraram mais do que nunca a incapacidade da Porta Otomana em debelar rebeliões internas sem auxílio internacional – no caso, auxílio europeu. A ingerência otomana nas montanhas libanesas não ocultava a ingerência europeia naquele “pequeno país que é tão importante”, como dizia o *premier* austríaco, Metternich (Apud CAMPELLO, 2005: 128). A chamada ‘Crise Síria’ da década de 1830, marcada pelo expansionismo egípcio, fez os otomanos, os egípcios e as potências europeias compreenderem que o Monte Líbano era a chave para o domínio da Ásia Otomana. Começava, assim, a tradição, que permanece até os dias atuais, das intervenções das potências regionais e internacionais nos assuntos internos do Líbano.

A destituição de Bachir II do emirado Monte Líbano não foi, contudo, ato despótico ou arbitrário do Sultão. Ela foi firmada dentro das leis muçulmanas, segundo as quais um líder muçulmano deve ser guiado pela *sabedoria* e *equidade*. Aqui se entende equidade não como sinônimo de isonomia, ou seja, a igualdade de todos perante a lei, mas sim a ideia de que um governante muçulmano deve aplicar a lei com *igualdade* de ânimo, ou seja, a aplicação da lei deve levar em conta seus efeitos mais ou menos justos (CAMPELLO, 2005: 135). Segundo o sultão otomano, tais características estiveram ausentes durante o governo de seu representante no Monte Líbano, pois, ao se aliar aos egípcios contra a Porta, Bachir II pusera em risco a comunidade maronita e combatera os druzos.

Porém, a nomeação de Bachir III como emir do Monte Líbano se revelou, em pouco tempo, desastrosa. Ele se dispôs a continuar a campanha contra os senhores feudais druzos para favorecer os cristãos maronitas, que havia sido a ruína de seu tio e antecessor, Bachir II. Mas, diferentemente deste, o novo emir não dispunha da indiferença do sultão e nem do apoio do Egito. De forma contrária a estes intentos, ainda não explícitos, do novo emir, o Império Otomano fazia esforços para reorganizar e viabilizar o novo emirado libanês, criando uma nova estrutura tributária, entre março e setembro de 1841. Para isto, os otomanos convocaram as eleições para conselhos em 5 de setembro de 1841.

De acordo com os otomanos, os conselhos deveriam ser eleitos e não designados, exigindo a participação de todas as comunidades, independente de seu peso demográfico. A convocação de eleições para conselhos e a exigência da participação de todas as comunidades refutam a tese de ausência de representação popular na organização do Estado Otomano, além da tese de que os franceses instituíram o *confessionalismo* no Líbano, durante o Mandato (1920-43) (CAMPELLO, 2005: 139-40). É interessante notar como a Porta denomina as

diferentes comunidades: *nações*. Isto servirá aos europeus como elementos para desestabilização.

De acordo com a decisão do Califa-Sultão decidiu-se estabelecer os conselhos em todo o Império para decidir as disputas e discussões segundo a lei a fim de que os inconvenientes nem prejudiquem, nem favoreçam nenhuma pessoa.

Ele [o Califa-Sultão] ordenou que um conselho seja estabelecido nas Montanhas do Líbano para decidir as questões segundo a Lei. E como as Montanhas do Líbano se encontram sob a jurisdição do emir Bachir e que sua excelência deve ser o presidente do Conselho, ele não poderá às vezes presidir o Conselho, mas tem o direito de nomear um procurador ao qual se pagará 800 piástras [moeda otomana] por mês de salário.

Os membros do Conselho serão:

3 da *nação* maronita

3 da *nação* drusa

1 turco [subentende-se de fé muçulmana sunita]

1 grego [cristão greco-ortodoxo]

1 católico [cristão greco-melquita]

1 metualista [xiita]

(...) Os eleitos para o Conselho deverão ser eleitos e nomeados pelo povo.

As questões que serão julgadas no Conselho devem ser decididas sem a menor parcialidade.

Os empregados não deverão receber nenhuma gratificação (...). (CAMPELLO, 2005: 140, grifos nossos).

Estabelecia-se, desta forma, o princípio do confessionalismo, segundo Ana Maria Campello (2005: 141),

As decisões resultantes do conselho refletiriam a pluralidade de interesses da população do Monte Líbano. Seria perverso dar a maioria à comunidade maronita, ainda que esta o fosse, pois não ficaria representada a pluralidade do Monte Líbano e, sim, os da comunidade majoritária. Não é a representação da maioria, é a representação de Todos [grifos da autora].

Assim, a Porta negava o poder exclusivamente à comunidade majoritária em seu Estado, que é muçulmana (sunita e xiita), e, menos ainda, à comunidade majoritária das Montanhas do Líbano, os cristãos maronitas. Visava-se, desta forma, a que todas as comunidades tivessem participação nas decisões dos órgãos de governo. Apesar desta busca de equilíbrio (equidade) por parte dos governantes otomanos, este não foi o entendimento do novo emir libanês, Bachir III, que havia nomeado como seu procurador um cristão maronita sectário e extremista, Bechara al-Khoury. Esta nomeação somada à nova repartição de impostos acordada pelo Conselho presidido pelo emir Bachir III desagradou profundamente os senhores feudais druzos. Para aumentar a crise, o patriarca maronita Yussef Hubaych convocou uma Convenção maronita em 29 de março de 1841. Para representá-los e defender seus interesses, seriam escolhidos ‘delegados’ em todos os distritos cristãos, dentre os mais

respeitáveis e os de equidade reconhecida. Assim, o patriarca visava estar na chefia destes grupos, se colocando como um intermediário entre o governo e todos os cristãos católicos. A Convenção estabeleceu como cláusulas: a observação dos pressupostos religiosos; a submissão ao sultão e aos seus delegados; o apoio às reformas modernizadoras do império (*Tanzimat*). Além disto, o Hubaych ameaçou de excomunhão a todos os cristãos que se opusessem à Convenção, inclusive, aos cristãos greco-melquitas (CAMPELLO, 2005: 144). Tal ameaça apenas aumentou a antipatia dos demais cristãos aos maronitas, debilitando-os frente aos muçulmanos e ao Império. Sendo o patriarca maronita nomeado pelo Papa³⁰, pode-se deduzir de suas declarações as ingerências do Papa para controlar os cristãos do Oriente, que há milênios se recusavam a reconhecer o Sumo Pontífice de Roma como a autoridade máxima da Cristandade. As consequências não tardariam a se tornar catastróficas para todos os cristãos da Síria.

Um incidente banal foi o estopim para a guerra civil interconfessional: em 9 de outubro de 1841 um cristão maronita matou um perdiz no campo de um xeque druzo. Este foi à casa do caçador, mas foi recebido a tiros. Logo, uma sucessão de assassinatos resultou em 17 druzos mortos. Em menos de uma semana após os crimes, toda a Montanha do Líbano estava em chamas. Os confrontos ganharam matizes abertamente confessionais, especialmente nos distritos mistos das Montanhas do Chouf, sul das Montanhas do Líbano. Cristãos maronitas massacraram druzos e estes massacraram maronitas. Nestas atrocidades, algumas alianças heterodoxas se estabeleceram: muçulmanos xiitas se aliaram aos cristãos maronitas e os muçulmanos sunitas se aliaram aos druzos (fé considerada herética pela ortodoxia muçulmana sunita). Estas alianças heterodoxas revelam os limites do caráter confessional do conflito, que tem um pano de fundo econômico (ÉDDE, 2001: 99-101). Em 15 de outubro de 1841, os cônsules decidiram intervir, e o assunto se internacionaliza. Os ingleses aproveitaram a ocasião para incitar mais violência ao se aliarem aos druzos, com a cumplicidade do Paxá do Acre, Mohammed Raschid, que desarmara os cristãos maronitas (ÉDDE, 2001: 102). Eles observavam e avaliavam, no entanto, a capacidade da Porta em resolver esta crise sem a necessidade de uma intervenção estrangeira direta, pois, do contrário, a fragilidade do Império seria exposta e sua desintegração, irreversível, o que naquele momento não era do interesse da Inglaterra.

³⁰ O Papa é o chefe da Igreja Católica Apostólica Romana. Até 1860, também acumulava a função de soberano dos Estados Papais (também denominado de Estado Pontifical ou Estado da Igreja), cujos territórios se localizavam na região central da Península Itálica.

Na busca de uma solução para o conflito libanês, tentativas de negociações foram feitas, os druzos reivindicaram, sobretudo, a revogação do aumento dos impostos e a nomeação de um emir muçulmano. Longe de buscar uma reconciliação com os xeques druzos, Bachir III acirrou ainda mais as medidas anti-druzas, ameaçando até mesmo confiscar suas propriedades, ao mesmo tempo em que tentava uma aproximação com a França. Para os otomanos o caos que se estabelecera nas montanhas do Líbano representava a oportunidade, há muito esperada, de impor seu poder direto àquele país ‘rebelde’. Numa situação confortável diante da crise aberta em sua província ‘rebelde’, o sultão age como um árbitro entre as reivindicações druzas e maronitas. Com o apoio velado dos ingleses, que entendiam não ser oportuna a derrocada do Império naquele momento, as tropas otomanas foram despachadas, sob o comando de Moustafá Paxá, para o Líbano, onde encontraram uma quase inexistente resistência maronita (NANTET, 1964: 149). Percebendo a profunda cisão entre as comunidades libanesas, Moustafá Paxá convoca o Conselho comunitário, expulsa Bachir III de Beirute em janeiro de 1842 e nomeia um novo governador, Omar Paxá, colocando o Monte Líbano sob direta ordem de Istambul. O novo representante do sultão era apelidado de ‘austriaco’, mas, na realidade, era um croata cristão greco-ortodoxo convertido ao Islã (CAMPELLO, 2005: 151). Assim, uma das reivindicações dos druzos foi atendida.

Omar Paxá procurou, contudo, afirmar seu poder. As Montanhas do Líbano ainda não estavam totalmente pacificadas e, assim, alguns senhores feudais druzos permaneciam em armas, em desafio ao novo representante da Sublime Porta. O novo emir ordenou a prisão de inúmeros destes xeques, causando mal-estar na comunidade druza, ao mesmo tempo em que atacou os feudais maronitas. Porém, foi um decreto proibindo os xeques libaneses de coletarem impostos, colocando esta responsabilidade a cargo de funcionários otomanos, que fez o ódio entre cristãos maronitas e druzos (especialmente de seus senhores feudais) ser superado pelo ressentimento ao novo governador. Uma nova crise é aberta, desta vez contra o poder otomano. As pequenas montanhas do Líbano mais uma vez desafiam o poder da Sublime Porta e os otomanos perdem o controle da situação. Ingleses, franceses e russos tomam a gestão da crise, mais uma vez.

Diante da pressão internacional, a Sublime Porta convoca uma conferência, em 27 de maio de 1842, para discutir a resolução da crise na Síria. Participam da Conferência os embaixadores da Inglaterra, França, Rússia, Áustria e Prússia. Estas potências têm uma causa em comum, evitar que o novo conflito nas Montanhas do Líbano se alastre por toda a Síria e desintegre o Império Otomano. Era preciso, portanto, debelar a crise e isto significava, naquele momento, atender às reivindicações dos notáveis libaneses (maronitas, druzos). Em

vez de querelas de ordem étnica ou religiosa, apenas a questão tributária se torna o eixo central das discussões. A queixa principal das comunidades libanesas era o não cumprimento da promessa feita pelos europeus e otomanos, durante as guerras contra Ibrahim Paxá e Bachir II, para a diminuição dos impostos (CAMPELLO, 2005: 155-7). As comunidades também revelaram não estarem dispostas a aceitar a reabilitação do clã Chehab (cristão maronita), considerado a fonte de toda a crise da década de 1830, como representante da Porta no Monte Líbano (CAMPELLO, 2005: 158). Inglaterra e Áustria propuseram, tendo em vista a possibilidade de uma rebelião drusa contra a nomeação de um cristão maronita, a divisão das Montanhas do Líbano em dois distritos: um druzo, ao sul da estrada Beirute-Damasco, e outro cristão maronita, ao norte da mesma via. Estes territórios seriam administrados por conselhos formados por integrantes de cada comunidade confessional do Monte Líbano. Ainda de acordo com esta divisão proposta pelos ingleses e austríacos (apoiados pela Igreja Católica Romana), cada comunidade seria ‘protegida’ por uma potência europeia. Assim, os cristãos maronitas ficariam sob a proteção da França, os cristãos greco-ortodoxos, da Rússia *czarista*, os greco-melquitas, da Áustria, os protestantes, da Prússia, e os druzos, da Inglaterra. Os muçulmanos sunitas não tinham ‘protetores’ externos. As Capitulações são aprofundadas. Era a *libanização*³¹.

Esta ‘divisão para reinar’, na formação de novos territórios dentro do Império Otomano, abria a possibilidade para o que hoje denominamos de ‘limpeza étnica’. Tal divisão não levou em consideração o fato de maronitas e druzos coexistirem e conviverem desde o século XIII nas montanhas do Líbano, sem atritos significativos. Para os europeus, os povos que conviviam naquele território por séculos, comungando a mesma língua, escrita e costumes, apesar da diferença confessional, precisavam ser separados. Assim, o caráter plurinacional, que ofereceu a estabilidade e a legitimidade da Sublime Porta, ao longo de três séculos e meio, foi transformado pelos europeus em alvo para a desestabilização. Stratford Canning, embaixador britânico, escreve ao ministro otomano, Pisani, em 26 de agosto de 1842, comentando a situação das montanhas, sugerindo implicitamente a limpeza étnica para uma efetiva separação entre druzos e maronitas:

(...) dois povos separados. A autoridade soberana do país pertence ao sultão. Que esta autoridade seja representada por um *vizir*, superintendente do país e revestido de poder necessário para manter a paz. Que a administração local seja confiada a dois indivíduos, nomeados por uma autoridade suprema, um druzo para os druzos, um maronita para os maronitas. (...) *A execução deste plano pode encontrar algumas*

³¹ O que denomino aqui de *libanização* é mais do que uma divisão territorial em base étnico-confessional (NIGRI, 2003: 30), ela se refere a um processo de desintegração territorial, como reflexo de uma fragmentação social irredutível, somado a uma internacionalização da gestão desta cisão social e territorial.

dificuldades como, por exemplo, a mescla de populações em alguns distritos. Isto pode ser um obstáculo um pouco sério, porém pode-se tomar medidas frente a outras que teriam maiores consequências (CANNING apud CAMPELLO, 2005: 159, tradução e grifo nossos).

Foi no ensejo deste processo de *libanização* que, em 1840, um cônsul britânico em Beirute escreve uma carta ao *Foreign Office*, em Londres, para fazer frente ao apoio francês aos cristãos maronitas, sobre a necessidade da Inglaterra convencer sua comunidade judia no sentido de se implantar na Palestina, para que os ingleses dispusessem de uma comunidade religiosa aliada. A carta do cônsul teria uma resposta em menos de um século depois, em 1917, com a Declaração de Balfour, ministro do Ministério das Relações Exteriores, propondo um “lar nacional judeu” na Palestina (CORM, 2006: 107). Desnecessário dizer que o Levante e, neste caso especificamente, o Monte Líbano, se convertera num laboratório político e numa zona de confrontação estratégica de potências regionais e internacionais. Como territórios-tampão de fato, os *caimacatos*³² foram instituídos nas Montanhas do Líbano em 1843³³.

A separação das comunidades abria a centelha das guerras civis. O critério da fundação dos distritos era confessional e não territorial. As demais comunidades confessionais não deveriam estar, a princípio, sob a administração nem de druzos nem de cristãos maronitas. Assim, os cristãos greco-ortodoxos, que não queriam ser governados por um maronita, ficaram subordinados ao *vilayet* de Trípoli, um muçulmano sunita. Em caso de disputas entre as comunidades confessionais nos *caimacados*, o *wali* (governador) de Sidon teria a última palavra. No entanto, o decreto anulava os efeitos da convenção maronita de 29 de março de 1841, que estabelecia que todos os cristãos deveriam estar sob jurisdição do patriarca maronita (CAMPELLO, 2005: 165). O decreto otomano é cumprido. Ressalta-se, contudo, que a autoridade do *caimacã* não é territorial, mas sim confessional.

À época da fundação do regime de duplo *caimacamiyat* o distrito norte maronita era habitado por cerca de 139.280 pessoas, das quais 78.000 eram cristãos maronitas, 23.300 eram cristãos greco-ortodoxos, 25.500 greco-melquitas, 10.150 druzos e 2.330 xiitas (CAMPELLO, 2005: 165). A população total de cristãos (126.800) representava cerca de 91% da população total das Montanhas. No distrito sul, druzo, os muçulmanos somavam 38.140 (52%) frente aos 35.450 (49%) cristãos (CAMPELLO, 2005: 178).

³² O termo *caimacado* ou *caimacamiyat* é de origem turca e significa *aquilo que está substituindo*. A denominação demonstrava os intentos otomanos de rebaixarem a autoridade dos governantes dos dois distritos libaneses. Os *caimacãs* não eram governadores, eram apenas funcionários do Império.

³³ É preciso ter em mente que as potências europeias tinham dois objetivos principais com a criação do *caimacamiyat*: evitar, naquele instante, a desintegração do Império Otomano, que certamente favoreceria as potências rivais; e, segundo, dominar a Síria através do domínio econômico e do controle da sua muralha natural defensiva, as Montanhas do Líbano (CAMPELLO, 2005: 161).

Em 1844, os otomanos reformulam a proposta anglo-austriaca. Estabelece-se que o norte do Monte Líbano ficaria sob o controle do *wali* de Trípoli. Assim, a montanha fica dividida em três territórios (CAMPELLO, 2005: 164). As novas decisões geraram novas hostilidades. O *caimacã* do norte perdia o título de '*caimacã dos cristãos*' e foi 'rebaixado' a '*caimacã dos maronitas*'. Como mais um golpe ao domínio dos cristãos maronitas, Biblos (*Jbeyl*), porto que tradicionalmente servia de saída para o mar do antigo emirado da Montanha Libanesa, foi retirado do controle do *caimacamiyat* maronita. Além disto, a sede do antigo emirado, Deir al-Kamar, com uma população majoritariamente maronita numa região (as Montanhas do Chouf, sul das Montanhas do Líbano) majoritariamente druzas, perdeu seu *status* de 'capital', sendo ocupada por funcionários do Império otomano. Os 'golpes' contra os maronitas foram sentidos pelo Patriarca maronita Hubayich, que renovaria a exigência do controle de todos os cristãos pelo *caimacã* maronita. Hubayich se aliou aos franceses, que estavam dispostos a recuperar a antiga influência sobre a região, perdida com a derrota de Ibrahim Paxá. O chefe religioso dos maronitas exige do sultão a restituição de Biblos ao distrito maronita. Surpreendentemente, as reivindicações foram atendidas pelo sultão, desagradando os ingleses, que entendem a manobra do patriarca maronita como uma tentativa de separatismo da *caimacado* maronita e uma ingerência da França. O decreto imperial também desagradou os greco-ortodoxos das montanhas, que preferiam a subordinação aos muçulmanos de Trípoli a ter que se submeter ao Papa, de quem o Patriarca maronita era representante. Para agravar a situação, em contraste à reivindicação dos maronitas para controlar todos os cristãos das montanhas, inclusive os do distrito druzo, os franceses se recusam a apoiar o controle dos muçulmanos, inclusive os do distrito maronita, pelos druzos. Explicitava-se, com isto, o jogo duplo das potências europeias na gestão da crise libanesa: os druzos não teriam os mesmos privilégios dos cristãos. Abria-se, desta forma, o caminho para os conflitos inter-cristãos e inter-confessionais, que viriam a incendiar as Montanhas do Líbano e toda a Síria nos anos seguintes.

Mapa 4 – Duplo Caimacamiyat (1842-60)

**DUPLO CAIMACAMIYAT
DO MONTE LÍBANO (1842 - 1860)**

As guerras civis não tardaram a eclodir. A estas se superpuseram os conflitos entre as potências europeias. As crises sociais foram transmutadas em conflitos étnico-clânico-confessionais a partir de 1845. Estas confrontações não se reduziam apenas aos choques entre druzos e maronitas ou entre muçulmanos e cristãos. Na verdade, elas se davam também dentro das próprias comunidades. A crescente presença dos cristãos protestantes na Síria era objeto de preocupação das demais comunidades cristãs, especialmente, as greco-ortodoxa e greco-melquita. Porém seria entre os cristãos católicos romanos, aliados aos maronitas, e os greco-ortodoxos que os conflitos se acirrariam ainda mais, levando a uma guerra entre as potências europeias, o que envolvia o Império Otomano e, nele incluído, a Síria. Franceses, sob clara influência da Igreja Católica Romana, exerciam enorme pressão para que *todos* os cristãos das montanhas libanesas estivessem sob a autoridade do patriarca maronita. A pressão maior vem do próprio patriarca maronita (que deve obediência ao Papa) sobre não apenas o sultão, mas também sobre a França e as demais potências católicas (Áustria) (CAMPELLO,

2005: 165-78). A crise confessional e local se internacionalizou. A Inglaterra viu com desconfiança os contatos entre o patriarca maronita, que não escondia a hostilidade aos cristãos ortodoxos, e as autoridades francesas, exigindo explicações ao arcebispo maronita, ao mesmo tempo em que buscava contrabalançar a influência papal-francesa através da aliança com os druzos.

As tensões sectárias confessionais entraram em ponto de ebulição em 1856. Mais uma vez, um incidente banal gerou consequências imprevisíveis em escala mundial: o epicentro da crise foi a Gruta da Natividade (onde Jesus Cristo nasceu) em Belém (na atual Cisjordânia, ocupada militarmente por Israel). O furto de uma estrela a ser pendurada na gruta levou ortodoxos e católicos a culparem-se mutuamente, causando uma grave briga entre os frades guardiões das duas religiões. O sultão otomano tentou conciliar as partes conflitantes, sem sucesso. Assim, o imperador francês Napoleão III invocou as Capitulações aprovadas por Suleiman *O Magnífico* e Francisco I em 1535. Da mesma forma procedeu o *czar* Nicolau I ao recorrer ao Tratado de Küçük Kayrnaka (1774), onde a Sublime Porta reconhecia a Rússia como protetora dos cristãos greco-ortodoxos. Os russos exigiram que os monges gregos não sofressem quaisquer restrições. No entanto, os otomanos, apoiados pela França, se recusaram a atender às exigências do soberano russo. Em decorrência disso, as tropas *czaristas* invadiram a Valáquia (na atual Romênia), desencadeando a Guerra da Crimeia (1853-56). A ofensiva da Rússia usara, como nos afirma o historiador Inacio Nigri (2005: 31), a disputa religiosa como pretexto para partilhar a Península Balcânica e ocupar Istambul e os estreitos do Mar Negro (Bósforo e Dardanelos), entrando em choque com os interesses britânicos naquela região. Quase simultaneamente, os britânicos haviam adquirido, do sultão do Omã, as Ilhas Kuria Muria, usadas como estação de cabo submarino, assegurando as comunicações entre a Índia e a metrópole inglesa (KIRK, 1975: 111). Portanto, para a Inglaterra, seguindo sua geoestratégia de contenção da Rússia e de acesso livre ao Oriente, esta ofensiva deveria ser *neutralizada*. Logo se formou uma aliança anglo-franco-otomana para rechaçar o ataque das forças do *czar*, que foram derrotadas. A vitoriosa coalizão franco-britânica impôs ao Império Otomano o reconhecimento legal da igualdade entre cristãos e muçulmanos em 1856 (ÉDDE, 2001: 137). Dois anos depois, o sultão criaria o Código de Propriedade Fundiária. As duas leis se incorporavam ao *Tanzimat*, dentro de uma perspectiva de modernização, sem, no entanto, surtirem os efeitos desejados em decorrência da penetração desestabilizadora do expansionismo europeu (NEVES, 2007: 26).

Nas Montanhas do Líbano a lei que concedia a igualdade entre cristãos e muçulmanos (1856) se chocou com os interesses de grandes proprietários fundiários druzos e xiitas, dado o

crescente número de camponeses cristãos maronitas que trabalhavam como arrendatários destes latifundiários, enquanto que a Lei Fundiária (1858), por sua vez, gerou uma contestação de camponeses druzos e maronitas contra os senhores de terras druzos e maronitas. Em 1858, um ferreiro analfabeto, o cristão maronita Tanios Chahin, proclamou a *República do Líbano*, de caráter igualitário, abolindo os privilégios feudais, no bastião maronita de Kesrwan. A revolta contra os senhores feudais rápido se alastrou. Os rebeldes se apoderaram das terras dos nobres, repartindo-as entre eles. Autoridades otomanas, inglesas e eclesiásticas maronitas tentaram capitalizar (em favor de interesses próprios) a crise e cooptar o líder revoltoso, Tanios, no que malograram. Os *lordes* druzos, em aliança com muçulmanos (xiitas e sunitas) e ingleses³⁴, temendo que a revolta de seus camponeses maronitas contaminasse os camponeses druzos e xiitas, ameaçando suas propriedades, converteram o levante social em guerra confessional de muçulmanos contra cristãos. A partir de então a crise social tomaria contornos de um enfrentamento confessional. A guerra civil se alastraria do Monte Líbano para Damasco e para as cidades palestinas, onde os cristãos – especialmente os maronitas – foram perseguidos e massacrados em 1860, causando clamor internacional. Quase 20 mil cristãos foram assassinados em toda a Síria (KIRK, 1975: 112), dos quais cerca de 7.800 mortos somente no Líbano (montanhas e costa) (NANTET, 1964: 174). De acordo com o historiador Albert Hourani, os massacres perpetrados contra os cristãos seriam resultantes da desestruturação social, política e econômica provocada pela modernização capitalista imposta pelas políticas reformistas otomanas e egípcias:

O deslocamento da economia, a perda de poder e influência, a sensação de que o mundo político do Islã era ameaçado de fora: tudo isto se expressou, em meados do século, em vários momentos violentos contra as novas políticas, contra a crescente influência da Europa, em alguns locais contra os cristãos locais que lucravam com ela (HOURANI, 1999: 282).

O impacto da Lei Fundiária na Palestina³⁵ gerou, no entanto, ao mesmo tempo uma maior integração da economia palestina com o mercado mundial (mediante as crescentes exportações de frutas cítricas, trigo, azeite e óleo de oliva, através do porto de Jaffa, para a Anatólia e a Europa, assim como o incremento da demanda europeia por cereais e algodão

³⁴ Não esqueçamos que o soberano da Inglaterra (potência aliada aos druzos) à época, a rainha Vitória, era chefe da Igreja Anglicana, e, portanto, não se pode reduzir a interpretação dos massacres entre 1840 e 1860 como a guerra de cristãos contra muçulmanos ou vice-versa. Além disto, o conflito de 1860, resultando no massacre de milhares de cristãos, iniciou-se pelas disputas intracristãs, fosse no campo, onde os camponeses maronitas expulsaram das terras os proprietários também maronitas, gerando temor entre os latifundiários druzos e xiitas, espectadores dos acontecimentos nos distritos setentrionais do Monte Líbano; fosse na cidade, como em Zahle, a ‘capital’ do Vale do Beka’a, onde os cristãos greco-melquitas se recusavam a aceitar o calendário gregoriano para fúria dos Estados Papais e da França, preferindo a subordinação da administração da cidade à Sublime Porta (“o turbante à mitra”), isto é, ao *vilayet* de Damasco.

³⁵ Aqui entendido como os *sanjacks* de Acre (*Akka*), Nablus e Jerusalém (*Al-Qods*).

palestinos), a especulação e concentração de terras e a consequente expulsão dos camponeses palestinos destas propriedades (NIGRI, 2005: 32-33). De acordo com Inacio Nigri (2005: 32-33), a sobreposição conflituosa destes elementos desestabilizadores decorrentes da modernização capitalista provocou no campesinato palestino a gradual alienação de seu próprio solo (em decorrência, sobretudo, da introdução do assalariamento dos trabalhadores rurais e o consequente êxodo para as cidades), contradição que veio a ser brutalmente intensificada a partir da colonização judeu-sionista, a partir das duas últimas décadas do séc. XIX, prosseguindo durante o mandato britânico (1922-48), como veremos adiante.

A desagregação sócio-político-econômica dos povos árabes, testemunhada em toda a Síria durante o séc. XIX, foi acirrada pelas intervenções, cada vez mais constantes, das potências europeias no Levante. Assim, usando como pretexto os massacres perpetrados contra os cristãos, França (reaproximada com o Papa), Inglaterra, Prússia, Áustria (sob influência do Papa), e Rússia, mediante o desembarque de tropas francesas em Beirute, em julho de 1860, impuseram ao sultão otomano a instituição *mutassarrafiyat* (província autônoma) no Monte Líbano, governado por um *mudir* cristão e não-libanês³⁶ diretamente subordinado ao sultão otomano. Através do estabelecimento de um regulamento orgânico pelas potências europeias em 1861, o governo do *mudir* estaria sob a assessoria e controle de um conselho (*majlis*) representativo das diferentes comunidades: 2 maronitas, 2 greco-melquitas, 2 greco-ortodoxos, 2 druzos, 2 sunitas e 2 xiitas. A sede do *majlis* se situava em Beirute, isto é, sob direto controle otomano.

A instituição da província autônoma (*mutassarrafiyat*) do Monte Líbano em 1861, cuja população era majoritariamente maronita³⁷, feita pelos franceses, tinha o objetivo de estabelecer uma ‘cunha’ cristã no mundo islâmico, formando elites nativas favoráveis aos europeus, fundando, para isso, escolas e universidades. O território da pequena província compreendia apenas o Monte Líbano e uma pequena faixa costeira adjunta formada pelas cidades portuárias de importância relativamente secundária como Batroun, Biblos (*Jbeyl*) e

³⁶ O veto feito pelos próprios franceses aos cristãos libaneses visava impedir uma excessiva proeminência dos cristãos maronitas para, assim, não criar animosidades com a Inglaterra.

³⁷ A criação do *mutassarrafiyat* do Monte Líbano acirrou a milenar cizânia entre maronitas (em geral, católicos pró-ocidentais) e os greco-ortodoxos, que remonta à época do Império Romano. Estes últimos optaram pelo domínio muçulmano (*vilayet* de Trípoli) e, posteriormente, pela vinculação ao nacionalismo árabe e ao pan-arabismo, inclusive nas vertentes síria e palestina (CAMPELLO, 2005: 21-50). Oscilando entre os greco-ortodoxos e os maronitas, encontram-se os greco-melquitas, que se recusavam a adotar o calendário gregoriano (isto é, recusavam a autoridade papal) ao longo do séc. XIX (CAMPELLO, 2005: 220-21) e eram a população majoritária da cidade de Zahle, centro estratégico do Vale do Beka’a, por ser ponto nodal das rotas que ligam o interior da Síria ao litoral. Cem anos depois, em 1981, a referida cidade seria o epicentro de uma crise regional e internacional não apenas pela confrontação das forças sírias e israelenses, mas pela Guerra Fria entre os EUA e a URSS, na chamada ‘Crise dos Mísseis’ sírios instalados na região.

Jounieh. As cidades costeiras de Trípoli, Beirute, Sidon e Tiro, chamadas de ‘Terras do Estado’, o Vale do Beka’a (de onde se destacam a estratégica cidade de Zahle, bastião dos greco-ortodoxos e greco-melquitas, e Baalbeck), Rachaya e Hasbaya dependeriam do *vilayet* de Damasco. Todas elas estavam subordinadas diretamente à Sublime Porta. Constituíam-se, desta forma, um ‘cerco’ otomano à província cristã tutelada pela França. Os cristãos maronitas se ressentiriam da ‘amputação’ destes territórios que, a bem da verdade, jamais fizeram parte do emirado do Monte Líbano. Estas reivindicações territoriais seriam retomadas na Conferência de Paz de Versalhes, em 1919, após o fim da I GM e no mandato francês (1922-43).

Mapa 5 – Mutassarrafiyat do Monte Líbano

MUTASSARRAFIYAT DO MONTE LÍBANO
"PEQUENO LÍBANO" (1860 - 1918)

Autor: Ramez Philippe Malouf
 Elaboração: MAPAFÁCIL

O *mutassarrafıyat* libanês era um pequeno território (o *Pequeno Líbano*, como chamaram os maronitas) de apenas 3.500 km² (CAMPELLO, 2005: 271), com uma população aproximada, em 1861, de 280 mil pessoas, das quais 222 mil maronitas, 14 mil greco-ortodoxos, 11 mil greco-melquitas, 25 mil druzos, 4 mil sunitas e 3 mil xiitas (NANTET, 1964: 182-83). O aumento da taxa de natalidade, em decorrência da prosperidade econômica, fez com que a população do país alcançasse 414 mil pessoas em 1913, às vésperas da I GM. A relativamente alta densidade demográfica deste território pode ser uma explicação para a emigração maciça de cristãos ocorrida, a partir de então, para o Egito, no primeiro momento, e, posteriormente, para as Américas (especialmente os EUA, Canadá, México, Argentina e Brasil). Outro motivo que pode ser aventado para esta emigração desencadeada a partir (paradoxalmente) da instituição de uma província autônoma cristã nas montanhas libanesas foi o fato de que, uma vez cercada de um *hinterland* e de um litoral, o *mutassarrafıyat* não tinha meios para sobreviver, a despeito da economia cada vez mais integrada (e subordinada) ao mercado europeu, como exportadora de seda para a indústria têxtil de Lyon (França) (KARAM, 2010: 30) e importadora de produtos industrializados europeus (especialmente bens de consumo, como roupas, móveis e utensílios domésticos). Segundo a historiadora Ana Maria Campello (2005: 280, tradução nossa), “se produziu uma forte migração, sobretudo dentro da comunidade maronita que sofreu um duplo isolamento: o geográfico e o intercomunitário”.

O *confessionalismo* no *mutassarrafıyat* do Monte Líbano, instituído através de um regulamento orgânico em 1861, aprofundado pela reforma de 1864³⁸, denotava a velha estratégia do ‘dividir para governar’ encetada pelas potências europeias para dominar os territórios otomanos. A França, portadora dos ideais revolucionários, liberais, iluministas, laicos e republicanos, ‘invertera o espelho’ e reabilitava no Monte Líbano as divisões religiosas, em processo de abolição na Europa. Para os europeus, como assinala a historiadora espanhola Campello (2005: 280), não havia “ideologias” no Oriente, apenas religiões.

As instituições culturais criadas pelos europeus para dar suporte ao capitalismo introduzido na Região favorecem, no entanto, o surgimento, a partir do Monte Líbano na

³⁸ Os membros do Conselho Administrativo Central continuaram a ter suas 12 cadeiras divididas entre as seis comunidades religiosas, porém com uma nova proporção favorecendo os cristãos maronitas exclusivamente: os cristãos maronitas passaram a ter direito a 4 representantes, os druzos também subiram para 3, os greco-ortodoxos mantiveram os 2, enquanto os xiitas, sunitas e greco-melquitas tiveram redução para 1 representante cada grupo (ÉDDE, 2001: 169). Haveria ainda uma derradeira reforma em 1912, por pressão francesa, aumentando o número total de membros de 12 para 13, o que incrementou a representação greco-melquita com mais um membro (CAMPELLO, 2005: 280).

segunda metade do séc. XIX, do movimento cultural da *Nahda* (Renascença em árabe), de cunho inicialmente literário, como nos afirma o historiador brasileiro Christian Karam (2010: 30):

O “renascimento árabe” como ficou conhecido, desenvolveu-se inicialmente entre os escritores, intelectuais e profissionais liberais da pequena burguesia urbana e cosmopolita, sobretudo libanesa e síria, que passavam temporadas de estudo na Europa ou nos EUA, ou que simplesmente viajavam e mantinham contato com o legado iluminista e liberal nessas regiões. Inúmeros jornais, revistas e periódicos literários começaram a circular de Beirute a Bagdá, de Damasco ao Cairo, a fim de divulgarem, entre outras questões, notícias sobre a emancipação das províncias eslavas e balcânicas do Império Otomano, bem como a reconfiguração dos Estados-nação na Europa Ocidental, especialmente as unificações italiana e alemã.

O movimento da *Nahda* foi uma forma de afirmação cultural frente à exclusão crescente da burocracia das elites letradas das províncias árabes. A centralização promovida pelo *Tanzimat* havia marginalizado as elites locais em favor de administradores vindos de Istambul no processo de distribuição de cargos na burocracia imperial (PINTO, 2010 A: 32), num incipiente processo de ‘turquicização’ do Império Otomano. Em pouco tempo, intelectuais árabes, através da construção de um imaginário comum para as populações arabófonas, passaram a propor um destino coletivo distinto ao do Estado Otomano para os povos árabes, o qual era elaborado no vocabulário do nacionalismo árabe (PINTO, 2010 A: 32). O nacionalismo era também o fator integrador que transcendia (ou ao menos dissimulava) as dissensões (sociais, políticas, econômicas, clânicas, étnicas e confessionais) que possibilitaram os conflitos eclodidos, sob forte pressão europeia, entre as décadas de 1830 e 1860, e, sobretudo, a divisão confessional entre árabes cristãos e árabes muçulmanos, que emergiu das guerras civis e massacres entre 1840 e 1860, em toda a Síria.

A *Nahda* e, com ela, o nacionalismo árabe se disseminaram através das diversas instituições introduzidas pelos europeus no Levante, numa estratégia de dominação colonial praticada em toda a região, para cooptar elites locais simpáticas ao seu poder, com a preciosa ajuda das missões religiosas, criando hospitais, escolas e universidades (com destaque especial para as fundações das Universidades de Saint Joseph, de jesuítas franceses, e a Protestante da Síria, patrocinada pelos EUA, a atual Universidade Americana de Beirute, centros irradiadores das diversas vertentes das ideologias nacionalistas e marxistas), o que no *Pequeno Líbano* ocorreu com mais vigor dada a presença de uma comunidade cristã, que

durante séculos manteve contatos com a Europa no intuito de conter a expansão islâmica (GATTAZ, 2005: 19), e também pela estabilidade política e prosperidade econômica³⁹.

O chamado ‘nacionalismo árabe’ não era, porém, unicamente árabe e nem apenas nacional ou nacionalista, ressalta Christian Karam (2010: 31), pois as diversas vertentes compreendiam desde um projeto nacional exclusivamente libanês ou sírio, passando por um federalismo sírio-libanês, até a opção pela formação de um único Estado nacional que englobasse todas as províncias de língua e cultura árabe e seu entorno (que podemos denominar de pan-arabismo). Além disto, como nos adverte a cientista política Renata Aragoni Vicenzi (2006: 87-88), o nacionalismo árabe, em seus primórdios, reivindicava uma autonomia cultural e administrativa dentro do Império Otomano, e não em independência sob o comando de um Estado árabe soberano,

(...) Seu adversário direto, portanto, não seria o Ocidente, mas as autoridades otomanas contrárias à descentralização. (...) foi a partir do endurecimento turco e da tentativa de “turquicização” do Império que o arabismo começou a ganhar seu contorno político. E somente sob a colonização europeia direta é que se tornou abertamente anti-ocidental. (VICENZI, 2006: 88)

Paralelamente à instituição *mutassarafiyat* do Monte Líbano e ao surgimento da *Nahda*, tem-se o início da colonização judaica *askhenazi*⁴⁰ na Palestina, em virtude da fuga das constantes perseguições (*pogroms*) na Rússia *czarista* e no Leste Europeu, na segunda metade do século XIX. A colonização judaica *askhenazi*, sob o financiamento das potências europeias, como Alemanha e Inglaterra, diferia das demais, pois reivindicava a criação de um Estado que, a despeito do discurso, socialista a princípio, acabou revelando a intenção de criar uma sociedade de classes exclusivamente judaica (NIGRI, 2005: 59).

³⁹ Prosperidade econômica observada pela cidade portuária de Beirute, que escoava a maioria da produção de seda do Monte Líbano – 82,5% em 1873 e 62% em 1911 (PINTO, 2010 A: 33) –, convertida na principal praça financeira da região, por sediar os maiores bancos do mundo árabe. Além disto, fábricas de fiação de seda, de propriedade ou de capitais franceses (mediante representantes locais de capitalistas franceses) foram criadas no Monte Líbano em decorrência da existência de uma mão-de-obra mais barata que na França (PINTO, 2010 A: 32). Com isto, a Síria histórica (que compreendia Damasco, a Palestina, o Monte Líbano e as cidades costeiras) se tornaria um dos mais importantes centros intelectuais e comerciais do OM, o que possibilitou a formação de uma burguesia urbana (industrial, comercial e financeira) sem paralelo em outros países árabes (GATTAZ, 2005: 21). Segundo Paulo Hilu Pinto (2010 A: 34), a fragmentação de propriedade fundiária devido ao crescente número de herdeiros e a queda do preço da seda em decorrência da abertura do Canal de Suez, em 1869, que baixou o preço do transporte de mercadorias entre o Leste da Ásia e a Europa (possibilitando, assim, a entrada da seda japonesa e chinesa no mercado europeu, gerando a queda dos preços da seda no mercado mundial) impeliu os camponeses do Monte Líbano a buscarem recursos financeiros para evitar o declínio sócio-econômico, iniciando, desta forma, o processo de emigração, primeiramente para os grandes centros urbanos otomanos como Alepo, Bursa e Istambul, posteriormente para as Américas.

⁴⁰ *Ashkenazis* ou *ashkenazins* ou *ashkenazitas* são judeus originários do Ocidente. Judeus *mizrahins* são os de origem oriental (mundo árabe e a Ásia). Os *Sefaradins* ou *sefradins* ou *sefraditas* são judeus originários da Espanha (*Sefarad*). *Falashas* são judeus originários da Etiópia.

As ondas migratórias *ashkenazitas* em direção à Palestina eram movidas, sobretudo, pelos ideais do nacionalismo judaico-sionista. Este movimento nacionalista foi fundado pelo jornalista judeu-húngaro Theodor Herzl, em sua obra *Der Judenstaat* (O Estado Judeu), publicada em 1896, como um protesto e mesmo uma afirmação de uma identidade nacional judaica que protegesse esta comunidade religiosa das perseguições, discriminações e preconceitos, os quais o Iluminismo racionalista europeu não foi capaz de solucionar, conforme ele testemunhou quando fez a cobertura do ‘Caso Dreyfuss’ na década de 1890, de grande repercussão internacional, no qual um capitão do exército francês de origem judia, Alfred Dreyfuss, foi acusado, julgado e condenado (injustamente, como se provou mais tarde) pelo governo da França por espionagem e ‘traição nacional’ em favor da Prússia, potência inimiga. No livro fundador do sionismo político, Herzl reivindica a criação de um Estado nacional judaico fora da Europa, onde vivia a maior parte dos *ashkenazitas*, concebendo “um projeto de colonização a ser empreendido em alguma terra distante, de população ‘atrasada’ e, por isso, passível de ser colonizada pela ‘civilização europeia’” (GOMES, 2001: 12). Assim, propôs o ‘retorno’⁴¹ à Palestina, sob o domínio otomano, cogitando ao mesmo tempo a possibilidade de instituírem o ‘Estado judeu’ na Argentina (HERZL, [1896] 1949: 67). De acordo com o ideólogo do sionismo político, o sultão teria vantagens se aceitasse a migração judia para a Palestina, pois os judeus poderiam regular as finanças do Império Otomano (HERZL, [1896] 1949: 67-68), que passava, naquele momento, por sérias dificuldades. Para os europeus as vantagens seriam outras. Ele afirma que “constituíramos aí [na Palestina] um pedaço de fortaleza contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie” (HERZL, [1896] 1949: 68). Um ano após a publicação do livro, o ativista húngaro organizou, na cidade suíça de Basileia, o Primeiro Congresso Sionista, quando foi eleito o primeiro presidente da Organização Sionista. Este congresso estabeleceu a necessidade do consentimento das potências mundiais para concretizar os objetivos do sionismo e definiu que a Palestina seria o lugar para fundação do Estado judeu. Porém, como a mensagem de um rabino integrante da missão investigadora enviada à Palestina revelou: “a noiva é bela, mas está casada com um outro homem” (SHLAIM, 2004: 40) ... já havia um outro povo vivendo na Terra Santa: os árabes palestinos.

Entretanto, a inserção da colonização judaica *askhenazi* no OM e de seu movimento nacionalista, o sionismo, só foram bem sucedidos na medida em que se alimentaram das

⁴¹ A ideia de *retorno* dentro das concepções sionistas ganha forte componente geopolítico, pois dá a entender que todos os judeus (seguidores da fé judaica e descendentes) do mundo são um único povo com uma única origem (a Palestina). No entanto, inúmeros estudos comprovam justamente o oposto.

fissuras sociais da sociedade árabe, particularmente a palestina. Os judeus *askhenazis* compravam terras de proprietários árabe-palestinos absenteístas (pressionados pelos altos impostos cobrados pelo Império Otomano e pela especulação fundiária com a chegada de compradores *ashkenazitas*), que expulsavam os camponeses antes de vendê-las. Entretanto, a chegada na Palestina da maciça imigração *askhenazi* da Rússia, a chamada *Segunda Aliyá* (Segunda Imigração), em virtude da derrota da Revolução de 1905, teve como base ideológica o “trabalho judeu” (NIGRI, 2005: 58-60) e, com isto, os novos imigrantes judeus visavam criar um Estado com base étnica exclusivamente judia. Desta forma, como assinala Inacio Nigri (2005: 59), “a velha ‘nova nação’ estaria destinada a ter suas próprias classes sociais e inclusive uma classe proletária; por conseguinte os árabes não estariam destinados a ser explorados, mas sim substituídos em sua totalidade”. Este ‘exclusivismo’ tornou tensas as relações com os árabes palestinos, mas os negócios fundiários jamais cessaram, pois de acordo com o historiador brasileiro (NIGRI, 2005: 97-98), os proprietários árabe-palestinos (grandes, médios e pequenos) jamais se recusaram a vender suas terras aos judeus; era quantidade de terras posta à venda que superava a capacidade financeira de compra dos *ashkenazitas*. Podemos observar, em retrospectiva histórica, como estas transações fundiárias entre árabes e judeus pressagiaram a *Nakba* (Catástrofe em árabe) de 1947-9, com a derrota e consequente expulsão dos palestinos de suas próprias terras. Não tardaria a crescente imigração *ashkenazi* para a Palestina provocar protestos entre os árabes, ainda em 1905. A tensão crescente entre as duas comunidades levaria, no entanto, o servidor da administração otomana em *Al-Qods*, entre 1898 e 1904 – o árabe sírio cristão maronita Nagib Azury, primeiro intelectual a defender o pan-arabismo – “a advertir para o choque inevitável entre o esforço latente dos judeus em reconstruir a antiga monarquia de Israel e o despertar da nação árabe” (NIGRI, 2005: 67).

Como visto anteriormente, os confrontos entre os incipientes nacionalismos árabe e judeu não foram impedimento (em momento algum até os dias de hoje) para as articulações entre os mesmos, não apenas nos negócios fundiários, que continuaram mesmo após a fundação de Israel, em 1948 (NIGRI, 2005: 143-44), mas também na luta contra o domínio do Império Otomano, assentado na (pretensa) coesão da *Umma* (‘comunidade dos crentes’).

A penetração das ideias europeias no Levante, como as ideologias nacionalistas, árabe e judaico-sionista, enfrentou, no entanto, a resistência do reformismo islâmico. Os árabes muçulmanos, diferentemente dos árabes cristãos, viviam num Estado islâmico (o Otomano) e, mesmo aceitando com sinceridade o caráter secular da ideologia nacionalista, entendiam que o arabismo era indissociável do Islã, pois a história dos povos árabes está imbricada com a

história do Islã. Por isto, para muitos muçulmanos (árabes inclusive), o fracasso do Império Otomano em se defender das agressões das potências europeias, que se apresentavam comumente como Estados defensores do Cristianismo, significava a fraqueza dos próprios povos muçulmanos ou mesmo a fraqueza na adesão à fé islâmica. Era preciso reformar o Islã para enfrentar os novos desafios. Diferentemente do movimento *wahhabita* surgido na metade do séc. XVIII, na Arábia Central (Nejd), que apregoava o retorno à ‘pureza original’ da revelação profética, combatendo a corrupção dos costumes do Império Otomano, mas cujo sectarismo (negando a identidade muçulmana aos que não seguiam seus ensinamentos) e monoteísmo extremo provocaram mais repulsa que simpatia, ideólogos reformistas seculares como Jamal al-Din al-Afghani (1837-97), Mohammed Abdu (1849-1905) e Rachid Rida (1865-1935) lançariam, junto com os demais movimentos reformistas surgidos em diversas regiões do mundo muçulmano, as linhas de força que moldariam a dinâmica do Islã no séc. XX (PINTO, 2010 B: 141-43). Primeiramente, o pensador Jamal al-Din al-Afghani, de quem apesar do nome não se sabe sua origem (iraniana ou afegã) e nem mesmo se era sunita ou xiita, defendia que razão deveria ser a base da interpretação dos textos sagrados e, se o Alcorão contradissesse a ciência, deveria ser tomado de forma alegórica. Para Al-Afghani, a reforma islâmica, onde o racionalismo está inscrito na doutrina religiosa, deveria suscitar a união e o progresso dos diversos povos muçulmanos, sendo, por isto, um dos ideólogos do *pan-islamismo* (PINTO, 2010 B: 141-43). Assim, o intelectual muçulmano combateu o imperialismo britânico, que ocupava militarmente o Afeganistão, Irã e Egito, sendo obrigado a se exilar na Turquia, Egito e França, de 1867 até sua morte em 1897.

Discípulo e amigo de al-Afghani, o egípcio Mohammed Abdu, que já havia morado na França e Inglaterra, também adotava uma abordagem racionalista dos textos sagrados, em desafio às autoridades religiosas tradicionalistas. Com base nestas ideias, igualmente ao seu mestre e amigo, ele também combateu a ocupação militar britânica do Egito e o governo egípcio aliado aos ocupantes europeus (PINTO, 2010 B: 142). Abdu teve um discípulo que modificou substancialmente várias de suas ideias, o sírio nascido em Trípoli Rachid Rida. O intelectual sírio defendia que a interpretação dos textos deveria ser feita da forma mais literal possível, mesmo sendo guiada pela razão. Além disto, acreditava que o Islã era um quadro moral estruturante da esfera pública e não um universo ético centrado no indivíduo. Assim, propunha o pensador sírio, o papel social do Islã público deveria ser efetivado pela ‘restauração’ do Califado, entendido como um universo político institucional onde a lei islâmica formaria o quadro normativo para a sociedade (PINTO, 2010 B: 142). Estas ideias

têm implicações geopolíticas até os dias atuais. Como afirma Paulo Hilu Pinto (2010 B: 143), “o pensamento de Rida vai influenciar a emergência do Islã Político⁴² no séc. XX”.

Não se estranha, portanto, que, em decorrência do surgimento destas ideologias nacionalistas e reformistas e da crescente ingerência europeia no Levante, os sultões otomanos passassem a se denominarem, mais explicitamente, de *Califas* (‘sucessor do Profeta’ em árabe), pois nesta qualidade advogavam a ‘promoção’ à autoridade religiosa e não apenas política, até então negligenciada pela titularidade (secularizada de fato) de *sultão* (autoridade em árabe). Esta medida acirraria ainda mais o movimento nacionalista árabe, mas ela tem sérias implicações geopolíticas. Se o sultão otomano era um *Califa*, chefe supremo político (inclusive militar) e religioso da comunidade dos crentes (*Umma*), então seu poder deveria ser estendido sobre todos os crentes, o que incluiria os muçulmanos que se encontravam fora dos limites do Império, ou seja, os muçulmanos do Império Persa/Iraniano, um poderoso e antigo rival dos otomanos (inclusive do ponto de vista ideológico e religioso, pois era um Estado xiita), da Ásia Central, onde vivem populações turco-muçulmanas e, inclusive, da Índia, que, apesar da predominância hindu, encontrava-se sob o domínio britânico. Toda esta região estava, desde fins do séc. XVIII, no centro das confrontações entre a Rússia *czarista*, Inglaterra e a França. Isto significava que o pretense Califado Otomano era uma ameaça aos poderes russo, inglês e francês. No entanto, segundo o geógrafo Yves Lacoste (2006: 294), as sucessivas investidas europeias sobre os territórios otomanos foram o motivo da proclamação do Califado, usando o pan-islamismo contra as potências cristãs europeias e também para cessar as reivindicações das populações cristãs. A pretensão do Califado, expressa pela Sublime Porta a partir da segunda metade do séc. XIX, será capitalizada, instrumentalizada e patrocinada por um novo império europeu, a Alemanha, unificada em 1870. Inglaterra e França se contrapuseram a este novo ator na geopolítica euroasiática patrocinando os incipientes nacionalismos árabe e judeu. Contudo, ainda não era tempo de implodir definitivamente o Império Otomano, pois a Rússia permanecia como ameaça maior.

O surgimento de novos Estados nacionais unificados e centralizados na Europa Centro-Occidental, como a Itália, em 1860, e a Alemanha, em 1871, sob a égide do Capitalismo, serviu como estopim para um novo ciclo do expansionismo territorial europeu, o chamado Imperialismo. Segundo o historiador inglês Eric Hobsbawm (1988), diferentemente de outras formas de expansionismo territorial europeu do passado, a divisão do globo entre as potências

⁴² Vulgar e até mesmo pejorativamente denominado pela mídia e, inclusive, pela academia, de ‘fundamentalismo islâmico’.

européias⁴³ tinha um forte componente econômico, ainda que este não fosse o único fator que explicasse o novo fenômeno. O Imperialismo é resultante, dentre vários fatores, da aceleração do processo de globalização da economia decorrente da II Revolução Industrial (a partir do segundo quartel do séc. XIX), baseada, sobretudo, na revolução dos meios de transporte, como o barco a vapor e as ferrovias⁴⁴, ocorrida dentro da formação de uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentação de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não-desenvolvido, criando assim uma economia global única, que atingia as mais remotas paragens do mundo (HOBSEBAWM, 1988: 95). Para o historiador inglês, “o desenvolvimento tecnológico dependia de matérias-primas, que, devido ao clima ou ao acesso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em lugares remotos” (HOBSEBAWM, 1988: 96). Somado a isto, o crescimento do consumo de massas nos países metropolitanos, em grande parte situados na Europa, aumentou a demanda por produtos alimentícios, o que gerou um mercado em rápida expansão neste segmento econômico. Mas isto, por si só, não explica o novo expansionismo territorial. Em nosso entendimento, a II Revolução Industrial se disseminou rapidamente da Inglaterra para vários países europeus e também para o Japão e os EUA num curto lapso de tempo, contrariamente ao ocorrido na I Revolução Industrial (na segunda metade do século XVIII), quando a Inglaterra (e suas indústrias) deteve um relativo monopólio por mais de meio século. Desta forma, acreditamos que a competição destes Estados por mais mercados consumidores e mais matérias-primas para suas indústrias se constituiu num importante fator desencadeador do novo expansionismo político-militar-econômico-territorial para a Ásia e África, sobretudo, constituindo uma competição acirrada pela recessão conjuntural decorrente daquilo que alguns historiadores chamam de *crise de superprodução e subconsumo*. A solução encontrada pelas potências em competição para esta crise foi, segundo Christian Karam (2010: 25), “a conquista de novos mercados consumidores em nível global, o que exigia o domínio político, militar e geográfico bem como o controle econômico e social dessas novas fronteiras europeias em vias de expansão, a fim de que a crise de crescimento econômico fosse superada”.

⁴³ Sem dúvida alguma, o Imperialismo também foi uma política adotada pelo Império Japonês e pelos EUA (ainda que estes jamais admitam até os dias atuais), no extremo oriente asiático, também a partir de fins do séc. XIX, deixando de ser um fenômeno estritamente europeu.

⁴⁴ Obviamente, as invenções tecnológicas que caracterizaram a II Revolução Industrial não se restringiram apenas ao barco a vapor e às ferrovias; o telefone, o telégrafo, o fonógrafo, o cinema, o automóvel e o avião foram, sem dúvida alguma, as marcas desta era da História e que, por isto mesmo, geraram a crença entre muitas pessoas no progresso ilimitado da humanidade. As duas grandes guerras mundiais (de 1914 a 1945) destruíram ou abalaram seriamente esta crença.

Para Eric Hobsbawm (1988), a Era dos Impérios se inicia em 1875 e finda em 1914. Para o mundo árabe, a Era do Imperialismo, podemos afirmar, se inicia com a Guerra da Crimeia, em 1853, porém não podemos dizer quando termina. Teria sido em 1947, quando a Inglaterra abandona a Palestina, mas permanece na Jordânia e nos xecados do Golfo Árabe-Pérsico? Ou teria sido em 1971, quando os britânicos finalmente se retiram do OM para tão somente retornar nas invasões e ocupações militares anglo-americanas do Iraque e do Afeganistão, apoiadas tática e tacitamente pelo Irã, entre 1991 e 2003? Após o governo W. Bush (2001-9), podemos afirmar que a Era dos Impérios realmente terminou em 1914, como afirma o historiador inglês? Tratam-se de perguntas difíceis de serem respondidas e não é nosso propósito, neste espaço e momento, buscar uma resposta, mesmo porque esta jamais será conclusiva.

Como dito antes, acreditamos que a Era dos Impérios se consolida no mundo árabe a partir da Guerra da Criméia (1853-56), que irá abalar os alicerces daquelas sociedades ainda baseadas na economia rural. Isto não quer dizer em momento algum que as potências europeias e os EUA⁴⁵ estivessem ausentes do OM conforme visto anteriormente. Embora o conflito na Criméia tenha tido seu estopim em Jerusalém (Palestina), num conflito entre cristãos católicos romanos e os greco-ortodoxos⁴⁶, envolveu as principais potências europeias e o resultado disso foi a tutela *de fato* do Império Otomano pelo consórcio formado por Inglaterra e França. Este conflito teve implicações sócio-político-econômicas e, sobretudo, geopolíticas de grande monta em todo o mundo árabe sob o domínio otomano. O historiador palestino Elias Sanbar nos revela:

⁴⁵ Em 1803, os EUA, cujos territórios ainda se limitavam às antigas ‘13 Colônias’, ao longo da costa atlântica, já haviam inaugurado seu histórico de intervenções militares no mundo árabe, com o ataque a Trípoli (na atual Líbia), para resgatar o navio Philadelphia e sua tripulação capturada por piratas que se refugiavam na costa mediterrânea da África (VANDEWALLE, 2006: 16). As intervenções americanas na região foram mais tímidas que as europeias, até por tratar-se de uma jovem nação. No entanto, em 1820, os americanos estabeleceram a Missão Americana Presbiteriana em Beirute e, em 1866, fundaram a Universidade Protestante da Síria, rebatizada mais tarde como Universidade Americana de Beirute, uma das principais irradiadoras das diversas vertentes do nacionalismo árabe (KIRK, 1975: 135). No entanto, em 1905, no momento em que o governo da Terceira República da França rompia laços com a Igreja Católica Romana, os EUA se proclamaram ‘protetores dos cristãos orientais’, enquanto que a esquadra americana ameaçou bombardear uma rebelião eclodida em Beirute (CAMPELLO: 2005: 278-9).

⁴⁶ Este conflito foi mais um reflexo da multimilenar guerra entre Roma e os Patriarcados cristãos do Oriente, iniciada ainda no Império Romano e aprofundado durante o Concílio de Nicéia, no séc. V. A guerra entre católicos romanos e greco-ortodoxos é o mais antigo conflito da História do OM (e, talvez, do mundo) e não, como vulgariza a mídia e até mesmo a academia, a guerra entre judeus e árabes, iniciada no final do séc. XIX, ou mesmo os conflitos entre cristãos e muçulmanos, muito raros e esparsos. A aliança entre cristãos e muçulmanos, ao contrário, é até mais frequente e mais duradoura. O que dizer das alianças entre a anglicana Inglaterra e, posteriormente, os protestantes EUA com a dinastia *wahhabita*-saudita, forjadas a partir da Revolta de 1810, para citarmos apenas um exemplo?

As políticas reformistas otomanas, (...) com seus efeitos combinados à penetração europeia e às consequências econômicas da Guerra da Crimeia, afetam a totalidade da Síria histórica. Entretanto, é a Palestina o teatro de mutações particulares de singularidades locais, do status de Terra Santa e da consciência dos palestinos pertencerem a uma entidade, sem que enfraqueça a sua reivindicação por um âmbito mais amplo, da nação árabe, que, a esta altura de final de século aspira à independência, à unidade, e à modernidade (SANBAR, 1994: 14, tradução nossa).

A principal consequência econômica do conflito, a que se refere Elias Sanbar é, sobretudo, a Lei Fundiária de 1858, responsável pelo aumento de tributação sobre a terra que gerou a especulação das terras. Os *effendis* (latifundiários), muitos dos quais eram absenteístas, em conluio com funcionários otomanos expropriaram terras (muitas das quais comunais) dos camponeses árabes palestinos e dos árabes beduínos sedentarizados e nelas instalados. O peso dos impostos compeliu, por sua vez, muitos proprietários (pequenos, médios e grandes) de terras a vendê-las. A chegada dos europeus acirrou a especulação e a competição com os *notáveis* (famílias tradicionais) palestinos, egípcios e sírios. A propriedade foi concentrada e os camponeses expulsos, sem uma contrapartida na industrialização das cidades. A Palestina (para não dizer ‘todo o mundo árabe’) era, assim, absorvida pelo circuito econômico europeu de forma subordinada e periférica.

Concomitante a isto, como vimos, a Lei das Terras e a Lei da Igualdade entre cristãos e muçulmanos (1856), estabelecidas por pressão europeia sobre o sultão, foram o estopim para o levante social, político, econômico e confessional no Monte Líbano, o que provocou um grande massacre de cristãos pelos muçulmanos, apoiados tacitamente pela Inglaterra, sede do cristianismo anglicano. O massacre de 1860 permitiu que a França despontasse na corrida *imperialista* no mundo árabe sob o domínio otomano (como havia ocorrido com a invasão napoleônica de 1798) ao estabelecer uma província autônoma no Monte Líbano, governada por um cristão, ainda que subordinado à autoridade do sultão. Os franceses, no entanto, já haviam tomado a dianteira nesta competição quando planejaram e financiaram o projeto de construção do Canal do Suez, em 1854, para fúria da Inglaterra. Eles buscaram apoio junto ao *paxá* egípcio Abbas I mas, como ele era subordinado ao sultão, foram obrigados a negociar com Istambul. Os britânicos tentaram boicotar o projeto, pois temiam a criação de um protetorado francês sobre o País do Nilo e tentaram ganhar adesão do Egito e da Sublime Porta, no que fracassaram totalmente. A França, por sua vez, havia conquistado o apoio da Áustria e da Rússia. Em 1866, o sultão Abdul Aziz autorizava os franceses a construírem o estratégico Canal, inaugurado em 1869. De acordo com as negociações franco-egípcias, o *khediva* (vice-rei egípcio) Ismail deteria 44% das ações da Companhia do Suez. Não obstante, por má administração dos gestores europeus de seu capital, o *khediva* foi obrigado a vender

suas ações aos ingleses, que tanto se tinham oposto à construção do canal. Isto, no entanto, não salvou o Egito da falência, decretada em 1876 (REICHERT, 1972: 214).

A compra das ações da *Campanhia Universal do Canal Marítimo de Suez* do *khediva* pelos ingleses inverteu as posições geoestratégicas no Egito e no Império Otomano, sendo agora a França a principal derrotada, enquanto os britânicos ganhavam uma posição privilegiada sobre o controle da passagem para a Índia. De acordo com o geógrafo Edílson Adão Silva (2003: 85),

Durante as tensas disputas pela construção do Canal, e temendo a investida francesa, a Inglaterra, preventivamente, havia montado uma competente estratégia a leste do Mar Vermelho, no contorno da península Arábica e do Golfo Pérsico. Estabeleceu-se em Ormuz, expulsou os portugueses, apropriou-se do sultanato de Omã, gerando uma crise diplomática com a França, adquiriu vários portos no litoral arábico e edificou fortes militares que se estendiam do golfo de Áden à costa oeste da Índia.

Estes avanços europeus não passavam despercebidos pelos sultões otomanos. As respostas, no entanto, eram sempre débeis⁴⁷. Entre 1877 e 1878, em decorrência de mais uma guerra russo-turca e da Conferência de Berlim, o Império Otomano foi obrigado a ceder a ilha de Chipre para a Inglaterra e a reconhecer a soberania austro-húngara sobre a Bósnia-Herzegovina e as independências da Sérvia, Montenegro e Bulgária. Somando-se a estas perdas territoriais, em 1881 a França, para compensar a perda do Suez, conquista Tunis, governada por uma dinastia de *deys*, subordinada à Sublime Porta.

O sultanato reage criando o *mutassarifyiat* de *Al-Qods* (Jerusalém para os cristãos ocidentais) em 1887, diretamente subordinado a Istambul, constituindo uma região-tampão frente às ambições inglesas (Egito) e francesas (no Monte Líbano). Tal ação administrativa consolida o sentimento nacional palestino.

⁴⁷ O Império Otomano era também assolado por crises internas. Em 1876 uma constituição chegou a ser proclamada, entretanto o golpe de Estado de Abdul Hamid II (1876-1909) suspendeu a Constituição e decretou o fechamento do parlamento (1877). Como resposta ao despotismo restaurado, setores das classes médias e das forças armadas criam o movimento *Jovens Turcos* (que apesar do nome não se referia à origem étnica), inspirado pelo discurso liberal, que organizou o *Comitê de União e Progresso*, reivindicando a formação de uma monarquia constitucional. Os partidários dos *Jovens Turcos* tomaram o poder em 1908, forçando o sultão Abdul Hamid II a restaurar a Constituição, e, em seguida, abdicar do seu trono. Neste ínterim, as guerras nos Bálcãs (entre 1878 e 1914) e a decorrente perda da Bulgária impulsionaram a aproximação dos *Jovens Turcos* com os alemães (como resposta às ingerências franco-britânicas sobre a Porta, principalmente após a Guerra da Criméia). Esta aliança turco-germânica levaria a uma aproximação da Inglaterra e da França com a Rússia *czarista*, tradicional inimiga do Império Otomano.

Mapa 6 – Territórios levantinos do Império Otomano (1887)

DIVISÕES ADMINISTRATIVAS DO IMPÉRIO OTOMANO NO ORIENTE PRÓXIMO (SÉC. XIX)

LEGENDA

- Quedivato do Egito (estado vassalo até 1882)
- Sanjaks e outras regiões autônomas
- Vilayets

ESCALA
70 0 70 140 Km

A situação política do Império permanecia caótica e isto servia de combustível para os incipientes movimentos nacionalistas. O fracasso da modernização era também visível no Egito, onde grande parte da população permanecia extremamente pobre. Seria esta, portanto, uma das primeiras manifestações políticas do nacionalismo árabe neste país. O coronel Ahmed Urabi, de origem árabe, liderou em 1879 um motim contra o alto oficialato egípcio, majoritariamente de origem étnica turco-circassiana. A rebelião foi bem sucedida, e o coronel Urabi seria nomeado Secretário da Guerra e, em 1882, sob um governo nacionalista no Cairo, foi nomeado Ministro da Guerra. Encorajada com este êxito nacionalista, a Câmara dos Notáveis, até então órgão sem autoridade política, reclamou o direito de voto no orçamento do Estado, sem consultar as reclamações dos controladores financeiros estrangeiros. Estes acontecimentos foram o estopim para a invasão e ocupação britânica do Egito, em 1882, que usou o pretexto de que a ofensiva tinha por objetivo proteger o *khediva* de um suposto golpe militar liderado pelo coronel Urabi (KIRK, 1975: 146). Outros fatores geopolíticos contribuíram para a ocupação inglesa do País do Nilo: a ocupação militar francesa de Tunis, convertido em protetorado, em 1881; e a revolta de *mahdi* ('guiado de Deus') Mohammed Ahmed ibn Abdallah, eclodida também em 1881, que criou um Estado islâmico no Sudão⁴⁸, país sob o domínio egípcio. Após o esmagamento sangrento da rebelião islâmica, ocorrido somente em 1898, foi estabelecido um condomínio anglo-egípcio (mais 'anglo' que egípcio) sobre o Sudão, que só se tornaria independente em 1956.

Cada vez mais acuado por Inglaterra, França e Rússia, o sultão-Califa estreitaria relações com a Alemanha, recém unificada e sedenta de territórios que pudessem abastecer sua indústria em pleno desenvolvimento. Otomanos e alemães encontrariam pontos de convergência na diplomacia mundial, já que ambos tinham interesses no enfraquecimento das referidas três potências europeias. O *kaiser* (imperador) alemão Guilherme II não escondeu sua simpatia pelos projetos otomanos de Califado e do pan-islamismo, apoiando-os publicamente num discurso proferido em Damasco (1898). Isto não impediu que Theodor Herzl, ideólogo do nacionalismo judaico-sionista, se aproximasse do *kaiser* para mediar em favor do movimento sionista com o sultão otomano para que este aprovasse a imigração judia para a Palestina⁴⁹.

⁴⁸ Não podemos deixar de notar no movimento *mahdista* sudanês um caráter nacionalista islâmico, sudanês e, mesmo, africano na revolta contra o domínio britânico. O *mahdismo* é uma forma de messianismo islâmico (SALGADO, 1999: 143-44).

⁴⁹ É preciso ressaltar que desde os primórdios o movimento sionista sempre sentiu a necessidade de obter a aprovação de seus projetos colonialistas na Palestina pelas potências imperialistas europeias (ao que parece, esta política permanece inabalada até os dias atuais com a aliança entre EUA e Israel).

Ao apoiar o pan-islamismo e o Califado, o que implicava num expansionismo territorial para o Oriente, o *kaiser* sinalizava que a Inglaterra e a Rússia (e não a França) eram seus inimigos. O chanceler alemão Otto von Bismarck discordava desta geopolítica, pois preferia uma aliança com os ingleses e russos, ao invés de uma hostilidade aberta, e entrou por isso em choque com o *kaiser*, o que conduziu à sua demissão. Não perdendo tempo, a aliança germano-otomana rendia frutos através de acordos comerciais e militares, sendo consolidada pelo projeto de construção da ferrovia Berlim-Bagdá, que sofreu total oposição britânica. A ferrovia chegou a ser concluída até Ancara, em 1893, com a perspectiva de um prolongamento até Bagdá e daí até o Golfo Árabe-Pérsico, zona sob o controle britânico (LACOSTE, 2006: 295). Não foram apenas os ingleses a ver com hostilidade a aliança entre o *kaiser* e o sultão. A França tinha também motivos para se opor a esta aliança, pois fora derrotada na Guerra Franco-Prussiana de 1870 que, além de promover a unificação alemã, arrancou-lhe os territórios da Alsácia e Lorena em favor dos alemães. A Rússia *czarista*, por sua vez, via o expansionismo alemão alcançando suas fronteiras, entendendo que a coalizão germano-otomana bloquearia sua vital saída para os “mares quentes” (SILVA, 2003: 93). Estavam aí plantadas as sementes para a I GM.

CAPÍTULO II – GEOESTRATÉGIAS EM CONFRONTO

O processo de decadência e desagregação territorial do Império Otomano, ao longo do séc. XIX e no início do séc. XX, foi marcado pelas intervenções europeias em seus territórios, a penetração capitalista desestruturante das tradicionais relações sócio-político-econômicas das sociedades árabes que estavam sob seu domínio e as frustrantes tentativas de reformas para conter a ofensiva europeia. Entretanto, a competição imperialista das principais potências europeias, Inglaterra, França, Rússia e, posteriormente, Alemanha, pelo domínio mundial levaram à conquista de territórios na África e Ásia para alimentarem suas indústrias de matérias-primas (e também expulsarem para estes territórios os seus excedentes demográficos). Muitos destes territórios na Ásia e no Norte da África eram Estados do tipo antigo que jamais lançaram qualquer ofensiva militar contra os países europeus, especialmente os que se colocavam no direito de conquistá-los. O expansionismo territorial europeu do séc. XIX era uma agressão em sua forma mais pura e simples.

Nesta competição, cada potência europeia desenhou uma geoestratégia para alcançar seus objetivos de hegemonia global. A Grã-Bretanha estava em vantagem pois, ao mesmo tempo em que conquistou a Índia (país cobiçado pelos europeus desde o séc. XV) ainda no séc. XVIII, estava dando curso à sua Revolução Industrial (a primeira delas). Ainda na primeira metade do século seguinte (XIX), os britânicos, através de uma brutal guerra (1842), impuseram seu domínio ao Império Chinês. Em 1840, os ingleses aumentaram sua influência sobre o Império Otomano após rechaçarem, com apoio russo e otomano, a campanha expansionista do *paxá* do Egito que ameaçou destruir o sultanato. Dois anos depois, se apresentando como árbitro dos conflitos entre druzos e maronitas na Síria, a Inglaterra, apoiada pela Áustria, propôs a divisão das Montanhas do Líbano em dois distritos (*‘Duplo Caimacamyiat’*) em bases confessionais: druzo e maronita, acendendo a centelha das futuras guerras civis libanesas. Desta forma, a geoestratégia inglesa consistia, resumidamente, na formação de linhas de comunicação, sobretudo marítimas, entre seus efetivos protetorados orientais (Índia e China) e a Europa, sendo necessário para isto o controle dos mares e estreitos que ligassem suas conquistas de ultra-mar à metrópole. Assim, os mares Mediterrâneo e Vermelho, os estreitos de Ormuz e Bab el-Mandeb, o Golfo Árabe-Pérsico e o Oceano Índico eram as ‘estradas’ por onde eram transportadas suas mercadorias e matérias-primas. No entanto, havia uma massa terrestre que separava estas ‘avenidas’: os territórios

árabes que se encontravam nominalmente sob o domínio Otomano. Como já foi observado no capítulo anterior e como veremos neste, a massa terrestre que circundava e era circundada por estes mares passou a ter um alto valor geoestratégico para as todas as potências europeias, daí o surgimento da chamada ‘Questão do Oriente’ no séc. XIX. A Inglaterra como uma potência naval estava ciente disto. No Mediterrâneo havia conquistado o rochedo de Gibraltar, ainda em 1713, e, a partir do séc. XIX, se apoderou da ilha de Malta (1815), do Egito (1882) e do Sudão (1898). Seguindo esta geoestratégia, passou a construir um anel de Estados clientes na Península Arábica, partindo do Kuwait até a costa asiática do Golfo de Áden, no sudoeste, explorando o cenário de discórdia e litígios que havia naquele emaranhado de emires e sultões daquela região, assim como as indefinições de fronteiras, onde várias famílias requisitavam para si o poder local (SILVA, 2003: 85). Desta forma, os ingleses não tardaram a assumir o papel de mediadores ‘imparciais’, passando a ser cortejados pelos líderes locais, fato canalizado para seus interesses estratégicos (SILVA, 2003: 85). Assim, a Grã-Bretanha soube manter e ampliar, no séc. XIX, as vantagens obtidas com a conquista da Índia, no séc. XVIII, inaugurando o séc. XX com uma incontestável supremacia regional absoluta.

A Rússia czarista era um Estado de dimensões continentais, cujo território era uma massa terrestre contínua banhada ao norte por um oceano eternamente congelado, o que o colocava na situação de um país mediterrâneo. Sua geoestratégia consistia, naquele momento, em buscar uma saída para os ‘mares quentes’ (Mediterrâneo, Negro, Árabe-Pérsico e Índico), o que provocou um expansionismo que exerceu enorme pressão sobre o Cáucaso, Anatólia, Ásia Central, Pérsia/Irã e, sobretudo, o Afeganistão (onde foram travadas duas guerras russo-britânicas, em 1838-42 e em 1878-80), territórios que formam uma espécie de cinturão de proteção ao Estado indiano que estava sob o domínio britânico. Portanto, a geoestratégia russa entrava em choque permanentemente com os interesses da Inglaterra, um conflito que recebeu a denominação nos estudos geopolíticos de o *Grande Jogo*, já referido anteriormente, que terá continuidade com a ascensão de outra potência marítima – os EUA – após a Segunda Guerra Mundial (II GM – 1939-45). Apesar da Ásia Central ser o palco principal do *Grande Tabuleiro de Xadrez*⁵⁰ geopolítico, foi nos Bálcãs, no entorno do Mar Negro e do Mar Cáspio, que os russos desafiaram, quase permanentemente, o sultanato otomano, o Império persa/iraniano e as demais potências europeias. Sendo assim, duas guerras russo-otomanas foram travadas ainda no séc. XVIII, entre 1768-74 e entre 1787-92, nas quais os russos

⁵⁰ Expressão cunhada pelo ex-assessor de Segurança Nacional dos EUA no governo Jimmy Carter (1977-81), Zbigniew Brzezinski, em seu livro *The Great Chessboard* (1997), sobre os imperativos geoestratégicos ianques para dominar a Ásia Central e, assim, manter a supremacia mundial, continuando a política de contenção da Rússia iniciada pelos britânicos ainda no séc. XIX.

conquistaram grande parte da costa norte do Mar Negro, incluindo a Península da Criméia, e toda a costa do Mar de Azov. No século seguinte as tropas *czaristas* foram derrotadas por uma coalizão formada pela Sublime Porta, Inglaterra e França, na Guerra da Criméia (1856), o que postergou a derrocada final do sultanato. Os russos impuseram ao Irã, no entanto, os Tratados de Gulistã (1812) e de Turkmanchai (1828), nos quais o *xá* (imperador iraniano), após humilhantes derrotas militares, cedeu as províncias transcaucasianas, Armênia, Geórgia e Azerbaijão à Rússia *czarista*. As posições russas avançaram ainda mais com o impulso de movimentos nacionalistas que eclodiram nos Bálcãs, principalmente, entre as populações cristãs sob o domínio da Sublime Porta, que levaram à independência da Grécia (1822-23), Sérvia (1878), Romênia (1878) e Bulgária (1878), até desaguar na Guerra dos Bálcãs de 1912 (antecedendo a I GM - cujo estopim foi um conflito austro-sérvio), quando a parte europeia do Império Otomano se reduziu a um pequeno território circundante à costa oeste do Mar de Mármara. Desta forma, a geoestratégia da Rússia fez o império fincar posições no norte do Mar Negro e nas regiões caucasianas e transcaucasianas. Apesar do *Grande Jogo*, houve momentos de cooperação entre ingleses e russos para resolução de questões internacionais, como foram os casos da guerra contra o expansionismo do *paxá* do Egito, Mehmet Ali, que ameaçava destruir a Sublime Porta, em 1840, e do Irã, onde se estabeleceram as zonas de influência das potências que dividiram o país, em 1907.

A geoestratégia da França, por sua vez, consistia, primeiramente, em *neutralizar* as linhas de comunicação entre o Oriente e a Inglaterra, de quem era rival havia séculos, para tentar estabelecer seu predomínio sobre a Ásia, uma vez que foi derrotada pelos ingleses na Guerra dos Sete Anos (1756-63), perdendo, assim, a Índia para seu rival. Isto não impediria, no entanto, a cooperação entre as duas potências europeias na gestão da implosão do Império Otomano, coibindo, sobretudo, a intervenção e a expansão russa sobre os territórios do decadente sultanato. No entanto, em 1798, a França revolucionária tentou compensar seu revés na Guerra dos Sete Anos, com o ataque napoleônico para estabelecer cabeças-de-ponte no Egito e na Palestina, cercando os estratégicos golfos de Suez e de Ácaba, acesso entre os mares Vermelho e Mediterrâneo. A invasão redundou em fracasso, mas, em pouco tempo, os franceses restabeleceriam sua influência na região patrocinando os projetos expansionistas de Mehmet Ali, *paxá* do Egito, e de seu filho, Ibrahim Paxá, governador de fato da Síria (na qual se incluía a Palestina e as montanhas libanesas), para a fundação de um Estado árabe unificado (ainda não se sabe se ele seria independente ou apenas autônomo frente ao Império Otomano, por isso é discutível se o projeto de Ali era verdadeiramente nacionalista árabe).

A França do séc. XIX era muito diferente da do século anterior, sendo um Estado que nasceu de uma revolução laica, fundamentada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, portanto, não é de se estranhar sua aliança com o *paxá* Mohammed Ali, cujo governo efetivamente secular promoveu a igualdade entre cristãos e muçulmanos no Egito e na Síria. Isto, no entanto, não impediu que os franceses se apresentassem na Síria, sob o domínio nominal otomano, como ‘protetora dos cristãos do Oriente’ (sobretudo dos maronitas e dos poucos católicos romanos), invocando as Capitulações de 1535 e, de certa forma, rememorando a campanha das Cruzadas (sécs. XI e XIII), cujo principal contingente invasor era franco (em árabe *franj*). Sua geoestratégia no Levante otomano seria a de *territorializar* as fronteiras geo-culturais estabelecidas pelo sistema de *millet* (*millah* em árabe, comunidade religiosa) otomano⁵¹. O ápice desta política durante o domínio da Sublime Porta foi a criação da província autônoma (*mutassarrafyat*) cristã do Monte Líbano (1861), sob ocupação militar francesa, após a malograda experiência anglo-austriaca do Duplo *Caimacamyat* libanês (1842-60). A esta conquista somaram-se as ocupações militares de Argel (1830), de Tunis (1881), convertido em protetorado, e do Marrocos (1912), sendo este último um dos Estados soberanos mais antigos do mundo.

Não foi apenas a força das armas que aumentou o poder francês sobre o Império Otomano e os territórios árabes do Norte da África, pois com o patrocínio de escolas, universidades, hospitais e missões religiosas, Paris logrou ter uma influência cultural e social sobre os povos árabes sem paralelo com qualquer outra potência europeia. A língua francesa era o principal veículo de comunicação depois do otomano. No que se refere à economia, os capitais franceses eram a maioria dos investimentos estrangeiros na Sublime Porta, fosse nos empréstimos ao Estado, fosse nas ações e obrigações das companhias privadas (GRESH e VIDAL, 2004: 139-40). Tal fato explica a iniciativa de Paris em construir o Canal de Suez e, também, ser o principal credor do Império e do Vice-Reino do Egito. Apesar dos discursos libertários, que marcam a República Francesa pós-Revolução de 1789-99 e de seu *status* de ‘protetora dos cristãos’ (com aval da Igreja Católica Romana), o domínio francês sobre os árabes, no séc. XX, foi marcado por uma violência ímpar e até mesmo gratuita: o massacre da Revolta Árabe, entre 1925-26; o bombardeio a Damasco, capital síria, na retirada de tropas para Paris (1946); a Guerra de Independência da Argélia (1954-62); e o ataque ao Egito, apoiada por Israel e Inglaterra, em 1956, são alguns exemplos que pontificam um

⁵¹ A tentativa de *territorialização* das fronteiras geoculturais otomanas foi o embrião do processo de *balcanização* dos territórios árabes, a ser efetivado nos sécs. XX e XXI, culminando na fundação do Estado ‘judeu’ de Israel (1948), nas guerras civis libanesas (1958, 1975-90) e nas invasões anglo-americanas do Iraque (1991, 2003-), estas últimas apoiadas tática e tacitamente pelo Irã.

autêntico anti-arabismo francês. Seguindo essa política anti-nacionalista árabe, a geoestratégia balcanizadora francesa foi retomada por meio do sistema mandatário imposto ao Levante após a I GM, a qual foi acolhida pelas minorias confessionais e étnicas (alauítas, druzos, maronitas e xiitas) existentes no seio dos povos árabes.

Foi, portanto, neste cenário de rivalidade entre as potências europeias e de desagregação do Império Otomano que, no início do século XX, surgiu o conceito geopolítico de OM pelo estrategista, oficial da marinha dos EUA e historiador americano Alfred Thayer Mahan (1840-1914), correspondendo a toda área circundante do Golfo Árabe-Pérsico (MELLMAN, 2002), sem fronteira definida, onde na época se faziam as primeiras descobertas de jazidas petrolíferas. Não se pode deixar de ressaltar como os escritos do historiador Mahan apontavam para a necessidade de controle da Região pelos EUA, então uma potência econômica e militar em ascensão. Apesar da expressão OM ter uma forte conotação eurocêntrica, ela foi bem aceita até mesmo pelas populações locais (SILVA, 203: 52-53). Podemos indagar se esta expressão euro-americana não atendia também aos interesses de parcela significativa dos povos locais, para justificar esta aceitação. Outras categorias geopolíticas também tiveram uso bastante difundido neste período, marcado pelo imperialismo: ‘Crescente Fértil’ e ‘Oriente’.

A primeira, *Crescente Fértil*, foi cunhada em 1916 pelo arqueólogo ianque James Henry Breasted em um livro chamado *Ancient Times: a History of the Early World: an introduction to the study of Ancient History and the career of Early Man* [em inglês, *Tempos Antigos: uma História do Mundo Antigo: uma introdução ao estudo da História Antiga e o curso do Homem da Antiguidade*] para denominar uma área fértil em forma de crescente que se estende do litoral norte do Golfo Árabe-Pérsico sobre a Mesopotâmia e o oeste do Irã para o sudeste da Anatólia e daí seguindo em direção sul, ao longo da costa oriental do Mediterrâneo Oriental, até o Deserto do Sinai (SCHEFFLER, 2003: 253). Segundo o historiador alemão Thomas Scheffler (2003: 253), o referido termo fornece uma imagem explanatória pegajosa, nos remetendo à História Antiga, que pode ser usada não apenas para explicar a influência mútua do espaço, cultura e política a partir de um ponto de vista ambiental, mas também para promover agendas políticas ocultas. A macro-região assim designada é geomorfologicamente heterogênea, compreendendo regiões montanhosas e costas marítimas, vales de rios, oásis e estepes, áreas com alta pluviosidade e zonas áridas (SCHEFFLER, 2003: 253). O livro de Breasted é aparentemente de História Antiga, mas sua visão é eminentemente geopolítica:

A História da Ásia Ocidental pode ser descrita como uma velha luta entre os homens das montanhas do norte [do Crescente Fértil] e os caminhanes do deserto destes pastos – uma luta que ainda continua – pela posse do Crescente Fértil, a costa do deserto-baía (BREASTED apud SCHEFFLER, 2004: 254, tradução nossa).

A baía, segundo o historiador americano, não é de água, mas, sim, de areia, o ‘mar de areia’ do deserto. Breasted define quem é quem nesta luta: os ‘caminhanes do deserto’ são os povos semitas (acadianos, amoritas, assírios arameus, caldeus, fenícios, hebreus e árabes), enquanto que os ‘duros povos das montanhas do norte e do leste’ e os ‘nômades do Norte’ são principalmente de origem indo-europeia (hititas, frígios, armênios, medos, persas, gregos e romanos). De acordo com o historiador americano (BREASTED apud SCHEFFLER, 2004: 254), “estas duas raças [sic] se confrontam uma a outra através do Mediterrâneo como dois imensos braços estendendo da Ásia Ocidental em direção oeste até o Atlântico”. O historiador americano da Antiguidade prossegue afirmando que, segundo Scheffler (2004: 254), o resultado desta luta secular, na qual figuram as Guerras Púnicas, entre Roma e Cartago (sécs III e II a. C.), como alguns dos conflitos ocorridos, não foi apenas “o completo triunfo de nossos ancestrais”, mas também a extraordinária flutuação do poder em direção oeste. Assim, o poder teria se movido do leste para o oeste, seguindo uma linha setentrional, passando primeiro pelos persas, depois pelos gregos e, finalmente, pelos romanos do Mediterrâneo.

Thomas Scheffler (2004: 254) ressalta que o referido estudo geopolítico de James Henry Breasted sobre a Antiguidade está impregnado do espírito imperialista de seus tempos. Não é difícil constatar que o ‘Crescente Fértil’, categoria criada por Breasted, era uma área coextensiva com partes do Império Otomano que o Acordo de Sykes-Picot-Sazonov (1916) reservou para a Inglaterra e França. Nesta época, os EUA ainda mantinham a política externa isolacionista e, por isso, sequer haviam entrado na I GM. Pelo referido artigo do historiador norte-americano entendemos como o *Crescente Fértil* era uma *área-pivot* de grande importância geoestratégica, especialmente para o controle do Golfo Árabe-Pérsico e do Mar Vermelho.

It [the Fertile Crescent] lies like an army facing south, with one wing stretching along the eastern shore of the Mediterranean and the other reaching out to the Persian Gulf, while the centre has its back against the northern mountains. The end of western wing is Palestine; Assyria makes up a large part of the centre; while the end of eastern wing is Babylonia (BREASTED apud SCHEFFLER, 2004: 254-55)

[Ele [o Crescente Fértil] estende-se como um exército enfrentando o sul, com um lado estendendo-se ao longo da costa oriental do Mediterrâneo e o outro alcançando o Golfo Pérsico [sic], enquanto o centro tem sua costa contra as montanhas do norte. O fim do lado ocidental é a Palestina; a Assíria faz uma grande parte do centro; enquanto que o extremo do lado oriental é a Babilônia] (tradução nossa).

O termo é fruto de uma época marcada pelo imperialismo, que, em sua marcha expansionista, redesenhou mapas e espaços, criando e inventando novos e grandes espaços – como o *OM* (1902) de Alfred Mahan, a área-pivot no *Heartland* da Eurásia de Halford Mackinder, o *Oriente* (1908) de Ewald Banse, a *Europa-Central* (1915) de Friedrich Newmann e o *Crescente Fértil* de Breasted, já referido – que eram ‘vendidos’ num ‘mercado’ formado por políticos, geógrafos e jornalistas (SCHEFFLER, 2004: 255), categorias estas que refletiam, seguindo Scheffler (2004: 255), “uma poderosa tendência do pensamento geopolítico ocidental de sobrescrever as distinções geográficas clássicas entre os continentes, paisagens e países com espaços grandes e abstratos, aos quais poderosos atores, como ‘impérios’, ‘civilizações’ ou ‘raças’ estavam atados para investir com significado, histórias e funções”. Veremos um pouco mais adiante como estas concepções geoestratégicas euro-americanas (ocidentais, como diriam muitos) foram recebidas pelos povos da Ásia e África, especialmente pelos do mundo árabe.

Passaremos neste momento a tentar compreender brevemente o conceito de Oriente, que ganhou uma polissemia ao abandonar sua definição originalmente topográfica e da geográfica clássica – ‘leste’ ou o ‘lugar onde o sol nasce’ – e ao obter uma forte conotação geopolítica para, finalmente, se tornar uma categoria geoestratégica.

Por ser uma categoria originalmente topográfica, ‘Oriente’ é um termo que encontra equivalente em árabe: *Machreq* (levante, leste, onde o sol nasce). Nos dias atuais, *Machreq* é a região que hoje compreende Iraque, Síria, Líbano, Jordânia, Kwait, Líbano e Palestina/Israel. De fato, o contorno desta região coincide com o Crescente Fértil, definida pelo historiador James Breasted, anteriormente citado. Esta região foi o espaço e o território de origem de grandes civilizações e impérios, dos quais destacamos o Acadiano, cujo principal líder foi o imperador Sargão (2371 – 2316 a.C.). Seu Estado foi o pioneiro na unificação do Crescente Fértil e, por isto, deixou marcas tão indeléveis que foi chamado de ‘rei de todas as terras’, ‘rei dos quatro mares’ e ‘rei do universo’ até mesmo por gerações muito posteriores, como os neo-babilônios e neo-assírios (sécs. IX e VI a.C.). A importância política, cultural e econômica destes territórios *orientais* permaneceu respeitada por conquistadores estrangeiros. A expansão do Império Helênico de Alexandre o Grande (353 – 323 a.C.) foi em direção leste, para o Crescente Fértil, o Irã e a Índia; o Império Romano também fundou uma capital, Constantinopla, na antiga cidade grega de Bizâncio, e adotou o Cristianismo como uma religião quase-oficial, num reconhecimento que as províncias mais ricas, populosas e desenvolvidas cultural, política e socialmente se localizavam no Oriente, a saber: Síria (atuais Líbano, Síria e, inclusive, Iraque), Arábia (referimos aqui à Arábia Pétria,

atuais Palestina e Jordânia) e Egito. O Império Persa/Iraniano Sassânida, inimigo de Roma, estabeleceu capital em Ctesiphon, perto da atual cidade de Bagdá; por fim, os califas dos Impérios Árabe-Islâmicos Omíada (660 e 750 d.C.) e Abássida (750 – 1258 d.C.) fixaram respectivamente sede em Damasco e em Bagdá.

Foram, no entanto, os romanos os primeiros a denotarem geopoliticamente o termo ‘Oriente’ (*Oriens* em latim), quando o imperador Diocleciano (284-305) criou a *Dioecesis Orientis*, uma grande unidade administrativa compreendendo Cilícia, Síria, Mesopotâmia, Fenícia, Arábia Pétria, Palestina, Chipre, Egito e Líbia. Em 395 d.C., o Império Romano foi dividido em dois e o Império Romano do ‘Oriente’, vulgarmente denominado de ‘Bizantino’, foi um Estado independente dominando a Ifríquia (norte da África, especialmente a atual Tunísia, antiga Cartago), Líbia, Egito, Síria (englobando a Palestina), Anatólia (Ásia Menor), Balcãs (incluindo a Grécia) e as ilhas do Mediterrâneo Oriental, assim, o Oriente compreendia o sudoeste asiático, o norte da África e, inclusive, o sudeste da Europa. A oficialização do Cristianismo como religião estatal em 380 pelo imperador Teodósio (375-95) paradoxalmente aprofundou a divisão política do Império. Ela exigiu a criação de estruturas mais complexas para proteger a ortodoxia da fé e manter a disciplina, no que viria a consolidar a divisão geo-cultural entre Ocidente e Oriente. Para enfrentar as chamadas heresias, surgidas principalmente no Oriente (Síria e Egito), dando origem a inúmeros conflitos teológicos, que não raro se convertiam em choques sociais e políticos, o *basileo* (título do imperador bizantino) Marciano convocou um Concílio na cidade de Calcedônia (na Anatólia), o mais importante da Era Antiga (ÉDDE, 1989: 139). O Concílio da Calcedônia consolidou ao mesmo tempo, ao rejeitar as teses de Nestório⁵² e Eutiques e afirmar a doutrina das duas naturezas unidas numa só pessoa, a divisão da Igreja Cristã e do Império Romano, marcando a primeira divisão geo-cultural entre o Ocidente e o Oriente, que perdura até os dias atuais, no século XXI⁵³.

⁵² Em 428, o Patriarca de Antioquia, Nestório, fundou uma doutrina teológica, o nestorianismo, afirmando a existência de duas naturezas distintas em Jesus Cristo. Esta tese foi condenada como heresia em 431, no Concílio de Éfeso. A esta doutrina se opôs o monofisismo, que reconhece uma só natureza em Cristo. A tese monofisita foi defendida pelo arquiandrita de Constantinopla, Eutiques, e pelo Patriarca de Alexandria, Diósporo, sucessor de São Cirilo. Eles receberam um reconhecimento oficial da Igreja e do Império, por pouco tempo, tendo, por isto, as teses monofisitas ganhado uma grande popularidade no Oriente (leia-se Síria e Egito).

⁵³ Em agosto de 2000, o Patriarca Ortodoxo russo, Aléxis II, impôs duras condições para que o Papa João Paulo II visitasse a Rússia: fim das perseguições aos cristãos ortodoxos pelos católicos romanos da Ucrânia e o fim do proselitismo do catolicismo romano em territórios sob jurisdição cristã ortodoxa (CAMPELLO, 2005: 31). Até hoje, em março de 2011, mais de 1500 anos após o Concílio de Calcedônia, nenhum Papa jamais visitou a Rússia. A primeira divisão entre Oriente e Ocidente se deu com a divisão de Roma e a do Cristianismo e não entre cristãos e muçulmanos como faz crer a *mídia* e alguns autores, como o politólogo Samuel Huntington.

Esta fissão geopolítica e geo-cultural provocada pelo Concílio da Calcedônia foi relativamente ignorada, a partir do séc. VIII, pelo triângulo comercial formado pelos mercadores venezianos e genoveses, o Império Bizantino cristão melquita (i. e., partidário do imperador, não confundir com os atuais greco-melquitas) e os inúmeros Estados muçulmanos, surgidos com a implosão dos impérios árabe-islâmicos na costa oriental do Mediterrâneo (SCHEFFLER, 2004: 261). Foi nesse momento e espaço que a antiga expressão topográfica Levante (em árabe *Mashreq*) ganhou uma conotação econômica: ‘as escadas do Levante’ – os portos de Salônica, Esmirna, Constantinopla, Beirute, Alexandria e até mesmo o ‘porto de areia’ de Alepo, entrepostos comerciais com as repúblicas citadinas italianas (Gênova e Veneza) – não importando se estas ‘escadas’ estivessem sob o domínio cristão latino, ortodoxo ou muçulmano. Foi desta forma que o termo Levante passou a ter um caráter ‘neutro’, sem conotações política ou religiosa (SCHEFFLER, 2004: 261).

Foi, entretanto, a partir do séc. XIX que o termo ‘Oriente’ adquiriu uma forte conotação geopolítica, conhecida nos dias atuais. O conceito geoestratégico de *Oriente/Leste* em contraposição ‘radical’ ao *Ocidente/Oeste* surgiu do processo de expansão comercial, militar e colonial das potências europeias na Ásia e África, já anteriormente mencionada, e pode ser explicada por três fatores: as pesquisas acadêmicas que identificaram o Oriente Antigo como o berço da Europa⁵⁴; a visão romântica de *Oriente* contemporâneo como uma anti-imagem da rápida industrialização da Europa; e, por último, a crescente importância da ‘Questão do Oriente’ como um problema de gestão da política intra-europeia (SCHEFFLER, 2004: 261). No entanto, a tradução da visão romântica do *Oriente*, ‘mar de deserto’, num macro-espaço geo-cultural deve-se ao geógrafo alemão Ewald Banse (1883-1953), que desenvolveu a ideia de que o *Oriente* é um ‘continente cultural’ distinto, se estendendo do Marrocos ao Afeganistão, com uma área de 16 milhões de km², dos quais cerca de 9,65 milhões de km² situados na África e 7,18 milhões de km² na Ásia. Ele ressaltava ainda que a unidade cultural deste continente decorreria de quatro fatores: clima árido e semi-árido; acesso mínimo de suas regiões componentes a costas navegáveis; o impacto panorâmico de nômades criadores de camelos na vida cultural do *Oriente*; e, por último, a predominância do Islã, que considera ser o ideal para o estilo de vida dos habitantes do deserto (SCHEFFLER, 2004: 263).

A visão do geógrafo alemão Ewald Banse está impregnada daquilo que se convencionou chamar, a partir do séc. XIX, de *orientalismo*, uma disciplina que nasce no bojo

⁵⁴ Nestas pesquisas de inúmeras instituições acadêmicas, o Oriente passou a compreender, pela primeira vez, a China, o Japão e até mesmo a Oceania (SCHEFFLER, 2004: 262).

do processo imperial-colonizador europeu. Segundo o pensador palestino Edward S. Said (2001), ‘Orientalismo’ é entendido como uma determinada visão do Ocidente sobre o Oriente, baseando-se na noção de discurso de Michel Foucault. O orientalismo seria, desta forma, um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o *Oriente*.

(...) os principais dogmas do orientalismo existem hoje em sua forma mais pura nos estudos árabes e sobre o islã. Vamos recapitulá-los aqui: uma é a absoluta e sistemática diferença entre o Ocidente, que é racional, desenvolvido, humanitário e superior, e o Oriente, que é aberrante, subdesenvolvido e inferior. Outro que é as abstrações sobre o Oriente, particularmente as que se baseiam em textos que representam uma civilização oriental “clássica”, são sempre preferíveis às evidências diretas extraídas das realidades orientais modernas. Um terceiro dogma é que o Oriente é eterno, uniforme e incapaz de definir a si mesmo; presume-se, portanto, que um vocabulário altamente generalizado e sistemático para descrever o Oriente de um ponto de vista ocidental é inevitável e até cientificamente “objetivo”. Um outro dogma é que o Oriente, no fundo, é algo a ser temido (o Perigo Amarelo, as hordas mongóis, os domínios pardos) ou a ser controlado (por meio da pacificação, pesquisa e desenvolvimento ou ocupação pura e simples sempre que possível) (SAID, 2001: 305).

Assim sendo, não é possível existir, segundo Said, um conhecimento ocidental sobre o *Oriente* despojado de um conhecimento político, pois não há a possibilidade de um conhecimento puro (LUZ, 2001). Neste aspecto, o pensador palestino é incisivo:

(...) um inglês na Índia ou no Egito, no final do século XIX, tinha por esses países um interesse que nunca estava muito afastado de sua condição, na mente dele, de colônias britânicas. Dizer isso pode parecer muito diferente de dizer que todo conhecimento acadêmico sobre a Índia e o Egito não está de modo algum marcado, e violado, pelo fato político vulgar – e, no entanto, *isso é o que estou dizendo* neste estudo do orientalismo (SAID, 2001: 23, grifo do autor).

Para Said, a visão histórica do Islã como uma cultura incapaz é, sem dúvida alguma, uma visão política (LUZ, 2001). Assim, o olhar tradicional das disciplinas científicas constituídas na Europa, notoriamente a História e a Geografia, não se caracterizam pela objetividade, que a princípio deveria nortear o saber científico, mas sim pela desigual correlação de forças do confronto entre a Europa (e mais tarde os EUA), sob a denominação de Ocidente, contra o mundo muçulmano, impulsionada pela necessidade de conquista, primeiramente das rotas marítimas e terrestres e, posteriormente, no séc. XX, dos recursos energéticos do ‘Levante’, vitais aos interesses do grande capital, que determinam a visão hegemônica sobre a área conflituosa desde os fins do séc. XVIII.

Sendo assim, a chamada ‘Questão do Oriente’, ao longo do séc. XIX, passou a ser um assunto que preocupava as chancelarias europeias. No entanto, as constantes intervenções europeias nos territórios orientais dependiam, como visto anteriormente, de certo grau de articulação com os líderes locais, o que implicava num consentimento destes, que passaram a

desempenhar um significativo papel no processo imperialista. Desta forma, a preservação do poder dos xeques do deserto arábico, por exemplo, era vista como favorável aos interesses europeus (SCHEFFLER, 2004: 264). A partir das guerras napoleônicas (incluindo as invasões do Egito e da Palestina, até então territórios otomanos), de onde emergiu o chamado Concerto Europeu, o *Oriente* passou a ser alvo das geoestratégias das potências europeias. A chamada *La Question Orientale* ou *The Eastern Question* era uma forma de gestão da crise estrutural do Império Otomano, a que muitos atribuem o epíteto de decadência, e do impacto que gerava no Concerto Europeu. Inicialmente, a ideia europeia de *Oriente* referia-se a territórios europeus culturalmente considerados ‘Outro’, como os casos da Grécia e Macedônia, vistos como parte da herança da Europa Clássica. Em alguns momentos, ela também se estendia à Anatólia (Ásia Menor) e à Terra Santa (a Palestina). Entretanto, após a Guerra da Criméia (1856), o Império Otomano foi integrado ao Concerto Europeu e a ideia de Oriente restringiu-se exclusivamente ao sultanato (SCHEFFLER, 2004: 264).

As guerras japonesas contra a China (1894-95) e, posteriormente, contra a Rússia (1905) fizeram, no entanto, os europeus entenderem que havia duas *Questões do Oriente*, o *Próximo* (*Near*) e o *Distante/Extremo* (*Extreme*). Todavia, o Estado Otomano era ainda visto como o *Oriente*, mas, com o passar do tempo, foi sendo cada vez mais denominado de *Oriente Próximo* (SCHEFFLER, 2004: 264). Em 1902, o arqueólogo britânico David Hogarth (1862-1927) publicou um livro intitulado *The Nearer East*, definido-o como uma região que englobava Albânia, Montenegro, sudeste da Sérvia, Bulgária, Grécia, Ásia Otomana (Anatólia, Cilícia, Síria, Mesopotâmia, Palestina e Península do Sinai), Egito, Arábia e grandes partes do Irã (SCHEFFLER, 2004: 264).

No mesmo ano, 1902, o avanço da Rússia *czarista* para a Ásia Central e o projeto de construção da ferrovia Berlim-Bagdá despertaram a preocupação do oficial da marinha dos EUA e historiador Alfred Thayer Mahan (1840-1914), que já havia publicado um livro aclamado: *The influence of Sea Power upon History* [A influência do poder marítimo sobre a História] (1890). De acordo com Thomas Scheffler (2004: 264), a preocupação do capitão americano foi expressa através de um artigo intitulado de *The Persian Gulf and International Relations* [O Golfo Pérsico e as Relações Internacionais], publicado no referido ano, no qual argumenta que estas geoestratégias russa e alemã na Ásia Central e no Sudoeste colocavam em perigo o controle marítimo das linhas de comunicação da Inglaterra entre o Suez e a Índia. Neste artigo, Mahan refere-se ao conceito geoestratégico de *OM* como uma região vagamente definida na qual a Inglaterra deveria assegurar seu controle sobre o Golfo Árabe-Pérsico:

O Oriente Médio, se eu posso adotar um termo, ao qual eu não tenho visto, irá um dia precisar de Malta, assim como de Gibraltar [que são seus] ... A marinha britânica deveria ter a facilidade de concentrar-se em força, se a ocasião aparecer, sobre o Áden, a Índia e o Golfo [Árabe-Pérsico] (MAHAN apud SCHAFFLER, 2004: 264, tradução nossa).

De acordo com Schaffler (2004: 264), o termo de Mahan ganhou rapidamente popularidade pelo jornalista Valentine Chirol (1852-1929) numa série de artigos chamados *The Middle Eastern Question* publicado no diário londrino *Times*, em 1903, nos quais apresentava a mesma preocupação de Mahan a respeito da ameaça aos interesses britânicos pela construção da ferrovia Berlim-Bagdá. O OM descrito por Chirol engloba Pérsia/Irã, Golfo Árabe-Pérsico, Mesopotâmia, Kuwait, Afeganistão, Kashimir, Nepal, Xinjiang (província de população turco-muçulmana na China), Butão e Tibet, não se tratando, portanto, de um conceito de base histórica, mas, sim, geoestratégica, de um espaço heterogêneo que circunda a Índia, que precisa ser controlada pelo poder britânico.

Em 1921 foi criado o Departamento do OM do Escritório das Colônias pelo Secretário de Estado para as Colônias (da Inglaterra) Wiston Churchill que, seguindo as recomendações da Comissão Permanente dos Nomes Geográficos da Real Associação Geográfica, se encarregava do Iraque, Palestina, Transjordânia e Áden. Assim, se fazia a distinção recomendada pela referida instituição geográfica entre os termos *Oriente Próximo*, onde havia nações preparadas para se autogovernarem por serem herdeiras da antiga civilização greco-romana, como era o caso dos romenos, gregos, búlgaros e sérvios, e OM, onde viviam povos herdeiros das antigas civilizações do Egito e da Mesopotâmia, que não estavam maduros para governarem a si próprios e que ainda precisavam da tutela ocidental ‘mandatória’ (SCHEFFLER, 2004: 264).

As distintas concepções de *Oriente Médio* vieram a servir de substrato para as geoestratégias balcanizadoras europeias (e futuramente israelenses) que repartiram a região em inúmeras e pequenas entidades estatais com o necessário apoio das populações locais, sem os quais estes projetos não seriam viáveis. Isto explica porque o conceito anglo-americano de OM aplicado a heterogêneas regiões (norte da África, por exemplo), que topograficamente estão situadas a oeste de inúmeros países europeus, obteve ampla aceitação no mundo árabe. O impacto destas ideias imperialistas entre os povos árabes se faz presente nos dias atuais.

Interessante notar aqui é como estes conceitos geoestratégicos euro-americanos – OM, *Crescente Fértil* e *Oriente* – foram aceitos pelos povos árabes, que não se furtaram a criar seus próprios projetos geopolíticos, alimentando-se das formulações europeias. A região do *Crescente Fértil* coincide com os territórios demarcados pelos Acordos de Sykes-Picot-

Sazonov (1916) a serem entregues à Inglaterra e à França, durante a I GM. Territórios estes que deveriam fazer parte do Grande Reino Árabe que o emir hachemita de Meca, Hussein ibn Ali (1854-1931), aspirava conquistar como prêmio pela sua ‘Revolta Árabe’ anti-otomana (anti-germânica), patrocinada pelos britânicos. Este Estado árabe a ser erguido após a I GM, conforme os acordos entre emir Hussein e o Alto Comissário Britânico do Egito Henry MacMahon, compreenderia os territórios da Arábia, Mesopotâmia e a Grande Síria (*Bilad al-Cham*). As promessas britânicas em favor de um Estado árabe unificado, sonho de Hussein, não passaram de quimeras. O emir seria expulso pelos franceses logo no final da I GM, mas ele e seus familiares receberiam dos ingleses dois tronos, Transjordânia e Iraque, Estados que parecem ter sido desenhados (a partir do nada?) pelos ingleses para satisfazer as ambições do clã Hachemita, que também estava sendo desalojado da Arábia, seu país natal, mas, desta vez, por um clã rival, os Saud. Com o declínio da influência francesa, a partir do final da II Guerra Mundial (II GM, 1939-45), o primeiro-ministro do Iraque, Nuri al-Said (1888-1958), notório pela inquebrantável submissão aos interesses euro-americanos, viu a oportunidade para redesenhar o mapa da região relançando a ideia de um *Crescente Fértil* unido, iniciativa que encontrou forte oposição de muitos setores dentro e fora do país e que acabou sendo esquecida.

A ideia de um nacionalismo árabe em bases territoriais encontrou, no entanto, excelente receptividade entre as comunidades cristãs, especialmente as libanesas, pois lhes preveniria de uma possível discriminação num Estado árabe islâmico.

Porém, somente com o pensador e líder político libanês de origem cristã greco-ortodoxa, Antoun Saadeh (1904-49), a formulação do *Crescente Fértil* de Breasted encontraria uma acepção geoestratégica mais apurada, paradoxalmente a serviço do nacionalismo sírio anti-imperialista, ultra-secular e visceralmente anti-sionista, o ambicioso projeto da *Grande Síria* (*Bilad al-Cham*), território que abrangeria, nos dias atuais, Síria, Líbano, Chipre, Palestina/Israel, Jordânia, Kuwait, Israel, sul da Turquia, sudoeste do Irã e Península do Sinai. Este Estado-nação a ser criado expandia o conceito de *Crescente Fértil* (Síria histórica e Mesopotâmia), tendo os Montes Taurus e Zagros, a Cilícia, a ilha de Chipre e a Península do Sinai como suas fronteiras naturais. Ele advogava, com isto, que a nação síria – reconhecendo-a como tributária da nação árabe e da religião islâmica – tinha origem nos inúmeros povos (sumérios, babilônicos, acadianos, fenícios-cananeus, assírios e filisteus, incluindo os hititas), nem todos de origem ‘semita’⁵⁵, que habitaram o *Crescente Fértil*,

⁵⁵ O termo semita refere-se originalmente a um tronco linguístico que adquiriu, entre o fim do séc. XIX e o início do XX, uma clivagem racial e étnica, que surpreendentemente permanece até os dias atuais, no início do séc.

território da Grande Síria, desde a Antiguidade. Desta forma, buscava identificar a Síria como a ‘mãe das nações’ numa forma de fazer com que os árabes assimilassem suas raízes pré-islâmicas para que percebessem suas origens em comum com a Europa (nome de origem semita da grande ‘península’ a oeste da Ásia), lhes facilitando, com isto, a adoção das criações universais do Ocidente, pois, afinal, o alfabeto e o próprio cristianismo surgiram na Síria/*Crescente Fértil/Oriente* (ZEGHIDOUR, 1982: 79). Saadeh acabaria sendo convidado por inúmeros simpatizantes para lecionar na Universidade Americana de Beirute, o que acabou favorecendo a disseminação de suas ideias, cristalizando-se na formação do Partido Sírio Nacional-Socialista em 1932 (mais tarde, outro partido de ideologia nacional-socialista seria fundado no Levante, o Trabalhista de Israel). Esse partido teve grande influência na Síria e no Líbano entre os anos 1930 e 1970, sendo, por isso mesmo, brutalmente perseguido principalmente pelos próprios árabes por motivos que serão expostos ao longo deste trabalho. Em decorrência da hostilidade provocada pela sua ideologia entre a direita cristã libanesa, acabou viajando para o Brasil, onde viveu por alguns anos durante a ditadura do *Estado Nacional* (chamado vulgarmente de Estado Novo) de Getúlio Vargas (1937-45). Denunciado como um ‘simpatizante do nazismo’ (o Brasil participava da II GM na luta contra o nazismo e o fascismo) por partidários do nacionalismo libanês, foi preso e solto após dois meses de reclusão, após provar inocência em 1938⁵⁶. Retornando à Síria, já governada por uma ditadura militar (a do coronel Hosni Zaim) apoiada pelos americanos e israelenses, foi preso e enviado para o Líbano, onde foi sumariamente julgado e executado em 1949.

Ferozmente anti-sionista, o PSNS formou o primeiro movimento de resistência armada contra os sionistas desde o levante palestino de 1936-39 e enviou centenas de voluntários para a guerra contra a fundação de Israel em 1947, denunciando os acordos entre os líderes sionistas e árabes contra os palestinos. O PSNS se dividiria em várias facções, mas sem jamais deixar de combater Israel, campanha militar que sofreu forte repressão dos próprios países árabes. No sul do Líbano, após a invasão israelense de 1978 e, principalmente, após a de 1982, com o sítio de Beirute, foi o principal articulador da resistência armada contra Israel, ao lado de partidos da esquerda libanesa e milícias palestinas. Como partido-milícia árabe-sírio ultra-secularista, foi o primeiro a usar homens, mulheres e adolescentes como bombas para atacar a ocupação militar israelense na Palestina e no sul do Líbano. As concepções

XXI, inclusive nos meios acadêmicos. Quando nos referirmos aqui ao termo semita, será única e exclusivamente no seu sentido linguístico, ou seja, povos de fala semítica (no que se inclui, por exemplo, os etíopes, geralmente descritos como ‘camito-semitas’).

⁵⁶ Uma biografia da vida de Saadeh, ver: The Syrian Societal Nationalist Movement. Antoun Saadeh (1904-49), the founder of SSNP. Disponível em: <http://www.ssnm.com/antoun_saadah.htm> Acesso em: 15/01/2011.

nacionalistas sírias do pensador libanês foram uma das primeiras do mundo árabe a apresentarem um forte componente territorialista⁵⁷ e, por isso mesmo, promoveu dura oposição à fragmentação planejada em Sykes-Picot-Sazanov (1916) e consumada com o sistema mandatário (1920-47), explicando um dos motivos pelos quais o PSNS foi brutalmente reprimido pelos novos Estados árabes.

Não foram apenas entre os árabes que as novas concepções geoestratégicas europeias, que emergiram nas explorações do antigo Oriente, tiveram boa receptividade para legitimarem seus projetos nacionalistas e, por que não dizer, geopolíticos. O sultão otomano Abdul Hamid II usou o Museu Imperial Otomano em Istambul para legitimar culturalmente a política centralizadora imperial (SCHEFFLER, 2004: 257). Enquanto isso, os líderes sionistas encorajaram as escavações arqueológicas para darem suporte científico não apenas às narrativas bíblicas, mas, também, à busca das antigas origens do moderno Estado judeu a ser construído na Terra Santa (a Palestina), ‘apagando’ a histórica e multi-milenar presença árabe (cristã e muçulmana) naquele país. De acordo com o historiador palestino nascido em Israel, Nur Masalha:

Os sionistas asseguram que os acontecimentos descritos no Antigo Testamento instituem o direito dos judeus do séc. XX a estabelecer na Palestina um Estado de etnia judia. Ainda que o termo “Eretz Yisrael” (expressão que em hebreu significa “Terra de Israel”) constituiu sempre um conceito vago no que concerne às fronteiras exatas do território, para os sionistas querem dizer claramente “propriedade”. Os relatos do Gênesis e o Êxodo apresentam as origens das tradições que conectam as tribos hebréias e israelitas com a Terra de Canaã (a Palestina moderna). Todavia, os tremendos esforços de várias gerações de estudiosos não lograram descobrir nenhuma evidência histórica ou arqueológica que prove que se produziram acontecimentos e existiram personagens aos que se faz referência nestes textos. Não há coincidência entre os relatos bíblicos e os fatos históricos demonstráveis anteriores ao séc. VIII a.C., mais ou menos. (...)

(...) Na verdade, o termo “Eretz Yisrael” só se emprega uma vez nas Sagradas Escrituras (Samuel 1 13: 19), não há nenhum mapa histórico, nem sequer religioso, da extensão e as fronteiras de “Eretz Yisrael”, como tampouco existe nenhuma definição religiosa judia precisa dos limites (MASALHA, 2002: 11-12, tradução nossa).

⁵⁷ Na verdade, o nacionalismo sírio pregado por Antoun Saadeh era mais territorialista do que étnico, pois foi um dos poucos intelectuais a conceberem a nação síria como resultado da miscigenação de inúmeros povos (nem todos de origem árabe ou ‘semita’). Em muitos casos, as idéias do PSNS se chocavam com o nacionalismo árabe e isto ficou claro com a oposição à união (fracassada) entre a Síria e o Egito, em 1958, sob a liderança egípcia do coronel Gamal Abdel Nasser. Todavia, a feroz oposição ao sionismo decorre do fato desta corrente do nacionalismo judeu reivindicar um exclusivismo comunitário que se contrapõe ao pluralismo étnico e confessional da Grande Síria. Por isso mesmo, a identificação do PSNS com o nacional-socialismo alemão de Hitler não tem qualquer fundamento. Uma história sem preconceitos de Antoun Saadeh, de seu projeto geopolítico da Grande Síria, da influência de sua passagem pelo Brasil na formação da sua ideologia nacionalista pan-síria, do impacto de suas ideias no mundo árabe e do seu partido, o PSNS, ainda está para ser contada nos meios acadêmicos.

Ainda que não tenham comprovação científica, o movimento sionista, de origem laica e eminentemente europeia, busca legitimidade e fundamentos ‘históricos’ e ‘científicos’ nos estudos arqueológicos bíblicos para a consecução de seu principal projeto geopolítico, o de ‘Grande Israel’ que, segundo Masalha (2002: 12), trata-se ao mesmo tempo de um conceito territorial e uma ideologia cujo objetivo é “lograr o máximo expansionismo territorial e o domínio imperial da região”. Desta forma, há inúmeras configurações da ‘Grande Terra de Israel’, uma delas foi descrita pelo professor israelense da Universidade Hebréia, Ehud Srinzak, ideólogo do *Gush Emunim* (Bloco dos Fiéis em hebraico), grupo sionista de extrema-direita:

Quando ideólogos de Gush [Emunim] falam da Grande Terra de Israel pensam não apenas no território posterior a [Guerra de] 1967, mas também na terra prometida da Aliança (Gênesis 15). Isto inclui os territórios [árabes (sírios e palestinos)] ocupados [militarmente pelos israelenses], especialmente Judéia e Samaria [territórios palestinos da Cisjordânia], o núcleo central da nação histórica israelense e vastos territórios que pertencem agora à Jordânia, Síria e Iraque (SPRINZAK apud MASALHA, 2002: 31).

Um outro ideólogo sionista, Yisrael Eldad, reivindicaria, após a Guerra de 1967 (a dos ‘Seis Dias’), o domínio judeu sobre toda a terra ‘bíblica’, do rio Nilo (no atual Egito) ao rio Eufrates (no atual Iraque) (MASALHA, 2002: 60). A reivindicação de um grande ‘Estado judeu’ estendendo-se sobre o território compreendido ‘do Nilo ao Eufrates’ não era original. Na verdade, ela foi feita pelo fundador do sionismo Theodor Herzl em seus diários e reafirmada pelo membro da Agência Judia para a Palestina, rabino Fischmann, em declaração ao Comitê Especial de Inquérito da ONU, em 9 de julho de 1947: “a Terra Prometida [por Deus ao povo eleito] estende-se do rio do Egito até o Eufrates, incluindo partes da Síria e o Líbano” (FISCHMANN apud SHAHAK, 2007: 160). Este território coincide com o chamado *Crescente Fértil* anteriormente mencionado aqui, alvo para construção de um Estado árabe unificado, para alguns nacionalistas árabes. Apesar da referida região ser geomorfologicamente heterogênea, trata-se de um território de clima semiárido e marcado pela escassez de água, com poucos rios, alguns perenes e volume de água muito abaixo das necessidades de consumo das populações locais (RODRIGUES JR., 2010: 166). Este território é alvo de disputa desde os tempos antigos, segundo registros bíblicos, muito antes, portanto, dos conflitos territoriais entre árabes e sionistas, como nos afirma o geógrafo brasileiro Gilberto Rodrigues Jr. (2010: 166, nota 167),

No livro do Gênesis, capítulo 26, versículos 12 a 35, é descrita uma disputa por poços de água, o que na verdade pode-se interpretar também como disputa por terras entre Isaac e pastores locais do vale de Gerara nas proximidades da atual cidade de Bersheva, no sul de Israel.

Entretanto, a chamada *questão da água* naquele território permanece até a nossa contemporaneidade. No processo de desintegração do Império Otomano, com a ocupação militar inglesa, sob a égide do sistema mandatário, no início da década de 1920, lideranças sionistas reafirmam a necessidade do futuro ‘Estado judeu’ assegurar o controle dos recursos hídricos. É o que diz o líder Ben-Gurion, fundador do Estado de Israel,

(...) margem meridional do rio Litani, das fontes do Jordão e da região do Hauran desde el-Aluja até Damasco...para a Alta Galiléia e...para todo o país. Os rios mais importantes de Eretz Yisrael são: o Jordão, o Litani e o Yarmuk. O país necessita desta água. Ademais, o desenvolvimento da indústria depende do potencial de água para a produção de eletricidade (BEN-GURION apud NIGRI, 2003: 14).

Observamos, deste modo, que fatores mais práticos estavam por trás das reivindicações territoriais: a água seria mais um importante fator na geopolítica do futuro Estado de Israel. Neste aspecto, o sistema mandatário franco-britânico (1920-47) imposto aos povos árabes do Crescente Fértil, em 1920, estabeleceu que o Alto Jordão, os rios Litani, Yarmuk e Hasbani ficariam em território francês (RODRIGUES JR., 2010: 172). Assim, o então futuro de Israel ficaria privado destas fontes hídricas. Não são surpreendentes, portanto, as inúmeras guerras israelenses travadas contra a Síria e o Líbano para reaverem as ‘perdas’ do período mandatário.

Os projetos geopolíticos israelenses não se resumiram apenas a estes exemplos de propostas de expansionismo territorial; existiram e existem outros mais, porém, todos eles partem de uma premissa básica: a necessidade de expulsão (transferência, *transfer*, limpeza étnica) das populações árabes dos territórios controlados pelos sionistas e pelo Estado de Israel, fundado em 1948. O expansionismo territorial e a expulsão dos palestinos não parecem ser apenas ideias, mas, sim, valores compartilhados pelos principais partidos e correntes políticas sionistas, independentes da coloração ideológica, seja pelos chamados direitistas de corte liberal, como o partido *Likud*, seja pelos chamados esquerdistas, como o nacional-socialista Partido Trabalhista. O historiador Nur Masalha em seu livro *Expulsion of the Palestinians: The Concept of “Transfer” in Zionist Political Thought, 1882-1948*, publicado originalmente em inglês em 1988, em espanhol intitulado *La Expulsión de los Palestinos: El Concepto de “Transferencia” en el Pensamiento Político Sionista, 1882-1948* (2008), é, neste sentido, esclarecedor na análise (através da pesquisa de fontes primárias das principais lideranças sionistas) dos diversos projetos de expulsão dos árabes palestinos da Terra Santa como condição para a fundação de Israel. O historiador palestino-israelense nos revela:

Não se deve pensar que o conceito de transferência era abraçado só por maximalistas ou extremistas dentro do movimento sionista. Pelo contrário, era aceito por quase todos os setores de opinião, desde a direita revisionista à esquerda trabalhista. Praticamente, cada membro do panteão sionista dos pais fundadores e líderes importantes o apoiou e o impulsionou de uma maneira ou outra, desde Chaim Weizmann e Vladimir Jabotinsky até David Ben-Gurion e Menachem Ussiskhin. Os partidários da transferência incluíam a moderados, tais como o “apaziguador árabe” Moshe Shertok [Sharret] e o socialista Arthur Ruppin, fundador do Brit Shalom, um movimento que defendia direitos iguais para árabes e judeus. E o que é mais importante, as propostas de transferência foram apresentadas pela própria Agência Judaica, que de fato governava o Yishuv (a comunidade judia da Palestina) (MASALHA, 2008:18, tradução nossa).

É preciso lembrar, no entanto, que a geoestratégia de limpeza étnica estava condicionada às circunstâncias de guerra e ao balanço de forças locais, como foi o caso da Guerra de 1947-49, que resultou na fundação do ‘Estado judeu’. Da mesma forma, não é possível compreender as ações das forças militares sionistas neste conflito estritamente em termos militares. Não é difícil entender, assim, os motivos pelos quais israelenses e palestinos entram em choque até os dias atuais. Mas, como visto, não seria apenas contra os palestinos que Israel combateria. A concepção de Grande Israel, ou o domínio ‘judeu’ sobre a ‘Terra Prometida’, confronta-se diretamente com as várias correntes do nacionalismo árabe, principalmente com os projetos pan-arabistas, assim como os da ‘Grande Síria’. A confrontação entre as geoestratégias da ‘Grande Síria’ e do ‘Grande Israel’ terá como zona de atrito o Líbano, principalmente após a Guerra do Yom Kippur (1973).

Estas propostas e leituras geopolíticas e geoestratégicas, árabes e judias, até a primeira década do séc. XX, sob o domínio otomano, não estavam necessariamente em rota de colisão. Pelo contrário, nacionalistas árabes e judeus foram sendo articulados pelos britânicos. Estes estavam cada vez mais alarmados com a aproximação entre os impérios Alemão e Otomano, principalmente no que concerne ao apoio do *Kaiser* ao projeto pan-islamista do sultão, consubstanciado no patrocínio da construção da Ferrovia Berlim-Bagdá, que deveria ser prolongada até o Golfo Árabe-Pérsico, conforme visto anteriormente. Esta geoestratégia pan-islâmica do sultão-Califa encontraria, no entanto, resistência interna, numa nova classe média otomana emancipada pelas políticas modernizantes e centralizadoras do *Tanzimat*, que passou a se organizar, junto com os oficiais do exército otomano, contra a autocracia do sultão, agora ‘promovido’ a Califa, através do movimento dos *Jovens Otomanos*, formando o *Comitê da União e Progresso*. A princípio, este movimento surgido em meados da década de 1860, após a Guerra da Criméia, demandava um nacionalismo otomano laico sem fazer distinção entre as diversas etnias do Império. Lentamente, contudo, principalmente após a proibição do ensino da língua árabe (a língua sagrada do Islã), gerando hostilidade entre os árabes, reforçando o

nacionalismo destes, e as guerras balcânicas (principalmente as do séc. XX), o movimento nacionalista já denominado *Jovens Turcos* ganhou contornos sectários, favorecendo o surgimento de um nacionalismo étnico turco. No entanto, o apelo modernizador e reformista dos Jovens Turcos atraiu a adesão de muitos árabes.

Os Jovens Turcos exigiam, sobretudo, reformas para a formação de uma monarquia constitucional, ao estilo europeu. Apesar de admirarem e, mesmo, preconizarem uma ocidentalização da sociedade e da própria estrutura estatal otomanas, eram contrários às ingerências europeias nos territórios e na economia do Império. No entanto, já reduzidos a um movimento nacionalista estritamente turco, acabaram criando uma forte estrutura conspiratória dirigida por oficiais do exército, que resultou num golpe militar contra o sultão-Califa Abdul Hamid II, em 1908, impondo uma constituição e a abdicação do soberano, substituído por Mohammed V (NIGRI, 2005: 45). Entre 1877 e 1878, as perdas territoriais do Chipre e Bósnia-Herzegovina, para a Grã-Bretanha e a Áustria-Hungria, e as independências da Sérvia, Montenegro e Bulgária impulsionaram os Jovens Turcos a se aproximarem diplomática e estrategicamente da Alemanha, que passou a modernizar as forças armadas otomanas (NIGRI, 2005: 45). Desta aliança resultariam dois projetos nacionalistas e geoestratégicos otomanos complementares e contraditórios entre si: o pan-islamismo, já anteriormente mencionado; e o *pan-turanismo*, em nome do Triunvirato⁵⁸ que destronou Hamid II. Segundo Inacio Nigri (2005: 48), as geoestratégias otomanas visavam, antes e durante a I GM, os seguintes objetivos:

- i) A ‘turquificação’ do Império Otomano e a sua libertação da tutela ocidental;
- ii) A reconquista das áreas rebeldes do Egito e Chipre (e, possivelmente, da Líbia, Tunísia e Argélia);
- iii) A libertação e federalização das áreas turcas habitadas na Rússia (no Cáucaso e no Turquestão);
- iv) O restabelecimento da autoridade do Califa sobre todo o Islã.

Este programa político-estratégico favoreceria, nesse aspecto, o expansionismo territorial alemão em direção à Índia, que se encontrava sob o domínio inglês, um território rico em petróleo. Porém, a consecução deste programa foi seriamente afetada pela invasão italiana da Líbia, em 1911, e as duas guerras balcânicas (1912-13), que reduziram o território

⁵⁸ O sultão-Califa Abdul Hamid II foi deposto por golpe militar, em 1908, que impôs no poder *de fato* o Triunvirato de Enver Paxá, Talaat Paxá e Jamal Paxá, através da instalação no trono de Mohammed V.

otomano na Europa à cidade de Istambul e sua periferia. Uma terceira guerra balcânica esteve perto de explodir, quando uma campanha de atentados realizada pelos sérvios (cristãos greco-ortodoxos) em favor da libertação dos sérvios da Bósnia-Herzegóvina, território anexado pelo Império Austro-Húngaro (sob a dinastia cristã católica romana dos Habsburgos), em 1908, culminou no assassinato do arquiduque austríaco Franz Ferdinand, herdeiro do trono habsburgo, em junho de 1914. A Áustria-Hungria deu um ultimato à Sérvia, mas o sistema de alianças entre as potências europeias criou um efeito em cadeia que fez eclodir a I GM, em agosto de 1914. Assim, o ultimato austríaco obteve apoio alemão, que tentou de todas as formas a não adesão russa em favor da Sérvia, pois a Rússia *czarista* havia selado aliança com a França (*Entente Cordiale*) antes da eclosão do conflito. A diplomacia alemã também tentou obter a neutralidade dos franceses, mas estes acabam mobilizando suas tropas e o *Kaiser* declarou guerra à França. No entanto, para as tropas alemãs alcançarem o território francês, tiveram que atravessar a Bélgica, que, segundo o Concerto Europeu, era um Estado neutro. A Inglaterra encontrava, desta forma, o pretexto para entrar na Guerra ao lado da França e da Rússia (formando a *Tríplice Entente*) e combater a Alemanha, uma potência terrestre que tinha meios para contestar a hegemonia britânica. O objetivo britânico era claro: impedir a ascensão de uma potência (ou uma coalizão de potências) terrestre hegemônica no continente europeu. As disputas entre Inglaterra e França sobre o Egito e entre ingleses e russos sobre o Irã/Pérsia foram colocadas em segundo plano. A Alemanha, por sua vez, contava com o apoio do Império Austro-Húngaro e do Império Otomano (formando a *Tríplice Aliança*), e expandia seus domínios sobre os territórios centro-orientais europeus, ameaçando alcançar a Rússia e o Levante. Se lograssem em tais objetivos, os alemães estariam a um passo de alcançar a Índia, a ‘jóia da coroa’ britânica.

Estas ações militares eram derivadas de concepções geoestratégicas que se desenvolviam na Europa e nos EUA, desde fins do século XIX, apogeu da corrida imperialista. Estas concepções partem da ideia de que espaço é poder. Desta forma, os estrategistas, desde o início do século XX, ao observarem a posição geográfica dos Estados, entenderam que o poder mundial deriva do controle de áreas-chaves (*pivot*) do planeta. Dentre eles, destacamos o historiador militar americano Alfred Mahan, que defendeu a tese de que o poder marítimo era decisivo para uma potência alçar a hegemonia mundial, sendo, por isso, necessário o controle de estreitos, mares e oceanos, vias por onde circulam o comércio internacional (VESENTINI, 2004: 17).

As concepções de Mahan foram refutadas pelo geógrafo inglês Halford John Mackinder ([1904] 2005) que defendeu a ideia de que a Geografia é o *pivot* da História,

advogando, com isto, o conceito de ‘poder terrestre’, segundo o qual quem tivesse o controle da massa terrestre correspondente aos continentes da Ásia, Europa e África, que ele chamou de *Ilha-Mundo*, teria a hegemonia mundial. Esta *Ilha-Mundo* seria circundada por um único oceano, o *grande Oceano*, e teria como satélites as ilhas-continentes (Américas e Austrália). A imensa massa terrestre se caracteriza, segundo Mackinder, pela presença de grandes riquezas naturais e minerais (MELLO, 1999:16). A originalidade do geógrafo inglês é dada também pela substituição de uma visão *eurocêntrica* do mundo para uma *asiocêntrica* (MELLO, 1999: 13). Assim, a Europa, dentro desta concepção *mackinderiana*, não passaria de uma península da Ásia, formando a *Eurásia*. No interior da Eurásia, nas estepes russas, se localiza a *área-pivot*, centro nevrálgico posteriormente denominado *Heartland* (‘terra-coração’), na política de poder das grandes potências (MELLO, 1999: 16), correspondendo ao território da (antiga) Rússia *czarista*, sucedida pela União Soviética (URSS). Este território sem fronteiras definidas, que abarca desde a Europa Oriental até a Sibéria, incluindo o Irã, teria condições para desenvolver uma economia autárquica e um inexpugnável poder terrestre. A comunicação desta vasta região seria favorecida pela presença de uma vasta planície que se estende da França à Rússia. A ‘terra-coração’ seria envolvida por três crescentes (interno, externo e insular) (MELLO, 1999: 47). Por isso, segundo Mackinder, “quem controlar o *Heartland* controla a *área-pivot*, quem controla a *área-pivot*, controla a *Ilha-Mundo*, e quem controla a *Ilha-Mundo*, domina o mundo” (MACKINDER [1904: 150] apud VESENTINI, 2004: 19). Assim, no quadro da I GM, era imperativo aos ingleses impedirem a vitória alemã, que implicaria no domínio da Eurásia por uma potência terrestre e a ‘satelitização’ da Velha Albion. A tarefa estava longe de ser fácil e simples.

Apesar de receber o epíteto de ‘o homem doente da Europa’ ou de ser descrito como ‘decadente’, o Império Otomano, apoiado pelos alemães, infligiu severas derrotas aos ingleses durante a I GM. Em 1915, a entrada dos italianos na Guerra ao lado da Tríplice Entente teve pouco efeito sobre a sorte da Inglaterra, as forças otomanas destruíram a frota anglo-francesa, que tentava atravessar o Estreito de Dardanelos e, assim, penetrar no Mar Negro para transportar reforços à Rússia. Antes desta derrota, os ingleses, com suas tropas coloniais indianas, já haviam desembarcado no Kuwait, avançando sobre a Mesopotâmia, quando foram cercados e derrotados, mais uma vez, pelos otomanos, em 1916. Foi para aliviar a pressão sobre as forças britânicas na Mesopotâmia que os serviços secretos do Cairo lançaram a chamada Revolta Árabe, em 1916, dirigida pelo lendário espião britânico: o capitão do exército Thomas Edward Lawrence (apelidado de *Lawrence da Arábia*), articulando o nacionalismo árabe.

A Revolta Árabe teve a liderança do emir Hussein al-Hachemi, cujo clã (descendente do Profeta Mohammed) tinha, durante a era otomana, a incumbência de proteger as cidades sagradas do Islã, Meca e Medina, a exceção de Al-Qods (Jerusalém para os cristãos ocidentais), recebendo, por isto, o título (e não cargo) de *xerife* (protetor). Os britânicos viam no emir uma influência moral para arregimentar o apoio árabe-muçulmano na luta contra a coalizão germano-otomana. Em troca deste apoio, o xerife de Meca e Medina receberia a reconstituição de um grande reino árabe-muçulmano no Crescente Fértil. Desta forma, o Alto Comissário Britânico no Egito, Henry McMahon, passou a mediar as negociações entre árabes e ingleses por meio de correspondências trocadas com o emir Hussein. Nas primeiras cartas, surgiram as divergências, elas são decorrentes das ambíguas intenções de ambos os negociadores. Ao invés de um Estado árabe plural e laico, um Califado Árabe do Islã, propõe o emir e xerife Hussein. Reproduzimos abaixo apenas alguns importantes trechos das correspondências Hussein-McMahon:

Primeira carta de Hussein a McMahon (Meca, 14 de julho de 1915 / 2 do ramadã de 1333),

(...) a nação árabe decidiu solicitar ao governo da Grã-Bretanha com uma requisição para aprovação, através de um dos seus representantes, as seguintes provisões bélicas (...):

1. A Grã-Bretanha reconhece a independência dos países árabes limitados por: norte, da linha Mersina-Adana ao paralelo 37° N e dali ao longo da linha Birejik-Urfa-Mardin-Midiat-Jazirat (ibn' Umar)-Amadia até a fronteira persa abaixo até o Golfo Pérsico (sic); no sul pelo Oceano Índico (com a exclusão de Áden, cujo status irá permanecer como presente); a oeste, pelo Mar Vermelho de volta a Mersina.
2. A Grã-Bretanha irá concordar com a proclamação de um Califado Árabe do Islã.
3. O governo do Califado Árabe da Síria compromete-se, sendo imparcial em outras coisas, garantir a preferência à Grã-Bretanha em todos os empreendimentos econômicos nos países árabes (...).

Segunda Carta de McMahon e Hussein (Cairo, 24 de outubro de 1915),

(...) Os distritos de Mersina e Alexandreta, e porções da Síria a oeste dos distritos de Damasco, Homs, Hama e Alepo, não podem ser consideradas puramente árabes, e devem, portanto, serem excluídos da delimitação proposta. Sujeito a esta modificação, e sem prejuízos dos tratados concluídos entre nós e certos chefes árabes, nós aceitamos aquela delimitação. (...).

(...) 5. Que em relação aos dois vilayets de Bagdá e de Basra, os árabes reconhecem o fato de ali existirem interesses e uma posição estabelecida da Grã-Bretanha, irá exigir o estabelecimento de acordos administrativos especiais para proteger aquelas regiões da agressão estrangeira, para promover o bem-estar de seus habitantes e para salvaguardar nossos interesses econômicos mútuos.

Estou confiante que essa declaração irá convencer a você, além de toda dúvida, da simpatia da Grã-Bretanha pelas aspirações de seus amigos árabes; e que isto irá resultar em uma aliança sólida e duradoura com eles, das quais uma das consequências imediatas será a expulsão dos turcos dos países árabes e a liberação dos povos árabes do jugo turco, que tem pesado sobre eles em todos estes longos anos. (MACMAHON apud SMITH, 2001: 94-98, tradução nossa).

Todavia, esta não seria a única aliança forjada pela Inglaterra. Os britânicos lograram capitalizar as divisões geoculturais do Império Otomano, prometendo a cada uma das minorias étnicas (curdos, armênios, assírios) e confessionais (judeus, cristãos caldeus, cristãos coptas) a constituição de Estados nacionais, num processo semelhante ao empreendido nas montanhas libanesas, em 1842, cujo resultado foi uma sucessão de massacres ao separar duas comunidades (druzos e maronitas) que coexistiam secularmente no mesmo território. Ressalta-se que a Inglaterra jamais se empenhou em cumprir suas promessas, razão pela qual inúmeros massacres foram perpetrados em decorrência da repressão às manifestações destas minorias, frustradas em seus projetos nacionais. Perseguindo uma política no mínimo contraditória, ao mesmo tempo em que promoveram a revolta dos árabes, e com ela o nacionalismo árabe, os britânicos se aliaram a dois clãs que disputavam a hegemonia não apenas confessional, mas, sobretudo, política sobre a Arábia e o mundo muçulmano: os Hachemitas, cujo líder recebe o título de *xerife* (protetor) de Meca e Medina; e os Saud, que eram adeptos do *wahhabismo*. Com estes últimos, os ingleses reabilitavam a antiga aliança com os *wahhabitas*, forjada em 1811, na luta contra os otomanos. Explorando a possibilidade de reconstruir o Califado, aos dois clãs os britânicos fizeram promessas de fundar um Estado para cada um. A aliança anglicana-*wahhabita*, durante I GM, marcava, desta forma, seu primeiro centenário⁵⁹.

Em contrapartida às geoestratégias britânicas, articulavam-se os nacionalismos alemão e o então turco-otomano. Os alemães buscavam, através da aliança com o Império Turco-Otomano, expandir-se territorialmente até a Ásia Central e a Índia, sob o domínio britânico, englobando todo o sudoeste asiático, com suas ricas reservas de petróleo. Para esta região, o Estado-maior alemão elaborou o Plano Zimmermann, que estipulava o apoio aos nacionalistas indianos e muçulmanos. Para tanto, os turcos-otomanos fecharam o Canal de Suez o Estreito de Bab el-Mandeb, na entrada do Mar Vermelho (NIGRI, 2005: 49). Eles invadiram o Cáucaso e passaram a atacar também a Rússia, para imobilizar parte das tropas *czaristas*. Caso fossem bem-sucedidos, a coalizão germano-otomana passaria ter o controle de grande parte do *Heartland* concebido por Mackinder e, muito provavelmente, teriam alcançado uma hegemonia mundial incontestável.

Fazendo promessas contraditórias, os ingleses só tinham um único objetivo: implodir o Império Turco-Otomano, principal suporte para conquista alemã da *terra-coração*. Para isto,

⁵⁹ Próximo ao segundo centenário da aliança anglicana-ianque-*wahhabita*-saudita, em 11 de setembro de 2001, um grupo de adeptos do *wahhabismo*, al-Qaeda, promoveu o maior atentado terrorista da História dos EUA, desde a Guerra Civil Americana (1861-65), o ataque a Nova Iorque e a Washington D.C., que resultou na morte de mais de 3 mil pessoas. A manipulação religiosa para fins políticos rendia frutos, agora, na América.

buscariam apoio de outras potências europeias, Rússia, França e Itália, na repartição dos territórios otomanos. Em abril de 1915, o Pacto de Londres, firmado pelas potências europeias da *Entente*, reconheceu a soberania italiana sobre a Líbia e as ilhas do Dodecaneso (VANDEWALLE, 2002: 28; NIGRI, 2005: 50). No entanto, a França não havia compartilhado da aliança anglo-árabe, forjada pelo acordo MacMahon-Hussein, e exigiu uma zona de influência nos territórios do OM é preciso lembrar que reservas de petróleo já estavam sendo exploradas pelos ingleses na Região desde 1909, no Irã e na Mesopotâmia). Foi então que o Ministério das Relações Exteriores, logo após autorizar MacMahon a fazer promessas a Hussein, imediatamente solicitou ao governo francês que enviasse um representante a Londres para negociar os futuros limites da Síria, para acertar, desta forma, os pontos que a Grã-Bretanha poderia negociar com Hussein (FROMKIN, 2008: 212).

Estes negociações decorriam do fato de que os ingleses entendiam que não teriam condições de dominarem sozinhos os territórios do Levante sem despertar as ambições de outras potências. A melhor forma para controlar aqueles territórios era formar uma espécie de consórcio, fazendo com que as potências da *Entente* participassem e compartilhassem da divisão territorial do Império Otomano, cuja derrota já era prevista.

Foi, assim, então, que os ingleses propuseram um novo pacto secreto: Inglaterra, França e Rússia dividiriam os territórios otomanos do Levante, com população predominantemente árabe, em zonas de influência. Os árabes em momento algum foram consultados, nem mesmo as suas elites ocidentalizadas. Assim, os chanceleres da *Entente*, Mark Sykes, Georges Picot e Sergei Dmitrievich Sazonov, acertaram os célebres Acordos Sykes-Picot-Sazonov, em fevereiro de 1916, que estipularam a seguinte divisão territorial:

- A Rússia receberia o controle sobre Constantinopla/Istambul, o Estreito de Bósforo e o norte da Anatólia.
- A Grã-Bretanha controlaria diretamente os antigos *vilayets* de Bagdá e Basra (centro-sul do atual Iraque) e sua zona de influência se estenderia do Deserto do Negev, no extremo-sul da Palestina, partes dos Desertos da Síria e da Arábia.
- A França teria o controle direto sobre a Cilícia (sudeste da Anatólia) e a costa síria (incluindo Lataquia e costa do atual Líbano). Além disto, o *hinterland* sírio, incluindo o Mossul (território riquíssimo em petróleo no atual Curdistão do Iraque), ficaria sob influência francesa.

- Como todos disputavam a influência sobre a Terra Santa, o centro-norte da Palestina, na margem oeste do rio Jordão (atual Cisjordânia – *West Bank*), esta ficaria sob uma administração internacional. Entretanto, caberia aos ingleses o controle sobre os portos de Haifa e Acre.

Mapa 7 – Acordo Sykes-Picot-Sazonov (1916)

O Acordo deixava implícita a exclusão da Arábia da zona de atuação das potências europeias. Aparentemente, a França seria a maior beneficiária desta partilha e os ingleses

receberiam territórios com menor importância econômica. Afinal, alguns dos principais portos do Mediterrâneo Oriental, como Sidon, Beirute, Trípoli e Lataquia, ficariam sob o domínio francês, que também teria influência sobre as principais cidades do interior da Síria: Damasco, Aleppo, Homs, Hama e Mosul. Os franceses teriam também ascendência sobre os cristãos orientais concentrados principalmente nestes territórios. Advogavam para isto, inclusive, a continuação de uma *mission historique* iniciada um milênio antes, durante as Cruzadas e a fundação de reinos cristãos latinos na costa leste do Mediterrâneo. Tal benevolência britânica em favor dos franceses tem uma explicação geopolítica: a contenção da Rússia. Os territórios sob o domínio francês, que corresponderiam à Síria, Mosul e Cilícia, estavam dispostos paralela e adjacentes às zonas controladas pelos russos (o Cáucaso e o norte da Anatólia). De acordo com o historiador David Fromkin (2008: 214):

A zona francesa proporcionaria à Grã-Bretanha um escudo contra a Rússia. A França e a Rússia ficariam equilibradas entre si, de forma que o OM francês, assim como a Grande Muralha da China, protegeria o OM britânico de ataques dos bárbaros [sic] russos vindos do norte.

As condicionantes geopolíticas da divisão territorial europeia sobre o Levante ignoravam (na verdade, contrariavam) não apenas as pretensões de um grande reino árabe sobre a Síria e a Mesopotâmia (territórios coincidentes com o Crescente Fértil), acertadas entre ingleses e o emir Hussein al-Hachemi, porém até mesmo a exigência feita pelo Congresso da Liga da Pátria Árabe de 1913, que havia se reunido em Paris, em favor da autonomia da Síria (LACOSTE, 2006: 397). Porém, o que determinava a ambiguidade dos ingleses não eram apenas as questões de ordem geopolítica e econômica, eram os fatos nos campos de batalha. A Inglaterra sofreu inúmeras derrotas frente ao Império Otomano. As forças armadas otomanas obtiveram inúmeros êxitos militares contra a Tríplice Entente, numa guerra em três *fronts*: no oeste bateram franceses e ingleses, entre 1915 e 1916; no leste, derrotaram os exércitos da Índia britânica; e, ao norte, detiveram as forças invasoras russas (FROMKIN, 2008: 237-38). A situação das tropas russo-franco-britânicas não era das mais confortáveis no front asiático. O cerco à Rússia/*Heartland*, com a derrota do Irã, através do controle das fímbrias asiáticas, era um perigo real e imediato aos interesses da Grã-Bretanha.

Para reverter as vitórias otomanas, os russos apelaram aos armênios, e os ingleses, já tendo perdido o controle sobre os árabes, se aproximaram dos judeus, cujas lideranças sionistas na Palestina viam na Inglaterra a potência imperial que poderia patrocinar a fundação de um ‘Estado judeu’ na Terra Santa. Para o líder sionista Chaim Weizman (apud

GATTAZ, 2003: 40), a constituição deste Estado naquele território traria vantagens estratégicas aos interesses britânicos:

Se a Palestina ficar sob a esfera de influência britânica, e se a Inglaterra encorajar um assentamento judaico ali, como uma dependência britânica, nós poderíamos ter em 20 ou 30 anos mais de um milhão de judeus [...], que formariam uma guarda bem efetiva para o Canal de Suez.

Os britânicos também entendiam que a aproximação com os judeus poderia gerar benefícios geopolíticos naquela conjuntura bélica que lhes era desfavorável. Não surpreende, portanto, a célebre Declaração de Balfour (*Lord Arthur James Balfour*, Ministro das Relações Exteriores) ao *Lord Rotschild*, um grande empresário inglês de origem judia e representante da Organização Sionista, em novembro de 1917, em favor de um ‘lar nacional’ judeu na Palestina.

(...) O governo de Sua Majestade vê favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, e irá usar seu melhor esforço para facilitar o alcance deste objetivo, ficando claramente entendido que nada deverá ser feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas existentes na Palestina ou os direitos e status político usufruídos pelos judeus em qualquer outro país (BALFOUR in: LAQUEUR e RUBIN, 2001: 16, tradução livre nossa).

De acordo com Inacio Nigri (2005: 72), a Grã-Bretanha visava com esta declaração extra-oficial de seu chanceler ao executivo sionista os seguintes objetivos:

- i) Agregar para si o apoio dos judeus da Palestina, que estavam divididos entre os dois campos na I GM, ainda em curso.
- ii) Criar um Estado-tampão que lhe assegurasse o controle estratégico entre o Mar Mediterrâneo e o Golfo Árabe-Pérsico e que lhe desse o suporte tático de defesa do Canal de Suez, além do contrapeso político e militar ao nacionalismo árabe
- iii) Atrair os judeus do leste europeu, sujeitos à propaganda alemã que lhes prometia libertá-los da opressão *czarista* (os alemães estavam financiando a agência sionista de Istambul, além de prestarem assistência aos judeus na Palestina).
- iv) Por fim, demover os judeus da Rússia de apoiarem os alemães e os bolchevistas (que estavam prestes a tomarem o poder na Rússia) para apoiarem os ‘aliados’ e diminuir o furor revolucionário das lideranças judias.

Apesar dos reveses no Levante, as tropas inglesas, sob o comando do general Allenby, avançaram sobre a Palestina, entrando em Jerusalém (*Al-Qods*) um mês após a Declaração do chanceler, em dezembro de 1917, antes do término das hostilidades na Europa. Assim, as aspirações nacionalistas sionistas tinham assegurado a legitimidade que tanto almejavam. Com a defecção da Rússia, em decorrência da revolução que derrubara o regime *czarista* em novembro de 1917, os britânicos davam demonstração de que não estavam dispostos a seguir todos os termos dos Acordos de Sykes-Picot-Sazonov: a Terra Santa estava de fato sob o domínio britânico. Os árabes, notadamente os nacionalistas, percebiam a ocupação militar britânica sobre o território palestino, a Declaração de Balfour em favor dos judeus e a revelação dos revolucionários bolchevistas russos dos acordos secretos anglo-franco-russo para a partilha do Levante como atos de ‘traição’ dos europeus e do imperialismo. A ambiguidade dos ingleses com suas propostas contraditórias saltavam aos olhos. Entretanto, esta visão estava longe de ser unânime entre os próprios árabes, especialmente entre suas lideranças, como veremos mais adiante.

Em outubro de 1918, as potências imperiais da Tríplice Aliança, Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia-Otomana, assinavam derrotadas o Armistício de Mudros, encerrando o mais sangrento conflito de toda a História da humanidade até aquele dia. Houve destruição material e extermínio de vidas humanas promovidos pelo desenvolvimento tecnológico, em escala inimaginável e desconhecida até àquele momento. Somente na Síria mais de 200 mil pessoas morreram de fome (CAMPELLO, 2005: 348), em decorrência do bloqueio naval promovido pela Inglaterra, mas os otomanos foram responsabilizados pelo bloqueio, o que certamente contribuiu para a adesão árabe ao chamado inglês pela ‘Revolta Árabe’. Logo foram iniciados os preparativos para a Paz, para o acerto da partilha dos despojos territoriais destes impérios centrais. Entretanto, apesar de finda a Guerra, os acontecimentos do Levante demonstravam a gravidade dos complexos arranjos geopolíticos daqueles territórios que já não pertenciam mais aos otomanos e que passaram a ser denominados de OETA (Occupied Enemy Territory Administration). Ainda no mês de outubro, um pouco antes do Armistício, emir Faysal, filho de Hussein, entrava com suas tropas em Damasco, apoiado pelos serviços secretos britânicos no Cairo (que eram rivais dos da Índia), imediatamente declarando que seu governo representava a nação árabe (VICENZI, 2006: 96), o primeiro ato de fundação do efêmero Reino Árabe da Síria.

O emir Faysal tentava impor uma política de fatos consumados. Em discurso pronunciado em 5 de outubro de 1918, declarava que ele formaria um governo árabe fundamentado na justiça e a legalidade a favor de todos os árabes sem distinção de religião.

Além da declaração política, havia a reivindicação territorial, o governo se estenderia sobre *toda a Síria*, isto é, os atuais territórios da Palestina/Israel, Líbano, Síria, Iraque e Jordânia, incluindo também partes da Península Arábica. Ou seja, aqueles territórios não eram mais otomanos, mas, sim, árabes. Enquanto os ingleses mantinham a política ambígua ora incentivando os projetos do líder árabe e ora apoiando os franceses, o emir Faysal, no entanto, cometera um erro fatal, quando reivindicou o Vale do Beka'a como parte do seu reino, o que causou a ira dos franceses e, sobretudo, do patriarca e dos próprios cristãos maronitas, que reivindicavam o domínio sobre o mesmo território desde 1861, após a fundação do *Pequeno Líbano*. A França, que ainda continuava sendo a porta-voz da Igreja Católica Romana, e os cristãos maronitas passaram a fazer causa comum contra o novo Estado árabe.

Tais atos não o impediram Faysal de se aproximar dos líderes sionistas para romper o cerco que se formava contra seus projetos. Ele percebia claramente a hostilidade francesa (e dos cristãos maronitas conservadores) com relação ao seu governo em Damasco. Era preciso, portanto, buscar novos aliados. Em janeiro de 1919, o emir Faysal entabulou negociações com o líder sionista Chaim Weizman, num encontro patrocinado por Lawrence da Arábia. Os dois líderes políticos assinam o pouco lembrado Acordo Faysal-Weizman, cujos efeitos se fazem sentir até os dias atuais:

(...) Artigo 4º: Todas as medidas necessárias deverão ser tomadas para encorajar e estimular a imigração de judeus para a Palestina em larga escala e para instalar, o mais breve possível, os imigrantes judeus, graças a uma colonização mais densa e a uma cultura mais intensa do solo (...) (AL-HACHEMI e WEIZMAN, 1919, tradução livre nossa).

O emir adicionou, porém, uma condicionante para o cumprimento do Acordo:

Se os árabes obtiverem sua independência nas condições indicadas em meu manifesto de 4 de janeiro de 1919, dirigido ao Secretário de Estado Britânico para os Negócios Estrangeiros, darei efeito às cláusulas deste acordo. [Mas,] Se mudanças forem feitas, não poderei ser responsável por nenhuma obrigação (AL-HACHEMI e WEIZMAN, 1919, tradução livre nossa).

Com este Acordo, o emir Faysal se tornava o primeiro líder político árabe a reconhecer o direito dos imigrantes judeus *ashkenazitas* a se estabelecerem na Palestina, legitimando a Declaração de Balfour. O que ainda podemos observar neste Acordo é o total desprezo, seja do líder árabe, seja do líder sionista, pela opinião da população autóctone, ou seja, dos árabes palestinos, que não foram consultados em momento algum sobre os termos acertados por um político oriundo da Península Arábica e por outro imigrante do leste europeu. Esta posição do emir foi reiterada e ratificada com uma outra carta ao eminente jurista americano Felix Frankfurter, representante do movimento sionista, que estava a caminho da Conferência de

Paz (pós-I GM) em Versalhes, ainda em 1919. Nela, reitera-se, mais uma vez, a postura de desprezo do político árabe pelo povo, o qual dizia representar.

Correspondência Emir Faysal e Felix Frankfurter (3 de março de 1919),

(...) Nós sentimos que os árabes e os judeus são primos de raça [sic] (...).

(...) Nós, árabes, especialmente os cultos, olhamos com a profunda simpatia o movimento sionista. Nossa delegação aqui em Paris está plenamente instruída sobre as propostas submetidas ontem pela Organização Sionista à Conferência de Paz, que nós achamos moderadas e apropriadas. Nós iremos fazer o melhor possível para ajudá-los, no que estiver em nosso alcance (...).

(...) Nós [Faysal e Weizman] estamos trabalhando juntos para um Oriente Próximo reformado e revivido, e nossos dois movimentos [o nacionalismo árabe e o sionismo] se completam. O movimento Judeu [o sionismo] é nacionalista e não imperialista. Nosso movimento é nacional e não imperialista, e há um lugar para nós dois na Síria. Eu penso que nenhum de nós pode ter um verdadeiro sucesso sem o outro (AL-HACHEMI, 1919, tradução livre nossa).

Uma análise superficial da carta, em retrospectiva histórica, torna as palavras de Faysal proféticas, a colaboração com os árabes (com suas elites políticas, os ‘cultos’) foi o ponto de apoio para a fundação do Estado judeu, em 1949. Sem ele, entendemos, não seria possível as forças sionistas expulsarem mais de 750 mil palestinos de suas próprias terras, sem o que a fundação de Israel seria inviável.

A ambiguidade em nossa contemporaneidade é a regra politicamente básica e aceita para a manutenção do poder já conquistado ou para ser conquistado, e não a suposta exceção socialmente desviante (NIGRI, 2005: 74). Assim sendo, quatro meses após a Conferência de Paris, em julho de 1919, Faysal participa do Congresso Geral Sírio realizado também como uma resposta tanto à Comissão King-Crane, enviada pelos EUA, então presididos por Woodrow Wilson⁶⁰, e à Palestina, quanto ao artigo 22 do Pacto da Liga das Nações, que estabelecia o sistema de mandatos. Entretanto, o emir árabe expressou sua ambivalência, sensível que era à opinião árabe que o legitimava, ao subscrever as teses anti-sionistas do Congresso Árabe-Sírio contra o projeto de construção de uma *commonwealth* judia na Palestina e ao programa de imigração judia para qualquer parte da Síria. O referido Congresso

⁶⁰ O líder americano advogava na Conferência de Versalhes o princípio da auto-determinação dos povos como uma forma de minar o poder dos europeus para assim abrir caminho à ascensão dos EUA como potência mundial econômica e também militar. Auto-determinação significa a ideia de que todos as nações devem ser auto-governadas, sem estarem subjugados a nenhuma potência estrangeira, e as aspirações de independência e pela constituição de Estados-nações deveriam ser respeitadas. O princípio *wilsoniano*, que se dirigia aos povos dominados pelos europeus, não se aplicava, obviamente, aos povos submetidos ao poder americano, caso dos filipinos após Guerra das Filipinas (1898-1902), onde mais de 1 milhão de pessoas foram mortas, massacre que pode ser considerado o primeiro genocídio do século XX. Sendo assim, este grande morticínio do ‘século dos genocídios’, o XX, não seria o resultado de um confronto entre muçulmanos e cristãos, como vulgarmente se atribui ao extermínio de mais de 1,5 milhão de armênios (cristãos) pelos turcos otomanos (muçulmanos), durante a I GM, mas, sim, de um extermínio promovido por um Estado fundamentado no cristianismo protestante contra um povo de fé cristã católica romana (os filipinos). Sobre o genocídio filipino, ver GUILLERMO, Emil (February 8, 2004), "A first taste of empire", Milwaukee Journal Sentinel, p. 03J.

reivindicou a integridade territorial da Síria, isto é, a Palestina ('Sul da Síria') e a faixa litoral ocidental, incluindo o Líbano, condenando as pretensões francesas sobre o território sírio, que seguiam as disposições do Acordo de Sykes-Picot-Sazonov (1916). À Síria, seria incorporado também o Hejaz, litoral sul da Arábia, região onde se localizam as cidades sagradas do Islã, Meca e Medina. Os congressistas árabes sírios requisitaram uma monarquia constitucional e democrática, com proteção às minorias, e também exigiram a independência da Mesopotâmia e a não existência de barreiras econômicas entre a Síria e este país (CONGRESSO GERAL SÍRIO apud LAQUER e RUBIN, 2001: 21-22). Paradoxalmente, ao lado das exigências de independência e integridade territorial da Síria, os líderes árabes solicitaram a 'tutela' dos EUA sobre o país, por acreditarem que eles não tinham interesses coloniais, acrescentando que, caso estes não tivessem condições de aceitar, a Grã-Bretanha ficaria encarregada de tal atribuição.

A Comissão King-Crane, por sua vez, entendeu que a fundação de um Estado judeu na Palestina contrariava os direitos civis e religiosos das populações não-júdias do país. Recomendava, por isto, o fim do programa de imigração judia ilimitada para a Palestina. Segundo a Comissão, os sionistas estavam ansiosos para desapropriarem a população não-júdia da Palestina (em qualquer momento se nomeava quem eram estes 'não-judeus') por várias formas de aquisição. Segundo consultas feitas aos oficiais britânicos pelos membros da Comissão, o programa sionista só poderia ser bem-sucedido por meio das armas (KING-CRANE COMMISSION apud LAQUER e RUBIN, [1919] 2001: 23-25).

Em janeiro de 1920, é fundada a Liga das Nações, como forma de prevenir as nações de catástrofes como a I GM, se inspirando em princípios liberais e com uma retórica de respeito à auto-determinação dos povos. No artigo 22 do Pacto da Liga das Nações estipulava-se a criação dos chamados mandatos sobre as comunidades que pertenciam formalmente ao Império Turco-Otomano, que seriam tuteladas pelas 'nações avançadas' em nome da Liga das Nações. Esses mandatos deveriam preparar estas comunidades até o momento em que, após um certo período de 'maturação', guiadas por um Mandatário, tivessem capacidade para conduzirem-se por is mesmas (LIGA DAS NAÇÕES apud SMITH, [1919] 2001: 105-6). De acordo com a politóloga brasileira Aura Rejane Gomes (2001: 23), o conceito de mandato era uma inovação no sistema internacional, criado para adequar tanto as exigências imperialistas do momento quanto a necessidade política e moral de reconhecer, ainda que de forma enviesada, os direitos dos povos submetidos ao mandato, uma vez que ignorar os acordos com Hussein implicaria em confrontar diretamente o nacionalismo árabe. O historiador palestino Elias Sanbar (1994: 31) esclarece-nos a respeito do sistema mandatário: estas "fronteiras

modernas vão delimitar não o marco de nações independentes, mas, sim, de novas colônias que não ousam dizer seu nome”.

Com uma verdadeira política de fatos consumados, os europeus impuseram suas políticas sem quaisquer consultas às populações locais. Inglaterra e França não se mostraram, em momento algum, inclinadas a aceitar a vontade dos árabes de que tivessem os norte-americanos como tutores. Os britânicos retiraram suas tropas que estavam na zona leste, isto é, nas proximidades de Damasco, abrindo o caminho para os franceses dominarem a Síria. Isto irritou o presidente dos EUA Woodrow Wilson, que defendia a implementação do artigo 22 do Pacto da Liga das Nações, a qual estabelecia o direito (sic) dos povos de escolherem quem seriam seus ‘tutores’ (CAMPELLO, 2005: 379). A palavra soberania é omitida. Londres queria que os EUA assumissem o mandato não sobre a Síria (como era o desejo dos líderes árabes), mas sobre a Anatólia, Cáucaso e a Armênia, isto colocaria Washington de frente para a zona de influência de Moscou (FROMKIN, 2008: 430). O presidente Wilson, além de ter sofrido um derrame cerebral, obteve derrotas no Congresso americano, perdendo o mandato sobre a Armênia. Com a paralisia (literal) americana, Londres se voltou aos seus aliados europeus (Paris e Roma), que eram negociadores mais duros. Entretanto, até mesmo os italianos se retirariam das intermináveis conversações, permanecendo apenas os franceses (FROMKIN, 2008: 425-33).

Paralelamente a estes desenvolvimentos na Síria e na França, eclode uma guerra entre o Afeganistão e a Índia (leia-se Inglaterra), em 1919, e turcos e árabes iniciam campanhas militares bem-sucedidas respectivamente na Anatólia e na Arábia para a independência de seus países. As tropas turcas, liderados pelo general Mustafá Kemal (‘Ataturk’, ‘pai dos turcos’), se reorganizaram, batendo ingleses e franceses, e expulsaram, mediante massacres em grande escala, as populações gregas ao longo do litoral anatólico. Uma vez derrotadas as potências europeias, Kemal Ataturk declarou a independência, aboliu o Califado-Sultanato e proclamou a República nos moldes ocidentais. Em 1923, o líder turco obrigou Inglaterra e França a assinarem o Tratado de Lausanne, reconhecendo os limites territoriais da Turquia, que seria o único Estado verdadeiramente soberano a surgir no OM, após a I GM. O mesmo não se poderia dizer dos árabes sírios, em que pese os esforços do emir Faysal pela independência da Síria, que incluía o território do Hejaz, no litoral sul da Arábia. O líder árabe reclamou da retirada das tropas britânicas de Damasco, que foram substituídas pelas francesas. Imediatamente, o emir compreendia a nova situação política e entabulava negociações com o *premier* francês Clemenceau, ‘moderado’ e ‘pró-inglês’, que lhe prometeu a independência e a integridade do território sírio, porém sob a tutela francesa, proposta aceita

pelo líder árabe. O governo de Clemenceau, porém, caiu, sendo substituído no parlamento por um bloco nacionalista ‘anti-inglês’, liderado pelo novo *premier*, Alexandre Millerand, sem disposição alguma a fazer qualquer concessão aos ingleses e muito menos aos árabes (FROMKIN, 2008: 431-32).

A resposta à não ratificação do Acordo Clemenceau-Faysal foi a formação de um segundo Congresso Sírio, em março de 1920, que proclamou a completa independência e integralidade da Síria dentro de suas ‘fronteiras naturais’, isto é, um território que compreenderia os atuais Líbano, Palestina/Israel, Jordânia, Síria, o Hejaz e Alexandreta (na época, ainda um município sírio), estabelecendo uma monarquia constitucional e democrática, tendo proclamado emir Faysal rei da Síria, tornando, assim, nulos a Declaração de Balfour e o Acordo de Sykes-Picot-Sazonov. O novo rei advertira os sírios que estas proclamações seriam consideradas pelos franceses como um ato de guerra.

Mapa 8 – Reino Árabe da Síria (1920)

O REINO ÁRABE DA SÍRIA (1920)

Autor: Ramez Phillippe Malouf
Elaboração: MAPAFÁCIL

Na contramão destes acontecimentos, um mês após o Congresso, em 24 de abril de 1920, a Conferência da Liga das Nações de San Remo endossava o sistema mandatário sobre o Levante. A França receberia o mandato sobre a Síria, excluindo a Palestina, enquanto que a Inglaterra receberia mandato sobre a Mesopotâmia e a Palestina (que ainda incluía a atual Jordânia). França e Inglaterra, chocados com proclamação de independência da Síria (ao mesmo tempo em que os turcos os combatiam), resolveram unir esforços contra a ‘afronta’ dos árabes para impedir que a situação saísse de controle, pois os congressistas sírios passaram a criticar as ocupações militares britânicas da Mesopotâmia e da Palestina.

Em julho de 1920, a França despachava tropas, comandadas pelo general Gouraud, para Damasco. Sírios, sem apoio britânico, e franceses travaram uma guerra de curta duração, cujo marco simbólico foi a Batalha de Maisalyoun, quando as tropas sírias foram derrotadas. O rei Faysal foi destronado e o reino Árabe-Sírio, a primeira experiência democrática da História do OM, foi abolido. Como uma espécie de punição aos sírios, a França imediatamente dividiu a Síria em seis entidades territoriais, algumas sob o marco confessional: Estado de Damasco (sunita), Estado de Aleppo (sunita), Estado Alauíta, Estado da Montanha dos Druzos, Grande Líbano (sob o predomínio maronita) e o *sanjack* de Alexandreta. Os franceses tentaram explorar as divisões confessionais, clânicas e de classe existentes entre os sírios. Foram bem-sucedidos na aproximação com os muçulmanos alauítas, tradicional e socialmente discriminados pela ortodoxia sunita, trabalhando no campo e vivendo nas Montanhas Alauítas, próximas e paralelas à costa do Mediterrâneo. Entretanto, a relação com os druzos (tradicionais aliados da Inglaterra) foi marcada pela desconfiança mútua. A marginalização da comunidade druza no Grande Líbano traria graves consequências na Síria, como veremos adiante.

Tabela 4 – Divisão regional sob o mandato francês

DIVISÃO REGIONAL SOB O MANDATO FRANCÊS					
Território	Data da Criação	Capital	Superfície (km2)	População	Domínio
Damasco	18/08/1920	Damasco	50.000	595.322	Sírio
Alepo	01/09/1920	Alepo	82.000	422.426	Sírio
Alauíta - Lataquia	23/09/1920	Lataquia	6.500	261.216	Francês
Monte Druso	01/03/1921	Swayda	6.990	50.000	Druzo e francês
Grande Líbano	01/09/1920	Beirute	10.400	628.863	Francês
Total			155.890	1.957.827	

Fonte: Costa (2006: 54)

Mapa 9 – Mandato francês na Síria (1920-46)

MANDATO FRANCÊS NA SÍRIA (1920 - 1946)

Os britânicos, por sua vez, se apoiaram na dinastia Hachemita (*xerifes* de Meca e Medina) e em alguns potentados locais e criaram outras entidades sob critérios aleatórios. Unificaram os três *vilayets* na Mesopotâmia (Mossul, Bagdá e Basra), fundando o Iraque (hoje sob ocupação anglo-americano-iraniana, em fase de *libanização* desde 2003), mas desmembraram a Palestina mandatária em dois territórios, Palestina (que se divide em três em 1948) e Transjordânia. Em menos de quatro anos após a instauração dos mandatos, surgem novas mutações espaciais: Damasco e Alepo são unificados em 1924, mas o *sanjack* de Alexandreta é cedido à Turquia em 1939 e o Grande Líbano fundado em 1920. Tais mudanças acirraram os nacionalismos (árabe e sírio) na Síria, que explode em revolta, esmagada com violência em 1925 pelas tropas de Paris. A Síria ficou amputada de suas saídas para o mar, privando-se de seus três principais portos (Beirute, Trípoli e Alexandreta) (BALANCHE, 2002). O único porto internacional (Latakia) que ainda manteve sob seu controle não estava conectado com a rede ferroviária. A implosão da Síria foi o meio pelo qual a França tentou implodir os nacionalismos sírio e árabe, sendo o primeiro afiliado ao segundo. Para a historiadora espanhola Campello (2005), todas as manobras de mudanças territoriais visavam negar a existência de uma nação síria afiliada a uma nação árabe. Tal foi a lógica do dividir para governar aplicada pelos franceses.

O movimento sionista não ficou indiferente a estas mudanças territoriais; a pressão demográfica aumentava. Os judeus já perfaziam 84.700 pessoas, correspondendo a cerca de 12,2% da população palestina de 689 mil pessoas, proporção já superior à de árabes cristãos em 1914 (SILVA, 2003: 132). Durante a Conferência de Versalhes (1919), os líderes sionistas reivindicam oficialmente a inclusão das duas margens do rio Jordão (sendo o limite na margem leste do rio estendida até a Ferrovia Hejaz-Damasco) e a margem sul do rio Litani como os limites da Palestina, que deveria se converter no 'lar nacional judeu'. Quando os britânicos receberam da Liga das Nações o mandato sobre a Palestina⁶¹, o território sob o mandato compreendia uma superfície maior do que a imaginada pelas lideranças sionistas, fazendo limites com a Mesopotâmia. Isto fez aguçar a ambição de alguns sionistas. Entretanto, a derrubada do rei Faysal pelas tropas francesas fez com os ingleses tentassem se redimirem da 'traição' ao rei árabe (cujo clã Hachemita se convertera numa dinastia de *xerifes* das cidades santas islâmicas na Península Arábica e estava sendo contestado pelo rei do Nejd, região central da Arábia, do clã Saud). Assim, Winston Churchill, ministro britânico das Colônias, 'criou' a Transjordânia, mediante a chamada 'solução Hachemita': Faysal seria

⁶¹ É preciso ressaltar que metade da margem ocidental do rio Jordão foi cedida pela França à Grã-Bretanha por decisão da Liga das Nações.

coroado rei do Iraque, país ‘criado’ pela união dos antigos *vilayets* otomanos de Mosul (cedido pela França), Bagdá e Basra; enquanto que seu irmão, Abdullah, receberia o emirado da Transjordânia, cujo território correspondia a 4/5 da superfície do mandato britânico sobre a Palestina (97.740 km² do total de 124.749 km²).

Mapa 10 – Mandato Britânico sobre a Palestina

Fonte: (BARD, 2006)

Assim, com os mandatos franco-britânicos, ao longo da década de 1920, nasceram quatro entidades estatais no Crescente Fértil: (‘Pequena’) Síria, Grande Líbano, Iraque e Transjordânia. A estas seria acrescida, em 1932, a Arábia Saudita, após a unificação territorial de grande parte da Península Arábica pelas mãos (e armas inglesas) do clã Saud, incluindo as cidades sagradas do Islã, Meca e Medina, num claro desafio aos Hachemitas. A nova divisão territorial representaria a divisão de interesses dos potentados locais, implodindo no terreno os ideais de unidade árabe. Abria-se, desta forma, o caminho para a constituição de um Estado não-árabe localizado entre os principais centros da civilização árabe-muçulmana (a saber, o quadrilátero Alepo, Bagdá, Cairo e Damasco – ABCD), algo que não ocorria desde o advento das Cruzadas e a implantação de Estados cristãos católico-romanos, entre os sécs. XI e XIII, quando o Império árabe-muçulmano dos Abássidas encontrava-se estilhaçado por uma miríade de mini-Estados muçulmanos, incapazes de superar suas rivalidades regionais, se unificar e repelir a invasão estrangeira.

Os rearranjos político-territoriais das potências europeias desagradaram tanto os árabes quanto os judeus sionistas sob o mandato britânico. Serão estas mudanças territoriais na Palestina que iremos analisar a partir deste momento, pois elas tiveram um profundo impacto na geopolítica do OM, cujas consequências se fazem sentir até os dias atuais. Quais foram estas mudanças a que nos referimos no espaço médio-oriental? A saber: a partilha da Palestina, em 1947; a fundação do Estado de Israel, em 1948; a expulsão da população árabe do país, quando cerca de 750 mil palestinos buscaram refúgio nos países árabes vizinhos; e a transferência de populações judias que viviam nos países árabes há milênios para Israel, após a Guerra de 1947-49. Portanto, os rearranjos territoriais (e demográficos) na Palestina tornaram-se um permanente foco de desestabilização regional e até mesmo internacional, após o advento da Guerra Fria (1945-91), permanecendo como uma questão até hoje sem solução político-diplomático-militar, com o veto *de fato*, regional e internacional, à fundação de um Estado nacional palestino, como estipulado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1947.

Pelas mudanças dos limites dos territórios sob os mandatos francês e inglês, os judeus sionistas ficaram ‘podados’ do acesso à margem oriental do rio Jordão. Além disto, o mandato francês sobre a Síria já havia cortado o acesso às margens do Rio Litani. Desta forma, a questão da água se tornaria um importante fator na geopolítica sionista. Em resposta, segmentos do movimento sionista descontentes com a nova mudança territorial do ‘Lar Nacional’ fundaram um movimento de extrema-direita liberal, o *Revisionismo*, liderado pelo jornalista Ze’ev Jabotinsky. Ele reivindicará, até meados da década de 1960, o domínio judeu

sobre as duas margens do rio onde Jesus Cristo foi batizado: “as duas margens do Jordão: uma é nossa e a outra também” (MORRIS, 2001: 100). A divisão do território sob o mandato inglês também teve implicações geopolíticas para a nova entidade territorial-política do emirado da Transjordânia, pois deveria diminuir o impulso expansionista dos Hachemitas sobre a quinta parte restante da Palestina (MORRIS, 2001: 100; NIGRI, 2005: 88). No entanto, o novo emirado, cujo exército era subvencionado pelos ingleses, serviu como um Estado-tampão para conter o expansionismo do clã Saud, governantes da Arábia, e o expansionismo sionista, além de justificar as pretensões jordanianas sobre a Palestina (MASSOULIÉ, 1996: 54). Para os palestinos, estes rearranjos foram o presságio da união de interesses hachemitas-sionistas-britânicos contra a formação de um Estado nacional palestino, que desembocaria na *Nakba* (‘Catástrofe’), em 1948. Esta coalizão de interesses demonstrou apenas o quanto os palestinos estavam isolados, situação potencializada pelo fim do Reino Árabe da Síria, com a efetiva criação de um território palestino separado da Síria.

Não foram apenas os limites territoriais as únicas alterações sofridas na Palestina. O censo demográfico de 1922, dirigido pelo mandato britânico, registrou a população de 757.182 habitantes no país, dos quais cerca de 89% eram árabes (673.892 pessoas) e 11% (83.291 pessoas) eram judeus (FARSOUN e ZACHARIA, 1997: 75). A maioria destes últimos vivia em áreas urbanas, nos subúrbios de Jaffa (Tel Aviv), e no novo setor ocidental de Jerusalém. O aumento da população judia via imigração causava preocupação entre os palestinos. Em 1923 migraram para a Palestina cerca de 8.000 judeus. Dois anos depois, em 1925, a cifra aumentou para 34.000. No ano seguinte, em 1926, houve uma queda para 14.000, que não foi revertida nem em 1928, com 2.000, e muito menos em 1929, com 5.000, declínio que reflete queda da prosperidade econômica (NIGRI, 2005: 95). Os primeiros choques entre árabes e judeus começaram a surgir. Paradoxalmente, os negócios fundiários efetuados entre os proprietários árabes e os compradores judeus permaneciam inabalados, o que provocava a expulsão dos trabalhadores palestinos das terras. A KKL (*Karen Keymath Le Yisrael*, em hebraico *Fundo Perpétuo de Israel* ou *Fundo Nacional Judaico* – FNJ) intensificou a compra de terras. De fato, os judeus sionistas acreditavam que os benefícios econômicos promovidos pelos imigrantes judeus arrefeceriam a resistência árabe. Depois do estabelecimento dos mandatos, a emigração de judeus da Europa Oriental para a Palestina aumentou. Esta emigração foi acelerada pela Crise Econômica de 1929, que acirrou entre os europeus o ódio aos judeus.

A reação palestina às novas mudanças, especialmente demográficas, do país, levaram à eleição de *Hajj* Amin al-Husseini para o posto de *Grã-Mufti* (líder espiritual islâmico) de

Jerusalém, em 1921, num processo eleitoral conduzido pelo Alto-Comissário britânico Herbert Samuel. Husseini dirigiria uma campanha armada anti-sionista, atacando indiscriminadamente os judeus. Os sionistas, porém, foram os primeiros a fundarem uma milícia, ainda em 1909, sob governo otomano, a *Hashomer*, no decorrer da Segunda *Aliyá* (1905), com forte presença de judeus russos, que fugiam das perseguições *czaristas*, após a derrota da Revolução Russa de 1905. Isto indicava que os sionistas já se preparavam para os confrontos com os árabes.

Entretanto, a expulsão dos trabalhadores palestinos das terras compradas pelos sionistas aos proprietários árabes absenteístas só fez acirrar ainda mais o ódio entre árabes e judeus. A venda de terras era impulsionada pelas altas taxas de impostos cobradas pelo mandato. É preciso ressaltar, no entanto, que nas terras compradas pelos judeus não era permitida a presença de trabalhadores árabes, estes deveriam ser substituídos pelos judeus. Além disto, o KKL proibía a venda das terras adquiridas a não judeus. A tensão inter-comunitária era crescente. Antes mesmo do fim da I GM, os palestinos fundaram clubes cristãos-muçulmanos como uma resposta à Declaração de Balfour em favor do ‘lar nacional judeu’. Ainda em dezembro de 1920, realizava-se um Terceiro Congresso Palestino (pois os palestinos consideravam uma continuação dos dois primeiros congressos árabes), ao mesmo tempo em que era formado o grupo armado *Haganah* (defesa em hebraico), que se converteria na vértebra do futuro exército de Israel⁶². Ambos os nacionalismos buscavam confrontar, com isto, o mandato imposto pelos europeus.

Promovendo uma política ambígua, tentando agradar tanto os árabes quanto os judeus, o mandato britânico tentou fortalecer o líder palestino *Hajj Amin al-Husseini* através da criação do Supremo Conselho Muçulmano, em janeiro de 1922, cujas finanças não eram fiscalizadas pelo mandato britânico. Além disto, os ingleses emitiram, no mesmo ano, o Livro Branco, cujo objetivo era limitar a imigração judia. Porém, o documento emitido pelos britânicos também oficializava a separação entre a Transjordânia e a Palestina mandatária. Isto não queria dizer, contudo, que o mandato britânico ignorava a Declaração de Balfour, pelo contrário, defendia o direito dos judeus constituírem um ‘lar nacional palestino’ na Palestina. Ou seja, em parte da Terra Santa, mas não sobre todo o país. Por este motivo, a Agência Judaica, e não a autoridade mandatária, era quem dominava as questões de imigração e transferência de terras.

⁶² FDI.

A década de 1930 veio a testemunhar o agravamento das tensões e o conflito aberto entre árabes e judeus sionistas. Alguns fatores contribuíram para a degradação das relações entre as duas comunidades: independência formal de outros Estados árabes; a crise econômica mundial, a partir de 1929, que ‘expulsou’ milhares de judeus para fora da Europa; a ascensão do nazismo na Alemanha, que iniciou uma campanha de discriminação aos judeus; o crescimento demográfico da população judia; a migração para as cidades da costa mediterrânea dos trabalhadores rurais e camponeses palestinos expulsos de terras compradas pelos judeus.

A escalada da violência, iniciada na década de 1920, dirigida pelos palestinos contra os judeus, poderia dar a conotação de uma violência anti-judaica, mas, na verdade, a oposição árabe era prioritariamente contra os ingleses e não contra os chamados colonos judeus, como revelava a Comissão Permanente dos Mandatos da Liga das Nações (GATTAZ, 2003: 64). As lideranças nacionalistas árabes entendiam que a Inglaterra era aliada dos judeus e usava o sionismo para promover o imperialismo (GATTAZ, 2003: 66). Não tardaria os palestinos a iniciarem uma campanha armada anti-britânica, em 1933. Esta campanha atingiu o ápice em 1936, quando um verdadeiro levante nacional palestino, desencadeado por uma greve geral, fez eclodir uma guerra de guerrilha contra os ingleses. Os objetivos eram a suspensão da imigração judia, o fim das transferências de terras para os judeus e a eleição popular de uma legislatura (ou seja, a não obediência às leis impostas pelo mandato) (MORRIS, 2001: 130). Os judeus, que somavam cerca de 16% do total da população palestina em 1931, alcançaram a cifra de 28% do total da população do país em 1936 (FARSOUN e ZACHARIA, 1997: 105). O espectro de um ‘Estado judeu’ na Palestina tornava-se uma ameaça concreta aos árabes, que já haviam se organizado no Alto Comitê Árabe (ACA), uma espécie de proto-governo palestino.

O levante popular teve o apoio de todos os setores econômicos palestinos e de todas as classes sociais, das burguesias comerciais dos centros urbanos aos trabalhadores rurais, com maciça adesão das classes médias. As lideranças sionistas entenderam o levante como uma oportunidade para se fortalecerem frente aos palestinos em apoio aos ingleses. Apesar de muitos sionistas se ressentirem do mandato britânico, a união com os árabes contra o imperialismo foi descartada de imediato. Entretanto, o levante popular palestino teve apoio de simpatizantes em diversas partes do mundo árabe que lutaram (ou pelo menos tentaram lutar) ao lado dos palestinos como voluntários. Apesar da aparente unidade árabe, inclusive palestina, as dissensões no seio do movimento nacional palestino eclodiram com virulência durante a revolta. Disputas clânicas intra-palestinas vieram à tona. Estas disputas eram

instrumentalizadas tanto pela potência mandatária, quanto pelas potências regionais (Iraque e Transjordânia), devidamente capitalizadas pelas lideranças sionistas. Assim, o clã Nashashibi, formado por grandes proprietários de terras, se aliou aos interesses hachemitas, que, por sua vez, eram pró-britânicos, provocando uma feroz hostilidade no chefe do ACA, o *Mufti* de Jerusalém, al-Husseini. Os monarcas hachemitas sonhavam, após o fim do Reino Sírio, criar uma federação, sob seu domínio, formada pelo Iraque, Transjordânia e Palestina. Há fortes suspeitas que al-Husseini foi o mandante de um atentado contra Fakhri Nashashibi, em 1937, fazendo o referido clã se retirar do ACA (MORRIS, 2001: 134). Além das disputas clânicas, o que poderíamos chamar de luta de classes também estava presente. Os árabes também foram atingidos pela greve e desejavam que os trabalhadores retornassem aos seus postos. Assim, o ACA resolveu entrar em negociações com os britânicos para pôr fim à greve. Amin al-Husseini apelou para a mediação das monarquias conservadoras árabes, Arábia Saudita (Estado fundado em 1932), os emirados do Iêmen e da Transjordânia e o Reino do Iraque, cujos governos eram clientes da Inglaterra. A resposta destas monarquias aos apelos palestinos foi inabalável: “Nós confiamos nas boas intenções de nossa amiga Grã-Bretanha, que tem declarado que fará justiça” (MORRIS, 2001: 135). Com a greve e revolta dos árabes, os judeus passaram a ocupar os postos de trabalho na administração, principalmente nos serviços públicos e nos estabelecimento comerciais árabes, enquanto as lideranças sionistas ocuparam as posições-chaves na economia palestina, o que levaria à criação do porto de Tel-Aviv em substituição ao tradicional porto de Jaffa, escoadouro árabe de produtos de exportação agrícola (NIGRI, 2005: 100).

Nos primeiros momentos da greve, os ingleses pareciam não ter controle dos ‘distúrbios’, mas enviaram assim mesmo mais de 20 mil homens para esmagar a revolta e decretaram lei marcial. Nos seis primeiros meses do levante, cerca de 2 mil árabes palestinos, 80 judeus e 28 ingleses foram mortos, cerca de 30 mil pessoas ficaram feridas e nenhuma pessoa foi sentenciada a morte pela corte de justiça (MORRIS, 2001). Para tentar aplacar a rebelião, a Inglaterra designou uma comissão, em 1937, para investigar a origem dos ‘distúrbios’, a chamada Comissão Peel, que recomendou a divisão da Palestina em três territórios: um árabe (no centro-sul do país), um judeu (ao norte do país) e um sob o mandato britânico (faixa territorial entre Jaffa e Jerusalém, cortando o país ao meio). Repetia-se, desta forma, a mesma solução imposta aos libaneses durante os conflitos druzo-marunitas de 1837-40, com a implantação do *duplo caimacamiyat* no Monte Líbano: a separação de duas comunidades que viviam entrelaçadas nas cidades. Desnecessário dizer que este tipo de gestão territorial implica naquilo que hoje chamamos de *limpeza étnica*. Por reconhecer este

problema, uma nova comissão, a Woodhead, nomeada em 1938, expressou reservas quanto à viabilidade de uma partição da Palestina.

Em maio de 1939, Londres parecia haver abandonado a defesa do Lar Nacional judeu, buscando a adesão dos árabes para evitar o apoio ao nazismo ao editar um novo Livro Branco, limitando a imigração judia, que seria condicionada pelos árabes, e prometendo a independência de uma Palestina unificada, num prazo de 10 anos, sob um governo bi-nacional (GATTAZ, 2003: 70). Esta mudança de postura dos britânicos conseguiu ser rechaçada tanto pelos árabes quanto pelos judeus. Sem agradar a ambos, os britânicos deram continuidade à repressão aos revoltosos palestinos. Aviões ingleses bombardearam alvos civis indiscriminadamente. O ACA foi banido e suas principais lideranças foram assassinadas ou presas perpetuamente ou expulsas para outros países, decapitando o movimento nacional palestino, que, desorganizado, caminharia para a derrota na guerra contra a fundação do Estado de Israel, em 1947. No total, ao final da guerra em 1939, 5.600 pessoas foram presas, 15 mil ficaram feridas e cerca de 5 mil palestinos foram assassinados pela repressão inglesa, que aumentou seu contingente militar de 2 mil para 24 mil homens (KIMMERLING e MIGDAL, 1998: 123; GATTAZ, 2003: 70). A matança promovida pelos ingleses teve o apoio de grupos armados sionistas como IZL (*Irgun Zvai Leumi*, em hebraico Organização Militar Nacional – OMN) e a *Gang Stern*. A rejeição ao Livro Branco e a derrota no levante popular colocaram os palestinos numa espécie de ‘ponto morto’, onde o movimento nacional ficou sem qualquer iniciativa justo no momento em que os sionistas se fortaleciam, inclusive no aspecto militar.

Em setembro do mesmo ano, eclodia a II GM (1939-45), acirrando ainda mais a oposição entre judeus e árabes, assim como entre árabes e ingleses. Mas os árabes, derrotados pela Inglaterra, perderam a iniciativa do conflito armado, dando vez, ironicamente, para a campanha armada sionista, mais bem organizada e mais letal. Mais uma vez, a guerra de 1936-39 demonstrou que os palestinos estavam isolados no mundo árabe, o que contrariava a retórica dos governantes árabes em favor da causa palestina. As lideranças sionistas, ainda que divididas entre duas correntes, a trabalhista (nacionalista-socialista) e a revisionista (nacionalista-liberal), estavam de acordo que era necessário, por isso mesmo, se aproximarem discretamente dos governantes árabes para aumentarem ainda mais este isolamento dos palestinos. A estratégia sionista daria frutos. A guerra mundial eclodida em setembro de 1939 também teria um importante papel nos confrontos entre árabes, judeus e ingleses.

A II GM foi o mais sangrento conflito da História⁶³, desencadeado por mais uma tentativa da Alemanha em dominar o *Heartland*, de certa forma uma continuidade da I GM, contestando, assim, o poder naval britânico, já em decadência. Duas coalizões foram formadas: os Aliados, com as participações da URSS e da Inglaterra, mais tarde acrescida pelos EUA, China e França, sendo este último um aliado ambíguo; e o Eixo, uma aliança formada pela Alemanha, governada pelos nazistas, Japão, sob uma monarquia controlada pelos militares, Itália, sob o governo fascista, e a França, sob o governo constitucional de Vichy, considerado como ‘colaboracionista’. No que se refere ao OM, Hitler, líder austríaco dos nazistas alemães, buscava em sua guerra em sua frente oriental contra a URSS alcançar os poços de petróleo dos países do entorno do Golfo Árabe-Pérsico para, com isto, impulsionar as indústrias alemães. Com o mesmo objetivo, as tropas alemães nazistas, sob o comando do marechal Rommel, buscavam alcançar os mesmos poços pela rota do norte da África, combatendo as tropas inglesas e, mais tarde, as norte-americanas, fazendo uma estratégia de ‘pinça’. Desta forma, não foi difícil para asiáticos e africanos verem as tropas de Hitler, que massacravam milhões de europeus brancos em seus campos de extermínio, como ‘libertadoras’⁶⁴. Entre árabes e até mesmo entre os judeus, a simpatia pelas forças nazistas e fascistas não foi diferente. Ambas as comunidades percebiam a Inglaterra e a França, que os oprimiam com violência, como os verdadeiros opressores, percepção que existia muito antes da implementação dos mandatos.

Neste contexto, não se pode estranhar a aproximação do *Mufti* de Jerusalém Amin al-Husseini com o regime nazista, assim como a de lideranças sionistas com nazistas e fascistas.

⁶³ A II GM deixou um saldo de mais de 50 milhões de mortos e devastação em três grandes continentes (Ásia, Europa e África), sendo a primeira guerra nuclear da História. A lógica binária reducionista e simplista, tipicamente ocidental, veiculada pela mídia e com grande aceitação na academia, nos faz acreditar que a II GM foi um conflito onde ‘mocinhos’ que defendiam a democracia e a liberdade, os EUA e Inglaterra (a importância decisiva das ditaduras da URSS e da China é minimizada ao máximo) combateram regimes tirânicos e racistas, o Eixo Alemanha nazista – Itália fascista – Japão monárquico militarista. Por terem sido derrotados, todas as atrocidades do Eixo são amplamente divulgadas, enquanto que as atrocidades cometidas pelos aliados são ‘esquecidas’. De fato, não é difícil enumerar os crimes do Eixo. Os *pogroms* (perseguições contra judeus, ciganos, eslavos e esquerdistas) de Hitler e de seus seguidores, os campos de concentração e as câmaras de extermínio falam por si só. Mas pouco são lembrados o Massacre de Katyn de 22 mil oficiais poloneses pelo serviço secreto soviético, em 1940, os campos de concentração de japoneses nos EUA, os bombardeios indiscriminados dos aliados a civis na Alemanha, no Japão e nos demais países no Oceano Pacífico, que culminaram no lançamento, pelos norte-americanos, das bombas atômicas sobre as cidades cristãs católico-romanas japonesas de Hiroshima e Nagasaki em 1945. A história objetiva da II GM ainda está para ser escrita.

⁶⁴ A simpatia por Hitler, seu governo e seus aliados foi mundial, haja visto o fato de que grande parte da humanidade era ferozmente oprimida pelas potências que o líder nazista combatia, a Inglaterra e a França, embora esta última fosse ocupada pela Alemanha sem grande resistência dos franceses. Além disto, o regime nazista e dos aliados superaram a grande Crise econômica de 1929 com rapidez e eficiência, enquanto os regimes democrático-liberais não reagiram a contento aos efeitos perversos do colapso econômico, o que aumentou ainda mais a popularidade do nacional-socialismo em várias partes do mundo, da América Latina ao Leste Asiático, da Patagônia à Indonésia, para não falarmos da Europa.

Estes últimos não precisaram ir tão longe quanto o líder palestino, bastava uma viagem até Beirute, que estava sob o mandato da França, sob o regime democrático, constitucional e pró-nazista de Vichy. Mas os contatos de al-Husseini com líderes nazistas na Alemanha, que recebem muita atenção dos historiadores que tentam pejorativamente identificar um ódio ‘anti-semita’ como causa comum entre árabes e nazistas, redundaram em fracasso. Al-Husseini não comandou exército nazista algum, apesar de ser acusado de receber a incumbência de organizar uma força terrestre muçulmana pró-Eixo na Bósnia, o que jamais foi comprovado⁶⁵. Além disto, o que houve, na verdade, foi uma antipatia mútua entre Hitler e Husseini, que não obteve apoio necessário na luta contra os ingleses em favor da independência da Palestina, o objetivo principal de sua missão no exterior.

A aproximação entre nacionalistas árabes e nazistas teve implicações geopolíticas mais sérias no próprio OM. Em 1941, no Iraque, detentor de uma das maiores reservas de petróleo do mundo, um coronel da força aérea, Rashid al-Kaylani, tentou depor (com o apoio do *Mufti* al-Husseini) a monarquia hachemita autocrática pró-britânica. O golpe só fracassou pela intervenção das tropas britânicas. Esta tentativa de golpe comprova que a aliança entre nacionalistas árabes e alemães decorria da luta contra a opressão franco-britânica sobre o mundo árabe e não por ódio aos judeus (o que vulgarmente chamam de ‘anti-semitismo’), como certa historiografia tenta implicitamente sugerir.

A aproximação entre sionistas e nazistas durante a II GM é um tema muito pouco estudado nos meios acadêmicos. Portanto, somos obrigados a recorrer a fontes secundárias, uma vez que os historiadores, perdidos entre preconceitos, racismo e cabedais, preferem ignorar e se acomodar. De acordo com o historiador israelense Lenni Brenner na sua obra *Zionism in the Age of Dictators*⁶⁶, em 11 de novembro de 1941 Avraham Stern, líder da milícia sionista IZL (OMN), da qual participara o militante israelense Yitzhak Shamir (ex-*premier* intermitente no período 1983-92), propôs um pacto com o *III Reich*⁶⁷, proposta

⁶⁵ Sobre o mito da aliança entre al-Husseini e Hitler, ver o blog Angry Arab, do cientista político da Universidade da Califórnia Asa'd Abukhalil. Disponível em: <<http://www.angryarab.blogspot.com>>

⁶⁶ Ver, BRENNER, Lenni. *Zionism in the Age of the Dictators*: a reappraisal. Disponível em: <<http://www.marxists.de/middleeast/brenner/index.htm>> . Acesso em: 25/06/2011. BRENNER, Lenni. *The iron wall*. London: 1984, pp. 195-97. Disponível em: <<http://www.marxists.de/middleeast/brenner/irgunazi.htm>> Acesso em: 25/06/2011. Ver também o original em YISRAELI, David. *The Palestine Problem in German Politics, 1889-1945*. Ramat Gan, Israel: Bar Ilan University, 1974. Disponível em: <<http://www.marxists.de/middleeast/ironwall/irgunazi.htm>> . Acesso em: 25/06/2011.

⁶⁷ Terceiro (III) Reich era uma das designações do governo alemão do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP, sigla em alemão), vulgarmente conhecido como Partido Nazista, chefiado por Adolf Hitler, que dirigiu ditatorialmente o país de 1933 a 1945, levando a Alemanha à II GM. De acordo com uma certa mitologia nazista, o III Reich sucedia o II Reich (o Império Alemão bismarckiano) e o I Reich (o Santo Império Romano-Germânico).

conhecida como Documento de Ancara, pelo fato de ter sido descoberto na embaixada alemã na Turquia. Diz, Stern:

A evacuação das massas judias da Europa é pré-condição para resolver a questão judaica: mas esta somente pode ser possível e completa mediante o assentamento dessas massas na terra natal do povo judeu, a Palestina, e mediante o estabelecimento de um Estado judeu em suas fronteiras históricas (...)

A OMN [IZL], que reconhece bastante bem a boa vontade do governo alemão e suas autoridades para com a atividade sionista na Alemanha e em relação aos planos de emigração sionista, opina que:

1. Pode haver interesses em comum entre uma Nova Ordem na Europa, segundo a concepção alemã, e as autênticas aspirações nacionais do povo judeu, personificadas pela OMN.
2. Seria possível a cooperação entre a nova Alemanha e uma renovada nação do povo Hebraico Nacional, e
3. O estabelecimento de um Estado judeu histórico, sobre bases nacionais e totalitárias, unido por uma aliança com o Reich Alemão, seria do interesse para um continuado e fortalecido futuro da posição de poder alemão no Oriente Próximo. A partir destas considerações, a OMN [IZL] na Palestina, sob condição de que as aspirações nacionais do movimento de libertação israelense mencionadas acima sejam reconhecidas pelo Reich Alemão, se oferece a participar ativamente na guerra no lado da Alemanha (IZL [1941] apud SCHOENMAN, 2008: 115).

O documento, que não foi caso isolado e nem desarticulado dentro do sionismo, data de 1941, ano do início de um programa chamado *solução final* do III Reich alemão, uma campanha de extermínio dirigida contra os que eram considerados inimigos do regime nazista: judeus, nacionalistas anti-nazistas, comunistas, liberais, socialistas, ciganos e eslavos, especialmente russos e poloneses. Ao contrário do vulgarmente divulgado pela mídia, os judeus nunca foram as únicas vítimas do nazismo. Milhares de alemães, por razões ideológicas, também foram exterminados, assim como milhões de russos e poloneses, que certamente superaram a cifra de judeus assassinados por ordem de Hitler durante a ocupação do Leste Europeu. É preciso lembrar, no entanto, que, naquele momento, as lideranças sionistas na Palestina, mesmo tendo ciência do que ocorria nos campos de concentração e de extermínio nazistas, jamais centraram sua luta na libertação dos judeus perseguidos por Hitler, cujos intentos genocidas eram mais que conhecidos. Pelo contrário, acirraram ainda mais a guerra contra os árabes palestinos, cujos intentos eram apenas o de constituir um Estado independente palestino pluriconfessional.

É claro que o mandato britânico, contestado pelo levante palestino de 1936-39 e pela II GM, suscitou entre alguns árabes e judeus, especialmente entre os trabalhadores, a possibilidade de unirem forças contra os britânicos e obterem assim a independência de uma Palestina bi-nacional, mas estes grupos foram minoritários e sofreram fortes pressões (para não dizer ameaças) de seus respectivos movimentos nacionais em sentido oposto (PAPPÉ, 2007: 145-52). Existiu, no entanto, um terceiro grupo de sionistas (chamemos de

‘pragmáticos’) os quais perceberam, com muita astúcia, o surgimento de uma nova potência militar e econômica, com a qual podiam contar na luta pela fundação de um Estado judeu, pelo fato de estar distante geograficamente da Palestina e por também desejar o fim do imperialismo britânico, contrário aos interesses desta novata potência militar e econômica, os EUA.

Os *pogroms* promovidos pelo III Reich alemão aumentaram muito a imigração judia ilegal para a Palestina, mas, por restrições impostas pelos ingleses, muitos barcos, repletos de refugiados judeus, foram reenviados de volta para a morte certa na Alemanha ou eram simplesmente torpedeados e afundados por ordens da Inglaterra (LACQUER, 1988: 402-3). Nenhum esforço por parte das forças aliadas para impedir o funcionamento da máquina de extermínio nazista foi feito, tal como explodir as linhas férreas que traziam milhares de pessoas para os campos da morte. Nem mesmo um ataque direto a estes campos foi sequer considerado pelos estrategistas dos EUA, Inglaterra e, muito menos, da URSS. A despeito desta indiferença dos Aliados sobre a sorte das vítimas do Holocausto, judeus, eslavos, ciganos e alemães, as principais lideranças sionistas entenderam a necessidade prática de se aliarem aos ingleses, pois não podiam permitir que os nazistas conquistassem o mundo árabe e, por isso, deveriam lutar contra as forças do III Reich na Europa. David Ben-Gurion resolveu este dilema com a famosa frase: “lutaremos ao lado dos ingleses contra os alemães como se o Livro Branco não existisse e lutaremos contra o Livro Branco como se a guerra contra a Alemanha não existisse” (PAPPÉ, 2007: 154). Não foram apenas os judeus sionistas que serviram nas forças aliadas; mais de 7 mil palestinos também lutaram ao lado dos britânicos no Norte da África contra os alemães em 1943 (PAPPÉ, 2007), mas isto seria oportunamente esquecido pelos aliados (e sionistas), que passaram a considerar os palestinos como ‘pró-nazistas’, em decorrência da fracassada aliança entre o *Mufti* al-Husseini e o III Reich.

Ao mesmo tempo, os sionistas tentavam ganhar as simpatias dos EUA para a sua causa. Este foi o caso da Conferência de Biltmore (nome do hotel que hospedou o evento na cidade de Nova York), em 1942. Nela, foi anunciado um novo programa sionista a favor da liberação total da imigração judia para a Palestina, da liberdade de compra de terras desabitadas e da necessidade de se constituir na Terra Santa uma *commonwealth* judia. O programa angariou apoios importantes entre os congressistas americanos e do próprio presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, além do apoio que recebeu de setores expressivos das comunidades judias americanas. Mas com os ingleses as relações se tornaram cada vez mais tensas e fora de controle, especialmente após o fim da II GM. Apesar de ter vencido as

potências do Eixo, junto com os EUA e a URSS, a Inglaterra saiu do conflito com graves problemas econômicos e financeiros e não tinha mais como sustentar o aparato imperial. As lideranças sionistas pressionavam pelo fim do Livro Branco e já se organizavam política e militarmente para uma guerra contra árabes e ingleses, que era vista cada vez mais como iminente.

A campanha armada dos sionistas, especialmente as empreendidas pelos para-militares *Gang Stern* e IZL, teve início ainda durante a II GM, como foi o caso do assassinato de *Lord Moyne*, ministro britânico, no Egito, em 1944 (FARSAOUN e ZACHARIA, 1997: 110). No ano seguinte, em agosto, a Inglaterra recusou a entrada de mais de 100 mil imigrantes judeus, sobreviventes dos *pogroms* nazistas. A recusa foi um dos motivos para a eclosão da Revolta Sionista em larga escala, com a participação de inúmeros grupos para-militares sionistas como o IZL, *Haganah* e a *Gang Stern*. O ato mais letal e conhecido desta guerra, onde os ingleses pareciam acuados, foi a explosão do Hotel King David, em Jerusalém, no ano de 1946. Neste ataque, considerado terrorista pelos ingleses, mais de 91 pessoas foram assassinadas, entre ingleses, palestinos e judeus. A Inglaterra acusou a *Gang Stern* de ser autora do atentado. A ‘moderação’ da repressão inglesa a este levante sionista contrastava com o da Revolta Palestina de 1936-39. Neste último, as forças repressivas promoveram um banho de sangue ao assassinar milhares de palestinos, além de prender e deportar outras milhares de pessoas. Contra os sionistas, as tropas do Mandato assassinaram menos de uma centena de judeus, enquanto as baixas somaram 169 soldados britânicos. Isto era decorrente não apenas da melhor organização e preparo da guerrilha sionista, mas, também, das crises que a Grã-Bretanha enfrentava: internamente, a exaustão econômica, após 20 anos de guerras; e externamente na campanha pela independência da Índia, a ‘jóia da Coroa imperial’. Havia mais tropas inglesas na Palestina do que na Índia, para onde Londres decidiu dar maior prioridade.

A incapacidade de a Inglaterra administrar a crise eclodida na Palestina era gritante. Os ingleses colhiam os frutos de sua permanente ambiguidade e violência contra os povos que viviam na Palestina. Em 1946, a Comissão Anglo-Americana na Palestina propôs a continuação do mandato inglês, que foi prontamente rejeitado por árabes e judeus, no início do ano seguinte. Com a independência da Índia (1947), o OM perdia a importância geoestratégica de outrora para o britânicos; assim, decidiram repassar para a recém-criada ONU (Organização das Nações Unidas) a solução para a chamada *Questão Palestina* – o problema se internacionalizava. Neste momento, os judeus somavam cerca de 31% (589.341

peçoas) da população total da Palestina, que alcançava a cifra de 1.908.775 (MASSOULIÉ, 1996: 64). Porém, o cenário geopolítico mundial já não era o mesmo.

O término da II GM resultou na vitória incontestada de duas grandes potências, os dois gigantes do Norte, a URSS (União Soviética) e os EUA, o que levaria à mudança de percepção dos problemas do OM. O saldo de milhões de judeus exterminados nos campos de extermínio nazistas (o Holocausto⁶⁸) chocou profundamente a opinião pública mundial, levando-a simpatizar com a causa sionista na Palestina, mas estas considerações humanitárias sempre tiveram pouco peso diante das imposições geopolíticas das potências vencedoras, a ‘baleia norte-americana’ e o ‘urso soviético’. O cenário pós-II GM não era o de cooperação, mas, sim, o de confronto, mais ideológico que bélico, a Guerra Fria pela hegemonia mundial, que opunha os EUA, defensores do capitalismo e do liberalismo, à URSS, engajada na luta contra o ‘imperialismo’ e a favor de uma revolução proletária mundial. A nova geopolítica internacional interferiu na geopolítica do OM, cujas reservas de petróleo foram alvos da cobiça das duas coalizões bélicas no sangrento conflito de 1939-45. Foram estas considerações que fizeram os EUA apoiar as demandas sionistas por um Estado judeu. Os políticos americanos tinham a seu favor a defesa da causa humanitária das vítimas do Holocausto e esperavam, em troca deste gesto, o apoio do novo ‘Estado judeu’ aos interesses dos EUA naquela estratégica região. Dos soviéticos, os sionistas receberiam armas vitais para a vitória sobre os árabes e para o alinhamento ao bloco pró-ocidental (NIGRI, 2005: 104). Estes fatores foram decisivos na internacionalização da Questão Palestina, já repassada para a recém-criada ONU.

Ao receber o problema palestino, a ONU formou uma comissão *ad hoc*, a *United Nations Special Committee on Palestine* (UNSCOP) em abril de 1947. Seus membros foram enviados para a Palestina em junho e testemunharam o bombardeio inglês ao navio de refugiados judeus Exodus, que foi devolvido à Alemanha, já ocupada pelas potências aliadas. Em 31 de agosto, o relatório final da UNSCOP recomendou a partilha da Palestina em três territórios: um Estado judeu com 56,5% da superfície total do país, com uma população de 498.000 judeus e uma ‘minoridade’ de 407.000 palestinos, além de 90.000 beduínos (que são etnicamente árabes); um Estado árabe palestino com 43% desta superfície, habitado por

⁶⁸ O Holocausto nazista não foi o primeiro genocídio da Era Contemporânea, pois já havia sido precedido pelo genocídio filipino, provocado pela invasão e ocupação militar americana das Filipinas, entre 1898 e 1902, causando a morte de cerca de 1 milhão de filipinos. Ver GUILLERMO, Emil (February 8, 2004). A first taste of empire. **Milwaukee Journal Sentinel**. Disponível em : 03J, <http://news.google.com/newspapers?nid=1683&dat=20040208&id=gbIaAAAAIbAJ&sjid=GEUEAAAAIbAJ&pg=5222,6070988>. Acesso em: 21/06/2011. Com este extermínio, os EUA asseguraram uma ocupação militar no país asiático até os dias atuais. Além deste, o genocídio armênio perpetrado pelos turcos e curdos, durante a I GM, resultou no extermínio de cerca de 1,5 milhão de armênios.

10.000 judeus e 725.000 árabes; e um enclave internacional para Jerusalém, habitado por 100.000 judeus e 105.000 árabes (SANBAR, 1994: 48-51).

Tabela 5 – Proposta da divisão / balcanização da Palestina

	Territ. Judeu	Territ. Árabe	Jerusalém	Palestina
Área (km ²)	15.260	11.614	135	27.009
População Árabe	497.000	725.000	105.000	1.327.000
População Judia	498.000	10.000	100.000	608.000
População Total	995.000	735.000	205.000	1.935.000
Porcent. Palestina	56,5%	43,0%	0,5%	100,0%
Densid. Demogr. (pop./km ²)	65	63	1519	72
Árabes/Palestina	49,9%	98,6%	51,2%	68,6%
Judeus/Palestina	50,1%	1,4%	48,8%	31,4%

Fonte: Assembléia-Geral - ONU - Relatório da UNSCOP - 3 de outubro de 1947 - Suplemento 11 - vol. 1, 1947 (Adaptação nossa).

Com as recomendações da UNSCOP, as lideranças sionistas, especialmente Ben-Gurion e Chaim Weizman, perceberam a possibilidade concreta da fundação do Estado judeu. Os sionistas entendiam, no entanto, que deveriam se preparar para a guerra contra os árabes. Entretanto, já devidamente inseridos na sociedade palestina, as lideranças sionistas compreenderam ainda que os árabes estavam longe de ser unidos, era preciso, portanto, angariar discretamente o apoio dos governos árabes conservadores, cujos interesses eram muito diferentes dos palestinos. Jogar com as rivalidades intra-árabes era uma necessidade *sine qua non* para uma vitória contra os palestinos. Afinal, os sionistas perceberam o isolamento que a Revolta Palestina de 1936-39 recebeu dentro do mundo árabe, principalmente das monarquias conservadoras árabes pró-ocidentais, mas uma questão permaneceu para as lideranças sionistas: como fundar um ‘Estado judeu’ com metade de sua população árabe? Veremos adiante que estes líderes sionistas encontrariam uma ‘solução’ para este ‘problema’.

No que se refere aos palestinos sobre as recomendações da UNSCOP, a resposta foi negativa e de certa forma desoladora. De acordo com o historiador Inacio Nigri (2005: 103), os palestinos, “não refeitos da derrota de 1936-39, desgastados e em parte desfalcados de suas lideranças exiladas [e assassinadas] e sem esperar da Grã-Bretanha qualquer retorno efetivo dos embates com o sionismo, eles vêm crescer os particularismos locais que reduzem ainda mais o movimento nacional à sua passividade”. Situação contrastante com o movimento sionista, que, por meio de impostos e alistamento nas milícias, acirrou o controle sobre sua sociedade, exortando o sentimento de uma luta de vida ou morte numa guerra contra todo o

mundo árabe. Os líderes sionistas também foram mais hábeis politicamente, pois sabiam que o apoio regional seria mais decisivo que o internacional. O mais importante foi a conquista deste apoio entre os próprios árabes. Assim, em 17 de novembro de 1947, duas semanas antes da votação do plano de Partilha da Palestina na ONU, a Agência Judaica, por intermédio de sua representante, Golda Meir, encetou negociações secretas com o emir Abdullah al-Hachemi da Transjordânia. Nesta negociação, ficou acertado um acordo em que a Transjordânia se apoderaria da Cisjordânia (*West Bank*, em inglês *Margem Ocidental* [do rio Jordão]) e, em troca, reconheceria a fundação do Estado de Israel. A importância deste acordo⁶⁹ transcende o fato do emirado ser a mais poderosa potência militar do mundo árabe naquele momento, ele marca um ponto alto da antiga aliança entre os Hachemitas e os sionistas, iniciada em 1919, nos acordos entre Faysal, Weizman e Frankfurter, cujo ápice foi a assinatura do Tratado de Paz entre Jordânia e Israel, em 1994. Além disto, nos denota uma tentativa de aproximação da Inglaterra com os sionistas, cujas relações foram abaladas pela eclosão da II GM, a luta contra o nazismo e a necessária aliança com os árabes. Os britânicos financiavam, armavam e comandavam o poderoso exército transjordaniano, a Legião Árabe, na pessoa de *Sir John Bagot Glubb Paxá*. De qualquer forma, o acordo foi suficientemente vago para que ninguém estivesse comprometido com ele. Desta forma, a verdadeira Partilha da Palestina estava sendo decidida muito longe da ONU, onde a retórica poucas vezes assumia a forma de ações. Assim, se fazia letra morta o que se decidia em Nova Iorque e o caminho para a guerra total estava assegurado.

Em 29 de novembro de 1947, a Assembléia-Geral (AGONU) da ONU, presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, aprovava a resolução 181 em favor da Partilha da Palestina em três territórios: um Estado judeu, com 56% da superfície total do país (15.125 km²); um Estado árabe, correspondendo a 43% do território (11.614 km²); e a zona-enclave Belém-Jerusalém, com apenas 1% da superfície (270 km²), estando sob administração internacional. A população da Palestina, no final de 1946, somava cerca de 1.845.912 pessoas, sendo 1.076.783 árabes muçulmanos, 145.063 árabes cristãos, 608.225 judeus e 15.841 pessoas de outras denominações (UNSCOP, 1947). A grande maioria destas populações estava mesclada

⁶⁹ Este acordo foi de grande importância geopolítica e é geralmente ignorado pelos livros de História, não apenas nas escolas, mas até mesmo nos meios acadêmicos, felizmente um historiador israelense da nova historiografia, Avi Shlaim, ‘exilado’ em Londres, resgatou este episódio do esquecimento no livro *Collusion across the Jordan: king Abdullah, The Zionist Movement, and the Partition of Palestine*, publicado em 1988 pela Universidade de Columbia e jamais reeditado. Uma das revelações do livro é o fato do emir da Transjordânia, Abdullah, ter cobrado dinheiro (£P 40.000) de um emissário da Agência Judaica, Elias Sasson, pelo conluio com os sionistas. Quando Sasson reclamou da alta quantia exigida, o emir Abdullah respondeu: “one who wants to get drunk should not count the glasses” (“quem quer ficar bêbado não deve contar os copos”), “significando que quem quer um Estado deve fazer os investimentos necessários” (SHLAIM, 1988: 78, tradução livre nossa).

havia séculos e até mesmo milênios, exceto os imigrantes judeus europeus (*ashkenazitas*). O resultado da votação teve 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções. Entre os países favoráveis à divisão étnico-confessional da Palestina destacam-se países de populações multi-étnicas como os EUA, Brasil e URSS ou bi-nacionais como a Tchecoslováquia (partilhada em 1993). Entre os votos contrários, destacam-se, além de todos os países árabes independentes⁷⁰, a Índia e o Paquistão. A Índia se ressentia da então recente separação do Paquistão, Estado constituído exclusivamente sob uma base confessional de caráter islâmico, sob influência britânica, e ser favorável à divisão em base étnico-confessional da Palestina era não apenas legitimar internacionalmente o novo Estado islâmico surgido da divisão de seu próprio território, mas também alimentar outras tentativas de separatismo interno, por isso o voto contrário na ONU e a antipatia mal-disfarçada ao movimento sionista. O novo governo de Islamabad, por sua vez, votou contrariamente à balcanização da Palestina (embora ele próprio fosse resultado deste processo) por solidariedade aos árabes, que eram majoritariamente muçulmanos. Tanto a fundação do Estado islâmico do Paquistão quanto a do Estado de Israel, legitimada pela AGONU de 29 de novembro de 1947, tiveram influência das potências europeias (URSS, França e Inglaterra, esta última apenas conjunturalmente contrária à partilha da Palestina) e da nova potência emergente das Américas, os EUA. A balcanização, até então considerada uma ‘solução’ tipicamente europeia, ganhava legitimidade internacional. Tal como ocorrera com a formação do duplo *caimacamyiat* nas Montanhas do Líbano, sob influência anglo-austriaca-católica-romana, um século antes, a divisão de um território onde as populações de diversas origens conviviam mescladas só resultaria numa explosão de violência: limpeza étnica e massacres. Sendo assim, não podemos isentar a ONU da responsabilidade do sangue derramado até os dias atuais na Terra Santa. A notícia do resultado da votação foi o sinal para a guerra civil há muito planejada pelos líderes sionistas, isto porque os árabes continuavam sendo a maioria dos habitantes da Palestina (cerca de 67% do total), o que comprometeria a identidade judaica do novo Estado destinado aos judeus.

⁷⁰ Todos os países árabes votaram contra a resolução 181 na AGONU: Líbano, Síria, Iraque, Arábia Saudita, Iêmen, Egito e até mesmo a Transjordânia. A estes se juntaram os países muçulmanos como o Irã, Afeganistão, Paquistão e Turquia. Este resultado passava a impressão de que árabes e muçulmanos estavam unidos contra a partilha da Palestina. Esta impressão também foi reforçada pela reunião da Liga Árabe (fundada pelos ingleses durante a II GM nos esforços anti-nazistas no OM), em 17 de dezembro de 1947, que declarou que se oporia à implementação da referida resolução usando até mesmo a força, se necessário (LEWIS, 1996: 320). Na verdade, as dissensões inter-árabes eclodiram quando o emir da Transjordânia, cujo país liderava a Liga, propôs um plano de auxílio às forças palestinas na luta já em curso naquele momento contra os sionistas. Arábia Saudita, Síria e Egito passaram a desconfiar das intenções do monarca transjordano, percebendo nelas a corporificação das geoestratégias expansionistas para a construção de uma Grande Síria hachemita. Foi nestas lideranças que os palestinos, mal refeitos do massacre da Revolta de 1936-39, depositaram suas esperanças para a libertação da Palestina, com os resultados conhecidos.

Muito se fala da ação dos *lobbys* árabe e judeu, estes último com mais ênfase, nos trabalhos acadêmicos, na AGONU, contra ou a favor da resolução 181. De fato, estes instrumentos de pressão tiveram um importante papel. Também se comenta, em inúmeros trabalhos, o papel desempenhado pelas potências (Inglaterra e França) e superpotências (EUA e URSS) na referida votação, elemento que jamais poderá ser subestimado ou, muito menos, ignorado. Porém, em nossa análise da bibliografia pesquisada em inúmeros autores árabes e israelenses, em testemunhos orais (como as do pai do autor da presente pesquisa, por exemplo) e também em documentos, principalmente; observamos e constatamos que a força decisiva para a sorte dos judeus e palestinos naquele confronto não estava em Nova Iorque, Washington D.C., Londres, Paris, Moscou ou muito menos no Rio de Janeiro, uma das capitais de quem o embaixador brasileiro Oswaldo Aranha recebia ordens (a outra, como sabido, era a dos EUA), ela estava na própria Palestina e nos países árabes. Concordamos, neste aspecto, com as análises esclarecedoras de Inacio Nigri (2005: 102):

Num mundo agora bi-polarizado pela Guerra Fria, as forças árabe-judias-palestinas são distintamente dotadas de seu motu-próprio e revelam, portanto, um grau de autonomia que os poderes hegemônicos emergentes são obrigados a considerar, até mesmo em função do direcionamento que eles imprimem às suas políticas e interesses de dominação. O impacto do sionismo no seio do mundo árabe em geral, e particularmente na sociedade palestina, independeu do poderio assumido pela emergente comunidade judia norte-americana e do seu representativo e correspondente poder norte-americano (os soviéticos não extrapolam a regra). Foi tão determinante o percurso assumido pelos Estados árabes – criados antes do Estado hebreu – nas tentativas de controlar geograficamente e politicamente o movimento nacional palestino, quanto o do processo da *Nakba*, concretizado, em última instância, pelas forças militares do movimento sionista propriamente referido. O arbítrio das Nações (ditas) Unidas cumpre aí o papel sacramentador da vitória sionista e institucionalizador da derrota palestina. Resulta, no passar dos anos, a complementaridade do processo repressivo dos países árabes com o Estado de Israel sobre a nação palestina.

A guerra de 1947-49 entre os sionistas e os árabes não foi uma luta de David (os judeus) contra Golias (os árabes) como uma certa historiografia supostamente simpática aos sionistas insiste em afirmar, e muito menos foi uma guerra iniciada pelos árabes. Estes mitos e lendas também foram reforçados pelos próprios governantes árabes em decorrência da retórica virulenta contra os sionistas usada para arregimentar o apoio popular, uma vez que eram, em sua grande maioria, autocratas e altamente impopulares. Vejamos alguns exemplos desta historiografia.

Segundo o geógrafo Yves Lacoste (2006: 426):

Antes do fim oficial do mandato britânico sobre a Palestina, os exércitos sírios, libaneses, iraquianos e egípcios lançaram-se ao assalto dos *kibbutz*⁷¹ e de algumas posições fortificadas israelitas, que tinham dificuldades em se defender. *A desproporção de efectivos e de equipamentos era tal que a derrota dos Israelitas parecia inevitável.* (grifos nossos).

Segundo o historiador Bernard Lewis (1996: 320-21):

Contra tantas desvantagens, parecia haver pouca chance de sobrevivência do novo Estado [de Israel]. (...) A guerra de 1948-9 foi a primeira de uma série travada entre Israel e os vizinhos árabes, às vezes juntos, às vezes separados. (...) *As guerras de 1948 e 1973 foram inegavelmente iniciadas por decisão dos governos árabes:* as de 1956 e 1982, por Israel. (...) (grifos nossos).

Segundo o sociólogo Demétrio Magnoli (2001: 198):

Em julho de 1948, um dia depois da evacuação das tropas inglesas e da proclamação do Estado de Israel, *as forças combinadas do Egito, do Iraque, da Transjordânia, do Líbano e da Síria atacaram Israel.* (grifos nossos).

Os historiadores israelenses da nova historiografia chamada de *revisionista*, Avi Shlaim (1988; 2004; 2007), Benny Morris (2001; 2006) e Ilan Pappé (2007; 2008), acrescentando o brasileiro Inacio Nigri (2005) e o palestino Nur Masalha (2002; 2008), após exaustivas pesquisas nos arquivos das organizações sionistas (armadas ou não), do exército e da diplomacia israelenses, eles desfazem os seguintes mitos: i) os árabes iniciaram a guerra; ii) os combatentes sionistas eram inferiores numericamente e, que, portanto, a guerra foi uma luta entre Davi (Israel) e Golias (todos os países árabes); iii) os árabes estavam unidos para exterminar os judeus, jogando-os ao mar; iv) os palestinos abandonaram, por livre e espontânea vontade, a Palestina.

- i) As lideranças sionistas planejaram suas ações militares muito antes da votação da resolução 181 na AGONU, em 1947, pois estavam preocupados não apenas com conquistas territoriais, mas, sobretudo, com a população árabe dentro do futuro Estado judeu. Além disso, a guerra de 1947-49 teve duas fases: a primeira, a guerra civil propriamente dita, com os combates entre as comunidades árabe palestina e judia, entre fins de novembro de 1947 até 14 de maio de 1948, com o fim do mandato britânico; a segunda fase começou com a declaração de ‘independência’ de Israel, em 14 de maio de 1948, e a entrada dos exércitos dos países árabes, no dia seguinte, iniciando a guerra convencional entre os exércitos israelense e o dos países árabes, durando até o término da assinatura dos armistícios em 26 de julho de 1949.

⁷¹ *Kibbutz* é uma fazenda coletiva criada pela colonização sionista, de orientação esquerdista, na Palestina dentro de um modelo socialista.

- ii) As forças militares sionistas jamais foram inferiores numericamente a todas as forças árabes unidas, mesmo após a intervenção dos exércitos regulares árabes, em maio de 1948. Portanto, a vitória israelense sobre os árabes não foi fruto da bravura sobre-humana dos soldados israelenses, mas, sim, por também refletir a supremacia numérica (esmagadora) das forças sionistas. No início dos combates, de acordo com Benny Morris (2001: 193), ainda em fins de 1947, somente o grupo paramilitar sionista *Haganah* (defesa em hebraico) somava 35 mil homens, enquanto os sionistas do IZL (OMN) somavam mais de 2 mil homens armados e os do LHI, 5 mil paramilitares, totalizando mais de 42 mil milicianos sionistas prontos para a guerra. No final da guerra, em janeiro de 1949, o exército de Israel já ultrapassava largamente a marca dos 100 mil homens (numa população de pouco mais de 600 mil pessoas)⁷², superando todas as forças árabes em combate contra ele. Em contraste, as forças árabes e palestinas, regulares e irregulares, unidas somavam, em maio de 1948, não mais que 28 mil homens, enquanto os militares israelenses alcançavam a cifra de 65 mil soldados em julho do mesmo ano, de modo que, ao final do conflito, no início de 1949, a proporção de soldados e paramilitares árabes em relação ao exército de Israel era de 1 para 2. Como Shlaim (2004: 75) afirma, “o resultado final da guerra não foi um milagre e sim um reflexo do implícito equilíbrio militar árabe-israelense. Nessa, como na maioria das guerras, o lado mais forte [Israel] finalmente prevaleceu”.
- iii) Os palestinos não abandonaram a Palestina por livre e espontânea vontade ou muito menos por atenderem ao pedido dos líderes árabes na expectativa de um retorno triunfal, como afirma a historiografia tradicional, mas, sim, por força das ações (para-)militares judias. A discordância entre Morris e os demais historiadores está no debate sobre a intencionalidade ou não dos líderes sionistas em expulsar os árabes do país. Morris (2001) concluiu que não houve um plano para expulsar os palestinos, a limpeza étnica teria sido resultado das considerações geoestratégicas surgidas durante a guerra, ao contrário dos demais, que afirmam justamente o oposto: havia um plano para

⁷² Para termos de comparação, a proporção de militares na população total israelense, em 1948, seria equivalente no Brasil, cuja população, hoje, em 2011, é de cerca de 190 milhões de pessoas, a um exército de 28.710.900 soldados. Ainda em termos de comparação, as maiores forças armadas do mundo, as da China, somam cerca de 2,2 milhões de soldados numa população de 1,3 bilhão de pessoas (0,16% da pop.). Em termos proporcionais, portanto, a comunidade judia da Palestina foi, entre 1947 e 1949, a sociedade mais militarizada já conhecida em nossa contemporaneidade.

a expulsão dos palestinos, legitimado pela própria ideologia sionista, muito antes dos primeiros conflitos ocorrerem na década de 1920. Para os cinco historiadores citados, no entanto, é ponto pacífico que os palestinos não abandonaram suas terras, mas, sim, foram expulsos.

Na verdade, o início da guerra deu-se no momento seguinte à votação da Partilha na ONU, quando árabes palestinos e judeus entraram em choque. Os grupos armados de ambas as comunidades, além de se combaterem, promoveram atrocidades contra civis desarmados (especialmente contra mulheres, idosos e crianças). Era uma autêntica guerra civil. Os milicianos sionistas eram mais bem treinados em decorrência da experiência de guerra adquirida no conflito mundial quando lutaram ao lado dos ingleses. Além da superioridade numérica já mencionada, os sionistas também estavam muito bem armados. De acordo com Benny Morris (2001: 193-94), no final de 1947, o *Haganah*, a maior e mais bem treinada milícia, vértebra do futuro exército de Israel, tinha 16 mil armas de fogo (rifles, submetralhadoras, revólveres e pistolas), mil metralhadoras e 750 morteiros de fogo. A comunidade judia na Palestina (*Yishuv*) recebeu enormes somas de dinheiro provenientes das demais comunidades judias internacionais, por intermédio da Organização Sionista Mundial (OSM). Somente entre janeiro e maio de 1948, segundo o referido historiador israelense (MORRIS, 2001: 193), os sionistas receberam mais de US\$ 100 milhões (o equivalente, em 2011, a cerca de US\$ 1 bilhão⁷³), fundos que serviram para comprar carregamentos de armas da Tchecoslováquia. Entretanto, os palestinos, população majoritária, estavam mal e pobremente equipados e as disputas clânicas impediram a formação de um comando único. A principal milícia árabe palestina era o Exército de Libertação Árabe (ELA em português ou ALA em inglês), comandada por oficial sírio, Fawzi al-Qawuji, aliado de Faysal al-Hachemi, veterano da Guerra de 1936-39, politicamente aliado do clã Nashashibi, que, por sua vez, era próximo aos Hachemitas. Estas conexões políticas o faziam rival de Amin al-Husseini. O ELA era uma milícia formada por voluntários, somando 6 mil homens armados (MORRIS, 2001: 194). Bandos armados palestinos, com 3 a 5 mil combatentes, também atuaram de forma desorganizada e eram repelidos pelos próprios vilarejos palestinos, com medo das represálias das milícias sionistas (MORRIS, 2001: 194).

Supostamente, os palestinos deveriam ter o apoio de todo o mundo árabe em armas, homens e financiamento. A propaganda sionista endossava este mito (“os árabes estavam

⁷³ Reajuste de acordo com o índice de custo de vida dos EUA (AIER: 2009).

unidos para jogarem os judeus ao mar”) para dele se beneficiar, mas o apoio do mundo árabe ao movimento nacional palestino foi escasso na hora da luta. Os governos árabes estavam em sua grande maioria atrelados aos interesses das potências europeias com quem mantinham relações de clientela, mesmo após as independências formais. Estes governos eram também majoritariamente autocratas (exceto as Repúblicas da Síria e do Líbano), corruptos e impopulares, e a vitória de grupos armados com grande apoio popular, se bem-sucedidos na Palestina, poderia voltar essas armas contra tais autocracias, calculavam as distorcidas mentes dos líderes árabes. Assim, os palestinos lutaram com os poucos recursos já citados, mas o equilíbrio nos combates permanecia e, até meados de março de 1948, a vitória judia sionista ainda não era perceptível. Isto significa que o banho de sangue promovido pelos milicianos ainda não havia garantido a supremacia de nenhuma comunidade. São as intervenções soviética e norte-americana no conflito que mudam os rumos da Guerra.

Os soviéticos enviaram armas aos sionistas, reiterando o voto dado em favor da Partilha da Palestina, por compreenderem que os governos árabes eram por demais ‘reacionários’, ‘feudais’, e ‘pró-imperialistas’ (na época, significavam ser aliados da Inglaterra e da França), uma propaganda que tornou-se útil aos sionistas até a Guerra de 1967. Para Moscou, um Estado para os judeus sionistas era a garantia de uma ‘cunha anti-imperialista’ na região. A intervenção da URSS alarmou os EUA⁷⁴, que prontamente demandaram ao Conselho de Segurança da ONU (CSONU) a suspensão da Partilha, em 19 de março de 1948. Em 1º de abril de 1948, o CSONU convocou uma Assembléia para debater a proposta americana. Imediatamente, Ben-Gurion, a principal liderança dos sionistas de então, reagiu, pois perceberam que os EUA não apenas podiam por um fim à guerra, mas também impedir a Partilha da Palestina e a fundação do Estado judeu. Ele deu então início ao Plano D (*Dalet* em hebraico, uma vez que os planos A, B e C já haviam sucedido). Tratava-se de um plano militar para a conquista total da Palestina, no que implicaria uma estratégia de anexação do território destinado aos palestinos, assim como na expulsão da população árabe do que seria o futuro Estado judeu erguido sobre todo o país. Era o plano da limpeza étnica da Palestina, tendo em mente o combate às forças árabes e o confronto com os exércitos árabes após 14 de maio de 1948. A nova fase da guerra opõe 4.448 combatentes palestinos (SANBAR, 1994: 56) aos 35 mil milicianos do *Haganah*. É preciso levar em consideração que, mesmo com as declarações xenófobas anti-judaicas dos líderes árabes, estas mesmas lideranças políticas e militares jamais propuseram um plano estratégico para a expulsão dos

⁷⁴ Da mesma forma, contribuiu para esta decisão de Washington a resistência da Grã-Bretanha em sair da Palestina (SANBAR: 1994: 54-55).

judeus, como os sionistas fizeram com relação aos palestinos. A pressão internacional sobre os líderes judeus fez torná-los mais sistemáticos e objetivos nos seus propósitos. Os EUA haviam sugerido nas Nações Unidas uma administração internacional sobre a Palestina sob supervisão da ONU por um período de 5 anos. Por isso, a implementação do Plano D era urgente para os sionistas. Ele consistia em dois objetivos básicos: primeiro, ocupar e controlar rapidamente todas as instalações civis ou militares evacuadas pelos ingleses; segundo, e mais importante, expulsar o maior número possível de palestinos do futuro Estado hebreu. De acordo com o historiador Ilan Pappé (2007: 166):

A principal força militar era a Haganah, que contava com várias brigadas. Cada brigada recebeu uma lista de aldeias que deveria ocupar. A maioria das aldeias [palestinas] estava destinada à destruição, e somente em casos muito excepcionais os soldados receberam ordens para as deixarem intactas. Além disto, algumas das brigadas deveriam conquistar as cidades da Palestina com população mista árabe-judaica e seus arredores. Tal significava a ocupação e a expulsão da população palestina. Foi este o destino de Jaffa, Haifa, Safad e Tiberíades.

O caso mais tristemente célebre desta estratégia foi o da cidade de Deir Yassin, próxima a Jerusalém, mas sem qualquer valor estratégico, em 9 de abril de 1948. A população palestina da cidade havia assinado um pacto de não agressão com a vizinha colônia judia de *Giv'at Shaul* (de Jerusalém), em agosto de 1947. No entanto, milicianos do *Irgun* (do qual faziam parte os ex-primeiro-ministros Menachem Begin e Yitzhak Shamir) e da *Gang Stern*, sob ordens do *Haganah*, assassinaram mais de 254 moradores, entre homens, mulheres e crianças (PAPPÉ, 2007). Uma certa historiografia (não necessariamente israelense ou mesmo sionista) sobre a Guerra de 1947-49 afirma que o extermínio e a expulsão dos árabes e a destruição de suas aldeias, como neste caso, eram regidas por considerações estratégicas e não por um plano ou propósito premeditados, entretanto, como afirma o historiador palestino Nur Masalha (2008: 207), o caráter sistemático das operações de ‘desocupação’ e da própria magnitude do êxito (para não citar os esforços cuidadosos para impedir o retorno) torna impossível não ver nele a aplicação de uma política. A tese da intencionalidade da expulsão dos palestinos é reforçada pelo historiador israelense e ex-chefe do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Haifa Ilan Pappé (2007: 167),

Vários massacres foram cometidos perto das cidades mistas, por vezes como retaliação a ataques palestinos a colônias de judeus, mas frequentemente foram atos de brutalidade sem qualquer atenuante. Talvez o objetivo destes massacres fosse obrigar os palestinos que viviam em zonas conquistadas pelos judeus a fugir sob ameaça de morte ou expulsão, como de facto veio a acontecer. Estas atrocidades não eram cometidas ao acaso; integravam-se num plano-mestre para livrar o futuro Estado judeu do maior número possível de palestinos.

De fato, o massacre de Deir Yassin não foi, infelizmente, caso único; inúmeras cidades palestinas foram evacuadas pelas forças judias, tema que foi alvo de pesquisas do polêmico livro *The ethnic cleansing of Palestine* (2008) do referido professor israelense, Ihe custando a cátedra em Haifa, sendo ‘convidado a se retirar’ de Israel. Pappé, que recebeu ameaças de morte pelas revelações em suas pesquisas, foi ‘exilado’ na Grã-Bretanha, onde passou a lecionar na Universidade de Exeter. De acordo com o historiador (PAPPÉ, 2007: 167), não menos importante que o Plano D era o ambiente forjado para preparar o terreno para a limpeza étnica na Palestina, pois embora as operações da *Haganah* não tivessem diretivas locais e específicas, os soldados, na luta em campo, eram orientados por uma atitude geral vinda de cima e motivado pelas observações feitas pelos líderes do Yishuv sobre o imperativo de ‘limpar’ o país, observações essas que foram transmutadas em ações militares de despovoamento por comandantes entusiasmados, conscientes de que estas operações seriam justificadas retrospectivamente pela liderança política (PAPPÉ, 2007: 167).

Tragicamente, as operações de despovoamento das cidades e vilas palestinas dirigidas pelos sionistas tiveram êxito. Quando os ingleses finalmente resolveram se retirar da Palestina, em 14 de maio de 1948, abolindo o mandato, as ações de limpeza étnica perpetradas pelas milícias sionistas *Haganah*, *Irgun* e a *Gang Stern* haviam provocado, desde março do mesmo ano até então, o êxodo de 250 mil a 300 mil palestinos (MORRIS, 2006: 262), que se tornaram refugiados nos países árabes. Esta cifra alcançou a marca dos 370 mil refugiados palestinos em 1º de junho de 1948, de acordo com as pesquisas do historiador Nur Masalha (2008: 206). Estes refugiados entraram maciçamente nos territórios dos países árabes vizinhos, o que causou sérios problemas políticos aos governantes autocratas da região, à exceção da Síria, ainda sob um governo laico, democrático e constitucional, e do Líbano, sob o governo parlamentar liberal de caráter confessional.

Foi para estancar a expulsão dos palestinos pelas forças sionistas que os exércitos regulares árabes da Síria, Transjordânia, Egito, Líbano, Iraque, Arábia Saudita e Iêmen intervieram na Palestina em 15 de maio de 1948. O alvo da intervenção não era Israel. Entretanto, uma historiografia corrente não apenas em Israel, mas no mundo inteiro continua afirmando de que se tratava de uma invasão devastadora de sete países contra uma pequena comunidade de agricultores, os judeus. Os fatos no terreno nos afirmam o oposto. Dos sete exércitos interventores, apenas três realmente apresentavam uma verdadeira ameaça ao Yishuv, pela melhor qualidade de equipamentos e número de combatentes expressivos e melhor treinados: o da Síria, o do Egito e, principalmente, o da Transjordânia (a chamada Legião Árabe), o mais bem armado e treinado. As demais forças armadas árabes interventoras

eram insignificantes. Além disto, os militares árabes não faziam sombra ao poder do novo exército israelense, o *Tzahal* (FDI em português ou IDF em inglês). Para termos de comparação, pelos números fornecidos pelo historiador Benny Morris (2001: 217), os sete exércitos árabes somavam juntos com as demais milícias palestinas e voluntárias apenas 28 mil homens, o *Tzahal* já alcançava naquela data a cifra de 35 mil homens em armas e em julho do mesmo ano alcançara a espantosa marca de 65 mil homens, efetivos que ultrapassariam os 115 mil soldados israelenses em 1949 (cerca de 18% da população de Israel, o maior exército em termos proporcionais já conhecido até os dias de hoje). Não se incluem entre os militares israelenses os grupos armados *Irgun* (IZL – OMN) e a *Gang Stern* (LHI), com mais de 3 mil homens cada, que se recusaram a acatar as ordens de se integrarem ao novo exército regular israelense. Além da inferioridade numérica, os soldados árabes, à exceção dos transjordanianos, tinham uma experiência de guerra muito limitada e um treino muito sumário quando a Inglaterra se retirou da Palestina. Eles também sofriam deficiências na coordenação de suas ações e de uma baixa moral e motivação, exceto, talvez, um grande grupo de voluntários, cujo entusiasmo não era o suficiente para superar a falta de perícia militar (isto não significava que os soldados árabes não tivessem um empenho genuíno na luta pela libertação da Palestina). A situação dos árabes contrastava com os bem armados, altamente treinados, motivados e experientes soldados do *Tzahal*, compostos por muitos veteranos da II GM, que serviram aos exércitos, marinhas e forças aéreas dos EUA, Inglaterra e Canadá (MORRIS, 2001: 218). Acresce-se a isso ainda os vastos fundos arrecadados das comunidades judias internacionais que alcançaram a cifra de US\$ 129 milhões⁷⁵ (MORRIS, 2001: 218), usados na compra de armas da Europa Oriental (URSS e Tchecoslováquia) e dos EUA.

Outros fatores contribuíram decisivamente para aumentar as desvantagens dos árabes frente ao *Tzahal*: as motivações para ir à guerra contra os israelenses. A princípio, os árabes foram enviados para salvar a Palestina, mas somente em abril de 1948 a LEA elaborou um plano para tal, deixando visível que o real objetivo do plano era anexar a maior área possível do seu território aos países árabes intervenientes na guerra (PAPPÉ, 2007: 168). De fato, Egito e Transjordânia, duas monarquias sob influência britânica, que enviaram os mais poderosos exércitos, não agiram de acordo com as diretrizes traçadas pela LEA. Enquanto seus soldados lutavam bravamente nos campos de batalha, os seus líderes encetaram acordos táticos e tácitos com as lideranças sionistas. Não podemos deixar de lembrar os acordos da

⁷⁵ Valor equivalente a atuais US\$ 1,2 bilhão.

liderança sionista e hachemita da Transjordânia acertados antes mesmo da votação da resolução 181 da AGONU, em novembro de 1947. Por estes motivos o historiador Inacio Nigri (2005: 127) nos adverte sobre o uso do termo ‘invasão árabe’ pela tradicional historiografia:

Há que ponderar: o termo “invasão” atribuído aos Estados árabes pode ser objeto de controvérsia, mas seu emprego fica para nós conceitualmente restrito à dimensão da atuação tático-militar em si, e não às suas evidentes implicações de ordem ideológico-doutrinária e mesmo histórico-política. Compreendemos serem, a complexidade da guerra e o até aqui estudado processo histórico a ela conducente, suficientemente contextualizadores para o entendimento objetivo do ato de invadir não raro assumido por todos os lados do Conflito (exceto palestino), cada qual em seu momento historicamente preciso.

Com cada potência árabe atrelada à defesa dos seus próprios interesses, guiados também pelas geoestratégias das potências mundiais e aliadas tácita e taticamente a Israel, inclusive sob a capa da defesa da ‘causa palestina’, a primeira guerra árabe-israelense terminaria em 26 de julho de 1949, com o fim das assinaturas dos acordos de armistício na ilha de Rodes, resultando na inconteste vitória do ‘Estado judeu’, cujos territórios foram expandidos dos originais 56% (15.125 km²), propostos pela ONU, para 77% da Palestina, o equivalente a aproximadamente a 20.770 km². A expansão territorial de Israel, isto é, a anexação de grande parte dos territórios destinados pela ONU aos palestinos, foi consolidada pela expulsão de aproximadamente 780 mil árabes palestinos até o fim de 1948 (FARSOUN e ZACHARIA, 1997: 125). Grande parte da população árabe da Palestina foi expulsa para os territórios desmembradas do país: a Faixa de Gaza (com 201.173 refugiados) e a Cisjordânia (com 363.689 refugiados) (FARSOUN e ZACHARIA, 1997: 125). Durante a guerra, num dos raros e autênticos esforços de paz, a ONU aprovaria uma resolução, a de número 194, demandando o direito de retorno das populações expulsas. Os líderes israelenses não apenas se recusaram a acatar a resolução, como permitiram que a *Gang Stern*, sob ordens de Yitzhak Shamir (primeiro-ministro entre 1983-92), assassinasse o mediador da ONU, o sueco Conde Folke Bernadotte, em 17 de setembro de 1948. Por que os líderes de Israel se recusavam (e continuam a recusar) a aceitar o retorno dos palestinos expulsos, enquanto que, ao mesmo tempo, sua Lei Fundamental (trata-se de um raro país que não tem constituição até os dias atuais) demanda o ‘retorno’ de todos os judeus do mundo para o novo Estado? A resposta não é simples, mas, temendo uma simplificação, podemos afirmar que o Estado hebreu não é pressionado o suficiente para que acate a resolução 194 nem pela comunidade internacional, afetada pela rivalidade crescente entre as duas superpotências (URSS e EUA) na luta pela hegemonia mundial, e muito menos pelos seus próprios vizinhos árabes, por mais paradoxal

que isto possa parecer. Isto se deve em parte pelas alianças (tácitas e táticas) forjadas entre árabes e sionistas antes, durante e depois dos combates principais. Fazendo um pequeno resumo:

- i) Antes: em 17 de novembro de 1947, duas semanas antes da votação da Partilha da Palestina na AGONU, o acordo verbal entre emir Abdullah da Transjordânia e a agente da OSM, Golda Meir.
- ii) Durante: as disputas entre Egito e Transjordânia pela conquista de Jerusalém, da Cisjordânia e do Deserto de Negev, das quais os israelenses ou foram espectadores ou agiram com o beneplácito de um ou outro exército árabe rival. A estas disputas inter-árabes, somam-se ainda o engajamento de expressivos segmentos da comunidade árabe drusa palestina ao *Tzahal* no combate aos palestinos (PARSONS, 2007: 60-78).
- iii) Após: os armistícios de Rodes, em 1949, intermediados pela ONU, onde Israel assinou em separado com cada um dos países beligerantes limítrofes⁷⁶ (Egito, Transjordânia, Síria e Líbano), enquanto que, ao mesmo tempo, o *Tzahal* continuava a combater os árabes para conquistar mais territórios, criando fatos consumados para pressionar as negociações.

Foram estes acordos táticos e tácitos entre árabes e israelenses que os tornaram cúmplices e aliados, embora fossem combatentes no terreno, na divisão dos despojos do território palestino. Assim, o Emirado da Transjordânia, ao anexar a Cisjordânia (com cerca de 6 mil km²) e Jerusalém Oriental durante a assinatura do armistício com Israel em 3 de abril de 1949, formou o Reino Hachemita da Jordânia, em abril de 1950. Da mesma forma procedeu o Egito, durante a assinatura do armistício com os israelenses, em 24 de fevereiro de 1949, ao anexar a Faixa de Gaza, mas perdendo o sudoeste do Deserto de Negev para os sionistas. Síria e Líbano não anexaram territórios, mas tiveram suas fronteiras reconhecidas e intactas com Israel.

Os sírios haviam sofrido um golpe de Estado durante as negociações de armistício com os israelenses. Um coronel do exército, Hosni Zaim, depôs o presidente Chukri al-Quwatli em março de 1949, durante o veto do parlamento sírio à construção de um oleoduto norte-americano ligando os poços de petróleo do Bahrein (Península Arábica) ao porto de Sidon (sul do Líbano) para escoamento. O golpe militar em Damasco foi o primeiro a ser

⁷⁶ O Iraque, por não fazer fronteira com Israel, sentiu-se descompromissado a assinar o armistício com os líderes israelenses.

patrocinado pela CIA⁷⁷, Agência Central de Inteligência (sic), e o veto foi derrubado, assim como o novo ditador, o primeiro da Síria, afirmou que queria ser o primeiro líder árabe a reconhecer o Estado de Israel (SHLAIM, 2004: 86-87). Sua retórica não parecia ser vazia. Ele ordenou a prisão e a expulsão do país do líder do PSNS, Antoun Saadeh, arqui-inimigo do sionismo, que foi deportado para o Líbano, onde foi julgado, sentenciado à morte e executado, em ritos sumários, em julho de 1949. Como estes gestos não bastassem para ganhar a confiança do (sempre desconfiado) líder israelense Ben-Gurion, o coronel-ditador Zaim prometeu aos sionistas que seu país receberia, com boa vontade, mais 200 mil refugiados palestinos, além dos quase 100 mil já instalados no país. O líder israelense permaneceu indiferente à oferta, pois exigia a imediata retirada das tropas sírias para as fronteiras prévias à eclosão da guerra, o que foi feito, permitindo assim o acerto do armistício em 20 de julho de 1949. Três semanas mais tarde, Zaim foi deposto (SHLAIM, 2004: 87) e executado por simpatizantes sírios de Saadeh. As negociações de armistício entre Líbano e Israel, por sua vez, demonstraram os compromissos das lideranças libanesas.

Segundo o historiador Avi Shlaim (2004: 82), os libaneses disseram, em conversas reservadas, que não eram verdadeiramente árabes e que foram arrastados para a guerra contra a sua vontade; acrescentaram ainda que não poderiam ser o primeiro Estado árabe a reconhecer Israel, embora esperassem ser o segundo. Em 23 de março, Israel e Líbano assinariam o armistício. Estes acordos, como visto, não foram baseados em ideais, mas no puro cálculo político. Na verdade, foram os objetivos políticos, parafraseando o referido historiador israelense (SHLAIM, 2004: 75), que determinaram a conduta militar de todos os Estados beligerantes durante a guerra e suas fronteiras no final da guerra. O enfoque de *realpolitik* desapaixonado sacramentou a expulsão e o não retorno de milhares de palestinos à sua terra natal.

Como observamos acima, a Primeira Guerra Árabe-Israelense de 1947-49 não foi uma luta dos Estados árabes para ‘jogar os judeus ao mar’, nem foi um combate ao sionismo e, muito menos ainda, uma guerra contra a fundação do Estado de Israel; ela foi uma guerra contra os palestinos e contra a Palestina, que deixou o saldo de milhares de mortos. A

⁷⁷ Ver SALE, Richard. **As guerras secretas de Clinton**: a evolução de um comandante-em-chefe. Curitiba, PR: Nossa Cultura, 2010; e também HALLIDAY (2005). Um dos agentes da CIA que ajudou a derrubar a democracia na Síria em 1949 é o anglo-americano Miles Copeland, músico e espião, pai do baterista do grupo de rock inglês *The Police*, de notório sucesso de público e crítica, Stewart Copeland. O nome do grupo de rock é uma referência (homenagem?) à ‘companhia’ onde trabalhava o pai do baterista. O músico e espião esteve envolvido, no entanto, em inúmeros outros casos de *ação encoberta* da CIA no OM.

Palestina desapareceu, Jerusalém foi dividida em dois territórios⁷⁸ e o Estado de Israel, fundado sobre os destroços do primeiro, passou a ser habitado por cerca de 1,1 milhão de judeus e uma população árabe residual de 160.700 mil pessoas (SANBAR, 1994: 66). Estes árabes-israelenses seriam tratados como cidadãos de segunda classe e viveriam sob um regime militar até a década de 1970. Se, por um lado, mais de 780 mil palestinos foram expulsos do novo país, por outro, quase 1 milhão de judeus abandonaram os países árabes (MASSOULIÉ, 1996: 64), onde viviam profundamente inseridos nas sociedades locais há centenas e, até mesmo, há milhares de anos⁷⁹. As implicações geopolíticas da guerra foram gravíssimas para os países beligerantes. Mais de 725 mil árabes permaneciam dentro dos limites da Palestina do Mandato (FARSOUN e ZACHARIA, 1997: 125), cifra que corresponde a 62% da população total do país destruído, incluindo os judeus-israelenses. Porém, deste total de árabes, 564.862 estavam acantonados na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Outros 286.000 palestinos se refugiaram nos países vizinhos, como o Líbano (104.000), a Síria (82.000) e a Jordânia (100.000) (FARSOUN e ZACHARIA, 1997: 125), sendo muito mal recebidos pelos supostos anfitriões, especialmente entre os libaneses, ciosos do seu equilíbrio confessional. Os países árabes lhes negaram, inclusive, conceder a cidadania e os palestinos passaram a ser marginalizados pelos seus anfitriões. Este drama demográfico foi acrescido pelos armistícios que, por não serem Tratados de Paz, não definiram os limites definitivos entre Estado hebreu e os países árabes, cujas faixas de fronteiras se tornaram instáveis pela presença dos palestinos expulsos e as infiltrações armadas que promoviam para retornarem às suas terras. A esta tragédia, uma verdadeira devastação social, política, econômica e cultural do povo palestino (aos quais acrescentamos a destruição das civilizações judaico-árabe-islâmicas no OM pela migração para Israel), os árabes passaram a denominar de *Nakba* (Catástrofe). E não há como negar.

⁷⁸ A divisão de Jerusalém, que corresponde às ocupações israelense do setor ocidental da cidade e hachemita do setor oriental, marcou mais uma violação dos termos da resolução 181 da ONU.

⁷⁹ A comunidade judaica da Mesopotâmia (atual Iraque, ocupado por um consórcio EUA-Irã desde 2003) é provavelmente a mais antiga do mundo, pois sua origem data do Império Neo-Babilônico de Nabucodonosor (612 a 539 a.C.), com fontes históricas comprovadas. Alguns segmentos desta comunidade iniciaram, no entanto, um êxodo, na segunda metade do séc. XIX, não para a Palestina, mas, sim, em direção à Índia. Sobre a presença dos judeus na Babilônia antiga, ver o interessante livro de COOLEY (2005: 113-15).

Mapa 11 – Balcanização da Palestina e a fundação e expansão de Israel (1947-49)

**Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs
(PASSIA)**

Fonte: PASSIA

A *Nakba* também é decorrente do fato dos árabes permanecerem sem unidade territorial-política. Assim, cada país árabe, guiado por uma geoestratégia particular, tenta maximizar seu poder à custa dos demais. Deste modo, Israel de inimigo passou a ser visto como até mesmo um aliado dentro das disputas inter-árabes e este passou a ser o padrão de conduta na geopolítica regional, subvertendo a tradicional oposição consagrada na historiografia: árabes X judeus. Na verdade, a Guerra de 1947-49 foi uma sobreposição de duas guerras, uma travada entre palestinos e o *Yishuv*, cujos principais combates ocorreram entre 29/11/1947 e 14/05/1948, e outra, entre os exércitos árabes, aliados tácitos e tácitos ao *Tzahal*, contra os palestinos, travada entre 15/05/1948 e 20/07/1949. Mas, como explicar a morte de milhares de soldados árabes e judeus ou mesmo os ataques árabes contra Israel? Isto se explica pelo fato de que os limites entre os Estados não estavam definidos, uma vez que estava implícito o desaparecimento da Palestina nos acordos tácitos e tácitos forjados entre as lideranças judias e árabes.

Aliados a este quadro regional, o surgimento de superpotências nucleares, URSS e EUA, vencedoras da II GM e concorrentes entre si, desacreditou a recém nascida ONU nas tentativas vãs de impor sanções militares ou político-jurídicas efetivas, fato decorrente da complementaridade assumida por estas superpotências na guerra palestino-israelense que, embora falassem em Paz, solapavam na prática quaisquer considerações sobre princípios de ‘auto-determinação’ ou mesmo de Direitos Humanos quando negociam (armas e dinheiro) com os Estados em guerra (NIGRI, 2005: 133-34). Apesar de não serem os causadores diretos da Guerra, EUA e URSS passam a ser patrocinadores e oficiosos parceiros econômicos e militares face aos vencedores locais a caminho da legitimação internacional, junto à ONU dividida sempre, que passa a admiti-los. Embora fossem hostis à influência franco-britânica nos países árabes, respeitaram os limites territoriais traçados não apenas pelas canetas dos escritórios coloniais, mas também pelo sangue dos povos que viviam ali. Por este motivo, a integridade territorial dos Estados da Turquia e do Irã foi reconhecida, enquanto que a balcanização era aceita como um processo permanente no mundo árabe, e, neste aspecto, o desaparecimento da Palestina e a expulsão dos palestinos foram perfeitamente aceitáveis, pois o surgimento dos EUA como superpotência (atômica e naval) deu novo fôlego à geoestratégia britânica de conter o *Heartland*, uma vez que ali se desenvolvera um poder industrial-militar e, posteriormente, nuclear, a partir da fundação da URSS, na década de 1920. Para Washington, permitir a desintegração territorial do Irã e da Turquia, que formavam um cinturão anti-soviético no Sudoeste da Ásia, era aceitar que a URSS alcançasse os ‘mares quentes’ (Mediterrâneo, Golfo Árabe-Pérsico e o Oceano Índico), possibilitando, desta

maneira, o surgimento de um poder naval rival. É neste aspecto que podemos observar como a chamada Guerra Fria (1945-91) foi uma continuidade do Grande Jogo, iniciado ainda no séc. XVIII. Este assunto abordaremos a seguir.

CAPÍTULO III – O MUNDO ÁRABE PÓS-II GUERRA MUNDIAL (1945-90)

Desde a Antiguidade, os territórios que formam o conjunto geopolítico do OM constituem uma área de passagem entre a Ásia, a Europa e a África, que favoreceu o surgimento de importantes rotas comerciais entre o Extremo Oriente (principalmente o Império da China), a Europa e a África. Controlar estas rotas comerciais (por terra ou mar) era o objetivo geoestratégico de todos os grandes impérios antigos e representou de certo modo o domínio dos impérios terrestres (China, Roma Ocidental e Oriental, Irã/Partia/Sassânida, Kushan/Afeganistão/Índia, Axium/Etiópia/África Oriental, Árabe Abássida e Omíada, Mongol, para citarmos alguns dos mais importantes). Entretanto, a Ásia detinha uma supremacia econômica mundial em decorrência do comércio superavitário com o resto do globo (ARRIGHI, 2007 e FRANK: 2005). Esta supremacia foi contestada. A descoberta de rotas alternativas pelos oceanos Atlântico e Índico, entre os sécs. XV e XVI, representou a ascensão de potências marítimas e navais oeste-europeias (como Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra) e foi um duro golpe ao comércio exterior do OM, mas, em nenhum momento, mortal ou decisivo. O domínio britânico sobre as Índias e, posteriormente, sobre a China, entre os sécs. XVIII e XIX, devolveu ao OM a importância estratégica como um ‘atalho’ entre o continente europeu e o Extremo Oriente, principalmente após a abertura do Canal de Suez, em 1869. Seria, entretanto, pelo Golfo Árabe-Pérsico que o OM ganharia uma nova dimensão geopolítica mundial em decorrência da descoberta e a exploração do petróleo no Irã (1901). Como visto no Capítulo I, o termo *OM* foi cunhado pelo historiador, estrategista e oficial da Marinha dos EUA, Alfred Mahan, em 1902, para denominar a região centrada no Golfo Árabe-Pérsico, entre a Índia e a Arábia, refletindo o novo foco de interesses internacionais sobre aqueles territórios, pois, desde o final do séc. XIX, as grandes potências europeias buscavam fontes de suprimento do novo combustível, uma vez que apenas os EUA (então em ascensão) e a Rússia, entre as grandes potências, possuíam reservas em seus próprios territórios (FUSER, 2008: 76).

O petróleo não era combustível apenas para as indústrias, ele viabilizou a substituição do carvão como combustível para a frota britânica, empreendimento que era considerado vital para a manutenção da superioridade naval da Grã-Bretanha, ameaçada pela Alemanha

(FUSER, 2008: 76). A I GM colocou em primeiro plano a importância econômica e estratégica do petróleo e o OM (e as suas reservas do combustível) passou a ser alvo de disputas pelas potências europeias. A vitória da Inglaterra e da França sobre a Alemanha e o Império Otomano fez com que o OM fosse repartido entre as duas potências vitoriosas, através do estabelecimento do sistema de mandatos pela Liga das Nações. Desta forma, os britânicos receberam o mandato sobre os territórios da Palestina e da Mesopotâmia (excluindo Mossul), além de manter o controle sobre a Península Arábica (incluindo o estratégico porto de Áden) e o Egito. Os franceses, por sua vez, receberam plenos poderes sobre a Síria, Líbano, Mossul (região riquíssima em petróleo) e a Cilícia.

Apesar de cooptarem uma parte das elites locais para assegurarem o domínio sobre os vastos territórios, Inglaterra e França enfrentaram forte oposição árabe e judia, frustradas em suas demandas nacionalistas ou simplesmente pelos seus interesses locais e particulares contrariados. Rebeliões árabes e judias eclodiram na Mesopotâmia (1920), Síria (1920, 1925), Líbano (1943) e Palestina (1936-39, 1946-48) contra o domínio britânico e francês, reprimidas com ferocidade, causando a morte de dezenas de milhares de pessoas. Para citarmos um exemplo, na Mesopotâmia, em abril de 1920, a rebelião árabe foi atacada pelo britânicos com bombardeios aéreos de saturação, que incluíam o uso de armas químicas, contra civis desarmados, arrasando aldeias inteiras. Entre 5 e 10 mil iraquianos foram assassinados (FUSER, 2008: 78). Para arrefecer a revolta, a Grã-Bretanha concedeu uma autonomia formal, criando o Iraque (com a união de três antigos *vilayets* otomanos, Basra, Bagdá e Mossul, este último cedido pela França).

A eclosão da II GM abriria, no entanto, o caminho para o processo de independência dos países árabes do OM, que continuaria sendo uma zona de instabilidade internacional em decorrência da falta de legitimidade histórica dos novos Estados-nações, que se refletia na instabilidade das fronteiras e limites (Síria-Líbano, Iraque-Kuwait, Israel-Palestina, Israel-Líbano, Israel-Síria, Israel-Jordânia, Israel-Egito, Irã-Iraque, Turquia-Síria), na proliferação de regimes autocráticos e na latente convulsão social, além das ingerências internacionais de países europeus. Um dos expedientes usados pelas potências mandatárias para exercerem influência nas novas entidades territoriais foi a cooptação de minorias étnicas ou confessionais do mundo árabe no controle dos aparelhos estatais. Estas minorias confessionais poderiam ser oriundas do meio rural, como os muçulmanos alauítas na Síria e os cristãos maronitas no Líbano; ou do meio urbano, como os muçulmanos sunitas, nos casos do Líbano e do Iraque; ou mesmo do deserto, como é o caso dos árabes beduínos na Jordânia. A instrumentalização destas comunidades pelos europeus foi de fundamental importância para a

legitimização do Estado hebreu, Israel. As lideranças sionistas nunca perderam de vista a estratégia de se aliarem às minorias não-árabes ou não-muçulmanas, como será analisado posteriormente.

A II GM (1939-45) pode ser até mesmo considerada como a primeira guerra (acrescida de sua escala mundial) pelo petróleo. Neste conflito, duas potências, uma europeia, a Alemanha, e outra asiática, o Japão, tiveram como principal objetivo geoestratégico a conquista de ricas reservas de petróleo respectivamente no OM e na Indonésia (sudeste asiático) para desafiar a hegemonia mundial militar e econômica da Inglaterra. Este foi o motivo pelo qual os britânicos entenderam a contenção da ameaça alemã-nazista ao Canal de Suez e às reservas petrolíferas do OM como objetivo estratégico prioritário, tornando a disputada região no principal teatro de operações militares da Grã-Bretanha, enviando tropas para a África do Norte, Iraque, Palestina e Egito (KEMP e SAUNDERS, 2003: 1). A ameaça alemã parecia se concretizar com o ataque surpresa à URSS, em junho de 1941, na chamada Operação Barbarosa⁸⁰. Se a Alemanha invadissem o Cáucaso, estaria em posição de atacar o Iraque e Golfo Árabe-Pérsico pelo Norte (KEMP e SAUNDERS, 2003: 1).

A situação, para as chamadas potências aliadas, foi agravada pela tentativa de golpe militar nacionalista árabe pró-germânico no Iraque, em maio de 1941, e pelas simpatias pró-nazistas do *xá* do Irã Reza Khan, que permitia a presença de assessores militares alemães em Teerã, talvez numa forma de contrabalançar as ingerências quase permanentes da URSS e Grã-Bretanha no país. Como resposta à ofensiva nazista, os ingleses não hesitaram em esmagar o golpe militar iraquiano, enquanto que o Irã foi invadido, em setembro de 1941, ao norte pelas tropas soviéticas e ao sul pelos ingleses e americanos, depondo o *xá* iraniano e colocando em seu lugar Muhammed Reza Pahlevi, filho de Reza Khan. Imediatamente, os soviéticos deram início, no norte do Irã, a uma campanha de propaganda não contra os alemães, mas, sim, contra os ocidentais aliados (GOMES, 2001: 45). De qualquer modo, a manutenção dos interesses aliados no Irã e no Iraque foi decisiva para a vitória sobre o Eixo nipo-italo-germânico. Porém, o fim da II GM significou o início de um novo conflito também

⁸⁰ Em 1939, antes da eclosão da II GM, a Alemanha nazista e a URSS estabeleceram um pacto de não-agressão chamado de Ribbentrop-Molotov (nomes dos respectivos chanceleres alemão e soviético). Neste acordo também se previa a divisão da Polônia entre as duas potências. O Acordo também colocava em prática as teses geopolíticas do geógrafo britânico Halford Mackinder, anteriormente comentadas, da união de potências terrestres no *Heartland* como condição para a conquista da hegemonia mundial e o eclipse do poder naval (Inglaterra). Por isso, o ataque alemão aos soviéticos, em 1941, foi uma surpresa, por contrariar as recomendações do geógrafo e general alemão Karl Haushofer, discípulo de Mackinder, que advogava a organização de um bloco transcontinental euroasiático, formado por uma aliança germano-russo-japonesa (MELLO: 1999: 80-2). A ruptura do Pacto pelos alemães levou os soviéticos a se aliarem à Inglaterra, EUA e China, formando a coalizão Aliada, em contraposição ao Eixo germano-italo-japonês.

em escala mundial: a *Guerra Fria* entre os EUA e uma nova potência militar surgida no *Heartland* euroasiático, a URSS. Retornava-se, desta forma, ao *Grande Jogo* entre uma potência naval e uma terrestre pela hegemonia mundial, no que implicava a disputa pelo domínio da Eurásia, de acordo com a geopolítica clássica devidamente acolhida pelos Estados-maiores das superpotências.

A Geopolítica dos EUA pós-II GM (1945-90)

As geopolíticas clássicas baseadas em Alfred Mahan e Halford Mackinder não apresentavam, contudo, respostas adequadas ao novo cenário internacional surgido após o conflito mundial, uma vez que se desenvolvera no *Heartland* um poder terrestre e, posteriormente, nuclear. Este novo quadro geopolítico pós-II GM demonstrava ainda que o *isolacionismo*, adotado pelos EUA, era uma estratégia suicida, uma vez que o surgimento da força aérea como poder estratégico, em decorrência do raio de ação intercontinental e transoceânico, tornava obsoleta uma posição geopolítica insular. Um estrategista americano reformulou as idéias de Mackinder, o professor de Geografia da Universidade de Yale, Nicholas Spykman. De acordo com ele, sem abandonar de todo as concepções *mackinderianas*, o poder mundial pertencerá a quem dominar os Crescentes Interno e Externo, que envolvem o *Heartland*, áreas denominadas de ‘franjas’ ou ‘fimbrias’ euroasiáticas (*Rimland*), território que corresponde à Europa Centro-Occidental, o OM, Índia, península Indochinesa, China, Coreia e os territórios insulares: Taiwan, Filipinas e Japão (MELLO, 1999: 132). Na verdade, a potência que dominasse o Crescente Interno articulava a base continental com uma frente oceânica, para desenvolver um poder anfíbio, objetivando o poder mundial (MELLO, 1999: 108-9). O geógrafo de Yale reabilitava, assim, a teoria do poder marítimo.

Em nossa compreensão, é a partir destas concepções (especialmente as de Spykman) que os EUA, abandonando o isolacionismo, definem sua política expansionista mundial, principalmente após a II GM, com a vitória sobre o eixo nipo-germânico, no intuito de alçar a condição de potência mundial, posição que era cobiçada também pela URSS, herdeira do Império Russo *czarista*, que, por sua vez, ocupava o território que correspondia à ‘terra-coração’ *mackinderiana*. Sendo assim, a política de contenção seguiu as diretrizes de Spykman, procurando impedir qualquer forma de aliança de potências terrestres no continente eurasiático, passando a gerir um sistema de alianças e coalizões para isolar a URSS e, posteriormente, a China. A ideologia comunista, que norteava os sistemas político-

econômicos destes dois Estados continentais, facilitou a assimilação desta estratégia pela sociedade americana, por afrontar os chamados ‘valores americanos’: a livre iniciativa, a propriedade privada e a democracia. Os EUA obtiveram, dessa maneira, o aval e a legitimidade para os crescentes e estratosféricos gastos militares do Departamento de Defesa, dando partida à chamada corrida armamentista e à Guerra Fria com o poder soviético.

A política de Washington de contenção passou a ser concretizada com a formação de alianças e pactos militares com os Estados situados no *Rimland* euroasiático, como parte integrante do sistema de defesa nacional durante a Guerra Fria (MELLO, 1999: 132):

i) a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que bloqueava a ocupação soviética sobre a totalidade da Alemanha, assim como o acesso ao Oceano Atlântico pelos mares Negro, Mediterrâneo, Báltico e do Norte. A Europa Centro-Occidental estaria, assim, fora da influência soviética;

ii) OTASE (Organização do Tratado do Sudeste Asiático), coalizão formada com os países do *Rimland* asiático, impedindo as saídas para o Oceano Pacífico;

iii) OTCEN (Organização do Tratado Central), também conhecido como Pacto de Bagdá, aliança da Grã-Bretanha com os países do OM: Paquistão, Irã, Iraque, Turquia, contando com a participação informal do reino da Jordânia (cuja monarquia era aliada à antiga monarquia iraquiana). O Pacto bloqueava, aos russos, as saídas para o Golfo Árabe-Pérsico e o Oceano Índico, além de garantir as riquíssimas reservas de petróleo aos EUA. Foi a aliança de mais curta duração, o que causou sérios problemas para a política de contenção dos americanos.

Além destes pactos militares, Washington firmou alianças com o Japão, Filipinas, Taiwan e Coreia do Sul, países insulares (ou quase) que circundam a costa leste euroasiática, através da instalação de bases militares, formando um ‘perímetro de segurança’ dos EUA no Extremo Oriente (MELLO, 1999:132).

Neste cinturão de bases militares (anti-russo e anti-comunista), situado no *Rimland*, os EUA sofreram abalos na condução de sua política, especialmente no que se refere aos integrantes do Pacto de Bagdá (OTCEN ou CENTO), que abriu oportunidade para ingerências soviéticas. A Revolução Iraquiana de 1958, com a queda da monarquia hachemita em Bagdá, substituída por um regime militar nacionalista árabe, apoiado por comunistas, foi um severo golpe na contenção americana, o que levou ao desembarque de fuzileiros navais no Líbano em

favor da formação de um governo pró-nasserista⁸¹ em Beirute, sacrificando o governante pró-ocidental até então no poder. Simultaneamente, os britânicos intervieram na Jordânia, em favor da dinastia hachemita, para impedir um levante popular semelhante ao ocorrido no Iraque.

A intervenção britânica no reino hachemita foi permitida única e exclusivamente pelos EUA por apresentar um caráter suplementar ao papel desempenhado pelos fuzileiros navais no Líbano. Dentro da concepção *spykmaniana*, hostil ao surgimento de uma potência ou coalizão de potências euroasiática, Washington se opôs a qualquer intervenção europeia no OM, o que pode ser percebido pelo veto da ofensiva tripartite anglo-franco-israelense no Canal de Suez, em 1956. Assim, relata Noam Chomsky:

A more realistic threat to U.S. dominance of the region has been posed by Europe. In the 1940s, the U.S. succeeded in displacing France, and to large extent Britain, in part by design, in part simply as a reflection of the power balance. One consequence of the CIA-backed coup that restored the Shah in Iran in 1953 was to transfer 40% of Iranian oil from British to American hands (...) (CHOMSKY, 1999: 19)⁸².

Décadas mais tarde, as teses de Spykman tiveram um fervoroso defensor não-confesso em Washington, o secretário de Estado Henry Kissinger, durante os mandatos dos presidentes republicanos Richard Nixon (1969-74) e Gerald Ford (1974-77). Kissinger, que é de origem alemã, também entendia que era preciso impedir o surgimento de uma autoridade que unificasse o espaço euroasiático, independentemente de ideologias, regimes políticos ou sistemas econômicos. Ele defendia que os interesses americanos fossem norteados não por uma visão idealista, político-ideológica, em favor da democracia ou dos direitos humanos, mas, sim, pelo realismo político (*realpolitik*) (VESENTINI, 2004: 95,98). De acordo com suas análises, o interesse do Estado seria não apenas diferente da razão do interesse do cidadão comum, mas também deveria comandar as relações internacionais (VESENTINI, 2004: 98). Assim, podemos entender a aproximação dos EUA com a China, governada por um regime comunista, contrariando, supostamente, o embate ideológico que marcava a Guerra Fria. O diplomata germano-americano acreditava que a aliança com a China era coerente com a política de contenção uma vez que trincava o bloco comunista, abalado pelas tensões entre URSS e China ao longo da década de 1960. A ‘perda’ do Vietnã, em 1975, foi

⁸¹ Nasserismo seria uma das correntes pan-arabistas do nacionalismo árabe, nome que se refere ao ditador egípcio, o coronel Gamal Abdel Nasser (1952-70), que era, sobretudo, um anti-comunista e a principal liderança pan-arabista do mundo árabe.

⁸² *Uma ameaça mais realista do domínio americano da região tem sido colocada pela Europa. Nos anos 1940, os EUA foram bem-sucedidos em expulsar a França, em grande medida os britânicos, em parte por intenção e, em parte, simplesmente como uma reflexão do balanço do poder. Uma das consequências do golpe apoiado pela CIA, que restaurou o xá do Irã em 1953, foi a transferência de 40% do petróleo iraniano das mãos britânicas para as mãos americanas (...).* (Tradução livre nossa).

contrabalançada pelo alinhamento da China, localizada geograficamente entre a URSS e o Vietnã.

Dentro da perspectiva geoestratégica de Spykman, o secretário de Estado Kissinger também defendia o veto dos EUA ao envolvimento europeu no Oriente. Segundo Chomsky:

Henry Kissinger, na sua mensagem de “1973 Ano Europeu”, advertiu para os perigos de um domínio de um bloco comercial europeu, incluindo o OM e o Norte da África, do qual os EUA poderiam ser excluídos. (...) O elemento básico em sua diplomacia pós-1973 era “assegurar que europeus e japoneses não se envolveriam na diplomacia” a respeito do OM. (CHOMSKY, 1999: 20, tradução livre nossa).

O ‘anti-europeísmo’ da política externa de Washington era concernente ao acesso às ricas reservas de petróleo da região. Os EUA também se preocupavam com a presença soviética no OM. Essa política dizia respeito à tentativa de desmoralizar o apoio soviético perante seus aliados árabes (Egito e Síria) nas guerras contra Israel, país apoiado pelos americanos. Assim, após a Guerra do *Yom Kippur*⁸³ (1973), sírios e egípcios buscaram a mediação dos EUA, que não era neutra, nas negociações com os israelenses. Na chamada ‘política de pequenos passos’, os americanos faziam pequenas concessões, suficientes para minar a influência soviética frente a seus clientes árabes. Esta política surtiu efeitos. De um lado, os egípcios assinariam um acordo de separação de forças com os israelenses no Sinai, em 1975, obtendo, assim, o controle parcial deste território, enquanto os sírios receberam de volta a cidade de Kuneitra, nas Colinas de Golã. Por outro lado, na primavera de 1976, a Síria obteve ‘sinal verde’ do presidente americano Gerald Ford (leia-se Henry Kissinger) para invadir e ocupar o Líbano, em guerra civil, e impedir que uma coalizão esquerdista liderada pelos palestinos tomasse o poder em Beirute. Desse modo, Damasco, como aliado da URSS na região, prestava um grande favor aos EUA, que não tinham meios para estabilizar o Líbano. Assim, o declínio da influência soviética sobre os árabes se acentuou de maneira dramática. Entretanto, esta não foi a percepção em Washington.

Em 1977, assumia a presidência dos EUA o democrata Jimmy Carter, cuja política externa se baseava numa visão idealista de promoção da democracia e dos direitos humanos. Entretanto, o novo Assessor de Segurança Nacional era um discípulo de Kissinger, o polaco-americano Zbigniew Brzezinski, que compartilha a mesma visão *realista* de seu mestre, porém de forma mais articulada. Assim, Brzezinski observava que EUA e URSS competiam

⁸³ A Guerra de 1973 foi uma contra-ofensiva sírio-egípcia para forçar Israel a negociar a devolução dos territórios sírio-egípcios ocupados na Guerra dos Seis Dias, no verão de 1967, quando os israelenses invadiram e anexaram de fato as Colinas de Golã, pertencentes aos sírios, e a Península do Sinai, pertencente aos egípcios. Os governos do Egito e da Síria não requisitaram a devolução dos territórios palestinos (Faixa de Gaza e Cisjordânia) igualmente anexados pelas tropas israelenses em 1967.

pelo domínio da Eurásia. O predomínio sobre esta região assegurava a hegemonia mundial à potência vencedora. Desta forma, o expansionismo soviético deveria ser contido pelos EUA. A contenção da URSS, considerado como o centro geoestratégico mundial, passava pela constituição de três frentes estratégicas basilares, alicerçada na constituição de *Estados-pinos*⁸⁴. A primeira frente, extremo-ocidental, compreendendo um arco que se estende da Noruega até a Turquia, foi consolidada com as guerras civis na Grécia e na Turquia, entre 1947 e 1948, onde a Alemanha Ocidental e a Polônia são os Estados-pinos (MELLO, 1999). A segunda frente, extremo-oriental, consolidou-se após a Revolução Comunista na China, em 1949, formando um arco entre a Indonésia e o Japão, onde as Filipinas, Taiwan, Coreia do Sul e Japão são os Estados-pinos (MELLO, 1999). A terceira frente é o OM ('ventre mole' da Eurásia), sua origem é mais recente e foi formada após a Revolução Islâmico-nacionalista no Irã, em 1979, para proteger as reservas de petróleo da região, as maiores do mundo. Esta frente se apóia nos seguintes Estados-pinos: Irã, Afeganistão e Paquistão, países que são atualmente alvos de desestabilização pelos EUA. Podemos observar facilmente que as três frentes bloqueavam os soviéticos das saídas para os mares e oceanos, confinando a URSS ao interior (MELLO, 1999).

No plano ideológico, a política de Brzezinski levou à manipulação das três principais religiões monoteístas como bloqueios para a expansão do 'comunismo ateu'⁸⁵. Neste sentido, a cristã católica romana Polônia (mediante, inclusive, a eleição de um papa polonês no Vaticano, em 1978), o islâmico sunita *wahhabita* Paquistão e o 'Estado judeu', Israel, foram também países-chaves na luta contra o comunismo. Seguindo esta estratégia, guerrilheiros sunitas, influenciados pelo *wahhabismo*, foram arregimentados em todo mundo árabe pela Arábia Saudita, Paquistão e EUA para combaterem o regime pró-soviético instalado no Afeganistão através de um golpe militar em 1978. Para impedir a queda do regime pró-soviético, a URSS invadiu o Afeganistão no Natal de 1979. Esta ação militar do Kremlin foi considerada anos depois pelo assessor de Carter como 'uma armadilha', pois a ajuda dos EUA aos opositores do regime pró-Moscou em Cabul ajudou a provocar a invasão soviética. Décadas depois, entrevistado pela imprensa francesa, Brzezinski em momento algum demonstrou arrependimento por aquele ato, mesmo sabendo que os guerrilheiros muçulmanos anti-comunistas em pouco tempo dariam origem aos grupos armados talibãs e a Al-Qaeda,

⁸⁴ Estado-pino, na concepção *brzezinskiana*, refere-se a países que, devido à influência política, poder econômico ou posição geoestratégica, são vitais na constituição das frentes estratégicas basilares, pois seu controle ou perda por qualquer dos contendores altera radicalmente a correlação de força nessas regiões (MELLO, 1999: 162).

⁸⁵ Sobre a manipulação religiosa para fins geoestratégicos em nossa contemporaneidade ver a excelente análise do economista e historiador libanês CORM, Georges. **La cuestión religiosa en el siglo XXI**: geopolítica y crisis de la posmodernidad. Madrid: Taurus, 2007, pp. 174-75.

considerados terroristas pelo Pentágono e acusados de autoria dos atentados de 11 de setembro em Washington e Nova Iorque:

Lamentar o quê? Esta operação secreta era uma excelente idéia. Teve como efeito atrair os russos à armadilha do Afeganistão. O que você quer que eu lamente? (...) O que é mais importante na visão da história mundial, os talibãs ou a queda do império soviético? Alguns islamistas exaltados ou a liberação da Europa Central e o fim da Guerra Fria? (BRZEZINSKI, 1998: 76) (tradução livre nossa).

Apesar de Brezinski considerar a invasão soviética do Afeganistão uma armadilha de Washington, tal percepção não foi compartilhada pela sociedade americana e nem pelo partido Republicano na luta pelas eleições presidenciais de 1980. Para estes, a (contra-)ofensiva soviética na Ásia Central somada à derrota no Vietnã (1975), à Revolução Sandinista na Nicarágua (1979), à ascensão de regimes pró-soviéticos na África Austral (Angola e Moçambique, entre 1974-75) e à Revolução Islâmico-nacionalista no Irã, que culminou no sequestro de diplomatas na embaixada americana em Teerã significavam a fraqueza e a decadência do poder americano e dos ideais de liberdade, de democracia e da livre iniciativa, trazendo como consequência o fortalecimento do expansionismo soviético e do ‘totalitarismo’ comunista e ‘ateu’. A campanha pela reeleição de Jimmy Carter à presidência dos EUA foi derrotada pelo candidato republicano Ronald Reagan, que liderava uma coalizão ultra-conservadora. Esta reivindicava uma política externa agressiva nos planos cultural, político, econômico e militar a fim de reverter o (suposto) expansionismo comunista, dando início ao que muitos analistas denominaram de *(Contra-)Revolução Conservadora*⁸⁶ e de *Segunda Guerra Fria* (HALLIDAY, 2005), que levaria à derrocada da URSS e à implosão do seu bloco de influência no final da década de 1980.

A equipe de relações exteriores (Defesa e Estado) de Reagan era, apesar do ultra-conservadorismo militante, heterogênea e, diferentemente de Nixon, Ford e Carter, pouco disciplinada. As brigas nos bastidores políticos em Washington eram constantes⁸⁷, o que acentuou uma ambiguidade crescente na condução diplomática e militar, resultando na quase queda do presidente Reagan, no seu segundo mandato (1985-88), em decorrência do escândalo político provocado pela venda de armas americanas ao regime islâmico xiita-

⁸⁶ Esta contra-revolução sofreu abalos na América do Sul, área de influência americana, quando os EUA optaram por apoiar a Inglaterra na guerra contra a Argentina, cujo regime militar ultra-direitista e até mesmo filo-nazista era um aliado fiel da campanha anti-comunista na América Central, até o momento em que resolveu ocupar as Ilhas Malvinas, no Atlântico Sul, em 1982.

⁸⁷ Refirimo-nos aqui às lutas internas entre Jeanne Kirkpatrick e Caspar Weinberger contra o general Alexander Haig, que levaram à queda do general do Departamento de Estado, em junho de 1982, poucas semanas após a invasão israelense do Líbano. Há quem afirme que a demissão de Haig foi resultado das pressões sauditas contra o membro mais pró-israelense da equipe de Reagan, no momento em que Beirute era calcinada pelos bombardeios de saturação israelense comandados pelo general Ariel Sharon. Haig era acusado de ter dado a ‘luz verde’ (*green light*) para a invasão de Sharon (*Veja* 15 de julho de 1981, p. 37; 30 de junho de 1982, pp. 30-32).

nacionalista do *aiatolá*⁸⁸ Ruhollah Khomeini, líder supremo do Irã, em guerra contra o Iraque, entre 1980 e 1988. Khomeini denominava os EUA de *o Grande Satã* e, de certa forma, apoiara a invasão de estudantes na embaixada americana em Teerã, o que levou ao sequestro de 52 cidadãos americanos. Estes reféns foram libertados somente após 444 dias de prisão, minutos após a posse de Ronald Reagan na presidência dos EUA, em 20 de janeiro de 1981, o que nos leva a acreditar que uma aliança entre o Partido Republicano e o regime dos *aiatolás* foi forjada no período do sequestro e que prosseguiu durante a Guerra Irã-Iraque, através do comércio de armas⁸⁹.

A Guerra Irã-Iraque (1980-88), ainda assim, pode ser lida dentro da ótica de contenção americana. A Revolução Iraniana de 1979 derrubou o *xá* e instaurou uma República Islâmica xiita no poder em Teerã, sob a liderança do aiatolá Khomeini. Naquele momento, apesar do apoio militar que recebeu dos EUA, através de Israel⁹⁰, e do anti-comunismo, o regime islâmico xiita foi considerado um aliado não confiável, pois o caráter nacionalista do governo islâmico oferecia ao Irã uma autonomia frente aos americanos. Da mesma forma ocorrera com o regime nacionalista iraquiano de Saddam Hussein, que buscava hegemonia no mundo árabe. O anti-comunismo militante do regime *ba'athista* instalado em Bagdá era contrapesado pelo nacionalismo econômico, tirando dos EUA vantagens maiores sobre o governo iraquiano. É desta forma que podemos entender o apoio de Washington aos dois países inimigos na Guerra Irã-Iraque (1980-1988). Enfraquecer os dois regimes foi um objetivos dos americanos para voltarem a ter a hegemonia no OM.

⁸⁸ *Aiatolá* é a autoridade teológica islâmica xiita.

⁸⁹ Sobre a aliança entre o Partido Republicano do EUA, o Partido *Likud* de Israel e o governo iraniano do *aiatolá* Khomeini contra Jimmy Carter, ver o artigo de PARRY, Robert. Irã-Contra: una nueva perspectiva. 3 de julho de 2010. **Rebelión**. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=109025>>. Acesso em: 12/08/2010. Para os que afirmam que se trata de uma 'Teoria da Conspiração': como explicar a libertação dos reféns americanos pelos iranianos apenas alguns minutos após a posse de Reagan, impedindo que Carter ganhasse qualquer crédito pelo acontecimento?

⁹⁰ Apesar da retórica de inimizade, Israel apoiou a Revolução Islâmica no Irã, eclodida em 1979, sob a liderança do *aiatolá* Ruhollah Khomeini. Quando Irã e Iraque entraram em guerra em 1980, Israel apoiou militarmente o Irã, seja através de venda de armas às tropas iranianas ou por meio de bombardeio ao Iraque, como ocorrido em 1981. Da mesma forma, os EUA também venderam armas ao regime islâmico xiita-iraniano durante a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), comércio que se tornou um escândalo político, conhecido como *Irã-contras*, investigado pelo Congresso norte-americano na segunda metade da década de 1980. Culminando a aliança entre Irã, sob o regime dos aiatolás, Israel e EUA, tropas anglo-americanas lideraram duas invasões do Iraque, em 1991 e em 2003, sendo a última a mais devastadora, que favoreceram a hegemonia do Irã sobre o OM. Sobre a histórica aliança, aparentemente paradoxal, entre Irã, Israel e EUA, ver o excelente estudo do professor da Universidade de Yale Trita Parsi, **Treacherous alliance: the secret dealings of Israel, Iran, and the United States**. Nova Iorque: Yale University Press, 2008. Alguns dados sobre o comércio de armas entre Israel e Irã, durante a Guerra Irã-Iraque, podem ser obtidos no estudo israelense do Jafee Center for Strategic Studies, editado por HELLER, Mark; TAMARI, Dov; EYTAN, Zeev. **The Middle East military balance – 1983**. Tel Aviv: Tel Aviv University Press, 1983, pp. 91, 113.

Com o propósito de remover a presença soviética, cada vez mais declinante, do OM é que se tem início a articulação dos governos de Ronald Reagan, dos EUA, e de Menachem Begin, de Israel, sob o pretexto de combaterem o terrorismo internacional. Os dois líderes planejaram a invasão do Líbano, no início da década de 1980, momento em que o conflito civil libanês se encontrava num impasse. Síria e palestinos eram vistos por Washington, dentro da ótica binária da Guerra Fria, como aliados da URSS, e continuavam a ocupar o Líbano, a despeito da devastadora invasão israelense do sul do Líbano, em 1978.

Os americanos ofereceram, no entanto, um apoio tácito para que israelenses retornassem a invadir o Líbano em 1982 e expulsar a OLP do País dos Cedros. Ironicamente, apesar do breve sucesso de Israel na ofensiva, cuja análise será destrinchada no próximo capítulo, a expulsão da OLP somente favoreceu o fortalecimento da Síria. Por este motivo, em 1987, israelenses e americanos foram obrigados a consentirem o retorno das tropas de Damasco a Beirute para conter as guerras intra-‘muçulmanas’, sem que pudessem esboçar qualquer reação. A partir de então, Damasco passou a ser visto novamente como peça fundamental na estabilização do OM, cujo apoio possibilitou o ataque da coalizão liderada pelos EUA na guerra contra o Iraque, em 1991. A vitória sobre o Iraque coroou a vitória dos EUA sobre a URSS, dissolvida no Natal de 1991, e o fim da Guerra Fria, alçando o país à condição de única superpotência militar do planeta. Assim, a geoestratégia de contenção do *Heartland* alcançara seus objetivos.

A Geopolítica da URSS pós-II GM (1945-90)

É preciso ressaltar neste pequeno espaço que há uma escassez de fontes (documentos, livros, teses e artigos) publicadas no Brasil sobre a geopolítica soviética. Na verdade, em nosso país há escassez de publicações sobre diversos assuntos, que há muito são discutidos no exterior, o que demonstra a importância que o Brasil dá ao estudo de outros povos e nações, que inclusive influenciaram a formação nacional brasileira, dando a medida exata do seu compromisso com a chamada ‘inserção internacional’. Portanto, nossa análise da geopolítica soviética será baseada nos escritos da cientista política Aura Rejane Gomes (2001) e do geógrafo Eli Alves Penha (2007).

A primeira crise ocorrida após o advento da Guerra Fria foi deflagrada pela continuação da presença soviética no Irã após o fim da II GM, mesmo após a saída das tropas americanas e inglesas. As tropas da URSS não só permaneceram no país como também apoiaram uma rebelião do *Tudeh* (Partido Comunista Iraniano) na província iraniana do

Azerbaijão, cujo governo era do referido partido. Em dezembro de 1945, Moscou apoiou a demanda dos azeris pela autonomia. Pressões internacionais lideradas pelos EUA e aliados forçaram a retirada soviética, que ocorreu não sem antes a assinatura de um acordo entre Teerã e Moscou. De acordo com Aura Rejane Gomes (2001: 46), a política externa soviética sempre fez distinção em relação aos países da Faixa Norte do OM, Turquia e Irã, principalmente este último, e o resto da região. Os soviéticos percebiam que o Irã se mostrava o mais vulnerável à influência externa em decorrência de sua localização geográfica e fraqueza política. No entanto, o endurecimento da política dos EUA nesta Faixa Norte levou a URSS a deslocar sua estratégia para o mundo árabe, a Zona Sul (GOMES, 2001: 46), onde havia, supostamente brechas para conter o domínio ocidental no OM. Desta forma, os soviéticos promoveram o apoio ao nacionalismo árabe contra os interesses ocidentais na região. Apoio que não excluía os ‘nacionalistas burgueses’, assim como os partidos comunistas. Porém, a tentativa soviética de cooptação dos países árabes foi seriamente abalada pela fundação do Estado de Israel, entre 1947 e 1949.

Apesar do notório anti-judaísmo russo, devidamente absorvido pelo Estado soviético, Moscou apoiou o plano de balcanização da Palestina proposto pela resolução 181 da ONU, não se restringindo apenas à diplomacia, mas enviando prontamente armas para as lideranças sionistas, contrastando com a hesitação norte-americana com relação à fundação do Estado judeu e até mesmo com relação à própria partilha do território palestino, o que levou ao desencadeamento do Plano Dalet pelo *Haganah*, a principal milícia sionista, em março de 1948, dando início à campanha militar de limpeza étnica contra a população árabe palestina. Em 14 de maio de 1948, os ingleses partiam do Levante (para tão somente ‘retornar’ no comando do exército transjordaniano), abolindo o mandato sobre a Palestina, ato que foi logo seguido pela proclamação de ‘independência’ de Israel, imediatamente reconhecida pela URSS e pelos EUA.

A historiografia tradicional advoga que para Moscou os países árabes eram governados pela união de interesses de burguesias mercantis liberais aliadas a grandes proprietários de terras, que davam o suporte, assim, à aliança das monarquias conservadoras com os interesses imperialistas. Por este motivo, a maioria dos Partidos Comunistas árabes⁹¹, sob a influência da URSS, apoiaram a fundação de Israel, cujo programa nacional e político apresentava alguns

⁹¹ O apoio dos PCs árabes à fundação de Israel provocou sérios problemas dentro das comunidades cristãs, especialmente as greco-ortodoxas, na *Bilad Cham*, uma vez que membros destas comunidades tinham uma presença nos movimentos comunistas e nacionalistas árabes desproporcional ao peso demográfico nas sociedades árabes. Não podemos deixar de mencionar ainda que mesmo após a Revolução Russa de 1917, com a fundação da URSS, a simpatia de expressivos segmentos das comunidades cristãs greco-ortodoxos pelos sucessores da Rússia *czarista* permaneceu.

elementos socializantes e coletivistas, podendo constituir, portanto, num obstáculo à hegemonia burguesa árabe e ao imperialismo francês e britânico (KARAM, 2010: 68). Esta leitura soviética distorcida da realidade local, segundo o historiador Christian Karam (2010: 68), provocou uma rejeição às ideias marxistas na região, uma vez que a maioria dos árabes associava o apoio comunista a Israel como uma traição à libertação da Palestina e à criação de seu Estado nacional. A cientista política Aura Gomes (2001: 47) questiona, no entanto, a opinião corrente de que a política anti-britânica da URSS no OM foi justificativa suficiente para o apoio a Israel. Ela afirma que a simples retirada das tropas britânicas (que só se retiraram da Palestina) não acarretaria nenhum ganho aos soviéticos, se isto implicasse na hostilidade do mundo árabe, por maiores que tenham sido as promessas sionistas a Stalin (GOMES, 2001: 48). A politóloga prossegue afirmando que a evidência da parceria que o futuro Estado de Israel manteria com os EUA ficou clara no agressivo *lobby* norte-americano na votação da resolução 181 na AGONU (GOMES, 2001: 48). Mesmo que os EUA passassem a apoiar os árabes para contraporem uma aliança russo-sionista, os riscos seriam maiores. Gomes (2001: 48) acresce ainda que, qualquer fosse o resultado da votação na AGONU, o prejuízo da Grã-Bretanha era inevitável, pois assim como os judeus sionistas, os árabes nacionalistas estavam empenhados em derrubar o domínio britânico sobre toda a região, fazendo um pretense objetivo soviético de atrapalhar a política britânica perder um pouco a razão de ser. Por estes motivos, não se pode ter uma percepção clara e conclusiva a respeito do voto soviético favorável à criação de Israel, conclui Gomes (2001: 48), sem, no entanto, deixar de salientar que o assunto ainda merece uma nova pesquisa, capaz de obter maiores evidências e informações documentadas para esclarecer este episódio da votação soviética favorável a Israel, o que certamente contribuiu e muito para o avanço da influência norte-americana sobre o OM.

Em nossas análises até aqui empreendidas, compreendemos que a URSS, embora defendesse o ideal da revolução proletária e camponesa e a superação do capitalismo, foi *de fato* a máxima extensão territorial do Império Russo *czarista*, do qual é legítima sucessora. Tendo isto em vista, observamos que o Estado soviético apresentava o mesmo problema geopolítico de encontrar um acesso aos ‘mares quentes’ (Mar Mediterrâneo/Oceano Atlântico e os Oceanos Índico e Pacífico). Entretanto, de acordo com o geógrafo Eli Penha (2007: 149), o país enfrentava sérios problemas internos, no imediato pós-II GM, decorrentes da necessidade de criar uma sociedade industrial, apoiada nos ideais socialistas, que desprezavam o comércio como meio de geração de riquezas. Dessa forma, a Marinha era considerada instrumento do imperialismo burguês por Lênin (primeiro líder soviético) e foi

uma força militar hostilizada nos primórdios da URSS. Este pensamento foi, no entanto, lentamente abandonado, dada a condição geopolítica do país já mencionada, e logo se manifestou o interesse pela presença em todos os oceanos e mares, como forma de minimizar a vulnerabilidade soviética face à geoestratégia da contenção norte-americana, que buscava isolar a URSS aos limites do seu território setentrional (PENHA, 2007: 149).

Segundo Eli Penha (2007: 149), o almirante soviético Sergei Gorshkov foi o principal teórico do poder marítimo soviético através do livro *O poder marítimo do Estado*, publicado em 1979, no qual advoga a tese de que uma potência exclusivamente terrestre não pode assegurar, em caso de uma grande guerra, uma vitória total e duradoura. Por este motivo, deve-se construir uma força naval poderosa, mesmo considerando o alto custo do investimento, pois ela traria vantagens imediatas em todas as regiões do mundo, desde que fossem seguidas as premissas da ‘diplomacia naval’, isto é, das alianças com países amigos, tendo em vista o exercício de pressões para dissuadir os oponentes (PENHA, 2007: 149). Gorshkov defendia a necessidade de a força naval soviética atuar em todas as rotas, estreitos e passagens oceânicas, ação que se justificaria, perante os ideais socialistas, pelo apoio aos movimentos de libertação nacional no emergente Terceiro Mundo (PENHA, 2007: 149). De fato, a URSS desenvolveu, a partir da década de 1960, através da aplicação do conceito de ‘facilidades navais’, uma agressiva política marítima, atuando no Mediterrâneo, em 1966 e 1967, durante a Guerra dos Seis Dias; no Índico, em 1968, em decorrência das facilidades acordadas com a Índia; em 1969, nas Caraíbas; e, na década de 1970, na África Ocidental e Austral (PENHA, 2007: 150). Para a implementação desta ‘política naval’, os soviéticos usaram o submarino a propulsão nuclear como principal meio militar para superar a geoestratégia da contenção norte-americana, pois, além do artefato driblar a superioridade dos EUA nas águas de superfície, contornava obstáculos naturais que durante muito tempo impediram a expansão marítima soviética (PENHA, 2007: 150).

Ainda de acordo com Penha (2007: 150), o Oceano Ártico seria a grande área de concentração dos esforços marítimos soviéticos, em decorrência do desenvolvimento do avião de bombardeio de longo alcance e dos mísseis intercontinentais que se afrontavam nesta região. No que se refere à logística, a URSS desenvolveu bases de operações navais e mercantis de grande envergadura, interligando os portos do Pacífico com os do Ártico, através dos sistemas ferroviários BAM (Baikal – Amour) e Transiberiano (Moscou – Vladvostok) (PENHA, 2007: 150). Os soviéticos também desenvolveram a navegação peri-asiática, acessível pelo Canal de Suez, em combinação com a rota asiática, uma rota que, em tempos

de paz, permitia todos os tipos de transporte, favorecendo-se do apoio oferecido pela Índia, Vietnã, Etiópia, Iêmen e Síria (PENHA, 2007: 150).

As ideias do almirante Gosrshkov permitiram que a URSS desenvolvesse um poder naval só superado pelos EUA, firmando o país como a mais poderosa potência terrestre, produzindo, inclusive, um programa espacial (PENHA, 2007: 150). Os soviéticos, no entanto, não conseguiram romper a geoestratégia da contenção norte-americana, concretizada pelo cinturão de bases militares ao redor do território da URSS e, sobretudo, pela influência que os EUA tiveram capacidade de exercer sobre Estados-chaves⁹², Polônia, Alemanha, Irã, Afegansitão, Paquistão, Coréia do Sul, Japão, Filipinas e, principalmente, a China, a partir da década de 1970. Todavia, em nosso entendimento, o poder soviético havia entrado em declínio no OM com a expulsão dos assessores soviéticos do Egito, em 1972, durante os preparativos árabes para a Guerra do *Yom Kippur* (1973), mas isto será analisado mais adiante.

O mundo árabe pós-II GM (1945-90)

Os Estados árabes no OM, que emergiram do sistema mandatário franco-britânico, nasceram sob o signo do nacionalismo árabe, o que evidenciava uma contradição. Isto levava a crer que estes novos Estados deveriam ceder vez no futuro a um Estado que unificasse toda a nação árabe. Este paradoxo pode ser observado na Liga dos Estados Árabes (LEA), fundada sob influência britânica, em 1945, tendo o propósito de promover um nacionalismo árabe, mas, ao mesmo tempo, respeitando a independência e soberania dos Estados árabes (FERABOLLI, 2005: 13). Um dos primeiros desafios impostos à LEA foi a unificação da posição árabe sobre a questão da Palestina, onde se observava um levante judaico-sionista anti-britânico naquele momento. No entanto, somente após o início da campanha militar sionista de limpeza étnica da palestina, os países membros da LEA resolveram reagir, mas logo evidenciou-se a divisão (profunda) dos países árabes, que se reuniram no Cairo, em 10 de abril de 1948, um dia após o Massacre de Deir Yassin, quando mais de 254 palestinos foram assassinados. Quando o emir da Transjordânia, Abdullah, já comprometido pelos

⁹² “Estados-pinos geopolíticos”, como na aceção de Brzezinski. No caso polonês, não podemos esquecer a verdadeira campanha publicitária que o sindicato livre Solidariedade recebeu no Ocidente; há fortes suspeitas que recebesse verbas da CIA. O Solidariedade foi criado em fins da década de 1970, ao mesmo tempo em que um cardeal polonês, Karol Wojtila, era eleito Papa da Igreja Católica Apostólica Romana, João Paulo II, em 1978, chefe-de-Estado do Vaticano, que iniciou uma campanha ideológica contra o comunismo. Estes dois acontecimentos ocorreram ainda no período da Era Carter (1977-81), sendo um dos elementos que refutou a tese de Fred Halliday (2005), segundo o qual a Segunda Guerra Fria teria iniciado na Era Reagan (1981-89).

acordos com a Agência Judaica, aplaudiu o discurso do rei Faruk do Egito contra a partilha e a conquista da Palestina, afirmou : “não haverá conquista, nem ocupação, nem partilha, pois o povo é um só e a Palestina é a banda costeira da Transjordânia”; os sírios entenderam a mensagem cifrada do emir, o território palestino, até então considerado como ‘Síria meridional’ passou a ser o ‘litoral transjordaniano’ (AKCELRUD, 1986: 68-69). A mensagem é clara, uma ‘Grande Síria’ deveria ceder lugar para uma ‘Grande Transjordânia’, e esta formaria, caso a Palestina fosse incorporada aos domínios do emir, junto com o reino do Iraque, uma grande entidade estatal hachemita, cercando a Síria (com o intuito anexa-la a uma ‘Grande Síria Hachemita’) ao sul e a leste.

Como visto anteriormente, a intervenção dos exércitos regulares árabes (Síria, Líbano, Transjordânia, Egito e Iraque) na Palestina, em maio de 1948, não se destinou a impedir a fundação de um Estado judeu, mas, sim, de um Estado palestino. Esta foi a retaguarda com a qual as forças sionistas garantiram a expulsão de cerca de 750 mil árabes palestinos do Estado de Israel, a *Nakba* (Catástrofe). Os acordos de armistício entre Israel e os árabes, em 1949, legitimaram as anexações territoriais realizadas tanto pelos sionistas quanto pelos Estados árabes, selando, dessa forma, o destino dos refugiados palestinos, impedindo-os de retornarem à sua pátria. Porém a guerra árabe-israelense de 1947-49 marcou a formação de dois eixos geopolíticos no mundo árabe, que estavam centrados em duas dinastias árabes rivais, os Saud e os Hachemitas; ambas as casas mal haviam cessado a luta pelo domínio da Arábia.

Na campanha militar para a unificação da Arábia, entre 1902-32, os Saud obtiveram apoio inglês na luta contra os clãs locais e expulsaram das cidades de Meca e Medina os Hachemitas (1924), que detinham, desde os tempos otomanos, o título de *xerife* das duas cidades sagradas do Islã. Os britânicos mantinham a ambiguidade como política e, apesar de apoiarem os Saud, estavam preocupados com a expansão territorial empreendida por Abdel Aziz III ibn Saud, que poderia alcançar os territórios da Transjordânia e do Iraque, reservados para serem governados pelos filhos de Faysal al-Hachemi. A Grã-Bretanha optou por manter o domínio sobre os emirados do Golfo Árabe-Pérsico, que lhe garantiam uma excelente projeção estratégica sobre o Oceano Índico, abrindo mão do Hejaz para os Saud. Assim, a unificação do Reino do Nejd com o Sultanato do Hejaz foi possível em 1924, pelas mãos e tropas de ibn Saud, que fundaria, em 1936, o Reino da Arábia Saudita, mantendo a hostilidade aos Hachemitas, soberanos do Iraque e da Transjordânia, países da fronteira norte do novo reino.

Esta rivalidade clânica-tribal saudí-hechemita polarizaria o Crescente Fértil entre 1945 e 2003, sendo uma constante geopolítica que se sobrepôs a todas as mudanças de regimes,

balcanizações, guerras e invasões que a região enfrentaria nesse período (MASSOULIÉ, 1996: 69). Com a anexação da Cisjordânia ao emirado da Transjordânia, formando o Reino da Jordânia, surgiu uma frente anti-hachemita constituída pela Síria e Arábia Saudita, à qual foi acrescido o Egito. Os sauditas temiam que os hachemitas voltassem a reivindicar os territórios árabes da Península e que os iraquianos se expandissem para o Golfo Árabe-Persico. Do ponto de vista da geopolítica internacional, o eixo pró-saudita (Cairo – Damasco – Riad) pode ser lido como uma coalizão informal pró-EUA, enquanto que o eixo pró-hachemita (Aman – Bagdá) pode ser lido como pró-Grã-Bretanha. Estas linhas geopolíticas foram seguidas até a destruição do Iraque pela invasão anglo-americana, apoiada pelo Irã, em 2003. E não podemos deixar de ressaltar como estes eixos geopolíticos eram um reflexo da aliança entre as empresas petrolíferas e os governos locais.

A fundação de Israel, em 1948, por meio de uma guerra, e sua estrondosa vitória sobre os exércitos árabes, dos quais somente Egito e Jordânia teriam anexado territórios, provocaram uma grande turbulência no Crescente Fértil, no mundo árabe e em todo o OM. Mesmo sendo fundado com o consentimento velado dos governos árabes, o Estado de Israel se converteu num permanente foco de instabilidade em decorrência da indefinição de seus limites territoriais e a recusa de receber de volta os refugiados palestinos. Outro elemento grave de sua fundação é o caráter de defesa do exclusivismo comunitário que o movimento sionista assumiu e que o Estado de Israel personifica numa região marcada pelo pluralismo confessional e étnico e pela mescla multissecular de populações. Por este motivo, os governos e sociedades árabes passaram a considerar o ‘Estado judeu’ um ‘corpo estranho’, uma ‘entidade sionista’ ou um ‘enclave imperialista’. Estas sociedades árabes não tardaram a se revoltarem contra seus governantes autocratas e corruptos, que se converteram em negociantes da soberania palestina e que lutavam entre si pela liderança regional em total desprezo aos interesses nacionalistas árabes. A punição não tardou.

O primeiro governo a cair em decorrência da *Nakba* foi o do coronel-ditador da Síria Hosni Zaim, que assumiu o poder mediante um golpe de Estado, apoiado pelos EUA, contra o regime democrático e constitucional do presidente Chukri al-Kuwatli, em março de 1949. O golpe foi motivado pelo veto sírio à construção de um oleoduto (TAPLINE – *Trans-Arabian Pipeline*), pela empresa ARAMCO (*Arab-American Oil Company*), ligando Bahrein ao sul do Líbano, que passaria pelas Colinas de Golã. Os parlamentares sírios estavam enfurecidos com o apoio americano ao movimento sionista e resolveram postergar a decisão final que autorizaria a construção do oleoduto, que estava em compasso de espera no Líbano (GENDZIER, 1997). A princípio, o oleoduto, originário do Bahrein, seria direcionado a

Haifa, mas, em decorrência da guerra árabe-israelense, foi desviada para Sidon, ao sul do Líbano (CHAITANI, 2007: 124-32). Além dos interesses petrolíferos, Zaim se envolveu numa negociação secreta de paz malograda com o líder sionista Ben-Gurion, tendo, inclusive, deportado o líder nacionalista sírio e anti-sionista Antoun Saadeh para o Líbano, onde foi executado em julho de 1949. O coronel sírio também buscou uma aliança com as monarquias hachemitas (Iraque e Transjordânia), para que tivesse um suporte árabe à aliança que buscava com os sionistas (CHAITANI, 2007: 129). As tentativas de aproximação com os hachemitas e com os sionistas, após a Guerra de 1947-49, revelaram-se fatais à ditadura de Zaim, que foi deposto, em menos de cinco meses de governo, por um novo golpe militar, colocando no poder o coronel Sami Al-Hinawi.

Os golpes-militares na Síria serviram para demonstrar que a sociedade árabe não perdoaria quem usasse o nome da unidade árabe como fachada para ambições políticas particulares. Pouco tempo depois, em 1951, o rei Abdullah do então recém-formado Reino Hachemita da Jordânia, após a anexação de fato da Cisjordânia, foi assassinado na entrada da mesquita de al-Aqsa, em Jerusalém. Em 1952, seria a vez do rei Faruk do Egito, que havia negociado com os israelenses a anexação *de fato* da Faixa de Gaza, durante a Guerra de 1947-49, ser derrubado por um golpe militar de jovens oficiais nacionalistas reformistas (*Oficiais Livres*). Os ‘traidores’ da ‘causa árabe’ foram punidos. A aversão das populações árabes aos seus líderes (majoritariamente autocratas) recrudesceu. Assim, todos os governantes árabes se viram impelidos a demonstrar hostilidade ao novo Estado judeu, impedindo qualquer aproximação explícita com os israelenses. Surge deste processo traumático um nacionalismo árabe renovado, de cunho ‘socialista’, não mais atrelado à tutela europeia, de tradição liberal. O surgimento desta nova corrente do nacionalismo árabe deve-se não apenas à *Nakba* de 1947-49, mas também à ascensão de novas classes médias urbanas (‘pequena burguesia’) compostas por funcionários públicos, militares de alta e baixa patentes, professores universitários, intelectuais, estudantes e pequenos comerciantes, que se contrapunham à instável aliança entre o imperialismo e as burguesias comerciais e industriais e às oligarquias latifundiárias (KARAM, 2010: 68), acusadas de terem promovido a derrota árabe e a aliança com os sionistas. Este nacionalismo árabe renovado seria dividido em duas vertentes, o *Renascimento Árabe*, representadas nos partidos *Ba’ath* (*Ressurreição* em árabe) sírio e iraquiano; e o *nasserismo*, uma vertente do pan-arabismo, criado a partir do golpe militar dos Oficiais Livres egípcios sob a liderança do coronel Gamal Abdel Nasser, em julho de 1952 (KARAM, 2010: 69).

Este golpe de Estado contra a monarquia visava a modernização do Egito e foi promovido pela aliança entre os Oficiais Livres, cujo líder era o coronel Gamal Abdel Nasser, e a Irmandade Muçulmana (*al-Ikhwān al-Muslimūn*), na época, tinha uma forte penetração nas forças armadas. Apesar de a aliança heterodoxa acusar o governo corrupto do rei Faruk de conluio com os sionistas durante a Guerra de 1947-9 para anexar a Faixa de Gaza, Nasser, ao subir ao poder não devolveu o controle da região aos palestinos. O novo líder (*raīs*) egípcio percebia também que não poderia enfrentar Israel, pelo menos não naquele momento, como desejava a maioria da população. Nasser sabia que o Egito estava carente não apenas de armas, mas, sobretudo, de uma infra-estrutura industrial que fosse capaz de dar sustentação às forças armadas em caso de um conflito bélico da magnitude do ocorrido entre 1947-49, e, sobretudo, fortalecer o Estado egípcio. No plano militar, os Oficiais Livres entendiam que era preciso impedir a infiltração guerrilheira palestina (*fedayins*)⁹³ em território israelense, especialmente a partir da Faixa de Gaza. Estas infiltrações poderiam provocar uma reação israelense que alcançaria não apenas os palestinos, mas também os próprios egípcios.

No plano econômico, o regime dos Oficiais Livres percebia a necessidade de modernizar a produção e, para isto, seria preciso construir uma barragem no Rio Nilo (a de Assuã) para criar uma rede elétrica e, assim, industrializar a economia nacional. Havia também planos de reforma agrária. Todos estes projetos acabaram promovendo a ascensão de novas classes médias urbanas e mesmo rurais. No entanto, o novo governo egípcio era visto com desconfiança pelas monarquias conservadoras árabes, assim como por Israel, que era governado pelo ‘moderado’ primeiro-ministro Moshe Sharret (Shertok), favorável a uma acomodação com os Estados árabes (SHLAIM, 2004: 139-91), embora apoiasse a marginalização dos palestinos interna e regionalmente. Sharret não compartilhava a ideia de que os países árabes eram inimigos naturais de Israel. Pelo contrário, ele observava que os governantes árabes eram pragmáticos, que não reverteriam o resultado de 1947-49 e que estariam propensos a uma acomodação com o Estado hebreu para se deterem na resolução de problemas internos. Porém, as posições de Sharret não eram compartilhadas sequer pelos próprios membros de seu governo. Ele era minoritário no governo e na própria sociedade israelense. Na verdade, os governos israelenses eram todos de coalizão, isto porque a

⁹³ Os (contra-)ataques de guerrilheiros palestinos ao território israelense, retratados pela mídia ocidental como ‘agressões’, eram, na realidade, uma tentativa de não se permitir que as anexações israelenses de territórios palestinos se convertessem em fatos consumados, uma tática usada por Israel (reconhecida por historiadores, diplomatas e estrategistas) para se impor aos árabes.

sociedade israelense era profundamente dividida (étnica e politicamente)⁹⁴. Assim, suas posições favoráveis a uma acomodação com o Egito dos Oficiais Livres foram sendo solapadas pelo seu próprio gabinete (SHLAIM, 2004: 139-91).

No plano internacional, o regime militar egípcio recebia um apoio tácito da Inglaterra, que se revelou provisório, e, principalmente, dos EUA, que não foi tão provisório como muitos pensam. A Guerra Fria ainda não estava totalmente inserida no OM, fato que pode ser explicado pelo apoio soviético e dos PCs árabes à fundação de Israel, que causou repulsa nos árabes. Este cenário geopolítico regional seria profundamente alterado pela ascensão de Ben-Gurion ao ministério da defesa de Israel, em 1954, que se tornaria não apenas num inimigo declarado de Gamal Abdel Nasser, mas também num adversário do próprio *premier* israelense Sharret. Em janeiro de 1955, uma semana após tomar posse, o novo ministro da defesa autorizou o general Ariel Sharon a atacar com suas tropas um quartel-general (QG) do exército egípcio, na Faixa de Gaza, resultando na morte de 37 soldados egípcios e 8 soldados israelenses, no ferimento de 31 egípcios. Todas as negociações secretas que Nasser entabulava com diplomatas israelenses para a paz com Israel foram suspensas após o ataque surpresa israelense (SHLAIM, 2004: 164-70). O OM jamais seria o mesmo após esta data. Ben-Gurion era líder da coalizão dita esquerdista, chefiada pelos trabalhistas, e retornara ao governo defendendo a confrontação com os árabes, a ideologia sionista da chamada *Muralha de Ferro*, segundo a qual os árabes deveriam aceitar pacificamente a paz com o ‘Estado judeu’, do contrário, seriam brutalmente punidos (SHLAIM, 2004: 172).

A idéia de um Estado etnicamente ‘100% judeu’ reconhecido pelos árabes foi e continua sendo o ideal do núcleo duro do movimento sionista, em suas vertentes trabalhistas (nacionalistas socialistas), como as de Ben-Gurion, e revisionistas (nacionalistas liberais)⁹⁵, de Ze’ev Jabotinsky, como afirma o historiador palestino israelense Nur Masalha (2008). Segundo o historiador, apesar da retórica, a diferença entre as duas principais correntes do

⁹⁴ A sociedade israelense dividia-se étnico-politicamente entre coalizões de ‘esquerda’ (lideradas pelos Trabalhistas), apoiada pelos *ashkenazitas* (imigrantes europeus), que formavam as elites econômica, política e militar, e de ‘direita’ (lideradas pelos nacionalistas liberais e ‘revisionistas’), apoiada pelos *sefraditas* e *mizrahins* (judeus autóctones e imigrantes dos países árabes e dos latino-europeus).

⁹⁵ O termo *revisionista* advém do segmento sionista que buscava a ‘revisão’ do Mandato Britânico para a inclusão da Transjordânia à Palestina, que formariam a base territorial do ‘Estado judeu’ (MASALHA, 2002: 75). Esta corrente sionista formaria nos anos 1970 uma coalizão chamada *Likud*, adotando uma plataforma liberal para a economia, com ênfase nas privatizações e na luta contra o poder dos sindicatos, enquanto que na segurança deu prosseguimento à ideologia da ‘muralha de ferro’, ou seja, o uso da força militar com os vizinhos árabes supostamente hostis a Israel. O partido de direita ganharia as eleições parlamentares de 1977, tendo acabado com a hegemonia de mais de 29 anos de poder do Partido Trabalhista.

sionismo consiste no grau de pragmatismo dos trabalhistas⁹⁶ para o alcance dos objetivos maximalistas (‘mais judeus e mais territórios’) dos revisionistas. Dentro de uma concepção segundo a qual os árabes seriam naturalmente hostis aos judeus, pergunta-se: uma vez alcançado este objetivo, como consolidar um ‘Estado judeu’ num ‘mar de árabes e muçulmanos’? A resposta seria a construção de uma ‘muralha de ferro’, ou seja, a permanente ‘defesa’ de Israel através de uma ‘muralha’ de força militar judia de tal ordem que seria possível compensar a superioridade numérica e a hostilidade dos árabes. Para o líder revisionista Jabotinsky (SHLAIM, 2004: 48-54) não havia a possibilidade de um acordo com os árabes num primeiro momento, sendo necessário privilegiar o uso da força bruta com os países árabes para que entendessem a inutilidade da resistência. O ideólogo do revisionismo sionista prosseguiu afirmando que quando os árabes estivessem conscientes da impossibilidade de se livrarem dos colonizadores, estariam prontos, portanto, para negociarem e chegarem, assim, a uma coexistência pacífica com os judeus (SHLAIM, 2004: 48-54). Entretanto, o historiador israelense Avi Shlaim (2004: 53-72) afirma que as idéias de Jabotinsky tiveram um impacto que não se circunscreveram unicamente aos chamados sionistas revisionistas, mas, também, influenciaram os sionistas trabalhistas (nacionalistas socialistas), sob a liderança de David Ben-Gurion, que acreditava que o uso da força bruta contra os árabes não bastava para a segurança do ‘Estado judeu’, sendo, por isso, necessário o apoio externo. Shlaim (2004: 56-7) observa que, embora o socialismo apontasse para uma aliança anti-imperialista, indicando, no caso israelense, para uma unidade árabe-israelense, Ben-Gurion rechaçou qualquer possibilidade de uma aliança com os árabes contra o imperialismo. Desta forma, podemos entender como foi possível a aliança de Israel, sob a liderança de Ben-Gurion, com a França e a Inglaterra na Guerra do Suez, em 1956, contra o Egito, que nacionalizara o Canal de Suez. Durante o conflito, o exército israelense invadiu e ocupou a Península do Sinai. As tropas da coalizão anglo-franco-israelense só recuaram, contudo, mediante os ultimatos das duas superpotências, os EUA e a antiga URSS.

Deste modo, podemos entender como Nasser passou a buscar apoio internacional para se defender de Israel. Após o ataque de janeiro de 1955, que desestabilizaria toda região, o *raïs* egípcio encomendou compra de armas da URSS (MASSOULIÉ, 1996: 74) e passou não

⁹⁶ Ben-Gurion, principal líder da corrente trabalhista dentro do sionismo, sempre demonstrou apoio ao expansionismo de Israel. Em 1938, como resposta à Comissão Peel que recomendou a partilha da Palestina em dois Estados para árabes e judeus, o legendário líder sionista afirmou que os judeus deveriam aceitar a partilha até o momento em que fosse criado um poderoso exército capaz de ocupar toda a Palestina, pois os árabes só aceitariam o sionismo através de fatos consumados. Além disto, considerava justa a reivindicação do sionismo sobre toda a Palestina uma vez que os árabes já possuíam a Síria, o Iraque e a Arábia Saudita, que eram “mais que suficiente”. (MASALHA, 2002: 17-19).

apenas a aceitar as infiltrações guerrilheiras palestinas, mas também a incentivá-las (SHLAIM, 2004: 173-74). O Egito sofreu o ataque israelense quando estava se sentindo ameaçado pelo Pacto de Bagdá (1955), criado pelos interesses britânicos no OM, mas capitalizado pelos EUA. Este Pacto foi estabelecido após o golpe de Estado que derrubou o governo nacionalista do primeiro-ministro iraniano, Mossadegh, que, em 1953, havia nacionalizado as empresas de petróleo. O Acordo visava, através da aliança estratégica entre Iraque, Irã, Paquistão e Turquia, que formavam ‘o cinturão norte’ do OM, impedir o ‘avanço’ soviético aos ‘mares quentes’. A perspectiva de que a Jordânia (monarquia hachemita como o Iraque) pudesse aderir à aliança alarmou o governo do Cairo. Podemos inferir, neste aspecto, que o fator geopolítico regional teve um maior peso do que o internacional para as ações do Egito ao presidir a Conferência de Bandung, no mesmo ano, em favor da fundação do Movimento dos Não-Alinhados também chamado de Movimento Terceiro-Mundista.

O Egito, sendo um país de economia basicamente agrária, precisava se industrializar e, por isso, era dependente de capitais estrangeiros para colocar em marcha a modernização da economia. Estes capitais só poderiam provir dos EUA, a nação mais rica do mundo, uma vez que a Europa estava sendo reconstruída. Por isso, a retórica ‘radical’ e ‘anti-imperialista’ era muito mais um ataque dirigido à Inglaterra, que ainda controlava o Canal de Suez, e a seus aliados árabes (Iraque e Jordânia) do que propriamente aos EUA (e muito menos à URSS). Porém, o líder árabe acabou preso por esta retórica que soou ‘extremista’ aos seus inimigos, quando também resolveu apoiar o movimento de libertação nacional argelino contra o jugo francês.

A França, derrotada na Indochina (1954), via a Argélia muito mais como sua última possessão ultra-marina, era o próprio território francês que se encontrava conflagrado pela guerra contra os nacionalistas argelinos que buscavam a independência do país. Por isso os discursos do *raïs* eram uma ameaça aos interesses franceses na região. Somada a essa política externa ‘radical’, do ponto de vista europeu e israelense, Nasser nacionalizou em 1956 o Canal de Suez, controlado pelos ingleses desde o século XIX, criando-se, desta forma, as condições para o ataque tripartite anglo-franco-israelense no outono de 1956, visando derrubar o regime dos Oficiais Livres, a chamada Guerra de Suez. Apesar da clara vitória militar das forças terrestres israelenses, que conquistaram toda a Península do Sinai praticamente sem resistência egípcia, os EUA, que haviam se negado a financiar a represa de Assuã, e a URSS rechaçaram a ofensiva. De agora em diante, nenhuma potência europeia poderia intervir no OM sem a autorização das superpotências nucleares.

A Guerra de Suez (1956) teve dois efeitos no OM: primeiro, introduziu finalmente a região no cenário da Guerra Fria (os soviéticos aproveitaram o ataque tripartite ao Egito para invadir a Hungria e esmagar uma revolta popular, sem reação ocidental); segundo, alçou o pan-arabismo à condição de ideologia das massas em todo mundo árabe. Sendo Nasser o seu líder, seu governo seria um modelo para todos os governantes árabes. Em 1958, o Egito se uniu à Síria, tendo a adesão passageira do Iêmen do Sul, formando, assim, a República Árabe Unida (RAU). Reforma agrária, industrialização e nacionalizações eram as palavras de ordem do pan-arabismo, liderado por Nasser. Porém, a Guerra Fria americano-soviética desdobrou-se numa Guerra Fria inter-árabe. A vitória de *nasseristas* nas eleições parlamentares jordanianas, em 1957, e a crescente e popular oposição *nasserista* ao governo conservador liberal do presidente libanês pró-britânico Camile Chamoun, que intentava ser reeleito contrariando a constituição, entre 1957 e 1958, foram os sinais de alerta para a desestabilização regional que se avizinhava. Chamoun pretendia aderir ao Pacto de Bagdá, o que causava profundo transtorno aos governos sírio e egípcio, que conclamaram a unificação dos dois Estados, pois, naquele momento, os britânicos tinham o objetivo de criar uma federação jordano-iraquiana hechemita como resposta ao avanço do *nasserismo*, levando o Pacto de Bagdá para dentro do coração do mundo árabe.

A geopolítica anglo-americana de contenção da URSS era afetada, no entanto, pelos eventos regionais. Uma revolução nacionalista apoiada pelos comunistas no Iraque derrubaria em 1958 a monarquia pró-ocidental dos Hachemitas, colocando no poder militares nacionalistas. Um dos fatores a quem podemos atribuir a instabilidade política iraquiana era a existência de fronteiras conflituosas. Durante a Guerra do Suez (1956), tropas iraquianas foram despachadas para Amã em apoio à monarquia hachemita. Ao norte, o problema curdo era permanente, expondo o país mesopotâmico às invasões turcas e iranianas. Não tardou o governo militar iraquiano do general Abdel Karim Kassem, a iniciar um processo de nacionalização do petróleo. O Pacto de Bagdá sofreu sua primeira grande baixa, passando a ser denominado a partir daquele momento de *CENTO* (*Central Treaty Organisation* – Organização do Tratado Central). O peso geopolítico se fez sentir mais uma vez sobre considerações nacionalistas. Nasser e Kassem entraram em choque pela liderança do mundo árabe. Washington e Londres tiraram proveito. Os EUA invadiram o Líbano, encerrando a pequena guerra civil, não para combater a oposição *nasserista*, mas, sim, para apoiar a saída do presidente pró-britânico Camile Chamoun, impedindo que ele fosse reeleito, num claro apoio tácito e tático a Nasser. Pelos mesmos motivos, os americanos autorizaram o envio de tropas britânicas para a Jordânia, não apenas para proteger os Hachemitas, mas, sobretudo,

impedir que uma ordem nacionalista árabe iraquiana fosse imposta em Amã, desestabilizando o Egito. Em resposta ao novo governo iraquiano, a Inglaterra concedeu a independência ao Kuwait, em 1961, ato visto como provocação por Bagdá, que considerava o novo Estado árabe uma província do Iraque. Porém, o novo governo enfrentou uma instabilidade crônica, sofrendo várias tentativas de golpes militares e o Partido *Ba'ath* passou a liderar a oposição. Este partido, apoiado pelo Egito e EUA, derrubou o general Kassem, que foi fuzilado, instalando em seu lugar o general Abdul Salim Aref, em 1963, que tentou uma união com a Síria e o Egito, o que afetaria os interesses das monarquias jordaniana e saudita. Cinco anos mais tarde, o general Aref foi derrubado, sendo substituído pelo general Ahmad Hassan al-Bakr, tendo Saddam Hussein como primeiro-ministro e o 'homem-forte' *de facto* do país.

Neste meio tempo, a Síria havia percebido que a união com o Egito era mais uma anexação territorial do que uma unificação política. Assim, militares sírios anunciaram a secessão, em 1961. Fatores geopolíticos também contribuíram para a ruptura da união entre Damasco e Cairo, um deles foi a aproximação de Nasser com os governos árabes conservadores ('reacionários'), como os reinos da Jordânia e da Arábia Saudita e o recém-fundado Kuwait (em confrontação ao regime iraquiano de Kassem). A reforma agrária decretada pelos egípcios, quem *de fato* governava a RAU, provocou uma forte oposição nos grandes proprietários de terra sírios. A secessão síria foi um duro golpe às pretensões de Nasser de unir o mundo árabe sob sua liderança. Entretanto, a Síria continuou sofrendo de instabilidade política crônica, acirrada pelos ataques israelenses ao país, com sucessivos golpes militares, marcando o conflito político interno entre duas facções rivais do partido *Ba'ath*: 'moderados', que eram favoráveis a uma acomodação com os vizinhos, incluindo Israel; e os 'radicais', favoráveis a um confronto direto com os israelenses em apoio aos guerrilheiros palestinos e que também apoiavam uma economia com forte intervenção estatal. Esta luta política desembocaria – após a derrota na Guerra dos Seis Dias (1967), com a perda das Colinas de Golã, e a intervenção na Jordânia durante o massacre de palestinos no *Setembro Negro* (1970) – na instalação da ditadura do brigadeiro Hafez al-Assad ('moderado'), em 1970, que governou o país com mão de ferro até sua morte em 2000, sendo sucedido pelo seu filho, Bassar, ditador até os dias atuais, porém contestado pelas manifestações populares árabes contra os governos autocratas, na primavera de 2011.

Neste meio tempo, em 1962, ao sul da Arábia Saudita, no estratégico Golfo de Áden, um golpe militar de inspiração nasserista derrubava a monarquia do *imã* (autoridade muçulmana xiita) Muhammad al-Badr do Iêmen e proclamava a República do Iêmen (vulgarmente denominado *Iêmen do Norte*). Desta forma, o reino saudita-*wahhabita*, anti-xiita

percebeu que sofria um cerco de repúblicas nacionalistas; a visão geopolítica se sobrepôs à ideológica. Imediatamente despachou tropas em apoio ao monarca xiita. A Arábia Saudita era aliada dos EUA e forjou uma aliança com os hachemitas jordanianos para esmagar as forças nasseristas iemenitas. Foi a primeira vez que os eixos geopolíticos árabes foram subvertidos. As forças republicanas iemenitas passaram a receber apoio do Egito, até o momento em que Nasser enviou soldados egípcios para o Iêmen para auxiliá-los (ROGAN, 2010: 332).

O envolvimento militar egípcio na Península Arábica se revelaria fatal, pois estabilizaria a fronteira sul israelense, abrindo caminho para a aviação de Israel atacar a Síria (ao norte do 'Estado judeu'). Os ataques israelenses decorriam tanto das infiltrações dos guerrilheiros palestinos pela fronteira síria, intensificadas com a fundação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) durante a reunião da Liga dos Estados Árabes (LEA), no Cairo, em 1964, como também da oposição ao projeto de desvio de águas do afluente do Rio Jordão pelos sírios (NIGRI, 2003: 18). Os ataques israelenses também se dirigiram à Jordânia, aumentando a tensão na fronteira norte do Egito. A escalada militar israelense contra seus vizinhos a leste e nordeste levaria a Síria, sob o regime da ala 'radical' militar do *Ba'ath* liderada por Nur a-Din al-Atassi, a buscar apoio da URSS e do Egito, este último cada vez mais comprometido militarmente no Iêmen. Pela lógica da Guerra Fria, se Síria e Egito estavam se aproximando dos soviéticos, seria natural, portanto, que os EUA se aproximassem de Israel. Tal cálculo não foi levado em conta por Nasser, que liderava um país com uma alta dívida externa e desgastado militarmente pela guerra civil iemenita. O *raïs* egípcio ainda acreditava que podia contar com o apoio de Washington, sem imaginar que a nova geopolítica israelense implantada por Ben-Gurion, a partir do final dos anos 1950, pudesse ter excelentes resultados.

Qual era esta nova geopolítica israelense desenvolvida por Ben-Gurion? As relações entre EUA e Israel, desde a fundação deste último, foi marcada por uma profunda desconfiança de Washington que, como visto no capítulo anterior, chegou até mesmo a sugerir a suspensão da resolução 181 da ONU para a Partilha da Palestina. Esta desconfiança foi aprofundada pela invasão tripartite anglo-franco-israelense do Suez em 1956. Percebendo que Israel permaneceria isolado em meio à onda de nacionalismo árabe e sem apoio indispensável dos EUA, Ben Gurion traçou uma diplomacia baseada no desdobramento da geopolítica da 'aliança das minorias', a 'aliança da periferia'. Primeiramente, a 'aliança das minorias' foi concebida pelos líderes sionistas ainda no período mandatário visando se aproximar das populações não árabes ou não muçulmanas ou não muçulmanas sunitas para romper a hegemonia de uma população árabe muçulmana sunita majoritária no OM, que

poderia formar um Estado nacional unificado, pondo em risco supostamente a fundação de um Estado judeu. Neste sentido, o conceito de OM foi entendido, ainda que de forma não articulada por estes líderes sionistas, como sendo uma área geoestratégica onde se privilegiava elementos não-árabes. Dentro desta leitura geopolítica, este conceito se contraporía ao de OP, onde o elemento árabe seria predominante. Desta forma, os sionistas precisavam “encorajar o desejo de autonomia nacional e criar ilhotas de aliados, em um oceano de nacionalismo árabe” (CROOKE, 2009; SHLAIM, 2004). Os líderes sionistas e, posteriormente, os israelenses procuraram criar alianças com as minorias étnicas e confessionais no mundo árabe e na região: populações não árabes, como curdos, turcos e iranianos; e populações árabes não sunitas, especialmente no Líbano, como os cristãos maronitas, druzos e até mesmo os muçulmanos xiitas. Isto ajuda explicar em grande medida porque Ben-Gurion buscou apoio dos druzos da Palestina durante a Guerra de 1947-49 e o pouco empenho dos cristãos maronitas em apoiarem o Líbano no confronto com Israel no referido conflito. Tais alianças se revelariam mortais no longo conflito libanês entre 1975 e 1990, com consequências até os dias atuais em todo o OM, como veremos mais adiante.

Seguindo esta lógica geoestratégica, a ‘aliança da periferia’ foi concebida pelos israelenses como um desdobramento na diplomacia das ‘alianças das minorias’, objetivando contrabalançar o peso dos Estados árabes por meio da aproximação de países com regimes pró-ocidentais localizados no arco periférico do OM: o Irã (‘xiita’ laico), a Turquia (‘sunitas’ laicos) e a Etiópia (‘cristão’), reduzindo, desta forma, o isolamento de Israel, tornando-o mais atrativo como ‘trunfo’ para os EUA (CROOKE, 2009; SHLAIM, 2004). A bem sucedida ‘aliança periférica’, resultando na assinatura de um Tratado militar entre Israel e Turquia, em 1958, e a defecção do Iraque, no mesmo ano, do ‘campo ocidental’, fragilizando a contenção da URSS, levaram os EUA a entender que deveriam abandonar o esforço de criação de uma ampla aliança com os países árabes, devendo perseguir uma estratégia bilateral ao invés de multilateral, colaborando individual e separadamente com cada potência regional que desejasse e fosse capaz de favorecer o objetivo de contenção, “tornando a dependência de aliados regionais [no] elemento fundamental da estratégia norte-americana” (BEN-ZVI apud FELDBERG, 2008: 110).

A Guerra do Iêmen, no entanto, exacerbou as rivalidades intra-árabes. Desta vez, o alinhamento geopolítico era de natureza ideológica. De um lado se alinhavam as repúblicas nacionalistas, em geral governadas por militares, como a Síria, o Egito e o Iraque (este foi por um breve período); do outro, monarquias conservadoras, como a Arábia Saudita, Jordânia e Kuwait. Os EUA ainda tentaram manter proximidade com Nasser para evitar que os

soviéticos penetrassem na região, reconhecendo o governo republicano iemenita, aceitando as garantias de que o Egito não usaria o Iêmen como base anti-saudita ou anti-britânica (os ingleses ainda controlavam Áden, o ‘Iêmen do Sul’). A escalada militar nas fronteiras leste e nordeste israelense com a Síria e Jordânia e no Iêmen fizeram o *raïs* egípcio endurecer sua retórica contra Israel e as monarquias conservadoras. Em 1966, tropas israelenses invadiram e arrasaram a cidade jordaniana de Samu, que supostamente abrigava ‘terroristas’ do ELP (Exército de Libertação da Palestina). Ele acabou prisioneiro das exortações bélicas, num momento em que os israelenses viram-se como cercados de regimes ‘radicais’ e hostis. A Síria requisitaria uma aliança com o Egito em 1967 para deter as constantes invasões israelenses nas chamadas zonas desmilitarizadas, criadas após a Guerra de 1947-49, na fronteira sírio-israelense, cujo limite era o rio Jordão, sendo, portanto, uma região rica em água, recurso escasso em Israel.

A partir de maio de 1967, a escalada de tensões levou a um ciclo de violência fora de controle entre Israel e os países vizinhos. A agressividade de Israel com seus vizinhos não foi decorrente apenas das infiltrações guerrilheiras palestinas no seu território; havia motivações geopolíticas e geoestratégicas para estas ações militares. Primeiramente, o território israelense tinha o formato de uma lança apontada para o sul com uma ‘cintura fina’; a distância entre a costa marítima e a Cisjordânia (ocupada pela Jordânia) chegava em alguns pontos a 12 km, deixando o país vulnerável a um impulso hostil para dividir o norte do sul de Israel (ROGAN, 2009: 333). Israel não tinha profundidade territorial, impelindo o país a avançar sobre a Cisjordânia, mesmo que esta expansão territorial custasse o domínio sobre uma grande população árabe. Além disto, a Síria dominava as Colinas de Golã, de onde se poderia ter uma visão da Galiléia, norte de Israel. Os israelenses também acreditavam que a superioridade estratégica sobre os árabes conquistada em 1947-49 e reafirmada em 1956 – mais e melhores armas – havia diminuído durante a década entre 1956-67 em decorrência do apoio soviético aos árabes, que se traduziu no envio ao Egito e à Síria de um sistema de armas de última tecnologia. Segundo o historiador Eugene Rogan (2009: 333), “Israel precisava de uma boa guerra para assegurar fronteiras defensíveis e infligir uma decisiva derrota sobre os árabes para impor uma paz nos termos nos quais os israelenses poderiam viver”.

Mapa 12 – Distâncias entre as cidades israelenses e as linhas de cessar-fogo de 1949.

Fonte: (BARD, 2006: 123)

Em maio de 1967, um boato sobre a concentração de tropas israelenses na fronteira síria, informe provavelmente disseminado ao governo sírio pelos soviéticos e egípcios, levou

à precipitação dos acontecimentos bélicos. Como resposta à suposta ação militar israelense, Egito, Síria e Jordânia formaram um comando unificado, em 14 de maio de 1967, visando a condução da guerra. No dia 18 de maio de 1967, Nasser exigiu a retirada das tropas da ONU da Península do Sinai, que desde o fim da Guerra de 1956 ocupava a região. Ele imediatamente enviou seu exército para a fronteira com Israel, assim como para Sharm al-Sheik, com o objetivo de bloquear o Golfo de Acaba (pelo Estreito de Tirã) para os navios israelenses ou embarcações que traziam material bélico ao ‘Estado judeu’. O bloqueio do Estreito foi considerado por Israel como *casus belli*, pois cortava-lhe o acesso do porto de Eilat ao Mar Vermelho e o contato com o Oceano Índico. Em 5 de junho de 1967, a aviação israelense iniciou a ofensiva militar de seis dias contra Egito, Síria e Jordânia, que seria conhecida com a Guerra dos Seis Dias. No dia seguinte, todas as forças aéreas dos três países árabes estavam arrasadas pelos caças israelenses. Imediatamente, Israel enviou suas tropas terrestres, iniciando a campanha militar que iria ocupar e anexar territórios árabes, consolidando a vitória arrasadora sobre as repúblicas árabes ‘radicais’ nacionalistas (Egito e Síria) e sobre a monarquia que desafiava a legitimidade dos Saud sobre a Arábia, a Jordânia hachemita. Assim, as Colinas de Golã, tomadas da Síria, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, da Jordânia, e a Faixa de Gaza, do Egito, passaram ao domínio israelense, representado um verdadeiro cataclisma no mundo árabe.

Apesar de esta expansão territorial servir, segundo o discurso oficial de Israel, à necessidade de segurança militar, o geógrafo Gilberto Rodrigues Jr. (2010:182-88) afirma que a ofensiva militar israelense de junho de 1967 teve como um dos seus principais motivos a água. De acordo com os jornalistas Jayme Brenner e Cláudio Camargo (1995: 31), os israelenses passaram a controlar 81% dos mananciais de água da Palestina. De fato, ainda de acordo com Rodrigues Jr. (2010: 183), as Colinas de Golã são o local de encontro das nascentes do rio Jordão, seus primeiros tributários, e outros pequenos rios que convergem para o Mar da Galiléia, remetendo-nos a uma outra forma de segurança: a hídrica.

Ao fim da Guerra de 1967, a dos Seis Dias, os territórios controlados pelos israelenses passaram de uma superfície de 20.770 km² para aproximadamente 88.233 km², isto significa que, em relação aos 15.125 km² que a ONU destinou aos judeus na Palestina em 1947, Israel quadruplicou seus domínios territoriais, formando, assim, um verdadeiro mini-império no OM. As alterações não foram apenas territoriais; a demografia sofreu um profundo impacto, não menor que o da Guerra de 1947-49. Nas Colinas de Golã, entre 80 e 90 mil civis fugiram ou foram expulsos (MORRIS, 2001: 327). Dos cerca de 1.400.000 palestinos que viviam na Faixa de Gaza, sob o controle egípcio, e na Cisjordânia (Margem Ocidental – *West Bank*), sob

o controle jordaniano, 927.500 habitantes permaneceram nesses territórios que passaram ao domínio israelense. Cerca de 450 mil palestinos se refugiaram nos países vizinhos, especialmente na Jordânia (mais de 250 mil), na Síria e no Líbano, segundo dados levantados pelos historiadores Farsoun e Zacharia (1997: 127; 139). Desta forma, a população palestina na Palestina histórica, ou seja, a população do território que compreendia os atuais Israel, Cisjordânia e a Faixa de Gaza, decaiu de cerca de 1.700.000, antes da Guerra de 1967, para cerca de 1.300.000 moradores. A tragédia dos refugiados palestinos se repetia de maneira ainda mais contundente, pois desta vez os EUA, profundamente envolvidos na Guerra do Vietnã (1964-75), não foram favoráveis ao retorno dos refugiados palestinos aos seus territórios. Desta vez, os americanos estavam inequivocamente ao lado dos israelenses, que provaram que poderiam ser os guardiões dos interesses dos EUA no OM, em parceria com o Irã e a Turquia, interesses esses referentes à proteção das *petromonarquias* do Golfo Árabe-Pérsico, ameaçadas pelo ‘radicalismo’ dos regimes militares nacionalistas (apoiados pelos soviéticos), e à contenção da URSS.

Tabela 6 – Mudanças demográficas na Palestina e na Jordânia após a Guerra dos Seis Dias (1967) - População palestina.

Pré-Guerra de 1967	Porcentagem	População
Palestinos	100,0%	2.650.000
Palestina (Israel + Cisj. + Gaza)	64,0%	1.696.000
Israel	12,0%	318.000
Cisjordânia	34,0%	901.000
Faixa de Gaza	18,0%	477.000
Jordânia	17,5%	463.750
Refugiados em outros países do O.M.	18,5%	490.250

Pós-Guerra de 1967	Porcentagem	População
Palestinos	100,0%	2.650.000
Palestina (Israel + Cisj. + Gaza)	50,0%	1.325.000
Israel	15,0%	397.500
Cisjordânia	22,0%	583.000
Faixa de Gaza	13,0%	344.500
Jordânia	27,0%	715.500
Refugiados em outros países do OM	33,0%	874.500

Fonte: Farsoun e Zacharia (1997: 128;138)

A viragem geopolítica não se resumia à demopolítica e nem à hidropolítica. Na escala internacional, os EUA saíram como grandes vencedores e a URSS como derrotada e humilhada. A Casa Branca estabeleceria uma aliança estratégica com Israel, mediante o fornecimento em larga escala de armas sofisticadas de última geração, visando impedir tanto o uso do dispositivo nuclear numa guerra com os árabes quanto a necessidade de uma intervenção militar americana para defender Israel numa guerra, o que lhe cobraria um alto custo (FELDBERG, 2008). Na escala regional, o verdadeiro vencedor da Guerra foi a Arábia Saudita, pois a derrota do Egito, da Síria e da Jordânia representava a aniquilação dos regimes que contestavam seu poder regional. A partir de então, com o declínio dos nacionalismos árabes (nasserista e *ba'athista*), os sauditas estavam livres para imporem ao mundo árabe sua doutrina *wahhabita*, que legitimava seu regime, associada ao liberalismo econômico, em consonância com o poder americano. Abria-se o caminho para o surgimento do Islã político. É preciso salientar que, apesar do expansionismo territorial e da expulsão de centenas de milhares de palestinos da Palestina histórica, a população não-judia (principalmente árabe palestina, além dos árabes druzos e beduínos) que passou ao controle de Israel subiu de 14% para 35,4% do total de habitantes dentro dos novos limites do pós-guerra de 1967 (FARSOUN e ZACHARIA, 1997: 128-38), pondo em xeque o caráter judeu do Estado israelense. Esta população árabe seria submetida dentro de Israel a um rigoroso regime militar (PAPPÉ, 2007). Desta forma, a acachapante vitória militar teve um efeito político interno adverso do militar, a despeito da euforia da vitória bélica intoxicar a opinião pública israelense, invocando uma suposta invencibilidade do *Tzahal* por muitos anos. Esta arrogância lhes cobraria um alto preço.

Mapa 13 – Expansão territorial de Israel pós-1967 e o OP

Mapa 14 – Israel e as linhas de cessar-fogo depois da Guerra dos Seis Dias (1967)

Fonte: (BARD, 2006)

A Guerra dos Seis Dias, no verão de 1967, passou a ser denominada pelos palestinos e demais árabes de Segunda *Nakba* (Segunda Catástrofe). Ela demonstrou que a luta pela libertação da Palestina não poderia ser confiada aos Estados árabes, por demasiado

comprometidos com seus problemas internos e usando a causa palestina para camuflar seus interesses particulares. Para os nacionalistas palestinos, eles deveriam lutar com as próprias mãos pela libertação da Palestina, inspirados pelos movimentos revolucionários terceiro-mundistas (especialmente a Guerra do Vietnã e as guerrilhas latino-americanas) (ROGAN, 2010: 343). A OLP, fundada no Egito de Nasser, passaria por uma reformulação e a nova direção, sob a liderança do grupo al-Fatah, de Yasser Arafat, reivindicava autonomia de decisão. A partir da Segunda *Nakba*, ressurgiria a figura do *fedayin*, o guerrilheiro palestino. O marco deste ressurgimento foi a legendária Batalha de Karameh, em março de 1968, quando um comando israelense invadiu a aldeia do mesmo nome, na Jordânia, sob o pretexto de retaliar um ataque palestino. Com o apoio do exército jordaniano – o rei Hussein proclamaria: “somos todos *fedayins*” –, os palestinos rechaçaram a ofensiva israelense, marcando a primeira vitória da resistência. O monarca hachemita compreendeu de perto, no entanto, as divisões existentes no seio da OLP, que lhe serviriam para diminuir o poder de seus futuros rivais palestinos (NIGRI, 2003: 20).

Ao mesmo tempo, Nasser passou para a contra-ofensiva visando impedir a anexação israelense do Sinai como fato consumado, mediante uma guerra de baixa intensidade contra Israel momentos após a catastrófica derrota de 1967. Na realidade, o *raïs* egípcio buscava não apenas uma reconquista territorial, mas a normalização das relações com Israel, de forma a permitir-lhe se concentrar nos graves problemas internos de seu país. A Guerra de Atrito (1967-70) entre Egito e Israel provocou um envolvimento maior dos soviéticos com seus aliados árabes, especialmente os egípcios, através da venda de armas sofisticadas e do envio de assessores militares, permitindo ao Egito recuperar aos poucos a moral perdida no conflito anterior (SHLAIM, 2004). Como parte destes esforços, Nasser engajou o sul do Líbano para servir de rampa para ataques palestinos contra os israelenses depois da assinatura com o primeiro-ministro libanês e com os representantes palestinos os Acordos de Cairo (1969). O Líbano (que estivera ausente nas Guerras de Suez (1956) e dos Seis Dias (1967) e, por isso mesmo, foi o único vizinho de Israel a não sofrer perdas territoriais) seria obrigado a dar sua cota de sacrifício para a ‘causa árabe’, o que quer que isto significasse. Tal Acordo representaria uma ‘sentença de morte’ para o Líbano, dado seu delicado equilíbrio político-confessional e poder descentralizado. O território libanês se converteria aos poucos num campo de batalha das guerras árabe-israelenses, principalmente dos conflitos palestino-israelenses. Em 1968, a força aérea israelense atacaria o aeroporto de Beirute, destruindo a aviação civil libanesa, em suposta represália às atividades guerrilheiras na fronteira líbano-israelense.

A desestabilização externa do Líbano decorreria de outros dois eventos geopolíticos de grande impacto regional: o massacre do *Setembro Negro* (1970) e a Guerra do *Yom Kippur* (1973). As atividades guerrilheiras palestinas se intensificaram a partir dos Acordos de Cairo (1969), liberando o território sul-libanês para o enfrentamento com os israelenses. As ações dos *fedayins* se tornaram espetaculares com grande repercussão na mídia, principalmente após os sequestros de aviões civis, como o da companhia israelense El-Al, no aeroporto de Atenas, em 1968. Os palestinos ganharam com isto visibilidade mundial para a questão da ocupação de seus territórios e a expulsão destes pelas forças israelenses. Entretanto, a repercussão destas ações na mídia, especialmente ocidental, era negativa e os guerrilheiros palestinos passaram a ser vistos como ‘terroristas’. Além disto, as represálias israelenses eram brutais e na maioria das vezes não distinguia civis de combatentes. O sequestro do El-Al foi seguido de um bombardeio israelense ao Aeroporto de Beirute como uma forma de Israel responsabilizar o Líbano pelo apoio às ações guerrilheiras palestinas na fronteira entre os dois países. Em abril de 1970, um avião da Swissair explodiu em pleno vôo, matando 47 pessoas (MASSOULIÉ, 1996: 93). Estes sequestros se multiplicariam. Uma das bases das ações palestinas era a Jordânia, país com uma população majoritariamente palestina e sede operacional da OLP.

O rei Hussein autorizara a presença deste grupo como uma forma de poder controlar o Movimento Nacional Palestino (MNP) e assim manipula-lo de maneira que lhe conviesse. Porém, as relações entre o monarca e o MNP se tornaram cada vez mais tensas a partir do momento em que os diversos grupos armados palestinos, além de dominarem territórios dentro do reino, constituindo um verdadeiro ‘Estado dentro do Estado’, passaram a defender abertamente a queda do rei, considerado ‘reacionário’ e ‘moderado’ demais com Israel (de fato, os reis hachemitas jordanianos cultivavam veladamente estreitas relações com Israel e com os sionistas desde o Acordo Faysal-Weizman, em 1919).

O sequestro de um jato europeu desviado para o aeroporto de Amã, capital do país, em 1970, culminando na explosão do aparelho, foi o estopim para que o rei, apoiado pela elite militar árabe beduína (seculares inimigos dos árabes palestinos) e de importantes segmentos da burguesia palestina cooptada pelo poder hachemita, desencadeasse uma feroz repressão anti-palestina. Isto explica em grande medida o motivo pelo qual os embates entre as tropas hachemitas e os *fedayins* exterminaram mais de 10 mil palestinos, episódio conhecido como *Setembro Negro*, reduzindo drasticamente as atividades guerrilheiras na fronteira jordano-israelense e expulsando milhares de sobreviventes para Síria e Líbano. As operações de repressão do exército jordaniano foram contestadas fortemente pelos países árabes, mas

certamente os protestos não passaram de formalidades para contentar o público interno em lugar de propriamente uma efetiva solidariedade à causa palestina, excetuando a Síria e Iraque, que de fato enviaram tropas em auxílio aos *fedayins*, mas logo recuando sob intimidações americanas e israelenses⁹⁷. A repressão ocorreu sem obstáculos externos efetivos. Os EUA, envolvidos no Vietnã, e Israel ofereceram os apoios tácitos ao rei Hussein e fizeram advertências para quem ameaçasse intervir (Síria e Iraque). Foram as garantias de que o massacre contra os palestinos não sofreria maiores contestações internacionais. A guerra civil jordaniana foi encerrada com um acordo entre o rei Hussein e o líder da OLP, Yasser Arafat, mediado por Nasser, em 27 de setembro de 1970, que morreria no dia seguinte, sendo substituído na presidência egípcia pelo membro do Movimento dos Oficiais Livres e ex-simpatizante da Irmandade Muçulmana, general Anwar al-Sadat, já sinalizando uma nova configuração geopolítica mundial, marcada pela *détente* (distensão) entre EUA e URSS.

A distensão entre EUA e URSS, iniciada após a Crise dos Mísseis em Cuba e na Turquia, em 1960, foi marcada por acordos limitando o arsenal nuclear das duas superpotências. Um dos pontos altos desta política foi o breve conflito entre URSS e China, em 1969, marcando a dissensão intra-‘comunista’, que favoreceria a saída dos EUA do Vietnã, em 1975, uma vez constatada a impossibilidade da vitória americana. Esta acomodação entre Washington e Moscou causou péssima impressão nas lideranças árabes aliadas dos soviéticos, especialmente em Anwar al-Sadat. Isto se deve, segundo o historiador libanês Charles Rizk (1992: 213-6), à percepção do líder egípcio de que o OM se tornara uma área reservada para as duas superpotências como um componente de suas conversas bilaterais, alienando as partes regionais em litígio. Desta forma, o OM se convertera num condomínio americano-soviético, levando ao adiamento indefinido da resolução do conflito árabe-israelense, uma vez que no calendário de negociações de 1972, entre EUA e URSS, este conflito não teve nenhuma prioridade (RIZK, 1992: 215). Os egípcios entenderam, de acordo com Rizk (1992: 215), que a URSS aceitara a *détente* com os EUA, após os acordos de 1972, sob o preço de reduzir o seu apoio incondicional aos árabes, especialmente ao Egito, enquanto os americanos continuariam a identificar-se totalmente com Israel. Neste sentido, segundo o historiador libanês, a diplomacia de Henry Kissinger foi um grande sucesso ao congelar o apoio soviético aos árabes, especialmente os egípcios, dando um passo em direção à meta de “expulsar a URSS do OM”. Dentro desta percepção, podemos entender que a *détente*

⁹⁷ Há fortes suspeitas de que os sírios enviaram tropas para a Jordânia, durante o *Setembro Negro*, não apenas para apoiar somente os palestinos, mas também para derrubar a monarquia hachemita e substituí-la por um governo pró-Damasco.

representou, a partir das negociações americano-soviéticas de 1972 (SALT I)⁹⁸, o encerramento da Guerra Fria no mundo árabe, ao contrário do que afirma o historiador Fred Halliday (2005) sobre a Revolução Iraniana (1979) e a Guerra Irã-Iraque (1980-88) como marcos finais do conflito leste-oeste. Isto explica as motivações que levaram Sadat a expulsar 15 mil assessores militares soviéticos em 1972 para se aproximar da Arábia Saudita visando obter os recursos financeiros necessários e, assim, comprar armas soviéticas para a guerra contra Israel, uma vez que os esforços diplomáticos em direção à paz e à devolução da Península do Sinai foram recebidos com indiferença e intransigência pelo governo israelense de Golda Meir (SHLAIM, 2004). Para a internacionalista Silvia Ferabolli (2007: 85),

A Guerra Fria foi formalmente encerrada no Mundo Árabe, já no início da década de 1970, em virtude do sucesso da diplomacia de Kissinger – que resultou nos acordos de paz entre Egito e Israel – e da opção egípcia pelo financiamento norte-americano de seu projeto de reestruturação política e econômica. As relações entre Arábia Saudita e Estados Unidos aprofundaram-se no pós-Yom Kippur, mas a paz em separado entre Egito e Israel fez desse primeiro o principal aliado árabe dos norte-americanos, posto outrora ocupado pelos sauditas. Essa situação não impediu que a Arábia Saudita mantivesse sua aliança com os Estados Unidos, mas obrigou-a a romper relações com o Egito, em decorrência, especialmente, da pressão exercida pela Revolução Iraniana (1979) para que os povos islâmicos impedissem que seus líderes se aliassem a governos pró-norte-americanos. A entrada definitiva dos Estados Unidos na região do OMNA [OM e Norte da África] deu-se por meio de dois Estados que negavam a unidade árabe – o Egito de Sadat e a Arábia Saudita.

As tensões internacionais e regionais contribuíram decisivamente para o agravamento do quadro geopolítico regional. Em 1972 foi lançado pelo rei da Jordânia, tentando reaver o prestígio perdido regionalmente com o massacre do *Setembro Negro* e também corroer a autoridade da OLP, o Plano Hussein, tendo em vista transformar o reino hachemita em um Estado árabe unido, formado pela Jordânia e pelos territórios palestinos ocupados por Israel desde a Guerra de 1967, acrescidos de territórios recuperados após a assinatura de um tratado de paz definitivo com os israelenses (SHLAIM, 2004). A repercussão foi péssima no seio dos países árabes progressistas e mais negativa ainda entre os palestinos, que entenderam o plano como ‘traição’ e ‘um conluio com os israelenses’ (NIGRI, 2003: 20). Isolada, a Jordânia não participaria da Guerra do *Yom Kippur*, em outubro de 1973, quando Síria e Egito desferiram a primeira ofensiva árabe contra Israel para reaverem os territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias de 1967. O ataque combinado sírio-egípcio pegou de surpresa o *staff* militar israelense que comemorava o *Yom Kippur*, o dia do perdão, feriado nacional israelense. Mesmo não

⁹⁸ SALT I – Tratado de Limitação de Armas Estratégicas. Disponível em: <<http://www.state.gov/www/global/arms/treaties/salt1.html>>. Acesso em: 18/01/2011. Este Tratado se enquadrava numa diplomacia entre as duas superpotências nucleares (EUA e URSS) para o controle de armamentos (e não o desarmamento), visando um equilíbrio de forças negociado, marcando a Era de Distensão (*Détente*) dentro da Guerra Fria.

resultando em uma efetiva vitória árabe, a guerra foi considerada uma vitória pelos árabes e, apesar, da reação do *Tzahal*, com apoio de Portugal, sob a ditadura salazarista, e dos EUA, os israelenses a encararam como uma derrota⁹⁹, causando uma grave crise interna política, social e econômica sem precedentes desde a criação do Estado judeu, quebrando o suposto ‘consenso sionista’ (SHLAIM, 2004).

Entretanto, para os árabes envolvidos diretamente na guerra de outubro de 1973, a questão palestina não estava em primeiro plano. Sem dúvida, a recuperação da humilhação sofrida em junho de 1967 era o verdadeiro objetivo. Para os egípcios era uma meio apenas de forçar as negociações para a devolução do Sinai, ocupado desde 1967, e fazer a paz com Israel, frustrados que estavam com a paralisia americana e israelense em reconhecer os esforços egípcios para normalizar as relações com seu poderoso vizinho (SHLAIM, 2004). Para os sírios, o objetivo era também limitado: forçar as negociações com os israelenses para a devolução das estratégicas Colinas de Golã. Estava subentendido no desencadeamento da ofensiva, para Síria e Egito, o desejo de internacionalizar a crise, trazendo as superpotências, URSS e EUA, para o centro da confrontação, criando o clima favorável para as negociações com Israel. O conflito se agravou ao se desdobrar em uma crise nuclear quando os EUA lançaram um alerta *DEFCON 2*¹⁰⁰ – iminente ataque nuclear (MASSOULIÉ, 1996: 110). As duas superpotências, contudo, conseguiram impor um cessar-fogo para dar lugar às negociações. Ficou claro nas conversações o desinteresse tanto de soviéticos quanto de americanos e israelenses para a solução definitiva da crise árabe-israelense, seja em escala internacional ou regional. As negociações entre americanos, egípcios, sírios e israelenses se arrastaram por vários anos, dentro da ótica americana de ‘pequenos-passos’ de Kissinger, que visava minar a influência dos soviéticos no OM desmoralizando-os frente aos árabes (KISSINGER, 1999: 807-10). As concessões aos árabes eram as menores possíveis e a solução dos problemas principais, como a desocupação dos territórios pelos israelenses e a criação de um Estado palestino, proteladas indefinidamente. Os palestinos foram ignorados e

⁹⁹ Em decorrência da ofensiva árabe na Guerra do *Yom Kippur* (1973), o gabinete de Golda Meir foi considerado responsável pelo fracasso em antever o ataque e os enganos no procedimento inicial da guerra pela Comissão Agranat. Ao Exército foi atribuída toda a responsabilidade pelo fracasso da inteligência; quatro altos oficiais foram punidos com exoneração. A Comissão, ao término do inquérito, publicou um relatório provisório atribuindo claramente à primeira-ministra Golda Meir e ao ministro da defesa Moshe Dayan a responsabilidade direta pelo despreparo de Israel para a Guerra de 1973. Porém, o relatório elogiava a primeira-ministra pelas decisões quando a guerra irrompeu. Por absolver os políticos e punir os militares, a Comissão causou clamor popular, que exigiu a renúncia da primeira-ministra e do ministro da defesa. Golda Meir renunciou ao cargo em 10 de abril de 1974 (SHLAIM, 2004: 363-68). A ‘derrota’ em 1973 foi uma das causas que levaria ao fim da hegemonia das coalizões trabalhistas no parlamento, no poder desde a fundação do país em 1948, nas eleições de 1977, com a vitória da coalizão ‘diretista’ do *Likud* (nacionalistas-liberais) de Menachem Begin.

¹⁰⁰ O alerta nuclear *DEFCON* é o relógio que marca a contagem regressiva para um ataque nuclear. *DEFCON 1* significaria guerra nuclear.

a única concessão a eles dada foi o púlpito da ONU para o célebre discurso de Arafat, em 1974, onde ele reafirmou sua disposição para uma saída diplomática para a criação de um Estado palestino, projeto em suspensão desde 1948.

Do ponto de vista geopolítico, o *Setembro Negro* (1970), com a expulsão da OLP pelo rei Hussein, e a Guerra do *Yom Kippur* (1973) estabilizaram as fronteiras sul, leste e nordeste de Israel. Como resultado, as incursões militares israelenses no sul do Líbano se intensificaram. No que se refere ao OM, as duas guerras abriram caminho para a entrada dos EUA na região, uma vez que sua penetração era barrada pelo governo de Nasser. Segundo Feraboli (2007: 81), “a ambição de Sadat de construir um Egito moderno, a qualquer custo, o impeliu a vender a chave das portas egípcias para aqueles que tinham poder para comprá-la: a Arábia Saudita, no plano subsistêmico árabe, e os EUA, no plano subsistêmico internacional”. O reino saudita se fortalecera ao liderar os países árabes produtores de petróleo na elevação dos preços do produto, por meio de um embargo aos países que apoiaram Israel durante a Guerra de 1973, como suposta punição. O embargo foi levantado em março de 1974, sem que as demandas pela retirada israelense dos territórios palestinos ocupados na Guerra dos Seis Dias (1967) e a restauração dos direitos palestinos fossem atendidas. De acordo com Feraboli (2007: 81), o choque petrolífero de 1973-74 revelou ser mais uma manipulação da crise por parte da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo) com a finalidade de aumentar o preço do barril de petróleo no mercado internacional do que uma punição a Israel e aliados.

Deste modo, os países árabes não produtores ficaram dependentes da remessa de seus trabalhadores migrantes e da ajuda financeira dos países árabes membros da OPEP, que são dependentes dos valores de petróleo (FERABOLLI, 2007: 82). Com a dependência econômica externa dos países árabes não produtores, as *petromonarquias* do Golfo Árabe-Pérsico, principalmente a Arábia Saudita, instilaram as rivalidades intra-árabes. Isto abriu caminho para que o Egito, o mais populoso país do Mundo Árabe, renunciando não apenas à liderança, mas, sobretudo, ao próprio nacionalismo árabe, buscasse a normalização de relações com Israel, o que provocaria uma disputa entre os regimes nacionalistas árabes *ba'athistas* da Síria, liderada pelo brigadeiro Hafez al-Assad, e do Iraque, sob a mão-de-ferro de Saddam Hussein, e da Líbia, chefiada pelo coronel Muamar Khadafi, devidamente explorada pelo reino saudita. O Egito assinaria com Israel um Acordo em Camp David (1978) e um Tratado de Paz em Washington D.C. (1979), nos EUA, que isolou o País do Nilo no mundo árabe, simultaneamente à eclosão da Revolução Iraniana (1979), desencadeando um processo de fragmentação política regional, com a eclosão de inúmeros conflitos intra-árabes (guerras no Líbano, Síria, Omã, Sahara Ocidental) e intra-muçulmanos, resultado do vácuo de

poder deixado pelos egípcios e não ocupado pelas *petromonarquias* do petróleo (FERABOLLI, 2007: 83), ainda que os sauditas exercessem uma grande influência através da exportação da doutrina ultra-ortodoxa *wahhabita* não apenas para os países árabes, mas também para todo o mundo muçulmano.

A cooptação do Egito pelo poder americano provocou a expulsão do país da ordem política regional e o assassinato do presidente Sadat, em 1981. Porém, a eclosão da Revolução Iraniana, que impôs um regime xiita no poder em Teerã, em 1979, na ‘fronteira sangrenta’ com o Iraque, levou Bagdá a reivindicar a hegemonia sobre o mundo árabe, no que foi apoiado pelos *xecados* petrolíferos do Golfo Árabe-Pérsico, mas não sem antes a Arábia Saudita autorizar a permanência da intervenção síria no Líbano, convulsionado pela guerra civil. Assim, o Iraque invadiu o Irã, com quem enfrentava sérios problemas de limites desde sua fundação, na década de 1930 (SWEARINGEN, 1988). Na verdade, a disputa de limites entre a Mesopotâmia e o Irã remonta aos Impérios Otomano e Safávida (atual Irã), no séc. XVI (SWEARINGEN, 1988: 409). O Irã, sob o regime revolucionário dos *aiatolás* (autoridades religiosas xiitas), reivindica exportar sua revolução islâmica para todo o mundo muçulmano. Além disto, o *aiatolá* Sayed Ruhollah Khomeini, líder da Revolução e do Estado iraniano, ao chegar ao poder, em 1979, clamara repetidas vezes pela derrubada do regime de Saddam Hussein, líder do Iraque (SWEARINGEN, 1988: 411). No entanto, a ameaça de expansão da revolução xiita iraniana para o mundo árabe, com população majoritariamente muçulmana sunita, foi considerado pelos sauditas como uma ameaça real e imediata ao seu poder, uma vez que os xiitas constituíam cerca de 15% da população do reino e habitavam as principais regiões produtoras de petróleo do país, na Província Oriental. Neste sentido, o apoio financeiro saudita a Saddam Hussein foi fundamental na guerra contra o Irã de Khomeini para frear o ímpeto revolucionário xiita. Abriu-se, deste modo, o caminho para a eclosão do conflito.

A Guerra Irã-Iraque (1980) provocou um novo realinhamento geopolítico no OM, sem, porém, subverter por completo os tradicionais eixos geopolíticos árabes traçados ainda na década de 1930. Primeiramente, a Síria enfrentando um levante islâmico em oposição ao regime militar de Hafez al-Assad, entre 1980 e 1982, manteve a geoestratégia de oposição ao Iraque, se aliando ao Irã, mas sem romper os laços com a Arábia Saudita, que lhe financiava a compra de armas soviéticas. Para Hafez al-Assad (BITTERLIN, 1998), a guerra no Golfo Árabe-Pérsico desviava a atenção, ao dividir o mundo árabe, do combate àquele que seria o ‘verdadeiro’ inimigo dos árabes, Israel, que anexara formalmente as Colinas de Golã, em 1981, conquistadas na Guerra de 1967. Os sírios, tentando romper o isolamento pela aliança

egípcio-israelense, haviam confrontado a aviação israelense durante o cerco da cidade cristã de Zahle, no Vale do Beka'a (Líbano), na primavera de 1981, após romper a aliança com a direita cristã libanesa, aliada a Israel, fortalecido pelos Acordos de Camp David (1978). A resposta ao ataque israelense foi a instalação de rampas de mísseis soviéticos SAM-6 no Vale do Beka'a, internacionalizando a crise, uma vez que os EUA consideraram a ação como 'provocação soviética'.

A Jordânia, por sua vez, teve suas relações rompidas com a Síria, em 1980, após ser acusada de permitir a entrada de militantes da Irmandade Muçulmana, opositores do regime militar de Assad, em território sírio. Por este motivo continuou aliada ao Iraque no confronto ao Irã também por depender dos investimentos iraquianos oriundos do petróleo, uma vez que mantinha relações frias com os sauditas. Os jordanianos ofereceram apoio logístico às tropas de Saddam Hussein por meio do porto de Acaba, por onde chegavam as armas destinadas ao Iraque, uma vez que o controle sírio sobre o Líbano bloqueava o acesso dos iraquianos ao Mediterrâneo (LACOSTE, 2006: 416). Além disto, o reino hachemita estava 'satelitizado' por Israel, uma vez que a monarquia perdera credibilidade após ser militarmente vitoriosa ao perpetrar o Massacre do *Setembro Negro* (1970) com apoio israelense.

No que se refere a Israel, sua hegemonia foi consolidada nas frentes sul e leste após os Acordos de Camp David (1979), com o Egito, e o Massacre do *Setembro Negro* (1970), perpetrado pela Jordânia, apoiada pelos israelenses. As profundas divisões no mundo árabe favoreceram o Estado hebreu a manter a geoestratégia da periferia, preferindo continuar sua aliança com o Irã no confronto com o Iraque, mesmo após a ascensão de um regime islâmico xiita ao poder com uma retórica duramente anti-sionista (PARSI, 2009). Isto se deve a dois motivos geopolíticos: primeiro, a existência de um Estado confessional (ainda que islâmico) e sectário no Irã legitimava a existência de um 'Estado judeu' num OM multi-confessional, pois, assim, o exclusivismo comunitário ganhava respaldo regional; segundo, Israel sempre considerou o regime laico e nacionalista árabe do Iraque como seu maior inimigo na região, principalmente após Camp David. Com a neutralização das maiores potências militares árabes (Egito e Iraque, seguidos pela isolada Síria), os israelenses, sob a liderança de Menachem Begin, do partido liberal-nacionalista *Likud*, se viram livres para poder implementar o programa de 'Grande Israel': primeiramente, invadindo o Líbano em 1978 até o rio Litani, sob o pretexto de combater os ataques palestinos ao norte de Israel, anexando *de facto* o sul do Líbano, por interposição de uma milícia libanesa pró-israelense, o Exército do Líbano Livre (ELL); segundo, com a reafirmação da força do simbolismo político-religioso-ideológico da decretação de Jerusalém como a capital 'reunificada' de Israel, em julho de

1980; terceiro, através da ofensiva aérea sobre o Líbano, em Beirute, Beka'a e no sul do país, visando destruir a OLP e neutralizar o cerco e ataque sírio a Zahle, ocupada pela direita cristã pró-sionista, no verão de 1981; quarto, o ataque aéreo ao reator nuclear de Osirak no Iraque, em junho de 1981, aproveitando-se do conflito no Golfo e favorecendo o regime dos aiatolás; quinto, por meio da anexação formal das Colinas de Golã à Síria, em dezembro de 1981; quinto e último, promovendo a intensificação da 'colonização' e da repressão na Cisjordânia ocupada (NIGRI, 2003: 22). Abria-se, deste modo, a oportunidade para a grande invasão israelense do Líbano em 1982 para destruir em definitivo a OLP e impor um presidente pró-Israel no poder em Beirute.

Esta ofensiva, como veremos no próximo capítulo, resultou em fracasso uma vez que, apesar da expulsão da OLP de Beirute, com tácito apoio sírio, Israel foi obrigada a recuar após o assassinato de seu maior aliado libanês, Bachir Gemayel, líder falangista eleito presidente do Líbano. Além disto, a brutalidade da invasão provocou o surgimento de uma resistência islâmica, fato até então inédito no Líbano, com a fundação do *Hizbollah* (1985), que empreendeu uma bem-sucedida campanha de expulsão das tropas invasoras. O fracasso foi coroado pela luz verde de Washington para a intervenção síria no Líbano para pôr um fim definitivo à Guerra Civil (e dominar *de facto* o País dos Cedros), como forma de compensar a participação de Damasco na guerra contra a invasão iraquiana do Kuwait, em agosto de 1990.

A Arábia Saudita, por sua vez, procurou contrabalançar o excessivo poder do então líder iraquiano por meio do apoio à intervenção da Síria (governada por alauítas, ramo do xiismo) no Líbano, mergulhado na Guerra Civil (1975-90). Ao mesmo tempo, o rei Fahd, com um plano com o seu nome, elaborou uma iniciativa para uma acomodação do mundo árabe com Israel logo após a posse do presidente americano Ronald Reagan, em 1981, tendo em vista o inimigo maior, o Irã de Khomeini. Entretanto, a invasão israelense do Líbano e o arrasamento de Beirute, em 1982, que recebeu o apoio tácito dos governos árabes, demonstraram que a realidade no campo desqualificava os formalismos (MAALOUF, 2009: 122).

A Guerra Irã-Iraque (1980-88) marcou o ápice do dilaceramento do mundo árabe como resultado da política dos petrodólares provenientes dos xecados árabes do Golfo, desembocando na invasão iraquiana do Kuwait, em 1990, que buscava a recompensa pela neutralização do Irã. Mesmo com o retorno do Egito à arena política árabe, em 1984, por intermédio do Iraque, como reforço no confronto com o Irã, o governo do presidente egípcio Hosni Mubarak não apenas manteve como aprofundou os laços com os EUA, inclusive com a liberalização da economia iniciada por Sadat e a manutenção da 'paz fria' com Israel, após

receber a devolução da Península do Sinai (1980-82). Desta forma, a hegemonia regional da política do ‘talão de cheques’, onde boas relações e a estabilidade eram compradas pelos petrodólares, não alcançou muito êxito (FERABOLLI, 2007: 83), pois o que se verificou foi uma multiplicação de conflitos intra-árabes, que favoreceram inclusive o surgimento de um novo ator político regional, o Islã político, aumentando a desestabilização dos regimes árabes, em sua grande maioria autocráticos. Não havia, portanto, uma ‘ordem’ para o cenário político regional pós-Camp David. De acordo com Ferabolli (2007: 85),

(...) Os condicionantes sistêmicos, representados pelo tipo de polaridade existente no sistema internacional, e revelados pelo poderio que o Estado norte-americano alcançou na região pós-Yom Kippur, tiveram um peso relativo maior para a ausência de integração no Mundo Árabe, entre 1973 e 1990. Porém, essa situação esteve diretamente relacionada com os condicionantes de ordem estatal, representados pela situação de equilíbrio de poder do OMNA nas décadas de 1970 e 1980, de capitulação egípcia e de primazia dos petropoderes. Ou seja, a associação das forças sistêmicas internacionais com os segmentos mais conservadores do Mundo Árabe foi determinante para a ausência de integração política intra-árabe nos anos compreendidos entre a Guerra do Yom Kippur e a Guerra do Golfo.

A Guerra Irã-Iraque revelou ser o conflito mais sangrento da História do OM até o séc. XX, com cerca de 1 milhão de mortos (MASSOULIÉ, 1996: 123). A guerra contra o regime dos aiatolás, que Saddam Hussein possivelmente acreditava ser curta, aproveitando-se do caos político no país vizinho e rival produzido pela revolução, de cunho nacionalista e islâmico, acabou durando oito anos, sangrando as finanças dos dois países beligerantes. O presidente iraquiano levantou a bandeira do nacionalismo árabe laico para resolver o multissecular conflito de limites com o Irã e ao mesmo tempo alçar a condição de líder do mundo árabe. A Guerra acabou servindo de pretexto para que os EUA, em virtude das duas crises de petróleo mundiais, em 1973 e em 1979, passassem a formular, na administração Jimmy Carter (1977-1981), com a assessoria de Segurança Nacional de Zbigniew Brzezinski e a colaboração do historiador e orientalista, Bernard Lewis, a doutrina de controle do ‘arco crítico’¹⁰¹ (MEYSSAN, 2004), uma região rica em recursos energéticos, compreendida entre o Golfo da Guiné e a Bacia do Mar Cáspio, passando pelo Golfo Árabe-Pérsico, segundo a qual os americanos não permitiriam a interrupção do fluxo de petróleo desta região, se comprometendo a manter aberto o Estreito de Ormuz através de uma constante presença

¹⁰¹ Se acompanharmos uma linha histórico-geográfica, perceberemos a eclosão de guerras entre ‘cristãos’ e ‘muçulmanos’ ao longo dos territórios compreendidos no ‘arco crítico’: em Biafra, Nigéria (1970), Chipre (1974), Líbano (1975-90) e Iugoslávia (1991-99); países ricos em petróleo ou adjacentes às ricas regiões produtoras do hidrocarbureto. Sobre o conceito de ‘arco crítico’, ver: DE BELLIS, Bernardo Quagliotti. **La cuestión del Cercano Oriente - La masacre desatada por Israel**. Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos38/cuestion-cercano-orient/cuestion-cercano-orient.shtml>> . Acesso em: 27/06/2009.

militar no Golfo (FUSER, 2008: 154-56; HARVEY, 2004: 26), corolário geoestratégico que passou a ser conhecido como *Doutrina Carter* (FUSER, 2008: 154).

Os americanos criaram um destacamento militar capaz de intervir em qualquer ponto do OM em questão de dias, o RDF (*Rapid Deployment Force* – Força de Deslocamento Rápida)¹⁰², em abril de 1980, causando desconfiância entre os sauditas, que acreditavam que este novo dispositivo militar era uma maneira de desestabilizar as petromonarquias do Golfo Árabe-Pérsico para, assim, tomar os campos de petróleo (FUSER, 2008: 155). A Arábia Saudita acabou recusando ceder o uso da base Dhahran para o RDF. Dos países da LEA, somente Omã, na Península Arábica, Egito e Somália aceitaram. Além destes, o Quênia permitiu a instalação de bases. A longa duração do conflito no Golfo levou muitos analistas a acreditarem que as duas superpotências, EUA e URSS, estavam indiferentes à sorte dos beligerantes. Entretanto, não foi exatamente isto o que ocorreu. No início dos combates, entre 1980 e 1982, os soviéticos apoiaram o Iraque, por meio de venda de armas e assessoria militar, enquanto que os americanos estavam aparentemente neutros. O Irã, sob o regime dos aiatolás, ao adotar uma política nacionalista, tornou-se um Estado declaradamente hostil aos interesses americanos e o ativismo islâmico xiita do aiatolá Khomeini era visceralmente anti-comunista. Tudo indicava, portanto, um alinhamento dos EUA e da URSS contra o Irã e a favor do Iraque. Desta forma, o Iraque seria o defensor dos interesses imperialistas para a contenção da Revolução Iraniana. Esta leitura simplista e rasteira da Guerra Irã-Iraque ainda encontra eco no meio acadêmico, como é o caso do falecido historiador e politólogo irlandês Fred Halliday no seu livro *The Middle East in International Relations: power, politics and ideology*, lançado em 2005, dezoito anos após o término do conflito. Diz ele:

No entanto, em contraste com a maioria das guerras árabe-israelense e com a primeira Guerra do Golfo de 1969-1975, que ocorreram dentro do contexto da Guerra Fria, essa entre Irã e o Iraque [entre 1980 e 1988] não seguiu as linhas da Guerra Fria, por uma razão acima de tudo: a partir do verão de 1982, quando o Irã avança sobre a Península de Fao, leste [URSS] e oeste [EUA], longe de apoiarem ou encontrarem os lados competitivos neste conflito, ambos os blocos apoiaram o mesmo lado, no Iraque contra o Irã¹⁰³. (HALLIDAY, 2005: 181, tradução livre nossa).

Mesmo sendo versado em vinte e uma línguas, entre as quais o árabe e o farsi, o professor da *London School of Economics* em momento algum faz menção em sua referida

¹⁰² Segundo o politólogo Igor Fuser (2008: 159), o RDF seria transformado em 1983 num dispositivo militar específico, o CentCom (Comando Central dos EUA), que manteve seu quartel-general em Tampa, Flórida. EUA.

¹⁰³ No original: (...) Yet in contrast to most Arab-israeli wars, and to first Gulf War of 1969-75, all of which took place within a Cold War context, that between Iran and Iraq was very much not along Cold War lines, for one reason above all: from the summer of 1982 when Iran advanced into Fao Peninsula, east and west, far from backing or finding competitive sides in this conflict, both blocks backed the same side, Iraq, against Iran. (...)

obra, ao analisar o conflito Irã-Iraque, sobre o escândalo Irã-Contras (1987), que quase derrubou o segundo governo de Ronald Reagan (1984-89), e a venda de armas americanas de Israel para o Irã de Khomeini (SHLAIM, 2004: 496-99) durante a Guerra. Isto demonstra que a falta de objetividade não está presente somente em autores de tradição conservadora, mas atinge também autores ditos ‘progressistas’ como é o caso do referido politólogo irlandês. Na verdade, o envolvimento das superpotências, além de Israel, no conflito iraquiano-iraniano precisa de uma leitura um pouco mais complexa.

A Revolução Iraniana em 1979, com a queda da monarquia pró-americana do *xá* Reza Pahlevi, representou o fim da terceira frente estratégica basilar, concebida por Brzezinski, na contenção da URSS. Isto foi um choque para o governo Carter, que se mostrou hostil ao novo regime republicano islâmico xiita nacionalista iraniano. Este choque foi potencializado pelo sequestro dos funcionários da embaixada dos EUA em Teerã, em 1979. Desta forma, Carter e seus assessores não perceberam o visceral anti-comunismo do novo líder iraniano aiatolá Khomeini como um potencial aliado na contenção dos soviéticos, apesar da retórica anti-americana do novo regime. Mesmo erro não incorreu Ronald Reagan, que ainda na campanha eleitoral, segundo o jornalista Robert Parry (2010), da Newsweek e da Associated Press:

Indeed, it now appears clear that the Iran-Contra Affair began five years earlier in 1980, with what has often been treated as a separate controversy, called the October Surprise case, dealing with alleged contacts between Reagan’s presidential campaign and Iran.

Ultra-direitista, o ator *hollywoodiano* Ronald Reagan só tinha três objetivos políticos em 1980: ganhar as eleições de Jimmy Carter, combater o comunismo e a URSS e, sobretudo, reafirmar o poderio militar dos EUA em escala global (FUSER, 2008: 157-58). Neste sentido, ele, que era o favorito na campanha presidencial de 1980, buscou negociar a libertação dos reféns americanos apenas após a sua posse como presidente dos EUA, conseguindo o apoio dos iranianos. De fato, o Irã se recusou a libertar os reféns americanos no fim do mandato de Carter. Somente minutos após posse de Reagan, em 20 de janeiro de 1981, os reféns foram soltos, como nos afirma Robert Parry (2010). Criou-se, de certa forma, um elo entre a administração Reagan e o regime de Khomeini. Apesar de aparentar ostensiva indiferença à guerra Irã-Iraque, o ator e presidente americano passou a se preocupar quando o Irã retomou os territórios invadidos pelos iraquianos e avançou sobre o território iraquiano, em 1982 (FUSER, 2008: 168). De acordo com o politólogo Igor Fuser (2008: 168), somente neste momento Reagan autorizou a venda de armas ao Iraque. Pois, ao contrário do que se afirma na mídia e na academia, sem uma análise de fontes, armas americanas já estavam sendo

vendidas por Israel ao Irã desde o início da guerra, em setembro de 1980, como denuncia o historiador da Universidade de Yale, Trita Parsi (2009: 105), o que significa que a aliança israelo-iraniana, após a Revolução de 1979, forjou-se três meses antes do que afirma o artigo de Parry (2010). Para Israel, se o Iraque vencesse a guerra, o país árabe-mesopotâmico lideraria o mundo árabe e não teria apenas uma moral elevada para enfrentar o ‘Estado judeu’, mas também um exército bem armado e treinado para o combate, por isso era necessária a retomada da ‘aliança periférica’ concebida por David Ben-Gurion, na década de 1950. Também pesava para os israelenses, nesta aliança pró-Khomeini, a possibilidade de que uma vitória iraquiana transformasse Bagdá no principal aliado estratégico dos EUA no OM, após a defecção do Irã do campo ocidental (PARSI, 2009: 105). No entanto, Washington tinha considerações geoestratégicas diferentes das de Israel sobre o conflito no Golfo. Segundo Fuser (2008: 171), mesmo com a aproximação americana com os iraquianos, para Reagan, era necessário manter um canal aberto de cooperação com o regime *khomeinista* pelo objetivo comum de combater a influência soviética e a ação dos comunistas iranianos. A ambiguidade dos EUA no conflito no Golfo foi exposta ao grande público somente após estourar o escândalo Irã-Contras, em 1986, quando um jornal libanês denunciou que os americanos montaram uma operação clandestina para enviar armas para o Irã por meio de intermediários israelenses (FUSER, 2008: 170). Essa transação previa a libertação de cidadãos americanos sequestrados por milícias pró-iranianas no Líbano, convulsionado pela guerra civil. O politólogo brasileiro conclui que:

Fazia parte da política norte-americana para a Guerra Irã-Iraque impedir que dela resultasse um vencedor claro. Ou seja, não interessava a Washington nem a vitória de Bagdá nem de Teerã. Qualquer um dos dois lados que emergisse triunfante do conflito se tornaria, quase automaticamente, uma potência regional destinada a desafiar os Estados Unidos na disputa pela hegemonia no Golfo [Árabe-]Pérsico. Isso ajuda a entender a atitude de fornecer aos dois lados não só armas, como também informações militares, frequentemente falsas, a fim de influir nos combates de modo que impedisse uma vitória decisiva de qualquer um dos beligerantes. (FUSER, 2008: 171).

A cooperação entre a URSS e o Irã, durante a Guerra Irã-Iraque, é menos conhecida no meio acadêmico. Atribui-se que esta indiferença dos especialistas à aliança soviético-iraniana seja em decorrência de sua provável curta duração, durante a fase final do conflito, a partir do governo soviético reformista de Mikhail Gorbachov (1985-91). A URSS, formalmente defensora da ideologia marxista-leninista, invadira o Afeganistão, fronteira nordestina do Irã, no Natal de 1979, em socorro ao regime pró-soviético instalado em Cabul, que sofria ataques de militantes ‘islâmicos’ nacionalistas. Como dito antes, estes militantes eram patrocinados pelos EUA. A invasão soviética causou repulsa aos novos líderes do Irã, ainda convulsionado

por uma revolução islâmica. Porém, considerações geopolíticas ultrapassaram as fronteiras ideológicas em ambos os lados. Mesmo apoiando o Iraque, a URSS mantinha a geoestratégia de alcançar os ‘mares quentes’ e, neste sentido, os soviéticos viam no Irã um valioso prêmio geopolítico maior do que o Iraque. Desta forma, a aproximação soviética com o governo de Teerã, durante a Guerra, ocorreu não no governo Gorbachov, como vulgarmente se divulga, mas, sim, ainda no governo de Leonid Brezhnev (1964-82), quando a URSS instalou uma estação de espionagem em território iraniano, em fevereiro de 1982, para prevenir o regime dos aiatolás de uma eventual agressão paquistanesa e também monitorar a fuga de refugiados iranianos para os países vizinhos, Afeganistão e Paquistão¹⁰⁴. Antes mesmo desta aproximação, armas soviéticas eram vendidas ao Irã, através de aliados do bloco soviético, como a Bulgária, Polônia, Romênia, Coreia do Norte e, principalmente, Líbia e Síria, além de palestinos, sem que Moscou demonstrasse contrariedade¹⁰⁵. A partir da subida ao Kremlin do líder Mikhail Gorbachov, em 1985, ao mesmo tempo em que o Iraque retornava à ofensiva contra o Irã, as relações Teerã-Moscou ganharam um novo e forte impulso¹⁰⁶.

O envolvimento ambíguo dos EUA e da URSS na Guerra Irã-Iraque, no apoio aos dois beligerantes, explicitava como o OM havia sido submetido a uma espécie de condomínio das duas superpotências, dando razão à avaliação de Sadat, em 1972, de que não havia um autêntico interesse de americanos e soviéticos na resolução dos conflitos dos países árabes com seus vizinhos, e que, por isso mesmo, a Guerra Fria havia cessado na região. Por este motivo, o conflito do Golfo se estendeu por oito anos e matou 1 milhão de pessoas, sem que houvesse um claro vencedor. Nenhum dos beligerantes obteve qualquer conquista territorial de grande monta e nenhum dos dois regimes foi derrubado. O Iraque saiu da guerra, em 1988, com uma leve vantagem sobre o Irã por ser um país menor (em território e população) do que o vizinho. Além disto, eram os exércitos iranianos os mais bem treinados e armados, em decorrência da longa aliança estratégica entre Irã e os EUA, que só se rompeu parcialmente a partir da revolução islâmica, em 1979. Esta vantagem não foi suficientemente capitalizada pelo líder iraquiano Saddam Hussein, uma vez que, tendo seu país endividado enormemente, especialmente com as petromonarquias do Golfo, destacando-se o Kuwait, acreditou que poderia resolver mais uma vez os problemas financeiros e de limites do Iraque com seus vizinhos pela força. No verão de 1990, o Iraque invadia e anexava o Kuwait, dividindo mais

¹⁰⁴ Iran: Tuning In: Soviets set up a spy station. 8 de março de 1982. **Time**. Disponível em: <<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,921109-2,00.html>> . Acesso em: 26/05/2011.

¹⁰⁵ TIMMERMAN, Kenneth R. **Fanning the flames: guns, greed & geopolitics in the Gulf War: Iran's new soviet arsenal. 1986 - 1988**. Disponível em: <http://www.iran.org/tib/krt/fanning_ch9.htm> . Acesso em: 26/05/2011.

¹⁰⁶ Soviet official visiting Iran. 3 de fevereiro de 1986. **New York Times**. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1986/02/03/world/soviet-official-visiting-iran.html>> . Acesso em: 27/05/2011

uma vez o mundo árabe e o OM, abrindo caminho para a direta e maciça intervenção militar americana (apoiada pelo Irã e pela Inglaterra) no Golfo Árabe-Pérsico, que perdura até os dias atuais.

O dilaceramento do mundo árabe pós-1972 (*détente*) deu origem a um quadro geopolítico no OM favorável à grande invasão israelense do Líbano no verão de 1982. Se a Paz de Camp David (1979) foi a guerra para o mundo árabe e o OM, a ‘Paz para a Galiléia’, de Menachem Bagin e Ariel Sharon, era a Guerra para o Líbano.

CAPÍTULO IV – GUERRAS DO LÍBANO

Ao contrário do que uma certa mitologia nacionalista *libanista* sugere, o Líbano não emergiu de uma suposta nação fenícia, mas sim do mandato francês sobre a Síria, em 1920. O sistema mandatário foi imposto, após a I GM (1914-18), sobre os escombros do efêmero Reino Árabe-Sírio (1918-20), do emir Faysal al-Hashemi. O Estado libanês surgiu em atendimento a uma antiga reivindicação dos patriarcas cristãos maronitas durante a vigência do *mutassarrafyat* do Monte Líbano, província autônoma também denominada de ‘Pequeno Líbano’, entre 1860 e 1914. Eles demandavam a anexação ao ‘Pequeno Líbano’ de territórios dos *vilayets* de Beirute (oeste) e da Síria (leste), tais como o litoral (oeste), o sul do atual Líbano, o Vale do Beka’a (leste) e o Akkar (norte), que estavam sob o domínio otomano.

Mapa 15 – ‘Pequeno’ e do Grande Líbano – *Mutassarrafyat* e o Grande Líbano.

Fonte: (Traboulsi, 2007: 42)

Os patriarcas viam o território do *mutassarrafyat* ‘amputado’ de uma saída para o mar, assim como das planícies férteis do Vale do Beka’a, do sul do Líbano (*Jabal Amil*) e do Akkar, tornado a província inviável do ponto de vista econômico. O ‘Pequeno Líbano’ estava situado nas Montanhas do Líbano, habitado por uma maioria cristã maronita. Mas, havia outras comunidades confessionais vivendo na província, como os druzos, os cristãos greco-ortodoxos, cristãos greco-melquitas e muçulmanos (xiitas e sunitas). A província autônoma era administrada por meio de um conselho baseado na divisão comunitária, com uma maioria de representantes maronitas.

Do ponto de vista comunitário, o litoral do *vilayet* de Beirute era uma região atrelada ao poder otomano, onde se localizavam importantes cidades portuárias, Sidon (*Saída*), Beirute, Tiro e Trípoli (*Tarabolos*), concentrando as burguesias comercial e financeira, com uma população majoritariamente muçulmana sunita, com expressiva presença de cristãos greco-ortodoxos e greco-melquitas. O Vale do Beka’a, sob o domínio do *vilayet* da Síria, tinha uma população rural composta por muçulmanos xiitas, majoritários, seguidos de druzos, cristãos maronitas, ortodoxos e melquitas. As cidades do Vale eram majoritariamente sunita, ortodoxa e melquita, mas a cidade de Ba’albek era habitada por uma maioria sunita, cercada por um cinturão rural xiita, enquanto que a cidade de Zahle (considerada a capital do Vale) era o ‘bastião’ cristão melquita, seguidos de ortodoxos. O sul do atual Líbano (*Jabal Amil*) era uma região predominantemente rural e de maioria xiita, porém as áreas urbanas eram de maioria melquita e ortodoxa. O Akkar (norte) tinha uma população composta por muçulmanos sunitas e xiitas, cristãos ortodoxos e maronita, além de muçulmanos alauítas, em menor número.

Apesar da pluralidade confessional mencionada, as populações desses territórios eram de etnia árabe. Por este motivo, o patriarca maronita, monsenhor Elias Hayek, precisava encontrar uma justificativa histórica e científica que legitimasse política e ideologicamente a demanda aos mandatários franceses pela anexação destes territórios ao Monte Líbano, para assim criar um Estado em separado do Reino Sírio fundado por Faysal al-Hachemi, cuja legitimidade alicerçava-se no I Congresso Árabe-Sírio (1919). Os cristãos maronitas encontraram na civilização fenícia – com desdobramentos até nas culturas grega, romana e cruzada – as bases históricas para a fundação do Grande Líbano (KARAM, 2010: 32). Desta forma, os libaneses não poderiam ser identificados com os árabes, que eram sinônimo de muçulmanos, dentro desta concepção (KARAM, 2010: 32). A arabofonia dos libaneses, segundo o patriarca Elias Hayek, não os levava a se identificar com os árabes, da mesma forma que a anglofonia não tornava os EUA um Estado inglês e nem a francofonia

identificava a Bélgica como um Estado francês. Ainda seguindo esta concepção, a sociedade libanesa era de tradição urbana, com costumes e afinidades que a aproximava da cultura ocidental, se contrapondo ao suposto nomadismo dos sírios, um povo muito distante do Ocidente, segundo o patriarca (HAYEK, 2006: 25). Nascia, desta forma, o nacionalismo libanês ou *libanismo*. Entretanto, os arabistas não viam o Líbano da mesma forma. Para eles os territórios do Grande Líbano eram parte do litoral da Síria e, portanto, pertencentes ao Estado Árabe, o Reino Árabe da Síria.

Como os franceses se recusaram a apoiar fundação de um Estado árabe-sírio, como estipulado em acordo com Faysal, um II Congresso Árabe-Sírio foi organizado, em março de 1920, e proclamou a independência e a integralidade territorial da Síria (os atuais Síria, Líbano, Palestina/Israel, Jordânia, o Hejaz e Alexandreta), estabelecendo uma monarquia constitucional, democrática e parlamentar. Esta proclamação foi considerada pelos franceses como ato de guerra, que, como resposta, dividiram a Síria em inúmeras entidades estatais para serem promovidas à condição de Estado. A França buscou se apoiar nas minorias confessionais para implementar seu plano de balcanização da Síria, dentre elas os cristãos maronitas, para a fundação do Grande Líbano, em setembro de 1920. O novo Estado incorporaria os territórios do *Jabal Amil*, Beka'a, Akkar e a planície costeira (de Sidon a Trípoli), de maioria muçulmana, ao Monte Líbano, de maioria cristã. Esta incorporação representava a união de comunidades submetidas a uma estrutura feudal-tributária (cristãos maronitas, druzos e os muçulmanos alauítas e xiitas) e comunidades urbanas, de tradição mercantil e financeira, como os muçulmanos sunitas e cristãos greco-ortodoxos e greco-melquitas, mais propensas a apoiarem o Estado árabe unificado.

Seria um erro, no entanto, acreditar que o Grande Líbano foi resultado único e exclusivo da intervenção francesa aliada ao patriarca maronita Elias Hayek. Na verdade, a elite cristã maronita soube forjar fórmulas de compromisso. Comunidades tradicionalmente marginalizadas pelo poder otomano e pela ortodoxia sunita, como as heterodoxas xiitas, alauítas e druzas, passaram a ter representação, por meio de clãs, no parlamento, enquanto as burguesias ortodoxas sunita, greco-ortodoxa e greco-melquita de Sidon, Beirute e Trípoli foram cooptadas pela centralidade adquirida por Beirute, não mais se subordinando aos desígnios de Damasco. Segundo a historiadora Campello (2005: 473), a economia teve o seu peso ao fazer as comunidades urbanas do litoral sancionarem a fundação do Estado nacional libanês:

Houve um fator, sem dúvida, econômico. As comunidades do litoral, ao largo desses 20 anos, 1920-43, ascenderam, igual que seus congêneres “maronitas”, aos privilégios das capitulações. Os sunitas e ortodoxos, obtiveram de sua relação com a metrópole, Paris, benefícios econômicos e administrativos, que podiam ver-se afetados consideravelmente em caso de união com a Síria. A administração, com seu corpo de funcionários, se trasladaria a Damasco. Beirute, perdida a capitalidade, se converteria na “segunda cidade Síria”. Damasco voltava a ser o coração do Estado. A perda econômica era maior que a satisfação de uma “utopia” (tradução livre nossa).

A incorporação das cidades costeiras, de economia comercial e financeira, ao Monte Líbano, de economia feudal, não foi livre de tensões. A frágil sociedade libanesa se dividiria em dois pólos ideológicos da luta emancipatória, a cristã maronita direitista, pró-ocidental, anti-árabe e anti-islâmica, e a druza, muçulmana e cristã greco-ortodoxa, pró-sírios¹⁰⁷ e pró-árabes, propiciando o (re-)florescimento da milenar cisão entre cristãos maronitas e greco-ortodoxos. Sunitas e greco-ortodoxos mantinham estreitos laços desde a Idade Média, por razões militares e econômicas, e eram refratários a uma dominação cristã católica maronita, defendendo a união com a Síria¹⁰⁸.

Os limites do Grande Líbano inquietaram seus vizinhos. Um dos líderes do movimento sionista, David Ben-Gurion, reivindica em seus diários, em 1919, o sul do rio Litani, no sul do recém-fundado Grande Líbano, e as fontes do rio Jordão, nas montanhas do Anti-Líbano, como parte do Estado judeu a ser criado, cujos mananciais de água seriam essenciais aos projetos agrícolas e industriais (NIGRI, 2003: 14). Esta reivindicação é reiterada por Chaim Weizman na Conferência de Versalhes, em 1919 (NIGRI, 2003: 14).

A fundação do Grande Líbano, por sua vez, reduziu o território da Síria, que teve seu acesso ao litoral bloqueado pelas novas fronteiras. Os sírios perderam o golfo e o distrito de Alexandreta, rico em água, tirando de Alepo, a segunda maior cidade síria, a saída para o mar. Alexandreta foi cedido pelos franceses aos turcos, em 1939¹⁰⁹, em troca da neutralidade destes na II GM. A criação do Estado libanês, Beirute distando 120 km de Damasco, desviou os movimentos comerciais sírios. O retorno da Grande Síria (que incluía também o Iraque e a Palestina), com a unificação/anexação do Líbano, passaria ser a obsessão dos sírios e do nacionalismo sírio (MASSOULIÉ, 1996: 134-35).

¹⁰⁷ Síria é entendida até aqui no seu sentido lato, a que os árabes denominam de *Bilad Cham*.

¹⁰⁸ Sobre os laços multisseculares entre sunitas e greco-ortodoxos, principalmente entre as relações de classes proprietárias de ambas as comunidades, ver Campello (2005). A título de ilustração da *transortodoxia* cristã-muçulmana, nada mais revelador do que as confissões dos fundadores de um dos principais partidos nacionalistas árabes, o *Ba'ath*: um greco-ortodoxo, Michel Aflaq, e um sunita, Salah al-Din al-Bitar.

¹⁰⁹ Em represália, os sírios tolerariam a presença armada do PKK, o Partido Comunista Curdo, que se opunha à dominação turca (LACOSTE: 1995: 1451).

Após seis anos de governos militares franceses comandando o Líbano, em 1926, a Constituição é promulgada, instituindo uma república parlamentar, com o presidente eleito de forma indireta pelos deputados. O Grande Líbano passou a ser denominado *República do Líbano* e com uma economia do tipo liberal, de ‘livre mercado’. Até então a divisão sectária do poder não havia sido instituída. A independência formal de 1926 não foi satisfatória aos libaneses. Em 1932, um muçulmano, *xegue* Mohammed al-Jisr, foi eleito presidente da República pelo parlamento, com amplo apoio de políticos cristãos, sendo impedido de tomar posse pelos franceses (CORM, 2006: 101). O peso geopolítico foi muito forte. Desde o séc. XIX, o Líbano era visto pelas potências europeias como um ‘território cristão’¹¹⁰, governado por cristãos (CORM, 2006: 101). Um cristão greco-ortodoxo foi nomeado presidente¹¹¹, Charles Debbas, da elite financeira de Beirute. Os libaneses se rebelaram e, em 1934, exigiram a plena soberania do país frente ao domínio francês. Com isto, se estabeleceu um Pacto que instituiu o sistema confessional de divisão de poder no país, segundo os resultados do censo demográfico de 1932, reconhecendo a existência de 18 comunidades, sendo as mais importantes: cristã maronita (católicos), muçulmana sunita, druza, muçulmana xiita, cristã greco-ortodoxa, cristã greco-melquita (católicos), armênios católicos e ortodoxos, muçulmana alauíta, muçulmana ismaelita, cristãos caldeus, judeus, entre outras. O Pacto não-escrito estipulava que os cargos de presidente da República e de comandante do exército fossem privativos dos católicos maronitas, assim como o de primeiro-ministro aos sunitas, e o presidente do Parlamento aos xiitas, e assim por diante. A sucessão do eixo druzo-maronita pelo eixo sunita-maronita relegou os druzos (e seus senhores de terras) à marginalização política, reflexo de seu baixo peso demográfico, trazendo graves consequências à estabilidade do Líbano (MASSOULIÉ, 1996: 135).

¹¹⁰ É interessante notar como os árabes, e não apenas os europeus, concebiam o Líbano como um país cristão. Tanto a Síria quanto a Arábia Saudita jamais pressionaram nem militar e nem financeiramente a reforma do sistema confessional libanês durante a Guerra Civil, em total desprezo aos anseios das comunidades muçulmanas de abolirem o sistema e estabelecerem uma República laica. Isto ficou claro nas duas intervenções militares sírias no Líbano, apoiadas pelos sauditas, em 1976 e 1990, em favor da direita cristã libanesa, tradicionalmente pró-Israel.

¹¹¹ A partir da fundação do Grande Líbano, os greco-ortodoxos passaram a servir de ponte entre os cristãos maronitas e os muçulmanos, pelo excelente trânsito entre as duas comunidades.

Tabela 8 –Líbano - Censo de 1932

		População (hab.)	Total da população	Total de libaneses
	População Total	793.426	100%	
	Estrangeiros estabelecidos	61.297	8%	
Cristãos	Maronitas	227.800	29%	53%
	Greco-ortodoxos	77.312	10%	
	Melquitas	48.709	6%	
	Armênios (gregorianos ou católicos)	31.992	4%	
Muçulmanos	Sunitas	178.100	22%	47%
	Xiitas	115.035	15%	
	Druzos	52.934	7%	
	Sunitas e Maronitas	405.900	51%	55%

Fonte: Nantet (1964: 249)

O Pacto, contudo, favorecera os muçulmanos sunitas e os cristãos maronitas. Ambas as comunidades formavam na época ampla maioria populacional e também as burguesias comercial e financeira (principalmente os sunitas) e as classes médias urbanas (especialmente os maronitas) (CORM, 1992: 298). Os muçulmanos xiitas, população mais pobre do país e do mundo árabe, viviam marginalizados nos campos, trabalhando como lavradores, habitando em sua maioria o sul do Líbano e o Vale do Beka'a. É de se ressaltar que a manutenção do confessionalismo favorecia os notáveis (os *za'im*) de cada comunidade, desta forma a população libanesa ficava à mercê dos favores prestados pelos principais clãs de cada comunidade, gerando uma política clientelista que enfraquecia o Estado (CHAUPADRE e THUAL, 1999: 253-57). Eram as famílias mais proeminentes de cada comunidade que alocavam recursos estatais para satisfação de seus interesses privados. Os *zuama*¹¹² formavam uma espécie de 'clubes fechados' na gestão dos negócios do Estado. Portanto, o Acordo representava, reafirmava e aprofundava um poder central fraco, criando não uma república democrática, mas sim oligárquica. Isto favoreceu a ingerência externa nos assuntos internos libaneses, o que era uma constante desde a fase final do Império Otomano, a partir de 1840.

¹¹² *Zuama* é plural de *za'im*, que significa chefe oligárquico (KARAM, 2010).

Por fim, o Acordo de 1943 exigia o compromisso das comunidades cristãs e muçulmanas a renunciarem respectivamente seus projetos de integração com o Ocidente e de unificação com o mundo árabe (leia-se Síria). Uma dupla negação que, segundo o jornalista Alfredo Nacache, não faria do Líbano uma nação (MASSOULIÉ, 1996: 135). A ambiguidade da formação do Estado nacional libanês serviria às pretensões expansionistas territoriais de seus vizinhos.

Mapa 16 - Divisão administrativa do Líbano (2011)

LÍBANO - DIVISÃO ADMINISTRATIVA (2011)

O processo de independência deflagrado pela II GM (1939-1945), quando a potência mandatária, França, passou a colaborar com o regime nazista (1940), foi conturbado. Com a saída definitiva dos franceses (então aliados às potências do Eixo), em 1943, por força dos ingleses, o Pacto é revisado pelas comunidades libanesas, onde estabelecem que os maronitas renunciariam ao seu *ocidentalismo* (*francofilia*) e, por outro lado, os muçulmanos, especialmente os sunitas, se comprometeriam a proteger a independência do Líbano e a não exigir a unificação com qualquer Estado árabe (leia-se Síria). As cadeiras do Parlamento seriam divididas entre cristãos e muçulmanos na razão de 6 para 5.

Em 1948, o Líbano participou com uma força militar simbólica do conluio árabe-israelense, a chamada *Guerra de Independência de Israel*, para estancar a expulsão dos

palestinos pelas forças judias e impedir a formação do Estado árabe-palestino. A pressão geopolítica dos países árabes se fez presente. Se os libaneses não participassem do confronto com Israel, havia a ameaça velada das potências árabes intervirem no Líbano. Com a fundação de Israel, o Líbano negociava o armistício com tal país, em 1949, conseguindo o reconhecimento dos israelenses da fronteira sul libanesa estabelecida por franceses e ingleses ainda no período mandatário, entre 1920 e 1943 (NIGRI, 2005: 126-35). A estabilidade da fronteira era apenas aparente. Com as guerras contra o Egito, Síria e Jordânia, Israel manteve o limite com o seu vizinho ao norte estável. Porém, não faltaram planos para um ataque ao Líbano, buscando o apoio de aliados libaneses.

Segundo o historiador brasileiro Inacio Nigri (2003: 14), o ‘Diário de Moshe Sharret’ (primeiro-ministro israelense, 1952-54) revela que Pinhas Lavon, antigo ministro da Defesa israelense, propôs a ocupação da fronteira síria, aproveitando a oportunidade aberta pela queda do então ditador sírio, o coronel curdo Adib Chichakli, em 1954. Na mesma época, o mesmo intento desestabilizador da região encontrou eco nas declarações de Moshe Dayan, então chefe-do-Estado-Maior das forças armadas israelenses, que propunha buscar “um oficial e comprá-lo para declarar-se o salvador do povo maronita... o exército entraria no Líbano e estabeleceria um regime aliado de Israel, e tudo o mais andaria sobre os trilhos”. Um plano semelhante foi elaborado por David Ben-Gurion, pai da pátria israelense e ministro da Defesa do gabinete de Sharret:

(...) provocar a criação de um Estado cristão (...) é uma das tarefas essenciais de nossa política externa... é investir meios, tempo e energia, de modo a empreender uma mudança fundamental no Líbano (...) Sem nenhuma redução das fronteiras do Líbano não podemos realizar isto. Mas, se encontrarmos gente e elementos no Líbano que se mobilizem para a criação de um Estado maronita, eles não têm necessidade de amplas fronteiras nem de uma população muçulmana importante e isto não será um grande problema em fazê-lo (BEN-GURION, 1954).

Está subentendida na carta de Ben-Gurion a ideia de que todo libanês cristão é maronita. Subentende-se ainda a ideia de que todos os libaneses cristãos apóiam uma supremacia política dos maronitas. No entanto, a aliança com os cristãos maronitas para implosão do Líbano estava longe de ser uma novidade na década de 1950. Segundo o historiador brasileiro Renato Costa (2006: 69), desde os anos 1920, maronitas e sionistas haviam estreitado relações. Ao longo da década de 1930, diante da indefinição do processo de consolidação do Estado libanês, especialmente no que se refere à identidade, a Igreja maronita manteve relações próximas com a comunidade judaica da Palestina (*Yishuv*), que buscava constituir um ‘Estado judeu’ na região (COSTA, 2006: 69). Os líderes liberais maronitas religiosos e políticos temiam ser submersos num ‘mar de muçulmanos’. Segundo o

historiador brasileiro Renato José da Costa (2006: 69), a historiadora Kirsten E. Schulze assevera que:

Nos anos 1930, a Igreja maronita veio a se envolver ativamente em profundas relações com a comunidade judaica da Palestina numa tentativa para formular uma aliança contra o Islã. Medo de perder a identidade religiosa e étnica num vasto “mar de muçulmanos” levou ao conceito de uma natural aliança entre minorias religiosas étnicas e religiosas. Esta concepção foi abraçada pelas duas comunidades, a Igreja Maronita e o emergente *Yishuv* (população judia da Palestina). Na verdade, o Patriarca maronita Antoun Arida buscava uma parceira geral e o político maronita Emile Eddé imaginava uma união política e até mesmo militar. Quando Édde se tornou presidente da República Libanesa, em 1936, ele foi presenteado pelo Yishuv com um rascunho de um Tratado de Amizade.

Mais uma manifestação da nascente aliança das minorias foi o apoio do presidente Édde ao relatório da Comissão Peel, em 1937, que recomenda a criação de um Estado judeu na Palestina. Em 1946, Arida foi para Jerusalém, onde assinou um acordo em nome da Igreja maronita reconhecendo a demanda judaica pela independência na Palestina e o independente “caráter cristão” do Líbano. Um ano depois, em 1947, o reconhecimento maronita do Estado judeu motivou o arcebispo de Beirute, Inacio Mubarak, a submeter um memorando para a ONU apoiando a criação de um Estado judeu na Palestina.

O relacionamento entre os maronitas e o Yishuv envolveu inúmeros conceitos, o mais importante deles foi a noção de uma “natural” aliança entre os judeus israelenses e os cristãos libaneses. (SCHULZE apud COSTA, 2006: 69, tradução livre nossa).

A aliança das minorias foi uma estratégia traçada pelo líder sionista David Ben-Gurion com o propósito de apoiar a autonomia das minorias não-árabes e não-muçulmanas no OM de forma a implodir o nacionalismo árabe e, assim, favorecer a implantação do projeto sionista de construção de um ‘Estado judeu’ (CROOKE, 2009). O território libanês, por ser ao mesmo tempo um Estado das minorias e fronteiro com Israel, serviria como um laboratório por excelência para as experiências de balcanização elaborados pelos líderes sionistas. Esta política israelense seria um dos fatores de desestabilização do Pacto Nacional de 1943, que promovia um frágil concerto político-confessional. Isto se refletiu durante a declaração de guerra da LEA, da qual o Líbano fazia parte, ao ‘Estado judeu’, em 1948. A direita cristã maronita não estava disposta a combater os israelenses, mas as pressões das comunidades muçulmanas e dos demais países árabes fizeram o presidente Bechara al-Khoury enviar o então recém-formado exército libanês, com apenas 3 mil soldados, para lutar contra os israelenses (HUGHES, 2007; 207). Ao assinar o armistício com Israel, em 1949, os negociadores libaneses afirmaram que não eram realmente árabes e que foram arrastados contra sua vontade a lutarem contra os israelenses (SHLAIM, 2004: 82). Não é razoável acreditar que as relações entre a comunidade maronita e os israelenses tenham sido rompidas após a Guerra de 1947, pois elas reapareceram e se aprofundaram até o momento da invasão e ocupação israelense do Líbano em 1982.

O Pacto político-confessional de 1943 também foi posto em xeque à medida que, com a derrota dos árabes frente aos israelenses, em 1948 e em 1967, o País dos Cedros recebia uma grande leva de palestinos refugiados, cessando o frágil equilíbrio demográfico e político. Somente em 1948, o Líbano recebeu mais de 114 mil refugiados palestinos (HAYEK, 2006). Os palestinos eram majoritariamente muçulmanos sunitas, com uma minoria de cristãos greco-ortodoxos, o que causava um profundo desconforto entre os cristãos maronitas. Além disto, os refugiados foram marginalizados pelo governo libanês, que os confinara em campos, sob péssimas condições de vida e com restrições de trabalho para não competirem com os libaneses (HAYEK, 2006: 50-51). A marginalização social e política dos expatriados palestinos no Líbano (assim como nos demais países árabes) tornou os campos de refugiados numa fonte de homens armados para os movimentos guerrilheiros, que atacariam Israel a partir da fronteira. Muitos destes ataques recebiam ao mesmo tempo o apoio das resistências armadas laicas (nacionalistas e esquerdistas) árabes à ocupação israelense do território palestino, assim como a repulsa dos que viviam nas zonas fronteiriças em decorrência das represálias de Israel. A presença palestina e a sua marginalização social se converteram rapidamente em fatores de instabilidade política para o Líbano.

A primeira crise política enfrentada pelos libaneses, eclodida em 1952, não foi de ordem confessional, como era de se esperar. Ela foi decorrente dos abusos excessivos do presidente Bechara al-Khoury ao buscar a renovação do seu mandato ao arripio da Constituição. Um levante liderado pelas principais personalidades políticas libanesas levaram al-Khoury a renunciar a presidência. O chefe do exército, general Fouad Chehab, um maronita, passou a exercer o cargo de primeiro-ministro provisoriamente até o momento da Câmara dos Deputados eleger um novo presidente da República. O cargo de *premier* era, de acordo com o Pacto de 1943, reservado aos muçulmanos sunitas; a nomeação, porém, não causou nenhuma contestação (CORM, 2006: 114). O êxito do Estado em superar a crise foi apenas momentâneo. A vitória do nacionalista-liberal, anglófilo e pró-hachemita Camile Chamoun levaria o país à sua primeira guerra civil, em 1958.

Em 1955, com a instalação do Pacto de Bagdá entre Turquia, Irã, Paquistão e Iraque, criando um cinturão de contenção anti-soviética ao norte do OM, o então presidente libanês Camille Chamoun manifesta o intento de aderir à frente anti-comunista pró-ocidental. Seus esforços se intensificaram com a perspectiva da adesão da Jordânia ao Pacto, assim como a formação de uma federação hachemita jordano-iraquiana, em 1958, para conter o avanço do pan-arabismo de inspiração *nasserista*. Isto foi visto pelas lideranças libanesas, inclusive cristãs, como uma ruptura do Pacto de 43, que apregoava a neutralidade do Líbano nas

disputas do mundo árabe e do OM. Esta instabilidade foi acentuada, ainda em 1958, pela união da Síria com o Egito, formando a República Árabe Unida, e pelo golpe militar nacionalista e ‘esquerdista’ no Iraque, marcando o apogeu do nacionalismo árabe, em 1958. A ameaça de derrubada da monarquia hachemita jordaniana fez o presidente libanês Chamoun solicitar a intervenção dos EUA, no bojo da Guerra Fria e da Doutrina Eisenhower¹¹³. Uma guerra civil já estava em curso no Líbano opondo dois campos, o *pan-arabista* e o *libanista*. De um lado, ‘progressista’, ‘anti-imperialista’ e majoritariamente muçulmano, os que apoiavam o *pan-arabismo* de Nasser (*nasseristas*), cuja popularidade no mundo árabe era esmagadora, como decorrência da vitória política na Guerra de Suez (1956). Do outro, majoritariamente cristão, ‘conservador’ e liberal, os que apoiavam a ‘independência’ do Líbano (*libanistas*) e a aproximação com o Ocidente. Os enfrentamentos tangenciavam o caráter confessional, mas a participação expressiva de cristãos no ‘campo muçulmano’ e de muçulmanos no ‘campo cristão’ minimizara o caráter confessional da guerra que resultou em cerca de 4 mil mortos. Afinal, foi o assassinato de um jornalista cristão maronita *nasserista* o estopim para a eclosão do levante. Até mesmo o patriarca maronita se opôs ao presidente, ao mesmo tempo em que o primeiro-ministro (sunita) Samih al-Sohl permaneceu fiel a Camile Chamoun (DEL PINO, 1989).

Na verdade, fatores políticos e sociais tiveram seu peso na Guerra Civil de 1958. Camile Chamoun liderava o Partido Nacionalista Liberal e era, pelo visto, mais liberal que nacionalista e tinha planos para ser reeleito, o que contrariava a Constituição. Como presidente, ele manteve o poder dos tradicionais chefes das comunidades confessionais. Desta forma, o confessionalismo alcançava o núcleo da vida libanesa, pois todos os empregos públicos e cargos políticos eram repartidos entre as diferentes comunidades religiosas. Além disto, a política econômica ultra-liberal atraiu o dinheiro árabe para os bancos de Beirute, controlados em parte pelos cristãos. Este dinheiro foi usado para desenvolver regiões de população majoritariamente cristã, tais como a capital e o Monte Líbano cristão (DEL PINO, 1989: 41). A guerra seria uma revolta das regiões de maioria muçulmana marginalizadas social e politicamente (Vale do Beka’a e o sul do Líbano) contra a capital e o Monte Líbano (DEL PINO, 1989: 41).

As tropas americanas desembarcaram em Beirute no verão de 1958, permanecendo três meses no país, encerrando os conflitos. Entretanto, elas permitiram apenas que Chamoun

¹¹³ A Doutrina Eisenhower consiste na autorização prévia ao presidente dos EUA para enviar tropas ao OM e para conceder ajuda financeira e militar a qualquer governo na região que estivesse ameaçado de sofrer “agressão armada de algum país controlado pelo comunismo internacional”. Esta doutrina oficializava, desta forma, o papel dos EUA como “xerifes” da região (FUSER, 2008: 113).

cumprisse seu mandato, sem direito a renovação. Os EUA também apoiaram a eleição do general Fouad Chehab para a presidência do Líbano. O general eleito presidente teve uma atuação como chefe do exército que foi considerada ‘neutra’ pelos combatentes durante a Guerra de 1958. Em nosso entendimento, o objetivo do desembarque americano não foi apenas responder ao suposto avanço soviético, representado pela Revolução no Iraque, em 1958. Ela visava o restabelecimento do eixo Riad – Cairo – Damasco em contraposição ao eixo Aman – Bagdá. Isto se devia ao fato de que, se Chamoun permanecesse no poder, a crise libanesa se aprofundaria e, aliada à Revolução Iraquiana, poderia desestabilizar tanto a Síria quanto o próprio Egito, atingindo a Arábia Saudita e seus recursos petrolíferos. A opção pela estabilidade passava pela instituição no Líbano de um governo que respeitasse o Pacto de 1943, como era o caso do general Fouad Chehab, sacrificando, dessa forma, o governo pró-ocidental do nacional-liberal Camile Chamoun em favor de ganhos geopolíticos regionais maiores, o Egito e a Arábia Saudita¹¹⁴. Desta forma, a solução geopolítica se sobrepôs aos conflitos sociais e econômicos do Líbano, fazendo com que as condições subjacentes que levaram ao colapso e ao conflito continuassem existindo (KARAM, 2010: 37).

O general Fouad Chehab tomou posse como presidente do Líbano em 1958 tendo como projeto político o fortalecimento do Estado libanês, mediante reformas sociais, políticas e econômicas, mas sem revogar o confessionalismo. Esta política apregoava o desenvolvimento nacional e era consoante com o *nasserismo*. Por este motivo, não surpreende sua aproximação com o regime de Nasser, que naquela época também governava a Síria. Durante a eclosão da crise de 1958, Chehab foi especialmente sensível ao clamor popular da periferia de Beirute e das regiões tradicionalmente marginalizadas pelo poder central: Beka’a, Akkar e sul do Líbano (Monte Amil), de maioria muçulmana. Ao tomar posse, ordenou a realização de obras e a instalação de serviços de infra-estrutura, educação e saúde pública nessas regiões, gerando um grande apoio popular às reformas. Outra medida de grande popularidade foi a instituição da seguridade social, favorecendo os trabalhadores e inquietando as burguesias. O general presidente também buscou aliança com os protagonistas da crise de 1958 para a implementação de seu projeto político. Assim, obteve apoio das Falanges, partido libanista de inspiração fascista composto majoritariamente por cristãos maronitas, e do Partido Socialista Progressista (PSP), liderado pelo Kamal Jumblat, que, apesar do nome, era um partido majoritariamente druzo. Além disto, o serviço público foi

¹¹⁴ Isto nos leva a crer que Chamoun superestimou a importância do Líbano para a geoestratégia dos EUA, que optaram por apoiar um suposto inimigo regional, o Egito de Nasser. Numa espécie de acordo tácito, o *raïs* egípcio respeitou a independência do Líbano em relação à RAU, formada em 1958. Percebemos, assim, como a estabilidade libanesa depende de uma potência internacional aliada a uma potência regional.

modernizado e descentralizado, de maneira a formar uma burocracia afastada da influência política direta dos chefes das oligarquias.

As políticas reformistas do presidente Chehab, denominadas de *chehabismo*, representaram uma maior centralização política do poder nas mãos do Estado. Este centralismo entrava em choque com os tradicionais oligarcas rurais e urbanos, que eram contrários ao crescente intervencionismo estatal, superando as diferenças confessionais. Para os oligarcas cristãos, as reformas favoreciam os muçulmanos, enquanto que, para os chefes tradicionais muçulmanos, especialmente os sunitas, oriundos das elites financeiras e comerciais de Beirute, Trípoli e Sidon, o *chehabismo* trazia o temor das estatizações e nacionalizações implementadas por Nasser na República Árabe Unida (Egito e Síria). Por fim, os grandes proprietários de terras xiitas e druzos temiam o fantasma da reforma agrária, executada pelo regime nasserista no Egito e na Síria. Os oposicionistas uniram forças e exerceram uma forte pressão sobre o governo para estancar e mesmo revogar as reformas *chehabistas*.

O principal evento político do governo de Chehab não veio das tradicionais elites libanesas, mas sim do PSNS, que tentou um golpe de Estado na virada de 1961 para 1962. Os partidários do projeto da Grande Síria perceberam que o fortalecimento do Estado libanês e a aproximação de Chehab com a RAU representavam o fim tanto da unidade com a Síria (CORM, 2006: 126) quanto da possibilidade da criação de uma federação entre Síria, Jordânia, Iraque e Líbano (TRABOULSI, 2007: 139). A tentativa de golpe foi esmagada com extrema violência pelo aparato de segurança do Estado, que saiu fortalecido desse evento.

Uma das mais polêmicas ações do governo de Fouad Chehab foi a criação do *Segundo Escritório* (*Deuxième Bureau*), uma espécie de serviço de inteligência do exército, mas cuja atuação o tornava próximo de uma polícia política *de fato*. O *Deuxième Bureau* foi o instrumento do Estado libanês não apenas para controlar o serviço público. Ele serviu para impor a lei marcial decretada pelo governo libanês, em 1959, aos refugiados palestinos que viviam sob péssimas condições de vida e esquecidos das reformas sociais implementadas pelo general presidente. Esta lei marcial, que durou até 1969, determinava restrições draconianas aos palestinos de se movimentarem, de serem atendidos pelos serviços públicos, de exercerem profissões, entre outras proibições, que incluíam a leitura de jornais em praça pública, como revelou um dos líderes da OLP no Líbano, Salah Salah, em entrevista ao documentário

*Guerra do Líbano (Harb Lubnan)*¹¹⁵, produzido pela TV catariana Al-Jazeera. As restrições libanesas aos palestinos só eram comparáveis às impostas pelos israelenses contra os cidadãos árabe-israelenses, que foram submetidos à lei marcial logo após a consolidação do Estado de Israel, em 1949, durando até 1976. A discriminação aos refugiados seria o combustível para que muitos palestinos se alistassem na resistência armada anti-israelense.

O período compreendido entre 1958 e 1969 é de prosperidade e estabilidade econômica e política no País dos Cedros em decorrência das reformas *chehabistas*. Nem todos eram beneficiados, como visto acima, e nem todos estavam satisfeitos. Lentamente, após a posse de Charles Helou como sucessor de Chehab, em 1964, uma espécie de ‘viradeira’ passou a ser a linha de força da direita libanesa, capitaneada pelas principais famílias cristãs maronitas, os Chamoun (nacionalistas-liberais), os Gemayel (líderes das Falanges), os Frangieh (liberais-democratas) e os Édde (liberais do Bloco Nacional). Essa ‘viradeira’ (*roll-back*) anti-*chehabista* visava desmontar o tímido *welfare-state* construído pelo ex-presidente general. Esta linha de força liberal levaria, em uma década, o Líbano à catástrofe da Guerra Civil, cujas feridas permanecem abertas até os dias atuais, neste início da segunda década do séc. XXI. Este *roll-back* liberal cristão libanês surgiu num contexto de crescente tensão regional decorrente da ampliação das guerras árabe-israelenses, enquadradas superficialmente pela Guerra Fria entre EUA e URSS. O desmantelamento do *welfare-state chehabista* favoreceria a radicalização dos palestinos e da comunidade xiita, tradicional e socialmente marginalizada da vida política libanesa¹¹⁶. O Líbano, que jamais foi ou pretendeu ser um Estado forte, a não ser no interregno *chehabista*, seria cada vez mais tragado para dentro dos conflitos árabe-israelenses.

A derrota humilhante e arrasadora do Egito, Síria e Jordânia frente a Israel, em 1967, na Guerra dos Seis Dias, ocasionou um novo redimensionamento geopolítico do OM. Israel tornou-se a maior potência militar na região, ocupando o Sinai, rico em gás e petróleo, as Colinas de Golã, ricas em água, e os territórios palestinos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia.

¹¹⁵ AL-ISSAWI, Omar (dir.). **The War of Lebanon** – Episode 02 – The Roots of Conflict. Catar: Al-Jazeera Satellite Channel, 2000. Disponível em: <<http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=-2232138954575205582&hl=en>>. Acesso em: 15/09/2006 (5’16’’).

¹¹⁶ Pelo longo histórico de marginalização social, os xiitas, predominantemente rurais, emigraram do sul e do leste do Líbano para os subúrbios de Beirute, para serem trabalhadores urbanos, em busca de melhores condições de vida. Estes trabalhadores xiitas se envolveram em movimentos sindicais, fornecendo quadros para os partidos de esquerda, especialmente comunistas (OAC e PCL), socialistas e nacionalistas. Esta relação entre xiitas e comunistas alarmava as elites cristãs liberais, sempre anti-comunistas, o que favoreceria a vinda do aiatolá iraniano Musa al-Sadr ao Líbano, em 1969, para criar o Movimento dos Deserdados. Musa al-Sadr era oriundo de um dos clãs xiitas mais tradicionais e poderosos do OM, com ramificações no Iraque (o atual líder da milícia *al-Mahdi* Muqtada al-Sadr) e no Irã (o ex-presidente da República Bani Sadr). Há fortes suspeitas de que Sadr era patrocinado pela CIA. As relações entre o clã Sadr com os EUA ainda estão para serem pesquisadas pelos acadêmicos menos preconceituosos.

Israel converteu-se no principal aliado estratégico dos EUA, cujos interesses na região eram diversificados e não menos vitais: do petróleo saudita à contenção soviética. A vitória israelense trouxe como principal consequência a derrota dos arquiinimigos das *petromonarquias* do Golfo Árabe-Pérsico, abrindo as portas para o surgimento de um novo ator político até então pouco expressivo e marginal, o Islã político. É o regime *wahhabita*-saudita, o principal vencedor da Guerra de 1967, uma vez que era desafiado pelo nacionalismo árabe em vertentes *nasseristas* (Egito) e *ba'athistas* (Síria e Iraque) e pela dinastia dos Hachemitas (Jordânia), considerados os legítimos xerifes de Meca e Medina. Uma nova era se abria no OM; uma era de dilaceramento do mundo árabe sem qualquer perspectiva de recomposição, que permanece até os dias atuais.

O Líbano não participou da Guerra dos Seis Dias, graças aos esforços do presidente Charles Helou, a despeito da grande pressão popular para o engajamento libanês no front. O país, no entanto, passaria a sofrer cada vez mais as consequências da guerra em seu solo. O presidente libanês havia sofrido uma forte pressão israelense na questão do desvio de água do rio Hasbani. Ele levou a querela para ser debatida na Cúpula da LEA no Marrocos, em 1965, onde também defendeu a proibição do uso do território libanês para treinamento de guerrilheiros palestinos, mantendo as restrições de movimentação dos refugiados (HAYEK, 2006: 120-21). Entretanto, em decorrência da fundação da OLP, em 1964, e as péssimas condições de vida dos refugiados palestinos no Líbano, o recrutamento de ativistas para as atividades guerrilheiras aumentara consideravelmente. Os *fedayins* eram recrutados nos campos de refugiados no sul do Líbano. A OLP e o governo libanês entraram em acordo sobre a movimentação de palestinos no interior do país, desde que não atuassem militarmente no país (HAYEK, 2006: 121).

Até 1967, as atividades guerrilheira palestinas em território libanês eram escassas. Entretanto, a crescente crise social e econômica – em 1966, o banco Intra pediu falência, desestabilizando o sistema financeiro – levou a uma crescente polarização política entre as chamadas ‘direita’ e ‘esquerda’ no Líbano. A ‘direita’, essencialmente liberal, propunha o fim do *chehabismo* e a transformação do Líbano numa ‘sociedade mercantil de patrícios’, invocando a herança fenícia, enquanto que a ‘esquerda’ era favorável a uma economia diversificada, com a exploração dos recursos hidráulicos e agrícolas do país (CORM, 2006: 127-28). Este debate que se converteu em disputa política aos poucos ganharia contornos de enfrentamento confessional. A disputa entre as duas correntes não era inédita e nem recente. Em 1950, os liberais obtiveram vitória ao romper com a união aduaneira e monetária com a Síria, que adotava uma política econômica protecionista para desenvolver a agricultura e as

indústrias. Seis anos depois, a elite financeira conseguiu obter a aprovação da lei do segredo bancário proposta pelo banqueiro Raymond Édde, cujo clã era líder do Bloco Nacional. Em 1958, o general Fouad Chehab iniciava as reformas visando diversificar a economia e a justiça social. O sucessor do general na presidência, Charles Helou, enfrentou, no entanto, uma crescente oposição em favor do fim das reformas *chehabistas*. Esta oposição agregava tanto os notáveis tradicionais quanto a burguesia mercantil (CORM, 2006: 127-28). Durante os ataques israelenses de 1967, os liberais, basicamente reduzidos ao campo cristão maronita, proclamaram a adesão aos princípios de democracia liberal, rechaçando o socialismo de Kamal Jumlat, líder druzo do PSP (HAYEK, 2007: 126-27). Em resposta, Jumlat se converteria no principal líder da ‘esquerda’ libanesa e declararia apoio à resistência palestina no sul do Líbano.

A relativa estabilidade política e econômica que o Líbano conheceu, entre 1958 e 1966, – a Era Chehabista – favoreceu o surgimento de um movimento estudantil que se tornou um terreno fértil para disseminação de toda forma de ‘radicalismos’ ideológicos que solapavam a região (CORM, 2006: 129). Todo este quadro político e econômico seria agravado pela derrota árabe na Guerra de 1967, polarizando não somente os campos ideológicos, mas também a sociedade libanesa.

A Guerra dos Seis Dias gerou uma nova leva de dezenas de milhares de refugiados palestinos para o País dos Cedros. As atividades guerrilheiras palestinas no sul do Líbano contra a ocupação israelense dos territórios palestinos se intensificaram. No final de 1968, um ataque palestino a um avião civil em Atenas deu o pretexto para Israel finalmente iniciar sua geoestratégia de anexar a margem sul do rio Litani, a ‘fronteira certa’. A força aérea israelense bombardeou o aeroporto internacional civil de Beirute, destruindo a frota comercial de aviões. O governo libanês não reagiu ao bombardeio israelense, dando início ao processo de desintegração do Estado.

Os líderes políticos muçulmanos condenaram a inanição do governo libanês e a ‘direita’ libanesa se dividiu em duas: uma ‘conservadora radical’, estritamente cristã maronita, era a favor do liberalismo e do confessionalismo; e outra ‘revisionista’, que exige as reformas sociais e, sobretudo, políticas em favor da abolição do confessionalismo político. Esta última recebe maciça adesão de sunitas, xiitas, druzos e cristãos ortodoxos e melquitas. Na nomenclatura midiática ocidental, os radicais eram chamados de ‘moderados’, por serem simpáticos aos EUA, e os ‘revisionistas’ eram considerados ‘radicais’, pela presença de elementos esquerdistas e de simpatizantes da resistência palestina. Abria-se o caminho para a ruptura do Acordo Nacional de 1943, um dos principais sustentáculos do Estado libanês.

Os principais líderes tradicionais muçulmanos abandonaram a aliança política com a direita maronita por compreenderem que estavam perdendo espaço com o declínio do pan-arabismo, em decorrência da Guerra de 67, e com o desgaste do clientelismo, como decorrência da década do *chehabismo* (KARAM, 2010: 48). As principais lideranças cristãs ortodoxas e melquitas também não viam motivos para apoiarem o Pacto de 1943, pois foram relegadas pelo mandato francês ao segundo plano em favor da preponderância dos maronitas. Além disto, segundo Christian Karam (2010: 48), ortodoxos e melquitas haviam sido educados em uma cultura urbana de maior coexistência e cooperação com os muçulmanos, o que não ocorrera com os ‘montanhese clânicos’ (como eram chamados os maronitas).

Para agravar a situação de desmonte do Estado, o exército libanês ausente na resposta ao ataque israelense de dezembro de 1968, passou a combater os *fedayins* no sul do Líbano, a partir de 1969. A oficialidade do exército libanês era recrutada desde o período mandatário francês na comunidade cristã maronita. Para a esquerda e demais revisionistas libaneses, os choques entre as tropas libanesas e os guerrilheiros palestinos eram vistos como uma guerra entre cristãos e muçulmanos (DEL PINO, 1989: 59). Por isso mesmo, a solidariedade muçulmana, inclusive xiita, aos palestinos era muito grande. Entretanto, os resultados destes confrontos eram catastróficos. O primeiro-ministro (sunita, conforme o Acordo de 1943) Rachid Karame¹¹⁷ renunciou ao cargo, deixando o país que ficou sem governo durante seis meses (DEL PINO, 1989: 60). Ele havia exigido que as comunidades chegassem a um acordo sobre o caráter e o estatuto da presença palestina no Líbano (DEL PINO, 1989: 60).

A inanição do exército libanês ao ataque israelense de 1969, a ruptura *de facto* do Acordo de 1943 e os combates entre os fedayins palestinos e o exército libanês foram acompanhadas, ainda no final da década de 1960, pela assinatura dos Acordos de Cairo (1969) entre o chefe da OLP, Yasser Arafat, o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser e o representante do governo (inexistente) libanês general Émile Boustany, estabelecendo o sul do Líbano como território sob o controle da OLP para ações armadas contra Israel. Efetivamente, o Egito, apoiado pela LEA, criava um verdadeiro ‘Estado palestino dentro do Estado libanês’, cujo território de ação se estendia dos campos de refugiados ao sul de Beirute até a fronteira com Israel, região habitada predominantemente pelos xiitas, que passaram a se ressentir da presença ostensiva e opressora dos palestinos, no que será capitalizado pelos israelenses futuramente em suas geoestratégias balcanizadoras. Este território controlado pelos palestinos passou a ser denominado pelos libaneses de *Fatahlandia*, ou seja, a terra do

¹¹⁷ Rachid Karame era originário do mais tradicional clã burguês pró-sírio e pró-EUA da cidade de Trípoli.

Fatah, a principal milícia da OLP. Os Acordos de Cairo serviriam de pretexto para as represálias israelenses, muitas das quais não faziam distinção entre combatentes e civis desarmados.

A crise regional se radicalizou quando o rei Hussein da Jordânia, percebendo-se desafiado pela OLP, esmagou os guerrilheiros palestinos em seu país, em 1970, episódio conhecido como o *Setembro Negro*, exterminando mais de 4 mil palestinos (MASSOULIÉ, 1996: 96), expulsando milhares de sobreviventes para Síria e Líbano. A ação repressiva do monarca jordaniano obteve tanto o apoio de Israel, revalidando a aliança hachemita-israelense, de 1919 e de 1948, quanto dos EUA e dos protestos meramente formais do mundo árabe, abrindo o caminho para o massacre de milhares de palestinos. No Líbano, a direita maronita¹¹⁸ opôs-se à chegada dos novos refugiados palestinos, pois não queria repartir o poder ressentida de seu menor peso demográfico frente aos muçulmanos, rememorando-se os massacres de 1860. Para ela, o Líbano é um país maronita e não árabe. Manifesta-se a chamada ‘tentação sionista’ de um Pequeno Líbano, exclusivamente cristão (MASSOULIÉ, 1996: 138), o que ia ao encontro das aspirações de Ben-Gurion, em 1954.

A chegada de centenas de milhares de refugiados palestinos fugindo dos massacres na Jordânia só fez potencializar a crise política que paralisaria o Líbano no início da década de 1970, pois, a partir de então, o território libanês era o único aberto às operações guerrilheiras contra a ocupação militar israelense dos territórios palestinos. As conjunturas regional e internacional só fizeram aumentar este quadro de desequilíbrio interno e irreversível da política libanesa, a saber: a morte de Nasser e a ascensão de Anwar el-Sadat, em 1971, à presidência egípcia, favorecendo o liberalismo econômico (*Infithah*) e o nacionalismo egípcio em detrimento do arabismo; a ascensão, em novembro de 1970, do ‘pragmático’ e ‘sirianista’ general Hafez al-Assad ao poder na Síria, após derrubar o regime ‘esquerdista’ e ‘pró-revolucionário’ de Nur al-Din al-Atassi; e a assinatura dos Acordos SALT 1 entre EUA e URSS, em 1972, que foi entendido pelo Egito como o fim da Guerra Fria no OM e a vitória dos norte-americanos. Dentro desta perspectiva, o presidente Sadat percebeu que era preciso se aproximar dos EUA e que, por isso, deveria normalizar relações com Israel e se aproximar da Arábia Saudita, o que implicava na resolução do problema da ocupação israelense da Península do Sinai. Deparando-se com a intransigência de Golda Meir na recusa sistemática em discutir a paz com o Egito, não coube outra saída para o líder egípcio a não ser entrar em guerra contra Israel (SHLAIM, 2004: 325-68).

¹¹⁸ Os maronitas, a despeito de sua preponderância em vários setores da economia, nunca lograram uma efetiva hegemonia sobre a sociedade libanesa. (CORM, op. cit., p. 295-301).

Simultaneamente a esta conjuntura regional e internacional, o Líbano passou a ser palco de uma guerra dos campos entre o exército e os guerrilheiros palestinos. Estes campos de refugiados, extremamente pobres, densamente habitados e insalubres, serviam de base guerrilheira, especialmente como depósito de armas. A violência das tropas libanesas contra os *fedayins* levou a Força Aérea libanesa a bombardear o campo de Bourj al-Burajneh por ordem do então presidente libanês Suleyman Frangieh, em 1973. Havia uma crença entre os *fedayins* de que a libertação da Palestina passaria pela derrubada de regimes conservadores árabes pró-ocidentais, autoritários ou não, como, por exemplo na Jordânia e no Líbano, mediante a revolução popular. A resistência palestina alcançou uma grande popularidade entre a ‘esquerda’ e os muçulmanos. Os combates entre palestinos e israelenses se intensificaram, assim como os confrontos com o exército libanês, corroendo a estrutura estatal libanesa, aumentando a hostilidade entre cristãos maronitas e palestinos.

Neste sentido, podemos entender como as eleições de um tradicional oligarca de Zghorta, norte do Líbano, Suleyman Frangieh, à presidência do Líbano, em setembro de 1970, foi uma espécie de declaração de guerra da direita maronita aos palestinos e ao reformismo *chehabista*. A ascensão de Frangieh ao poder em Beirute quase simultaneamente à de seu amigo pessoal, o general Hafez al-Assad, ao poder em Damasco representava um mau agouro para os palestinos. Frangieh submeteu ao seu controle direto o *Segundo Bureau*, o serviço de informações libanês, considerado o único órgão governamental com capacidade efetiva de monitorar as ações dos *fedayins*. Na época, a OLP era uma imensa burocracia com vários departamentos, de saúde a corpo diplomático, já sob o comando de Yasser Arafat, um ‘moderado’ que acreditava em uma solução diplomática para o conflito.

Os *fedayins* percebiam, entretanto, que a via diplomática não poderia abrir mão das ações armadas como forma de dar publicidade mundial à brutal opressão sobre os palestinos nos territórios ocupados por Israel desde 1967 e também para as péssimas condições de vida dos refugiados palestinos nos países árabes. Estas ações eram consideradas ‘terroristas’ pela mídia ocidental. Entretanto, em vários de seus ataques ‘terroristas’, como o das Olimpíadas de Munique e o atentado ao aeroporto israelense de Lod, com apoio de extremistas japoneses, ambos ocorridos em 1972, causavam ferozes represálias israelenses ao Líbano. Como vingança ao assassinato de atletas israelenses sequestrados por um comando palestino, nos Jogos Olímpicos, os israelenses lançaram um dos mais devastadores ataques ao Líbano e à Síria, tendo como alvo os campos de refugiados, assassinando mais de duzentas pessoas, entre libaneses e refugiados palestinos, sem qualquer reação do governo libanês (MASSOULIÉ, 1996: 94).

Cientes das divisões internas libanesas e árabes, os israelenses as exploravam para seus objetivos geoestratégicos. Podemos deduzir, deste modo, que a ferocidade das ‘represálias’ israelenses, não menos terroristas que as ações dos *fedayins* contra civis desarmados, tinha finalidades geopolíticas precisas: primeiramente, forçar o governo libanês a cessar as atividades guerrilheiras que atingiam o norte de Israel; aumentar as hostilidades da elite cristã aos palestinos e muçulmanos; jogar todos os libaneses contra os palestinos; expandir seu território até o rio Litani, no sul do Líbano, através de bombardeios aéreos na região, levando a população sul libanesa a migrar para o norte. De fato, a zona sul de Beirute converteu-se num refúgio da emigração xiita sulista, aumentando o cinturão de pobreza na capital, formado pelos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, Tal al-Za’atar, Karantina, Dbayeh, Jisr al-Bacha, Bir Hassan e Bourj al-Burajneh, nomes que se tornariam tristemente célebres, sinônimos de massacres, limpeza étnica e genocídio, nos anos de chumbo das décadas de 1970 e 1980. Estas verdadeiras favelas, no jargão brasileiro, eram habitadas, além dos palestinos, por operários temporários sírios, curdos, armênios e, após a eclosão da guerrilha no sul do Líbano, pelos migrantes xiitas sulistas. Os bombardeios israelenses serviam para aumentar a polarização social e, conseqüentemente, política no Líbano, desestabilizando o país, e o tornando um alvo fácil para sua geoestratégia balcanizadora.

Entretanto, este objetivo foi logrado somente em 10 de abril de 1973 quando comandos do *Tzahal* invadiram Beirute e assassinaram três líderes moderados da OLP, Kamal Nassir, poeta e porta-voz da organização, Mohammed al-Najjar, chefe do Alto Comitê Político para Política Libanesa; e Kamal Udwan, membro do Comitê Central da Fatah. Os três líderes palestinos eram favoráveis a uma solução diplomática para a questão palestina. A total indiferença do exército libanês à agressão israelense enfureceu a comunidade muçulmana do país e abriu uma grave crise política sem precedentes. Manifestações de protesto lideradas pelos partidos ‘progressistas’ tomaram conta de Beirute. O primeiro-ministro Saeb Salam não conseguiu demitir o comandante do exército, Iskandar Ghanem, e pediu demissão, sendo sucedido por vários primeiros-ministros fracos. A paralisia do Estado serviria para recrudescer a resistência e os choques com o exército libanês. Soldados libaneses foram sequestrados e em resposta o exército cercou e atacou campos de refugiados palestinos, que em resposta bombardearam o Aeroporto de Beirute. A guerra entre os palestinos e as forças armadas libaneses durou meses e levou a OLP a clamar por apoio de seus supostos aliados árabes. Os governos da Argélia, Líbia e Síria condenaram as ações repressivas do governo libanês. A mais grave das conseqüências destes confrontos foi a formação de milícias, muitas

oriundas dos partidos políticos, tendo em vista a incapacidade do exército libanês em impor a ordem.

A resistência *fedayin* e as represálias israelenses só aumentavam ainda mais a tensão e a violência entre libaneses (especialmente cristãos de direita) e palestinos, aumentando a sensação entre os maronitas de estarem se afogando numa ‘maré muçulmana’. As lembranças das perseguições e massacres sofridos do século XIX se reavivaram com a presença e o ativismo dos guerrilheiros palestinos no Líbano. A tendência nessa comunidade cristã era o isolamento, recusando-se a integração a um espaço regional onde se sentisse dominada. Desta forma, essa sensação de ‘sítio’ acirrou o sentimento de uma ‘nação’ maronita, chegando ao ponto de considerarem o Líbano como sua propriedade e como uma nação não-árabe. Para isso, construíram a memória das origens fenícias e a descendência dos cruzados (MASSOULIÉ, 1996: 138). Segue-se a esta mentalidade isolacionista dos maronitas, do nacionalismo libanês-maronita, o *libanismo*, a ‘tentação israelense’ do retorno ao Pequeno Líbano exclusivamente cristão. O início dos anos 1970 testemunharia nos subúrbios de Beirute oriental, predominantemente cristão, o recrutamento em massa do Partido das Falanges, tendo em vista não apenas as eleições legislativas de 1972, mas também a formação de uma milícia para a guerra civil que se avizinhava (MASSOULIÉ, 1996: 138). A guerra árabe-israelense de 1973 abriria o caminho para o conflito civil em grande escala.

A Guerra do *Yom Kippur* de 1973, para forçar a devolução dos territórios ocupados pelos israelenses (especificamente Gola e o Sinai), em 1967, neutralizou as forças sírias e egípcias. A guerra civil libanesa finalmente explodiria em 13 de abril de 1975. O Líbano passava a exercer a função de ‘palco miniatura’ dos grandes conflitos do OM, onde gravitariam as guerras: Síria x OLP; Síria x Iraque; Síria x Israel; EUA x URSS; Irã x Iraque; França x Irã; EUA x Irã; Israel x OLP; Síria x Irã; Arábia Saudita x Irã; Egito x Síria; França x Síria; EUA x OLP; Líbano x OLP; Líbano x Síria; Líbano x Israel; Arábia Saudita x *Hizbollah*; EUA x *Hizbollah*; Síria x *Hizbollah*; que, ao invés de eclodirem em grande escala, se cristalizaram no território libanês (CORM, 2005).

As versões vulgarizadas pela mídia ocidental e até mesmo pelos meios acadêmicos a respeito da Guerra Civil Libanesa afirmam que foi uma guerra confessional, de ‘cristãos’ x ‘muçulmanos’, ou então uma guerra ideológica de ‘direita’ x ‘esquerda’, ‘liberais conservadores’ x ‘esquerdistas revolucionários’, mas nenhuma delas dá conta da complexidade do conflito. Estas versões vulgarizadas obscurecem o fato de que nenhum dos campos foi constituído efetivamente sobre bases comunais ou religiosas. Segundo o historiador André Gattaz (2005: 49), a guerra teve objetivos políticos claros e não

confessionais, pois não se tratava da luta para o predomínio de uma fé sobre outra. Na verdade, podemos observar a formação de dois campos políticos no longo conflito: o primeiro, liberal e conservador, com predomínio cristão, que buscava a preservação do *status quo*, isto é, a preservação na íntegra do Pacto de 1943 e o fim do *chehabismo*; a segunda coalizão, ‘progressista’ ou ‘esquerdista’ ou ‘revisionista’, que reivindicava a revisão do Pacto de 1943 ou a sua anulação, e tinha inspiração tanto no nacionalismo árabe, em vertentes *nasseristas*, *ba’athistas* e síria, quanto nas diversas matizes do socialismo. É preciso ressaltar que as duas alianças em combate apresentaram profundas contradições internas e interesses cambiantes ao longo dessa Guerra, de carácter multifacetado, principalmente devido às ingerências externas, impedindo-nos de falarmos em ‘lado muçulmano’ ou ‘lado cristão’ (GATTAZ, 2005: 49) ou mesmo de ‘esquerda’ ou ‘direita’.

A coalizão direitista liberal-conservadora se agrupou e foi agrupada pela força apenas em 1980, formando as *Forças Libanesas* (FL), também chamadas *Frente Libanesa* (FL). Os principais grupos e milícias da coalizão eram as Falanges, de Pierre Gemayel, cujos efetivos somavam cerca de 10 mil homens; os Tigres, do ex-presidente Chamoun, que contava com 4 mil combatentes; o Exército Marada, do presidente Frangieh, com 3,5 mil milicianos; e os Guardiões dos Cedros, o único explicitamente maronita, com 500 homens liderados por Etienne Sakr, que passaria para o lado israelense na década de 1980, sendo por isso condenado à revelia à pena de morte no Líbano após o fim da Guerra, em 1990. O Exército do Sul do Líbano (ESL), milícia também ultra-direitista, não integrou as FL, subordinando-se diretamente ao Exército de Israel. Esta coligação recebeu apoio tácito e ou estratégico da Arábia Saudita (ROGAN, 2009: 384), EUA, França, Israel e até mesmo da Síria, na primeira fase da guerra, até março de 1976, no que implicava o envio de armas e dinheiro.

A segunda coalizão, revisionista, denominada *progressista*, com predomínio muçulmano, era formado por comunistas, socialistas e nacionalistas árabes e pan-sírios de diversas matizes; buscava a transformação dos termos do Pacto ou mesmo a sua total derrubada (GATTAZ, 2005: 49). Esse campo formou uma frente chamada *Frente Progressista* (FP) ou *Movimento Nacional Libanês* (MNL), que se aliou aos guerrilheiros palestinos da OLP, a chamada *Resistência*. As principais milícias eram oriundas dos seguintes partidos políticos: PSP (Partido Social Progressista), que tinha 5 mil milicianos, sob a liderança de Kamal Jumblat, sucedido após seu assassinato pelo seu filho, Walid; Partido Sírio Nacional Socialista (PSNS), que tinha duas facções e, apesar de sua origem conservadora, a ala pró-Damasco se aliou à esquerda a partir dos anos 1970, com 4 mil homens armados; Partido Comunista Libanês (PCL), com 5 mil homens armados, o qual

também apresentou as mesmas divisões de seus congêneres ocidentais, sendo a mais importante Organização de Ação Comunista (OAC), que congregava mais de 2 mil homens armados; Partido *Ba'ath*, nacionalista pan-arabista, com quatro facções, sendo duas pró-sírias, das quais uma era anti-Assad, uma terceira, pró-iraquiana (com 3 mil milicianos) e a quarta, libanesa; *Mourabitoun* (*sentinela* em árabe), principal milícia pan-arabista nasserista, pró-palestino, majoritariamente sunita, tinha cerca de 1 mil milicianos. Ao MNL se somaria a milícia do EAL (Exército Árabe do Líbano), que teve um papel relevante apenas na guerra civil de 1975-76. Porém, a maior e mais bem equipada destas milícias era a OLP¹¹⁹, que congregava mais de oito organizações, sendo a maior o Fatah, com mais de 8 mil homens armados, seguido pela al-Saika, patrocinada pela Síria, com 4.500 combatentes. Nos campos de refugiados palestinos, Rashidiyeh, Ayn al-Helweh, Tal al-Za'tar, Shatila, Nahr al-Band, Bourj al-Shimali, Bourj al-Burajneh, os *fedayins* totalizavam mais de 22 mil combatentes, superando e muito o número de soldados do exército libanês, com seus 19 mil homens (MASON, 1989; MCGOWEN, 1989). Isto explica o poder desestabilizador dos palestinos no Líbano.

Os partidos pró-Síria e pró-árabes e de esquerda, de orientações comunista e socialista, eram formados por uma cúpula de origem majoritariamente cristã greco-ortodoxa¹²⁰ e uma base muçulmana. O MNL era chefiado pelo líder druzo Kamal Jumblat. Esta frente 'islamo-progressista' receberia apoio em armas e dinheiro da Síria, Líbia, URSS e Iraque (ROGAN, 2009: 383-84).

Durante a primeira fase da Guerra Civil (1975-1977), sequestros, roubos, pilhagens, torturas, mutilações, estupros e massacres contra civis desarmados, com caráter sectário, se tornaram uma rotina, dando a falsa impressão de uma guerra religiosa de cristãos contra muçulmanos e vice-versa. Estas atrocidades eram atribuídas pela mídia ocidental a ódios milenares entre cristãos e muçulmanos, remetendo-nos até mesmo aos tempos bíblicos. Trata-se de um bom exemplo daquilo que o pensador palestino Edward Said (2001) chamava de orientalismo. Uma visão preconceituosa e distorcida da realidade que camufla os interesses

¹¹⁹ Longe de ser uma organização coesa, a OLP era dividida em inúmeras facções, fato que era explorado por supostos inimigos (Israel) e supostos aliados (Síria, Líbia e Iraque). Quando Arafat propôs a saída diplomática para a Questão Palestina, o que demonstrava a necessidade de se reconhecer a existência de Israel e a criação de uma entidade palestina na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, formou-se a chamada *Frente de Rejeição* que se opôs ao plano do líder palestino. A Frente de Rejeição era formada pela FPLP, de Georges Habash, FPLP-CG, de Ahmed Jibril, Frente de Libertação Árabe (FLA, pró-iraquiana) e a Frente de Luta Popular. Síria, Iraque e Líbia usariam esta frente, por meio de armas e dinheiro, para fustigar Arafat em sua tentativa de se aproximar de Israel. As consequências seriam catastróficas, não apenas para os palestinos, mas para todo mundo árabe.

¹²⁰ São de origem cristã greco-ortodoxa os comunistas palestinos Naëf Hawatmeh (FDLP) e Georges Habash (FPLP), o libanês Georges Hawi (PCL) e os líderes do PSNS. É libanês-armênio-ortodoxo o falangista pró-Damasco, Karim Pakradrouni.

geoestratégicos e geopolíticos do atores políticos para o domínio de um determinado território. No caso específico libanês, estes crimes contra a dignidade humana foram perpetrados não apenas pelo ódio e o desejo de vingança, mas sim para a pura e simples conquista territorial visando o controle dos recursos proporcionados pela aquisição. Assim, os combates tiveram início no centro comercial da capital libanesa em abril de 1975 e não precisou de muito tempo para se espalhar por todo país, causando preocupações para seus vizinhos Síria e Israel. Nos quatro primeiros meses, os combates ainda eram esparsos e a OLP se manteve distante deles, apesar da pressão do MNL. O governo central perdeu o controle da situação pelo simples fato de que seus ministros, Pierre Gemayel, Kamal Jumblat e Camile Chamoun, e o próprio presidente da república, Suleyman Frangieh eram chefes milicianos, em desafio aberto ao Estado.

Após um mês de combate, sem que as milícias respeitassem qualquer acordo de cessar-fogo, o primeiro-ministro Rachid al-Sohl (tradicional oligarca sunita) renunciou ao cargo. Uma tentativa de formar um gabinete militar foi feita pelo presidente Frangieh para tão somente servir de pretexto para o MNL colocar pela primeira vez seus homens nas ruas, em 23 de maio de 1975 (DEL PINO, 1989: 91). A possibilidade de formação de um governo militar no Líbano chamou a atenção dos sírios, que enviaram o ministro das relações exteriores Abdel Khalim Khadan para Beirute a fim de promover um acordo para que o gabinete militar se demitisse e fosse substituído pelo oligarca sunita de Trípoli Rachid Karamé que assumiria o cargo de *premier*. Isto ajudou a acalmar a situação por apenas um breve momento, pois quando o Estado entrou em colapso, qualquer incidente, por mais banal que fosse, servia de justificativa para a retomada dos combates com um grau de violência bastante superior à fase anterior.

Um exemplo desta violência banal ocorreu em 2 de setembro de 1975. Foi uma briga de trânsito entre dois motoristas, um sunita de Trípoli e outro cristão de Zghorta, na estrada que liga as duas cidades vizinhas e inimigas. A discussão gerada pela ultrapassagem de um deles levou ao assassinato do motorista sunita, que era militante da organização 24 de Outubro. Imediatamente, a referida milícia explodiu todas as lojas de propriedade de habitantes de Zghorta que havia na cidade de Trípoli, provocando a morte de uma pessoa cristã. Não tardou o filho da vítima cristã pegar em armas e deter o primeiro ônibus que passava pela estrada, fazendo os muçulmanos descerem do ônibus para fuzilá-los a sangue-frio (DEL PINO, 1989: 92).

Esta modalidade de assassinato, baseado na identificação da religião da pessoa, era possível pelo fato de que no Líbano a carteira de identidade revelava a religião do cidadão.

Estes crimes passaram a ser chamados de ‘massacres dos Ids’ e era um elemento importante na geoestratégia local para o domínio de um território.

Segundo o historiador Christian Karam (2010: 50), a segurança pessoal e de familiares eram também motores da violência, inclusive sectária:

À medida que a guerra recrudescia em diversas frentes, a segurança individual era buscada dentro da família e da comunidade, ou seja, os enfrentamentos em curso facilmente abriam caminho para uma retração às fidelidades e solidariedades tradicionais e sectárias que condicionavam, nesse momento de crise, a sobrevivência pessoal do grupo, clã ou confissão de origem.

Ainda no mesmo mês de setembro de 1975, o Líbano foi abalado pelos acontecimentos regionais. Em 4 de setembro de 1975, Egito e Israel assinaram um acordo de separação de forças no Sinai (chamado de Sinai II). Os palestinos entenderam o Acordo como ato de traição, pois nada tratava dos territórios ocupados. Os sírios não ficaram menos surpresos e irritados. O presidente sírio, o brigadeiro Hafez al-Assad, teve a mesma reação dos palestinos e considerou o Acordo também como ato de traição dos egípcios. A Síria entendia que a retomada das Colinas de Golã dependia das pressões diplomática e militar dos árabes, especialmente do Egito, sobre Israel e que o Sinai II retirava as vantagens políticas de tal modo que tanto sírios quanto egípcios lutaram para conquistar para os árabes na Guerra de 1973. Até este momento os sírios eram ainda favoráveis às forças ‘progressistas’ do MNL no conflito libanês. Isto ocasionou o apoio da milícia sírio-palestina al-Sayka à MNL, iniciando uma campanha de explosões de bombas no centro comercial de Beirute, uma capital devastada, sem lei e sem ordem. Cinquenta era o número de mortos por dia àquela altura (CEDARLAND).

O governo egípcio, sob a ditadura do general Anwar al-Sadat, acusou Damasco de querer impor o predomínio do *Ba'ath* libanês, pró-sírio, sobre Beirute, no que o ditador sírio Assad replicou afirmando que os egípcios queriam apenas desviar a atenção dos árabes para o acordo recém assinado com os israelenses. A OLP, por sua vez, entendeu que com os acordos ficara em uma situação desconfortável com os egípcios, forçando uma posição moderada de negociação com Israel, desconsiderando os interesses fundamentais dos palestinos.

O fato é que o Acordo de Separação de Forças entre Egito e Israel seguia o Plano Kissinger¹²¹ (concessões mínimas para desmoralizar os soviéticos frente aos árabes e

¹²¹ O secretário de Estado americano dos governos Richard Nixon (1969 – 1974) e Gerald Ford (1974 – 1977), Henry Kissinger havia alertado no início da década de 1970 para o perigo à segurança nacional dos EUA sobre o possível desabastecimento de petróleo, o que a crise do petróleo gerada pela Guerra do *Yom Kippur* deixaria claro. Era preciso, segundo o secretário americano, que os EUA dominassem o fluxo do petróleo para consolidar a sua supremacia mundial não apenas no presente, mas, sobretudo, nas décadas seguintes. O chamado Plano

aumentar a influência americana sobre todo o OM), tornando a presença de Washington na região indispensável para qualquer negociação de paz. Para Israel, segundo o historiador israelense Avi Shlaim (2004: 379-93), o acordo servia também à estratégia de tirar da mente dos árabes a ideia de que com um Israel fraco haveria concessões. Os EUA ainda que aparentemente impacientes em relação ao endurecimento israelense frente aos árabes, principalmente em relação aos egípcios, a quem prometera um acordo semelhante aos sírios, efetivamente corroboraram a postura israelense. No memorando do acordo entre americanos e israelenses, anexo ao de separação de forças com os egípcios, tiravam qualquer esperança de paz no OM, afirmando que o Sinai II era um acordo específico e não um primeiro passo à paz total na região (SHLAIM, 2004: 379-93). O artigo 12 deixava explícito que a posição americana é a de que o Sinai II, sua implantação, validade e duração não estavam condicionadas a nenhum ato ou negociações entre outros Estados árabes e Israel, sendo, portanto, um acordo fechado em si mesmo. Se para os americanos o objetivo era acabar com a influência soviética sobre os egípcios, para os israelenses nada era melhor do que acirrar a rivalidade entre Egito e Síria, acabando definitivamente com a aliança árabe da Guerra do *Yom Kippur* (SHLAIM, 2004: 385). Israel não abriu nenhuma possibilidade de negociações com os sírios e os americanos, atados aos compromissos assumidos com os israelenses, não tinham condições de conceder nada a Damasco, cujo governo era também cliente dos soviéticos.

As repercussões negativas do Sinai II, as disputas entre Síria e Egito, recaíram implacavelmente sobre os libaneses. A violência recrudesciu. O líder falangista Pierre Gemayel pediu a intervenção do exército, que já havia atuado na guerra entre Trípoli e Zghorta, sem sucesso algum, para pôr fim aos combates em Beirute. Em virtude da paralisia

Kissinger chamava atenção para a necessidade dos EUA dominarem via alianças ou diretamente (*manu militari*) os xecados árabes produtores de petróleo do Golfo Pérsico garantindo, desta forma, o abastecimento desta fonte de energia vital aos interesses políticos, econômicos e militares americanos (FUSER: 2008: 158-63). A direita “cristã” libanesa, especialmente o liberal Raymond Édde, denunciava que a dominação americana via direta ou indireta sobre os hidrocarbonetos passaria por outros rearranjos na região, com a cumplicidade de seu principal aliado regional, Israel, onde se previa a anexação do Líbano pela Síria. O plano de Kissinger não apenas previu a anexação do Líbano pela Síria, mas também, o predomínio palestino sobre o País dos Cedros com a conseqüente derrota dos cristãos maronitas, resolvendo o problema israelense. Os sobreviventes maronitas seriam levados à França ou ao Canadá. É muito pouco provável que este plano realmente visasse a dominação palestina sobre o Líbano, sob anexação síria, isto porque colocaria o norte de Israel sob influência soviética, aliada aos sírios e palestinos. É possível especular que objetivo real do plano de Kissinger fosse o apoio tácito aos palestinos no Líbano de forma que ao massacrarem os maronitas causasse um clamor internacional, especialmente no Ocidente, legitimando uma intervenção direta americana e ou israelense sobre o País dos Cedros, submetendo-o à órbita ocidental, em definitivo. Sobre o plano de Kissinger em evacuar os maronitas do Líbano, ver: SHAREEH, Asmahan. The american stance on the palestinian refugees. Disponível: <<http://www.prc.org.uk/data.aspx/d7/717.aspx>>. Acessado em: 15/12/2006. Ver também HUTCHINGS, N. W. e RUSHTON, Carol. Henry Kissinger, the real prime minister of Israel?. Israel Resource Review. 1st December, 1997. Disponível em: <<http://israelvisit.co.il/BehindTheNews/Dec-01.htm>>. Acessado em: 15/12/2006>.

do governo libanês, no dia 24 de setembro de 1975 os sírios tentaram mais uma negociação de cessar-fogo entre as facções em guerra, enviando o chanceler, Abdel Khalim Khadam, e o chefe do Estado Maior, o general Hikmat Chehab, no que foram bem-sucedidos por um breve período. Entretanto, a retomada das guerras entre Trípoli e Zghorta e de Zahle e Baalbeck, assim como os ataques aéreos israelenses aos campos palestinos de Nahr el-Bared e Badawi, rompeu o cessar-fogo, com as hostilidades retomadas em níveis cada vez mais mortíferos.

Foi, no entanto, um ato de violência que deu início à guerra das milícias e a um ciclo vicioso de vingança e retaliação. Porém, havia objetivos geoestratégicos nessa violência aparentemente caótica. Em 6 de dezembro de 1975, uma milícia ‘muçulmana’ assassinou quatro cristãos num carro em Beirute Oeste. Neste mesmo dia, Pierre Gemayel, líder da principal milícia ‘cristã’ - as Falanges - se encontrava em Damasco, em visita ao presidente sírio Hafez al-Assad para discutir os termos de um novo acordo que pudesse colocar um fim ao conflito que devastava o Líbano. Em resposta, o pai de uma das vítimas, Joey Saad, ao saber do assassinato de outro filho, pegou em armas e foi para uma estrada escolher e parar aleatoriamente carros a fim de identificar e assassinar os ocupantes muçulmanos. A notícia da matança espalhou-se pela cidade, rapidamente chegando ao QG das Falanges (*Kata'eb*). Imediatamente, em suposta retaliação ao assassinato de cristãos em Beirute Oeste, os milicianos falangistas tomaram em armas, bloquearam quarteirões de Beirute Leste e iniciaram a matança de muçulmanos, muitos dos quais eram trabalhadores do Porto de Beirute, próximo ao tradicional bairro cristão de Achrafiyeh (CEDARLAND). Michel Samaha, alto escalão falangista, afirma que os líderes do *Kata'eb*, incluindo William Hawi, chefe do Conselho Militar da milícia, eram contrários a estes atos de violência, mas que não tinham como controlar a fúria e a sede de vingança de seus milicianos e impedir os assassinatos¹²². As matanças do dia 6 de dezembro de 1975 ficaram tristemente conhecidas como o *Massacre do Sábado Negro*, elas resultaram no assassinato de mais de 200 pessoas, metade de cada lado. Foi o primeiro caso de assassinato em massa da Guerra Civil Libanesa (CEDARLAND).

O Massacre do Sábado Negro não se deveu apenas ao ciclo de *vendettas*, estava relacionado à necessidade das milícias cristãs controlarem Beirute Leste para a formação de um território cristão. Daí porque atacarem na rota para o porto de Beirute, próximo ao bairro de Achrafiyeh. Seguindo esta geoestratégia ‘cristã’, o quarteirão dos hotéis passou a ser o

¹²² AL-ISSAWI, Omar (dir.) . **The War of Lebanon - Episode 03 - Explosion**. Catar: Al-Jazeera Satellite Channel, 2000. Disponível em: <<http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=-1361306345209781470&hl=en>>. Acesso em: 15/09/2006. (31'54'').

novo alvo da Frente Libanesa com a finalidade de anexar o porto da cidade. Através do controle da zona portuária, o território ‘cristão’ passaria ter auto-suficiência se comunicando com o mundo exterior sem ser submetido ao controle do Estado. As atividades portuárias seriam por si só fonte de renda para o território ‘cristão’ com a perspectiva de se fundar um ‘Estado cristão’, o que o jornalista espanhol Domingo Del Pino (1989) denominou *tentação israelense*, ou seja, a balcanização do Estado libanês. Esse projeto já havia sido posto em prática em três oportunidades na *Bilad al-Cham*: a primeira com o duplo *caimacamyiat* druzo e maronita, em 1842; o segundo com o *mutassarrafyiat* do Monte Líbano (Pequeno Líbano), em 1860; e a fundação do Estado de Israel com a divisão da Palestina, em 1948. Isto por si só fazia da comunidade cristã maronita aliada taticamente do ‘Estado judeu’. De acordo com o então líder do PCL Georges Hawi, de origem cristã greco-ortodoxa, o assassinato de centenas de muçulmanos pelos milicianos ‘cristãos’ tinha o objetivo de gerar retaliações contra a população cristã, uma vez que os libaneses cristãos circulavam livremente pela capital, inclusive em Beirute Leste, onde estavam situados as milícias ‘muçulmanas’¹²³. Seguindo esta lógica, a suposta retaliação contra os cristãos os forçaria a não apenas buscar ajuda das milícias ‘cristãs’, mas sim buscar refúgio nas áreas controladas por estas, criando, desta forma, territórios confessionalmente homogêneos.

Havia também uma questão geopolítica regional por detrás do Massacre do Sábado Negro, ocorrido no mesmo dia em que Pierre Gemayel, líder da principal milícia ‘cristã’, as Falanges (*Kata’eb*), se encontrava em Damasco com o presidente sírio Hafez al-Assad. Era a primeira vez que um político abertamente anti-sírio e anti-árabe foi recebido pelo líder sírio. As atrocidades na zona portuária libanesa foi o assunto do encontro, que teriam desdobramentos fatais para o líder ‘cristão’, sem que este percebesse o raio de impacto regional dos confrontos na capital libanesa. De acordo com a análise feita pelo político Najjah Wakim, Hafez al-Assad percebeu as atrocidades em Achrafyieh como uma espécie de insulto das lideranças cristãs na tentativa de fazer fracassar o encontro com Gemayel; desta forma, o líder sírio passou a sondar a hipótese de que Israel poderia estar por detrás das ações da ‘direita cristã’¹²⁴.

¹²³ AL-ISSAWI, Omar (dir.). **The War of Lebanon - Episode 03 - Explosion**. Catar: Al-Jazeera Satellite Channel, 2000. Disponível em: <<http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=-1361306345209781470&hl=en>>. Acesso em: 15/09/2006. (35’05”).

¹²⁴ AL-ISSAWI, Omar (dir.). **The War of Lebanon - Episode 04 - Death of a Country**. Catar: Al-Jazeera Satellite Channel, 2000. Disponível em: <<http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=1114208677972497050&hl=en>>. Acesso em: 15/09/2006. (6’45”).

De qualquer forma, o projeto de balcanização do Líbano tinha um forte apoio de lideranças ‘cristãs’. Em 26 de dezembro de 1975, o presidente sírio propôs uma iniciativa de paz aos libaneses baseado em cinco pontos, que na verdade eram seis: representação paritária entre cristãos e muçulmanos no Parlamento; a eleição do primeiro-ministro pelos deputados e não pelo presidente; a criação de um Conselho Econômico; a abolição do confessionalismo na administração; e o respeito aos Acordos de Cairo (DEL PINO, 1989: 98). Numa clara resposta negativa à iniciativa síria, em 31 de dezembro de 1975, o ex-presidente Camile Chamoun, chefe da milícia Tigres, o líder falangista Pierre Gemayel e o padre Charbel Kassis, líder da milícia Ordem dos Monges Maronitas se reuniram com o presidente libanês Suleyman Frangieh, também líder da milícia Brigadas Marada, e propuseram a divisão do Líbano entre as diferentes comunidades (DEL PINO, 1989: 98).

Numa reunião dos representantes da comunidade muçulmana em Aramoun, na residência do *Mufti* (autoridade religiosa sunita) da República, foi rejeitada a divisão geográfica do Líbano. A escalada político-sectária iniciada pelos chefes milicianos cristãos era levada a um ponto extremo. Em 3 de janeiro de 1976, o presidente Frangieh denunciava unilateralmente os Acordos de Cairo (1969) ao mesmo tempo em que o padre Charbel Kassis propunha a transformação do Líbano num Estado federal. No dia seguinte, 4 de janeiro, as Falanges davam início ao cerco do campo de refugiados palestinos de Tal al-Za’atar, encravado na zona leste ‘cristã’ de Beirute. Uma semana depois, onze de janeiro, os ‘cristãos’ cercaram o campo Dbayeh, de refugiados palestinos cristãos. Em resposta, a frente ‘islamo-progressista’ estendeu combate às outras áreas da capital libanesa e os pontos estratégicos que ligavam Beirute ao interior. Assim, palestinos, ‘druzos’ e demais ‘muçulmanos’ se uniram e bloquearam as cidades ‘cristãs’ de Jieh e Damour (DEL PINO, 1989: 99).

Com a paralisia do governo libanês, uma vez que os libaneses não encontravam um denominador comum em suas reivindicações, os dois poderosos países vizinhos, Síria e Israel, ficaram tentados a intervirem no Líbano, diretamente ou não. O chanceler sírio Abdel Khalim Khadam avisara aos libaneses que Damasco não toleraria a divisão do Líbano, mensagem entendida como uma ameaça velada de intervenção militar síria. A resposta dos israelenses não tardou e no dia 8 de janeiro o ministro da Defesa Shimon Peres advertiu que Israel não ficaria indiferente a uma intervenção síria (DEL PINO, 1989: 99).

Apesar de não representar uma ameaça real e imediata a Israel, a guerra libanesa foi aos poucos tragando os israelenses para dentro do conflito e do país. É verdade que desde o começo do conflito libanês, o *Tzahal* jamais deixou de invadir ou bombardear, por ar, mar ou terra, o sul do Líbano, cometendo atrocidades contra a paupérrima população local, como

punição coletiva à presença palestina na região. De qualquer forma, era um problema que se arrastava desde 1968. Porém, segundo Avi Shlaim (2004: 385-400), o envolvimento israelense direto no conflito era visto com extrema cautela pelo primeiro-ministro trabalhista Yitzhak Rabin e só aconteceria a partir da segunda fase da Guerra Civil, em decorrência da derrota eleitoral dos trabalhistas, depois de 30 anos de hegemonia, para o *Likud*, sob a liderança de Menachem Begin.

A Síria, por sua vez, aumentava sua participação nos combates indiretamente, com um tímido apoio à frente progressista, colocando o Exército de Libertação da Palestina (ELP), palestinos pró-Damasco, ao lado da OLP, no combate aos falangistas, que cercavam o campo de refugiados de Karantina. Não tardaria à ELP se converter no mais mortal dos inimigos da OLP a serviço de Damasco.

Com a chegada do ano novo, 1976, a guerra libanesa se converteu numa brutal guerra de extermínio. Pela primeira vez, desde a fundação do Estado de Israel, em 1948, a ideia de expulsar toda uma população de um determinado território para conquistá-lo foi colocado em prática no mundo árabe. Se em 1948 os judeus sionistas expulsaram os árabes palestinos, desta vez, nas guerras do Líbano, eram árabes que expulsariam árabes. Eram os primeiros atos de limpeza étnica desde a fundação de Israel. O alvo era um campo de refugiados palestinos, Karantina, encravado dentro da zona ‘cristã’.

Karantina é uma favela, cujo nome advém de uma antiga área de quarentena de imigrantes, onde foi instalado um campo de refugiados palestinos. Este campo era também habitado por paupérrimas populações de origem libanesa xiita, síria, curda e armênia, localizado estrategicamente próximo à estrada que liga áreas dominadas pelos ‘cristãos’ à zona portuária de Beirute. Destacamentos da OLP controlavam o campo. Antes do cerco a este campo de refugiados, no dia 14 de janeiro, o campo de Dbayeh, habitado por refugiados palestinos cristãos, havia caído em mãos das milícias dos Guardiões dos Cedros e do Ahrar, depois de cinco dias de cerco. Centenas de palestinos cristãos foram massacrados pelas duas milícias ‘cristãs’ libanesas. Dbayeh situa-se estrategicamente na estrada que liga Beirute à cidade portuária de Jounieh, bastião ‘cristão maronita’ no litoral. A queda de Dabyeh permitiu que as duas milícias de extrema-direita ‘cristã’ se juntassem aos falangistas no cerco a Karantina. Depois de duas semanas de sítio, o campo caiu e os direitistas tiveram a oportunidade de exterminar, com requintes de sadismo raramente vistos, mais de 1 mil pessoas. Mulheres foram estupradas antes de serem assassinadas, crianças, velhos e adultos, mortos e esquartejados. Os extremistas de direita, ditos ‘cristãos’, dinamitaram os barracos e depois usaram tratores para arrasar os restos das casas junto com os cadáveres, evitando

possíveis investigações. Este método seria utilizado no massacre de Sabra e Chatila, em 1982, perpetrado pelos mesmos extremistas. Após o massacre, milhares de civis que viviam na favela deixaram o local para viverem em Beirute Leste. Somente os palestinos permaneceram no campo (CEDARLAND). A vingança palestina não tardaria.

Dois dias mais tarde, a 20 de janeiro de 1976, palestinos e as milícias do MNL fizeram o assalto final à cidade de Damour, sob o domínio do clã dos Chamoun. Damour era um balneário predominantemente cristão situado a 20 km ao sul da capital, que se tornou estratégico por ser ponto de passagem no litoral da estrada que liga Beirute a Sidon, sul do Líbano, região controlada pelos palestinos. Ao longo do cerco, o presidente Frangieh, a pedido pessoal do ex-presidente Camile Chamoun, ordenou à Força Aérea o bombardeio aos milicianos palestinos e seus aliados, no que foi contrariado pelo seu primeiro-ministro Rachid Karame, a quem diretamente se subordinam as forças armadas do país. No entanto, o general Hanna Said ignorou as ordens de Karame e acatou as do presidente, para a fúria dos chamados progressistas (DEL PINO, 1989: 100). Os esforços dos cristãos maronitas em salvar Damour foram todos em vão. *Fedayins* da FPLP e da ELP, com apoio velado dos sírios, junto aos milicianos da MNL, que incluíam ditos comunistas e socialistas, entraram na cidade e massacraram a população local. Os civis foram submetidos a extrema violência antes de serem assassinados. Mulheres foram estupradas antes de serem assassinadas, homens, mutilados e fuzilados, e bebês, alvejados a queima-roupa nas têmporas. No total, os chamados ‘esquerdistas’, ‘progressistas’, ‘comunistas’ (PCL e OAC), ‘socialistas’ (PSP) e a ‘resistência palestina’ exterminaram mais de 500 pessoas, causando o desaparecimento de outras 200¹²⁵. O massacre de Damour marcaria a entrada definitiva da OLP na Guerra Civil do Líbano, no que pode ser considerado, retrospectivamente, um ato de suicídio político para a organização e para todo o movimento nacional palestino.

O impacto destes dois massacres sobre o conflito libanês foi extremamente grave, gerando desdobramentos tanto na política interna quanto externa que o Líbano não teve como suportar, abrindo caminho para a direta intervenção externa, situação que permanece até os dias atuais, quando se encontra sob ocupação israelense (Fazendas de Shebaa) e de tropas da OTAN.

No que se refere às consequências internas, os massacres de Karantina e Damour, perpetrados respectivamente por extremistas da direita ‘cristã’ e pelos ‘muçulmanos progressistas’, representaram os primeiros casos de limpeza étnica no Líbano desde os

¹²⁵ CEDARLAND. **Lebanon history**: the 1975-1990 War. Disponível em: <http://www.cedarland.org/war.html>. Acesso em: 15/12/2006.

massacres contra os cristãos de 1860, sob a influência anglo-otomana. Desta forma, grande parte dos habitantes dos distritos mistos libaneses procurou as cidades onde suas respectivas comunidades eram majoritárias. Segundo Domingo Del Pino (1989: 100), no caso de Damour e da vizinha Jieh, também atingida pela violência dos ‘progressistas’, mais de 6 mil cristãos sobreviventes fugiram destas cidades e se refugiaram na vizinha Saadiyat, ‘feudo’ do ex-presidente Camile Chamoun, de onde mais tarde foram evacuados por mar e ar para as zonas cristãs do norte. Assim sendo, a violência sectária se intensificou e a economia sofreu os efeitos dos movimentos migratórios internos e externos. Porém, mais do que isto, cresceu enormemente entre as comunidades cristãs, especialmente maronitas, o sentimento de ‘sítio muçulmano’, reforçando o ‘nacionalismo maronita’, chegando ao extremo de negar até mesmo suas origens árabes, lembrando os sofrimentos decorrentes dos massacres do século anterior. Este extremismo foi ainda mais incrementado pelos massacres promovidos pelos palestinos e seus aliados do MNL contra os cristãos, com apoio velado da Síria, no Vale do Beka’a, quase concomitantes às atrocidades de Damour. Percebendo não ter capacidade militar de enfrentar a conjugação das forças do MNL e da Resistência, e nem de impedir os massacres, a direita ‘maronita’ não via outra opção a não ser apelar para a direta intervenção externa, primeiramente aos sírios e posteriormente aos israelenses.

A divisão sectária entre cristãos e muçulmanos se concretizaria na capital libanesa Beirute, que foi dividida em dois lados: oriental, ‘cristão’, e ocidental, ‘muçulmano’. A linha divisória, a estrada Beirute-Damasco, terra de ninguém, recebeu o nome de *Linha Verde* dado o abandono que permitiu o surgimento de uma espessa vegetação. Quem ousasse atravessá-la pagaria um alto preço, talvez com a própria vida. A Linha Verde, espelho do sectarismo, cortou a cidade com sangue até o último dia da Guerra Civil, em 13 de outubro de 1990 (CEDARLAND). Em decorrência da guerra, Beirute se tornaria sinônimo de morte, ‘terra de ninguém’. Homens armados encapuzados e franco-atiradores nos terraços dos edifícios se tornaram os símbolos do terror e do desprezo à vida. Uma verdadeira ‘geografia do medo’ foi forjada naquela capital. De acordo com o historiador Samir Khalaf (2002: 247),

This “geography of fear” is not sustained by walls or artificial barriers as one observes in other comparable instances of ghettoization of minorities and ethnic groups. Rather, it is sustained by the psychology of dread, hostile bonding, and ideologies of enmity. Massive population shifts, particularly since they are accompanied by the reintegration of displaced groups into more homogeneous, self-contained, and exclusive spaces, have also reinforced communal solidarity.

Consequently, territorial and confessional identities, more so perhaps than at any other time, are beginning to converge¹²⁶.

Mapa 17 – Beirute, anos 1970 – Cidade do medo e da morte, dividida com sangue entre ‘cristãos’ (leste) e ‘muçulmanos’ (oeste).

FONTE: (TRABOULSI, 2007: 188)

Quando os massacres contra os cristãos se intensificaram no Vale do Beka'a, perpetrados principalmente pela ELP, que atravessou a fronteira sírio-libanesa, provocando o êxodo cristão para Zahle, o exército libanês se desintegrou definitivamente, sendo

¹²⁶ Uma “geografia do medo” não é sustentada por muros ou barreiras artificiais como se observa em outras instâncias comparáveis de ghettoização de grupos minoritários e étnicos. Ao contrário, ela é sustentada pela psicologia do medo, união hostil e ideologias de inimizade. Transferências populacionais massivas, particularmente desde que sejam acompanhadas pela reintegração de grupos deslocados dentro de espaços mais homogêneos, auto-controlados, e exclusivos, têm também reforçado a solidariedade comunal. Consequentemente, identidades territorial e confessional, mais talvez do que em qualquer outro tempo, começam a convergir. (Tradução livre nossa)

reconstruído apenas após o fim da longa guerra. O tenente Ahmad Khatib, que fora enviado com um destacamento do exército para combater os palestinos, se recusou a cumprir a missão, desertando das forças armadas e se unindo aos *fedayins* no cerco a Zahle. O tenente desertor Khatib, sob suspeitas de ser financiado pelo Iraque, Líbia e a própria Fatah, a maior facção da OLP, criaria sua própria milícia, conhecida como Exército Árabe do Líbano (EAL), juntando forças ao MNL. A deserção por motivos sectários desagregaria o exército libanês em todo país. O exemplo do tenente muçulmano foi seguido. As mais notáveis deserções ocorreriam com o cristão greco-melquita major Saad Haddad e o cristão maronita general Antoine Lahad, ambos buscando alianças com Israel, fundando, com oficiais cristãos e soldados xiitas, druzos e cristãos, o Exército do Líbano Livre, que mais tarde mudaria de nome para Exército do Sul do Líbano (ESL), notório pela crueldade com que tratava seus inimigos e a paupérrima população do sul do Líbano, majoritariamente xiita. O ELL teria um importante papel nas duas invasões israelenses ao território libanês, em 1978 e em 1982. Outra deserção seria do coronel, de origem maronita, Antoine Barakat, que declarou lealdade ao presidente Frangieh.

A deserção do tenente muçulmano Ahmed Khatib, em 21 de janeiro, foi desastrosa às Forças Libanesas. Os milicianos do EAL, aliados à Resistência e ao MNL, espalharam o terror em quase todo Líbano contra a população cristã. A partir do seu QG em Estable, uma base militar no Beka'a, conquistaram o forte do Castelo de Beaufort, a fortaleza de Rachaya, a base de Abla, a base aérea de Rayak, bem como os quartéis de Khiam, Aramoun, Marayun, Nabatieh, Jeleile, Tiro, Sidon, todos no sul do Líbano, e o de Ghanem e Trípoli ao norte, aonde receberiam a adesão de dois oficiais sunitas, Ahmad Butari e Ahmad Mamari (DEL PINO, 1989: 100-01). O *site* libanês CEDARLAND¹²⁷ acusa o EAL de ter se envolvido em sequestros e assassinatos sectários nas áreas sobre seu controle ao norte, sul e leste, no Beka'a.

Nos primeiros nove meses de guerra, as forças em combate estavam equilibradas, mas a partir de janeiro de 1976, com a entrada da OLP em combate e a desintegração do exército libanês, além do apoio tácito da Síria ao massacre de Damour¹²⁸, houve um desequilíbrio da balança em favor da coalizão 'islamo-progressista'. Não tardou a OLP avançar sobre as Montanhas do Líbano, tradicional refúgio dos cristãos maronitas.

¹²⁷ CEDARLAND. **Lebanon history**: the 1975-1990 War. Disponível em: <http://www.cedarland.org/war.html>. Acesso em: 15/12/2006.

¹²⁸ A Síria tinha o interesse de responder aos cristãos pelo massacre do Sábado Negro para sondar se existia uma aliança entre Israel e os maronitas. Para maiores informações ver o documentário Guerra do Líbano da Al-Jazeera: AL-ISSAWI, Omar (dir.) **The War of Lebanon - Episode 04 - Death of a Country**. Catar: Al-Jazeera Satellite Channel, 2000. Disponível em: <http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=1114208677972497050&hl=en>. Acesso em: 15/09/2006.

A vitória palestina na Primeira Guerra das Montanhas, em março de 1976 e o fracasso em se chegar a um acordo político entre as facções combatentes para encerrar a guerra fizeram crescer o desespero dos líderes ‘cristãos’, que clamaram pela ajuda externa primeiro a Israel e depois para a Síria¹²⁹. No que se refere ao vizinho do sul, as relações entre israelenses e cristãos maronitas remontavam ao período do *Yishuv*, muito antes, portanto, da formação de Israel. Para os israelenses, a Guerra Civil do Líbano, que não representava uma ameaça a Israel, era um misto de oportunidades e perigos (SHLAIM, 2004: 387). Os políticos israelenses não sabiam como agir em relação aos apelos cada vez mais dramáticos da direita ‘maronita’. Para o ministro das Relações Exteriores do gabinete trabalhista do general Yitzhak Rabin, general Yigal Allon, a crise libanesa era oportunidade para retomar o velho projeto de Ben-Gurion de partilhar o Líbano em mini-Estados confessionais (MASALHA, 2002: 43-74), chamando os druzos das Colinas de Golã (território sírio ocupado por Israel em 1967) e das Montanhas do Chouf (no centro-sul do Líbano) a se juntarem às tropas de Israel. Allon foi um ardoroso defensor durante a Guerra do Yom Kippur, em 1973, de uma invasão israelense da Síria para dividi-la e dela extirpar um Estado druzo (SHLAIM, 2004: 387-88). A sugestão não foi considerada (SHLAIM, 2004: 387-88). O primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin era um homem cauteloso, que percebia claramente os perigos que uma aventura no Líbano poderia causar a Israel. Por este motivo, ele aceitou a ideia de fornecer apenas armas e instalações de treinamento, sem envolvimento direto na guerra libanesa (SHLAIM, 2004: 388).

Com a reação tímida dos israelenses, os ‘cristãos’ se voltaram para a Síria. As derrotas militares sofridas desde o início de 1976 só fizeram aumentar o temor na comunidade maronita de um massacre perpetrado pelos muçulmanos como os ocorridos no século anterior, sob o patrocínio anglo-otomano. Este temor a levou a um isolacionismo e à intransigência, endurecendo as posições extremistas. A direita ‘maronita’ se aproveitava disto e usava-o em benefício próprio. É preciso lembrar que, sendo predominantemente cristãs, as milícias falangistas não hesitaram em promover atrocidades contra as populações cristãs nos massacres de Karantina, com mais de mil pessoas assassinadas, muitas de origem armênia, ou no campo de palestinos cristãos de Dbayeh, com centenas de mortos e mutilados.

A Guerra Civil, contudo, não impediu a votação de uma emenda constitucional que antecipava as eleições presidenciais em seis meses, autorizando o Parlamento a eleger um

¹²⁹ A esta altura, o dinheiro das *petromonarquias* era abundante em todo OM e uma das consequências disto foi a rápida expansão da venda de armas. Foi através deste comércio que os países vizinhos (Israel e Síria) passaram a exercer influência cada vez maior na guerra civil por meio das milícias (ROGAN, 2009: 384-85).

novo presidente da República. Sob pressão política e, sobretudo, militar da Síria, o tecnocrata Elias Sarkis, originário de uma família modesta, ex-presidente do Banco Central, conservador moderado, foi eleito, em 8 de maio de 1976, com o mínimo necessário, 66 votos de um total de 99 deputados aptos a votar, a um cargo que se tornara decorativo. Não havia Estado a chefiar, uma vez que até mesmo o exército havia se desintegrado. Os partidos da MNL e a Resistência rejeitaram as eleições, afirmando que elas ocorreram sob coação militar síria.

Entretanto, a situação política do país mudara radicalmente. A inoperância do Estado libanês, a fraqueza das milícias direitistas, a desagregação do exército libanês, com deserções ameaçadoras, como as do tenente Khatib para a MNL e do major Saad Haddad, que se juntou aos israelenses no estratégico sul do Líbano, foram alguns dos elementos que fizeram o presidente sírio, o brigadeiro Hafez al-Assad, entender que um poder palestino de orientação dita ‘esquerdista’ e ‘revolucionária’ no Líbano era uma grave ameaça à Síria. Mais ainda, Assad percebeu que o poder militar esmagador em mãos da Resistência e da MNL fizeram os maronitas retornarem com a idéia de um pequeno Estado maronita, baseado no Monte Líbano, como havia ocorrido em 1861 em decorrência dos massacres perpetrados pelos muçulmanos com apoio anglo-otomano. A idéia de um Pequeno Líbano exclusivamente cristão, recorrente entre os maronitas, era entendida pelos esquerdistas como um ‘segundo Israel’. Era neste ponto que o presidente sírio viu o sério perigo de uma aliança maronita-israelense se concretizar, o que já estava ocorrendo no sul do Líbano, com os desertores do major Haddad. Era preciso rechaçar pela força e imediatamente estas duas possibilidades: um Líbano ‘radical’ ‘esquerdista’ e um *Pequeno Líbano* maronita aliado a Israel.

Hafez al-Assad era antes de tudo um ditador, portanto, suas decisões políticas não levavam em consideração a opinião pública de seu país, nem era motivado a prestar esclarecimentos ou maiores satisfações a seu povo. Apesar das limitações ao poder, o qual por mais absoluto que seja as tem, os atos de um ditador são quase sempre atos de força ou que se subentendem como a possibilidade concreta do uso da força. A intervenção militar síria no Líbano, a despeito ou não da solicitação dos líderes libaneses, à direita ou à esquerda, não poupou força bruta em níveis ainda pouco conhecidos no conflito. Sendo um exército regular e recém saído de uma guerra contra uma potência como Israel, as tropas sírias eram equipadas com armas pesadas, com grande capacidade de destruição. O impacto deste tipo de armas em concentrações urbanas é devastador. Como veremos em breve, estas considerações não foram levadas em conta. Agora, a Guerra Civil entraria num ciclo de violência ainda mais brutal do que antes, embora isso não parecesse possível. Não seria o fim, mas o início. Em poucos anos

seria a vez dos israelenses adicionarem uma dose extra de violência ao conflito libanês, que se revelaria ainda mais devastadora que a síria.

Entretanto, mesmo sendo propícia a implementação do projeto da Grande Síria, anexando efetivamente o território libanês, a decisão de Damasco de entrar em guerra no Líbano contra o MNL e a OLP, seus supostos aliados naturais, a 1º de junho de 1976, foi uma das decisões políticas mais paradoxais já conhecidas na política internacional e, de fato, desprezava a própria lógica da Guerra Fria, pelo simples fato de que ela não se aplicava mais no OM, desde Salt I (1972) e a *détente*. Se havia teorias sobre o fim das ideologias, certamente, é o OM que as aplicava. Como dito antes, a Síria era governada por uma ditadura de militares, de origem alauíta (ramo do xiismo), da ala direitista do *Ba'ath*, partido de orientação nacionalista árabe e socialista. Esta ala 'conservadora' havia assumido o poder num golpe em novembro de 1970, sob a liderança do brigadeiro Hafez al-Assad, em decorrência da humilhante derrota na Guerra de 1967. A Guerra do *Yom Kippur*, em 1973, devolveu aos sírios o orgulho perdido em 1948 e em 1967, dando uma oportunidade ao regime impopular. Porém, o Acordo de Separação de Forças entre Egito e Israel, Sinai II, em 1975, fez o presidente sírio perceber que estava ficando isolado na região na luta contra Israel e, o pior, sem a garantia de devolução das estratégicas Colinas de Golã, ocupadas pelos israelenses desde 1967. Assad acompanhava com preocupação a desestabilização do Líbano, buscando uma solução diplomática, sem, no entanto, deixar de intervir através de organizações palestinas pró-sírias, como a *al-Sayka* e o ELP, ambas contribuindo decisivamente para aumentar ainda mais a brutalidade da guerra civil no País dos Cedros. Quando as negociações diplomáticas não surtiram o efeito esperado, a força bruta foi a opção considerada por Damasco.

A intervenção no Líbano, a despeito dos apelos de lideranças libanesas conservadoras, aumentou a impopularidade do regime de Damasco frente a seus nacionais. A questão não se resumiu a apenas à opinião pública, que não via com bons olhos a ditadura de Assad, dada a permanência dos graves problemas sociais e econômicos, ela dizia respeito à decisão de intervir ao lado da direita libanesa, o que provocou uma crise militar difícil de ser avaliada em sua dimensão exata, tendo em vista o regime fechado que governava (e ainda governa) o país, cujos aparatos de segurança e de informação eram assessorados pelos serviços de inteligência de países do Pacto de Varsóvia¹³⁰, bloco a que o presidente se aliara no bojo da Guerra Fria. Há informes de que inúmeros militares sírios, inclusive oficiais de alta patente, heróis de

¹³⁰ Pacto de Varsóvia era um pacto militar estabelecido entre a URSS e os países do leste europeu sob sua influência política, militar e econômica.

Guerra de 1973, foram presos e executados por se recusarem a lutar contra seus *camaradas* e *irmãos* libaneses e palestinos. Sabe-se menos ainda a dimensão exata da repressão à sociedade civil síria realizada pelo regime. O que sabemos são seus efeitos. A Irmandade Muçulmana, grupo extremista sunita, iniciou uma campanha de atentados contra militares e órgãos de governo sírios em finais da década de 1970 e início da de 1980. A resposta de Damasco foi de uma ferocidade difícil de ser imaginada. Sabe-se que a milenar cidade de Hama, base da Irmandade Muçulmana, foi bombardeada por terra e ar e arrasada ao longo de duas semanas pelo exército e aeronáutica sírias, onde estima-se conservadoramente que mais de 10 mil pessoas tenham sido exterminadas, em fevereiro de 1982¹³¹.

A partir de 31 de maio de 1976, tropas sírias iniciaram o avanço sobre o território libanês para impedirem a vitória da coalizão ‘islamo-progressista’, não sem antes de obterem o ‘sinal verde’ dos EUA e até mesmo de Israel, seu suposto arqui-inimigo. Ato que fez decrescer enormemente a influência soviética na região. Os israelenses percebiam que a intervenção síria era a melhor solução para o problema libanês tendo em vista a vitória iminente da OLP e do MNL. Por isso, Israel passou a considerar três opções para uma política em relação à crise libanesa: a primeira era a intervenção militar direta, que foi descartada de imediato por Rabin pela possibilidade de colocar o *Tzahal* em guerra contra a Síria, prejudicando suas relações com o Egito; a segunda opção era permitir o domínio sírio sobre todo o Líbano, considerada preferível a uma dominação palestina, mas com o inconveniente de exigir a contenção dos sírios em duas frentes (norte e nordeste); por fim, a terceira e última, era a mais satisfatória, a permissão a uma intervenção síria dentro de limites previamente acordados, as chamadas *linhas vermelhas*, o que foi comunicada a Damasco via EUA (SHLAIM, 2004: 387-89).

O acordo tácito da Linha Vermelha, como ficou célebre, estabelecia que as tropas sírias não poderiam jamais ultrapassar o sul do rio Litani, sob pena de duras represálias, não poderiam dispor de mísseis terra-ar e que jamais poderiam atacar a aviação israelense, inclusive pelo ar, no que foi prontamente aceito por Assad. O acordo era útil por três motivos: reduzia o risco de uma confrontação direta entre Israel e Síria; segundo, direcionava os sírios para a luta contra a OLP, o inimigo em comum; terceiro, permitia aos israelenses prosseguirem no Líbano com a mesma política dos EUA, que percebiam os sírios como forças estabilizadoras (SHLAIM, 2004: 387-92). Dias antes da invasão síria do Líbano, Gerald Ford havia declarado nas TVs americanas que “a política síria no Líbano era construtiva” (DEL

¹³¹ AITA, Samir. As raízes da crise síria. 1 de julho de 2005. Le Monde Diplomatique - edição brasileira. Disponível em: <<http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=1258&tipo=acervo>>. Acesso em: 15/12/2006.

PINO, 1989: 111). O rei Hussein da Jordânia, cuja dinastia hachemita era uma tradicional aliada de Israel desde sua criação, participara das negociações entre Síria e Israel, sendo o canal de comunicação entre os dois países.

Israel aproveitou sua aliança com a Síria para estreitar suas relações com as Falanges, fornecendo-lhes armas, equipamentos militares e pessoal técnico. Esta ajuda foi estendida ao ELL, baseado no sul do Líbano, região convertida numa autêntica área de influência sionista.

O efeito colateral do Acordo da Linha Vermelha foi paradoxalmente a ratificação tácita dos Acordos de Cairo, deixando o sul do Líbano à mercê dos guerrilheiros da OLP. Entretanto, para os israelenses esta situação era preferível à presença síria e suas tropas regulares na fronteira norte (SHLAIM, 2004: 391). Além disto, a presença opressiva dos palestinos sobre a população sul-libanesa, de maioria xiita, acabaria sendo capitalizada em favor dos israelenses, como Menachem Begin iria demonstrar em 1978 e em 1982.

Com a entrada dos sírios no Líbano, com mais de 30 mil soldados, a enorme superioridade militar do MNL e da OLP evaporou-se. Os palestinos e os ‘progressistas’ libaneses seriam derrotados pelas milícias ‘cristãs’ no massacre de Tal al-Za’atar, em agosto de 1976, com mais de 3 mil refugiados palestinos e libaneses xiitas exterminados (DEL PINO, 1989: 113), num prenúncio do primeiro massacre em Sabra e Chatila, em 1982. Homens, mulheres, crianças, adultos e idosos foram assassinados pelos milicianos direitistas a sangue frio. Milhares de sobreviventes se deslocaram para os bairros de Beirute Oeste, predominantemente muçulmano. Mais de 1,5 milhão de libaneses, principalmente empresários, emigraram àquela altura para dentro e fora do país fugindo do terror das milícias (DEL PINO, 1989: 113-14). Com a queda dos campos palestinos nas zonas ‘cristãs’, a balcanização do Líbano não era mais um projeto, mas sim uma realidade. O chefe das Falanges, William Hawi, que morrera no sítio de Tal al-Za’atar, era explícito sobre os planos de partilha do país. Ele havia dito, ao longo dos combates, que “já começara a construir um aeroporto nas zonas controladas pelas Falanges, que junto com o porto de Jounieh, que era até então a única porta do ‘Estado cristão’ com o exterior, devia ligar a zona sob seu comando com o resto do mundo” (DEL PINO, 1989: 121).

Síria e Israel, por sua vez, mal disfarçavam a inacreditável aliança contra os palestinos quando promoveram o bloqueio naval conjunto na costa libanesa, impedindo a chegada de armas para os ‘progressistas’, oriundas do Chipre. As Linhas Vermelhas tinham o apoio tácito de outras potências árabes. Segundo o semanário brasileiro *Veja* (n. 417: 1976):

(...) Há, entretanto, outras alianças tácitas ainda mais surpreendentes – como o atual bloqueio naval conjunto imposto pela Síria e por Israel para impedir a chegada de

armas aos portos sob o controle dos palestinos. Esta convergência de interesses, impensável até poucos meses atrás, já produziu inesperados gestos de tolerância e boa vontade entre os dois países (...) E conta com o apoio tácito dos países árabes conservadores, especialmente da Arábia Saudita, que não apenas apóia como financia o esforço de guerra da Síria¹³².

A revista brasileira ainda acrescentou que o empenho da Síria de vergar a resistência da OLP foi de tal ordem que submeteu a organização palestina al-Sayka, armada e financiada por Damasco, a combater a OLP, auxiliando as milícias ‘cristãs’ a dizimar posições da OLP no Líbano¹³³.

Em outubro de 1976, em Riad, com a derrota da OLP no Líbano, celebraram-se os acordos que selaram a tutela síria sobre o norte do rio Litani, sob os auspícios saudita-americano-israelense, em favor da direita ‘cristã’ libanesa. Com isto, fica patente, também a tutela saudita, via Síria, sobre os ‘maronitas’ de direita, consolidando a divisão do Líbano em duas esferas de influência: síria e israelense. Portanto, a primeira fase da Guerra Civil libanesa, entre 1975-76, seria marcada pela aliança, tácita e tática, sem precedentes, entre EUA, Israel, URSS, Síria, Arábia Saudita, Egito, a direita libanesa e facções palestinas pró-Damascus contra a OLP, de Yasser Arafat, tendo como contra-partida a hegemonização saudita na região. Era apenas o começo do esmagamento da Resistência palestina no Líbano, o seu primeiro *round*. O segundo e definitivo *round* seria marcado pela invasão israelense de 1982.

A guerra que se seguiu ao fim da Guerra dos Dois Anos (1975-76) foi o que se chama *conflito de baixa intensidade*. Uma guerra de atrito que se deu tanto contra a Síria como também contra Israel. A presença das tropas sírias além do que fora acordado em Riad fez a direita ‘cristã’ temer que elas permanecessem por tempo indeterminado, convertendo-se numa efetiva ocupação militar, visando a anexação do Líbano. As Falanges, sob o comando de Bachir Gemayel, filho caçula de Pierre, não tardaram a combater as tropas sírias, primeiramente na zona leste ‘cristã’ de Beirute, naquilo que ficou conhecido como a *Batalha de Achrafyieh*, no verão de 1978¹³⁴. De acordo com o líder falangista Karim Pakradouni¹³⁵, de origem armênia:

¹³² Veja, 1º de setembro de 1976, n. 417, pp. 40;42.

¹³³ Veja, 1º de setembro de 1976, n. 417, pp. 40;42.

¹³⁴ A esta altura, as forças ‘progressistas’, além de derrotadas, sofreram pelo assassinato de seu líder Kamal Jumblat, em março de 1977, supostamente por ter se oposto à ocupação síria. Sem a liderança carismática de seu líder, em pouco tempo a coalizão ‘esquerdista’ implodiria, estando, portanto, ausente durante a invasão israelense de 1982, que expulsaria a OLP de Beirute. Sem uma força agregadora, ao longo da década de 1980, Beirute Oeste mergulharia no caos em decorrência das disputas pelo controle territorial entre as milícias ‘muçulmanas’.

[Bachir Gemayel] considerava que a fórmula da coexistência [Pacto de 1943] deveria acabar e ele declarou várias vezes em 1975-1976 que tinha já enterrado a fórmula, colocando uma pedra e sentinelas sobre ela. Portanto, a fórmula não deveria nascer de novo. Este Bachir tinha mudado especialmente depois da Guerra de Achrafyieh [contra os sírios] e das intervenções árabes que fizeram ele sentir que a situação do Líbano era muito mais que uma questão entre muçulmanos e cristãos. A questão havia se tornado regional. E ele começou a ver isto de uma maneira mais balanceada, na qual a coexistência [cristã-muçulmana] tinha um papel regional. (Tradução livre nossa).

Sendo assim, Bachir Gemayel lentamente abandonava o projeto de um *Marunistão*, um enclave ‘cristão’ autônomo no centro norte do país, em favor do nacionalismo libanês, o *libanismo*, dos ‘10450 km²’, que se tornaria lema de sua campanha presidencial em 1982, apoiado pelos tanques israelenses. Neste sentido, Bachir traçaria três estratégias: a primeira era unificar todas as milícias ‘cristãs’, criando as Forças Libanesas (FL), sob o seu comando; a segunda, após obter legitimidade com a unificação dos ‘cristãos’, buscar uma solução de compromisso com os ‘muçulmanos’, na qual os ‘cristãos’ manteriam a hegemonia, sem, no entanto, marginalizar politicamente os ‘muçulmanos’; terceira, recuperar a soberania nacional libanesa, ou seja, a expulsão definitiva dos palestinos e das tropas sírias em definitivo do Líbano. Com relação a esta última estratégia, observava que a única força no OM capaz de empreender tal tarefa era Israel. Portanto, uma aliança tática com os israelenses era necessária para reabilitar a soberania libanesa. Uma vez alcançado este objetivo, a aliança com Israel deveria ser rompida e os laços com o mundo árabe restabelecidos.

Há, portanto, um duplo movimento dos ‘cristãos’: primeiro, o reconhecimento da comunidade muçulmana xiita, ocorrida ainda em 1969, e aprofundada com a fundação do Movimento dos Deserdados pelo aiatolá Musa al-Sadr, oriundo de um poderosíssimo clã xiita iraniano; segundo, uma tentativa muito perigosa de diálogo tri-partite entre ‘cristãos’, palestinos e israelenses encetada pelo palestino Ali Hassan Salamah, também conhecido como Abu Hassan, chefe de segurança de Yasser Arafat. O objetivo deste diálogo era a busca de uma solução diplomática para a questão palestina, que também era do interesse da direita maronita, favorável ao retorno dos palestinos para sua pátria, abandonando o Líbano. Abu Hassan buscava, segundo Karim Pakdrouni¹³⁶, se aproximar dos EUA. Se a crescente politização dos xiitas libaneses recebia o apoio tácito da direita ‘cristã’ para implodir a frente

¹³⁵ AL-ISSAWI, Omar (dir.). **The War of Lebanon - Episode 09 - Occupation Of An Arab Capital**. Catar: Al-Jazeera Satellite Channel, 2000. Disponível em: <<http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=-2815363660306953223&hl=en>>. Acesso em: 15/09/2006. (19’36’’).

¹³⁶ AL-ISSAWI, Omar (dir.). **The War of Lebanon - Episode 06 - Fire and Embers**. Catar: Al-Jazeera Satellite Channel, 2000. Disponível em: <<http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=-7594211169280206252&hl=en>>. Acesso em: 15/09/2006.

‘islamo-progressista’, o que levou à formação da milícia Amal¹³⁷, a aproximação entre palestinos, ‘cristãos’ e israelenses, visando um diálogo com Washington, foi mal recebida pelo Mossad, serviço secreto israelense. Abu Hassan seria assassinado por agentes secretos israelenses em janeiro de 1979. O assassinato deixava claro que a estratégia israelense não era buscar a reconciliação, mas sim aprofundar as divisões intra-árabes. A crise libanesa e a questão palestina, de acordo com os meios empregados pelos israelenses, deveriam ser resolvidas pela violência. O Líbano permaneceria refém das geopolíticas regionais.

Com a assinatura do acordo de Paz entre Israel e Egito, em 1978, os sírios voltaram a apoiar a Resistência palestina e a ‘esquerda’ libanesa. Uma vez neutralizado o Egito e a Síria, pois esta não enfrentaria os israelenses sem o apoio de Cairo¹³⁸, em março do mesmo ano, Israel, em retaliação a ações armadas palestinas, desfechou sua primeira invasão ao sul do Líbano até o rio Litani, a ‘fronteira certa’ que reclamavam os sionistas em Versalhes, em 1919. A invasão de 30 mil soldados israelenses foi chamada pelos seus comandantes militares de *Operação Litani*, dando prática aos projetos de Ben-Gurion, com o objetivo de criar uma zona desmilitarizada entre o limite líbano-israelense e o rio Litani. Efetivamente, tratava-se de balcanizar o país e rechaçar os ataques palestinos sobre o norte de Israel. A ofensiva provocou a expulsão da região de mais de 250 mil árabes (dos quais cerca de 35 mil eram palestinos) em direção norte, principalmente para a capital, Beirute. Após ocupar a região por três meses, o exército israelense (*Tzahal*) se retiraria parcialmente, porém instalando em seu lugar a milícia do ELL composta por renegados do Exército libanês, em sua grande maioria cristãos ultra-direitistas¹³⁹, liderados pelo major Saad Haddad, para auxiliar seu plano de ocupação,

¹³⁷ Amal é acrônimo de *Afwaj Almoukawamma Alloubnannia* (Destacamentos da Resistência Libanesa), sigla que em árabe significa *esperança*. É uma milícia, de maioria xiita, que surgiu sob a chefia do aiatolá Musa al-Sadr, líder do Movimento dos Despossuídos, em 1975, lutando discretamente ao lado da coalizão ‘islamo-progressista-palestina’. Após o desaparecimento misterioso de al-Sadr numa viagem à Líbia, em 1978, a milícia passou a ser comandada pelo advogado e empresário líbano-americano-marfinense xiita Nabih Berri. Tanto al-Sadr quanto Berri eram pró-Damasco, fazendo com que o Amal se tornasse num dos braços armados de Hafez el-Assad no Líbano. Com a política anti-palestina da Síria, o Amal romperia a aliança com o MNL e passaria a combater ferozmente a OLP e os palestinos, a partir do final da década de 1970. Nos anos 1980, em decorrência da Revolução Iraniana de 1979 e a invasão israelense de 1982, o Amal se cindiria em inúmeros movimentos, dos quais se destacaria o *Hizb’allah* (ou *Hizbollah* ou *Hezbollah*, em árabe *Partido de Deus*), a mais poderosa milícia até hoje no Líbano. Para maiores esclarecimentos, ver: DEEB, Lara. **Una aproximación a Hizbolá**. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=35731>. Acesso em: 15/12/2006.

¹³⁸ Há um provérbio político no mundo árabe que afirma que “não há guerra sem o Egito e não há paz sem a Síria”.

¹³⁹ O ESL é uma milícia com uma cúpula cristã, porém sua base foi formada majoritariamente pelos xiitas, que por ódio aos palestinos ou pelo raro emprego remunerado naquela paupérrima região, buscavam as fileiras do grupo armado e financiado por Israel, tendo como uma de suas funções reprimir a própria população xiita, que era prensada entre palestinos e israelenses em guerra, ver TAMARI, Dov; EYTAN, Zeev; HELLER, Mark (edit.). **The Middle East military balance – 1983**. Tel Aviv: Jafee Center for Strategic Studies – Tel Aviv University, 1983, p. 268. Ao contrário do que muitos pensam, o ESL não foi extinto em maio de 2000. Parte de seus integrantes que foram para Israel hoje atuam como mercenários no Iraque, ao lado dos americanos,

que, em abril de 1979, proclama um Estado do ‘Líbano Livre’, sobre 800 km² (CORM, 2006 B). O geopolítico Georges Corm (2006: 139) ressalta como a *hidropolítica* estava presente na divisão do território sul-libanês:

Agora bem, as linhas vermelhas, que detiveram as forças sírias na desembocadura do [rio] Litani, a 30 km ao norte da fronteira israelense, foram o maior fator de desestabilização do Líbano, ao mesmo tempo que permitiram ao movimento palestino que ameaçara os assentamentos israelenses na Galiléia e ao Estado de Israel que implantasse o Estado cunha do sul do Líbano, denominado “Estado livre do Sul do Líbano”, proclamado em 1977 com o major Haddad a sua frente. Com essa iniciativa, Israel procedia a uma “anexação *de fato*” dessa franja de terra, rica em reservas de água, muito cobiçadas desde os princípios do século pelo movimento sionista, já que o “Exército do Sul do Líbano” não foi de fato mais do que um anexo do exército israelense. (Grifos do autor).

Desta forma, o Líbano estava claramente dividido em quatro territórios: o leste e o norte estavam sob o controle da Síria; o centro-leste (as Montanhas do Líbano) era controlado pelos ‘cristãos’; o sul era dominado pela OLP cada vez mais contestada pela milícia ‘xiita’, Amal, e pelas FINUL, a força de paz da ONU¹⁴⁰; e o extremo-sul que passou ao controle de Israel e de sua milícia ELL. A autoridade presidencial de Elias Sarkis estava confinada ao bairro de Baabda, frontalmente contestado por Hafez al-Assad, seu suposto aliado. É somente neste aspecto que não poderemos nos surpreender com a ativa promoção da aliança maronita-israelense feita pelo presidente Sarkis.

combatendo os refugiados palestinos iraquianos. Para maiores informações ver NAZEMROAYA, Mahdi Darius. **La marcha hacia la guerra:** ¿Distensión en Oriente Próximo o “calma antes de la tormenta”? (y II). 22/07/2007. Disponível em: <<http://www.tlaxcala.es/pp.asp?reference=3376&lg=es>>. Acesso em: 22/07/2007.

¹⁴⁰ A ONU em resposta à Operação Litani, em março de 1978, votou a resolução 425, exigindo a retirada total das tropas israelenses do Líbano. Nesta resolução estava previsto o envio de forças de paz para o sul do Líbano, a FINUL, para apaziguar a zona fronteira israelo-libanesa.

Mapa 18 – Líbano balcanizado – Efetiva divisão territorial do Líbano a partir de 1978.

Fonte: (GILBERT, 2005: 113)

O fim da chamada *Operação Litani*, em junho de 1978, exterminando mais de duas mil pessoas (libaneses e palestinos), sem conseguir o objetivo de eliminar a OLP do sul do Líbano, é marcado pelo massacre de Tony Frangieh e sua família, na cidade de Zghorta,

bastião do clã de Suleyman Frangieh, maronitas pró-sírios. Os assassinatos foram perpetrados pelos falangistas, liderados por Bachir Gemayel, que pretendia unificar os ‘cristãos’ nas FL. Era também uma maneira de tanto Israel quanto a Síria dividirem os ‘cristãos’ para, assim, manterem sua influência sobre o Líbano. No entanto, sírios e israelenses enfrentavam problemas internos.

Na Síria, a ditadura militar do muçulmano alauíta Hafez al-Assad, de carácter laico e nacionalista, e sua intervenção no Líbano geraram um forte descontentamento popular, especialmente entre os sunitas. Esta oposição ‘islâmica’, que se converteria em oposição armada, tentou derrubar o regime em vários ataques contra os militares, a partir da segunda metade da década de 1970. Assad, em resposta, arrasaria a cidade de Hama, foco do grupo sunita Irmandade (ou Fraternidade) Muçulmana, assassinando dezenas de milhares de pessoas, na primavera de 1982.

Em Israel, a crise se instalaria no imediato pós-Guerra do Yom Kippur (1973), levando à queda do gabinete de Golda Meir, em 1974, substituída pelo general Yitzhak Rabin, herói da Guerra de 1967. O governo de Rabin foi marcado internamente pela escalada inflacionária e o baixo crescimento econômico (BRUNO, 1986: 63-64). Por este motivo, a coalizão ‘esquerdista’ liderada pelo Partido Trabalhista foi derrotada de forma humilhante, após 29 anos de hegemonia política, nas eleições parlamentares de 1977, para a coalizão direita, liberal e nacionalista liderada pelo *Likud*, levando ao poder o primeiro-ministro Menachem Begin. A coalizão (*Likud* em hebraico) direita e nacional-liberal obteve amplo apoio popular israelense, devido, sobretudo, às promessas feitas de intensificar a implantação de ‘colônias’ nos territórios palestinos ocupados desde 1967. Neste sentido, o general Ariel Sharon foi nomeado ministro da Agricultura, cargo responsável pela ‘colonização’ judia dos territórios ocupados. A implantação dessas ‘colônias’ implicava na expulsão dos palestinos de suas melhores terras e no controle e exploração dos recursos hídricos desses territórios (RODRIGUES JR., 2010: 186-88).

O governo de Begin promovera uma política-econômica baseada nas privatizações e na desregulamentação econômica, provocando uma escalada inflacionária desconhecida até então no país. Desemprego e greves dominaram o mandato do *Likud* que, incapacitado de resolvê-los, dedicou-se de ‘corpo e alma’ ao programa de construção da ‘Grande Israel’, baseado num ativismo militar contra um mundo árabe dilacerado por disputas internas. Durante as negociações de paz com o Egito, em 1978, – que levariam ao Acordo (1978) e ao Tratado de Paz (1979) com os egípcios, assinados em Camp David e em Washington (EUA) – Begin promoveria uma grande invasão do sul do Líbano, a chamada *Operação Litani*, da qual

um dos objetivos era testar a capacidade do Egito para manter a paz com Israel, mesmo estando os israelenses combatendo outros países árabes. Os egípcios ficaram muito irritados, mas a devastação do sul do Líbano não era mais um problema para Cairo, assim como a sorte dos palestinos nos territórios ocupados pelos israelenses. A Paz com o Egito seria vista por Israel como o ‘sinal verde’ para a guerra contra o mundo árabe. “Paz é guerra”; nunca o *motto orwelliano* foi tão apropriado para um governo como o de Begin.

Desta forma, a proclamação de Jerusalém como capital una e indivisível de Israel (1980); a anexação das Colinas de Golã (1981); o apoio à Revolução Iraniana (1979); a venda de armas ao regime iraniano de Khomeini durante a Guerra Irã-Iraque (1980-88); os ataques ao Líbano (1981); e o fulminante ataque à central nuclear de Osirak, no Iraque (1981), foram ao mesmo tempo passos decisivos no expansionismo territorial israelense como também parte da campanha eleitoral vitoriosa de Begin para a reeleição no escrutínio de 1981, uma vez que sua política econômica naufragava, com a eclosão de inúmeras greves e a persistência da inflação (130% ao ano, BRUNO, 1986: 64).

Com o segundo governo do *likudista* (nacionalistas-liberais ultra-direitistas) Menachem Begin, ganha vulto a antiga estratégia trabalhista de impor no Líbano um líder cristão pró-israelense, que havia sido colocado em prática em pequena escala na Operação Litani, em 1978. Shimon Peres, histórico líder trabalhista, era o chanceler do governo Begin e o general Ariel Sharon foi ‘promovido’ a ministro da Defesa. A aprovação desse plano no gabinete encontraria uma forte resistência que Sharon e Begin precisavam eliminar.

O fim dos anos 1970 e o início da década de 1980 foram marcados por uma ‘virada’ conservadora mundial: a invasão soviética no Afeganistão no Natal de 1979; as eleições do papa polonês Karol Wojtila como João Paulo II, em 1978; atentados terroristas de extrema-direita no Brasil e na Itália, entre 1980 e 1981; golpes militares ultra-direitistas na Coreia do Sul, entre 1979 e 1981; a Revolução Nacionalista e Islâmica no Irã, em 1979; a subida ao poder de Saddam Hussein no Iraque, entre outros eventos, que conjugados às novas diretrizes da política externa dos EUA, caracterizariam a chamada II Guerra Fria (1979-90). Nesta época, os EUA adotaram uma nova doutrina, chamada de Carter, preconizando o Golfo Árabe-Pérsico como uma região de ‘interesse vital’ e que deveria ser defendida pelos americanos por todos os meios necessários, inclusive a força militar (FUSER, 2008: 154-56). Entretanto, Carter foi derrotado e quem efetivamente pôs em prática esta Doutrina foi seu sucessor Ronald Reagan (FUSER, 2008: 157-58), cujo extremismo anti-soviético (o ‘Império do Mal’, segundo ele) serviu como ‘sinal verde’ ao plano *likudista*-trabalhista israelense para uma radical mudança política no Líbano.

Os objetivos mais imediatos da invasão eram: o aniquilamento da OLP do Líbano de uma vez por todas, de forma a permitir aos israelenses uma repressão mais efetiva sobre os palestinos nos Territórios Ocupados, impor um presidente cristão que faria um acordo de paz com Israel e expulsar a Síria (leia-se URSS) do País dos Cedros.

O OM se encontrava naquele momento em chamas principalmente em decorrência da Guerra Irã-Iraque (1980-88) que aprofundou ainda mais as divisões no mundo árabe, já enfraquecido pelo isolamento do Egito após a paz em separado com Israel. A Guerra Irã-Iraque colocou Síria (e, a reboque, o Líbano ocupado) e a Líbia a favor do Irã, assim como o Egito, o Marrocos, a Jordânia e as *petromonarquias* do Golfo Árabe-Pérsico, especialmente a Arábia Saudita, em favor do Iraque. Em 1981, os sauditas iriam promover uma iniciativa de paz com Israel, através do reconhecimento de todos os países árabes das linhas de cessar-fogo de 1949 como limites do Estado hebreu. Entretanto, o rei saudita Fahd só encontrou indiferença por parte dos israelenses para seu plano de paz. Entendemos que se tratava de um esforço das monarquias arqui-conservadoras pró-ocidentais para unir os árabes contra o Irã, cuja revolução islâmica xiita elas consideravam uma ameaça maior que Israel. Além disto, em nossa compreensão, era uma forma do reino saudita pressionar (e isolar) a Síria que se aliara ao Irã contra o Iraque. Aumentando a tensão regional, em outubro de 1981, o presidente e ditador do Egito general Anwar al-Sadat foi assassinado num atentado por extremistas ‘islâmicos’. Quatro meses depois, seria a vez da Síria enfrentar um levante civil na cidade de Hama, comandado pela Irmandade Muçulmana síria, que foi esmagado com brutalidade sem precedentes. O único movimento de distensão na região ocorreu em fevereiro de 1982, com a retirada israelense da Península do Sinai, em fevereiro, em conformidade ao Tratado de Paz com o Egito (1979), o que causou uma comoção na extrema-direita israelense, que acusou Begin de abandonar o projeto da ‘Grande Israel’. Entre os duros opositores da retirada estavam o ministro da Defesa Ariel Sharon e o chefe do Estado-maior Rafael Eytan. Isto traria graves consequências ao governo de Menachem Begin, das quais ele mesmo nem suspeitava. Ainda assim, a retirada estava relacionada com os preparativos para a grande invasão do Líbano, a ser realizada no verão do mesmo ano.

Os desdobramentos políticos no Líbano das geoestratégias regionais, nesse período, foram os mais catastróficos possíveis, pois pavimentariam a grande invasão israelense de 1982 e a retomada da guerra civil em níveis de violência inéditos até então. As milícias da direita ‘cristã’ foram unificadas após o ‘Massacre de Safra’, em 7 de julho de 1980, quando entre 200 e 500 milicianos dos Tigres chefiados pelo clã do ex-presidente Chamoun foram assassinados pelos milicianos falangistas, comandados por Bachir Gemayel, que se tornou o

homem-forte da comunidade cristã, o líder supremo da Forças Libanesas (FL) (CORM, 2006: 214). Entretanto, sua autoridade era contestada dentro da comunidade cristã maronita pela milícia Marada, do clã Frangieh, pró-sírios, e pelo ELL, patrocinado por Israel. O objetivo de Gemayel era claro: unir o Líbano e expulsar os sírios e os palestinos. Com este intuito, encetou relações cada vez mais profundas com Israel, especialmente com o ministro da Defesa general Ariel Sharon. O ministro passou a visitar secreta e frequentemente Beirute nos preparativos para a realização do velho plano trabalhista de uma invasão israelense do Líbano para a imposição de um presidente cristão pró-sionista.

Sharon e Gemeyal passaram a trabalhar juntos para a viabilização desse plano que deveria colocar um ponto final (uma ‘solução final’?) de uma vez por todas à questão palestina. O plano original israelense não era muito diferente do que foi posto em prática na invasão de 1978, da qual Israel extirpou uma zona de 10 km da fronteira libanesa, colocando-a sob o controle dos seus aliados do ELL. Entretanto, Bachir afirmou que nem 10 ou 40 km bastariam para realmente impôr uma nova ordem no Líbano. A invasão teria que alcançar Beirute, o que certamente o próprio gabinete de Menachem Begin rejeitaria, pois havia grandes chances da ofensiva envolver as tropas sírias. Uma guerra contra a Síria era o que Israel não queria, apesar de sempre proclamar a (suposta) invencibilidade de seu exército. Elie Hobeika¹⁴¹, ‘braço-direito’ e chefe de segurança de Bachir Gemayel, foi um dos que testemunharam o apelo do chefe das Falanges (*Kata’eb*) a Sharon para que a capital libanesa fosse ocupada pelos israelenses para o alcance dos objetivos geoestratégicos desenhados por Ben-Gurion em 1954:

Bachir: “Com uma invasão de 40 km nós não poderíamos fazer nem mesmo uma declaração”.

Sharon: “O que aconteceria se chegassemos até Sidon (*Saída*)?”

A resposta foi a mesma.

(...) Então Bachir pegou Sharon e começou a mostrar-lhe a escola de al-Jamour, e disse-lhe: “esta é a minha escola onde eu quero ir. Se você não chegar aqui [al-Jamour, em Beirute], nós não seremos capazes de nos movermos ou nos beneficiarmos de qualquer forma da invasão. Se você chegar aqui [na escola al-Jamour], nós teremos capacidade para viver ali [o Palácio (presidencial) de Ba’abda].”

Tanto Ba’abda quanto al-Jamour estavam claramente visíveis da região de Mekalles [de onde Sharon e Bachir avistavam a capital libanesa]. (Tradução livre nossa)

Uma invasão desta magnitude, com avanço e ocupação de uma capital árabe, tinha pouca chance de ser tolerada pela comunidade internacional e, muito menos, pelos EUA.

¹⁴¹ AL-ISSAWI, Omar (dir.). **The War of Lebanon** - Episode 08 - Sharon Invades. Catar: Al-Jazeera Satellite Channel, 2000. Disponível em: <<http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=5006177216740689362&hl=en>>. Acesso em: 15/09/2006. (9’02”).

Ciente disto e com a proximidade das eleições presidenciais libanesas, Bachir Gemayel passou a provocar a atenção mundial, especialmente israelense, sobre a suposta situação desesperadora em que se encontravam libaneses e, sobretudo, os ‘cristãos’ sob a ocupação da Síria, quando seus milicianos começaram a atacar os soldados sírios estacionados nas proximidades da cidade de Zahle, no Vale do Beka’a, afirmam os jornalistas israelenses Ze’ev Schiff e Ehud Ya’ari (1986: 30-34). Zahle é a capital da Província do Beka’a, uma cidade de médio porte, que se convertera numa ‘fortaleza cristã’ durante as guerras civis libanesas entre 1840 e 1860 e entre 1975 e 1976. Sua população é majoritariamente cristã greco-ortodoxa e greco-melquita e por este motivo abrigava apenas uma pequena guarnição de milicianos da FL (estes eram majoritariamente cristãos maronitas). Foi esta guarnição que abriu fogo contra os sírios. Zahle se encontrava na metade do caminho da estrada Beirute-Damasco, isto tornava a cidade um ponto de alto valor estratégico para os sírios e até mesmo os israelenses. Portanto, para a Síria, o incidente em Zahle era o ataque de um inimigo numa região estratégica para os interesses sírios. A resposta não tardou e a cidade foi submetida a um cerco e a um bombardeio, em dezembro de 1980, próximo ao Natal, o que provocou um clamor nas comunidades cristãs em todo mundo, inclusive no papa João Paulo II, que expressou preocupação com a situação dos moradores da cidade sob intenso bombardeio.

Os combates se intensificaram ao longo de 1981 de tal modo que os sírios ameaçaram usar aviões e helicópteros nas ações contra as FL, que não tinham capacidade de se defender num combate desta magnitude. Os apelos de Bachir Gemayel para uma intervenção israelense foram atendidos pelo primeiro-ministro Menachem Begin, que se auto-intitulou como ‘defensor dos cristãos’ (esquecendo-se dos dois milênios ininterruptos de ódio e perseguições entre cristãos e judeus). Assim, helicópteros israelenses atacaram alvos sírios. Hafez al-Assad entendeu o ataque israelense como uma violação das Linhas Vermelhas e instalou rampas de mísseis terra-terra SAM 6 nos arredores de Zahle, enfurecendo Israel. Quando Begin ameaçou atacar as instalações de defesa sírias, o presidente dos EUA Ronald Reagan enviou o embaixador especial para Oriente Médio Philip Habib (de origem libanesa, mas não arabófono) para negociar um acordo entre israelenses e sírios. Entretanto, o ativismo militar do *premier* israelense era de tal ordem que aceitou os conselhos do chefe do Estado-maior Rafael Eytan para atacar as bases palestinas em Beirute e no sul do Líbano. Durante duas semanas de julho, entre os dias 10 e 24, as tropas israelenses bombardearam a capital e a região sul-libanesa, episódio que ficou conhecido como o ‘Massacre de Beirute’, onde mais de 300 árabes (libaneses e palestinos) morreram. Entretanto, a OLP revidou a ofensiva de Israel e lançou uma barragem de artilharia contra o norte do país (Galiléia), pondo em fuga

mais de 300 mil israelenses, algo que não ocorria desde a Guerra de 1947-49. Os americanos imediatamente re-enviaram Philip Habib para negociar um armistício entre Israel e OLP, num reconhecimento implícito não apenas da organização palestina, mas, sobretudo, do vexame militar do exército israelense. No que se configura na segunda derrota militar de Israel frente à OLP.

O ataque de 1981 a Beirute fez Yasser Arafat perceber que uma grande ofensiva israelense se avizinhava. Por isso, impôs severa disciplina aos seus guerrilheiros, em respeito ao cessar-fogo, impedindo-os de reagirem a qualquer provocação israelense que pudesse oferecer pretexto para uma ataque maciço do perigoso vizinho do sul. De fato, os israelenses estavam em avançado planejamento da invasão, mantendo os contatos com seus aliados libaneses: as FL e a ELL. No entanto, era preciso o consentimento dos EUA. Ariel Sharon, em visita a Washington, apresentou um plano ‘mínimo’ de invasão do Líbano, o chamado *Operação Pequenos Pinheiros*, que se restringia aos ‘tradicionais’ 40 km de fronteira adentro do território libanês. Quando falou que iria “erradicar a OLP do Líbano para sempre” causou horror e repulsa entre os assessores americanos, entre eles Philip Habib, que advertiu o general israelense sobre seus métodos brutais: “(...) vocês não podem sair por aí invadindo países desta forma, espalhando destruição e matando civis. No final, sua invasão progredirá para uma guerra contra a Síria, e toda a região será tragada pelas chamas!” (SHLAIM, 2004: 453). A surpresa foi ainda maior quando Sharon apresentou ao Departamento de Estado o escopo da *Operação Grandes Pinheiros*, mencionando vagamente a conquista de Beirute. Segundo o historiador Avi Shlaim (2004: 453):

(...) O general Ariel Sharon scandalizou um sala repleta de burocratas do Departamento de Estado, ao esboçar duas possíveis campanhas militares: uma que iria pacificar o sul do Líbano e outra que redesenharia o mapa político de Beirute a favor da Falange cristã. Para Haig [secretário de Estado general Alexander Haig] ficou claro que Sharon estava dando aviso aos Estados Unidos: mais uma provocação dos palestinos e Israel iria desferir um golpe arrasador contra a OLP.

Todavia, o general Alexander Haig seria um ardoroso defensor da proposta de Sharon. Ele advertiu, contudo, que os EUA só dariam o *green light* para tal invasão se houvesse uma clara provocação reconhecida internacionalmente (SHLAIM, 2004: 454).

O mesmo estratagema foi usado pelo ministro da Defesa israelense para convencer o gabinete de Begin a apoiar a invasão: primeiro falava-se da *Operação Pequenos Pinheiros*, sempre apresentado de uma forma vaga e dispersiva, para tão somente encobrir as verdadeiras intenções da *Operação Grandes Pinheiros*, que deveria alcançar Beirute. Quando se mencionou a possibilidade de ocupar a capital libanesa, houve um clamor entre os ministros e

Begin encerrou abruptamente a discussão, sem colocar a proposta em votação, sabendo que ela seria derrotada por uma grande maioria (SHLAIM, 2004: 449). Entretanto, Sharon permaneceu perseverante nos preparativos da ofensiva.

O verão de 1982 foi marcado por três grandes eventos mundiais: a continuação da Guerra das Malvinas, entre Inglaterra e Argentina; a reunião do G-7¹⁴² em Paris; e a Copa do Mundo de Futebol na Espanha, com as legendárias seleções brasileira, comandada por Telê Santana, e francesa de Michel Platini. Todos estes eventos serviriam como perfeitas ‘cortinas de fumaça’ para a grande invasão que se preparava desde a nomeação de Ariel Sharon como ministro da Defesa, em 1981 (KAPELIOUK, 1983: 30). Porém, foi a Guerra Irã-Iraque que ofereceu o pretexto para a invasão. Mais uma vez o território libanês serviria como campo de batalha de guerras regionais.

Em 3 de junho de 1982, o embaixador israelense em Londres Shlomo Argov foi alvejado e ferido gravemente¹⁴³ por um grupo armado palestino liderado por Abu Nidal (Sabri al-Banna), arqui-inimigo da OLP¹⁴⁴. Abu Nidal era apoiado pelo Iraque, sob a ditadura de Saddam Hussein, em sua campanha para eliminar palestinos ‘moderados’ favoráveis a uma saída diplomática para a questão palestina e ao diálogo com Israel (SHLAIM, 2004: 455). Yasser Arafat havia sentenciado à morte Abu Nidal pelo seu terrorismo contra os palestinos. Shlaim (2004: 455) afirma que “fontes do Mossad sugeriram que a tentativa contra a vida de Argov pretendia provocar um ataque israelense à fortaleza de Arafat, no Líbano, para esmagar seu poder”. Em nosso entendimento, tal como nos afirma o especialista em Relações Internacionais Noam Chomsky (1999: 197), Saddam Hussein, patrocinador das ações Nidal, autorizou o ataque a Argov na expectativa de uma maciça represália israelense contra o Líbano, oferecendo ao Iraque a oportunidade para terminar a guerra com o Irã em nome da unidade contra Israel, como foi proposto, em 10 de junho de 1982, e recusado pelo regime dos aiatolás, dando exatamente esta análise do que exatamente estava ocorrendo. Ressalta-se que, até aquele momento do conflito árabe-israelense, nenhum diplomata israelense, principalmente de alto escalão, havia sido alvo de atentado seja de governos árabes e ou de guerrilheiros palestinos. Por este motivo, ao permitir o atentado ao embaixador israelense, os autores, fossem quem fossem, estavam plenamente cientes de que a reação de Israel seria a mais violenta possível principalmente se o governo israelense desconfiasse da participação de

¹⁴² G-7 era cúpula dos sete países mais ricos do mundo naquela época: EUA, Alemanha Ocidental, Japão, França, Grã-Bretanha, Itália e Canadá. A URSS jamais foi convidada a participar, o G-7 era, portanto, a cúpula dos sete países mais ricos do mundo capitalista durante as décadas de 1970 a 1990.

¹⁴³ Argov ficaria em coma durante quase 21 anos, vindo a falecer em 23 de fevereiro de 2003 (EYTAN, 2008: 80).

¹⁴⁴ Fatah- Comando Revolucionário – Fatah – CR.

palestinos. Portanto, é de se supor, por falta de fontes primárias, que Saddam Hussein¹⁴⁵ também visava enfraquecer ou mesmo destruir a OLP ao permitir a ação de Nidal em Londres, que, por sinal, não foi punida por Bagdá mesmo sabendo das consequências do ato terrorista sobre o Líbano.

O atentado em Londres foi o pretexto tão esperado por Menachem Begin, Ariel Sharon e Rafael Eytan. Imediatamente houve uma reunião de gabinete para a aprovação da invasão do Líbano; Begin, ansioso e agitado, não estava interessado em saber quem eram os verdadeiros autores ou por quais motivos aconteceu o atentado. O chefe do Serviço de Segurança Avraham Shalom informou que os autores do ataque eram provavelmente da facção de Abu Nidal, inimigos de Arafat. Begin retrucou gritando: “Abu Nidal, Abul Shmidal, são todos OLP, temos que atacar é a OLP!!!”¹⁴⁶. O gabinete acabou aprovando a *Operação Pequenos Pinheiros*, cujo nome foi alterado para o *orwelliano Operação Paz para a Galiléia*, autorizando uma ofensiva militar ‘limitada’ até 40 km além da fronteira libanesa.

A Operação Paz para a Galiléia (*Shalom A Galil*) combinava vários objetivos, muitos deles eram amplamente divulgados pela mídia. O historiador brasileiro André Gattaz (2003: 162) nos aponta quais eram:

1. Destruir a infra-estrutura militar da OLP no sul do Líbano e eliminar sua capacidade de bombardear o norte de Israel;
2. Prevenir-se contra a possibilidade de a Síria lançar uma nova guerra;
3. Ajudar a reconstruir o governo central libanês apoiando o aliado a Israel Bachir Gemayel;
4. Destruir a base territorial autônoma da OLP no Líbano e estabelecer uma relação normal com um segundo Estado árabe.

¹⁴⁵ Em 1983, o presidente iraquiano Saddam Hussein chegaria a propor, ao longo da guerra contra o Irã, a paz com Israel por dois motivos: primeiro, para forjar uma aliança contra o Irã; segundo, como sinal de boa vontade com os EUA. Sobre as alianças, táticas, tácitas ou não, entre Iraque, sob o regime de Saddam Hussein, EUA e Israel, ver Cooley (2005). A ‘ameaça’ árabe de paz (e não guerra) com Israel pode ter sido um dos motivos que levaram o Estado hebreu a uma guerra no Líbano (CHOMSKY, 1999).

¹⁴⁶ A primeira-ministra da Grã-Bretanha Margaret Thatcher fez questão de declarar na TV inglesa que a OLP não era autora do ataque ao embaixador israelense e que se Israel estava invadindo o Líbano era por razões outras. Aliada ferrenha de Ronald Reagan e da linha ultra-conservadora adotada pelo presidente e ex-ator *hollywoodiano*, Thatcher estava furiosa com a venda de armas israelenses à Argentina durante a Guerra das Malvinas, conflito ainda em curso no início de junho. A Argentina, por sua vez, era governada por uma ditadura militar filo-nazista e anti-judaica desde 1976. Milhares de argentinos de origem judaica fugiram da ditadura e do país e se refugiaram em Israel, onde foram convocados para lutarem na Guerra do Líbano. Sobre as relações comerciais, incluindo a venda de armas, entre Israel e a ditadura da Junta Militar da Argentina (1976-83) ver Shahak (2007: 106-07). Sobre a venda de armas de Israel para a Argentina durante a Guerra das Malvinas, ler a reportagem de Eliezer Strauch para o caderno internacional do Jornal O Globo de 6 de junho de 1982.

Por fim, havia o temor entre os israelenses de uma OLP moderada que, desde 1974, buscava a normalização e a acomodação com Israel, o que iria contra os anseios expansionistas dos ‘falcões’ trabalhistas e *likudistas*, que governavam o país desde 1947 (GATTAZ, 2005: 50). Esta tentativa de acomodação tinha que ser abortada.

Em 4 de junho de 1982, sob o pretexto de retaliar o atentado ao embaixador israelense em Londres, Israel iniciava a invasão do Líbano, limpando com um bombardeio aéreo o caminho para a entrada das tropas terrestres, com mais de 100 mil homens, dois dias depois, sob o comando do general Ariel Sharon, ministro da Defesa. Os sul-libaneses, maronitas, xiitas e druzos, não ofereceram nenhuma resistência, ressentidos da opressão da OLP. Pelo contrário, saudaram jogando arroz sobre os milhares de tanques israelenses, aos gritos de ‘nossos libertadores’. Os Acordos de Cairo de 1969 faziam recair agora seus mais nefastos efeitos retardados sobre os libaneses e palestinos. A *blitzkrieg* israelense reduziu a pó todo o território libanês situado ao sul da estrada Beirute – Damasco. As FL, sob a liderança de Bachir Gemayel, aguardavam a chegada do *Tzahal* a Beirute para cercar a cidade e expulsar a OLP do país. Entretanto, as tropas invasoras encontraram feroz resistência dos palestinos, contrariando as estimativas militares de Ariel Sharon e de Rafael Eytan. Ao mesmo tempo, os céus do Líbano foram o campo da mais feroz batalha aérea desde a II GM. A força aérea israelense, que havia sido modernizada pelos EUA, entraria em choque com a força aérea síria, equipada com caças de fabricação soviética ultrapassada. O resultado foi a derrota síria sob o céu do Beka’a. As tropas terrestres sírias ficariam sem cobertura aérea nos confrontos com Israel. Por este motivo, Hafez Assad aceitou prontamente e sem consulta aos palestinos o cessar-fogo mediado pelos EUA através do embaixador Philip Habib enviado especial americano para a região. Com uma esmagadora superioridade aérea, os israelenses foram incapazes de expulsarem os sírios do Beka’a e muito menos de todo o Líbano. Nos combates terrestres, o *Tzahal* revelava sérias limitações, sofrendo inúmeras baixas seja no confronto com os sírios ou até mesmo nos enfrentamentos com a guerrilha e resistência palestina na capital e no sul do país.

Mapa 19 – Invasão israelense do Líbano em 6 de junho de 1982: os ‘três eixos’

Fonte: (BREGMAN, 2001: 109)

Durante a ofensiva israelense, Beirute foi cercada e arrasada por bombardeios de saturação, por mar, ar e terra, ao longo de 70 dias. Nesse período, as tropas de Israel utilizaram bombas de fósforo branco, de vácuo, de napalm, de fragmentação e de urânio empobrecido¹⁴⁷, que foram disparadas sobre a capital libanesa matando indiscriminadamente civis e guerrilheiros palestinos. Luz e água da capital foram cortadas pelos israelenses em 4 de julho (SHLAIM, 2004: 463). As FL não queriam se envolver diretamente na ofensiva de Israel para não serem consideradas como ‘traidoras’ e ‘colaboradoras’ pelos muçulmanos,

¹⁴⁷ AL-ISSAWI, Omar (dir.). **The War of Lebanon** - Episode 08 - Sharon Invades. Catar: Al-Jazeera Satellite Channel, 2000. Disponível em: <<http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=5006177216740689362&hl=en>>. Acesso em: 15/09/2006.

pois precisariam do apoio deles para as eleições presidenciais marcadas para agosto de 1982. Bachir queria ser presidente do Líbano e não apenas dos cristãos. Seu lema era ‘10450 km²!’, ou seja, a superfície do território libanês livre dos sírios, palestinos e até mesmo dos israelenses. Desta forma, desejava que Israel fizesse o ‘trabalho sujo’ pelas FL. Uma vez terminado o ‘serviço’, os israelenses deveriam partir deixando o Líbano livre de ‘estrangeiros’ (SCHIFF e YA’ARI, 1986). Como todos nas Guerras do Líbano, os cálculos políticos mal feitos eram a regra. Nem Bachir e nem Israel fugiriam disto.

A tamanha destruição do Líbano e de sua capital Beirute chocou a opinião pública mundial, gerando pressões internacionais para uma imediata retirada israelense. Reagan estava irritado pela brutalidade das ações de Ariel Sharon, corroendo a credibilidade dos EUA, cujos acordos de cessar-fogo mediados por Philip Habib não eram respeitados pelas tropas de Sharon e Eytan. De fato, as ações militares do *Tzahal* no Líbano não eram coordenadas por nenhum membro do gabinete de Begin, incluindo o próprio primeiro-ministro. Na verdade, Sharon e Eytan agiam à revelia dos políticos em Israel, impondo uma política de fatos consumados não apenas aos americanos e árabes, mas aos próprios israelenses, a quem supostamente deviam obediência em se tratando de uma democracia. A própria invasão e ocupação de Beirute ia muito além dos 40 km estabelecidos como área de ação pelo gabinete de Begin e pelo *Knesset*. Estas operações militares foram aos poucos corroendo a legitimidade do governo de Begin, sem que ele percebesse. A popularidade em Israel da invasão caía a cada dia com o aumento do número de baixas no *Tzahal*. É muito pouco provável, no entanto, que um homem extremamente ambicioso como Ariel Sharon não tivesse ciência das consequências que o ataque a Beirute causaria sobre o governo de Menachem Begin, de quem era opositor na devolução do Sinai aos egípcios.

Em 10 de agosto de 1982, Israel bombardeou Beirute durante 19 horas consecutivas para forçar a retirada das tropas da OLP para a Tunísia, o que ocorre em 21 de agosto de 1982, mediante a presença de uma Força Multinacional de Paz (FMNP), composta por tropas americanas, francesas e italianas. Dois dias depois da retirada da OLP, sob a ‘proteção’ das tropas israelenses, Bachir Gemayel é eleito presidente do Líbano, recebendo inclusive apoio de sunitas e xiitas. O apoio de setores das comunidades muçulmanas decorria da crença no projeto de união nacional de Bachir. Estes oligarcas ‘muçulmanos’ percebiam que o líder das FL manteria inalterado o *status quo*, isto é, o liberalismo do qual os *zauma* (plural de *zaïm*, chefes dos clãs das comunidades confessionais) eram beneficiados seria mantido, além do fato de que Bachir manteria a disciplina dos ‘cristãos’, ‘eliminando fisicamente’, se fosse

necessário, os radicais¹⁴⁸. Porém, outro fator mais imediato também pesou para o apoio de ‘muçulmanos’ à eleição do líder das FL: eles acreditavam que somente Bachir poderia expulsar Israel do Líbano.

Externamente, Bachir Gemayel recebera apoios tático e tácito da Jordânia, do Egito e do Iraque, e estratégico dos EUA, Israel e, principalmente, da Arábia Saudita. Uma vez eleito, Gemayel faz sua primeira visita como presidente libanês ao reino saudita, na cidade Taëf, onde foi recebido pelo monarca do país, mesmo sendo de conhecimento mundial que Bachir era um dos arquitetos da invasão israelense do Líbano. Ao retornar ao Líbano foi recebido como herói por muitos libaneses; o mesmo não pode ser dito dos israelenses¹⁴⁹.

Em 1º de setembro de 1982, Bachir foi ‘convidado’ a visitar Ariel Sharon e Menachem Begin em Nahariya, cidade ao norte de Israel (KAPELIOUK, 1983: 7). O dia não teria sido mais inoportuno para os israelenses. Ronald Reagan havia acabado de fazer um plano de paz para o OM, não muito diferente da proposta saudita de 1981. Isto gerou um clima sombrio em Israel, fazendo com que o encontro dos três líderes em Nahariya fosse o mais tenso e o último que tiveram. Nele, há inúmeros relatos de que os líderes israelenses humilharam o presidente libanês eleito, “cobrando-lhe a fatura pela invasão” (SHLAIM, 2004: 468). Sharon e Begin, este último com um tom depreciativo mais acentuado, queriam que Bachir, chamado de ‘garoto’ pelo *premier* israelense, assinasse imediatamente um acordo de paz com Israel, nos moldes de Camp David acertado com o Egito, em 1978, no que foram rechaçados pelo presidente libanês (SHLAIM, 2004: 468). Bachir respondeu em tom moderado que tudo dependeria do parlamento libanês, acrescentando ainda que seu poder precisava ser consolidado. Begin, visivelmente irritado, observou que o major Saad Haddad, líder do ESL¹⁵⁰, era um exemplo a ser seguido. Gemayel respondeu que iria levá-lo a um tribunal militar para ser julgado por deserção. Em tom provocativo e mais irritado ainda, o *premier* israelense sugeriu que Haddad fosse nomeado chefe do Estado-maior; o encontro degenerou-se em discussão (SHLAIM, 2004: 468). Foi quando Sharon, em tom mais alto ainda, afirmou que Israel dominava o Líbano e que era melhor fazer o que se pedia. Gemayel estendeu os braços e gritou: “Coloque as algemas, sou seu escravo!!!” (SHLAIM, 2004: 468). O encontro terminou abruptamente e sem acordo (SHLAIM, 2004: 468). Em poucas horas, a notícia da

¹⁴⁸ AL-ISSAWI, Omar (dir.). **The War of Lebanon** - Episode 09 - Occupation Of An Arab Capital. Catar: Al-Jazeera Satellite Channel, 2000. Disponível em: <<http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=-2815363660306953223&hl=en>>. Acesso em: 15/09/2006. (25’26’’ – 26’46’’).

¹⁴⁹ AL-ISSAWI, Omar (dir.). **The War of Lebanon** - Episode 09 - Occupation Of An Arab Capital. Catar: Al-Jazeera Satellite Channel, 2000. Disponível em: <<http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=-2815363660306953223&hl=en>>. Acesso em: 15/09/2006. (25’26’’ – 26’46’’).

¹⁵⁰ O ELL havia sido renomeado de ESL (Exército do Sul do Líbano) pelos israelenses durante a invasão de 1982.

reunião, que deveria ter sido secreta para não comprometer Bachir, foi divulgada amplamente pelas rádios israelenses e não tardou a chegar em Beirute (KAPELIOUK, 1983: 6-7).

Duas semanas após o fatídico encontro em Nahariya, em 14 de setembro de 1982, Bachir Gemayel foi assassinado pelo cristão maronita pró-Damasco Habib Chartouni. Imediatamente a culpa recaiu sobre os ‘terroristas’ palestinos que supostamente estavam escondidos em Beirute Ocidental. Historiadores israelenses atribuem a responsabilidade aos sírios (SHLAIM: 2004; MORRIS, 2001). Mas, o fato é que não havia tropas sírias em Beirute, desde a retirada de 21 de agosto. Havia, sim, dezenas de milhares de soldados israelenses controlando entradas e saídas de Beirute, que continuava cercada. Além disto, praticamente todo o espectro político libanês tinha motivos concretos para assassinar Bachir Gemayel, inclusive a direita cristã maronita. Suleyman Frangieh, por exemplo, chegou a afirmar que estava contente e só lamentava o fato de não ter sido ele o autor do atentado (DEL PINO, 1989: 143). É preciso lembrar que o chefe de segurança e homem de confiança de Bachir era Elie Hobeika, agente da CIA e treinado em Israel. Portanto, a segurança de Bachir estava nas mãos de Hobeika e de Israel, que controlava e dominava tudo o que existia de Beirute ao sul do Líbano. A chave do assassinato de Gemayel, assim como de toda a invasão israelense, está no encontro (ou desencontro) em Nahariya, em 1º de setembro de 1982. O que Sharon e Begin verdadeiramente queriam não era encontrar com o presidente do Líbano, mas o presidente dos ‘cristãos’. Quando Bachir falou em nome dos libaneses e da unidade do Líbano inserida no mundo árabe estava assinando sua sentença de morte e desmontando a estratégia da invasão israelense. Desta forma, Bachir já não tinha mais serventia aos planos de Sharon, Begin e Eytan. O encontro foi amplamente divulgado pelos israelenses para que os opositores de Gemayel soubessem da cumplicidade do líder libanês com a invasão e o liquidassem sem a necessidade de Israel ‘sujar as mãos’. A sorte dos ‘cristãos’ e dos palestinos estava lançada.

O atentado ao QG das FL, matando Bachir Gemayel, ofereceu o pretexto para que o *Tzahal* invadisse Beirute Ocidental e ajudasse a perpetrar, em conluio com ‘cristãos’ das FL e do ESL, também composto por ‘xiitas’, o primeiro massacre de Sabra e Chatila, no qual mais de 3 mil palestinos e libaneses xiitas foram assassinados indiscriminadamente (KAPELIOUK, 1983: 81). Crianças, homens jovens e idosos e até mesmo cavalos foram alvejados e estripados. Mulheres jovens, idosas e grávidas foram estupradas e esquartejadas, com fetos arrancados, se fosse o caso (KAPELIOUK, 1983). O principal chefe dos comandos que

invadiram Sabra e Chatila para promoverem a orgia de horror foi Elie Hobeika¹⁵¹, ex-chefe de segurança de Bachir Gemayel. O objetivo do massacre era o mesmo de Deir Yassin (1948) e o de Tal al-Za'atar (1976), uma carnificina para provocar choque e pavor nos palestinos de maneira a forçá-los a fugir do Líbano em direção, se possível, à Jordânia, de onde deveriam derrubar a monarquia hachemita aliada de Israel. Afinal, tinha sido esta a exigência de Sharon enviada a Arafat nas negociações para a retirada da OLP do Líbano (SHLAIM, 2004: 465). Podemos, deduzir, portanto que o massacre não foi um ato de vingança, mas sim algo já há muito premeditado (KAPELIOUK, 1983; SCHIFF e YA'ARI, 1986). Segundo Ehud Ya'ari¹⁵², analista militar israelense, Bachir Gemayel dizia-lhe, em tom de brincadeira, que transformaria os campos de Sabra e Chatila em zoológico, em outro momento disse que tornaria estes campos num grande estacionamento.

Em decorrência desta chacina, a FMNP retornou a Beirute, a princípio para proteger os civis libaneses, mas aos poucos se imiscuiriam na política interna do Líbano, apoiando o presidente libanês Amin Gemayel, que também era líder de uma milícia, as Falanges. Gemayel havia ordenado o desarme das milícias 'esquerdistas', tarefa que foi auxiliada pelas tropas americanas e francesas da FMNP (CORM, 2007: 544-46). A presença das tropas de paz no Líbano não impediu os massacres de druzos e cristãos nas Montanhas do Chouf, a 15 km de distância dos QGs da FMNP, sem que houvesse qualquer reação (CORM, 2006: 141-43). Americanos e franceses pagariam um alto preço pelo envolvimento no conflito libanês.

O massacre de Sabra e Chatila causou comoção mundial. Em Israel, sociedade e economia trincaram. Mais de 400 mil pessoas, 10% da população do país, foram às ruas e praças condenando Begin e Sharon e exigindo a renúncia de ambos. Sharon e Begin foram responsabilizados pela Comissão Kahan¹⁵³ pelas atrocidades nos campos de refugiados e não durariam muito no poder (KAPELIOUK, 1983: 101). A economia israelense, por sua vez, entraria num processo hiperinflacionário (SHLAIM, 2004: 479). A desmoralização do

¹⁵¹ Hobeika era conhecido pelo seu notório ódio aos palestinos. Sua noiva e vários familiares foram assassinados no Massacre de Damour em 1976, perpetrado pelos 'progressistas' e pela OLP (ROGAN, 2009: 417). Há quem diga que, em sua juventude, tenha trabalhado na filial do Banco do Brasil em Beirute (MOSTYN: 2002). Em 2002, Hobeika seria assassinado em atentado, de autoria desconhecida, um ano após a posse de Ariel Sharon como primeiro-ministro de Israel (2001) e dezoito meses após a morte do ditador sírio Hafez el-Assad (2000). Ele estava prestes a fazer um depoimento no Tribunal de Bruxelas sobre seu envolvimento, que jamais negou, e dos israelenses no Primeiro Massacre de Sabra e Chatila (MOSTYN: 2002). Um dos seus motoristas seria assassinado em São Paulo, Brasil, no mesmo ano.

¹⁵² AL-ISSAWI, Omar (dir.). **The War of Lebanon** - Episode 10 - The Massacre. Catar: Al-Jazeera Satellite Channel, 2000. Disponível em: <<http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=-6251717507378085992&hl=en>>. Acesso em: 15/09/2006. (40'34")

¹⁵³ Comissão Kahane foi a comissão de inquérito para averiguar as responsabilidades das tropas israelenses, sob o comando do general Ariel Sharon, no Primeiro Massacre de Sabra e Chatila (1982). Foi num dos depoimentos de Ariel Sharon que foi revelada a participação israelense no Massacre de Tal al-Za'atar (verão de 1976). Uma análise do Relatório Kahane pode ser lido em Kapeliouk (1983).

governo de Begin foi de tal ordem que, em agosto de 1983, ele renunciaria ao cargo de primeiro-ministro. A partir das eleições de 1984, sem uma coalizão vitoriosa, formou-se um governo de União Nacional formada por trabalhistas e *likudistas*, o que demonstrava que a distância ideológica entre ambos não era tão abissal no que concernia ao enfrentamento da crise econômica, dentro de um receituário ortodoxo e liberal, e à campanha do Líbano, cada vez mais visto como um ‘lodaçal’ (o ‘Vietnã de Israel’) e um retumbante fracasso político e principalmente militar.

Até àquela altura, em setembro de 1982, a invasão israelense no Líbano, iniciada em 4 de junho, havia sido responsável pela morte de aproximadamente 20 mil árabes (libaneses, palestinos e sírios), o ferimento de mais de 30 mil pessoas (CHOMSKY, 1999: 221), excluindo as 3 mil vítimas fatais de Sabra e Chatila. Somente em Beirute, mais de 6.700 pessoas foram assassinadas pelos bombardeios israelenses (CHALVRON, 1982: 166). No que se refere às baixas do *Tzahal*, houve mais de 340 soldados mortos até setembro de 1982, número que alcançaria 446, em novembro do mesmo ano. Mais de 13.500 residências foram destruídas pelos ataques israelenses (CHOMSKY, 1999: 223). Em Beirute Oeste, praticamente todas as escolas, clínicas e instalações das agências da ONU para refugiados palestinos (UNRWA) foram arrasadas (CHOMSKY, 1999: 223). A violência dos israelenses superara e muito a que foi empregada pelos sírios na primavera de 1976. Tamanha devastação provocada por Israel, além do assassinato de Bachir Gemayel e do Primeiro Massacre de Sabra e Chatila, levou muitos libaneses e demais árabes a acreditarem que o plano da invasão não era apenas o de expulsar a OLP e os sírios do Líbano. Tais fatos forneceram elementos para que eles acreditassem num complô destinado à balcanização não apenas do Líbano, mas de todo OM, crença que foi reforçada anos mais tarde pelas invasões do Iraque pelos EUA e aliados ocidentais, apoiadas tática e tacitamente pelo Irã, em 1991 e em 2003, resultando na formação de uma zona autônoma curda, no norte do país mesopotâmico, onde iraquianos curdos promovem massacres contra iraquianos árabes.

Como nos adverte Georges Corm (2006: 184-90), estas ‘teorias conspiratórias’ poderiam parecer frutos de uma imaginação fértil, não fosse a existência de uma literatura israelense que corroborava as teses de balcanização. Meses antes da segunda e maior invasão do Líbano, no verão de 1982, um jornalista e ex-funcionário do Ministério dos Assuntos Estrangeiros de Israel, Oded Yinon (1982), contrário à paz com o Egito e ressentido com a perda do Sinai, apregoava a necessidade de redesenhar o mapa do Oriente Médio de modo a favorecer o surgimento de um mundo árabe fragmentado preparado para sucumbir diante a hegemonia de Israel. Yinon também havia sido assessor no gabinete de Defesa do general

Ariel Sharon. Segundo o jornalista, o País do Nilo, ao receber o Sinai em troca da Paz, poderia romper o Tratado com Israel e retornar ao ‘campo árabe’, solicitando ajuda política e militar à URSS. Yinon acreditava que o objetivo estratégico dos soviéticos era obter os imensos recursos do Golfo Árabe-Pérsico e do sul da África. O jornalista e diplomata, em sua pregação anti-comunista, em defesa do Ocidente (e de Israel) acreditava que a geoestratégia de poder marítimo soviético do almirante Gorshkov¹⁵⁴ e a nova doutrina soviética que sustentava que era possível sobreviver a uma guerra nuclear eram o principal perigo à paz mundial e à existência de Israel. A URSS seria, portanto, o principal perigo externo do Estado hebreu.

Seguindo esta perspectiva de contenção, Yinon afirma que os Estados árabes não eram o principal problema estratégico a ser enfrentado por Israel na década de 1980, mas eram a principal ameaça pelo seu crescente poder militar. O jornalista israelense constatou, no entanto, que os Estados árabes foram construídos artificialmente pelas potências estrangeiras sem respeitar os cortes étnico-confessionais do mundo árabe. Ele, em seu famoso artigo, preconiza, para a consecução dos objetivos israelenses de hegemonia regional, a ‘via indireta’, para desestabilizar os Estados árabes, substituindo-os por Estados étnico-confessionais.

The Moslem Arab World is built like a temporary house of cards put together by foreigners (...), without the wishes and desires of the inhabitants (...). It was arbitrarily divided into 19 states, all made of combinations of minorities and ethnic groups which are hostile to one another, so that every Arab Moslem state nowadays faces ethnic social destruction from within, and in some a civil war is already raging. (...)

(...) This national ethnic minority picture extending from Morocco to India and from Somalia to Turkey points to the absence of stability and a rapid degeneration in the entire region. When this picture is added to the economic one, we see how the entire region is built like a house of cards, unable to withstand its severe problems.(...)

The Western front, which on the surface appears more problematic, is in fact less complicated than the Eastern front, in which most of the events that make the headlines have been taking place recently. Lebanon's total dissolution into five provinces serves as a precedent for the entire Arab world including Egypt, Syria, Iraq and the Arabian peninsula and is already following that track. The dissolution of Syria and Iraq later on into ethnically or religiously unique areas such as in Lebanon, is Israel's primary target on the Eastern front in the long run, while the dissolution of the military power of those states serves as the primary short term target. Syria will fall apart, in accordance with its ethnic and religious structure, into several states such as in present day Lebanon (...). This state of affairs will be the guarantee for peace and security in the area in the long run, and that aim is already within our reach today (YINON, 1982).

Assim sendo, pela ‘via indireta’, caberia a Israel exacerbar as tensões internas dos países árabes, formando mini-Estados-tampão, visando criar um mundo árabe fragmentado preparado para sucumbir à hegemonia israelense (YINON, 1982). Desta forma, os árabes

¹⁵⁴ A Doutrina do almirante soviético Sergei Gorshkov defendia a tese de que a URSS deveria controlar os mares e oceanos e as ricas regiões minerais do Terceiro Mundo (PENHA, 2007: 149-51; YINON, 1982).

reconheceriam a dominação judia do ‘Jordão ao mar’, uma necessidade vital para a existência de Israel e de sua população judia em fronteiras seguras, nos remetendo ao conceito *ratzeliano* de ‘espaço vital’ (*lebensraum*).

Mapa 20 – Projeto de balcanização do Oriente Médio de Oded Yinon

O jornalista israelense conclui seu artigo defendendo que os EUA eram incapazes de suportar por muito tempo as pressões da (então) URSS e que, portanto, Israel deveria se manter firme ante essas pressões, sem ajuda exterior militar ou econômica.

Não nos compete, neste momento, fazer uma análise científica de tais afirmações, mas sim compreender as implicações geoestratégicas desenhadas por este quadro doutrinário. Segundo Georges Corm (2006: 183), o plano deixa implícito o desejo de Israel em expulsar os palestinos dos territórios que ocupou e promover a emergência de Estados étnico-confessionais, baseados no fanatismo religioso sectário, sobre os escombros da antiga sociedade otomana pluralista, para que, deste modo, seu exclusivismo comunitário ganhasse legitimidade. Este plano ganhou grande impulso após a desmoralização do nacionalismo árabe na Guerra dos Seis Dias (1967) e a implosão do Líbano – fortaleza do pluralismo comunitário no OP – após as guerras de 1975-90. A invasão israelense de 1982 só fez acirrar este senso de exclusivismo confessional no Líbano, o que levaria o país à quase completa desintegração posta em marcha pelas próprias milícias libanesas ao ‘sequestrarem’ as comunidades a quem diziam defender em territórios comunitários homogêneos desde o estalo da guerra em 1975. Esta era a lógica que estava por trás dos massacres sectários que se disseminaram por todo o país, promovendo o genocídio e a limpeza étnica. Não surpreende, portanto, que, após o início da *Operação Paz para a Galiléia*, cristãos maronitas e druzos voltassem a se combaterem nas Montanhas do Chouf.

Mapa 21 – Oded Yinon – Plano de Balcanização do Líbano

A "BALCANIZAÇÃO" DO LÍBANO SEGUNDO ODED YINON

Sem as tropas da OLP e com a eleição de um novo presidente da República poucos dias depois do Primeiro Massacre de Sabra e Chatila, o Líbano acreditou que teria a paz de volta. Amin Gemayel, irmão de Bachir, foi eleito para a presidência do país, com apoio de Israel e dos EUA. Ele imediatamente ordenou ao esqualido exército libanês, que os EUA tentaram reconstruir, às FMNP e às FL que desarmassem as milícias dos partidos laicos

libaneses, base da resistência anti-israelense desde 1978 (CORM, 2006: 11). Com apoio do exército libanês e das FL, passou a atacar o PSP nas Montanhas do Chouf, que eram armados e apoiados pelo Amal, PCL, palestinos e sírios (FRIEDMAN, 1991: 156-97). O objetivo geoestratégico era retomar o controle da estrada Beirute-Damasco, impedindo que Beirute fosse alvejada das montanhas pela Síria e aliados, apesar da presença israelense na região. O pesadelo da guerra civil recomeçava, assim como a violência sectária, enterrando de vez a esperança dos libaneses. Com a tenaz resistência libanesa, liderada pelas milícias da OAC¹⁵⁵, PCL e o PSNS, em Beirute, o *Tzahal* começou a recuar e se retirou do Chouf, não sem antes jogar seus dois aliados libaneses, as FL (maronitas de direita) e PSP (druzos), uns contra os outros (CORM, 2007: 544-45), em mais um demonstração de que o objetivo israelense era impedir por todos os meios a unificação do Líbano. Os druzos revidaram os ataques dos extremistas cristãos, massacrando e expulsando a população cristã do Chouf, provocando uma limpeza étnica (CORM, 2007: 544). A partir de então os cristãos libaneses seriam expulsos e massacrados, com apoio tácito dos israelenses, em várias cidades e aldeias, principalmente no sul do Líbano, num acúmulo de derrotas, abrindo uma profunda crise interna nas hostes maronitas (CORM, 2006: 213-18). Uma verdadeira guerra civil entre os próprios maronitas passou a ser travada, durando até o último dia da Guerra Civil, em 13 de outubro de 1990 (CORM, 2006: 213-18).

Em 17 de maio de 1983, sob pressão dos canhões americanos e israelenses, o presidente libanês Amin Gemayel assinava um Acordo de Paz entre Líbano e Israel, que legitimava a satelitização do primeiro diante do segundo. Este acordo jamais seria efetivado. Os sírios, os palestinos, os ‘muçulmanos’ e os ‘esquerdistas’ seriam os mais duros opositores de Amin Gemayel e do Acordo¹⁵⁶. A nova política soviética de Yuri Andropov foi o principal sustentáculo internacional desta *frente da rejeição* no Líbano. Damasco, percebendo seu isolamento no Líbano e no mundo árabe, começou a atacar os palestinos da OLP, que estavam dispostos a reconhecer Israel¹⁵⁷. Os sírios lançariam seus aliados libaneses e palestinos pró-

¹⁵⁵ Apesar da Organização de Ação Comunista (OAC) ter uma base de origem xiita, seu líder, na época, Elias Atallah, é de origem cristã maronita (LAURENS, 2005: 374).

¹⁵⁶ AL-ISSAWI, Omar (dir.). **The War of Lebanon** - Episode 12 – Chaos. Disponível em: <<http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=5900203653864989072&hl=en>>. Acesso em: 14/10/2006.

¹⁵⁷ Esta percepção síria de seu isolamento deveu-se, sobretudo, não apenas à ocupação israelense do Líbano, sem encontrar efetiva resistência do mundo árabe, colocando sírios e israelenses cara a cara, mas sim à Cúpula da Liga Árabe em Fez, no Marrocos, em setembro de 1982, na qual foi aprovado um plano de paz em que se reconhecia implicitamente o direito de existência de Estado de Israel nas linhas de cessar-fogo de 1949. Este plano foi apoiado inclusive pela OLP no momento em que Israel dava cobertura aos falangistas para massacrarem milhares de palestinos em Sabra e Chatila. Observando o apoio árabe, inclusive da OLP, a Israel, os sírios se voltariam à URSS, sob a liderança de Yuri Andropov, ex-chefe da KGB (serviço secreto soviético), amigo pessoal de Hafez el-Assad. Os sírios compraram inúmeros caças e reequiparam seu exército com armas

Síria contra Amin Gemayel, Arafat, EUA e Israel. Assim, a embaixada americana foi atacada duas vezes, entre 1983 e 1984, matando todo o *staff* da CIA em Beirute. O maior dos ataques da resistência libanesa contra as tropas americanas, que apoiavam Israel e Amin Gemayel, foi ao QG dos marines em 23 de outubro de 1983, quando mais de 243 soldados americanos e 59 pára-quedistas franceses foram mortos na explosão de um caminhão-bomba¹⁵⁸. Onze dias depois, seria a vez da administração israelense ser detonada em Tiro, sul do Líbano. Desmoralizados, americanos e franceses se retirariam do Líbano, encerrando as atividades da FMNP no país devastado. O *Tzahal* recuaria para o sul do país, aonde jogaria muçulmanos, cristãos, druzos e palestinos uns contra os outros (CORM, 2007: 559-63). O Líbano mergulharia no caos.

Mapa 22 – Relevo do Líbano e as Montanhas do Chouf

Fonte: (<http://www.maps.com>)

modernas. A URSS ofereceu todo apoio à 'reentrada' da Síria no Líbano, ao longo de 1983, como estratégia para barrar a influência americana no OM. Os resultados seriam positivos para a Síria, sem que os soviéticos pudessem desfrutá-los por muito tempo, devido à crise instalada após a prematura morte de Andropov, em 1984. Pela ousadia do apoio palestino a Israel, os sírios combateriam a OLP implacavelmente sobre todo o Líbano, numa paradoxal aliança tática com Israel (CORM: 2007: 546-47).

¹⁵⁸ AL-ISSAWI, Omar (dir.). **The War of Lebanon** - Episode 11 - Defeat of a Superpower. Disponível em: <<http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=4389666445184786408&hl=en>> . Acesso em: 14/10/2006.

Diante do dilaceramento do Líbano, num grau ainda mais sangrento do que o ocorrido entre 1975 e 1976, Síria e Arábia Saudita, apoiadas pelos EUA, patrocinam as Conferências de Genebra (novembro de 1983) e Lausanne (março de 1984), com os principais chefes milicianos libaneses, visando à estabilização do País dos Cedros, sem fazer referências quaisquer aos israelenses no sul do país, à OLP, que já estava retornando ao país, e às tropas sírias, estacionadas ao norte e a leste do território libanês. Estas reuniões não fizeram nada além de legitimar o poder dos senhores da guerra sobre o Estado e a divisão territorial do Líbano que estes promoviam mediante atos de limpeza étnico-confessional. A reunião de Genebra (novembro de 1983) ocorrera após a expulsão dos cristãos do Chouf pela milícia do PSP, de Walid Jumblat, apoiado por Síria e Israel, enquanto que a reunião de Lausanne (março de 1984) foi feita após o Amal, milícia ‘xiita’, liderada por Nabih Berri, apoiado pelos sírios, derrotar a milícia ‘sunita’ *Mourabitoun* (nasseristas) em Beirute Oeste, passando a controlar esse setor da cidade. Como resultado dessas conferências, o oligarca tripolitano Rachid Karame, pró-sírio e pró-americano, foi nomeado primeiro-ministro em 1984. Segundo o historiador espanhol Domingo Hayek (2006: 179-80), “este notável tripolitano forma um gabinete que compreende aos principais chefes das milícias, oficializando desta forma a divisão do país em guetos confessionais”. “O resultado”, conclui Hayek (2006: 180), “foi que cada ministro usou sua parcela de poder para reforçar a sua milícia e a parte do território que controlava”. A ‘via indireta’ proposta por Oded Yinon estava tendo resultados muito mais efetivos que a invasão israelense de 1982.

No sul do Líbano, Israel fixaria uma faixa de 10 km ao longo da fronteira líbano-israelense sob seu controle através do ESL, que forjaria uma aliança tática com o Amal contra os palestinos (GREISH e VIDAL, 1986: 33). Os israelenses ainda favoreceriam a formação e a presença do *Hizbollah*¹⁵⁹ na região de forma a ‘neutralizar’ a resistência laica libanesa,

¹⁵⁹ Hizbollah (*Hizb’Allah – Partido de Deus*) é uma milícia, partido, movimento político-social-religioso e uma organização não-governamental beneficente oriunda de uma dissidência islâmica da milícia Amal, a partir do final da década de 1970. A dissidência surgiu como oposição ao “pragmatismo” laico do líder Nabih Berri, refletido na participação deste no Comitê de Salvação Nacional formado pelo então presidente Elias Sarkis, tendo a participação do líder do PSP, Walid Jumblat, e das Falanges, Bachir Gemayel, num apoio implícito aos israelenses que invadiam o Líbano naquele momento. Berri se recusou a lutar contra os invasores, que bombardeavam o sul do Líbano e Beirute Oeste, devastando vilas e bairros de maioria xiita, assassinando milhares de pessoas. A invasão resultou no Primeiro Massacre de Sabra e Chatila, promovido pelos israelenses e falangistas, do qual ¼ das 3 mil vítimas fatais eram xiitas. Por este motivo, a ‘neutralidade’ do Amal foi vista como ‘traição’ aos próprios xiitas, que iniciaram a formação de uma resistência armada na capital libanesa, no sul do Líbano e no Vale do Beka’a, onde receberam apoio da Síria, isolada na luta contra Israel. A Revolução Iraniana de 1979 forneceria o aparato ideológico ao novo movimento xiita, que passaria a liderar a resistência árabe (libanesa e palestina) contra a ocupação israelense do sul do Líbano. Pelo fato do comunismo e dos nacionalismos laicos atraírem até então uma grande parte da comunidade xiita, o *Hizbollah*, durante seu

comunista, socialista e nacionalista (CORM, 2007: 555-59). Foi nessa região que o *Tzahal* e o ESL construíram os presídios de Al-Ansar e de Khiam, verdadeiros campos de concentração, onde cerca de 15 mil libaneses e palestinos eram presos, torturados e assassinados (CHOMSKY, 1999: 228-41).

Mapa 23 – Norte de Israel – Sul do Líbano balcanizado – ‘Zona de Segurança’

Fonte: (BARD, 2006: 88)

surgimento, em 1985, passou a atacar o PCL e a OAC, quase dizimando estes partidos. Para um histórico do movimento, ver Costa (2006), Karam (2010), Del Pino (1989), Corm (2007) e Deeb (2006).

Mapa 24 – Israel e a ‘zona de segurança’ no sul do Líbano (1982-2000)

Fonte: Magellan

Sem americanos e com os israelenses recuados, os sírios, equipados com novas armas soviéticas, passariam à ofensiva total para o domínio do Líbano, apoiando-se no ressentimento libanês anti-palestino¹⁶⁰. Sem apoio internacional e regional, Amin Gemayel faria uma visita a Damasco, numa humilhação pública diante de Hafez al-Assad, presidente sírio. Assim, o Acordo de Paz entre Líbano e Israel foi anulado em março de 1984.

A contra-ofensiva síria continuou. Tratava-se, desta vez, de um ‘acerto de contas’ com a OLP. Em 1983, na cidade de Trípoli, os palestinos apoiados por Damasco, a ELP, combatem os palestinos da OLP, que tentavam retornar ao Líbano. Bombardeado por sírios, israelenses¹⁶¹ e pela própria ELP, Arafat se retira definitivamente do Líbano, em dezembro de 1983. Entre 1983 e 1984, os xiitas do Amal, financiados e armados pela Síria, ao lado dos druzos do PSP, combatem os *mourabitouns*, nacionalistas nasseristas, majoritariamente sunitas, aliados da OLP, pelo controle de Beirute Ocidental, logrando o objetivo (LAURENS, 2005: 376-78).

Uma vez derrotados os *mourabitouns*, o Amal passou a combater os palestinos na Guerra dos Campos (1985-88) visando controlar todo o território libanês ao sul de Beirute Oeste. A geoestratégia da milícia ‘xiita’ passava mais uma vez pela expulsão pura e simples de toda a população palestina desses territórios, num movimento similar ao desenvolvido pelos ‘cristãos’ na conquista de Beirute Leste na Guerra Civil de 1975-76. Na Guerra dos Campos, o grupo xiita, liderado pelo atual presidente do Parlamento libanês, Nabih Berri, perpetraria um segundo massacre contra os palestinos nos campos de Sabra e Chatila, em 1985¹⁶², que foram arrasados, com centenas de mortos (CORM, 2006: 168). Querendo dominar o Líbano, o Amal, com decisivo apoio sírio, atacou as FL e a OLP simultaneamente. Os xiitas do *Hizbollah*, ao lado do PSP, passaram a apoiar a OLP contra o Amal. Um acordo tácito entre Israel e Amal contra os palestinos estava em vigor (GREISH e VIDAL, 1986: 63), quando, em 1986, uma das mais surpreendentes alianças foi forjada, entre as FL (autoras do primeiro massacre de Sabra e Chatila) e a OLP (CORM, 2007: 561-62, 575; FRIEDMAN, 1991: 184). Em resposta, Israel passou a apoiar a presença do Amal no sul do Líbano (KARAM, 2010: 59).

¹⁶⁰ AL-ISSAWI, Omar (dir.). **The War of Lebanon** - Episode 12 – Chaos. Disponível em: <<http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=5900203653864989072&hl=en>> Acesso em: 14/10/2006.

¹⁶¹ Os israelenses bombardearam as tropas da OLP não para destruí-las, mas sim para que fossem encurraladas pelos sírios e aliados, fazendo, deste modo, as tropas de Arafat se retirarem da cidade passando pelo controle de Israel. Foi a primeira aliança tácita entre Israel e OLP contra a Síria, cujos resultados se ressentem até os dias atuais, como podemos observar na guerra civil palestina de 2007 na Faixa de Gaza.

¹⁶² No ápice da Guerra dos Campos entre Amal e OLP, em 06/02/1987, um xeque sunita emitiu uma *fatwa* (decreto religioso) autorizando os refugiados palestinos do campo de Bourj al-Burajneh a comerem carne humana desde que fosse de pessoas mortas (FAVRET, 1990: 274).

Esta inacreditável aliança entre falangistas e palestinos, quatro anos após os massacres de Sabra e Chatila (1982) e dez após Tal al-Za'atar (1976), foi consequência também da cisão ocorrida dentro das FL, iniciada na *Intifada* (insurreição em árabe) de março de 1985, quando Samir Geagea (autor do Massacre do Éden, 1978) e Elie Hobeika (um dos autores do Massacre de Sabra e Chatila) tomaram o poder na milícia, cujo chefe era um aliado de Amin Gemayel. Os dois líderes 'cristãos' estavam insatisfeitos com a aproximação de Gemayel com a Síria. Esta rebelião provocou o massacre de cristãos em Sidon, por milicianos 'muçulmanos', durante a retirada do *Tzahal* para o sul do Líbano, em abril de 1985. Os atritos entre Gemayel, Hobeika e Geagea logo se tornaram numa luta entre Geagea e Hobeika, que passou a apoiar abertamente a Síria, em julho de 1985, momento em que o Amal (pró-sírios) estava atacando os palestinos. Em dezembro do mesmo ano, Hafez al-Assad convocou a Damasco os líderes das três principais milícias Nabih Berri (Amal), Walid Jumblat (PSP) e Elie Hobeika (Falanges) para assinarem um acordo, que ficou conhecido como Tripartite, reconhecendo *de fato* a divisão territorial do Líbano, uma vez que a presença israelense no sul do Líbano não era mencionada. Neste acordo, ficou acertada a supressão do regime confessional e a manutenção das tropas sírias em território libanês. Mais uma vez, o enfoque da crise libanesa adotado era de que ela se tratava simples e unicamente de uma guerra entre cristãos e muçulmanos. Mas, longe de trazer a estabilidade, o trato serviu apenas como mais um pretexto para a continuidade da guerra.

O presidente libanês se opôs frontalmente ao pacto e Samir Geagea (FL) se reconciliaria com Amin Gemayel dando prosseguimento à guerra contra Elie Hobeika, no início de 1986. Este último, apoiado pelo PSP e o Amal, acabou sendo derrotado pela FL de Geagea, que continuava sendo apoiado por Israel. Em resposta, a Síria ordenou o bombardeio ao palácio presidencial de Ba'abda, assim como uma frente pró-Damasco foi formada pelo PSP, Amal, PCL, PSNS, Marada e as FL-Hobeika. Ainda em resposta ao desafio de Gemayel, uma série de carros-bombas explodiu em Beirute Oriental, 'zona cristã', matando centenas de pessoas. Foi quando a crise dos reféns eclodiu com uma série de sequestros de estrangeiros ocidentais realizada pelas milícias *Jihad al-Islami* e *Hizbollah*, patrocinadas pelo Irã, para serem trocados por dezenas de milhares de libaneses e palestinos sequestrados que estavam sob a custódia de Israel no sul do Líbano (Kham e al-Ansar) e no próprio Estado hebreu. A maioria dos libaneses sequestrados pelos israelenses era de habitantes do sul do Líbano, onde o *Tzahal* vinha implantando uma política de 'Punhos de Ferro', uma brutal campanha militar de combate à resistência anti-ocupação. Milhares de aldeões, majoritariamente xiitas, eram

submetidos a todas as formas de humilhação e violência, quando não eram presos sem explicações ou assassinados pelo exército israelense ou pela milícia pró-sionista do ESL.

Não durou muito tempo para a imprensa libanesa denunciar que Israel, apoiado tacitamente pelos EUA, estava vendendo armas americanas aos *aiatolás* do Irã, durante a Guerra entre Irã e Iraque (SHLAIM, 2004: 496-99). O escândalo do comércio de armas entre EUA, Israel e Irã, conhecido como *Irangate*, de grande repercussão midiática, quase derrubou o segundo mandato do presidente americano Ronald Reagan. Ele revelava também que as geoestratégias dos EUA (a contenção da URSS) e de Israel ('aliança da periferia') não haviam sido desativadas após a Revolução Iraniana de 1979. Entretanto, este escândalo revelou o jogo duplo de Washington com relação ao Iraque e ao Irã, promovendo a destruição de ambos. Ao mesmo tempo, o escândalo ajudou a desestabilizar ainda mais o Líbano. A milícia Amal, que tentava dominar todo o sul do Líbano, passou a combater o *Hizbollah* não apenas para libertar os reféns, mas, também, para ter o domínio absoluto sobre os xiitas e os seus territórios. A ascensão dos xiitas também era resultado da crescente marginalização política e militar dos sunitas, que não tinham mais milícias próprias desde a derrota de 1984, e demográfica dos druzos, que ainda controlavam o território do Chouf.

Com uma força ascendente no cenário político libanês, os xiitas estavam divididos em três grandes milícias, *Hizbollah*, Amal e o ESL, que receberam os respectivos apoios iraniano, sírio e israelense, e passaram a combaterem entre si. O Amal catalisou para si uma espécie de 'alergia anti-Síria', que varreria o Líbano a partir de 1986. Pouco a pouco, todas as milícias 'muçulmanas' passariam a combatê-la, beneficiando a OLP, devastando Beirute Ocidental. A primeira aliança anti-Amal foi a já mencionada FL-Geagea-OLP, apoiada por Gemayel e implicitamente por Israel. Com o prolongamento da Guerra dos Campos, os druzos do PSP, que temiam o expansionismo territorial da milícia de Nabih Berri sobre o Chouf, passaram a combatê-lo. Ao PSP se juntaria o PCL e não tardou o *Hizbollah*, rival de Berri, a apoiar a OLP. No que se refere às alianças regionais, esta coalizão heterodoxa e não articulada anti-Síria, formada pela OLP, FL, PSP, PCL e *Hizbollah*, promovia em território libanês um alinhamento tático e tácito entre Israel, Irã, Jordânia e Iraque contra a Síria. A relativa vitória iraquiana na guerra contra o Irã, já visível em 1985, fez Saddam Hussein se imiscuir cada vez mais na política libanesa, reforçando os inimigos da Síria, muitos dos quais eram aliados de Israel, como era o caso da extrema-direita 'cristã' (as FL-Geagea). Foi o que cimentou o acordo entre falangistas e a OLP, aos quais se juntaria o *Hizbollah*, que se beneficiava da

infra-estrutura deixada pelos palestinos no sul do Líbano na guerra contra a ocupação israelense¹⁶³.

Em fevereiro de 1987, a Síria invadiria Beirute Ocidental para impor a ordem e impedir a derrocada final do Amal, combatendo o *Hizbollah* e o PSP, até então seus aliados. A esta altura, o exército libanês já havia se desintegrado pela segunda vez em decorrência da maciça deserção de soldados xiitas para a milícia Amal. Todavia, o retorno da Síria a Beirute não sofreu qualquer sanção por parte dos EUA ou mesmo de Israel. Isto significava que toda estratégia israelense que pôs em marcha a invasão de 1982 havia fracassado, a despeito dos 20 mil mortos durante a *Operação Paz para a Galiléia*. Foi com esta percepção que Washington iria se reaproximar da Síria, para impôr uma nova gestão da crise libanesa.

O fim da guerra entre o Amal e os palestinos, em 1987, com a derrota dos milicianos xiitas e a morte de mais de três mil pessoas, não cessou a violência em Beirute e nem no Líbano; ela só daria vez a guerras intrapalestina e intraxiita, resultado da presença síria e israelense no território libanês. Em dezembro de 1987, eclodia nos Territórios Ocupados por Israel a *Intifada* (*levante* em árabe), a ‘rebelião das pedras’ palestina, resultante da derrota da OLP no Líbano na tentativa de criar o Estado palestino e da repressão israelense nos territórios ocupados, refreando momentaneamente a impulsão geoestratégica israelense do OP. A ‘saída’ de Israel provocará mais uma guerra entre Amal e *Hizbollah*, na luta pelo controle do sul do Líbano, entre 1988 e 1990, que provocaria a morte de mais de 2 mil pessoas (CORM, 2007: 590). Esta guerra inter-xiita era um reflexo dos desencontros entre Damasco e Teerã e a aproximação dos sírios com os sauditas, na busca de financiamentos para a economia síria em crise. Durante o verão de 1988, no apogeu da *Intifada* palestina nos territórios ocupados por Israel, os campos de Sabra e Chatila e Bourj al-Burajneh seriam alvos de mais um ataque, desta vez, perpetrados pelos próprios palestinos da ELP, causando a morte de centenas de pessoas¹⁶⁴.

Àquela altura, o governo de Beirute, cujo domínio se restringia a alguns quarteirões da capital, estava paralisado pelo assassinato do primeiro-ministro Rachid Karame, em junho de 1987, após a explosão do helicóptero em que viajava. Ele foi substituído por Salim al-Hoss, que mantinha relações tensas com o presidente Amin Gemayel. Quando a Guerra Irã-Iraque

¹⁶³ A bem da verdade, apesar da mídia ocidental insistentemente afirmar que o Irã apoia o *Hizbollah* – como se Israel não apoiasse o ESL e as FL –, é difícil acreditar que a OLP não treinasse os militantes xiitas, uma vez que eram os guerrilheiros palestinos, além do PSNS, os combatentes mais experientes na luta contra a ocupação israelense. O Irã, porém, jamais combateu militarmente Israel em toda sua existência, portanto, a presença de integrantes Guarda Revolucionária Iraniana no Beka’a deve ser entendido não mais do que um apoio logístico.

¹⁶⁴ O ataque da ELP aos campos de Sabra e Chatila no verão de 1988 é também chamado *Terceiro Massacre de Sabra e Chatila*.

foi encerrada, em julho de 1988, o Iraque, sob o governo de Saddam Hussein, passou a intervir na crise libanesa com mais intensidade que, como todas as intervenções, só levaram ao agravamento dos conflitos. Armas e dinheiro fluíram para as milícias anti-sírias (FL e OLP). As forças de Yasser Arafat, por sua vez, repassam muitas destas armas e dinheiro para o *Hizbollah* na guerra contra o Amal. Foi nesse momento que a Síria iniciou o processo de escolha para um sucessor de Amin Gemayel, cujo mandato expiraria em 22 de setembro de 1988, gerando mais instabilidade em decorrência das eleições dos últimos três presidentes sob as baionetas de exércitos estrangeiros. Surpreendentemente, os EUA deram aval à iniciativa síria, enviando o embaixador especial Richard Murphy a Damasco para discutir a sucessão presidencial do Líbano. Os sírios decidem apoiar Mikhael Daher, um maronita pró-Damasco, após se verem impossibilitados de imporem Suleyman Frangieh, inimigo mortal do clã Gemayel. EUA e Síria exerceram intensa pressão para a eleição de Daher. Murphy chegou a declarar à imprensa a famosa frase: “Daher ou o caos!” (CORM, 2006: 152). A imposição sírio-americana surtiu efeito contrário e os deputados cristãos, apoiados pelo Iraque, se recusaram a aceitá-la.

Deste modo, Amin Gemayel chegou ao último dia de seu mandato sem sucessor eleito. Nos últimos minutos de governo, na noite de 22 de setembro de 1988, o general Michel Aoun deu-lhe um ultimato (de fato, um golpe de Estado) e obrigou o presidente a nomear um governo militar com cinco membros (dois cristãos e três muçulmanos). Os militares muçulmanos se recusaram a assumir as funções, ficando apenas um ministro cristão, com a chefia de governo com o general Aoun. Os muçulmanos consideraram o governo do general uma ruptura do Pacto de 1943. Imediatamente, sob o patrocínio sírio, Salim al-Hoss foi nomeado primeiro-ministro. Em 23 de setembro de 1988, o Líbano encontraria dois governos, o de Michel Aoun, apoiado pelo Iraque e discretamente por Israel, e o de Salim al-Hoss, apoiado pela Síria. Cada um nomeou seus ministros e comandantes militares. Surpreendentemente, os dois governos coexistiram e a burocracia não parou de funcionar (CORM, 2006: 153).

O general Michel Aoun foi aos poucos conquistando simpatias em todo mundo, especialmente no mundo árabe e na França, por defender a libertação do Líbano das tropas estrangeiras (leia-se Síria), sem mencionar de maneira explícita a ocupação israelense do sul do país. Aoun, ao visitar a Tunísia, em janeiro de 1989, recebeu a visita efusiva de Yasser Arafat, a despeito do general libanês ter sido um simpatizante das Falanges, autoras dos massacres Tal al-Za'atar (1976) e de Sabra e Chatila (1982). O general libanês percebeu, em decorrência do bloqueio às eleições presidenciais pelas milícias e pela Síria, que a autoridade

do Estado deveria ser restabelecida. Com as armas e dinheiro do Iraque e da França (CORM, 2006: 156), em fevereiro de 1989, Aoun iniciou uma campanha de fechamento dos portos ilegais controlados pelas milícias, no que resultou o confronto com as FL de Samir Geagea. Sua guerra contra as milícias ganhou enorme popularidade no Líbano, até mesmo entre os muçulmanos e os membros do governo de al-Hoss. Geagea se renderia ao general, após a devastação de Beirute Oriental. Um ataque, sem origem conhecida, a escolas em Beirute Leste, levou o general a combater as tropas sírias estacionadas em território libanês, em março de 1989, a chamada *Guerra de Liberação*, que devastaria o que restava da capital libanesa. Sua campanha contra a ocupação síria ganhou grande repercussão na mídia mundial e enorme apoio dos cristãos maronitas no Líbano. O líder militar passou a ser visto por muitos libaneses (não necessariamente cristãos) como ‘patriota’. O mais expressivo apoio da comunidade muçulmana ao general Michel Aoun veio do Grande *Mufti* da República Hassan Khalid, assassinado misteriosamente em maio de 1989 (CEDARLAND). Mais de mil pessoas morreram no conflito (CEDARLAND), num dos combates mais sangrentos desde a invasão israelense de 1982. Apesar das tentativas de mediação da LEA para pôr fim à guerra, os enfrentamentos prosseguiram. Foi então que EUA e Arábia Saudita decidiram isolar o general e fazer um acordo com a Síria para cessar o conflito (HAYEK, 2006: 185), em setembro de 1989. Fatores geopolíticos pesaram sobre condescendência saudita aos sírios, como nos revela Georges Corm (2006: 157):

(...) Fiel a sua [da Arábia Saudita] política de dividir para reinar no mundo árabe, o governo saudita não podia dar vantagem decisiva ao Iraque, que, após sua recente vitória no conflito com o Irã, se convertera em uma potência significativa. Sua intervenção, se houvesse tido êxito, para libertar o Líbano do domínio sírio e o crescente apoio que dava à causa palestina eram suscetíveis de converter o presidente iraquiano no árbitro do mundo árabe. Além disto, a princípios do mês de fevereiro desse ano [1989], Iraque, Egito, Iêmen e Jordânia havia criado um acordo regional, que poderia constituir um contrapeso à influência das monarquias petrolíferas do Golfo, já agrupadas desde 1981 no Conselho Cooperativo do Golfo [CCG]. A Arábia Saudita não tinha o interesse de ver a Síria isolada e debilitada em proveito do Iraque. (Tradução livre nossa).

Em 22 de outubro de 1989, celebrou-se em Taëf, sede de uma base americana na Arábia Saudita, um acordo de paz. A maioria dos deputados libaneses¹⁶⁵ rubricou o novo pacto. A entente aprovada pelos parlamentares libaneses consagrava: o conceito de relações privilegiadas com a Síria, a redução dos poderes do presidente da República, o aumento de poderes do primeiro-ministro, a divisão igualitária confessional das cadeiras do parlamento na proporção de 5/5, o desarme de todas as milícias excetuando as da resistência libanesa e os

¹⁶⁵ Estes deputados eram remanescentes e, por que não dizer, sobreviventes das eleições legislativas de 1972, as últimas do Líbano até então.

palestinos dentro dos campos de refugiados, sem mencionar, entretanto, a saídas das tropas sírias e, muito menos, israelenses. De fato, reconhecia-se a divisão territorial do Líbano.

Os Acordos de Taëf, como ficariam conhecidos, não levaram o Líbano à paz. Pelo contrário, a entente sofreu uma forte oposição libanesa, especialmente entre os xiitas e maronitas. Internacionalmente, a oposição aos Acordos vieram do Vaticano, do Iraque e da OLP. Em 7 de novembro de 1989, René Moawad foi eleito presidente, sob pressão síria. Moawad tentou formar um governo de ‘reconciliação nacional’. Três semanas após eleito, foi assassinado num atentado que explodiu seu carro em Beirute Oeste, zona sob proteção síria. Uma nova eleição foi realizada em 24 de novembro, resultando na vitória de Elias Hraawi; Salim al-Hoss foi mantido como primeiro-ministro. O novo presidente se negou a fazer qualquer gesto de reconciliação com Michel Aoun, que estava cada vez mais isolado, pois Samir Geagea, após curta reconciliação com o general, passou a combatê-lo novamente, em defesa, desta vez, dos Acordos de Taëf. Os sírios ficaram preocupados sem saber a quem apoiar, pois Geagea era aliado de Israel, que não admitia a supressão das FL, e Aoun era inimigo declarado de Damasco e aliado fiel de Bagdá e da OLP. O *Hizbollah* também se opôs aos Acordos, dando continuidade à guerra contra o Amal, favorável à entente. O ciclo de violência retornava ao Líbano no início de 1990.

Em 2 de agosto de 1990, o Iraque, sob a liderança de Saddam Hussein, invadia e ocupava o Kuwait, anexando o xecado, tomando posse de suas imensas jazidas de petróleo, suficientes para pagar as dívidas contraídas ao longo da Guerra Irã-Iraque. A invasão causou um choque na geopolítica norte-americana. Em resposta, os EUA organizaram uma grande coalizão internacional, incluindo países árabes, a partir de agosto de 1990, para expulsar as tropas do país mesopotâmico do Kuwait. Hafez al-Assad percebeu a tripla oportunidade que a adesão à coalizão pró-EUA lhe oferecia: primeiro, se aproximar de Washington; segundo, dominar o Líbano; e terceiro, destruir seu inimigo, o Iraque. Os americanos pressionaram a Síria a entrar no Líbano para encerrar a guerra civil, pois precisavam eliminar uma fonte de instabilidade num momento em que necessitavam se concentrar nos preparativos para a guerra ao Iraque. A Síria recebeu o ‘sinal verde’ dos americanos para impor sua ordem no Líbano. No dia 13 de outubro de 1990, tropas combinadas sírias e libanesas – estas últimas comandadas pelo general e futuro presidente do Líbano Émile Lahoud – foram enviadas a Beirute para tomar de assalto o palácio presidencial e prender o general ‘rebelde’ Michel Aoun. Seguiu-se, então, um banho de sangue que não se via desde a invasão israelense de 1982. Mais de 700 pessoas morreram em apenas 8 horas de combate, o que supera qualquer

ataque israelense sobre o Líbano¹⁶⁶. Aoun foi desalojado do Palácio Ba'ada, onde estavam concentradas milhares de pessoas favoráveis ao militar 'rebelde'.

Se a Guerra Irã-Iraque (1980-88) acabaria fornecendo o pretexto para Israel invadir o Líbano, em 1982, iniciando a chamada Guerra do Líbano, a Guerra do Golfo (a segunda?), que seria deflagrada em 17 de janeiro de 1991, encerraria a Guerra Civil Libanesa, em 13 de outubro de 1990. O que demonstra que há uma complexa relação entre fatores endógenos e exógenos na eclosão, condução e extinção das guerras do Líbano.

¹⁶⁶ Ver o site Liberty 05. Disponível em: < <http://www.liberty05.com/civilwar/civil5.html> > . Acesso: em 15/03/2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra Civil Libanesa foi encerrada em 13 de outubro de 1990, dia da unificação da Alemanha. A direita ‘cristã’ libanesa, a comunidade muçulmana sunita e, principalmente, os palestinos foram os grandes derrotados do longo conflito. Como coroamento dessa derrota e da implosão da comunidade cristã maronita, o general Michel Aoun foi exilado na França; Danny Chamoun (filho do ex-presidente Camile Chamoun), líder da extinta milícia Tigres e aliado de Bachir Gemayel, foi assassinado, junto com sua família, em Beirute no dia seguinte ao encerramento da guerra, em 14 de outubro de 1990. Para os palestinos, uma sentença cruel foi imposta pela Síria: Elie Hobeika, co-autor confesso do Primeiro Massacre de Sabra e Chatila (1982), foi nomeado pelo presidente libanês Elias Hraowi, por imposição do presidente sírio Hafez al-Assad, ministro das Populações Deslocadas, no dia seguinte ao fim das hostilidades abertas¹⁶⁷. Em 1992, ele foi nomeado ministro dos Assuntos Sociais e dos Deficientes Físicos. Quatro anos depois, foi transferido para a pasta de Eletricidade e Água. Acreditamos que esta imposição de Damasco tinha motivações geopolíticas: primeiro, era uma resposta ao reconhecimento da OLP ao Estado de Israel, na cúpula palestina de Argel, em 1988; segundo, era uma forma de intimidar os palestinos nos campos de refugiados no Líbano; e, por fim, uma maneira de aprofundar a divisão na direita ‘cristã’, cindindo tanto as FL, de Samir Geagea (pró-Israel), como também as Falanges, de Amin Gemayel (pró-Israel). Elie Hobeika seria um dos homens ‘intocáveis’ da Síria no Líbano até a morte de Hafez al-Assad em 2000.

Porém, o fim do longo conflito foi marcado também pela ascensão do poder da comunidade xiita e a vitória incontestada da Síria, apoiada pelos EUA, dentro de uma coalizão anti-iraquiana para expulsar as tropas de Saddam Hussein no Kuwait. A Síria, favorecida pelos Acordos de Taëf, passaria a dominar o Líbano em condomínio com a Arábia Saudita e com o beneplácito dos EUA. Em 20 de maio de 1991, os sírios assinariam junto com os libaneses o Tratado de Fraternidade, Cooperação e Coordenação, na qual vincularam-se os desígnios da Síria aos do Líbano. Num dos artigos do Tratado, estabelecia que para a

¹⁶⁷ MOSTYN, Trevor. **Elie Hobeika**: lebanese militia leader who massacred civilians. The Guardian. 25 de janeiro de 2002. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2002/jan/25/israelandthepalestinians.lebanon>> Acesso em: 14/06/2011.

segurança da Síria haveria a necessidade de manutenção de tropas em solo libanês enquanto exércitos estrangeiros ameaçassem sua soberania (COSTA, 2006: 134).

A Guerra Civil Libanesa foi uma guerra de extermínio que custou a vida, em estimativas mais conservadoras, de 144.240 pessoas, num país cuja população era estimada em 3 milhões de pessoas em 1975¹⁶⁸ (GATTAZ, 2005: 55). Destas vítimas fatais, 129.819 eram civis (GATTAZ, 2005: 55). Cerca de 197.506 pessoas ficaram feridas, outras 17.415 desapareceram, 950 mil deixaram o país e 800 mil foram deslocadas internamente (GATTAZ, 2005: 55). Estes números significam que cerca de 67% da população do país foram afetados pelos conflitos que dilaceraram o pequeno país dos cedros.

No que se refere à economia, o PIB¹⁶⁹ libanês passou dos US\$ 3,479 bilhões em 1974 para US\$ 2,137 bilhões em 1990 (LABAKI e RJEILY, 1993: 193), sem descontar a inflação em dólar. A mesma queda se verificou na renda per capita, dos US\$ 1.464, em 1974, para os US\$ 1.112, em 1990. Após a invasão israelense de 1982, a inflação ‘pulou’ dos 7% ao ano em 1983 para os 15% anuais em 1984, saltando para 487% em 1987, caindo para os 62,8% em 1990, após a retirada das tropas israelenses de grande parte do território libanês (LABAKI; RJEILY, 1993: 203). Os índices inflacionários eram, portanto, muito inferiores aos de Israel, Brasil e Argentina, no mesmo período (ARIDA, 1986). Estas cifras dão uma dimensão da destruição da infra-estrutura do país, da paralisação dos serviços e da produção industrial, da destruição das terras aráveis, do envenenamento das águas pelas milícias. A fuga em massa das populações em busca de refúgios ou mesmo da adesão destes civis ao ‘emprego’ nas milícias também afetaram a economia. Desta forma, a população libanesa economicamente ativa que era de 744.098 pessoas, em 1974, numa população de 2,730 milhões à época, passou para 452.900 pessoas, em 1985 (LABAKI e RJEILY, 1993: 188). As Guerras de 1975-90 também marginalizaram o Líbano como principal praça comercial e financeira e centro turístico do OM, posições que foram tomadas por Dubai, nos Emirados Árabes Unidos (VERDEIL, FAOUR e VELUT, 2007).

Por estes números expressivos de perdas humanas e de destruição material não temos dúvidas que o objetivo não declarado das diversas milícias libanesas combatendo sob os mais diversos rótulos – ‘progressistas’, ‘conservadoras’, ‘direitistas’, ‘comunistas’, ‘liberais’, ‘esquerdistas’, ‘revolucionárias’, ‘reacionários’, ‘islâmicas’, ‘cristãs’, ‘atéias’, ‘nacionalistas’ e ‘internacionalistas’; além das milícias palestinas e dos exércitos da Síria e Israel – era o de

¹⁶⁸ Em termos proporcionais, este número ‘conservador’ de vítimas fatais representa 4,8% da população libanesa total estimada em 1975 (GATTAZ, 2005: 55). Para termos de comparação com o Brasil de hoje (2011), com seus 190 milhões de habitantes, seria como se 9.120.000 de pessoas tivessem morrido.

¹⁶⁹ PIB (produto interno bruto) é a soma de todas as riquezas de um país.

destruir o Estado libanês, seu povo e seu governo. Somada a esta terrível constatação, temos a revelação do *Atlas du Liban – territoires et société*, publicada pelo CNRS e IFPO, em 2007, sobre o genocídio perpetrado contra a população palestina. Segundo a referida obra (VERDEIL, FAOUR e VELUT, 2007: 88), entre 50 mil e 75 mil palestinos civis e milicianos foram assassinados na longa Guerra do Líbano, entre 1975 e 1990, números que correspondem de 33% a 50% das vítimas fatais do conflito. O que significa que os palestinos foram os principais alvos dos combates, uma vez que a população palestina não ultrapassa a marca dos 10% do total de habitantes do Líbano.

De fato, os palestinos seriam vítimas das três grandes invasões estrangeiras do Líbano, ocorridas nas guerras entre 1975 e 1990, a saber: síria (1976) e as duas israelenses (1978 e 1982), que tiveram como propósito inicial neutralizar as ações armadas da OLP no Líbano. Seis grandes massacres contra os palestinos foram promovidos: Karantina (1976), Dbayeh (1976), Tal al-Za'atar (1976) e os três de Sabra e Chatila (1982, 1985 e 1988), cujos números de vítimas somadas totalizam mais de 10 mil palestinos. Foi o alto preço que pagaram por promoverem ações armadas no sul do Líbano contra Israel. A presença armada dos palestinos serviu de pretexto para que a direita 'cristã' retornasse ao projeto de *Marunistão* (Estado maronita) apartado do mundo árabe e aliado de Israel. Além disto, a resistência palestina e as represálias violentas de Israel catalisaram as comunidades xiitas no sul do Líbano, que foram politizadas muito antes da Revolução Iraniana de 1979. Os palestinos também passaram a sofrer pressões das potências regionais que patrocinavam suas ações armadas (especialmente Líbia e Iraque), o que criou aversão nos regimes conservadores árabes, especialmente a Arábia Saudita.

Toda esta devastação libanesa se insere num quadro maior de desintegração, inclusive territorial, do mundo árabe iniciado no séc. XIX, ainda sob o domínio do Império Otomano, quando este se convertera numa zona de confrontação entre as potências europeias, que disputavam o domínio das rotas para a Índia e o Extremo-Oriente. Foi a disputa entre a França, Rússia e Inglaterra por estas rotas e pelo controle dos territórios otomanos, através da manipulação da política e religiosa regional do OM, que abriu o caminho para introdução do capitalismo na região, desagregando as estruturas tradicionais daquelas sociedades levantinas. As Montanhas do Líbano, administradas por conselhos formados por comunidades confessionais, serviram como zona privilegiada dos choques entre a Inglaterra e a França, após a divisão deste território em dois distritos em 1842. A partir desse momento, as comunidades religiosas passariam a sofrer um processo de politização, se tornando clientes de

líderes locais (*zuama*) que, por sua vez, atendiam a seus patrocinadores regionais e internacionais.

Não foi difícil para essas potências europeias aprofundarem as divisões que o próprio capitalismo potencializava, promovendo sempre a divisão territorial do mundo árabe – a balcanização. A partir do séc. XX, a intervenção da Inglaterra e da França seria direta, através do sistema de mandatos, que permitiram a formação dos Estados nacionais ao mesmo tempo em que impediam o pleno desenvolvimento do nacionalismo árabe, geopolítica que resultou na formação do Estado de Israel. Estas novas estruturas de gestão territorial (os Estados nacionais) naquela região se revelariam portadoras de novas instabilidades com limites mal definidos e divisões sectárias. Estava aberto, portanto, o caminho para a *libanização* em larga escala do mundo árabe, marcada pelo aumento dos conflitos intra-árabes, que permanecem até os dias atuais.

Estes conflitos foram resultantes, dentre vários fatores, em seus primeiros momentos, dos choques entre os Estados nacionais, que emergiram do sistema mandatário franco-britânico, e a ideologia pan-arabista, que apregoava da união da nação árabe num único Estado. Quanto mais o processo de desintegração se aprofundava mais o discurso integrador se fazia presente. Não demorou muito para que o discurso do pan-arabismo servisse a projetos não de integração nacional, mas, sim, de anexação e expansão territorial – como foi o caso egípcio nos anos 1950, que sofria oposição das monarquias conservadoras da Península Arábica –, acirrando ainda mais as divisões internas do mundo árabe ao longo das décadas de 1950 e 1960. No entanto, a derrota humilhante dos árabes frente a Israel em 1967 enterrou o projeto pan-arabista, do qual o Egito era o líder.

A derrota na Guerra de 1967 fez o *raïs* Nasser e o seu sucessor menos carismático Anwar el-Sadat optarem pelo nacionalismo egípcio em detrimento do árabe. A opção ‘Egito Primeiro’, patrocinado pela Arábia Saudita, marcando o fim da Guerra Fria no OM, e cujo ápice foi a assinatura do Acordo de Camp David (1978) e do Tratado de Paz de Washington (1979), entre Egito e Israel, conduziu a estabilidade mundo árabe ao colapso total, levando a uma multiplicação de conflitos intra-árabes, da qual a *libanização* do Líbano, entre 1975 e 1990, foi apenas um dos seus reflexos.

Numa análise geopolítica das Guerras do Líbano travadas entre 1975 e 1990, levando-se em conta que o início dos combates teve início na mini-guerra civil de 1958, prosseguindo intermitentemente até o cessar-fogo de 2008, nos Acordos de Doha, elas têm origem numa complexa relação entre fatores endógenos – pois *de fato* foi uma Guerra Civil – e exógenos. Elas estão relacionadas ao tipo de Estado fundado em 1920, que emergiu em 1943 num frágil

acordo não escrito entre duas entidades cujos contatos foram mínimos desde o séc. XIII, após as conquistas mamelucas através das expulsões dos mongóis e dos cruzados, até meados do séc. XIX, quando se iniciou o desmonte do Império Otomano, sob a pressão das potências européias. Referimo-nos à entidade urbana e mercantil do litoral sírio, marcada pela *transortodoxia* sunita-greco-ortodoxa-greco-melquita, e à entidade rural e feudal das Montanhas do Líbano, marcadas pela *trans-heterodoxia* maronita-druzo-xiita. A junção da forçada da Montanha com o Litoral pela intervenção mandatária da França, atendendo aos reclames dos patriarcas maronitas, resultou na formação do Grande Líbano confessional em detrimento da Grande Síria árabe, constitucional, democrática e laica, proclamada pelo II Congresso Árabe-Sírio de 1920.

Em 1943, um Pacto Nacional foi forjado entre as elites cristã maronita e muçulmana sunita, onde ficou acertada a neutralidade geopolítica baseada em dois princípios: primeiro, a república oligárquica liberal mercantil; e, segundo, uma ponte entre o Ocidente e o Oriente (CORM, 2006). A partir de 1947, com a balcanização da Palestina, logo após a independência da Síria (1946), o Líbano passou a ser pressionado por dois projetos geopolíticos, o da Grande Síria e o do Grande Israel, dada sua posição geográfica de acesso ao *hinterland* sírio, à bacia hidrográfica do Jordão e à Galiléia, norte de Israel. Seu relevo montanhoso fornece uma muralha de defesa natural para Damasco, capital síria, assim como lhe propicia os raros rios perenes do OP, o que o torna alvo da cobiça do árido Estado de Israel.

Para resistir a estas pressões geopolíticas dos países vizinhos, o Líbano deveria adotar mudanças políticas que fortalecessem o poderio estatal para que o tornassem verdadeiramente soberano (CORM, 2006). Não foi o que ocorreu a partir de 1943, quando foi estabelecido o sistema comunitário, baseado na divisão confessional do poder entre os clãs tradicionais de cada comunidade, criando uma política clientelista que, somada ao liberalismo econômico, iria provocar a erosão da estrutura estatal. Esta conjunção de liberalismo e confessionalismo se tornaria explosiva por favorecer uma pequena elite mercantil e financeira, em detrimento da agricultura e da indústria (CORM, 2006). Ela beneficiou um seleto grupo de clãs maronitas e sunitas, sem alterar as estruturas feudais das comunidades druzas e xiitas. Esta política liberal e oligárquica (*zuama*) propiciou a emergência de classes burguesas e médias urbanas cristãs maronitas, enquanto que os xiitas, submetidos ao poder oligarca dos clãs, viviam marginalizados nas zonas rurais no sul do Líbano (*Jabal Amil*), no Vale do Beka'a e no sul da capital libanesa, onde se formou um cinturão de pobreza. O liberalismo havia polarizado política, econômica e espacialmente a sociedade libanesa ao gerar a oposição entre o campo e

a cidade, promovendo uma instabilidade política que aos poucos se tornaria crônica, levando aos choques de 1958 e de 1975-90.

Ao debilitar a estrutura estatal, o modelo liberal-oligarca-confessional reduziu o Líbano à condição de Estado-tampão. De acordo com Georges Corm (2005 B),

(...) un Estado tampón es el que está situado en el centro de una zona de confrontaciones estratégicas entre potencias regionales o internacionales. Se caracteriza por la existencia de un poder “blando” o inestable y con frecuencia por una fragmentación social que no logra reducir. La naturaleza blanda del Estado tampón atrae a las potencias que lo convierten en sitio de cómodo enfrentamiento donde cada uno trata de marcar puntos y de reafirmar su poderío en detrimento de los demás.

Foi para reverter a condição de Estado-tampão após os choques entre as forças ‘pró-ocidentais’ (majoritariamente cristãs), lideradas pelo então presidente Camile Chamoun, e as ‘pró-nasseristas’ (majoritariamente muçulmanas), lideradas por Kamal Jumblat, terem permitido a intervenção militar dos EUA, em 1958, que o presidente Fouad Chehab iniciou as reformas sociais e econômicas para dotar o Líbano de um efetivo poder centralizado, buscando reduzir, senão eliminar, as tensões sectárias (CORM, 2006). Estas reformas tinham o propósito de criar uma indústria e uma agricultura desenvolvidas, tornando o país menos dependente da economia internacional, marginalizando o tradicional poder das oligarquias confessionais (*zuama*). Por não poder superar a forte oposição liberal às suas políticas, situação agravada pela manutenção do confessionalismo, e sem reformas políticas que respaldassem as reformas econômicas, o nacional-desenvolvimentismo do general Chehab (o *chehabismo*) seria alvo do dismantelamento promovido pelas oligarquias unidas às burguesias mercantil e financeira após o fim do mandato presidencial do general, em 1964 (CORM, 2006). O desmonte do *chehabismo* não tardou a se transmutar no desmonte do próprio Estado, como ficou manifestado nos Acordos de Cairo estabelecidos em 1969, reconhecendo o direito de a guerrilha palestina fazer ações armadas contra Israel a partir do território libanês (CORM, 2006).

Por imprudência, formou-se uma aliança tática anti-*chehabista*, entre as oligarquias e burguesias mercantis e financeiras e os jovens estudantes libaneses – lançados a todas as formas de ‘radicalismos’ disseminadas na região pelo fim do projeto *chehabista* –, que passaria a rejeitar os princípios do Pacto Nacional de 1943, num momento em que Israel esmagava os exércitos da Jordânia, Egito e Síria na Guerra de 1967. A essa aliança se somaria o permanente conflito que se instalaria no Estado entre os presidentes da República e os primeiros-ministros, uma vez que os aparatos *chehabistas* estavam desmontados. Esse conflito

propiciou uma bicefalia na gestão do Estado e a anarquia que trouxe o país a partir dos anos 1970 (CORM, 2006).

Uma vez destruídas as amarras do *chehabismo*, gerando a polarização política no final dos anos 1960, não foi difícil o campo da direita conservadora-liberal, majoritariamente cristão maronita, se auto-intitular como ‘democratas’ em luta contra o ‘totalitarismo comunista’, como ela identificava os que se opunham ao programa livre-cambista e à aliança com o ocidente, esquecendo-se da existência de inúmeros oligarcas muçulmanos, visceralmente anti-comunistas, que não viam sua clientela contemplada pelo modelo liberal proposto pela ‘direita’, cada vez mais reduzida a um núcleo duro cristão maronita (os clãs Frangieh, Édde, Chamoun e Gemayel) (KARAM, 2010). Da mesma forma, não foi difícil para os muçulmanos e a ‘esquerda’ – da qual faziam parte inúmeros militantes de origem cristã maronita e, principalmente, greco-ortodoxa – afirmarem que sua luta era em favor das reformas contra a ‘opressão maronita’, o ‘fascismo’ e o ‘imperialismo’. No cúmulo do absurdo, houve mesmo comparações entre a situação vigente no Líbano e na África do Sul sob o regime de *apartheid*, afirmando que a ‘minorias’ maronita oprimia e segregava a ‘maioria’ muçulmana da mesma forma que os brancos sul-africanos oprimiam e segregavam os negros e os asiáticos, esquecendo-se o simples fato de que as grandes fortunas do Líbano estavam nas mãos das burguesias mercantis e financeiras sunitas e greco-ortodoxas e dos grandes proprietários de terras xiitas (CORM, 2006). A riqueza de alguns membros da comunidade maronita era decorrente da emigração e de seu retorno ao Líbano e não da ‘exploração’ dos muçulmanos (CORM, 2006). Estas visões torpes de cada lado serviriam de argumentos ideológicos que levariam ao confronto aberto de 1975. As mídias local e internacional completaram o trabalho de reduzir preconceituosamente a complexidade do conflito a uma disputa entre ‘conservadores cristãos’ e ‘progressistas muçulmanos’ (CORM, 2006).

Com o início das Guerras do Líbano (1975-90), a população civil foi submetida ao domínio ‘totalitário’ das milícias, cujos chefes serviam aos interesses locais e às potências regionais e internacionais. Estas milícias, que combatiam sob os mais diversos rótulos, não tinham o objetivo de apoderar-se do Estado, muito menos o de dominar o conjunto do território libanês. De acordo com Georges Corm (2006: 243), a destruição dos bens estatais e o saqueio dos recursos demonstram que esta prática buscava o desmembramento do Estado e

do território, o que não se coaduna com a lógica de uma guerra civil¹⁷⁰. Neste sentido, as milícias não tiveram porque permitir a sobrevivência do tecido intercomunitário da sociedade libanesa, por isso a violência era quase exclusivamente confessional, visando a separação das comunidades e a destruição do tecido que as unia. A ação milicianiana era um sistema de agressão direta sobre a identidade comum dos libaneses, destinada a agrupar os integrantes de uma mesma confissão em torno da milícia que pretendia representar-lhes e defender-lhes contra outra comunidade (CORM, 2006: 241).

A partilha territorial que as milícias e exércitos invasores produziram durante as Guerras de 1975 a 1990 era a balcanização do Líbano, indo ao encontro dos velhos projetos sionistas de Ben-Gurion, postos em prática pelo general Ariel Sharon na ofensiva de 1982. Essa balcanização foi ao mesmo tempo favorecida e acirrada pelas intervenções militares da Síria, EUA e Israel.

Segundo Georges Corm (2006: 195), a intervenção síria no Líbano perseguia alguns objetivos precisos: controlar a resistência palestina; criar um espaço militar adicional para a confrontação com Israel, especialmente para compensar a perda das Colinas de Golã, ocupadas pelos israelenses desde 1967 e anexados oficialmente em 1981; promover um equilíbrio entre as facções milicianas rivais, para que nenhuma pudesse dominar as outras. Sendo assim, a ocupação síria do leste (Vale do Beka'a) e do norte do Líbano (Akkar) serviu ao propósito de impedir que um possível avanço israelense sobre o Líbano alcançasse o interior da Síria e até mesmo a capital, Damasco, a apenas 120 km de Beirute. Portanto, o objetivo da intervenção síria no Líbano, em 1976, a favor da direita 'cristã', era o de manter o estatuto tampão do território libanês no confronto com Israel, uma vez que estava isolado no mundo árabe com a aliança egípcio-israelense em virtude do II Acordo de Separação de Forças de 1975. Foi por perceber que o *status quo* estava sendo alterado pela iminente e esmagadora vitória da coalizão 'islamo-progressista-palestina' que Hafez al-Assad reagiu contra os palestinos, sobretudo, através da aliança tática com Israel pelos Acordos das Linhas Vermelhas, de 1976. Foi por pragmatismo e não por um idealismo a ação de Assad no Líbano em 1976. A mesma lógica estava por detrás das Batalhas de Achrafieh (1978) e de Zahle (1981), quando os sírios reagiram às provocações das milícias 'cristãs', que haviam se aliado a Israel e aos EUA, rompendo, mais uma vez, o estatuto tampão do Líbano, na ótica de Damasco.

¹⁷⁰ A instigante análise de Georges Corm nos remete ao livro clássico do historiador libanês Ahmad Beydoun, *Le Liban: itinéraires dans une guerre incivile* (O Líbano: itinerários dentro de uma guerra incivil). Paris: Karthala/CERMOC, 1993.

Com a esmagadora invasão israelense de 1982, quando as tropas de Ariel Sharon alcançaram a estrada Beirute-Damasco e marcharam para a capital libanesa, a fim de ocupá-la para impor uma ordem sionista-americano-saudita no Líbano, como primeiro passo para a tomada de todo OM, a Síria, isolada no mundo árabe, entendeu que as Linhas Vermelhas não existiam mais e que era, portanto, preciso encontrar uma nova força para se contrapor a Israel. Eles viram nos libaneses muçulmanos xiitas o elemento-chave para a expulsão dos israelenses, num momento em que a OLP reconhecia Israel na Cúpula Árabe de Fez, em setembro de 1982, ocorrida simultaneamente ao Primeiro Massacre de Sabra e Chatila, na qual milhares de palestinos e libaneses xiitas foram assassinados. Este massacre foi decorrente do desarme das forças da resistência laica, pilares da resistência à ocupação israelense do sul do Líbano desde 1978. Estavam aí as condições para a criação do *Hizbollah*, grupo xiita armado que lideraria, primeiramente apoiada pela OLP, a luta pela expulsão de Israel do País dos Cedros (CORM, 2006 B). O apoio ativo da Síria ao *Hizbollah* foi a resposta à ruptura israelense das Linhas Vermelhas. É neste sentido que a Síria autorizaria a entrada no Vale do Beka'a dos Guardas Revolucionários do Irã, para financiar e armar os 'partidários de Deus'.

É preciso ressaltar, porém, que a Síria foi uma implacável inimiga da OLP, a ponto de promover a espetacular aliança com as Falanges em 1976 contra as tropas de Arafat. Dez anos depois, em 1986, a ação da Síria contra a OLP foi intensificada pelo apoio de Hafez al-Assad ao Amal, durante a Guerra dos Campos (1985-88). O resultado foi outra espetacular aliança, desta vez, entre as Falanges e a OLP, ambas contra Damasco e patrocinadas por Bagdá.

A pressão da Síria no Líbano aumentaria com a assinatura do Acordo de Paz Israel-Líbano de maio de 1983 e seguirá curso com a guerra para expulsar a OLP e seus aliados *salafistas* islâmicos da cidade de Trípoli, entre 1983 e 1985. Sua estratégia é tão bem sucedida, revertendo militar e politicamente a efêmera vitória israelense de 1982, que os EUA passariam a vê-la novamente como parceira na gestão da crise libanesa. Até que, em 1990, os sírios seriam convocados por Washington para erradicar o abscesso libanês para concentração de esforços na guerra contra o Iraque. Assim, o Líbano passou a ser governado por condomínio sírio-saudita, que implantou um governo neo-liberal em Beirute. A presença de algumas dezenas de milhares de soldados¹⁷¹ no pequeno país vizinho até 2005 dá a dimensão dos limites do projeto da *Grande Síria*, tão acalentada por Damasco desde a perda da Palestina e do litoral libanês, em 1920.

¹⁷¹ Do ápice de 30 mil soldados sírios na intervenção de 1976 para menos de 15 mil em 2000, quando morreu Hafez al-Assad.

Os EUA tiveram, por sua vez, uma política de envolvimento indireto na crise libanesa, quando esta eclodiu em 1975, diferentemente do que ocorrera em 1958. Um dos motivos foi a traumática guerra no Vietnã. Washington passou a delegar a terceiros a tarefa de gerir o conflito libanês. Num primeiro momento, entre 1975 e 1982, coube à Síria, assessorada pela Arábia Saudita, essa tarefa, abrindo caminho para a espetacular aliança paradoxal sírio-falangista, que culminaria na derrota da OLP, por meio do massacre de Tal al-Za'atar, em agosto de 1976. Um outro paradoxo, que seria irônico, se não fosse trágico, foi a imposição da Síria da eleição de Elias Sarkis como presidente do Líbano, nas eleições de 1976, antecipadas em detrimento de Suleyman Frangieh, o principal líder da direita 'cristã', por pressão da coalizão 'esquerdista'-palestina. Enquanto que Frangieh se converteu no mais fiel aliado da Síria, principalmente após 1978, Elias Sarkis, o 'homem da Síria', foi um dos mais ativos patrocinadores da aliança entre as Falanges e Israel, a ponto de não se incomodar com o estacionamento dos tanques israelenses ao lado do palácio presidencial de Ba'abda, em 1982 (CORM, 2006).

Foi sob a gestão sírio-saudita-americana da crise libanesa que se estabeleceram as Linhas Vermelhas que dividiram territorialmente o Líbano, em 1976, entregando o norte do rio Litani à ação das tropas sírias e o sul do mesmo aos israelenses, sob égide de Washington (CORM, 2006). Estas Linhas Vermelhas serviram como uma fonte inesgotável de instabilidade para o Líbano ao permitir tanto a ação armada livre dos palestinos, que disparavam seus foguetes sobre o norte de Israel, quanto a instalação pelo *Tzahal* no sul do Líbano, do Estado do 'Líbano Livre', controlado por uma milícia libanesa pró-israelense liderada pelo major renegado Saad Haddad, em 1978 (CORM, 2006). O território libanês permaneceria balcanizado até maio de 2000.

A gestão sírio-saudita-americana entraria em colapso após o Acordo e o Tratado de Paz entre Egito e Israel, entre 1978 e 1979, sob os auspícios dos EUA. A partir de então, o estreitamento de laços entre as Falanges, Israel e EUA foi de tal ordem que se estabeleceu uma estratégia em comum para uma radical mudança política do Líbano, visando, quem sabe, uma profunda mudança no mapa político do OM na guerra contra o 'comunismo'. Até aquele momento, Washington via no OM dois interesses: manter as monarquias árabes conservadoras pró-ocidentais fornecendo petróleo a baixo preço para os EUA e manter a aliança estratégica com a Turquia e Irã na contenção soviética e, em alguns casos, do 'radicalismo' do nacionalismo árabe. Esta estratégia foi abalada pela perda de controle sobre o Irã após a Revolução de 1979, que derrubou o regime do *xá* e impôs o regime dos *aiatolás*, refratário a uma submissão aos EUA.

As eleições de um extremista de direita para a Casa Branca em 1980, Ronald Reagan, colocaria no poder *falcões* ultra-conservadores e visceralmente anti-soviéticos. A *détente* na ótica desta nova direita era uma derrota para o poder americano. A contenção deveria ser retomada em todos os continentes. Portanto, a proposta de Ariel Sharon e de Bachir Gemayel em favor de uma mudança política no Líbano que servisse de trampolim para a imposição de regimes pró-ocidentais em todo o OM soou como música aos ouvidos dos *falcões* de Reagan, destacando-se entre eles, o secretário de Estado Alexander Haig. A estratégia consistia na implantação das Falanges no poder, aproveitando-se de uma nova invasão israelense, para fazer um acordo de paz com Israel sob o patrocínio americano. Os movimentos armados palestinos, considerados como ‘terroristas’ e pró-soviéticos, seriam erradicados e a Síria, aliada da URSS, expulsa do Líbano, plano este concretizado com a invasão israelense no verão de 1982, onde as tropas do general Ariel Sharon marcharam sobre Beirute, instalando dois presidentes falangistas, sob os auspícios dos EUA, da Arábia Saudita e do Egito.

A invasão israelense no Líbano no verão de 1982, com o assassinato de mais de 20 mil árabes em 70 dias de ataque ao território libanês e 90 dias de ocupação de Beirute, resultaria no acordo de Paz entre Líbano e Israel, assinado em maio de 1983, e na humilhante expulsão das tropas americanas, integrantes da FMNP, em fevereiro de 1984, que havia sido enviada para auxiliar a evacuação dos guerrilheiros palestinos e proteger os civis. Todo o erro estratégico dos EUA, em 1982, decorreu da superestimação do pequeno Líbano como país-chave para uma mudança estratégica no OM, em detrimento de potências regionais que exercem tradicionalmente este papel, como era o caso da Síria, diferentemente do ocorrido em 1958, quando Washington interveio no Líbano para impedir que um presidente pró-ocidental alterasse o *status quo* regional, colocando em risco os interesses americanos.

O fracasso americano no Líbano, com a expulsão das FMNP em 1983, foi o marco inicial de uma escalada de intervenções dos EUA no OM, a saber: o ataque à Líbia em 1986; a presença da marinha americana no mar de Omã em 1988; culminando na invasão do Iraque em 1991. Esta escalada sobre o Golfo Árabe-Pérsico nada mais é do que o símbolo da hegemonia militar mundial dos EUA, favorecida pela crise e queda da URSS.

No que se refere às geoestratégias israelenses, a invasão israelense de 1982, liderada por Sharon, demonstrou que o plano de balcanização do OM de Oded Yinon resultou num grande fracasso. A ofensiva militar não logrou criar um Líbano vassalo de Israel. Quando a ‘via direta’ da guerra fracassou – e isto ficou claro quando Bachir Gemayel se apresentou como líder do nacionalismo libanês e não cristão no encontro de Naharyia com Begin e Sharon – ficou claro, em nossa avaliação, que Israel optou pela desestabilização por ‘via

indireta’, como apregoado pelo jornalista e diplomata Yinon. E como se deu esta ‘via indireta’? Através de massacres sectários incentivados pelas tropas israelenses. Estes foram os casos dos Massacres de Sabra e Chatila (1982), da Guerra das Montanhas (1983), da Guerra de Sidon (1985), perpetrados com o propósito de impedir a união dos libaneses após a retirada das tropas israelenses. Interessante notar nessas carnificinas como os israelenses incentivaram e permitiram que seus aliados (cristãos maronitas e druzos) se matassem uns aos outros antes de se retirarem do Chouf e de Sidon. Por este motivo, acreditamos que estes acontecimentos reforçam a tese de que Israel teve envolvimento no assassinato de Bachir Gemayel. Neste sentido, estes massacres não deixaram de promover a limpeza étnica, criando territórios confessionalmente homogêneos. Assim, o plano de balcanização israelense foi implementado, mas ele não assegurou a hegemonia sobre o OM como Yinon acreditava.

Aqui não devemos deixar de mencionar como Ariel Sharon usou a invasão de Beirute para derrubar Menachem Begin, o *premier* que devolveu a Península do Sinai em troca da paz com o Egito, em fevereiro de 1982. Sharon, que foi ministro da Agricultura e incentivador da ‘colonização’ judia dos territórios ocupados, foi um duro opositor da devolução do Sinai aos egípcios. Em nosso entendimento, a invasão de Beirute não-autorizada pelo *Knesset* foi um ‘golpe de Estado’ ‘branco’ para embaraçar Menachem Begin perante a opinião pública, a fim de derrubá-lo do poder. De fato, um ano após a invasão, em agosto de 1983, Begin se retirou da vida pública para sempre, enquanto que Sharon, muito popular em Israel, permaneceu como ministro sem pasta no governo de coalizão nacional formado pelo *Likud* e pelos trabalhistas após a renúncia do veterano político. Sharon acabaria sendo eleito primeiro-ministro, após a eclosão da Segunda Intifada (2000).

Encerramos esta longa explanação com algumas perguntas, as quais ainda não temos respostas, para considerações finais. Apesar de fracassada a invasão israelense do Líbano em 1982, seguindo as estratégias prescritas pelo israelense Oded Yinon, teriam elas servido como um ‘laboratório’ para as futuras invasões e ocupações militares anglo-americanas do Iraque, em 1991 e em 2003, apoiadas tácita e taticamente pelo Irã? Teriam as Guerras do Líbano também servido de ‘modelo’ para as Guerras da Iugoslávia, entre 1991 e 1999? Sabemos que um dos resultados do primeiro ataque americano ao Iraque (1991) foi a formação de uma “zona autônoma” curda no norte do país mesopotâmico, também habitada por árabes muçulmanos e cristãos, além dos turcomenos. A ofensiva de 1991 abria caminho para a invasão de 2003. Esta teria também o objetivo de remodelar o mapa político do OM, seguindo basicamente os mesmos preceitos do notório jornalista israelense, como nos afirma o

jornalista francês Thierry Meyssan (2006)? Há estudos para a divisão territorial do Iraque¹⁷². Há informes de que o país foi dividido, mediante a limpeza étnica, em três zonas étnico-confessionais homogêneas. A limpeza étnica no Iraque, resultante da agressão anglo-iraniano-americana de 2003 e a própria invasão resultaram no extermínio de mais de 650 mil pessoas nos três anos que se seguiram a ofensiva, segundo estudos da Escola de Saúde Pública da renomada Universidade Johns Hopkins¹⁷³, cifra que autoriza denominar o ataque de 2003 de primeiro genocídio do séc. XXI.

Em junho de 2006, um mês antes da terceira e fracassada grande invasão israelense do Líbano, o jornal do exército dos EUA publicou um artigo de um major, Ralph Peters¹⁷⁴, preconizando uma nova divisão política do OM, receitando a limpeza étnica, considerada um “segredo de 5 mil anos de História”, como meio para os americanos assegurarem para si as ricas reservas de petróleo da Região por um longo período. Diz ele:

(...) As for those who refuse to “think the unthinkable,” declaring that boundaries must not change and that’s that, it pays to remember that boundaries have never stopped changing through the centuries. Borders have never been static, and many frontiers, from Congo through Kosovo to the Caucasus, are changing even now (as ambassadors and special representatives avert their eyes to study the shine on their wingtips). Oh, and one other dirty little secret from 5,000 years of history: Ethnic cleansing works. (PETERS, 2006)

As palavras acima em nada diferem, em sua essência, das de Stratford Canning expostas anteriormente quando recomendou a divisão do Monte Líbano em 1842. Estariam, portanto, os atuais projetos dos EUA (major Ralph Peters) e de Israel (Oded Yinon) para balcanização dos países árabes, isto é, a divisão do mundo árabe em bases étnico-confessionais, ‘re-otomanizando’ o espaço levantino nesta era marcada pela hegemonia do

¹⁷² O'HANLON, Michael; JOSEPH, Edward P. The case for soft partition in Iraq. **Saban Center for Middle East Policy at the Brookings Institution, Analysis Paper**, n. 12, June 2007. Disponível em: <http://www.brookings.edu/~media/Files/rc/papers/2007/06iraq_joseph/06iraq_joseph.pdf> . Acesso em: 06/10/2010.

¹⁷³ BURNHAM, Gilbert; DOOCY, Shannon; DZENG, Elizabeth; LAFTA, Riyadh; ROBERTS, Les. **The human cost of the War in Iraq**: a mortality study, 2002-2006. Baltimore, Maryland: Bloomberg School of Public Health, Johns Hopkins University / Baghdad, Iraq: School of Medicine, Al Mustansiriya University / Cambridge, Massachusetts: Center for International Studies, Massachusetts Institute of Technology, 2006. Disponível em: <http://web.mit.edu/CIS/pdf/Human_Cost_of_War.pdf> . Acesso em: 26/10/2006.

¹⁷⁴ PETERS, Ralph. How a better Middle East would look. **The Armed Forces Journal**. June 2006. Disponível em: <<http://www.armedforcesjournal.com/2006/06/1833899>>. Acesso em: 09/08/2006. Esta proposta americana de *balcanização* (divisão territorial em termos étnico-confessionais) do OM mereceu publicação numa revista oficial do Exército dos EUA. Isto dá a dimensão da importância que este assunto recebeu nas Forças Armadas deste país, assim como o aval intelectual do próprio Departamento de Defesa, mesmo que este projeto supostamente não tenha saído do papel. Isto por si só refuta a tese de que se trata de uma ‘teoria da conspiração’ que muitos acadêmicos atribuem, com muita preguiça e sem pesquisa, a este tipo de ação estatal. Estes acadêmicos, preguiçosos, a bem da verdade, têm a visão idealista de que não existem e nunca existiram conspirações ao longo da História, não merecem crédito.

poder americano? Ou seja, não estariam territorializando as ‘fronteiras’ geoculturais que subsistiam dentro do antigo Estado Otomano?

ANEXO

Origens das principais comunidades religiosas do Líbano.

Fonte: (CORM, 2006: 19-22, tradução livre e adaptação nossa).

As comunidades cristãs

Evidentemente, se trata das comunidades cristãs mais antigas do mundo; muitas delas, em especial a Igreja Maronita, se definem com ‘antioquianas’, ou seja, vinculadas à sede histórica de Antioquia (cidade situada hoje na Turquia, depois de que França ceder a Cilícia síria aos turcos em 1939 como preço de sua neutralidade na II GM).

As comunidades cristãs no Líbano se dividem segundo as diferenças que nasceram durante os dez primeiros séculos da Igreja. São as seguintes:

i) as Igrejas de obediência monofisita (jacobita, também chamadas siríaca e armênia), que creem na essência exclusivamente divina da natureza de Cristo. Sua implantação é importante na Síria; os coptos do Egito e os cristãos da Abissínia [Etiópia] também são monofisitas;

ii) as Igrejas denominadas de caldeias ou assírias, chamadas também de obediência nestoriana (do nome Nestório, seu fundador), que afirmam pelo contrário a existência de duas naturezas separadas e de igual importância; os cristãos de Iraque são quase todos nestorianos. Igrejas Nestorianas também são encontradas na Índia;

iii) as Igrejas denominadas melquitas (as greco-ortodoxas) são oriundas de sua obediência ao Patriarcado de Constantinopla, que não reconhece a supremacia da sede de Roma. O cisma entre as duas grandes sedes patriarcais de Roma e Constantinopla se agravou a partir da Quarta Cruzada no séc. XIII e se consagrou com a queda de Constantinopla em mãos dos turcos otomanos;

iv) a Igreja Maronita formava parte, em sua origem, das Igrejas denominadas de autocéfalas, ou seja, que não professavam obediência a nenhuma das sés patriarcais (Roma e Constantinopla) e se governavam a si mesmas, com seu patriarca eleito em assembléia dos bispos, com eventual participação dos laicos. Nasceu no séc. V na Síria e tomou nome de seu santo fundador (Maron), que desenvolveu o monotelismo (crença na existência de duas naturezas separadas em Cristo, porém uma única vontade divina). Perseguidos pelos bizantinos e os jacobitas, os maronitas se refugiaram nas montanhas do norte do Líbano, de onde pouco a pouco se estenderam por todo o país. As historiografias oficiais da Igreja Maronita rechaçavam as teses das origens monotelistas e afirmam a submissão, desde as origens, à Igreja de Roma, porém foi depois das Cruzadas quando os vínculos entre a Igreja Maronita se desenvolveram de maneira continuada. Os laços se consagraram com a fundação do Colégio Maronita em Roma em 1584. Em 1736, o Concílio de Louaizé estreitou os vínculos entre o patriarcado maronita e Roma, não sem reticências entre a comunidade, uma parte cujo clero se resistiu à ‘latinização’ da Igreja, que há conservado sua liturgia em língua síria e árabe;

v) a comunidade denominada ‘latina’ é a que agrupa aos levantinos, ou seja, os libaneses, sírios ou palestinos de origem europeia que tiveram descendência no Levante e não se aderiram nenhuma das Igrejas orientais existentes. Compreende também, especialmente na Palestina, a greco-ortodoxos que tem deixado totalmente sua comunidade para integrar-se na comunidade latina.

A partir do séc. XVIII, a Igreja romana criou cisões, através da influência de missionários, em quase todas as comunidades das diversas obediências. Assim se

desenvolveram novas comunidades, tais como as dos greco-católicos ou os siríacos e caldeus católicos. A princípio do séc. XIX, as diferentes Igrejas protestantes, começaram também obter conversões nas comunidades cristãs, dando nascimento a novas comunidades. Daí a proliferação de Igrejas cristãs no Líbano, ainda também no Egito, na Síria ou no Iraque. O estabelecimento em Beirute do Colégio Sírio Protestante em 1866, que se converteu mais tarde na Universidade Americana de Beirute, atraiu muitos jovens cristãos de diferentes confissões orientais, atraídos pela sobriedade dos missionários americanos no Líbano.

As comunidades muçulmanas

A origem da estrutura das comunidades muçulmanas é relativamente mais simples de descrever do que das comunidades cristãs. (...) No Islã, a principal linha de ruptura se formou em torno ao princípio da sucessão do Profeta na gestão da comunidade muçulmana.

Os xiitas são os partidários de Ali, primo e genro do Profeta [Mohammed] que só foi Califa uns poucos anos, antes de ser assassinado. Seus dois filhos morreram alguns anos mais tarde nas batalhas travadas pelos novos califas Omíadas, que se tinham estabelecidos em Damasco, discordando de que o poder tivesse de permanecer em mãos da família do Profeta, como alegado pelos defensores Ali e de seus dois filhos assassinados. Assim, se formaram os dois grandes ramos do Islã: uma denominada de 'sunita' (que segue os ensinamentos do Profeta, porém considera que o poder temporal tem de pertencer aos mais capazes da comunidade e não obrigatoriamente aos descendentes do Profeta); e a outra denominada de 'xiita' (que reunia aos partidários de Ali e seus descendentes, todos eles reverenciados como santos e homens de Deus, *imanes*). (...) Os xiitas estão, por sua vez, divididos em diversos ramos. As duas melhores estabelecidas são os septimanos e os duodecimais. (...) Há outras ramificações aparte dos dois ramos principais: os ismaelitas e os alauítas (...).

(...) Os druzos fizeram sua aparição no séc. XI. Esta é uma comunidade que nasceu dos ensinamentos ismaelitas [ramo do xiismo], cuja origem remonta à dinastia fatímida Egito (909-1171). Mas as crenças druzas adquiriram um caráter sincrético recolhido a partir de diferentes religiões; foram violentamente combatidas pelos dois principais ramos do Islã, o que levou a comunidade a reservar o conhecimento religioso para a casta dos 'sábios'.

BIBLIOGRAFIA

Periódicos

Veja

Jornal O Globo

Anuário

Almanaque Abril

Documentos

AL-ISSAWI, Omar (dir.). **The War of Lebanon**. Disponível em: <<http://video.google.com/googleplayer.swf?docId=5900203653864989072&hl=en>>. Acesso em: 14/10/2006.

AL-HACHEMI, Emir Faysal Ibn al-Hussein; WEIZMANN, Chaim. **Acordo Faysal-Weizmann**. 03/01/1919. Disponível em: <<http://amislam.com/feisal.htm>>. Acesso em: 28/10/2007.

AL-HACHEMI, Emir Faysal Ibn al-Hussein. **Carta a Felix Frankfurter**. Paris, 03/03/1919. Disponível em: <<http://amislam.com/feisal.htm>>. Acesso em: 28/10/2007.

BALFOUR, Arthur James. The Balfour Declaration. 2 de novembro de 1917. in.: LAQUEUR, Walter; RUBIN, Barry (Edits.). **The Israel-arab reader: a documentary history of the Middle East conflict**. 6th. rev. ed. New York: Penguin Books, 2001.

CONGRESSO NACIONAL SÍRIO. Memorando apresentado à Comissão King-Crane. 2 de julho de 1919. In.: SMITH, Charles D. **Palestine and the arab-israeli conflict**. 4th. ed. Boston, MA/New York, NY: Bedford/St. Martin's, 2001.

KING-CRANE COMISSION. The King-Crane Comission: recomendations. 28 de agosto de 1919. In.: **The Israel-arab reader: a documentary history of the Middle East conflict**. 6th. rev. ed. New York: Penguin Books, 2001.

LIGA DAS NAÇÕES. Pacto da Liga das Nações: artigo 22. Janeiro de 1920. In.: SMITH, Charles D. **Palestine and the arab-israeli conflict**. 4th. ed. Boston, MA/New York, NY: Bedford/St. Martin's, 2001.

UNSCOP (United Nations Special Comittee on Palestine). **Report to the General Assembly – 3 de setembro de 1947 – Volume 1**. New York: ONU, 1947.

Artigos

BALANCHE, Fabrice. Syrie-Liban: intégration régionale ou dilution?. **Mappemonde**, n. 79 (2005:3). Disponível em: <<http://mappemonde.mgm.fr/num7/articles/art05306.html>>. Acesso em: 17/05/2009.

CORM, Georges. **Crise libanesa num contexto regional turbulento**. Abril de 2005 (A). Disponível em: <<http://www.diplo.uol.com.br/2005-04,a1092>> . Acesso em: 15/12/2006.

CORM, Georges. ¿Puede el Líbano librarse de la condición de Estado tampón? 17 de junho de 2005 (B). **Red Voltaire**. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/spip.php?article125874#article125874>>. Acesso em: 20/06/2005.

CORM, Georges. Líbano partido, plano de Israel. Setembro de 2006 (B). **Le Monde Diplomatique – edição brasileira**. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2006-09,a1391>> . Acesso em: 15/12/2006.

CROOKE, Alastair. Irã, inimigo número um do Ocidente? 11 de fevereiro de 2009. **Le Monde Diplomatique – edição brasileira**. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2009-02,a2790>>. Acesso em: 13/03/2009.

DEEB, Lara. Una aproximación a Hizbolá. 6 de agosto de 2006. **Rebelión**. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=35731>>. Acesso em: 15/12/2006.

FERABOLLI, Silvia. Relações Internacionais do Mundo Árabe (1954-2004): os desafios para a realização da utopia pan-arabista. **Contexto Internacional**, vol. 29, nº 1, janeiro/junho 2007, pp. 63-97.

FLEMING, Henrique. **O princípio da incerteza**. Disponível em: <http://efisica.if.usp.br/moderna/mq/principio_incerteza>. Acesso em: 16/01/2011.

KEMP, Geoffrey; SAUNDERS, Paul. **America Russia, and the Greater Middle East: challenges and opportunities**. Washington D.C.: The Nixon Center, 2003.

LEWIS, Bernard. The roots of muslim rage. **The Atlantic Monthly**, vol.266, n. 3 (September, 1990): 47 – 60. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/doc/prem/199009/muslim-rage>>. Acesso em: 15/10/2007.

MAALOUF, Ramez Philippe. Atlas du Liban – resenha. **Confins** [Online], 4 | 2008, posto online em 12 novembre 2008, Consultado o 26 juin 2011. URL : <http://confins.revues.org/5122>

MAALOUF, Ramez Philippe. Invasão israelense do Líbano de 1982: orientalismo, imperialismo e geografia. Dossiê Estudos Árabes e Islâmicos. **Revista Litteris**, n. 3, novembro de 2009. Disponível em: <<http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/INVASAOISRAELENSE.pdf>> . Acesso em: 19/12/2009.

MAALOUF, Ramez Philippe. Massacre em Gaza. **Revista Urutágua**, n. 18 - mai./jun./jul./ago.2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/6516/4047>>. Acesso em: 03/09/2009.

MAALOUF, Ramez Philippe. A Segunda Guerra do Líbano: estratégias de Israel revisitadas. **Revista Cade – Faculdades Moraes Júnior – Mackenzie Rio**, ano VII, nº 13 – julho-dezembro de 2007, pp. 72-89.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: Strohaecker, T.M.; DAMIANI, A.; SCHAFFER, N.O.; BAUTH, N.; DUTRA, V.S. (Orgs.). **Fronteiras e espaço global**. AGB – Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, pp. 41-49.

MACKINDER, Halford J.. The geographical pivot of History. In: COX, Kevin R. **Political geography: critical concepts in the social sciences – vol. II**. London/New York: Routledge, 2005.

MASON, Robert Scott. The 1975 Civil War. **A country study**: Lebanon. Washington D.C.: Library of Congress, 1989. Disponível em: <[http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field\(DOCID+lb0150\)](http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field(DOCID+lb0150))>. Acesso em: 12/07/2008.

MCGOWEN, Afaf Sabeh. The Civil War, 1975-76. **A country study**: Lebanon. Washington D.C.: Library of Congress, 1989. Disponível em: <[http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field\(DOCID+lb0036\)](http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field(DOCID+lb0036))>. Acesso em: 12/07/2008.

MEYSSAN, Thierry. La “guerra de civilizaciones”. 7 de diciembre de 2004. **Red Voltaire**. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article123077.html>>. Acesso em: 12/04/2005.

MEYSSAN, Thierry. Bush inventa el “Gran Medio Oriente”. 15 de julio de 2005. **Red Voltaire**. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article126452.html>>. Acesso em: 23/07/2006.

MOSTYN, Trevor. Elie Hobeika: lebanese militia leader who massacred civilians. **The Guardian**. 25 de janeiro de 2002. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2002/jan/25/israelandthepalestinians.lebanon>> Acesso em: 14/06/2011.

NIGRI, Inacio Meneche. **Nações e etnias do Oriente Próximo nas estratégias de Israel**: pensamento e práxis. 2003. Disponível em: <<http://www.bookbrasil.com.br/livro.asp?id=194>>. Acesso em: 22/05/2003.

NOBLE ENERGY INC. **Noble Energy announces significant discovery at Leviathan Offshore Israel**. Disponível em: http://investors.nobleenergyinc.com/Oriente_Médio/releasedetail.cfm?ReleaseID=539152>. Acesso em: 12/01/2011.

PARRY, Robert. Rethinking Iran-Contra: A much darker story? The Iran-Contra/ October Surprise was the missing link in a larger American political narrative. July 1, 2010. **Global Research**. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=19992>>. Acesso em: 2 de julho de 2010.

SCHEFFLER, Thomas. ‘Fertile Crescent’, ‘Orient’, ‘Middle East’: the changing mental maps of Southwest Asia. **European Review of History – Revue européenne d’Histoire**, vol. 10, n. 2, 2003, pp. 253-72.

SWEARINGEN, Will D. Geopolitical origins of the Iran-Iraq War. **Geographical Review**. American Geographical Society, vol. 78, nº. 4 (Oct. 1988), pp. 405-416.

YINON, Oded. **A strategy for Israel in the nineteen eighties**. In: KIVUNIM (Directions), A Journal for Judaism and Zionism, issue nº 14, winter, 5742, Fevereiro de 1982. Disponível em: <http://www.geocities.com/alabasters_archive/zionist_plan.html>. Acesso em: 15/07/2005.

Livros

AKCELRUD, Isaac. **O Oriente Médio**: origem histórica dos conflitos: imperialismo e petróleo: judeus, árabes, curdos e persas. 7ª ed. São Paulo: Atual/Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1986. (Discutindo a História).

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício; CARVALHO, Carlos Delgado de; REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Atlas histórico escolar**. 7ª ed. 5ª tir. Rio de Janeiro: MEC-FENAME, 1980.

AL-RASHEED, Madawi. **A history of Saudi Arabia**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002., 2008.

APOSTOLOV, Mario. **The christian-muslim frontier: a zone of contact, conflict or cooperation**. NY: London: RoutledgeCurzon Advances in Middle Eastern and Islamic Studies, 2004.

ARIDA, Pêrsio (Org.). **Inflação Zero – Brasil, Argentina e Israel**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1986. (Economia, v. 4).

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do séc. XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1995.

Atlas da História Universal. Rio de Janeiro: O Globo, 1995.

BARD, Mitchell G. **Myths and facts: a guide to the Arab-israeli Conflict**. Chevy Chase, MD: American-Israeli Cooperative Enterprise (AICE), 2006.

BITTERLIN, Lucien. **Hafez el-Assad: o percurso de um combatente**. s/l: Das Tlas, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOIS, Guy. Marxismo e História Nova. In: LE GOFF, Jacques (dir.); CHARTIER, Roger (dir.); REVEL, Jacques (dir.). **A Nova História**. Coimbra: Almedina, 1990.

BRENNER, Jayme; CAMARGO, Cláudio. **Guerra e paz no Oriente Médio**. São Paulo: Contexto, 1995. (Vivendo a História).

BREGMAN, Ahron. **Israel's Wars, 1947–93**. London: New York: Routledge, 2001.

BRUNO, Michael. A estabilização da economia israelense: o programa de emergência em seu estágio inicial. In.: ARIDA, Pêrsio (Org.). **Inflação Zero – Brasil, Argentina e Israel**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1986. (Economia, v. 4).

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Great Chessboard: american primacy and its geostrategic imperatives**. New York: Basic Books, 1997.

CAMPELLO, Ana Maria García. **Historias del Líbano: la invención de un Estado**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Geografia e História, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2005.

CEDARLAND. **Lebanon history: the 1975-1990 War**. Disponível em: <http://www.cedarland.org/war.html>. Acesso em: 15/12/2006.

CHAITANI, Youssef. **Post-colonial Syria and Lebanon: the decline of Arab Nationalism and the triumph of the State**. London/New York: I.B. Tauris, 2007.

CHALVRON, Alain De. **Le piege de Beyrouth**. Paris : Le Sycomore Éditions, 1982.

CHAUPRADE, Aymeril; THUAL, François. **Dictionnaire de Géopolitique: États. Concepts. Auteurs**. Paris: Ellipses, 1999.

CHOMSKY, Noam. **Fateful triangle: the United States, Israel, and the Palestinians**. Cambridge, MA: South End Press, 1999.

CIA. **Lebanon: CIA – World Fact Book (2009)**. Langley. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/le.html> . Acesso em: 22/09/2009.

COOLEY, John K. **An alliance against Babylon: the U.S., Israel, and Iraque**. London: Ann Arbor, MI: Pluto Press, 2005.

CORM, Georges. **Liban**: les guerres de l'Europe et de l'Orient – 1840-1992. Paris: Gallimard, 1992.

CORM, Georges. **Le Proche-Orient éclaté**: 1956-2007. 5^{ème} édition refondue, mise à jour et augmentée. Paris: Gallimard, 2007.

CORM, Georges. **El Líbano contemporâneo**: historia y sociedad. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2006. (Biblioteca del Islam Contemporâneo, 30).

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7^a ed. 3^a impr. São Paulo: Ática, 2003. (Série Princípios).

COSTA, Renato José da. **Islamismo e suas implicações no processo democrático libanês**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2006.

DEL PINO, Domingo. **A tragédia do Líbano**. São Paulo: Clube do Livro. 1989.

EDDÉ, Emile. **O Líbano através dos séculos – tomo II**. Rio de Janeiro: Centro Cultural da Missão Libanesa Maronita do Brasil, 2001.

FARSOUN, Samih K.; ZACHARIA, Christina E. **Palestine and the Palestinians**. Boulder, CO: Westview Press, 1997.

FELDBERG, Samuel. **Estados Unidos e Israel**: uma aliança em questão. São Paulo: Hucitec, 2008. (Relações Internacionais).

FERABOLLI, Silvia. **A (des)construção da Grande Nação Árabe**: condicionantes sistêmicos, regionais e estatais para a ausência de integração política do Mundo Árabe. 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, 2005.

FAVRET, René. **Arafat**: um destin pour la Palestine. Paris: Renaudot et Cie Éditeurs, 1990.

FRANK, Andre Gunder. Reescrevendo a história mundial. In: PROCÓPIO, Argemiro. **Relações internacionais**: os excluídos da Arca de Noé. São Paulo: Hucitec, 2005, pp. 17-66.

FRIEDMAN, Thomas L. **De Beirute a Jerusalém**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FROMKIN, David. **Paz e Guerra no Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FUSER, Igor. **Petróleo e poder**: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico. São Paulo: Editora UNESP: Programa “Santiago Dantas” de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, UNICAMP e PUC-SP, 2008.

GATTAZ, André. **A guerra da Palestina**: da criação de Israel à nova Intifada. 2^a ed. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

GATTAZ, André. **Do Líbano ao Brasil**: história oral de imigrantes. São Paulo: Gandalf, 2005.

GENDZIER, Irene L. **United States intervention in Lebanon and the Middle East, 1945 – 1958**. New York: Columbia University Press, 1997. Disponível em: <<http://www.almashriq.hiof.no/lebanon/300/320/327/notes/index.html>>. Acesso em: 13/01/2011.

- GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- GILBERT, Martin. **The Routledge Atlas of the Arab-Israeli Conflict**. 8th edit. London: New York: Routledge, 2005.
- GOMES, Aura Rejane. **A questão da Palestina e a fundação de Israel**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- GREISH, Alain; VIDAL, Dominique. **100 claves para comprender Oriente Próximo**. Barcelona: Paidós, 2004.
- GREISH, Alain; VIDAL, Dominique. **Les 100 portes du Proche Orient**: les dates, les chiffres, les noms, les faits, les textes. Paris: Éditions Autrement, 1986. (Enjeux et stratégies).
- HERZL, Theodor. **O Estado judeu**: ensaio de uma solução da questão judia. São Paulo: Organização da Pioneira Judia, 1949 [1896].
- HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations**: power, politics and ideology. New York: Cambridge University Press, 2005.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HAYEK, Domingo Gari. **Historia contemporánea del Líbano**: confessionalismo y política (1840-2005). Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea, 2006.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. 3^a ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
- HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções, 1789-1848**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOURLANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. 2 ed. 2 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HOURLANI, Albert. **Pensamento árabe na era liberal – 1789-1939**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HUGHES, Matthew. Collusion across the Litani? Lebanon and the 1948 War. In: ROGAN, Eugene L. (edit.); SHLAIM, Avi (edit.). **The war for Palestine**. 2nd. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- KAPELIOUK, Amnon. **O massacre de Sabra e Chatila**. Belo Horizonte: Veja, 1983.
- KARAM, Christian da Camino. **Da revolução política ao reformismo socioeconômico**: Hizballah, islamo-nacionalismo e economia de redes no Líbano do pós-guerra civil (1992–2006). 2010. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- KHALAF, Samir. **Civil and uncivil violence in Lebanon**: a history of the internationalization of communal conflict. New York: Columbia University Press, 2002.
- KIMMERLING, Baruch; MIGDAL, Joel S. **Palestinians**: the making of a people. 2nd. print. Cambridge, MAS.: Harvard University Press, 1998.
- KIRK, George E. **História do Oriente Médio**: desde a ascensão do Islã até a época contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

- KISSINGER, Henry. **A diplomacia das grandes potências**. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Universidade Francisco Alves, 1999.
- LABAKI, Boutros; RJEILY, Khalil Abou. **Bilan des guerres du Liban: 1975 – 1990**. Paris: L'Harmattan, 1993. (Comprendre le Moyen-Orient).
- LACOSTE, Yves (dir.). **Dictionnaire de geopolitique**. Paris: Flammarion, 1995.
- LACOSTE, Yves. **La Géographie**, ça sert d'abord à faire la guerre. Paris: Maspero, 1976.
- LACOSTE, Yves. **Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 5. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- LACOSTE, Yves. **A geopolítica do Mediterrâneo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- LACQUER, Walter. **Historia del sionismo**. Jerusalém: La Semana Publicaciones Ltda., 1988.
- LAQUEUR, Walter; RUBIN, Barry (Edits.). **The Israel-arab reader**: a documentary history of the Middle East conflict. 6th. rev. ed. New York: Penguin Books, 2001.
- LAURENS, Henry. **Paix et guerre au Moyen-Orient**: l'Orient arabe et le monde de 1945 à nos jours. 2e. édition. Paris: Armand Colin, 2005.
- LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio**: do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- LUZ, Marcos Bello de Moura. **Visões da mídia sobre os talibãs**. Rio de Janeiro: Barroso Produções Editoriais, 2001.
- MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo**: relações internacionais, 1945-2000. São Paulo: Moderna, 2001.
- MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1992. (Repensando a Geografia)
- MASALHA, Nur. **La expulsión de los palestinos**: el concepto de “transferência” en el pensamiento político sionista, 1882-1948. Madrid: Editorial Canaán: Bósforo Libros, 2008.
- MASALHA, Nur. **Israel**: teorías de la expansión territorial. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2002. (Biblioteca del Islam Contemporáneo).
- MASSOULIÉ, François. **Os conflitos do Oriente Médio**. São Paulo: Ática, 1996. (Século XX)
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.
- MORRIS, Benny. **The birth of the Palestinian refugee problem revisited**. 2nd. ed., 3rd prin. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MORRIS, Benny. **Righteous victims**: a history of the Zionist-arab Conflict, 1881-2001. New York: Vintage Books. 2001.
- NANTET, Jacques. **Historia del Libano**. Caracas/Madrid: Editorial Oceánidas, 1964.
- NEVES, Natália Costa das. **A “Questão Palestina” e os Acordos de Oslo**: segurança sem paz. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

NIGRI, Inacio Meneche. **La geopolitique d'Israel et les politiques interieures des pays árabes**: 1967 – 1982. 1986. Memoire du Diplome d'Etudes Approfondies. Universite de Paris – Sorbonne-Paris IV, 1985-6.

NIGRI, Inacio Meneche. **Palaestina, Palestina**: dos otomanos à partilha e à formação do Estado de Israel (do séc. XIX a 1947-48). 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História – Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2005.

OSMAN, Samira Adel. **Entre o Líbano e o Brasil**: dinâmica migratória e história oral de vida. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2005.

PARSONS, Laura. The Druze and the birth of Israel. In: ROGAN, Eugene L. (edit.); SHLAIM, Avi (edit.). **The war for Palestine**. 2nd. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

PAPPÉ, Ilan. **The ethnic cleansing of Palestine**. 3rd. reprint. Oxford: Oneworld Publications Ltd., 2008.

PAPPÉ, Ilan. **História da Palestina moderna**: uma terra, dois povos. Lisboa: Editorial Caminho, 2007.

PENHA, Eli Alves. Geopolítica das Relações Internacionais. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva (Orgs.). **História das Relações Internacionais**: teoria e processos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. (Coleção Comenius)

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. **Árabes no Rio de Janeiro**: uma identidade plural. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010 (A). (Série Imigrantes no Rio de Janeiro).

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. **Exame de defesa de mestrado de Ramez Philippe Maalouf**: anotações. São Paulo, 2011.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. **Islã**: religião e civilização: uma abordagem antropológica. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2010 (B).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: Moraes, Antônio Carlos Robert de. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990 A.

RATZEL, Friedrich. As leis do crescimento espacial dos Estados. In: Moraes, Antônio Carlos Robert de. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990 B.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. In: **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, FFLCH-USP, n. 2, ano 1983.

REICHERT, Rolf. **História da Palestina**: dos primórdios aos nossos dias. São Paulo: Herder: Edusp, 1972.

RIZK, Charles. **Les arabes ou l'histoire à contresens**: le monde arabe aujourd'hui. Paris: Éditions Albin Michel, 1992.

RODRIGUES JR., Gilberto Souza. **Geografia Política e os recursos hídricos compartilhados**: o caso israelo-palestino. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ROGAN, Eugene. **The arabs**: a history. New York: Basic Books, 2009.

- ROGAN, Eugene L. (edit.); SHLAIM, Avi (edit.). **The war for Palestine**. 2nd. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como construção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SALGADO, Felipe Maíllo. **Vocabulario de historia árabe e islámica**. 2. ed. Madri: Ediciones Akal, 1999.
- SANBAR, Elias. **Les palestines dans le siècle**. Paris: Découvertes Gallimard Histoire, 1994
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. História das Relações Internacionais: objeto de estudo e a evolução do conhecimento. In: _____. **Relações Internacionais: dois séculos de História: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947)**. Brasília, DF: IBRI, 2001.
- SCALÉRCIO, Márcio. **Oriente Médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2003.
- SCHOENMAN, Ralph. **A história oculta do sionismo: a verdadeira história da formação do Estado de Israel**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- SHAHAK, Israel. **El Estado de Israel armó las dictaduras en América Latina**. Buenos Aires: Editorial Canaán, 2007.
- SCHIFF, Ze'ev; YA'ARI, Ehud. **Israel's Lebanon War**. Londres: George Allen & Unwin, 1986.
- SHLAIM, Avi. **Collusion across the Jordan: king Abdullah, the Zionist Movement, and the Partition of Palestine**. New York: Columbia University Press, 1988.
- SHLAIM, Avi. **A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe**. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.
- SILVA, Edilson Adão. **Oriente Médio: gênese das fronteiras**. São Paulo: Zouk, 2001.
- SMITH, Charles D. **Palestine and the arab-israeli conflict**. 4th. ed. Boston, MA: New York, NY: Bedford/St. Martin's, 2001.
- SMITH, Dan. **Atlas do Oriente Médio: mapeamento completo de todos os conflitos**. São Paulo: PubliFolha
- TAMARI, Dov; EYTAN, Zeev; HELLER, Mark (edit.). **The Middle East military balance – 1983**. Tel Aviv: Jafee Center for Strategic Studies – Tel Aviv University, 1983.
- TRABOULSI, Fawwaz. **A history of modern Lebanon**. London: Ann Arbor, MI: Pluto Press, 2007.
- VANDEWALLE, Dirk. **A history of modern Libya**. Cambridge, UK/New York, USA: Cambridge University Press, 2002.
- VERDEIL, Éric; FAOUR, Ghaleb; VELUT, Sébastien (Edits.). **Atlas du Liban: territoires et société**. Beirute: IFPO (Institut Français du Proche-Orient)/CNRS – Liban (Conseil National de la Recherche Scientifique – Liban), 2007.
- VICENZI, Renata Aragoni Nogueira. **Nacionalismo árabe: apogeu e declínio**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- VIEIRA, Frederick Brum. **“Irmão-Coronel”: um estudo sobre a vida e a obra do líder líbio Muamar Kaddafi no período de 1969 a 1989 sob a perspectiva da História Política**. 2004.

Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas**: representações do século XXI. São Paulo: Contexto, 2004.

ZEGHIDOUR, Slimane. **A poesia árabe moderna e o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Tudo é história, 50).